

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 168 QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2015

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS
Nºs 217 a 258/2015 8
1.2 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nºs 38 a 40/2015 22
2 – ATA DA 186ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2015 23
2.1 – ABERTURA 25
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 25
2.2.1.1 – Encaminhamento de matéria
Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 35/2010 à Comissão de Assuntos Econômicos. 25
2.2.1.2 – Término de prazo
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 336/2013 e 230/2014 25
2.2.1.3 – Comunicações
Do Senador Sérgio Petecão, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 27 de agosto a 3 de setembro último **(Ofício nº 79/2015)** 25
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 692/2015, de designação do Deputado Paulo Pimenta como Relator-Revisor **(Ofício nº 2/2015).** 25
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 694/2015, de substituição do Relator **(Ofício nº 2/2015).** 26
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul **(Ofício nº 697/2015)**. *Será feita a substituição solicitada* 27
Da Liderança do PP no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania **(Ofício nº 8/2015)**. *Será feita a substituição solicitada* 28
2.2.1.4 – Requerimentos
Nº 1.186/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão no período de 23 a 27 do corrente 29
Nº 1.187/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional 31
Nº 1.188/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplausos e congratulações aos professores do Brasil. 34
Nº 1.189/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda 36
Nº 1.191/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, de retirada do Projeto de Resolução nº 26/2014. **Deferido.** 38
Nº 1.192/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de retirada do Requerimento nº 1.139/2015. **Deferido.** 39
Nº 1.193/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, de retirada do Projeto de Resolução nº 24/2014. **Deferido** 40
Nº 1.194/2015, de autoria do Senador Romário, de tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 76/2011 com o Projeto de Lei do Senado nº 557/2013 41
Nº 1.195/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União no pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal nos últimos 10 anos 42
Nº 1.196/2015, de autoria do Senador Hélio José e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 878/2015, de realização de sessão especial destinada a homenagear os 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, em 12 de novembro próximo 45

Nº 1.197/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de informações ao Ministro de Estado da Educação 46

Nº 1.198/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 61/2015 49

2.2.1.5 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 131/2015, para oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 49

Encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 102/2011, para oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 49

2.2.1.6 – Ofícios do Ministro de Estado da Integração Nacional

Nº 253/2015, em resposta ao Requerimento nº 750/2015, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 50

Nº 268/2015, em resposta ao Requerimento nº 798/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho 50

2.2.1.7 – Projetos de Resolução

Nº 49/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que i*nstitui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM* 50

Nº 50/2015, de autoria dos Senadores José Serra e Romário, que *altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as cessões de recebíveis relativos aos direitos creditórios da dívida ativa não sejam enquadradas como operação de crédito, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)* 53

2.2.1.8 – Projetos de Lei do Senado

Nº 689/2015, de autoria do Senador Dário Berger, que c*onfere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica*. 57

Nº 690/2015, de autoria do Senador Raimundo Lira, que *inclui o inciso III no art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para considerar como agravante, nos crimes praticados mediante violência ou grave ameaça a pessoa, o potencial lesivo da arma de fogo* 60

Nº 691/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que *fica instituído o Programa Nacional de Investimento e Fortalecimento da Educação (Pronife), com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados à reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e às instituições privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social de atendimento direto e gratuito ao público, e altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro* 62

Nº 692/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que *denomina "Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima" o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba* 71

2.2.1.9 – Recursos

Nº 7/2015, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 147/2015 73

Nº 8/2015, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 52/2015 75

2.2.1.10 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 52 e 147/2015 76

2.2.1.11 – Pareceres

Nº 910/2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Aviso nº 13/2015 **(conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.190/2015)** 76

Nº 915/215, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 104/2014 81

2.2.1.12 – Arquivamento

Arquivamento do Aviso nº 13/2015 85

2.2.1.13 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 104/2014 85

2.2.1.14 – Comunicação

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor do Aviso nº 60/2015, com posterior envio ao Arquivo **(Memorando nº 80/2015)** 85

2.2.1.15 – Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 226/2015, em resposta ao Requerimento nº 707/2015, de autoria do Senador Jorge Viana 86

Nº 236/2015, em resposta ao Requerimento nº 614/2015, de autoria da Senadora Simone Tebet 86

2.2.1.16 – Mensagens da Presidente da República

Nº 72/2015 (nº 419/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles 87

Nº 73/2015 (nº 420/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas... 205

Nº 74/2015 (nº 421/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada 233

Nº 75/2015 (nº 422/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos 260

Nº 76/2015 (nº 423/2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura..... 323

Nº 77/2015 (nº 424/2015, na origem), que solicita retirada de tramitação da Mensagem nº 50/2015..... 357

2.2.2 – Oradores

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem, por ocasião do Dia do Arquivista, comemorado em 20 de outubro, a todos os profissionais dessa área; e outros assuntos..... 360

SENADORA *ÂNGELA PORTELA* – Preocupação com a posição de destaque ocupada pelo Estado de Roraima no *ranking* de casos de estupro no País. 365

SENADOR *LASIER MARTINS* – Congratulações ao Senador Cristovam Buarque pela publicação, na edição de hoje do **Correio Braziliense**, do artigo "Impeachmistas e anti-impeachmistas"; e outro assunto. 366

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Destaque para os resultados positivos do Programa Bolsa Família, criado há 12 anos. 367

SENADOR *JORGE VIANA* – Comemoração dos 12 anos de criação do Programa Bolsa Família; e outro assunto. 369

SENADORA *GLEISI HOFFMANN* – Críticas à suposta operação arbitrária da polícia militar paranaense em vistoria de ônibus que conduzia jovens à Conferência Estadual de Juventude no Estado do Paraná. 372

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Preocupação com o aumento do desemprego no País; e outro assunto. 373

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Registro da realização da III Bienal do Livro na cidade de Itabaiana, no Estado de Sergipe..... 375

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Comentários sobre nota do PCdoB que analisa o momento político e econômico existentes no País..... 378

SENADOR *REGUFFE* – Satisfação com a decisão da bancada do Distrito Federal no Congresso de apresentar uma emenda parlamentar ao Orçamento de 2016 para a construção do Hospital do Câncer do DF; e outros assuntos. 386

2.2.3 – Suspensão da sessão às 16 horas e 3 minutos e reabertura às 16 horas e 35 minutos 387

2.2.4 – Apreciação de requerimentos

Nºs 688 e 1.180/2015, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores. **Aprovados**..... 387

Nº 1.186/2015, de autoria do Senador Humberto Costa. **Aprovado**. 387

2.2.5 – Oradores (continuação)

SENADOR *ATAÍDES OLIVEIRA* – Indignação com o corte de verbas em programas sociais e com o suposto retorno à pobreza de pessoas que ascenderam socialmente durante os governos de Lula e Dilma Rousseff..... 388

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Preocupação com o aumento do desemprego no País; e outro assunto. 390

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Expectativa com o posicionamento do Governo Federal sobre o cancelamento de missão do TSE à Venezuela destinada a assessorar a Unasul no acompanhamento das eleições daquele país. 396

SENADOR *LINDBERGH FARIAS* – Desaprovação a projeto de lei antiterrorista em tramitação no Congresso, em função de possibilitar a criminalização das ações de movimentos sociais..... 400

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Destaque à importância da tipificação do crime de terrorismo. 402

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 51/2015 (nº 277/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora

do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia. Aprovada, após **Parecer nº 911/2015-CRE** (votação nominal). **Aprovada** 407

2.3.2 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 54/2015 (nº 280/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Tunísia. Aprovada, após **Parecer nº 912/2015-CRE** (votação nominal). **Aprovada** 413

2.3.3 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 36/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Georgia*. **Aprovado**, com **emenda** 425

Redação final do Projeto de Resolução nº 36/2015 **(Parecer nº 913/2015-CDIR)**. **Aprovada**. À promulgação 426

2.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 20/2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos*. **Aprovado**, com **emenda** 429

Redação final do Projeto de Resolução nº 20/2015 **(Parecer nº 914/2015-CDIR)**. **Aprovada**. À promulgação 430

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Apreciação de requerimentos

Nº 1.179/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira e outros Senadores. **Aprovado** 433

Nº 1.196/2015, de autoria do Senador Hélio José e outros Senadores. **Aprovado** 433

2.4.2 – Oradores

SENADORA *FÁTIMA BEZERRA*– Registro do aniversário de doze anos do Programa Bolsa Família; e outros assuntos. 434

2.4.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nºs 748 e 750/2015, na origem, que encaminham cópias do Acórdão nº 2.461/2015 (TC 005.335/2015-9), Parecer Prévio, Relatório e Voto, sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2014. **(Vide item 4.1)** 438

2.4.4 – Despacho do Presidente do Congresso Nacional

Sobre os Avisos nºs 748 e 750/2015, do Tribunal de Contas da União, estabelecendo prazo para a Presidente da República 440

2.4.5 – Oradores (continuação)

SENADOR *WELLINGTON FAGUNDES*, como Líder – Preocupação com os problemas provenientes do grande fluxo de pessoas em Pontes e Lacerda – MT, em razão da descoberta de um garimpo no Município; e outro assunto. 442

SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro do centenário dos políticos baianos Fernando Sant`Anna e Salvador da Matta 446

SENADOR *FERNANDO BEZERRA COELHO* – Comemoração pelos prêmios conquistados por alunos oriundos do Pronatec em campeonato internacional de escolas técnicas e relato das dificuldades que envolvem o ensino profissional no Brasil. 449

SENADOR *IVO CASSOL* – Críticas à reportagem exibida no programa Fantástico contrária à Fosfoetanolamina sintética e defesa da liberação da substância para o tratamento de câncer; e outro assunto. 451

SENADOR *DONIZETI NOGUEIRA* – Comemoração pelo aniversário de doze anos do Programa Bolsa Família. 457

2.4.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *DONIZETI NOGUEIRA* – Registro de artigo publicado em sítio eletrônico intitulado "A mais nova prova histórica das armações da imprensa contra Lula" 460

2.5 – ENCERRAMENTO 464

3 – DOCUMENTOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

3.1 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Arquivamento de denúncia contra o Senador Delcídio do Amaral 465

Arquivamento de denúncia contra o Senador Randolfe Rodrigues 468

4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

4.1 – AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nºs 748 e 750/2015, que encaminham Acórdão, Parecer Prévio, Relatório e Voto sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2014

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 470

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 473

7 – LIDERANÇAS 474

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 476
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 491
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 501
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 549

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS 572
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 585

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187, de 2 de abril de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Umburana, Gangorra e Vertentes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 259, de 7 de julho de 2011, que outorga permissão à Márcio Freitas Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 519, de 14 de junho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Catolé do Rocha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 752, de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação dos Filhos e Amigos de São Marcos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA STÉREO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 368, de 17 de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de junho de 2008, a permissão outorgada à Rádio Almenara Stéreo FM Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.155, de 24 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2015

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de fevereiro de 2013, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Poços de Caldas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 224, DE 2015

Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à TV Topázio Comunicações Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 405, de 12 de setembro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de junho de 2007, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Alvorada Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 49, de 3 de fevereiro de 2012, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de maio de 2011, a permissão outorgada à Rádio Sociedade Catarinense Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 320, de 1º de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Estação FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 299, de 1º de agosto de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de julho de 2010, a permissão outorgada à Rádio Iguatemi Frequência Modulada Stéreo Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2015

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 437, de 13 de outubro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de novembro de 2009, a permissão outorgada à FM Melody de Ribeirão Preto Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 220, de 6 de junho de 2011, que outorga permissão à Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 231, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 853, de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Caminho Para a Vida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 232, DE 2015

Aprova o ato que outorga concessão à CAPRA-PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à Capra-Publicidade e Promoções Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 267, de 6 de junho de 2012, que outorga autorização à Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 255, de 29 de maio de 2007, que outorga autorização ao Centro Cultural Comunitário Amarais para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 235, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 152, de 6 de junho de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 236, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAGUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguari, Estado de Goiás.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 202, de 10 de julho de 2013, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Itaguari para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguari, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 237, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 313, de 25 de novembro de 2013, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Juazeirinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 238, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 427, de 5 de outubro de 2012, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Interativa FM de Arraial do Cabo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MANSIDÃO - ASCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mansidão, Estado da Bahia.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 89, de 12 de abril de 2013, que outorga autorização à Associação Cultural de Mansidão - ASCM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mansidão, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALVADOR DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 181, de 6 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Salvador do Sul para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE QUATIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.054, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Quatis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JOSIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zé Doca, Estado do Maranhão.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 758, de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do Povoado Josias para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zé Doca, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE IGARAPÉ MIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Miri, Estado do Pará.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 252, de 21 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Beneficente de Igarapé Miri para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Miri, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2015

Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, que outorga concessão à X-Mediagroup S/A para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALVORADA DE MINAS - ACOMAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 122, de 2 de março de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Alvorada de Minas - ACOMAM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2015

Aprova o ato que outorga permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 457, de 13 de outubro de 2011, que outorga permissão à Ola FM Sociedade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE COLORADO DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 12 de abril de 2013, que outorga autorização à Associação de Moradores do Distrito de Colorado do Norte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA MARIA II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 19 de abril de 2013, que outorga autorização à Associação de Serviço de Radiodifusão Cultural Comunitária do Bairro Santa Maria II para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - ABJDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 283, de 27 de setembro de 2013, que outorga autorização à Associação Bom Jesus de Comunicação e Cultura - ABJDCC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 244, de 30 de abril de 2012, que outorga autorização à Associação de Comunicação e Desenvolvimento Cultural e Artístico da Cidade de Carlópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM DE RADIODIFUSÃO DE ITAGIMIRIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagimirim, Estado da Bahia.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 37, de 6 de fevereiro de 2014, que outorga autorização à Associação Comunitária Estação FM de Radiodifusão de Itagimirim para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagimirim, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 31, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Macedônia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO NOVA COMUNITÁRIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 260, de 28 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Nova Comunitária FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2015

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de dezembro de 2014, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 20 de agosto de 2011, a concessão outorgada à TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2015

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de dezembro de 2014, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 20 de agosto de 2011, a concessão outorgada à TVSBT Canal 5 de Porto Alegre S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2015

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E EDUCATIVA DE MONTE CARMELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 137, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Educativa de Monte Carmelo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2015

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE BELÉM S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de dezembro de 2014, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 20 de agosto de 2011, a concessão outorgada à TVSBT Canal 5 de Belém S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 689**, de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

---

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 690**, de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, quanto à legislação do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, e revoga os arts. 28 a 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o Programa de Inclusão Digital", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

---

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 691**, de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 20 de outubro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 186ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de Outubro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidências dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, das Srªs Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Reguffe, Paulo Paim e Dário Berger

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 21 horas e 50 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

186ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 20/10/2015 07:00:00 até 20/10/2015 21:52:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X	
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	
PP	GO	Wilder Morais	X	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 76 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno do Senado Federal, vai à publicação no *Diário do Senado.*

É o seguinte o expediente:

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA

Tendo em vista a publicação do **Parecer nº 81, de 2015**, da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, o **Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2010**, segue ao exame da CAE, em decisão terminativa, conforme despacho da Presidência.

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se no dia 19 de outubro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 336, de 2013; e 230, de 2014**.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 79/2015, do Senador Sérgio Petecão, referente ao **Requerimento nº 957, de 2015**, por meio do qual relata participação, como representante do Senado Federal, na Quarta Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento, realizada em Nova York, entre os dias 27 de agosto a 03 de setembro de 2015.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Ofício nº 002/MPV 692-2015

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Senhor Presidente,

Designo o Deputado Paulo Pimenta como Relator-Revisor da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 692, de 2015.

Respeitosamente,

Deputado Gabriel Guimarães
Presidente da Comissão

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

A Publicação
Em 20 / 10 / 2015

Ofício nº 002/MPV 694-2015

Brasília, 20 de outubro de 2015.

Senhor Presidente,

Comunico que designei o Senador Romero Jucá relator da Medida Provisória nº 694, de 2015, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em atendimento ao Ofício nº 261/2015, da Liderança do Bloco do PMDB e da Maioria no Senado Federal.

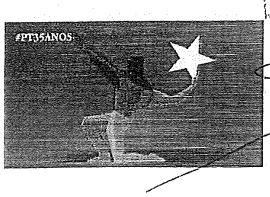
Respeitosamente,

Deputado Eduardo Cury
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

Passa-se a substituição solicitada
Em 20/10/2015



OF nº 697/GAB-LidPT

Brasília - DF, 15 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado **PEPE VARGAS - PT/RS**, na Comissão da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atenciosamente,

Dep. Sibá Machado - PT/AC
Líder da Bancada

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PARTIDO PROGRESSISTA

Faça-se a substituição solicitada.
Em 20/10/2015

OF. Nº 008/2015- GLDPP

Brasília, 20 de outubro de 2015.

A Sua Excelência
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, apresento a Vossa Excelência a indicação do **Senador WILDER MORAIS** para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como titular, em substituição ao **Senador Ciro Nogueira**, conforme distribuição proporcional reservada ao Bloco Democracia Progressista.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Respeitosamente,

Senador BENEDITO DE LIRA
Líder do Partido Progressista

Recebido em 20.10.15
Hora 18h33
Carolina Monteiro D. Moreira
Matrícula

Gabinete da Liderança do Partido Progressista, Senado Federal – Ala das Lideranças, Anexo II Bloco B, 2º Andar,
Brasília/DF – CEP 70.165-900 Telefones: (61) 3303-9032 / Fax: (61) 3303-9035

REQUERIMENTOS

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Aprovado em 20/10/2015

REQUERIMENTO, Nº 586 DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento do país para participar, como Membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e do Observatório da Democracia, na qualidade de Observador das Eleições da Republica Argentina, pleito eleitoral que se desenvolverá no dia 25 de outubro de 2015 naquele país, tendo como múnus acompanhar os preparativos para o evento (dia 24/10) e os resultados após o encerramento do processo de votação(dia 26/10).

Porventura este Requerimento seja aprovado, expresso que, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, estarei ausente do Senado Federal do dia 23 ao dia 27 de setembro de 2015, período no qual se inclui o traslado necessário.

Sala das sessões, em de outubro de 2015.

Senador **HUMBERTO COSTA**

CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

OF. P/070/2015

Brasília, 19 de outubro de 2015

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N e s t a

Assunto: Atividade Parlamento do Mercosul – Missão do Observatório da Democracia

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Excelência que designei o Senador Humberto Costa representante, pelo Brasil, da Delegação do Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul que participará do Programa de Visitantes Internacionais das Eleições Nacionais Gerais Argentina, no período de **23 a 26 de outubro de 2015**, conforme convite, cuja cópia segue anexa.

2. Na oportunidade, Senhor Presidente, ressalto que a presença dos parlamentares integrantes do Observatório da Democracia torna-se extremamente importante, pois acompanharão a primeira eleição direta argentina para Parlamentares do Mercosul.

3. Assim, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao deslocamento do Senador Humberto Costa, entre os dias **22 a 27 de outubro de 2015,** bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelo gabinete do parlamentar, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital argentina, onde acontecerão as referidas atividades.

4. Na oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 1180 / 2015
Fls. 02

Recebido em 19/10/2015
Hora 15:41
Wilder Nascimento - Mat. 266726
SGM - Senado Federal

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala T-28 - 70160-900 Brasília - DF
Fones: (55) 61 3216-6873 – 3216-6876 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
Visite nossa página na Internet: www.camara.gov.br/mercosul

APROVADO em 6/10/2015
Presidente da CMA
5

Sen. Ataídes Oliveira, Vice-presidente no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO nº 1187, de 2015

REQUERIMENTO Nº 96 , DE 2015

À MESA
para decisão.
Em 20/10/2015

SF/15488.03437-33

Requeiro, nos termos do que dispõem o art. 216 do Regimento Interno e o Ato da Mesa nº 1, de 2011, sejam prestadas pelo Ministro da Integração Nacional as seguintes informações, acompanhadas da documentação comprobatória, referentes ao atendimento do Acórdão nº 317/2015-TCU-Plenário (Processo TC 004.375/2005-7), consoante o Aviso nº 5, de 2015 (Aviso nº 127-Seses-TCU-Plenário, de 25 de fevereiro de 2015) dirigido a esta Comissão:

a) se o Tribunal de Contas da União (TCU) está sendo informado, quinzenalmente sobre a existência de alterações significativas no andamento dos obras objeto dos Contratos nº 25/2011-MI - Lote 8 e nº 14/2013-MI - Meta 1N, a exemplo da retomada dos trabalhos em seu ritmo contratado ou o abandono do canteiro pela empresa construtora;

b) se estão sendo encaminhadas, quinzenalmente, ao TCU cópias dos andamentos e de eventuais novos documentos juntados nos seguintes processos administrativos relacionados pela Corte de Contas:

- 59100.001051/2014-87 Aplicação de advertência 25/2011-MI - Lote 8
- 59100.000015/2015-87 Aplicação de multa 25/2011-MI - Lote 8
- 59100.001052/2014-21 Aplicação de advertência 14/2013-MI - Meta 1N
- 59100.000014/2015-32 Aplicação de multa 14/2013-MI - Meta 1N

c) se foram informados ao TCU os prazos para a conclusão dos processos administrativos em comento;

Página: 5/6 20/05/2015 09:37:11
cd08692ff0cd8ae738790a277a87c8250df9ef0d

SENADO FEDERAL-CMA
Folha: 12
Rubrica

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:45ª Reunião, Extraordinária, da CMA
Data: 06 de outubro de 2015 (terça-feira), às 09h30
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 20 / 10 / 2015
Às: 11:56 Horas
Nome
Matrícula 3155-3

Raymundo Franco Diniz
Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
SECRETÁRIO

À Mesa

SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 78/2015/CMA

Brasília, 06 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Requerimento de Informações ao Ministro da Integração Nacional.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 06/10/2015, foi aprovado o Requerimento nº 96, de 2015, de autoria da CMA, para solicitar informações ao Ministro da Integração Nacional, referentes ao atendimento do Acórdão nº 317/2015-TCU-Plenário, consoante o AMA nº 5/2015..

Dessa forma, encaminho cópia do Requerimento a Vossa Excelência para deliberação da Mesa do Senado Federal, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno.

Respeitosamente,

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Recebido em 20/10/15
Hora 11h50
Carlos Monteiro P. Maurão
Matrícula 251013 - SCLSF/SGM

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1188, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos a todos os professores e professoras do Brasil pela comemoração deste 15 de outubro, dia do professor.

Neste ato, requeiro ainda que o presente voto seja dirigido à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE e ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM, na figura dos seus representantes – Dra. Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE; e Marcos Libório de Lima, Presidente do SINTEAM, entidades situadas respectivamente nos seguintes endereços: SRTVS quadra 701, ed. Assis Chateaubriand, bloco 2, sala 436 – Brasília/DF; e Rua 10 de julho, 307 - Centro – Manaus/AM.

JUSTIFICAÇÃO

A educação, como diversos outros setores, passa por um momento difícil com cortes de verbas. Mas devemos ressaltar que a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), nos termos em que foi aprovado, representa uma grande conquista e requer o empenho de todos para a garantia dos investimentos previstos, com destaque para a valorização dos professores.

O Novo PNE é fator de fortalecimento da luta, especialmente nos estados e municípios que ainda não pagam o piso nacional do magistério, que ainda não tem estruturado um plano de cargos, carreira e salários que contemplem as necessidades básicas e ao mesmo tempo que possibilite o aperfeiçoamento desses profissionais.

Embora já esteja garantido na Lei Nº 11.738/2008 a utilização de 1/3 da carga horária para a dedicação de estudos e planejamento de aulas, a sua aplicação ainda não é garantida plenamente, exigindo luta e mobilização dos professores.

Portanto, o dia do professor tem que ser comemorado, os profissionais devem ser homenageados, como nesse gesto aqui do Senado Federal, mas sabemos é também um dia de luta e de mobilização para a garantia e consolidação de conquistas e para se

empreender novas lutas, como as que estão ocorrendo em vários estados, nesse momento, por melhores condições de trabalho.

Devemos estar atentos para que a luta por melhor educação vai além da valorização do profissional e de maiores investimentos em educação. Importante salientar aqui sobre a questão de gênero, que ficou fora da maioria dos planos de educação, nos estados e municípios, por intolerância. A questão de gênero e a cultura da paz são essenciais nas escolas porque queremos construir uma sociedade onde todos tenham as mesmas possibilidades de acesso ao conhecimento, sem discriminação nenhuma.

Por fim, saudamos todos os professores, especialmente neste 15 de outubro, e nos somamos a eles na luta permanente para a garantia de uma educação de qualidade e laica que atenda os anseios da juventude e da classe trabalhadora.

Uma boa educação precisa de professores preparados e bem remunerados.

Sala das Sessões, de outubro de 2015.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1189, DE 2015

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações pormenorizadas acerca do conteúdo publicado no sítio eletrônico da Pasta no último dia 13, que divulgou a lista dos 500 maiores contribuintes inscritos na dívida ativa da União, sem maiores informações.

Segundo notícias publicadas largamente pela imprensa, a publicização do conteúdo em referência se justificaria pelos planos de efetuar “vendas” de parte da dívida ativa da União, que no caso em tela representaria um montante de R$ 392,3 bilhões. Criar-se-ia, portanto, um fundo lastreado em créditos da dívida considerados recuperáveis. Cotas do fundo seriam disponibilizadas à venda.

Ademais, noticiou-se ainda que a equipe econômica teria avaliado que R$ 150 bilhões em débitos inscritos em dívida ativa poderiam ser recuperados em prazo relativamente curto com a ação planejada.

Frente ao exposto, sirvo-me do presente para requerer o encaminhamento a esta Casa Legislativa das informações oficiais e pormenorizadas relativas ao assunto ora tratado. Pretende-se, portanto, o esclarecimento dos pontos levantados a seguir, não obstando sejam prestadas informações complementares.

1. A especulação divulgada por veículos da imprensa afirmando que haverá venda de títulos da dívida ativa da União faz parte dos planos do Ministério da Fazenda? Caso afirmativo, questiona-se:
    1.1 Qual montante da dívida ativa da União pretende-se disponibilizar para venda de títulos?
    1.2 Quanto pretende-se arrecadar?

2

1.3 Como se dará o processo de venda dos títulos da dívida ativa? Qual o cronograma planejado?

1.4 Qual a previsão de aplicação dos recursos advindos da arrecadação?

2. Além do montante divulgado contendo os 500 maiores contribuintes inscritos na dívida ativa da União, qual o valor global inscrito em dívida ativa atualmente?
3. Quais outros procedimentos o Ministério da Fazenda pretende adotar para alcançar os contribuintes devedores, a fim de haver adimplidas as obrigações contraídas com a Fazenda?

JUSTIFICAÇÃO

O sítio eletrônico do Ministério da Fazenda publicou no último dia 13 a lista dos 500 maiores contribuintes inscritos na dívida ativa da União. Diante disto, foram divulgadas notícias em diversos meios de comunicação acerca da suposta realização de vendas de títulos da dívida ativa da União no montante de R$ 392,3 bilhões.

Face ao exposto, pretende-se, portanto, informações oficiais pormenorizadas acerca do assunto em tela.

Sala das Sessões, em de outubro de 2015.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(À MESA DO SENADO FEDERAL)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 1191, DE 2015

Requeiro, na forma do disposto no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Proposta de Resolução do Senado Nº 26, de 2014, de minha iniciativa, em curso nesta Casa, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

(Deferido)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1192, DE 2015

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1.139, de 2015, de minha autoria, através do qual solicito a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 131, de 2015 com a Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2011 (que já tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nº 40, de 2012 e 19, 51 e 73, de 2013), que regulam matérias correlatas.

Sala das Sessões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

(Deferido)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 1193, DE 2015

Requeiro, na forma do disposto no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Proposta de Resolução do Senado Nº 24, de 2014, de minha iniciativa, em curso nesta Casa, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

(Deferido)

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1194, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, de autoria da Deputada Professora Raquel Teixeira, que "Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica", com o Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que "Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação", por regularem a mesma matéria.

Salas das Sessões, em de outubro de 2015.

Senador **ROMÁRIO**

(Inclua-se em ordem do dia oportunamente)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 1195, DE 2015

Nos termos dos incisos IV e V do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU para a realização de auditoria meticulosa no pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal nos últimos 10 anos, considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que registra número significativamente menor de pescadores existentes no Brasil do que aqueles que recebem o seguro, e Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – IPEA “Seguro defeso: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa”, publicado no ano eleitoral de 2014, que constata que dados administrativos registram que no Brasil, 584,7 mil indivíduos receberam ao menos uma parcela do seguro defeso, mas que de acordo com o censo, no mesmo período, em todo o País havia 275,1 mil pescadores artesanais. Dessa forma, fica evidente que o Governo Federal dispunha de dados suficientes para atuar, identificar e coibir as irregularidades, diminuindo o gasto para ser pago com dinheiro do contribuinte e não o fez. Assim, auditar o programa, para identificar irregularidades cometidas, bem como os responsáveis, e elucidar porque o Governo Federal demorou tanto tempo para atuar, é tarefa que se impõe ao controle externo.

JUSTIFICAÇÃO

Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2015, pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, tem o objetivo de suspender, por até 120 dias, os períodos de defeso previstos em diversos atos normativos para a realização do recadastramento dos pescadores artesanais.

Nota do Ministério da Agricultura observa que a providência adotada se justifica pela constatação de discrepâncias entre o número de beneficiários registrados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 2010, e o volume de recursos investidos no programa e os cadastros de pescadores que servem de base aos pagamentos.

Pesquisa no Portal Siga Brasil do Senado Federal, sobre a execução orçamentária da ação pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, - Orçamento da União para os exercícios de 2005 a 2015 - Unidade Orçamentária: Fundo de Amparo ao Trabalhador-, demonstram que o valor do dispêndio cresceu mais de 11 vezes nos últimos 10 anos. A

2

dotação orçamentária inicial saltou de R$ 254 milhões em 2005 para R$ 2,9 bilhões ao ano em 2015, conforme o quadro abaixo:

	Dotação Inicial	Autorizado	Despesa Executada	Pago
2005	254.396.775,00	254.396.775,00	212.422.900,00	203.606.500,00
2006	212.779.430,00	331.116.984,00	331.116.704,00	330.423.650,00
2007	410.081.610,00	545.889.771,00	484.409.066,00	451.766.306,00
2008	649.528.193,00	602.175.381,00	540.372.148,30	514.472.828,30
2009	819.030.643,00	908.317.483,00	908.317.483,00	908.317.483,00
2010	928.063.355,00	1.200.986.875,00	1.179.128.670,00	1.179.128.670,00
2011	1.264.498.589,00	1.312.981.978,00	1.264.498.589,00	1.264.498.589,00
2012	1.614.291.616,00	1.892.543.744,00	1.892.543.744,00	1.859.353.569,96
2013	1.959.214.609,00	1.959.214.609,00	1.891.732.660,56	1.802.175.509,25
2014	2.429.809.373,00	2.399.659.373,00	2.399.659.373,00	2.310.619.343,00
2015	2.918.453.190,00	2.918.453.190,00	2.328.888.107,52	2.328.888.107,52

O Governo Federal negligenciou os dados que deveriam orientar a formulação de políticas públicas durante cinco anos, e só agora, acuado pela falta de recursos oriunda do excesso de gastos e políticas econômicas desastrosas, lança mão dos dados do IBGE para promover ajuste em uma política pública que deveria ter sido orientada, desde o início, pelos dados produzidos pelo IBGE, cujo trabalho é financiado pelo contribuinte brasileiro.

A negligência aos dados produzidos pelo IBGE não se deu em filigranas, mas sim com relação ao cerne dos dados produzidos pelo Instituto.

O que ocorreu foi que o número de pessoas beneficiadas pelo programa de pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal foi bem superior ao número de pescadores artesanais identificados pelo IBGE.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada - IPEA, fundação pública que integra a estrutura básica do Governo Federal e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, publicou em 2014 o estudo – "Seguro defeso: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa".

No estudo, o IPEA observa que de acordo com os dados administrativos, em 2010, em todo o Brasil, 584,7 mil indivíduos receberam ao menos uma parcela do seguro defeso. Por sua vez, de acordo com o censo, no mesmo período, em todo o país, havia 275,1 mil pescadores artesanais.

Do contraste entre ambos os números, chega-se à diferença de 309,6 mil indivíduos – que, aparentemente, correspondem aos que auferiram o benefício do seguro defeso, mesmo sem apresentar o perfil definido na legislação do programa.

O estudo do IPEA foi publicado em abril 2014 e só agora o Poder Público sinaliza com o início do recadastramento dos pescadores artesanais.

3

Diversos são os textos na internet informando que o seguro defeso estava também sendo utilizado como programa de compra de votos. No final de 2014 matérias publicadas informaram que a Polícia Federal já havia tomado depoimento de eleitores que receberam as carteiras cinco dias antes das eleições - parte deles assentados da reforma agrária. Eles disseram ter vendido o voto em troca do benefício. Informaram também que a investigação estava sob sigilo.

http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ministerio-da-pesca-e-suspeito-de-fraudar-licencas/

http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1641239-ministerio-da-pesca-e-suspeito-de-fraudar-licencas

Matéria sobre o tema também foi publicada pelo jornal do Valor Econômico em setembro de 2015.

Diante, portanto, das sobras que pairam sobre o programa, e considerando o volume de recursos públicos envolvidos, o Parlamento não pode se contentar com a simples suspensão do programa para a realização de um recadastramento. Necessário a realização de auditoria minuciosa para identificar as irregularidades, seus responsáveis, e proporcionar a aplicação das punições cabíveis.

O dinheiro do contribuinte deve ser aplicado com responsabilidade, não sendo admissível apenas declarar que ocorreu erro, gastou além do que deveria e não atribuir responsabilidade a quem realizou os “mal feitos”.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 1196, DE 2015

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, que a Sessão Especial do Senado Federal em homenagem aos 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, objeto do Requerimento nº 878 de 2015, aprovado pelo plenário em 9 de setembro do ano corrente, tenha sua data alterada para o dia 12 de novembro de 2015.

Sala das Sessões,

Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **WALDEMIR MOKA**

Aprovado em 20/10/2015
Senador Romário
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

À MESA
para decisão.
Em 20/10/2015
Senador Sérgio Petecão
1º Suplente

Requerimento nº 1197, de 2015

REQUERIMENTO Nº 1128, DE 2015

SF/15877.41279-91

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, as seguintes informações:

1. O Ministério da Educação, no âmbito do ajuste fiscal, promoveu cortes no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Qual a magnitude desses cortes?

2. Há, atualmente, atrasos no repasse de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2014 referentes ao módulo básico? E no que diz respeito às verbas de ações agregadas do ano passado? Qual o montante dos valores atrasados e para quais funções eles se destinam?

3. Existe atraso no repasse de verbas do módulo básico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2015, geralmente pagas até junho? Já existe cronograma para as etapas de ações agregadas deste ano?

4. O Ministério da Educação tem programação para resolver o problema dos atrasos de repasses financeiros no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), caso eles existam? Qual é o cronograma?

5. Existe previsão de reestruturação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Haverá cortes de verbas? Quais serão os critérios para repasse?

Página: 1/2 20/10/2015 12:26:12
b5801c1b5e86a5d923a5e82e1ccf421c31c28acc

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **SIMONE TEBET**

SF/15877.41279-91

JUSTIFICAÇÃO

A mídia noticia que não foi feito o repasse de R$ 2,9 bilhões previstos a escolas públicas de educação infantil e de ensinos fundamental e médio de todo o País. Além de custear pequenos reparos e compra de materiais, a verba do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é usada em ações pedagógicas, como oficinas das escolas de tempo integral.

Há informações de que em diversas escolas ocorreram redução e suspensão de atividades no contraturno, além da dificuldade de aquisição de materiais e adiamento de reparos na estrutura física, o que é muito grave.

Nosso requerimento visa a obter informações sobre essa questão, em respeito a uma das atribuições principais do Poder Legislativo, que é a de fiscalizar a atuação do Poder Executivo.

Ademais, além de servirem para fundamentar nossa atuação parlamentar, as informações requeridas se destinam também a informar a sociedade sobre a situação atual do financiamento da educação básica.

Em razão da importância do tema, solicito dos nobres Pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões,

Senadora **SIMONE TEBET**

Página: 2/2 20/10/2015 12:26:12
b5801c1b5e86a5d923a5e82e1ccf421c31c28acc

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Afonso Arinos - Gab. 11
CEP 70165-900 - Brasília - DF

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:57ª Reunião, Ordinária, da CE
Data: 20 de outubro de 2015 (terça-feira), às 11h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Morais (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

CONFERE COM O ORIGINAL
Willy da Cruz Moura
Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1198, DE 2015

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015, que *"Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol",* seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de outubro 2015.

Líder do Governo no Senado

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIAS

Em virtude da retirada do **Requerimento nº 1.139, de 2015**, do senador Randolfe Rodrigues, por meio do qual solicitara a tramitação conjunta das **Propostas de Emenda à Constituição n°s 131, de 2015,** e **102, de 2011**, as referidas matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

OFÍCIOS DE MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ofício n° 253, de 16 de outubro de 2015, do Ministro de Estado da Integração Nacional, em resposta ao **Requerimento de Informações n° 750, de 2015**, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA.

Ofício n° 268, de 16 de outubro de 2015, do Ministro de Estado da Integração Nacional, em resposta ao **Requerimento de Informações n° 798, de 2015**, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, DE 2015

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – FPASUDAM, com a finalidade de:

I – promover amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, visando o aprimoramento da legislação federal que possibilite a ampliação e consecução dos objetivos, metas e diretrizes de natureza supraestadual ou sub-regional da SUDAM;

II – acompanhar as políticas públicas, projetos e programas na área de atuação da SUDAM, visando o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal;

III – articular, sugerir e intermediar discussões juntos aos Poderes Legislativo e Executivo visando a implementação regional de política industrial, tecnológica e de comércio exterior que considere as potencialidades e especificidades da área de atuação da SUDAM;

IV - compartilhar informações e interceder perante órgãos ministeriais, instituições científicas (públicas e privadas) e organismos internacionais, para a promoção e execução de ações emergenciais e prioritárias voltadas ao desenvolvimento regional, inter-regional e intrarregional;

V - acompanhar, monitorar e avaliar os recursos públicos destinados para a região, buscando orientar sua execução nas áreas prioritárias e estratégicas;

VI – defender os interesses socioeconômicos na área de atuação da SUDAM;

VII – apoiar e incentivar iniciativas públicas e privadas de investimentos em áreas como: infraestrutura econômica e social, inovação científica e tecnológica e, sobretudo, em saúde, educação e infraestrutura básica (esgotamento sanitário e abastecimento de água);

VIII – promover o diálogo propositivo sobre a transparência dos investimentos públicos na área de abrangência da Amazônia Legal e interceder pelo cumprimento dos acordos e convênios celebrados entre a União e os entes estaduais para a consecução dos objetivos e metas econômicas e sociais da SUDAM.

Parágrafo único. Os trabalhos da FPASUDAM poderão, por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Geral, ser delegados para compartilhamento às representações estaduais e coordenações temáticas.

Art. 2º A FPASUDAM reunir-se-á sempre que convocada pelos seus órgãos de direção (Assembleia Geral, Mesa Diretora e Conselho Consultivo), preferencialmente nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência ou necessidade, reunir-se em qualquer outro local, em Brasília ou em outra Unidade da Federação, mediante antecipada comunicação aos seus membros.

Art. 3º A FPASUDAM será integrada, inicialmente, pelas Senhoras e Senhores Senadores que assinarem a Ata de sua instalação, podendo a ela aderir, a qualquer tempo, outros parlamentares do Senado Federal.

Art. 4º A FPASUDAM reger-se-á pelo seu regimento interno, observado o Regimento Interno do Senado Federal ou, na falta de previsão nestes, por maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Até a aprovação do seu Regimento Interno, o funcionamento da FPASUDAM observará as deliberações tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Com uma área de 5.217.423 km² onde, geograficamente, localizam-se os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e, parcialmente, o Maranhão, é área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e sobre ela tem competência de definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável.

Considerando que a área corresponde a 61% do território nacional, desnecessário qualificar com adjetivos tão grande responsabilidade e desafio, ainda maior pelas enormes diferenças em termos de desenvolvimento econômico e social quando comparadas com as demais regiões do País. Tampouco são menores as responsabilidades dos Estados, considerando as dificuldades em promover um desenvolvimento que seja sustentável, sem agredir o meio ambiente, áreas de preservação, parques e áreas indígenas, associadas com as imensas distâncias que separam as mercadorias e produtos que chegam do Sul e Sudeste e abastecem seus mercados e habitantes.

Detentores de incomensuráveis riquezas, a começar por sua biodiversidade, esses Estados precisam conciliar muitas vezes o inconciliável, sem lograr o desenvolvimento que diminua as desigualdades regionais. É nesse contexto que a SUDAM tem o dever-poder de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento dos Estados sobre esse território e,

concomitantemente, propor projetos, programas e ações, dentro das normas que regem o Orçamento Geral da União, que permitam a esses entes da Federação investimentos nos setores mais carente de suas economias locais.

Assim sendo, não podemos ficar inertes, como observadores, quando podemos ser agentes parceiros na promoção das ações a serem empreendidas pela SUDAM, envidando esforços e apoio a essa Superintendência para a consecução de seus objetivos, diretrizes e instrumentos de Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Como representantes que somos de nossos Estados, filhos dessa imensa região, irmanados pelos mesmos sentimentos de necessidade de crescimento econômico e social e criar esperança para nossos conterrâneos, que propugno pela instituição, no âmbito desta Casa Legislativa, da Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – FPASUDAM, para a qual espero a adesão e anuência dos nobres Pares.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2015.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

LEGISLAÇÃO CITADA

Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e Diretora)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 50, DE 2015

Altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as cessões de recebíveis relativos aos direitos creditórios da dívida ativa não sejam enquadradas como operação de crédito, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 5º** .....

.....

VII - em relação aos créditos inscritos em dívida ativa:

a) ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa de forma não definitiva ou com cláusula revogatória.

b) ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa com assunção, pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, perante o cessionário, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

§ 1º - .....

§ 2º Qualquer receita proveniente da antecipação de receitas de royalties será exclusiva para capitalização de Fundos de Previdência ou para amortização extraordinária de dívidas com a União.

§ 3º Nas operações a que se refere o inciso VI, serão observadas as normas e competências da Previdência Social relativas à formação de Fundos de Previdência Social.

....." (NR)

Art. 2º Fica revogada a alínea "c" do inciso VII do art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

A dívida ativa é o conjunto de créditos da Fazenda Pública remetidos às Procuradorias para inscrição e cobrança executiva após esgotado o prazo final para pagamento estabelecido em lei. Ela é formada por créditos tributários e não-tributários, provenientes do não pagamento de tributos, respectivos adicionais e multas, e de créditos não tributários, ou seja, qualquer crédito líquido e certo que, por determinação de lei ou contrato, seja de titularidade do Estado. Trata-se, portanto, de receita vencida, cujo fato gerador ocorreu em data pretérita.

A cessão do fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa é realizada nos termos de lei autorizativa específica e do contrato de cessão. Essa operação não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório objeto da cessão, e não altera as condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento. O Ente Federativo, por sua vez, não responde pela solvência dos contribuintes, nem assegura ou, por qualquer forma, responsabiliza-se pela liquidação dos direitos creditórios cedidos. Ademais, os títulos não contam com a garantia dos bancos arrecadadores, do banco centralizador, ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

Neste ano, foi aprovada a Resolução do Senado Federal nº 11 de 2015, que teve por objetivo tornar explícita a interpretação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre a cessão de créditos da dívida ativa e as vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, a Resolução foi além, criando barreiras inadequadas à operação de cessão de créditos da dívida ativa. Os dispositivos criados igualaram as operações de cessão de créditos às de antecipação de receitas de royalties – duas ações de natureza completamente distinta

O art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, passou a vigorar acrescido do inciso VII, com suas respectivas alíneas:

> "Art. 5º. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
>
> .....
>
> VII- em relação aos créditos inscritos em dívida ativa:
>
> a) ceder o fluxo de recebimentos relativos a período posterior ao do mandato do chefe do Poder Executivo, exceto para capitalização de Fundos de Previdência ou para amortização extraordinária de dívidas com a União;
>
> b) dar em garantia ou captar recursos a título de adiantamento ou antecipação do fluxo de recebimentos, cujas obrigações contratuais respectivas ultrapassem o mandato do chefe do Poder Executivo.
>
> c) cedê-los em caráter não definitivo ou quando implicar, direta ou indiretamente, qualquer compromisso de garantir o recebimento do valor do crédito cedido, em caso de inadimplemento por parte do devedor."

Ao estabelecer as mesmas restrições aplicáveis às operações de antecipação de royalties – expressas pelas alíneas "a" e "b" – para operações de cessão de direitos creditórios da dívida ativa – a Resolução do Senado nº 11, de 2015 vedou a venda dos direitos creditórios da dívida ativa de maneira indesejável e, ainda, vinculou ilegalmente os recursos oriundos das cessões dos direitos creditórios a pagamento de dívida e despesas previdenciárias.

As operações relativas a royalties, participações especiais e compensações financeiras referem-se a fatos geradores de direitos e receitas futuras e não de direitos e fatos geradores ocorridos no passado e inadimplidos pelos contribuintes. Ou seja, no caso dos royalties, há uma expectativa de direito e consequentemente de receita por parte do Estado. A limitação de antecipação das receitas no tempo é uma maneira de evitar que todo o fluxo de direitos futuros seja empregado em um único período. Mas esta não se confunde com o direito já ocorrido, com fato gerador passado, como é o caso dos direitos creditórios da dívida ativa.

Pelas razões expostas, propõe-se esta nova redação ao inciso VII do art. 5º, que trata adequada e corretamente a natureza das operações de cessão de direitos creditórios da dívida ativa, garantindo-se apenas que a cessão do direito creditório seja feita

de forma definitiva e explicitando que o risco associado à eventual inadimplência nos créditos cedidos não ficará nas mãos do Ente Federativo.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SERRA Senador ROMÁRIO

Senador **JOSÉ SERRA**
Senador **ROMÁRIO**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - 101/00
urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43
artigo 5º
inciso VII do artigo 5º
urn:lex:br:federal:resolucao:2015;11

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, DE 2015

Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há algumas décadas Florianópolis iniciou sua trajetória para se firmar como o mais notável polo de inovação tecnológica do País. As tradicionais atividades vinculadas ao turismo, que por muito tempo constituíram o principal eixo econômico da bela Ilha de Santa Catarina, deram a primazia a empresas que fazem da tecnologia e da inovação sua mola propulsora.

A vocação tecnológica da Capital catarinense, já firmemente estabelecida, apresenta uma compatibilidade extremamente relevante com a preservação do meio ambiente natural da ilha, evitando os danos decorrentes das atividades industriais pesadas.

O impulso inicial para a constituição desse pujante setor pode ser situado no ano de 1984, quando é criada a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI), seguida, dois anos depois, pela primeira incubadora de base tecnológica do País, posteriormente denominada de CELTA (Centro de Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas). Com a criação do MIDI Tecnológico, em 1998, consolida-se o modelo catarinense de incubação, que se tornou referência nacional e tem

obtido amplo reconhecimento, a exemplo do Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador promovido pela ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), concedido por diversas vezes, desde 1997, tanto às incubadoras de Florianópolis, como às empresas por elas incubadas.

Em 1986 é constituída a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), sendo implantado, em 1993, o primeiro parque tecnológico da cidade (Alfa), com mais de setenta empresas de tecnologia instaladas. O projeto do Sapiens Parque, parceria do Governo do Estado e do CERTI, surge, com seus 4,5 milhões de metros quadrados, em 2005, voltando-se para a implantação de empresas e iniciativas inovadoras em tecnologia, turismo e serviços. Em 2009, com a criação do Parque Tecnológico ACATE, no bairro de Santo Antônio de Lisboa, consolida-se a Via da Inovação, formada por universidades, centros tecnológicos e condomínios para empresas de tecnologia dispostos ao longo da rodovia SC 401.

No que toca às iniciativas de responsabilidade exclusiva do Poder Público, tivemos a instituição da Fundação de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC) em 1995. A regulamentação da Lei Catarinense de Inovação ocorre em 2009, mesmo ano em que é criada a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Florianópolis. Por fim, em 2012, a Lei Municipal de Inovação é aprovada pela Câmara de Vereadores, sendo constituído, pouco depois, o Conselho Municipal de Inovação.

Não há dúvida de que uma feliz conjunção de fatores positivos tem explicado o sucesso do setor de inovação e tecnologia em Florianópolis, já amplamente reconhecido no exterior desde 2006, quando a revista internacional *Newsweek* elegeu Florianópolis uma das "dez cidades mais dinâmicas do mundo". As urnas eletrônicas produzidas na ilha, para nos referirmos a um único produto, é um exemplo de inovação que obteve grande repercussão e aceitação em outros países.

Contribuíram, sem dúvida, nessa conjunção bem sucedida os investimentos em educação básica, que se refletem em um dos mais baixos índices de analfabetismo do País, assim como na educação de nível médio e superior. Nesta última, devemos destacar o importante papel da Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1960, avaliada como uma das melhores universidades da América Latina e que tem, recentemente, aberto novos cursos voltados para a tecnologia, a exemplo de Design de Produto, Design de Animação e Ciência e Tecnologia Agroalimentar. Do mesmo modo, concorrem para a oferta de mão de obra qualificada os dois *campi* da Universidade do Estado de Santa Catarina e o Instituto Federal de Santa Catarina, ao lado de outras instituições de ensino superior e profissional.

Os empenhos conjugados das empresas, dos Poderes Executivo e Legislativo no âmbito municipal, estadual e federal, de organizações da sociedade civil e da população mesma de Florianópolis, quer nativa, quer oriunda de outros locais, impulsionaram e consolidaram uma fórmula que vem apresentando resultados notáveis, os quais serão, em breve, ainda mais amplos e admiráveis.

Esse conjunto de esforços e realizações deve ser, decerto, enfaticamente reconhecido e estimulado, inclusive para servir de exemplo a outros municípios e estados brasileiros, que podem, em seu conjunto, ter um papel muito mais empreendedor e inovador no campo da tecnologia. É, indubitavelmente, uma necessidade de nosso País deixar de ser tão somente um importador e consumidor de tecnologia, para assumir um papel de protagonista no processo de intensa transformação tecnológica e econômica do mundo contemporâneo.

Por tais razões, peço o decidido apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador **DÁRIO BERGER**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2015

Inclui o inciso III no art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para considerar como agravante, nos crimes praticados mediante violência ou grave ameaça a pessoa, o potencial lesivo da arma de fogo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso III e parágrafo único:

"**Art. 61.**.....

.....

III – o potencial lesivo da arma de fogo, nos crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça a pessoa.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, a pena será agravada da metade se a arma de fogo for de uso permitido e será aplicada em dobro se a arma de fogo for de uso restrito." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o relatório do Mapa da Violência 2015, divulgado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), quase cinco brasileiros morrem por hora no País, vítimas de armas de fogo. Considerando os dados oficiais de 2012, 42.416 pessoas foram vítimas de armas de fogo no Brasil – uma média de 116 mortes/dia, das quais 94,5% (40.077) foram resultado de homicídios.

A séria histórica do Mapa da Violência aponta que 880.386 pessoas morreram por disparo de arma de fogo entre 1980 e 2012 no Brasil, sendo que 747.760 foram assassinadas. De lá para cá, houve um aumento de 387% até 2012. Se em 1980 o total de mortos por armas de fogo foi de 8.710 pessoas, em 2012 o número subiu para 42.416 óbitos. A título de comparação, a população brasileira cresceu 61% nesse mesmo período.

O carro-chefe desse crescimento foi o homicídio. Enquanto as mortes acidentais caíram 26,4%, os assassinatos subiram 556,6%, ficando os suicídios com armas de fogo com um aumento menor, de 49,8%.

Em relação a outros países, o Brasil aparece na 11ª posição entre aqueles com mais mortes por arma de fogo no planeta. A taxa de 21,9 óbitos para cada 100 mil habitantes, em um total de 90 países, leva em conta dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). É menos da metade da taxa de 55,4 óbitos da Venezuela, líder do mundo neste quesito. Entretanto, Japão, Coréia do Sul, Marrocos e Hong Kong não registraram uma morte sequer por arma de fogo.

Ressalte-se que os números poderiam ser ainda piores se não houvesse sido editado o Estatuto do Desarmamento. O levantamento diz que 160.036 pessoas tiveram suas vidas poupadas graças ao controle de armas que existe hoje no País. Destas, 113.071 vidas estimadas pertencem a jovens, notoriamente as maiores vítimas da violência no Brasil.

Diante desse quadro, o uso de armas de fogo na prática de crimes deve ser intensamente coibido pela legislação penal brasileira. Ademais, deve-se diferenciar também o tipo de arma de fogo utilizado. O agente que usa arma com potencial lesivo superior necessita de punição mais severa, tendo em vista que emprega, na prática do crime, um meio potencialmente mais perigoso, que diferencia sua conduta do criminoso comum. Não se pode equiparar aquele que usa uma arma de fogo comum (uso permitido) com outro que utiliza armamento de fogo de uso restrito, com grande potencial lesivo.

Sendo assim, propomos que o potencial lesivo da arma de fogo seja considerado como agravante genérica nos crimes praticados mediante violência ou grave ameaça a pessoa. Ademais, o agravamento será proporcional ao tipo de armamento utilizado, sendo a pena aumentada da metade no caso de crimes praticados com arma de fogo permitido e em dobro se arma for de uso restrito.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **RAIMUNDO LIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL - 2848/40
- artigo 61
- inciso III do artigo 61

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 691, DE 2015

Fica instituído o Programa Nacional de Investimento e Fortalecimento da Educação (Pronife), com a finalidade de captar e canalizar recursos destinados à reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e às instituições privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social de atendimento direto e gratuito ao público, e altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2016 e até o ano-calendário de 2021, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido pelas pessoas físicas ou jurídicas os valores despendidos a título de doação, no apoio direto a projetos de reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e às instituições privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social de atendimento direto e gratuito ao público, previamente aprovados nos termos do regulamento.

§ 1º As deduções de que trata este artigo aplicam-se:

I - às pessoas físicas que optam pela Declaração de Ajuste Anual utilizando a opção pelas deduções legais; e

II - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 2º As deduções de que trata o *caput* deste artigo ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 4% (quatro por cento) do imposto devido, observado o limite previsto no inciso II do *caput* do art. 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em cada período de apuração;

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 3º As pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores de que trata o *caput* deste artigo para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

§ 4º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios fiscais e deduções em vigor.

§ 5º As doações poderão assumir as seguintes espécies de atos gratuitos:

I - transferência de quantias em dinheiro em conta específica;

II - transferência de bens móveis; e

III - realização de despesas em conservação, manutenção ou reparos nos bens móveis, imóveis e equipamentos.

Art. 2º Na hipótese da doação em bens, o doador deverá considerar como valor dos bens doados:

I - para as pessoas físicas, o valor constante da última declaração do imposto sobre a renda; e

II - para as pessoas jurídicas, o valor contábil dos bens.

Art. 3º A avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos apresentados na forma prevista nesta Lei, será determinada pelo regulamento.

§ 1º A aprovação dos projetos de que trata o *caput* deste artigo somente terá eficácia após a publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado, a instituição responsável, o valor autorizado para captação e o prazo de validade da autorização.

§ 2º Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei serão acompanhados e avaliados nos termos do regulamento.

Art. 4º Constituem infração aos dispositivos desta Lei:

I – o recebimento pelo doador de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência da doação que com base nela efetuar;

II – a atuação do doador ou do proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo nela previsto;

III – o desvio, para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos, de recursos, bens, valores ou benefícios com base neles obtidos;

IV – o descumprimento de qualquer das suas disposições ou das estabelecidas em sua regulamentação.

Art. 5º As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sujeitarão:

I – o doador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação;

II – o infrator ao pagamento de multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente, sem prejuízo do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Art. 6º A instituição destinatária titular da doação deve emitir recibo em favor do doador, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Art. 7º Os recursos objeto de doação deverão ser depositados e movimentados em conta bancária específica em nome da instituição destinatária.

Parágrafo único. Não serão considerados, para fins de comprovação do incentivo, os aportes em relação aos quais não se cumpra o disposto neste artigo.

Art. 8º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

> "Art. 12.....
>
> .....
>
> IX – a partir do ano-calendário de 2016 e até o ano-calendário de 2021, inclusive, os valores despendidos a título de doação, no apoio direto a projetos à reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e às entidades privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social de atendimento direto e gratuito ao público previamente aprovados....." (NR)

Art. 9º O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III e IX do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.” (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A educação pública no Brasil tem sido historicamente carente dos recursos necessários para oferecer um ensino de qualidade a todos os cidadãos. E, na atual conjuntura de crise econômica, em que até os escassos recursos destinados à educação estão sendo contingenciados, esse problema se torna ainda mais grave.

Dessa forma, nada mais oportuno que buscar fontes alternativas de recursos que possam minimizar as dificuldades enfrentadas especialmente pelas escolas e creches da rede pública, que se encontram carentes de recursos para reestruturação e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino. Sabemos, ademais, que nos mais diversos cantos do País há crianças e adolescentes sem frequentar escolas, por não existir nenhuma perto de sua casa, ou que assistem aulas em locais sem condições estruturais mínimas para oferecer ensino adequado.

Nesse sentido, da mesma forma que a Lei Rouanet oferece incentivos para que os projetos culturais por ela beneficiados possam ser financiados com recursos privados, consideramos pertinente e oportuno conceder benefícios similares a projetos de reforma, ampliação, e estruturação de escolas e creches municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, e privadas de ensino especial, conforme estipulado no Art. 1º do presente projeto.

Assim, pela nossa proposta, a partir do ano-calendário de 2016 e até o ano-calendário de 2021, inclusive, as pessoas físicas que optam pelo modelo completo da declaração de ajuste anual e as jurídicas que apuram o lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido os valores despendidos a título de doação, no apoio direto aos projetos mencionados.

As doações poderão ser em dinheiro, bens móveis, bem como por meio de realização de despesas em conservação, manutenção ou reparos nos bens móveis, imóveis e equipamentos.

Destacamos que, relativamente à dedução, no imposto de renda, dos valores correspondentes às doações para apoio a projetos de reforma e estruturação de escolas e creches públicas, mantivemos na proposição os limites de abatimento estabelecidos atualmente pela legislação (de 4% do imposto devido pelas pessoas jurídicas e de 6% do imposto devido pelas pessoas físicas).

Isso significa que a aprovação de deduções no cálculo do imposto de renda das doações nos moldes previstos nesta proposição não implica necessariamente a renúncia de receitas, já que esses abatimentos ficarão inseridos nos limites já previstos para esse tributo.

Além de termos tido o cuidado de estabelecer os mesmos limites de dedução do imposto de renda atualmente permitidos, consideramos que eventuais perdas de receita ocasionadas pela aprovação desta proposta serão compensadas pelo retorno materializado na canalização de recursos para projetos de melhoria da estrutura física de escolas e creches da rede pública, com impactos positivos para toda a educação brasileira.

Feitos esses apontamentos, considerando a relevância deste projeto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Mensagem de veto
Texto compilado

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

~~I - as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;~~

I - as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; (Redação dada pela Lei nº 12.213, de 2010) (Vigência)

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV - (VETADO)

V - o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI - o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

~~VII - até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~
~~VII - até o exercício de 2015, ano-calendário de 2014, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)~~
~~VII - até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 656, de 2014)~~

VII - até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado; e (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015)

~~VIII - doações e patrocínios diretamente efetuados por pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde.(Incluído pela Medida Provisória nº 563, de 2012)~~

VIII - doações e patrocínios diretamente efetuados por pessoas físicas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.715, de 2012)

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

§ 2° (VETADO)

§ 3° - A dedução de que trata o inciso VII do caput deste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

I - está limitada: (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

b) ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

II - aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

III - não poderá exceder: (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

b) ao valor do imposto apurado na forma do art. 11 desta Lei, deduzidos os valores de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

IV - fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual. (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) ~~(Vide Medida provisória nº 284, de 2006)~~

Art. 13. O montante determinado na forma do artigo anterior constituirá, se positivo, saldo do imposto a pagar e, se negativo, valor a ser restituído.

Parágrafo único. Quando positivo, o saldo do imposto deverá ser pago até o último dia útil do mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

~~Art. 14. À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:~~

Art. 14. À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Conversão da MPv nº 1.602, de 1997
Produção de efeito
(Vide Decreto nº 6.306, de 2007)

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2003, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, a alíquota, de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), e as parcelas a deduzir, até 31 de dezembro de 2001, de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) e R$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais), e a partir de 1º de janeiro de 2002, aquelas determinadas pelo art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, a saber, de R$ 423,08 (quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) e R$ 5.076,90 (cinco mil e setenta e seis reais e noventa centavos). (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

~~Parágrafo único. Ficam restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2000, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e as respectivas parcelas a deduzir de R$ 315,00 (trezentos e quinze reais) e R$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais) de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995.~~

~~Parágrafo único. São restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2003, a alíquota de vinte e cinco por cento e as respectivas parcelas a deduzir de trezentos e quinze reais e três mil, setecentos e oitenta reais de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 9.887, de 1999)~~ (Revogado pela Lei nº 10.828, de 2003)

Parágrafo único. São restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2004, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e as respectivas parcelas a deduzir de R$ 370,20 (trezentos e setenta reais e vinte centavos) e de R$ 4.442,40 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, modificados em coerência com o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

Art. 23. Na transferência de direito de propriedade por sucessão, nos casos de herança, legado ou por doação em adiantamento da legítima, os bens e direitos poderão ser avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do *de cujus* ou do doador

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto nº 6.306, de 14 de Dezembro de 2007 - 6306/07
Lei nº 4.862, de 29 de Novembro de 1965 - 4862/65
artigo 5º
Lei nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991 - LEI ROUANET - 8313/91
artigo 1º
Lei nº 8.685, de 20 de Julho de 1993 - LEI DO AUDIOVISUAL - 8685/93
artigo 1º
artigo 4º

9

Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - 9250/95
- artigo 3º
- artigo 11
- artigo 12
- inciso I do artigo 12
- inciso III do artigo 12
- inciso IX do artigo 12

Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997 - 9532/97
- inciso II do artigo 6º
- artigo 22

Lei nº 9.887, de 7 de Dezembro de 1999 - 9887/99
Lei nº 10.451, de 10 de Maio de 2002 - 10451/02
- artigo 1º

Lei nº 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 - 10637/02
Lei nº 10.828, de 23 de Dezembro de 2003 - 10828/03
Lei nº 11.311, de 13 de Junho de 2006 - 11311/06
Lei nº 11.324, de 19 de Julho de 2006 - 11324/06
Lei nº 12.213, de 20 de Janeiro de 2010 - 12213/10
Lei nº 12.469, de 26 de Agosto de 2011 - 12469/11
Lei nº 12.715, de 17 de Setembro de 2012 - 12715/12
Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 - 13097/15
Medida Provisória nº 284, de 6 de Março de 2006 - 284/06
Medida Provisória nº 563, de 3 de Abril de 2012 - PLANO BRASIL MAIOR NOVO REGIME AUTOMOTIVO (INOVAR-AUTO). - 563/12
Medida Provisória nº 656, de 07 de outubro de 2014 - 656/14

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 692, DE 2015

Denomina “Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima” o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima” todo o trecho da BR 104 que corta o Estado da Paraíba, desde o acesso a Nova Floresta, no Km 00, até a divisa com o Estado de Pernambuco, no Km 198,8.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido na Paraíba, em 1936, advogado, poeta e político, Ronaldo Cunha Lima foi Vereador, Prefeito de Campina Grande, Deputado Estadual, Governador do Estado, Deputado Federal e Senador da República.

Homem de fortes convicções democráticas, foi cassado pelo regime militar nos anos 70, período em que, ‘exilado’ no próprio País, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde montou escritório de advocacia a fim de garantir o sustento da família: a mulher e os quatro filhos, todos então menores de idade. Nessa época, Ronaldo ganhou notabilidade nacional quando participou do programa “O céu é o limite”, comandado por Jota Silvestre, na extinta TV Tupi, e sagrou-se vencedor. Detentor de memória privilegiada, Cunha Lima respondeu sobre a vida e a obra do também poeta Augusto dos Anjos e, para surpresa dos telespectadores, muitas vezes o fez com versos de improviso.

Quando morreu, em julho de 2012, uma verdadeira multidão cerrou infindável fileira para a última homenagem ao Poeta, como era conhecido. O Estado tomou-se de uma

emoção uníssona para a despedida do homem que cumpriu à risca o próprio lema de “fazer política como sacerdócio; jamais como negócio”.

Em quase 50 anos de carreira política, Ronaldo Cunha Lima assumiu quase todos os cargos eletivos, exceto o de Presidente da República. Campina Grande foi o palco de sua história política, onde ele realizou suas maiores obras, deixando como marca a construção do Parque do Povo, espaço que se tornou palco da festa que hoje é conhecida como o 'Maior São João do Mundo'.

O trecho da BR 104, objeto do Projeto de Lei em tela, liga a cidade de Campina Grande, na Paraíba, ao município de Caruaru, em Pernambuco, sendo conhecido como “Caminho do Forró”. Sendo assim, em consonância ao que determina a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, assim como reza a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, apresento o presente projeto, com o objetivo de imortalizar o nome daquele que jamais morreu na memória e na saudade dos paraibanos.

Sala das Sessões,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 6.454, de 24 de Outubro de 1977 - 6454/77
Lei nº 6.682, de 27 de Agosto de 1979 - 6682/79

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

RECURSOS

Recebidos os **Recursos nºs 7 e 8, de 2015**, interpostos no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 52 e 147, de 2015**.

São os seguintes os recursos na íntegra:

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

RECURSO Nº 7 , DE 2015

Nos termos do inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, de 2015, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

O PLS nº 147, de 2015, *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o produto da arrecadação dos impostos federais do art. 153, incisos I, II e IV, da Constituição Federal incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco bem como o produto da arrecadação do imposto federal do art. 153, inciso III, da Constituição Federal incidente sobre os lucros apurados das empresas produtoras desses bens sejam vinculados ao Fundo Nacional de Saúde.*

A proposição legislativa foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), em substituição às análises da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, na reunião de 7 de outubro último. Durante a discussão da matéria, houve a apresentação de voto em separado pela Senadora Gleisi Hoffmann, o qual não foi apreciado. Esse voto em separado contém argumentos contrários à aprovação do PLS nº 147, de 2015. Em síntese, o voto mostra que o projeto seria inconstitucional e, ademais, ineficaz em aumentar os recursos disponíveis para a área da saúde.

Diante do exposto, solicitamos o atendimento deste pedido de recurso a fim de que a matéria seja discutida em Plenário.

Sala das Sessões, de outubro de 2015.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Nome	Assinatura
1. Senador FERNANDO BEZERRA COELHO	
2. SENADOR DOUGLAS CINTRA	
3. Ana Amélia (PP/RS)	
4. Lindberg	
5. RANDOLFE RODRIGUES	
6. Benedita S. Lima	
7. Waldez Oliveira	
8. Wilder Morais	
9.	

9 FLEXA RIBEIRO

10 VALDIR RAUPP

11 DELCÍDIO AMARAL

12 Gleisi Hoffmann

13

RECURSO Nº 8 DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2015, que "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar o percentual de transferência dos recursos do DPVAT destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS).", seja submetido ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões em de outubro de 2015

SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL
Líder do Governo no Senado

ABERTURA DE PRAZO

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 52 e 147, de 2015**, ficarão sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

PARECERES

PARECER Nº 910, DE 2015

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Aviso n° 13, de 2015 (n° 26/2015, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.943, de 2014 – TCU – Plenário, acerca da fiscalização da ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste, decorrentes de atrasos em obras do Leilão de Transmissão nº 3/2012 – Aneel.

RELATOR: Senador *ad hoc* **WALDEMIR MOKA**

I – RELATÓRIO

Em exame, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Aviso (AVS) n° 13, de 2015, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário, acerca da ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica na Região Nordeste e atrasos em obras oriundas do Leilão de Transmissão nº 03/2012 – Aneel, compreendendo os lotes A, B e C.

Lida em Plenário, em 5 de março de 2015, a matéria foi distribuída à CRA, onde fui designada relatora em 24 de março de 2015.

O Acórdão nº 13, de 2015, é subscrito pelo Presidente do TCU, pelo Relator da matéria e pelo Procurador-Geral junto àquela corte de contas, respectivamente, Ministro Walton Alencar Rodrigues, no exercício da presidência, Ministro Substituto André Luís de Carvalho e Representante do Ministério Público junto ao TCU Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Compõem os autos, além do referido Acórdão, o Relatório e a Proposta de Deliberação do eminente Relator.

II – ANÁLISE

Em resumo, o Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário, conclui inicialmente pela necessidade de o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) se manifestar, em audiência, a respeito da extrapolação de prazos e de procedimentos adotados, para fins das Declarações de Utilidade Pública (DUP) em face do atraso imposto por revisões e novas exigências impostas pela agência no decorrer do andamento do processo de obtenção de DUP.

Quanto ao acesso a informações sensíveis à avaliação do empreendimento e riscos relacionados, o Acórdão dispõe ser necessária a elaboração de mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos traçados pelo corredor de traçado proposto, tais como informações relacionadas ao levantamento topográfico, estudos preliminares, Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para abertura de picadas para serviços de topografia, prospecção arqueológica para elaboração de Projeto de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial, entre outros.

O Acórdão aponta que há vários riscos fundiários que se materializaram, especialmente a dificuldade de negociação de valores para indenização e/ou realocação de donos de terras, bem como a dificuldade logística de tal tipo de empreendimento e quantidade de repartições cartoriais envolvidas. Ainda, outro ponto sensível foi a necessidade de alteração de localização de subestações devido a posicionamento errôneo em zonas de proteção ambiental, o que não foi apresentado nos relatórios da Empresa de Planejamento Energético (EPE).

O Acórdão constata que os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica dos lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012 – Aneel não vêm sendo cumpridos em razão de questões fundiárias, de licenciamento socioambiental e arqueológico, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico. Aduz a necessidade de adequação da sistemática do Relatório R3 – Caracterização e Análise Socioambiental por não apresentar informações suficientes para a caracterização da viabilidade socioambiental dos empreendimentos.

Determinou que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) observasse o princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, pois buscou executar o serviço de liberação fundiária negociando diretamente com os proprietários de terras avaliadas por ela, o que pode acarretar prejuízos à estatal e que a Secretária de Fiscalização de Obras de Energia e

Aeroportos do Tribunal de Contas da União (Secob Energia/TCU) realizasse a ação de controle no sentido de buscar alternativas para mudar o quadro atual de entraves em licenciamento de obras de energia elétrica, buscando a elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental.

Ressalta ainda que a Chesf precisa pautar suas decisões visando o retorno financeiro dos empreendimentos em que participar, e os empreendimentos em questão passaram a apresentar Taxa Interna de Retorno abaixo do praticado pela Eletrobras, com redução de aproximadamente 52% quando comparada com a previsão inicial. Mas conclui que o empreendimento não se enquadra como causador de resultados financeiramente negativos para a empresa.

Por fim, com fundamento nos dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o Acórdão decide por determinar juntada de sua cópia nas Tomadas de Conta TC 029.387/2013-2 e TC 023.736/2014-3 para agregar informações às ações de controle e fins de exames de controle de contas da Chesf.

III – VOTO

Considerando o exposto, opinamos para que esta Comissão:

a) tome conhecimento;

b) encaminhe requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário, nos termos da minuta a seguir apresentada; e

c) remeta o processado ao arquivo.

Sala da Comissão,

Senadora **ANA AMÉLIA**, Presidente

Senador **WALDEMIR MOKA**, Relator *ad hoc*

REQUERIMENTO Nº 1190 , DE 2015
(REQUERIMENTO Nº 46, de 2015-CRA)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito que sejam requeridas ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário, acerca da extrapolação dos prazos e procedimentos adotados para fins de emissão das Declarações de Utilidade Pública, mecanismos adotados para possibilitar a realização de estudo preliminares em estudos de levantamento topográfico e supressão vegetal, e situação das obras de transmissão em atraso.

Sala da Comissão,

, Presidente
Senadora Ana Amélia

, Relatora

, Relator "ad hoc"
Senador Waldemir Moka

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:36ª Reunião, Extraordinária, da CRA
Data: 01 de outubro de 2015 (quinta-feira), às 08h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (PP)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 915, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2014 (nº 376/2011, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus*.

Relator: Senador **REGUFFE**

I – RELATÓRIO

Encontra-se para análise desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 104, de 2014, de autoria da Deputada Nilda Gondim, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e regulagem de calibrador de pneus".

O projeto está estruturado em três artigos. O primeiro determina que os proprietários de postos de combustíveis e "estabelecimentos congêneres" sejam obrigados a realizar manutenção e regulagens periódicas em equipamentos de calibragem de pneus. O segundo sujeita os infratores da regra estabelecida no art. 1º a multa, e o último artigo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Em sua justificação a autora destaca que estudo realizado pela Universidade de Brasília apontou ser frequente encontrar calibradores de ar desregulados nos postos de combustíveis. Por outro lado, o efeito de calibragens incorretas incluiria maior desgaste dos pneus, maior consumo de combustível – com subsequentes efeitos deletérios sobre o meio ambiente –, e até mesmo, menor confiabilidade dos pneus em situações extremas, o que comprometeria a segurança dos passageiros do veículo.

A matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

II - ANÁLISE

Como o projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão, cabe-nos opinar não só sobre seu mérito, mas também acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Inicialmente, registre-se que a manutenção da calibragem adequada dos pneus é importante medida de segurança dos passageiros e conservação do veículo. Para se ter uma ideia, desde 2008 nos Estados Unidos, e desde 2012 na Europa, os veículos novos saem de fábrica com dispositivo de alerta de pressão baixa dos pneus.

Neste sentido concluem pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), ao mencionarem o exemplo de um carro popular que circule por três anos com uma pressão abaixo da ideal, o que poderia ensejar um prejuízo aproximado de R$ 4 mil reais. Levando-se em conta que um pneu rode 60 mil quilômetros; se não calibrado adequadamente, o pneu não passaria de 40 mil.

Outra importante consequência é o aumento de até 10% do consumo de combustível pelos veículos com pneus descalibrados, ocasionando um incremento desnecessário na emissão de gases derivados da queima de combustíveis fósseis.

Preocupante, outrossim, é a constatação de que mesmo que determinado proprietário do veículo siga as recomendações de verificar constantemente a calibragem de seus pneus em um posto de sua confiança, ainda assim poderá estar trafegando com estes acima ou abaixo da pressão correta. Isto porque, também concluiu estudo da UnB, é bastante comum os equipamentos calibradores dos postos de combustíveis estarem desregulados.

Como se sabe, trata-se de serviço opcional e gratuito oferecido pelos postos de combustíveis; porém, se for oferecido pelo empresário à sociedade, deve ser prestado com qualidade e respeito ao consumidor.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, pela **aprovação** do PLC nº 104, de 2014.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2015.

Senador Otto Alencar, Presidente

Senador REGUFFE, Relator

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:47ª Reunião, Extraordinária, da CMA
Data: 20 de outubro de 2015 (terça-feira), às 09h30
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

ARQUIVAMENTO

Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 910, de 2015**, da CRA, sobre o **Aviso nº 13, de 2015**, concluindo pela apresentação do **Requerimento nº 1.190, de 2015**, de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

O Requerimento vai à mesa para decisão.

O **Aviso nº 13, de 2015**, em cumprimento às conclusões do referido Parecer, vai ao Arquivo.

ABERTURA DE PRAZO

O **Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2014**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

COMUNICAÇÃO

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor do Aviso nº 60/2015, com posterior envio ao arquivo.

É o seguinte o Memorando:

SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 80/2015/CMA Brasília, 14 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do AVS nº 60/2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que dei conhecimento do AVS nº 60/2015 aos membros da CMA na reunião do dia 06 de outubro de 2015. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determinei o seu arquivamento. Dessa forma, encaminho para as devidas providências.

Respeitosamente,

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, INTERINO

– **Aviso nº 226, de 16 de outubro de 2015**, em resposta ao **Requerimento** de Informações **nº 707, de 2015**, de autoria do Senador Jorge Viana;

– **Aviso n° 236, de 20 de outubro de 2015**, em resposta ao **Requerimento** de Informações **nº 614, de 2015**, de autoria da Senadora Simone Tebet;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 72, de 2015 (nº 419/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles;

– Nº 73, de 2015 (nº 420/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas;

– Nº 74, de 2015 (nº 421/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada;

– Nº 75, de 2015 (nº 422/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos; e

– Nº 76, de 2015 (nº 423/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

– Nº 77, de 2015 (nº 424/2015, na origem), solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 50, de 2015, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Virginia Bernardes de Souza Toniatti para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

São as seguintes as Mensagens:

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 72, de 2015

(Nº 419/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Os méritos do Senhor Carlos Alfonso Iglesias Puente que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

EM nº 00424/2015 MRE

Brasília, 3 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

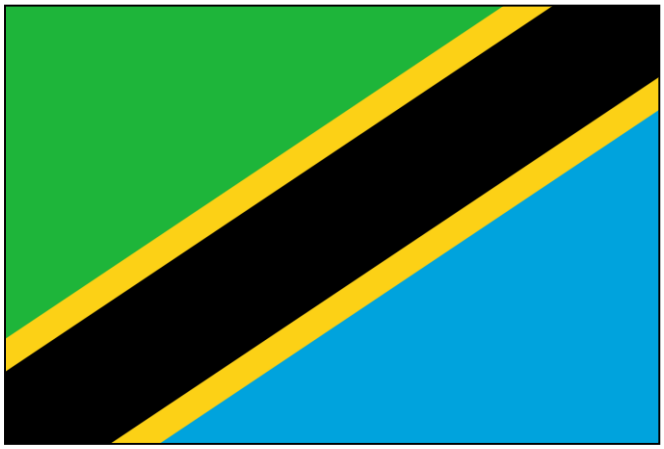
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ***Carlos Alfonso Iglesias Puente***
CPF.: 281.088.091-34
ID.: 9064 MRE

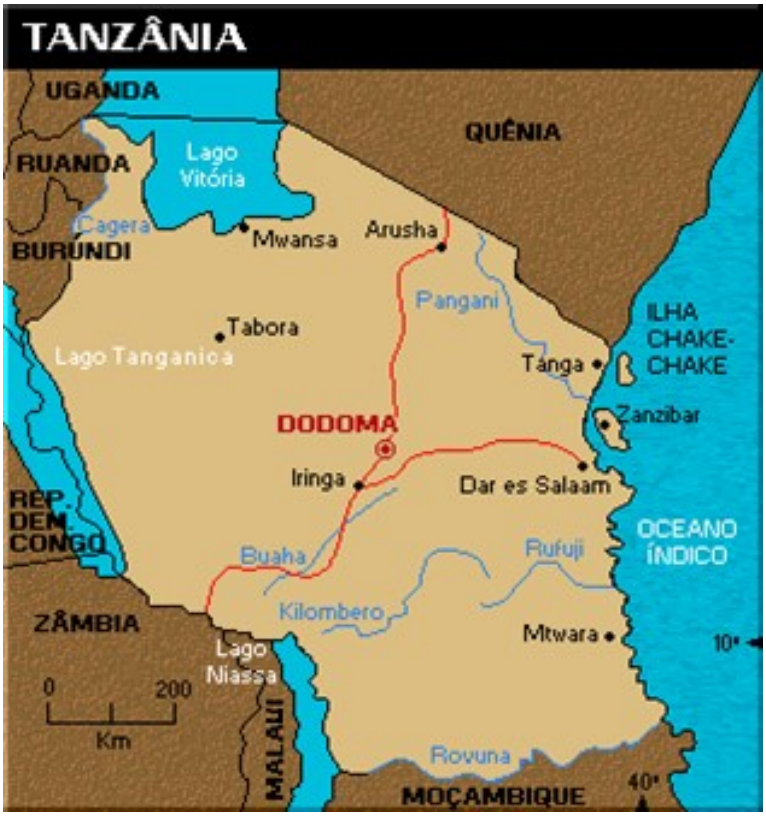
1963	Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, nasce em Poços de Caldas/MG
Dados Acadêmicos:	
1984	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1985	CPCD - IRBr
1994	CAD - IRBr
1994	Mestrado em Ciência Política pela University of Toronto, Canadá
2008	CAE - IRBr, A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005.
Cargos:	
1986	Terceiro-Secretário
1991	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1986-91	Secretaria Especial de Imprensa, assistente e assessor
1991-95	Consulado-Geral em Toronto, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
1995-97	Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
1997-2001	Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2001-06	Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo, Coordenador-Geral substituto
2005	Missão brasileira de cooperação técnica a Timor-Leste, nas áreas de Justiça, Legislativo, Educação, Saúde e Agricultura, Díli, Chefe de delegação
2005-06	Consulado-Geral em Toronto, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2006-10	Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Geral Adjunto
2010-12	Embaixada em Luanda, Ministro-Conselheiro
2012-	Embaixada em Pretória, Ministro-Conselheiro
2013	III Forum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS, Durban, chefe da delegação
2013	II Forum de Urbanização do BRICS, Durban, chefe da delegação
Condecorações:	
2013	Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
Publicações:	
2010	A Cooperação Técnica Horizontal brasileira como Instrumento da Política Externa, FUNAG, Brasília

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TANZÂNIA





Informação Ostensiva

Maio de 2015

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	República Unida da Tanzânia
CAPITAL:	Dodoma (capital oficial e sede do Legislativo); Dar es Salaam (sede do Executivo e Judiciário)
ÁREA:	885.800 km²
POPULAÇÃO:	47,6 milhões (2014 est.)
IDIOMAS OFICIAIS:	Suaíli e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (35%); Cristianismo (30%); religiões nativas/tradicionais (35%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (*Bunge*), composto por 357 membros com mandatos de cinco anos. Do total, 239 são eleitos diretamente, 102 mulheres são eleitas diretamente por votos de representação proporcional, 5 são eleitos pela Casa dos Representantes de Zanzibar, 10 são indicados pelo Presidente e 1 assento é reservado para o Procurador-Geral.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Jakaya Mrisho Kikwete (desde 21 de dezembro de 2005)
CHANCELER:	Bernard Kamillius Membe (desde 12 de janeiro de 2007)
PIB NOMINAL	US$ 47,9 bilhões (2014, FMI)*
PIB (PPP):	US$ 127,1 bilhões (2014, FMI)*
PIB *PER CAPITA*:	US$ 1005,6 (2014, FMI)*
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 2666,7 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	7,2% (2014)*; 7,3% (2013)*; 5,1% (2012); 7,9% (2011); 6,3% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,476 – 152º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	59,9 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	73,2% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Shiling tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Francis Ambakisye Malambugi
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	85 cidadãos

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2012.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TANZÂNIA (US$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→ Tanzânia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	19,1	17,91	18,69	31,32	52,12	66,11	67,11	24,18	25,00
Exportações	18,8	17,91	18,69	31,28	51,84	66,1	67,04	24,18	24,93
Importações	0,3	-	0,005	0,03	0,23	0,008	0,07	0,001	0,07
Saldo	18,5	17,91	18,69	31,25	51,57	66,09	66,97	24,18	24,86

Informação elaborada em 8 de maio de 2015, pelo Secretário Artur Andrade da Silva Machado (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

JAKAYA MRISHO KIKWETE
Presidente da República



Nasceu em 7 de outubro de 1950, na cidade de Msoga, leste da Tanzânia. Ingressou nas Forças Armadas da Tanzânia em 1972. Em 1976, foi promovido ao posto de Tenente e, em 1991, a Tenente-Coronel do Exército.

Graduou-se em Economia pela Universidade de Dar Es Salaam em 1975, ano em que se afiliou ao partido União Nacional Africana da Tanganica (TANU, da sigla em inglês), atual “Chama Cha Mapinduzi” (CCM – "Partido da Revolução", em suaíli). Trabalhou como membro do partido em diversas comunidades rurais da Tanzânia.

Em 1982, Kikwete foi eleito membro do Comitê Executivo Nacional do CCM, a mais alta instância decisória do partido. Em 1988, foi eleito Membro do Parlamento pelo Distrito de Chalinze e designado para o cargo de Vice-Ministro de Minas e Energia. Em 1990, foi nomeado Ministro de Recursos Hídricos, Energéticos e Minerais pelo Presidente Ally Hassan Mwyni.

Entre 1994 e 1995 ocupou o cargo de Ministro das Finanças. Em 1995, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional pelo Presidente Benjamin Mkapa, cargo que ocupou por dez anos seguidos.

Em 2005, Jakaya Kikwete foi eleito Presidente da Tanzânia, com cerca de 80% dos votos. Em 2008, ocupou a Presidência de turno da União Africana. Foi reeleito Presidente da Tanzânia em outubro de 2010, com 61% dos votos.

Visitou o Brasil em abril de 2012, ocasião em que participou da Reunião da Parceria para o Governo Aberto (OGP) e manteve breve encontro com a Senhora Presidente da República.

MIZENGO KAYANZA PETER PINDA
Primeiro-Ministro



Mizengo Kayanza Peter Pinda nasceu em 12 de agosto de 1948, na região de Rukwa, oeste da Tanzânia. Graduou-se em Direito pela Universidade de Dar es Salaam, em 1974. De 1974 a 1978, exerceu o cargo de Procurador do Estado. Foi Secretário Particular Assistente do Presidente da Tanzânia, de 1982 a 1992, e Tesoureiro do Gabinete da Presidência da República, de 1996 a 2000. Em 2000, foi eleito membro do Parlamento pelo distrito de Mpanda Mashariki. Entre 2006 e 2008, foi Ministro de Estado para a Administração Regional e Governo Local. Em fevereiro de 2008, Pinda foi designado para o cargo de Primeiro Ministro pelo Presidente Jakaya Kikwete, após renúncia do seu antecessor, Edward Lowassa, acusado de envolvimento em escândalo de corrupção.

Embora constitucionalmente seja chamado de Chefe de Governo, o Primeiro Ministro tanzaniano possui atribuições de coordenação das atividades de Governo, inclusive dos grandes programas implementados pelo Executivo, assemelhando-se, no Brasil, ao cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil.

Visitou o Brasil em outubro de 2011.

BERNARD KAMILLIUS MEMBE

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional



Bernard Kamilius Membe nasceu em 11 de novembro de 1953, na cidade de Rondo, Tanzânia. É Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Dar es Salaam (1984) e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Johns Hopkins, de Washington D.C. (1992).

De 1978 a 1980, trabalhou como Analista de Segurança Nacional no Gabinete de Defesa e Segurança Nacional da Presidência da República tanzaniana, cargo que desempenharia novamente entre 1984 e 1989. De 1992 a 2000, ocupou o cargo de Ministro Conselheiro do Alto Comissariado da Tanzânia em Ottawa. No ano 2000, foi eleito membro do Parlamento, cargo para o qual seria reeleito consecutivamente em 2005 e 2010. De dezembro de 2005 a outubro de 2006, exerceu a função de Vice-Ministro de Assuntos Internos. De outubro de 2006 a janeiro de 2007, serviu como Vice-Ministro de Minas e Energia. Naquele mês, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em substituição a Asha-Rose Migiro, nomeada Vice-Secretária-Geral da ONU.

Membe visitou o Brasil em setembro de 2010, em seguimento à visita do Presidente Lula a Dar es Salaam. Representou, ainda, a Tanzânia na cerimônia de posse da Senhora Presidenta da República, em 1º de janeiro de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

Introdução

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a Embaixada residente na capital tanzaniana, desativada em 1991 por motivo de contingência orçamentária. Em março de 2005, a Embaixada brasileira em Dar es Salaam foi reaberta. O Governo tanzaniano estabeleceu sua Representação Diplomática em Brasília dois anos depois, em agosto de 2007.

A partir de então, teve início movimento de intensificação sem precedentes das relações entre Brasil e Tanzânia, impulsionado pelo incremento de visitas e missões de parte a parte. A Tanzânia prestou apoio às candidaturas brasileiras aos cargos de direção-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Café (OICAFE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No campo econômico, a aproximação entre os dois países refletiu-se em um aumento significativo no fluxo de comércio, que atingiu seu ápice em 2012. Foram também identificados projetos de investimentos brasileiros na Tanzânia, nas áreas de exploração de petróleo e de obras de infraestrutura, os quais, contudo, carecem de fonte de financiamento oficial. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não pode comprometer-se com o financiamentos de projetos de investimentos na Tanzânia, uma vez que o processo de ratificação do acordo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil ainda não foi concluído.

Na área de cooperação, a carteira de projetos e iniciativas constitui uma das mais diversificadas dentre os parceiros brasileiros do continente africano, logo em seguida dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

Incremento das relações bilaterais

A reabertura da Embaixada residente em Dar Es Salaam constituiu passo importante para uma nova aproximação entre Brasil e Tanzânia. Em março de 2006, o Presidente Kikwete transmitiu convite para que seu homólogo brasileiro visitasse a Tanzânia. Na ocasião, o Presidente tanzaniano mencionou três campos de cooperação nos quais identificava boas perspectivas

de adensamento do relacionamento bilateral: (i) incremento de investimentos brasileiros e da presença de bens e serviços do Brasil no mercado tanzaniano; (ii) uso de tecnologia brasileira para o desenvolvimento do setor agrícola da Tanzânia; e (iii) recrutamento de técnico brasileiro de futebol para treinar a equipe nacional. A terceira proposta, de interesse particular do Presidente Kikwete, concretizou-se alguns meses mais tarde, com a contratação do técnico brasileiro Márcio Máximo, que foi treinador da seleção da Tanzânia entre 2006 e 2010.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salaam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista). Ficou evidente a importância atribuída pelo lado tanzaniano à cooperação em agricultura com a designação do Secretário Permanente do Ministério de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia, Senhor Peniel M. Lyimo, para chefiar a delegação de seu país. Outras áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se, igualmente, a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). No encerramento da I Comista, foram assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Na sequência, o então Presidente Lula manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura dos Debates Gerais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de setembro de 2008. Em junho de 2009, o então Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, participou, como representante do então Presidente Lula da Silva, da Cúpula Leon H. Sullivan, realizada em Arusha, sobre o tema "Turismo e Desenvolvimento de Infraestrutura". O Ministro brasileiro apresentou iniciativas de sua Pasta voltadas a estimular o turismo étnico no Brasil, considerado de potencial interesse para os participantes do foro. Durante a Cúpula, Edson Santos manteve encontros protocolares com o Presidente e o Chanceler tanzanianos, além de outras altas autoridades do país.

Em janeiro de 2010, o Ministro do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento da Juventude, Juma Kapuya, solicitou encontro com o

Embaixador do Brasil em Dar Es Salaam para discutir possibilidades de cooperação no âmbito do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes, assinado na capital tanzaniana por ocasião da I Comista. O Ministro tanzaniano demonstrou interesse na instalação de projeto semelhante àquele realizado pelo Brasil com Moçambique para fabricação de bolas em centros comunitários e geração de empregos para jovens carentes. Como resposta às propostas de intensificação da cooperação esportiva entre os dois países, o Brasil custeou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo, em maio de 2010, iniciativa muito bem recebida pelas autoridades tanzanianas.

Em julho de 2010, o então Presidente Lula da Silva realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao país. O Mandatário brasileiro cumpriu programação de três eventos principais: encontro empresarial; visita à 34ª Feira Internacional de Comércio de Dar es Salaam; e encontros na "State House" com o Presidente Kikwete, o Primeiro-Ministro Pinda e outras altas autoridades tanzanianas. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio. A visita resultou na assinatura do “Memorando de Entendimento sobre Capacitação de Diplomatas” e do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Iniciativas de REDD”, na área ambiental.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o Chanceler Bernard Membe (setembro de 2010), o Primeiro-Ministro Pinda (outubro de 2011) e o Presidente Jakaya Kikwete (abril de 2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o Chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas a Embraer, UNICA, BNDES, Fiocruz, Itaipu, Petrobras, FIESP e Embrapa, além de encontros com autoridades dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes. Na ocasião, foi assinado Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto "Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional da Tanzânia para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil", iniciativa de cooperação trilateral que conta com a participação da OIT.

Em sua visita, o Primeiro-Ministro Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com Ministérios temáticos brasileiros, o Primeiro-Ministro tanzaniano manifestou o

interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar e universalização do acesso à energia. Em audiência com o Senhor Vice-Presidente, o PM Pinda mostrou-se convencido da importância, para o continente africano, da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza e defendeu que o Brasil teria papel fulcral a desempenhar na capacitação de recursos humanos na Tanzânia, em particular no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura em seu país. A partir de então, o lado tanzaniano passou a reivindicar a abertura de escritório regional da EMBRAPA com sede no país.

Um dos frutos mais importantes da visita foi a idealização de projeto de cooperação estruturante na área do algodão em benefício dos países da África Oriental, o projeto Cotton Victoria, atualmente desenvolvido pela ABC, que será detalhado adiante.

Em dezembro de 2011, o Subsecretário-Geral Político III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representou o Governo brasileiro nas cerimônias do 50º aniversário de independência da Tanzânia, em Dar es Salaam.

Em abril de 2012, o Presidente Jakaya Mrisho Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o Chefe de Estado tanzaniano realizou visita ao Centro de Hortaliças da EMBRAPA e ao Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em São Paulo, manteve encontro com o ex-Presidente Lula, ocasião em que solicitou que seu interlocutor continuasse a estimular o empresariado brasileiro a investir em África, em especial na Tanzânia. Solicitou, ademais, o apoio político do ex-Presidente para o bom andamento do processo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil.

Desde meados de 2012, embora não haja registros de visitas bilaterais de alto nível, o diálogo entre Brasil e Tanzânia permaneceu fluido e foram desenvolvidas iniciativas promissoras nos campos de agricultura, segurança alimentar, defesa, energia e comunidades expatriadas, entre outras.

Cooperação na área de defesa

A cooperação na área de defesa teve início quando, em setembro de 2012, o Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa realizou visita a Dar es Salaam, com vistas a prospectar iniciativas de

cooperação nessa área. Foram identificadas oportunidades nas áreas de segurança de plataformas continentais, intercâmbio de informações sobre operações de controle de fronteiras e formação e treinamento de quadros da Marinha. Na sequência da missão, o General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, endereçou carta ao General Albert Ndomba, Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia, pela qual o convidou a realizar visita ao Brasil.

Entre julho e agosto de 2014, o Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange, realizou visita ao Brasil. Na avaliação do General tanzaniano, a visita teria "aberto seus olhos para o potencial de atuação conjunta, tanto em termos de treinamento quanto de aquisição de material de defesa". Por outro lado, o lado tanzanio, que enviou representantes das TPDF à X Feira Latin American Aerospace & Defense (LAAD Defense and Security), ocorrida no Rio de Janeiro, em abril de 2015, está estudando enviar ao Brasil missão de prospecção das Forças Populares tanzanianas sobre o treinamento de tropas de elites.

Iniciativas no domínio da energia

Sobretudo até 2011, Brasil e Tanzânia desenvolveram forte diálogo na área de energias renováveis, com ênfase nos biocombustíveis. A Tanzânia beneficiou-se do “Programa Estruturado de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis” (Pro-Renova), no âmbito do qual foram realizados dois seminários na capital Dar es Salaam: (i) o Seminário "Zoneamento Agroecológico: Instrumento para o Planejamento de Políticas Públicas na Fase Agrícola de Produção Sustentável de Biocombustíveis", em outubro de 2009; e (ii) o Seminário "Desenvolvimento e Inovação na Indústria de Biocombustíveis", em julho de 2010. Nessas duas ocasiões, o debate suscitado contribuiu para superar eventuais resistências locais ao desenvolvimento dos biocombustíveis no país, relacionadas sobretudo à segurança alimentar.

Em 2009, o Governo tanzaniano manifestou interesse em beneficiar-se da cooperação Brasil-Suécia na área de biocombustíveis em terceiros países, no âmbito do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis”, o que ainda se encontra em discussão.

Em maio de 2010, o então Ministro tanzaniano de Energia e Minerais, William Ngeleja, realizou visita ao Brasil, ocasião em que conheceu as instalações da Petrobras em Urucu. A delegação que acompanhou o Ministro

Ngeleja se mostrou interessada no programa nacional de mistura de etanol à gasolina, tema tratado em reunião técnica na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. O tema foi, igualmente, discutido durante as visitas do então Presidente Lula a Dar es Salaam (julho de 2010) e do Chanceler Membe ao Brasil (setembro de 2010).

Nesse contexto, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Petrobrás e a "Tanzanian Petroleum Development Corporation" (TPDC), pelo qual a empresa brasileira se comprometeu a fornecer etanol, em bases comerciais, para a realização dos testes da mistura de etanol à gasolina na Tanzânia, pelo período de um ano, bem como a apoiar a elaboração de estudos de viabilidade para implementação de programa de mistura. Por outro lado, buscando atender a demanda tanzaniana de cooperação para o estabelecimento de marco regulatório para o setor de bioenergia, foi organizada missão de técnicos e representantes do Ministério de Energia e Minerais da Tanzânia ao Brasil, em outubro de 2010.

Em março de 2011, missão da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi enviada a Dar es Salaam. Na ocasião, as autoridades tanzanianas receberam positivamente a proposta da FGV de execução de estudo de viabilidade para a realização do zoneamento agroecológico para a produção de biocombustíveis no país, cuja data de início ainda não foi acordada. O estudo contou com financiamento ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), aprovado somente em novembro de 2011.

Contudo, desde 2011, os contatos bilaterais no domínio da energia passaram a concentrar-se nos setores empresariais, com destaque para a atuação da Petrobrás na Tanzânia, que será discutida na sessão sobre economia.

Negociação de acordo de serviços aéreos

Em setembro de 2013, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) solicitou apoio do Itamaraty na intermediação de contato com sua homóloga tanzaniana, com vistas a retomar negociações sobre Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Em dezembro de 2013, teve lugar a primeira Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Tanzânia, realizada às margens da "ICAO Air Services Negotiation Conference" (ICAN 2013), em Durban, África do Sul. Na ocasião, as partes acordaram no texto do novo ASA, que atualmente cumpre os trâmites internos nos dois países. Consultada sobre a possibilidade de assinatura do mecanismo, a ANAC informou, em setembro de 2014, que a mais recente minuta de ASA encontra-se em processo de avaliação técnica e de

tradução para o português, mas que estaria recebendo tratamento prioritário da referida Agência.

Cooperação educacional e ensino de português

Desde abril de 2010, o Reitor da Universidade de Dar es Salaam vem manifestando interesse na retomada do ensino de português naquela instituição, suspenso havia já alguns anos. A demanda, que se justifica também pela decisão da SADC de tornar o Português uma das línguas oficiais da comunidade, foi reiterada também por autoridades governamentais tanzanianas, em outras oportunidades de encontros. Contudo, em razão das restrições orçamentárias que afetam os programas e ações culturais do Itamaraty, ainda não foi possível a inclusão de vaga para leitor junto à Universidade de Dar es Salaam nos editais de seleção de candidatos à função mantidos pela CAPES.

Após intensas negociações intermediadas pela Embaixada em Dar es Salaam, a Petrobrás Tanzânia (PETAN) organizou o primeiro Curso Intensivo de Língua Portuguesa, que teve duração de seis meses, em benefício de 15 profissionais tanzanianos selecionados pelo Ministério da Energia e Minerais. A ideia do curso, que foi concluído, em setembro de 2014, partiu de gestões realizadas pelo então Ministro da Energia e Minerais tanzaniano, Sospeter Muhongo, com vistas a viabilizar a participação de estudantes tanzanianos em cursos de pós-graduação de universidades brasileiras na área de petróleo e gás natural, no âmbito do Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG). O Governo tanzaniano tem logrado instituir possibilidades semelhantes de capacitação em países como China, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Noruega. Graças à iniciativa da PETAN, foi possível que, em 2015, pela primeira vez em hiato de 30 anos, 7 candidatos tanzanianos concorressem a vagas no âmbito do Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), do Ministério da Educação brasileiro.

Cooperação técnica bilateral sob a coordenação da ABC

Ao amparo do acordo básico de cooperação técnica bilateral firmado em 2006 e promulgado em 2010, a ABC atualmente coordena negociações, já em fase final, para a implementação do projeto de cooperação intitulado "**Cotton Victoria**", que, além da Tanzânia, deverá beneficiar Quênia, Uganda e Burúndi, todos países da região dos Grandes Lagos africanos. Concebido nos moldes do exitoso Projeto “Cotton 4”, na África Ocidental, o Cotton Victoria

constitui um projeto de cooperação de caráter estruturante, voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão. O projeto, que envolve, dentre outras atividades, a montagem de modernos laboratórios de análise, será implementado, do lado brasileiro, pela EMBRAPA, que já acompanhou três visitas de prospecção da ABC à região. Em missão que teve lugar em novembro de 2014, a EMBRAPA realizou diagnóstico mais preciso das carências e das especialidades das instituições parceiras nos países beneficiados, o que consistia em uma última etapa necessária à elaboração de minuta do plano de trabalho que guiará a cooperação. Por contar com boas instalações e infraestrutura, a cidade de Mwanza, na Tanzânia, (onde o "Lake Zone and Agricultural Research and Development Institute", o LZARDI, mantém respeitável centro de pesquisas), deverá sediar o projeto. O Governo tanzaniano já designou área na região para ser a sede do projeto.

Outros três projetos que estavam em execução nas áreas de saúde (combate ao HIV/AIDS) e agricultura (desenvolvimento da pecuária e introdução de tecnologias de pós-colheita para horticultura) foram finalizados, em dezembro de 2014. Por outro lado, missões anteriores da ABC identificaram que experiências brasileiras nas seguintes áreas poderiam ser transformadas em projetos de cooperação que gerariam benefícios à Tanzânia: tratamento em anemia falciforme; agregação de valor ao pseudofruto do Caju; aprofundamento do conhecimento sobre produção de frutas tropicais; e apoio à formulação de plano nacional para a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Possibilidade de cooperação trilateral no domínio agrícola

Afora as iniciativas em negociação sob a coordenação da ABC, foi assinado, em abril de 2014, Memorando de Entendimento (MdE) entre a agência de cooperação internacional do Governo britânico (DfiD, no acrônimo em inglês) e a Embrapa, para ampliar programas de cooperação técnica e intercâmbio em agricultura de baixo carbono ("climate smart agriculture") no continente africano. Etiópia, Gana, Moçambique e Tanzânia deverão ser os países inicialmente beneficiados por essa iniciativa, que contará com recursos da ordem de 4,9 milhões de libras do DfiD e contrapartida de igual valor da Embrapa (em horas técnicas trabalhadas).

Tecnologia de saúde

Em janeiro de 2013, o Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de

Ciência e Tecnologia (COSTECH), Professor Hassan Mshinda, realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz, que possibilita a realização de pesquisas conjuntas em diversas áreas e iniciativas de cooperação para a transferência de tecnologia e capacitação. Em dezembro de 2014, a Biomanguinhos, empresa pública pertencente à Fiocruz, realizou visita à Tanzânia e outros países africanos voltada a identificar parceiros para a realização de estudos clínicos necessários à produção e comercialização de vacina dupla viral para sarampo e rubéola na África. A inicitiava é motivada pela meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminar a rubéola em âmbito global até o ano de 2020, contando com o financiamento da Fundação Bill e Melinda Gates.

Produção de alimentos e segurança alimentar e nutricional

Em maio de 2010, visitaram o Brasil os Vice-Ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário e das Pescas, James Mwanyancha, que participaram do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2011, por ocasião de sua visita ao Brasil, o Primeiro-Ministro tanzaniano, Mizengo Peter Pinda transmitiu o desejo da Tanzânia de ser beneficiada pela cooperação brasileira no âmbito do Programa Mais Alimentos África. Na sequência, entre julho e agosto de 2012, delegação tanzaniana realizou visita ao Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Apesar do interesse tanzaniano, não foi possível, até o momento, incluir o país no programa, já que ainda não concluído o processo de ratificação pelo Brasil, do acordo de reestruturação da dívida da Tanzânia com o País.

Não obstante, em novembro de 2014, foi realizado, na Tanzânia, o evento "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience", no qual representantes do BNDES e da EMBRAPA, além de empresários brasileiros e tanzanianos, discutiram políticas e iniciativas do Brasil na área de promoção da agricultura e da segurança alimentar.

Vale ressaltar que a Tanzânia, ao longo de 2014, passou de país demandante para país doador de alimentos com fins humanitários. Em junho de 2014, o país foi classificado como 7º lugar no ranking "Hunger and Nutrition Commitment Index" (HANCI), que mensura a implementação de compromissos governamentais com o combate à fome. Em grande medida, o bom resultado se deveu ao aumento de recursos governamentais à agricultura, o que permitiu safra agrícola recorde no ano fiscal 2013-14, após quatro anos

de seca. Em novembro de 2014, representante do Ministério da Agricultura da Tanzânia manteve encontro com o Embaixador brasileiro em Dar es Salaam, no qual informou que seu país estava com dificuldades de estocar toda a produção histórica de grãos no país, o que poderia levar à perda de cerca de 250 mil toneladas de milho, dentre outros produtos. A Tanzânia estuda a possibilidade de aquisição de silos no mercado brasileiro para o programa nacional de expansão da capacidade de grãos do país. Contudo, como a compra dependeria de financiamento oficial brasileiro, deve ainda esperar a conclusão do processo de ratificação do acordo sobre a reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil.

Troca de experiências sobre políticas para comunidades de expatriados

Em maio de 2014, realizou visita ao Brasil missão de estudos de Zanzibar incumbida de conhecer políticas públicas nacionais e iniciativas da sociedade civil relativas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior. Segundo avaliação tanzaniana, os encontros mantidos foram instrutivos e tenderão a subsidiar a elaboração de políticas tanzanianas em benefício da comunidade de zanzibares no exterior. Encontro realizado no Ministério da Previdência Social (MPS) foi destacado como especialmente profícuo, dado o interesse da delegação tanzaniana pelo tema da proteção previdenciária de sua diáspora. Nesse particular, a delegação considerou que a experiência brasileira em acordos previdenciários com atores externos poderia ser proveitosa para a Tanzânia. O acordo regional com os sócios do Mercosul nessa matéria foi singularizado como potencial fonte de inspiração para possível cooperação na área previdenciária no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

Assuntos Consulares

A Embaixada do Brasil na Tanzânia também é responsável pela jurisdição de Comores e Seicheles. Não há Cônsules Honorários do Brasil na Tanzânia.

Comunidade brasileira

85 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salaam, estimando-se o número total de pessoas da comunidade brasileira na Tanzânia em cerca de 100.

Essa comunidade é formada por missionários religiosos, pequeno número de trabalhadores na indústria de tabaco, que vivem no interior do país, e as famílias dos poucos funcionários da Petrobras residentes em Dar es Salaam. Não há registro de brasileiros presos no país.

Febre hemorrágica Ebola

Apesar de não haver nenhum caso confirmado da Doença Viral Ebola (EVD) na África Oriental, o Governo tanzaniano anunciou a criação de uma Força-Tarefa Governamental para tomar medidas de precaução para evitar que a doença entre no país. Até o dia 13/08/2014, a Embaixada não recebeu qualquer consulta ou pedido de ajuda por parte da pequena comunidade brasileira residente no país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Segundo informado pela Secretaria-Executiva da CAMEX, há dois projetos na Tanzânia que contam com financiamento oficial brasileiro:

- Aeroporto International de Msalato; e
- Aeroporto Internacional de Mtwara.

Dívida da Tanzânia com o Brasil

Atualmente, as empresas brasileiras enfrentam entraves para aumentarem o comércio com a Tanzânia, em decorrência da existência de dívida oficial externa tanzaniana ainda pendente de renegociação ou reescalonamento pelo Governo brasileiro.

Até 2012, a Tanzânia era um dos países com maior dívida externa. Em 2012, a Tanzânia foi beneficiada pela "Iniciativa para Países Pobres muito Endividados" (HIPC, da sigla em inglês), iniciativa do Banco Mundial em coordenação com o FMI e com o Clube de Paris (formado por EUA, Canadá, Japão, Rússia e outros quinze países europeus), com o objetivo de permitir que os países endividados retomem o crescimento econômico, e com vistas a possibilitar a quitação da dívida tanzaniana com seus credores. Desde então, todos os países credores da Tanzânia reunidos no Clube de Paris (EUA, Canadá, França, Rússia e Japão, entre outros) já concederam a remissão da dívida tanzaniana. Entre todos os países com atas referentes à dívida externa assinadas com a Tanzânia, o Brasil é o único país a não ter aceitado renegociar

a dívida tanzaniana.

A Tanzânia tem, atualmente, uma dívida de cerca de US$ 236 milhões, referentes a créditos liberados pelo Brasil em 1979, por ocasião de contrato para financiamento para construção de rodovia ligando Dar es Salaam a Dodoma.

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em 1997, Ata com o compromisso de renegociar a dívida tanzaniana. O compromisso foi reiterado por novas Atas assinadas pelo Brasil em 2000 e em 2002. O Brasil é o único país credor que assinou Atas, mas ainda não implementou o compromisso de renegociação da dívida.

A remanescência de parcela em atraso de dívida tanzaniana dificulta que a Tanzânia possa ser reclassificada, com um "*rating*" mais favorável, junto às instituições de crédito, por conseguinte encarecendo os bônus soberanos para o país.

Dando seguimento às atas de intenção assinadas pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, concluiu entendimento bilateral para o perdão de 84% do total da dívida tanzaniana para com o Brasil. Em 2013, concluído os termos exatos do Acordo de Reestruturação da dívida tanzaniana e após receber parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Senado Federal o texto do Acordo.

Desde 2013, o Acordo para renegociação da dívida da Tanzânia com o Brasil encontra-se no Senado Federal, pendente de apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Política Interna

Introdução

A Tanzânia distingue-se, na África Subsaariana, pela significativa estabilidade política que tem experimentado desde a sua independência, pela maturidade de suas instituições democráticas, bem como pelo respeito às liberdades de imprensa e de expressão. A Tanzânia foi um dos primeiros países africanos a aderir à Parceria para Governo Aberto (OGP), em setembro de 2011, integrando, ainda, o Comitê Diretor da iniciativa. O país tem, ademais, forte tradição de liberdade de imprensa e costuma ser bem qualificado em

ranking de liberdade de imprensa produzido pela ONG Repórteres sem Fronteiras.

Mais recentemente, o quadro político tanzaniano tem-se pautado pela perspectiva de realização de eleições gerais em outubro de 2015, bem como pela reforma da Constituição do país (a atual data de 1977) e pela renovação do pacto federativo, que garante a união com o arquipélago de Zanzibar.

Período pós-colonial e união entre Tanganica e Zanzibar

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1992-1999), foi criada a União Nacional Africana de Tanganica (TANU). O principal objetivo da TANU era alcançar a soberania nacional para Tanganica. Dentro de um ano, a TANU tinha-se tornado a organização de liderança da emancipação política no país. Em 1960, Nyerere tornou-se Ministro do território de Tanganica, então administrado pelo Reino Unido. Em 1961, o território de Tanganica conquistou sua independência do Reino Unido, após processo de emancipação relativamente pacífico.

Em 1963, líderes revolucionários proclamaram a independência do arquipélago de Zanzibar, ao depor a antiga dinastia omani, que por séculos exercera domínio sobre a costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia. Nos termos da União de 1964, Zanzibar tem o status de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O Presidente de Zanzibar é considerado Chefe de Governo para assuntos relativos ao Arquipélago, que não dispõe, entretanto, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

Após o processo de independência, foi instaurado regime de partido único e Nyerere foi mantido como Primeiro-Ministro. Com a instauração da Tanzânia, em 1964, Julius Nyerere tornou-se Presidente. Com um projeto que por muitos foi considerado como socialista, Nyerere manteve-se à frente da Presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaceu vivo. Considerado como o "Pai da Nação" (“Baba wa Taifa”, em suaíli), sua influência ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Reformas políticas e fim do unipartidarismo

Com a aposentadoria de Nyerere da Presidência, em 1985, foram adotadas séries de reformas políticas e econômicas no país. Desde então, todos

os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de 5 anos, sem que um mesmo candidato concorresse a um terceiro mandato.

Do mesmo partido de Nyerere, Ali Hassan Mwinyi foi escolhido como seu sucessor imediato à Presidência da República. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Essa nova situação deu ensejo a uma certa polarização da política tanzaniana: de um lado, como herdeiro legítimo da TANU e partido dominante, surgiu o Chama Cha Mapinduzi (CCM – Partido Revolucionário do Estado) e, como partidos de oposição, a Frente Cívica Unida (CUF), que tem uma base muito forte em Zanzibar; e o Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA). Não obstante, Nyerere continuou como líder do CCM até 1990, e, por todo o período democrático, todos os Presidentes eleitos foram indicados pelo CCM. A partir de 2000, contudo, os resultados das eleições para Presidente têm sido contestados pelos partidos da oposição.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais vale mencionar o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando o Presidente Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo Kikwete e eleições de 2005 e 2010

O sucessor de Mkapa e atual Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, foi eleito em dezembro de 2005 com 80% dos votos, e tomou posse em janeiro de 2006. Em janeiro de 2008, seu Governo passou por crise política deflagrada pela demissão do Primeiro-Ministro Edward Lowassa, implicado em acusações de contratação fraudulenta de empresa norte-americana fornecedora de energia elétrica. Lowassa foi substituído pelo atual Primeiro-Ministro Mizengo Pinda, que exercia anteriormente o cargo de Ministro para a Administração Regional e Governo Local.

Em outubro de 2010, foram realizadas novas eleições nacionais. Como esperado, o Presidente Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%, e Ibrahim Lipumba, da CUF, com apenas 8%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%), o que foi interpretado como desinteresse de setores importantes da população pelo

processo eleitoral. Embora vitorioso, o Presidente Kikwete perdeu 4 milhões de votos em relação ao pleito anterior, quando obteve 80% dos votos válidos.

Por sua vez, as eleições para Presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-Vice-Presidente da Tanzânia, contra o candidato da CUF, Seif Sharif Hamad. Nesse contexto, foi posteriormente formado um governo de união nacional em Zanzibar, no qual o candidato da CUF foi nomeado Vice-Presidente do arquipélago.

No continente, a oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, chegou a culpar a desorganização da Comissão Nacional Eleitoral (NEC) pela alta abstenção, alegando insuficiência de cédulas de votação em alguns distritos, bem como divulgação de informação equivocada sobre os locais de votação, dentre outros incidentes que teriam impedido que eleitores pudessem exercer o seu direito de voto. Os observadores internacionais, por sua vez, apesar de apontarem pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação, demonstraram satisfação com a maneira pacífica com que o pleito foi realizado e, sem exceção, consideraram as eleições livres e limpas.

No Parlamento, o CCM logrou manter maioria absoluta, tendo conquistado 258 de um total de 343 assentos, seguido do CHADEMA, com 44 assentos, e da CUF, com 34 assentos.

A intensificação da polarização política

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O choque de realidade induzido pelo desempenho relativamente fraco (se comparado a eleições anteriores) do CCM nas eleições gerais de outubro de 2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido governista precisava renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Por outro lado, as diputas pelo controle de maioria no Parlamento levariam, em anos subsequententes, a que ficassem mais evidentes as divisões dentro do próprio CCM. O Presidente Kikwete, na condição de líder do Partido, preocupado com o recrudescimento das lutas internas no seio da agremiação, convocou a primeira reunião da NEC após o pleito de 2010. Em abril de 2011, reunidos em Dodoma, todos os membros do NEC decidiram pedir demissão, o que possibilitou a Kikwete promover profunda renovação nos quadros dirigentes do partido.

Já no início de 2011, contudo, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o Governo e os partidos de oposição. Além de dezenas de prisões, a repressão policial causou 3 mortes e deixou dezenas de feridos, dentre os quais alguns deputados e a esposa do presidente do CHADEMA, Wilibroad Slaa. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA. Há, entre segmentos da população local, ressentimento com o que percebeu como descaso do Governo com aquela que é a principal região agrícola e turística do país.

Revisão constitucional e formação de Assembleia Constituinte

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por personalidades do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição atual foi criada ainda no período de unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte, com peso desbalanceado em favor do Executivo. Muitos próceres da oposição argumentam que, devido aos vícios de origem do processo constitucional tanzaniano, as suscessivas emendas que foram idealizadas posteriormente só fizeram aumentar a concentração de poder no partido governista e nas mãos do Chefe de Estado, o que teria conduzido o país a uma crise de legitimidade política.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o Governo procurou, contudo, tomar a frente do debate. O Presidente Kikwete logrou que fosse aprovado, em 2011, o "Ato de Revisão Constitucional", que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). O Presidente Jakaya Kikwete desejava que a nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, data que marcou o 50º aniversário da União entre Tanganica e Zanzibar, para que a substituição da Carta Magna pudesse constar do seu legado político.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar e o desvelamento de casos de corrupção, fortaleceu a oposição e tornou todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar uma nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida

para esse fim e aprovada por referendo popular. A população de Zanzibar, que representa menos de 3% da população total da Tanzânia, deverá ter uma influência desproporcional no destino da Constituição, uma vez que, para que seja adotado, o texto deverá ser aprovado por maioria simples tanto em Tanganica quanto em Zanzibar.

Em janeiro de 2013, a CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade, durante a qual se buscou reunir propostas que foram submetidas à Assembleia Constituinte, instaurada, subsequentemente, em janeiro de 2014. A Assembleia foi composta de 639 membros, que compreendem os atuais 357 Deputados da Tanzânia e 81 de Zanzibar, além de 201 nomes selecionados pelo Presidente, a partir de uma lista de 2.722 que lhe foram apresentados por organizações não-governamentais, instituições de ensino, sindicatos, associações de classe (pescadores, agricultores e pastoralistas), grupos religiosos e partidos políticos. Em fevereiro de 2014, tiveram os início os trabalhos da Assembleia, que teve sua configuração dominada pelo partido CCM, que, com 40% dos representantes eleitos, pôde formar coalizão majoritária. Nesse contexto, os principais partidos de oposição – Chadema, CUF, NCCR-Mageuzi e NLD – foramaram Coalizão dos Defensores da Constituição do Povo (*Ukawa*), com vistas a fazer contrapeso ao CCM.

Acirramento político em Zanzibar e a bandeira autonomista

Em Zanzibar, conflitos sucederam-se quando das eleições gerais de 1995, 2000 e 2005, sucessivamente vencidas pelo CCM e localmente contestadas pela CUF. O impasse político no arquipélago ganhou histórico contorno de violência em janeiro de 2001, quando choques entre partidários da CUF e a polícia resultaram na morte de mais de 20 pessoas. O episódio foi de encontro à imagem de forte unidade nacional e relativa estabilidade que destacaram a Tanzânia em seu entorno regional desde sua independência. Por outro lado, até então, o arquiélago de Zanzibar sustentava imagem de "ilhas de estabilidade em meio a um oceano de conflito".

Dada a continuidade dos episódios de tensão em Zanzibar, foi aprovado, por referendo, em 2010, novo arranjo institucional que determinou a formação de um governo de união nacional no arquipélago. Após as eleições de 2010, o Presidente da CUF e segundo lugar naquele pleito, Seif Sharif Hamad, foi nomeado Vice-Presidente de Zanzibar.

A formação do governo de união não logrou, contudo, arrefecer

definitivamente as tensões em Zanzibar, que passaram, em alguma medida, a revestirem-se de caráter separatista. Concomitantemente ao período que marcou o cinquentenário das independências de Tanganica (1961-2011) e Zanzibar (1963-2013), bem como da união federativa entre continente e arquipélago (1964-2014), intensificaram-se os protestos populares e as manifestações de lideranças políticas apregoando a independência de Zanzibar.

Afora as tensões políticas, aumentaram também a intolerância religiosa e os episódios de violência cometidos contra comunidades de diferentes confissões, sobretudo em Zanzibar, embora também no continente. No arquipélago, 99% da população é de religião muçulmana, ao passo que, no continente, a maioria da pouplação é cristã. Os numerosos atentados a igrejas cristãs em Zanzibar nos últimos anos têm sido atribuídos ao grupo "Uamsho" (que significa "despertar", em suaíli), que luta pela independência do arquipélago como um Estado islâmico. A incapacidade da polícia de resolver os casos tem gerado reclamações, por parte da minoria cristã, acerca de uma sensação de impunidade dos perpetradores.

Adiamento do referendo da Constituição

Em outubro de 2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser submetido a referendo popular. Os partidos de oposição, contudo, ameaçaram instruir suas bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado sobremaneira as propostas da CRC, à revelia dos interesses da população. Por outro lado, entre os partidos de oposição, havia preocupação com risco de que as regras eleitorais da nova constituição favorecessem o partido situacionista.

Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. Enquanto o partido situacionista CCM, movido por diversos pronunciamentos do Presidente Jakaya Kikwete, passou a defender a manutenção da estrutura de dois Governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia), a UKAWA passou a apoiar energicamente proposta de introdução de sistema de três Governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a UKAWA propugnasse o boicote à realização do referendo.

Finalmente programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou

problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores. Embora nenhuma nova data tenha ainda sindo fixada, parece provável que a referendo será adiado até depois das eleições gerais. O adiamento foi amplamente visto como uma vitória dos partidos de oposição, que têm maior interesse na atualização do registro eleitoral, tendo em vista a expectativa de inclusão de jovens eleitores em grandes centros urbanos, mais preocupados com a falta de perspectiva de emprego, por escandâlos de corrupção e com a política econômica que vem sendo adotada há quase duas décadas pelo partido governista, que a oposição afirma ser concentradora de renda.

Eleições gerais de outubro de 2015

Mais recentemente, o cenário político tanzaniano tem sido marcado pelo início das disputas pela Presidência, que deverão ter início em outubro de 2015. A corrida para suceder Jakaya Kikwete, cujo segundo e último mandato termina em 2015, tem, no momento, sido travada dentro dos partidos políticos.

Nas disputas no âmbito do CCM, que deverá estender-se até agosto, o sistema de rotatividade imaginado por Julius Nyerere permite esperar que o candidato do CCM para substituir o muçulmano Kikwete deverá ser cristão. Essa limitação elimina diversas personalidades do partido da corrida presidencial. Tanto o ex-Primeiro-Ministro Edward Lowassa, como o Chanceler Bernard Membe confirmaram que são candidatos à Presidência. O primeiro vem aparecendo em primeiro lugar nas pesquisas e arregimentando apoio de boa parte do empresariado local. Tem havido, contudo, movimento para que o filho de Julius Nyerere, Charles Makongoro Nyerere, junte-se à disputa.

A UKAWA, coalizão formada pelos partidos de oposição no contexto do processo de revisão constituição, manteve-se unida também no contexto eleitoral. Em outubro de 2014, os partidos membros da coalizão comprometeram-se a lançar candidatos únicos contra o governista CCM nas eleições gerais de 2015, em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. Haveria expectativa ainda de atrair eventuais defecções do CCM.

A oposição, ademais, continua a criticar o Governo por não conseguir acabar com a corrupção, citando, em particular, recente escândalo que envolveu importantes instuições e empresas do setor de energia. Ao longo de 2014, teve grande repercusão caso de corrupção que contou com relatório do Controlador e Auditor-Geral, associando atividades ilegais a membros do Governo. Em novembro de 2014, a Comissão de Contas Públicas do

Parlamento tanzaniano, liderada pelo deputado oposicionista Zitto Kabwe, aprovou moção que pede a responsabilização de políticos de alto escalão do Governo e instrui o Escritório de Prevenção e Combate à Corrupção a investigar o caso. O Parlamento adotou, posteriormente, posicionamento unificado em torno da questão, solicitando a punição dos envolvidos. A oposição recorda ainda que o ex-Primeiro-Minitro Edward Lowassa, que é um dos candidatos à concorrer à Presidência pelo CCM, teve de abandonar seu cargo em 2008 em outro escândalo de corrupção. Em reação, o Governo tem procurado colaborar com as investigações e dissociar-se de quadros suspeitos, o que levou o Presidente Kikwete a anunciar a demissão de muitos membros do alto escalão do Governo, como os Ministros da Habitação e da Energia e Minerais.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional ou Parlamento (Bunge) é composta por 357 assentos, dos quais 239 são reservados para representantes eleitos diretamente, 102 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, 5 para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, 10 para membros nomeados pelo Presidente e 1 para o Procurador-Geral.

Além de promulgar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente. Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 81 assentos.

As últimas eleições parlamentares ocorreram em 31 de outubro de 2010. Novas eleições estão previstas para outubro do corrente.

Política Externa

Introdução

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana tem sido marcada pela defesa da paz e do desenvovimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e "apropriação" africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e prefere, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, acompanhar o consenso da União

Africana e de organismos regionais dos quais participa.

No campo econômico, as elevadas taxas de crescimento da economia tanzaniana e a estabilidade política do país têm conferido visilidade externa à Tanzânia e motivado importante fluxo de visitas de altas autoridades estrangeiras ao país.

Política regional, União Africana e mediação de crises no continente

A Tanzânia é membro fundador da União Africana (UA) e confere grande importância ao organismo, cujas posições com relação aos principais temas da agenda internacional e regional tende a acompanhar. O país tem advogado a integração e solidariedade entre as nações africanas desde os tempos de Julius Nyerere, que se tornou um dos principais ícones da descolonização da África.

A defesa da democracia, dos direitos humanos e do diálogo como melhor alternativa de resolução de conflitos são características do discurso tanzaniano no seio da UA. A Tanzânia tem encorajado o aperfeiçoamento dos processos eleitorais em toda a África, de modo a consolidar as práticas democráticas no continente. Em passado recente, o país atuou como mediador confiável em diversas crises regionais, como as ocorridas no Sudão (a Tanzânia é um dos principais contribuintes de tropas da UNAMID), Somália, Comores, Madagascar (2007), Quênia (2008), Costa do Marfim (2011) e Líbia (2011). Mais recentemente, os principais esforços tanzanianos de mediação tem-se concentrados em República Democrática do Congo (RDC), Sudão do Sul e Burúndi, todos países da região dos Grandes Lagos africanos, à qual também pertence a Tanzânia.

Com relação aos desafios de segurança para a estabilização do leste da **RDC**, a Tanzânia tem advogado que se trataria de um problema que ultrapassa as fronteiras congolesas, afetando toda a região dos Grandes Lagos. Dar es Salaam tem mantido participação ativa e construtiva nas reuniões conjuntas das organizações regionais que tratam do tema (a Comunidade da África Central – EAC; e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos –CIRGL), ocasiões em que defende a formação de compromissos dos países vizinhos com o enfrentamento a grupos armados e com o fortalecimento da soberania RD congolesa. O país é ademais, o segundo maior contribuinte de tropas para a Brigada de Intervenção da Missão da ONU para a Estabilização da RDC (FIB/MONUSCO), atrás apenas da África do Sul.

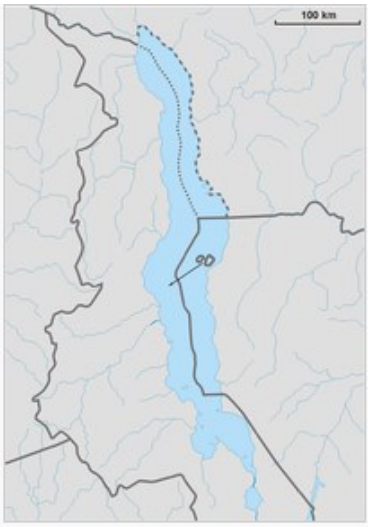
Após meses do conflito civil iniciado em dezembro de 2013 no

Sudão do Sul, com forte impacto humanitário para a população civil, o Governo tanzaniano, em outubro de 2014, anunciou que, a pedido do Presidente sul-sudanês, a Tanzânia buscaria mediar o conflito, sem prejuízo de outras iniciativas de mediação regional em curso. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária do maior do país, o Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM), cujo racha, em desembro de 2013, está na origem do conflito no país. Essa reconciliação fortaleceria eventual formação de governo de união nacional, que, por sua vez, constituiria o cerne de uma solução política para o conflito.

A escalada das tensões sociais no contexto pré-eleitoral no **Burúndi** e a tentativa de golpe de estado, em 13/05/2015, contra o Presidente daquele país, Pierre Nkurunziza, levaram a que cerca de 70 mil Burúndineses buscassem refúgio em território tanzaniano. A Tanzânia é vista como um dos países mais indicados para mediar tensões no Burúndi, uma vez que acordos de paz e conciliação assinados na cidade tanzaniana de Arusha, sob os bons ofícios da Tanzânia, representam peça fundacional do período de consolidação paz o qual, até este ano, vinha caracterizando o Burúndi pós-conflito. Nesse contexto, já foram convocadas reuniões da EAC para tratar do tema.

Disputa fronteiriça com o Malaui

Embora tradicionalmente mantenha boas relações com os vizinhos, as relações da Tanzânia com o Malaui têm sofrido desgaste, em função de disputa fronteiriça envolvendo o Lago Niassa. O Niassa, terceiro
maior lago da África e nono do mundo, é fonte de sustento cerca de 10 milhões de pessoas na Tanzânia, no Malaui e em Moçambique, e conta com o maior número de espécies endêmicas de peixes no mundo. Ademais, é apontado como uma das regiões com maior potencial turístico da África. O Malaui sustenta que o tratado de Heligoland, firmado entre o Reino Unido e Alemanha, em 1890, lhe garantiria a soberania sobre toda a extensão do lago, à exceção de parcela pertencente a Mocambique. De sua parte, a Tanzania reivindica linha de fronteira que divida ao meio a parte norte do lago. O país sustenta que o tratado de Heligoland já teria sido superado pelo bom senso e advoga que a situação "de jure" da fronteira com o Malaui



reflita sua situação "de facto", uma vez que o Niassa já é efetivamente compartilhado pelos dois países e por Moçambique.

O diferendo fronteiriço, adormecido por praticamente todo o periodo pós-independência, passou a ter tratamento prioritário após a decisão do Malaui, no início da década passada, de estimular a exploração e aproveitamento de recursos minerais no leito do lago. Em particular, tem causado disvergências alegações de que o Malaui teria concedido o direito de exploração de petróleo no lago a empresa britânica, em setembro de 2011. Voos de mapeamento, que incluíram aterrisagem na água e foram supostamente conduzidos por empresa britânica, estariam ocorrendo, desde inícios de 2012, também do lado oriental do Niassa, porção sobre a qual a Tanzânia reclama soberania. Avalia-se que, caso sejam identificadas reservas significativas de petróleo e gás natural naquela regiao, a disputa poderá agravar-se.

Após conversações bilaterais sobre o caso, o Malaui vem tentando, desde 2012, remeter a disputa à jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ), o que tem sido bloqueado pela Tanzânia, que não reconhe a jurisdição da Corte no caso. Alternativamente, com vistas a conduzir processo de mediação internacional do diferendo fronteiriço, foi formado Painel de três ex-Chefes de Estado de países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), composto pelos ex-Presidentes Joaquim Chissano, de Mocambique, Thabo Mbeki, da Africa do Sul e Festus Mogae, de Botsuana. Reunião de mediação no âmbito da SADC, realizada em Maputo, em março de 2014, foi recebida pela mídia tanzaniana como uma indicação de fortalecimento da posição do país, sobretudo pelas declarações atribuídas ao mediador Joaquim Chissano de que Tanziânia e Malaui devem "partilhar o Lago".

Comunidade da África Oriental (EAC)

Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burúndi têm promovido a integração regional, em processo que culminou, em 2000, com o estabelecimento da Comunidade da África Oriental (EAC), cuja Secretaria-Geral tem sede em Arusha, Tanzânia. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas, área de 1.820.664km² e PIB de cerca de US$ 120 bilhões, a EAC constitui uma união aduaneira desde janeiro de 2005. Em 2008, o bloco estabeleceu acordo de comércio preferencial com a SADC e com o Mercado Comunidade da África Oriental e Austral (COMESA). Em abril de 2010, com a ratificação pelo Burúndi, tornou-se possível a entrada em vigor do

Tratado do Mercado Comum da EAC. O acordo representou passo decisivo para o aprofundamento da integração entre os membros do bloco.

Em 2013, foi assinado protocolo prevendo a instauração de união monetária no prazo de dez anos. O objetivo principal seria o de prover a região de uma moeda única que possa remover os custos das transações em diversas moedas, bem como o risco das oscilações das taxas de câmbio sobre o comércio e o turismo na África Oriental.

Em 2014, a EAC foi considerada pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a mais ambiciosa e integrada comunidade econômica regional (CER) do Continente. O BAD justifica essa assertiva, salientando que a EAC desenvolveu uma Área de Livre Comércio totalmente operacional e é o único grupamento regional que já começou a implementar um Mercado Comum. Por sua vez, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) igualmente reconheceu os avanços realizados pela EAC, em termos de comércio intrarregional. Segundo relatório recente da Comissão, a Comunidade da África Oriental é a CER que apresenta a maior porcentagem de comércio entre seus países-membros: 19,5%. A SADC aparece em segundo lugar com 10,9%.

No plano político, a EAC já dispõe de um Parlamento Regional e ambiciona formar uma Confederação ("Political Federation of the East African State") com um único Chefe de Estado. Embora prevista no Tratado Constitutivo da EAC, a formação de Conferação no leste afriano é tema que pouco avançou. Passada a fase inicial do bloco, na qual havia forte otimismo com o projeto de integração, somente Uganda manteve sua intenção de assinar o mapa do caminho para a federação política. Os quatro outros países-membros concordaram em criar Grupo de Trabalho técnico sobre o tema, de forma a melhor analisar aspectos específicos da Federação Política, como a elaboração de cronograma de implementação da Federação, no qual será prevista a elaboração de nova constituição federativa. Mais recentemente, Uganda tem insistido em um modelo de dois níveis de Governo, no qual as autoridades supranacionais teriam responsibilidade sobre os temas de política externa, defesa, políticas monetária e macroeconômica, deixando todos os demais temas a cargo dos Governos nacionais. O Grupo de Trabalho, por sua vez, acredita que o modelo proposto para a Federação deve ser submetido a refererendo pelos 130 milhões de habitantes da região.

Somália, Sudão e Sudão do Sul manifestaram interesse em aderir à EAC. O processo mais avançado de adesão é o do Sudão do Sul, no qual o

relatório de verificação da EAC foi aprovado em 2012; e, em maio de 2013, houve indicação favorável à adesão do país ao bloco. Contudo, em abril de 2014, o Sudão do Sul solicitou que fosse adiado seu processo de adesão à EAC, em grande medida, em função do conflito civil em curso naquele país. Com a separação do Sudão do Sul do Sudão, a EAC decidiu, já em dezembro de 2011, rejeitar a solicitação de adesão feita por Cartum, argumentando que o Sudão não mais teria fronteira com demais países do bloco. Em fevereiro de 2015, a EAC deliberou negativamente sobre o pedido de adesão da Somália, apontando que a verificação das condições políticas e econômicas naquele país não havia avançado a contento.

Desde a instauração da união aduaneira, em 2005, a Tanzânia tem sido o país que mais colhe benefícios com o incremento do comércio regional. Avalia-se que, apenas em 2014, as exportações de protudos manufaturados tanzanianos para a EAC teria crescido cerca de 30%.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América (EUA) têm na Tanzânia um de seus principais parceiros no continente, tanto em termos econômico-comerciais quanto políticos. Contribuem significativamente para a densidade das relações bilaterais a relativa estabilidade política da Tanzânia e sua tradicional imagem de país defensor da democracia e da liberdade no continente africano.

No plano comercial, somente 10% das vendas tanzanianas para os EUA (de US$ 115 milhões) foram feitas com recurso ao livre acesso ao mercado estadunidense facilitado pelos mecanismos da "Africa Growth and Opportunity Act" (AGOA), o que indica que há muito espaço para que o comércio bilateral seja estimulado. Registre-se ainda que, em 2012, com 70 mil nacionais visitando a Tanzânia, os EUA passaram a ser o principal mercado para este país no setor de turismo.

Por outro lado, a Tanzânia é considerada, juntamente com Gana, parceiro exemplar na implementação dos principais programas de assistência ao desenvolvimento dos EUA. Por esse motivo, os EUA têm intensificado sua cooperação em benefício da Tanzânia e figuram como o principal provedor de cooperação e ajuda internacional ao país, com projetos que montam a US$ 760 milhões, em estimativa de 2012. Vale mencionar que, com um portfólio de US$ 690 milhões em projetos de investimentos, a Tânzania é, atualmente, o maior beneficiário em todo mundo do programa estadunidense “Millenium Challenge Account” (MCA), cujo foco de atividades na Tanzânia é voltado

para a segurança energética e pequenas obras de infraestrutura viária e de saneamento.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral foi a visita do Presidente Barack Obama, acompanhado de delegação de cerca de 500 empresários, à Tanzânia, em julho de 2013, no contexto de périplo que realizou no continente africano, que incluiu apenas outros dois destinos (África do Sul e Senegal). Tratou-se da terceira visita oficial de um Chefe de Estado estadunidense à Tanzânia em pouco mais de uma década (também foram à Tanzânia Bill Clinton, em 2000, e George W. Bush, em 2008). Por ocasião de sua visita, Obama anunciou que a Tanzânia será um dos principais beneficiários da iniciativa "Power Africa", por meio da qual o Governo estadunidense tenciona gerar mais de 10 mil MW de energia estável, mais limpa e eficiente, beneficiando pelo menos 20 milhões de domicílios e empresas em seis países africanos: Etiópia, Gana, Libéria, Nigéria, Quênia e Tanzânia. Obama lançou, ademais, outra ambiciosa iniciativa, a "Trade Africa" com os objetivos de (i) dobrar o comércio intrarregional no âmbito da EAC, bloco que, por haver sido identificado pelos EUA como "the next economic success story", foi escolhido como parceiro piloto no continente; e (ii) aumentar em cerca de 40% o comércio dos EUA com o bloco.

Como sinalização do bom relacionamento bilateral, em agosto de 2014, o Presidente Kikwete liderou a delegação de seu país à Cúpula EUA-África, realizada em Washington. Em outubro de 2014, o Secretário do Tesouro foi à Tanzânia, ocasião em que visitou o porto de Dar es Salaam, para dar publicidade a investimentos de US$ 565 milhões em infraestrutura e operação portuária, realizados conjuntamente pelo Banco Mundial e pela Trademark East Africa, ambos com financiamento estadunidense, e esteve na subestação de distribuição de eletricidade de Sokoine, cuja ampliação, igualmente apoiada pelos EUA, deverá permitir o acesso de 12 mil pessoas à rede de energia de Dar es Salaam. Na ocasião, houve também o anúncio da liberação de linhas de financiamento para 2015 e 2016 nos setores de eletricidade e infraestrutura, para facilitação de comércio, no montante total de US$ 1 bilhão – recursos estadunidenses a serem liberados por intermédio do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Canadá

A exemplo dos EUA, o Canadá também identifica na Tanzânia um parceiro preferencial no contexto africano, o que foi reafirmado no contexto de

visita a Dar es Salaam do Ministro do Desenvolvimento Internacional e para Assuntos da Francofonia canadense, realizada em fevereiro de 2014. O Canadá tem-se mantido entre os 5 maiores prestadores de cooperação para a Tanzânia e todas as empresas de gás natural atuando no país têm parcelas de suas ações compradas por empresas de capital canadense. Vale mencionar também que o Ministro do Comércio Internacional canadense chefiou, em junho de 2014, missão comercial a Tanzânia e outros três países africanos, considerados prioritários segundo o "Plano de Ação para mercados Globais" daquele país norte-americano. Na ocasião, foi anunciado o lançamento da Aliança Canadá-África para a Energia, além de iniciativas na área de defesa e combate à pobreza.

Alemanha

Recentemente, notou-se um forte movimento de dinamização nas relações bilaterais entre Alemanha e Tanzânia, consubstanciado em trocas de visitas de alto-nível (desde dezembro de 2013, o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores de cada país visitou o outro). A última visita dessa série ocorreu em fevereiro de 2015, quando o Presidente da Alemanha, Joachim Gauck, realizou visita de Estado à Tanzânia, ocasião em que se fez acompanhar de numerosa missão empresarial. Gauck tornou-se o primeiro Chefe de Estado alemão a visitar a sede da EAC e participou da inauguração de novo centro de combate à caça ilegal financiado pela "Frankfurt Zoological Society", sediado no parque Serengueti. O foco da visita, a exemplo do que vem ocorrendo com mandatários de diversos países (EUA e China, entre outros), foi a promoção de relações econômico-comerciais. Segundo o Governo tanzaniano, as 151 empresas alemãs instaladas no país têm investimentos estimados em 300 milhões de euros. Esse valor deve expandir-se significativamente nos próximos anos, devido à atuação da "Ferrostaal Industrial Projects GmbH", que lidera consórcio para construção de fábrica de fertilizantes, com investimentos previstos em 1 bilhão de euros. A Alemanha desempenha ainda importante papel como prestadora de cooperação e doadora de recursos à Tanzânia, tendo destinado ao país cerca de US$ 2,3 bilhões nas últimas cinco décadas.

China

As relações sino-tanzanianas, que remontam a 1961, são intensas e diversificadas. A Tanzânia é hoje um dos principais recipiendários da ajuda e da cooperação chinesa na África. Desde 1964, a China vem financiando

projetos de assistência à Tanzânia nas mais diversas áreas, com destaque para a "Tanzania-Zambia Railway" (TAZARA), obra de infraestrutura vital para o escoamento da produção mineral dos dois países, que consumiu mais de US$ 500 milhões em sua construção e até hoje recebe recursos do Governo chinês. No campo comercial, o intercâmbio bilateral somou US$ 3,5 bilhões em 2014. A China é hoje o segundo principal parceiro comercial da Tanzânia, atrás apenas da Índia.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral ocorreu em março de 2013, quando o novo Presidente chinês, Xi Jinping, realizou visita histórica à Tanzânia, país que foi escolhido como primeiro destino do novo mandatário chinês na África. Ao propagar que a Tanzânia deveria tornar-se o novo *hub* de investimentos chineses no leste africano, o Presidente chinês anunciou projetos de investimentos bilionários no país (cujo montante poderá totalizar mais de US$ 10 bilhões), o que poderá converter a China no maior investidor externo na Tanzânia.

Em 2014, em comemoração ao cuinquentenário do relacionamento bilateral, ademais, o Vice-Presidente da China, Li Yuanchao, realizou visita à Tanzânia, ao passo que o Presidente Kikwete visitou a China, no início de 2015. Nas ocasiões as autoridades dos dois países enfatizaram que, em 2014, a Tanzânia tornou-se um dos principais destinos de investimentos chineses no continente africano, superando até mesmo a África do Sul. O total de 522 projetos de investimentos chineses registrados no Centro de Investimentos da Tanzânia já somam US$ 2,49 bilhões e empregam quase 150 mil trabalhadores.

Contudo, a agenda bilateral sino-tanzaniana não consiste apenas de boas notícias. Temas espinhosos como tráfico de marfim, de chifres de rinoceronte, de madeiras nobres e a pesca ilegal na zona econômica exclusiva da Tanzânia representam incômodos no relacionamento bilateral.

Índia

A Índia tornou-se, desde 2014, o principal parceiro comercial da Tanzânia. Desde a visita da então Ministra do Comércio e Indústria da Índia, Daggubati Purandeswari, a Tanzânia, em setembro de 2012, o comércio bilateral Índia-Tanzânia vem apresentando crescimento impressionante. Dados de dezembro de 2014 indicam que o fluxo comercial entre os dois países atingiu US$ 3,9 bilhões, sendo US$ 2,67 bilhões de exportações indianas e US$ 1,23 bilhão de exportações tanzanianas. Esses são os resultados de ofensiva comercial inédita de ambas as partes, com a qual se logrou mais do

que duplicar a corrente bilateral de comércio em pouco mais de um ano. Segundo o Alto Comissário da Índia em Dar es Salaam, Embaixador Debnath Shaw, a Índia identifica complementaridades fortes entre as duas economias e tem como meta superar os US$ 5 bilhões de comércio até 2017, além de estimular os investimentos diretos indianos na Tanzânia, que hoje já alcançam US$ 2 bilhões, atuando em ramos como telefonia celular e siderurgia.

Após visita do Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, em maio de 2011, o Governo tanzaniano anunciou apoio à pretensão indiana de assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU.

Japão

Nos últimos anos, o Japão tem demonstrado forte assertividade ao buscar aproximação com a Tanzânia, o que, segundo avaliação de analistas tanzanianos, se deve a uma tentativa de contra-arrestar a ativa atuação chinesa no país. Nesse particular, tem sido comentado que o Japão tem demonstrado interesse em substituir a China no financiamento da ferrovia TAZARA, bem como de reformas no Porto de Dar es Salaam, como forma de aperfeiçoar os canais de escoamento de minérios explorados na África Central para os mercados do leste asiático.

O Japão vem mantendo-se, nos últimos anos, entre os 5 maiores investidores na Tanzânia, em grande medida devido ao financiamento japonês para renovação e expansão de infraestruturas viárias e portuárias na Tanzânia. Ademais, a Tanzânia tem figurado entre os 10 beneficiários da ajuda japonesa destinada à África – segundo a Embaixada japonesa em Dar es Salaam, a ajuda japonesa para a Tanzânia desde sua independência já somaria quase US$ 3,2 bilhões.

Essa maior assertividade japonesa tem-se consubstanciado em aumento expressivo de visitas e missões de autoridades japonesas a Tanzânia. Em junho de 2013, visitou Dar es Salaam o Vice-Chanceler japonês. Em agosto daquele ano, o Ministro da Economia, Comércio e Indústria nipônico viajou ao país, em preparação para missão empresarial japonesa, que foi à Tanzânia, em feveverio de 2014. Como resultado dessas visitas, foram assinados acordos de cooperação em agricultura e pesca.

Países do Golfo (CCG)

A Tanzânia tem conferido alta prioridade ao relacionamento com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Acredita-se que os países

daquela sub-região deverão ser em breve parceiros econômicos e comerciais estratégicos não só da Tanzânia, mas de toda a África, surgindo como nova e necessária fonte de investimentos, comércio e cooperação com o continente. Sem contar o relacionamento histórico com Omã, uma vez que aquele Sultanato por décadas governou Zanzibar, é significativa a presença de outros países do CCG na Tanzânia. Com a abertura da Embaixada do Kuwait em Dar es Salaam, em fevereiro de 2015, somente o Bareine, dentre os países do Conselho de Cooperação do Golfo, não conta com representação residente na Tanzânia. As companhias aéreas Emirates e Qatar Airways possuem voos diários para Dar es Salaam e a Oman Air começou a operar, em 2010, voo com 4 frequências semanais. Existem linhas regulares de navegação entre o porto de Dar es Salaam e os portos de Dubai e Mascate. Ademais, empresas do Golfo operam redes de postos de distribuição de combustíveis no país e produtos da região são encontrados com facilidade nas prateleiras dos principais supermercados tanzanianos. Tendo em conta a grande disponibilidade de terras agricultu ráveis e inexploradas na Tanzânia, o setor agrícola tem sido alvo priotário de investimentos por parte dos países do Golfo, como forma de assegurar o abastecimento de alimentos a preços previsíveis para a sub-região.

Turquia

A Turquia, a exemplo do Brasil, escolheu Dar es Salaam como a primeira Embaixada a ser aberta na África, no âmbito de sua política de reaproximação com o continente, que ampliou sua rede diplomática na região de 12 para 35 representações. O Governo turco vê a Tanzânia – e a África Oriental com um todo – como excelente mercado para seus produtos têxteis e de consumo, para suas empresas de construção e para suas empresas de turismo e hotelaria. Empresários turcos também têm investido na produção local de bens para exportação, como mel, cuja cadeia produtiva e de distribuição no norte do país foi organizada por empresários turcos.

Nesse contexto, em maio de 2014, o Chanceler turco, Ahmet Davutoglu, realizou visita a Dar es Salaam, ocasião em que realizou dois atos simbólicos para as relações turco-tanzanianas: (i) depositou a pedra fundamental de complexo que a Turquia está construindo para a acolher 500 crianças da ameaçada comunidade de albinos na Tanzânia; e (ii) inaugurou um dos quatro orfanatos construídos pela Turquia no país africano.

Economia

Com renda per capta quase vinte vezes menor que a brasileira, a Tanzânia é considerada um dos mais pobres países do mundo. Nos últimos dez anos, contudo, o país tem alcançado taxas expressivas de crescimento econômico real (da ordem de 7%). Em 2014, a elevada taxa de crescimento real do PIB (7,2%), associada a uma inflação controlada e com tendências de queda (média anual foi de 4,8%), transmitiu a imagem de um quadro econômico saudável. Para os próximos anos, espera-se que o país continue registrando crescimento elevado.

O setor primário representa um quarto do PIB da Tanzânia e 85% de suas exportações, empregando cerca de 80% da mão de obra nacional. A produção agrícola no país ainda faz, todavia, uso limitado de técnicas modernas. Devido à alta no preço internacional do ouro e à liberalização de setores como telecomunicações e transportes, os setores de mineração e de serviços têm sido os principais responsáveis pelo crescimento econômico tanzaniano.

Contudo, a despeito do crescimento, a situação econômica da Tanzânia é ainda relativamente frágil, uma vez que é possível identificar desequilíbrios nas contas nacionais que, no médio e longo prazos, poderão exigir do país ajustes recessivos. A significativa expansão do PIB dos últimos anos tem sido acompanhada de déficits fiscais significativos (da ordem de 6% do PIB). O governo tanzaniano tem buscado aumentar a arrecadação fiscal de modo a arcar com os crescentes gastos destinados a investimentos em infraestrutura e diminuir a dependência da ajuda externa direta no orçamento (cerca de 29% do total).

Nas contas externas, a balança comercial da Tanzânia mostra resultados estruturalmente negativos, em contrapartida a superávits na conta capital e financeira. A demanda interna por petróleo e bens de consumo responde por importações estruturalmente elevadas, as quais não são equilibradas pelas exportações, com perfil dependente do preço internacional do ouro. A repatriação de lucros é também importante fonte de fuga de capitais do país. O déficit das contas correntes tem-se mantido no patamar de 13% do PIB ao ano, levando a um crescimento da dívida externa do país, que atingiu em dezembro de 2014, a cifra de US$14,12 bilhões (o corresponde a 350% das exportações anuais do país).

O déficit de infraestrutura (energia e transportes) constitui ainda importante gargalo da economia tanzaniana. Segundo dados da Agência

Internacional de Energia, apenas 14% da população tanzaniana tem acesso à energia elétrica. Entre 104 países analisados pela Agência, o sistema elétrico da Tanzânia foi classificado como o segundo mais deficiente, em termos de seus impactos negativos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

Em esforço dependente de apoio externo, a Tanzânia tem buscado investir mais fortemente em infraestrutura, com obras voltadas a criar conexões com países vizinhos, sobretudo no âmbito da EAC. O país também tem logrado atrair elevadas somas de capital privado na exploração de suas reservas de gás natural. Nesse contexto, a China, que tem investido pesadamente no país, tende a tornar-se o principal investidor externo na Tanzânia nos próximos anos.

Comércio exterior total

Entre 2004 e 2013, as exportações tanzanianas cresceram 200%, passando de US$ 1,473 bilhão, em 2004, para US$ 4,413 bilhões, em 2013. Em 2013, os mais relevantes mercados de destino para a oferta da Tanzânia foram: África do Sul (participação de 17,3% no total); Índia (17,0%); Suíça (9,2%); China (7,0%); República Democrática do Congo (5,4%); Quênia (5,2%); e Japão (5,0%). O Brasil foi o 70º mercado de destino, com participação discreta (0,03%). Foram os seguintes os principais grupos de produtos exportados para o mundo: ouro e pedras preciosas (36,7% de participação); minérios (9,1%); café e chá (5,9%); frutas (4,4%); grãos oleaginosos e sementes (3,9%); peixes e crustáceos (2,9%); fumo e manufaturas (2,9%). A estrutura da pauta tanzaniana de exportação, muito centrada em recursos naturais, aponta, em princípio, para a conveniência da diversificação da base econômica local.

Tanzânia - evolução do comércio exterior total - valores em US$ milhões

Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2004	1.473	2.556	4.030	-1.083
2005	1.672	3.247	4.919	-1.575
2006	1.865	4.527	6.391	-2.662
2007	2.139	5.919	8.058	-3.780
2008	3.121	8.088	11.209	-4.967
2009	2.982	6.531	9.513	-3.548
2010	4.051	8.013	12.063	-3.962
2011	4.735	11.184	15.919	-6.449
2012	5.547	11.716	17.263	-6.168
2013	4.413	12.525	16.938	-8.113

Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, abril de 2015.

Pelo lado da demanda, as importações tanzanianas de bens cresceram 390% no período, passando de US$ 2,556 bilhões, em 2004, para US$ 12,525

bilhões, em 2013. Em 2013, foram os seguintes os principais fornecedores de bens à Tanzânia: Índia (18,4% do total); Suíça (12,9%); China (12,7%); Emirados Árabes (9,5%); África do Sul (5,8%); Japão (4,1%); e Quênia (2,7%). O Brasil, por seu turno, foi o 54º fornecedor, com participação de 0,1% no total das compras da Tanzânia no exterior. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2013: combustíveis e lubrificantes (38,8% do total); veículos e autopeças (9,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (6,8%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (5,0%); ferro fundido, ferro ou aço (4,0%); obras de ferro ou aço (3,9%); plásticos e manufaturas de plástico (3,8%); cereais (3,2%); produtos farmacêuticos (2,5%); óleos vegetais e gorduras (1,9%).

Em 2013, o déficit tanzaniano em transações comerciais de bens mostrou sinais de deterioração, atingindo US$ 8,113 bilhões. A atual tendência de retração nas cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera tende, contudo, a produzir efeitos positivos sobre a economia, com possível redução do déficit comercial.

Comércio bilateral

Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre Brasil e a Tanzânia cresceu 74,2%, passando de US$ 14,4 milhões, para US$ 25,0 milhões, respectivamente. De 2013 para 2014, o intercâmbio cresceu 3,3%. Os fluxos comerciais entre os dois países são, basicamente, os valores registrados das exportações brasileiras, uma vez que as importações de produtos tanzanianos pelo Brasil são muito pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram de US$ 67,0 milhões (2012); US$ 24,2 milhões (2013); e US$ 24,9 milhões (2014). De janeiro a março de 2015, as trocas comerciais bilaterais somaram US$ 5,3 milhões, um aumento de 5,2%, em comparação ao mesmo período do ano anterior; sendo que as importações somaram apenas US$ 11,0 mil.

As exportações brasileiras destinadas à Tanzânia cresceram 76,9%, passando de US$ 14,1 milhões, em 2005, para US$ 24,9 milhões, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas cresceram 3,1%. Entre janeiro e março de 2015, os embarques somaram US$ 5,3 milhões, um aumento de 6,4% em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicado, basicamente, pelo crescimento nas vendas de açúcar. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2014 foram: açúcar (valor de US$ 9,0 milhões; equivalentes a 36,1%

do total); tubos de aço (valor de US$ 2,9 milhões; 11,8%); caixas de transmissão para veículos (valor de US$ 1,6 milhão; 6,3%); protetores para pneus (US$ 1,5 milhão; 6,0%); e tratores (US$ 907 mil; 3,6% do total).

Nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Tanzânia tiveram registros bastante diferenciados, retraindo de US$ 262,0 mil, em 2005, para US$ 70,0 mil, em 2014, uma diminuição de 73,5%. De 2013 para 2014, porém, as importações brasileiras experimentaram crescimento exponencial: de US$ 1,0 mil, passaram para US$ 70,0 mil, em função de aumento de compras de pescados. Entre janeiro e março de 2015, as importações resumiram-se ao valor de US$ 11,0 mil, uma retração de 84,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior, que é explicada, também, pela diminuição nas aquisições de pescados. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Tanzânia, em 2014, foram: pescados (valor de US$ 59,9 mil; 86,1% do total); e preparações de origem animal (US$ 7,9 mil; 11,4% do total).

Evolução do intercâmbio comercial com a Tanzânia - US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	14,1	71,4%	0,01%	0,262	(+)	0,00%	14,4	74,3%	0,01%	13,8
2006	18,8	33,5%	0,01%	0,302	15,1%	0,00%	19,1	33,1%	0,01%	18,5
2007	17,9	-4,8%	0,01%	0,000	-99,9%	0,00%	17,9	-6,3%	0,01%	17,9
2008	18,7	4,4%	0,01%	0,005	(+)	0,00%	18,7	4,4%	0,01%	18,7
2009	31,3	67,4%	0,02%	0,036	602,1%	0,00%	31,3	67,5%	0,01%	31,3
2010	51,9	65,7%	0,03%	0,272	659,0%	0,00%	52,1	66,4%	0,01%	51,6
2011	66,1	27,5%	0,03%	0,008	-96,9%	0,03%	66,1	26,8%	0,01%	66,1
2012	67,0	1,4%	0,03%	0,075	802,8%	0,00%	67,1	1,5%	0,01%	67,0
2013	24,2	-63,9%	0,01%	0,001	-98,5%	0,00%	24,2	-64,0%	0,01%	24,2
2014	24,9	3,1%	0,01%	0,070	(+)	0,00%	25,0	3,3%	0,01%	24,9
2015 (jan-mar)	5,3	6,4%	0,01%	0,011	-84,8%	0,00%	5,3	5,2%	0,01%	5,3
Var. % 2005-2014	**76,9%**		**---**	**-73,5%**		**---**	**74,2%**		**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Cruzamento estatístico entre as pautas de exportações e importações

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Tanzânia em 2013 (fonte: Trademap/UNCTAD, últimos dados anuais disponíveis), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado de Classificação (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: i) automóveis, motocicletas e caminhões; ii) trigo e mistura de trigo com centeio; iii) laminados de ferro ou de aços; iv) tratores rodoviários; v) medicamentos;

vi) açúcar; vii) polietileno; viii) pneus para ônibus e caminhões; ix) barras de ferro ou aços, laminadas; x) partes de máquinas escavadoras.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Tanzânia - 2013 - Valores em US$ mil

Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Tanzânia	Importações totais da Tanzânia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% do Brasil
Total geral			**24.188**	**12.525.411**	**242.178.054**	**12.501.223**	**0,19%**
1º	870323	Automóveis, motocicletas e caminhões	0	584.772	7.320.869	584.772	0,0%
2º	100199	Trigo e mistura de trigo com centeio	0	305.168	336.640	305.168	0,0%
3º	720839	Laminados de ferro ou aços	0	218.474	451.573	218.474	0,0%
4º	870120	Tratores rodoviários	0	169.898	811.535	169.898	0,0%
5º	300490	Medicamentos	0	149.606	562.106	149.606	0,0%
6º	170199	Açúcar	7.424	132.833	2.678.214	125.409	5,6%
7º	390120	Polietileno	0	97.958	536.052	97.958	0,0%
8º	401120	Pneus para ônibus e caminhões	121	95.604	472.494	95.483	0,1%
9º	390210	Polipropileno	0	74.284	325.993	74.284	0,0%
10º	843149	Partes de máquinas escavadoras de solo	0	69.529	96.449	69.529	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
(*) Exclusive petróleo e derivados, por razões específicas.

Interesse tanzaniano na aquisição de silos de armazenamento agrícola

Em novembro de 2014, dirigentes da "National Food Reserve Agency" (NRFA) solicitaram o apoio brasileiro para a aquisição urgente de silos de armazenamento agrícola. Explicaram que essa seria uma necessidade urgente do país, uma vez que a falta de espaço de armazenagem para a safra recorde de grãos em 2014, poderia levar à perda de mais de 200 mil toneladas de milho, dentre outros produtos. Em reação, a Embaixada em Dar es Salaam realizou o evento "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience". Entre os resultados do evento, vale mencionar o início de discussões entre empresas brasileiras e a National Food Reserve Agency (NFRA), agência tanzaniana responsável pela manutenção de estoques de alimentos, sobre projeto para expansão da capacidade nacional de armazenamento em 160.000 toneladas até meados de 2016. O projeto de expansão poderá beneficiar-se de modalidades de financiamento do BNDES para compras de tanzanianas de produtos brasileiros, caso seja concluído o processo de reestruturação da dívida da Tanzânia com o Brasil.

Investimentos brasileiros na área de infraestrutura

Na área de infraestrutura, Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade

Gutierrez demonstraram interesse em participar da construção de obras aeroportuárias em Dar es Salaam, Dodoma e Mtwara.

Em janeiro de 2013, a Odebretch enviou missão a Dar es Salaam para apresentar projeto do Aeroporto de Mtwara. A construtora brasileira e o Governo tanzaniano tinham a expectativa de que 80% dos custos do projeto fossem financiados pelo BNDES, o que não pôde concretizar-se dada a ausência de avanços no equacionamento da dívida tanzaniana com o Brasil. Nesse contexto, em agosto de 2014, por intermédio da Odebrecht, o Governo tanzaniano logrou obter aprovação de financiamento de US$ 200 milhões provenientes do banco Goldman Sachs para a construção do aeroporto.

Em 2013, a Construtora **Queiroz Galvão** abriu escritório em Dar es Salaam para procurar desenvolver projetos de infraestrutura de transportes e de geração de energia elétrica. Entre os principais interesses da Queiroz Galvão está a construção do aeroporto de Msalato, que servirá à nova capital tanzaniana, Dodoma. Essa obra deverá atender a antiga reivindicação dos parlamentares tanzanianos que hoje têm de se deslocar para aquela cidade de automóvel ou em aeronaves fretadas. A obra também possibilitará a mudança dos poderes Executivo e Judiciário de Dar es Salaam para Dodoma, até 2020.

A "holding" paranaense Green Best Solutions (energia renovável e saneamento) também têm projetos na Tanzânia e tenciona abrir escritório no país.

Usina de etanol

Em 2009, o Governo brasileiro foi procurado por grupo privado sueco do setor de biocombustíveis interessado em obter apoio a projetos de desenvolvimento de etanol na Tanzânia. Contudo, os múltiplos grupos empresariais brasileiros que demonstraram interesse em atuar naquele país, por meio da construção de usina de açúcar e etanol em Bagamoyo, em parceria com a empresa sueca Ecoenergy Africa, desistiram do projeto devido a mudanças de foco no projeto da usina. A usina passou a ser construída somente em março de 2014, e seu foco passou a ser a produção de açúcar. O consórcio **IBEN/Sertãozinho**, único grupo que se manteve interessado, não conseguiu competir com os preços e condições de financiamento oferecidos pelos concorrentes indianos.

Hidrocarbonetos e a Petrobras na Tanzânia (PETAN)

Embora receba vultosos investimentos externos no setor de exploração de hidrocarbonetos, a Tanzânia ainda não produz petróleo, nem possui reservas comprovadas do recurso. O país importa 31 mil barris de derivados de petróleo para consumo interno, o que representa cerca de 20% do custo total com importações do país. Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas de gás natural no país são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos, mas a partir de 2010 consórcios de empresas europeias e norte-americanas fizeram descobertas em blocos marítimos que podem elevá-las para o patamar de 55 trilhões de pés cúbicos, mais de 100 vezes as brasileiras. Diante desse prospecto, espera-se que o Governo tanzaniano anuncie, nos próximos meses, a construção de unidade de liquefação de gás voltada à exportação.

Pioneira em investimentos na exploração petrolífera e de gás natural no "offshore" da Tanzânia, **a Petrobrás** obteve concessão para exploração em 3 blocos offshore, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em julho de 2010, a Petrobrás e a britânica Ophir Petroleum inauguraram terminal no Porto de Mtwara, o mais profundo da costa oriental da África, com capacidade para atender às necessidades de logística das duas companhias petrolíferas na plataforma continental da Tanzânia. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para "joint venture" formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à **PETAN**. Embora a PETAN e a Shell ainda não tenham obtido êxito nos estudos de exploração de dois blocos para os quais haviam obtido concessão, novos estudos que, desde o início de 2015, estão sendo realizados no terceiro bloco têm ensejado o otimismo em ambas as empresas.

Geração de energia e participação de empresas brasileiras no setor

A matriz energética da Tanzânia é composta por cerca de 88% de biomassa, 8% de derivados do petróleo (importados, sobretudo, dos EUA), 3% de gás natural, 1% energia hidroelétrica e 0,4% de carvão mineral. O gás natural tem tido rápido crescimento na matriz energética do país.

O aumento da capacidade tanzaniana de geração de energia é um dos objetivos prioritários da política econômica do atual Governo. Segundo mapa do caminho para o desenvolvimento do setor para o período entre 2014-2025, o

Governo local espera aumentar, até 2025, a capacidade instalada de geração dos atuais 1.583MW para mais de 9.000MW. Caso o plano seja totalmente implementado, estima-se que pelo menos 75% dos tanzanianos estarão conectados à rede elétrica em 2025. Atualmente, apenas 24% da população do país têm acesso à rede elétrica. Nas zonas rurais, esse número atinge apenas 7%.

Outro objetivo é a diversificação das suas fontes de energia. O gás natural, recurso que se está tornando abundante na Tanzânia, após a recente descoberta de novas reservas, terá papel de destaque no aumento da capacidade, sendo responsável pela geração de 4.000MW. Essa fonte deverá ser seguida pela energia hidrelétrica, com quase 3.000MW adicionais; pelas térmicas a carvão, com cerca de 400MW; e por fontes geotérmicas, 200MW, e eólicas, 100MW. Contudo, tendo em conta que o ápice da produção do gás natural é esperado somente para 2024/25, em estimativa otimista, o Governo tanzaniano tem buscado desenvolver também outras fontes de energia, sobretudo a hidrelétrica.

Nesse contexto, o aproveitamento do potencial hídrico da Bacia do Rio Rufiji para a geração de energia é visto como fundamental. Nessa Bacia, estudam-se construir diversas obras de infraestrutura para a geração de energia, entre as quais vale mencionar duas pequenas centrais hidrelétricas a cargo da **GBS**, bem como as hidrelétricas de Mnyera, como capacidade de 700MW, e de Stiegler's Gorge, com capacidade esperada para 2.100MW. As construtoras brasileiras **Queiroz Galvão** e **Odebrecht** têm mantido discussões, já estágio avançado, com o Governo tanzaniano para participarem da construção dessas duas hidrelétricas.

Com relação à hidrelétrica de Stiegler's Gorge, o Governo tanzaniano tem trabalhado em estudo de impacto ambiental das obras, bem como realizado gestões junto ao Comitê de Patrimônio da Humanidade com vistas a possibilitar a construção da usina, uma vez que ela se localizaria no interior da Reserva Nacional de Selous, que se tornou patrimônio da humanidade em 1982. Em encontro realizado em fevereiro de 2014 com o Embaixador brasileiro em Dar es Salaam, o Ministro tanzaniano da Saúde e Bem Estar Social, Seif Rashidi, reafirmou o interesse de seu país na participação brasileira na construção da usina. Ainda segundo o plano, o Governo deverá adotar um marco regulatório competitivo, com base na defesa do interesse dos consumidores, sob o qual as empresas geradoras de energia elétrica possam competir na venda direta aos distribuidores e consumidores finais, o que

deverá, em princípio, melhorar a qualidade do serviço e diminuir os preços.

Em setembro de 2014, Tanzânia, Zâmbia e Quênia formalizaram acordo que cria a interconexão da rede elétrica entre os três países. O projeto objetiva: facilitar o comércio de energia elétrica, a fim de reduzir o custo médio de geração de energia; prover eletricidade acessível e confiável aos consumidores da África Oriental e Austral, procurando atender às demandas atual e futura de ambas as regiões; reduzir os custos de investimento pela utilização otimizada da energia elétrica, com a redução de reservas técnicas onerosas, possibilitando economias de escala ao setor elétrico; e contribuir para a redução da pobreza pela oferta de eletricidade às populações rurais localizadas ao longo das linhas de transmissão. O acordo deverá ser implementado até dezembro de 2016. Durante sua assinatura, a União Europeia e o Banco Africano de Desenvolvimento comprometeram-se a oferecer EUR 600 milhões e US$ 271,5 milhões, respectivamente, ao projeto. Também participaram da cerimônia representantes do Banco Mundial, da JICA (agência japonesa de cooperação) e da agência francesa de cooperação para o desenvolvimento, AFD, que também poderiam vir a participar financeiramente do projeto.

Anexos

Cronologia Histórica

1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar.
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica.
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do Primeiro-Ministro Julius Nyerere.
1962	Tanganica torna-se uma república sob a presidência de Nyerere.
1963	Zanzibar torna-se independente.
1964	Tanganica e Zanzibar fundem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere.
1977	Partido da Revolução é criado pela fusão dos partidos União de Unidade Nacional da Tanganica e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único.
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano.
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin.

1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar.
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo.
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia.
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos.
2001	Impasse político em Zanzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas.
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos.
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burúndi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental.
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos.
2010	Em Zanzibar, realizam-se pacificamente as primeiras eleições presidenciais depois do acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM.
2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA em protesto contra o resultado das eleições para Prefeito da cidade resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos.
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido.
2011	Foi aprovado o “Ato de Revisão Constitucional", que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC).
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte.
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada.
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular.
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado *sine die*.

Cronologia das Relações Bilaterais

1970	Estabelecimento das relações diplomáticas.

1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar Es Salaam.
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia.
1981	Benjamin Mkapa, então Ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários.
2004	Encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial.
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil em Dar Es Salaam.
2006	Visita a Brasília da Chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro.
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral.
2008	Realização, em Dar Es Salaam, da primeira reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos Vice-Ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar que do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.
2010/maio	Visita de três dias ao Brasil do Ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis.
2010/julho	Visita do Presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial.
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar-es-Salaam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa.
2010/setembro	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe.
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salaam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia.
2011/outubro	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).

2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salaam.
2013/janeiro	Visita ao Brasil do Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), Professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz.
2014/julho	Visita ao Brasil do Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange, para assuntos de cooperação em defesa.
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA acerca do projeto de cooperação "Cotton Victoria"

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor
Protocolo de Intenção sobre Cooperação técnica na área do esporte entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor

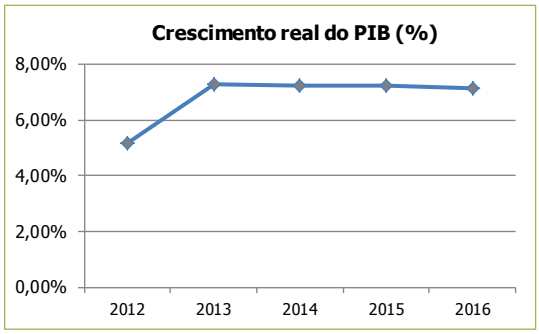
Dados Econômico-Comerciais

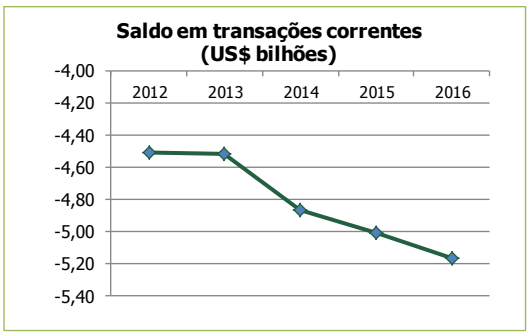
Principais Indicadores Econômicos da Tanzânia

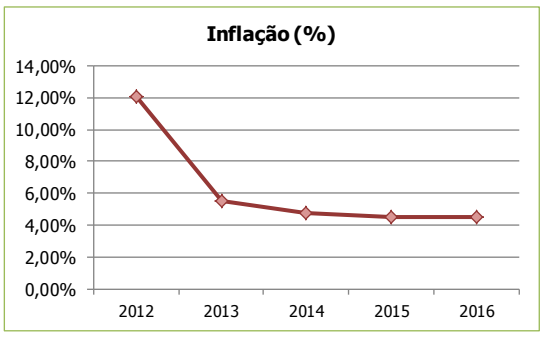
Indicador	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016(1)
Crescimento real (%)	5,15%	7,28%	7,24%	7,23%	7,13%
PIB nominal (US$ bilhões)	39,01	43,73	47,93	49,97	54,14
PIB nominal "per capita" (US$)	868	945	1.006	1.018	1.071
PIB PPP (US$ bilhões)	107,30	116,83	127,11	137,51	149,52
PIB PPP "per capita" (US$)	2.388	2.525	2.667	2.801	2.957
População (milhões de habitantes)	44,93	46,28	47,67	49,10	50,57
Inflação (%)	12,06%	5,56%	4,76%	4,51%	4,51%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-4,51	-4,52	-4,87	-5,01	-5,17
Dívida externa (US$ bilhões)	11,58	13,02	14,20	15,20	16,38
Câmbio (TSh / US$)	1,752	1,579	1,735	1,870	1,958
Origem do PIB (2014 estimativa)					
Agricultura			26,9%		
Indústria			25,2%		
Serviços			48,0%		

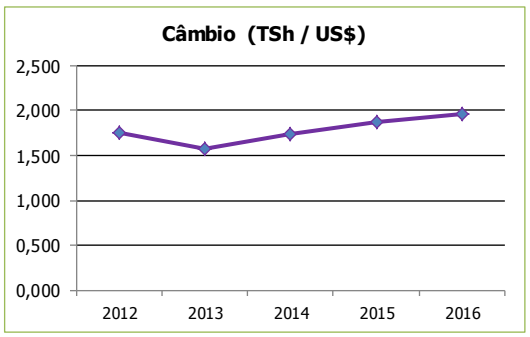
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.





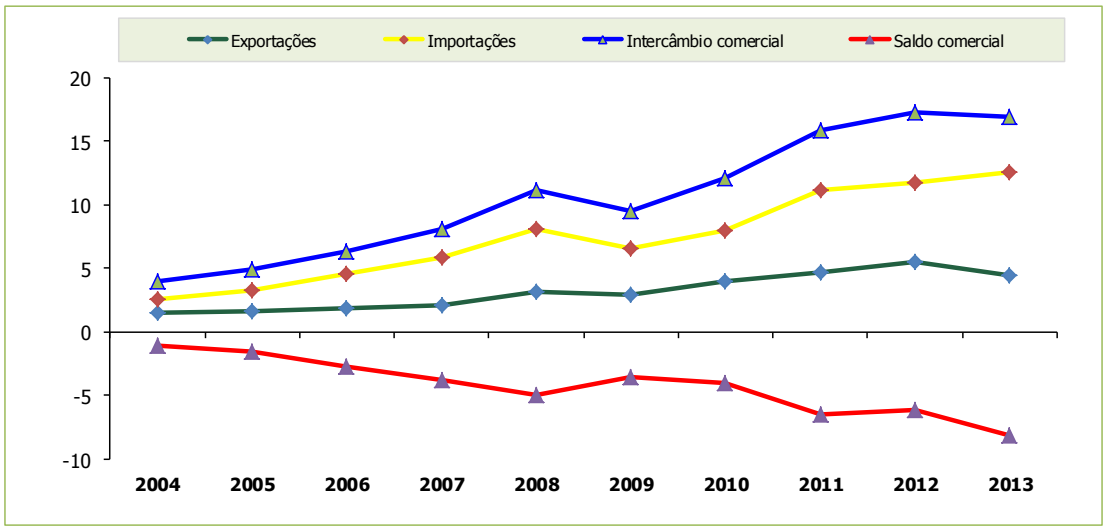




Evolução do Comércio Exterior da Tanzânia[(1)]
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1,47	30,1%	2,56	18,1%	4,03	22,2%	-1,08
2005	1,67	13,5%	3,25	27,0%	4,92	22,1%	-1,58
2006	1,86	11,5%	4,53	39,4%	6,39	29,9%	-2,66
2007	2,14	14,7%	5,92	30,8%	8,06	26,1%	-3,78
2008	3,12	45,9%	8,09	36,6%	11,21	39,1%	-4,97
2009	2,98	-4,4%	6,53	-19,3%	9,51	-15,1%	-3,55
2010	4,05	175,0%	8,01	213,4%	12,06	199,4%	-3,96
2011	4,73	16,9%	11,18	39,6%	15,92	32,0%	-6,45
2012	5,55	17,2%	11,72	4,8%	17,26	8,4%	-6,17
2013	4,41	-20,5%	12,53	6,9%	16,94	-1,9%	-8,11
Var. % 2004-2013	**199,5%**	**---**	**390,0%**	**---**	**320,3%**	**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) Última posição disponível em 16/04/2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

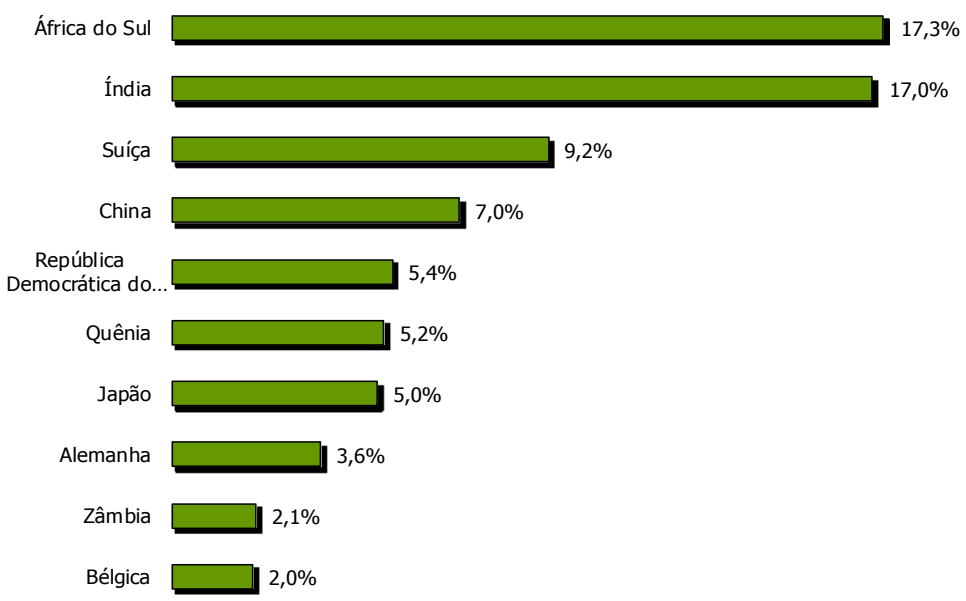


Direção das Exportações da Tanzânia
US$ bilhões

Descrição	2013(1)	Part.% no total
África do Sul	0,76	17,3%
Índia	0,75	17,0%
Suíça	0,40	9,2%
China	0,31	7,0%
República Democrática do Congo	0,24	5,4%
Quênia	0,23	5,2%
Japão	0,22	5,0%
Alemanha	0,16	3,6%
Zâmbia	0,09	2,1%
Bélgica	0,09	2,0%
...		
Brasil (70ª posição)	***0,002***	***0,0%***
Subtotal	**3,26**	**73,9%**
Outros países	**1,15**	**26,1%**
Total	**4,41**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais destinos das exportações



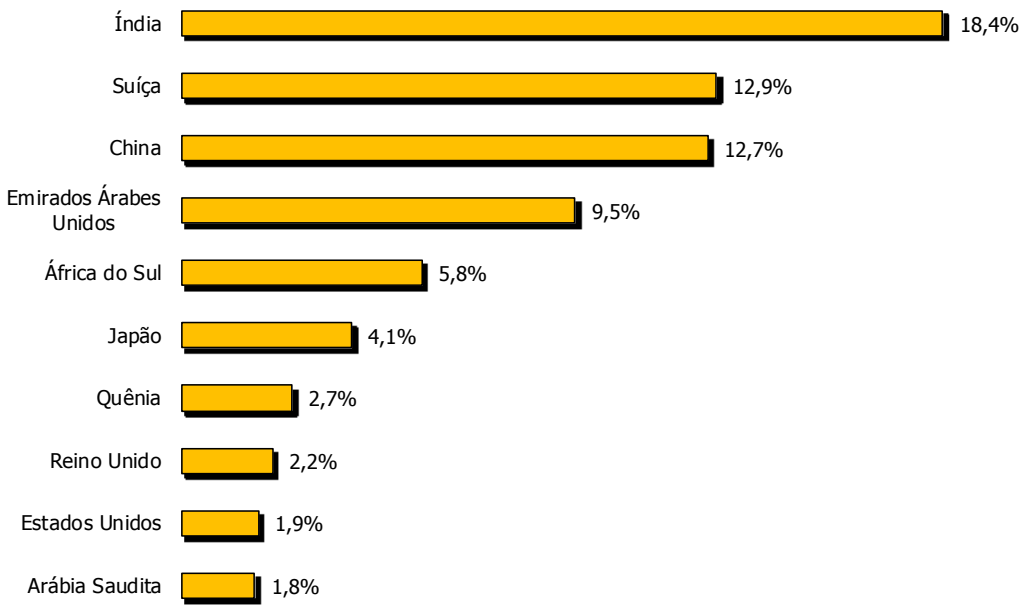
Origem das Importações da Tanzânia
US$ bilhões

Descrição	2013(1)	Part.% no total
Índia	2,31	18,4%
Suíça	1,62	12,9%
China	1,60	12,7%
Emirados Árabes Unidos	1,19	9,5%
África do Sul	0,73	5,8%
Japão	0,52	4,1%
Quênia	0,34	2,7%
Reino Unido	0,28	2,2%
Estados Unidos	0,23	1,9%
Arábia Saudita	0,22	1,8%
...		
Brasil (54ª posição)	***0,16***	***1,3%***
Subtotal	**9,20**	**73,4%**
Outros países	**3,33**	**26,6%**
Total	**12,53**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais origens das importações

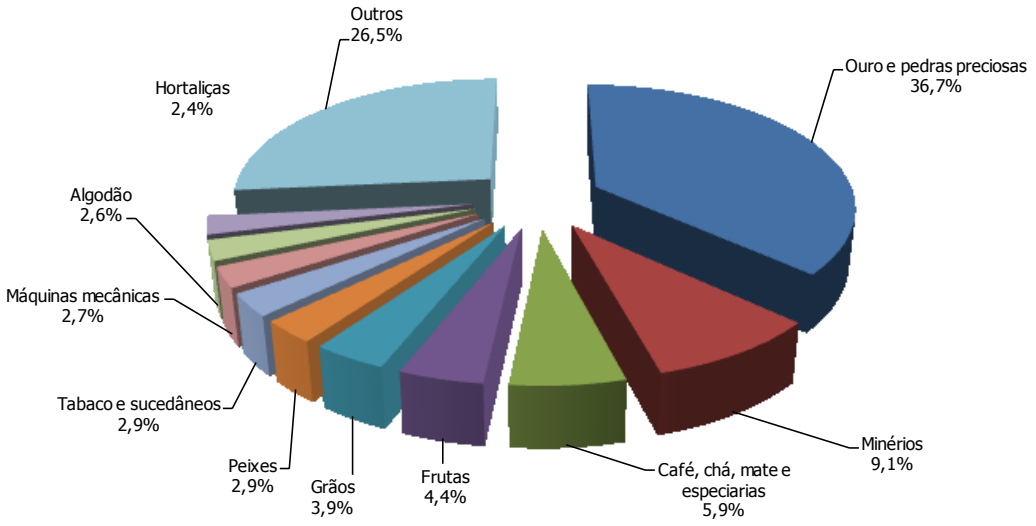


Composição das exportações da Tanzânia
US$ bilhões

Descrição	2013(1)	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	1,62	36,7%
Minérios	0,40	9,1%
Café, chá, mate e especiarias	0,26	5,9%
Frutas	0,19	4,4%
Grãos	0,17	3,9%
Peixes	0,13	2,9%
Tabaco e sucedâneos	0,13	2,9%
Máquinas mecânicas	0,12	2,7%
Algodão	0,12	2,6%
Hortaliças	0,11	2,4%
Subtotal	**3,24**	**73,5%**
Outros	**1,17**	**26,5%**
Total	**4,41**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.
(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



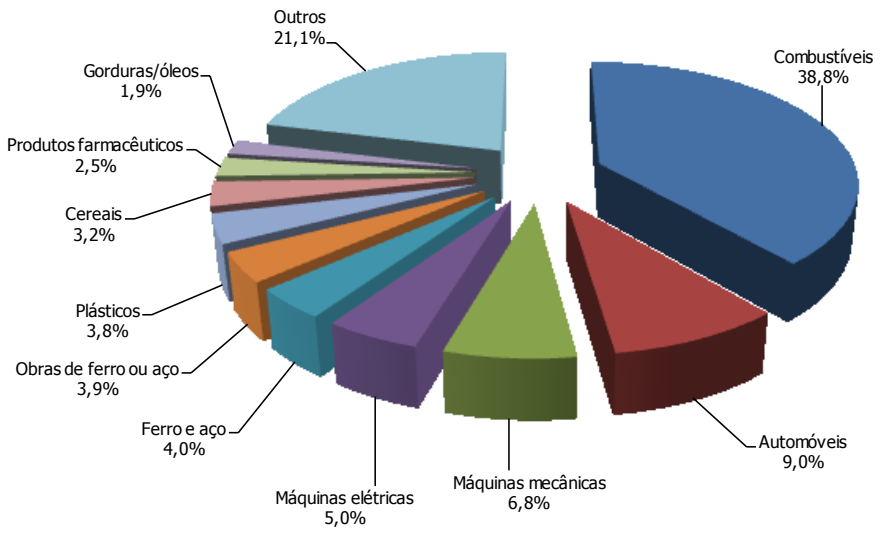
Composição das importações da Tanzânia
US$ bilhões

Descrição	2013(1)	Part.% no total
Combustíveis	4,86	38,8%
Automóveis	1,13	9,0%
Máquinas mecânicas	0,85	6,8%
Máquinas elétricas	0,62	5,0%
Ferro e aço	0,50	4,0%
Obras de ferro ou aço	0,49	3,9%
Plásticos	0,48	3,8%
Cereais	0,40	3,2%
Produtos farmacêuticos	0,31	2,5%
Gorduras/óleos	0,23	1,9%
Subtotal	**9,88**	**78,9%**
Outros	**2,65**	**21,1%**
Total	**12,53**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

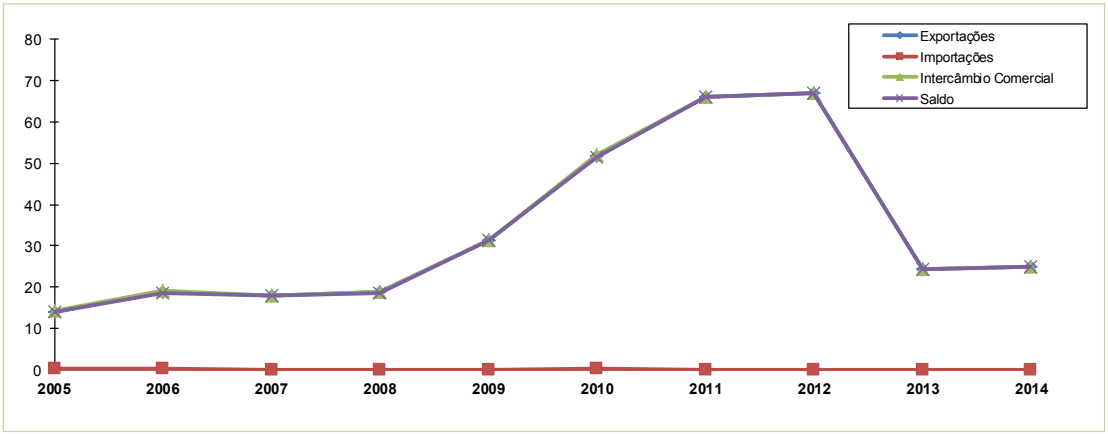
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tanzânia
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	14	71,4%	0,01%	0,262	(+)	0,00%	14	74,3%	0,01%	14
2006	19	33,5%	0,01%	0,302	15,1%	0,00%	19	33,1%	0,01%	19
2007	18	-4,8%	0,01%	0,000	-99,9%	0,00%	18	-6,3%	0,01%	18
2008	19	4,4%	0,01%	0,005	(+)	0,00%	19	4,4%	0,01%	19
2009	31	67,4%	0,02%	0,036	602,1%	0,00%	31	67,5%	0,01%	31
2010	52	65,7%	0,03%	0,272	659,0%	0,00%	52	66,4%	0,01%	52
2011	66	27,5%	0,03%	0,008	-96,9%	0,03%	66	26,8%	0,01%	66
2012	67	1,4%	0,03%	0,075	802,8%	0,00%	67	1,5%	0,01%	67
2013	24	-63,9%	0,01%	0,001	-98,5%	0,00%	24	-64,0%	0,01%	24
2014	25	3,1%	0,01%	0,070	(+)	0,00%	25	3,3%	0,01%	25
2015 (jan-mar)	5,3	6,4%	0,01%	0,011	-84,8%	0,00%	5,3	5,2%	0,01%	5,3
Var. % 2005-2014	**76,9%**		**---**	**-73,5%**		**---**	**74,2%**		**---**	**n.c.**

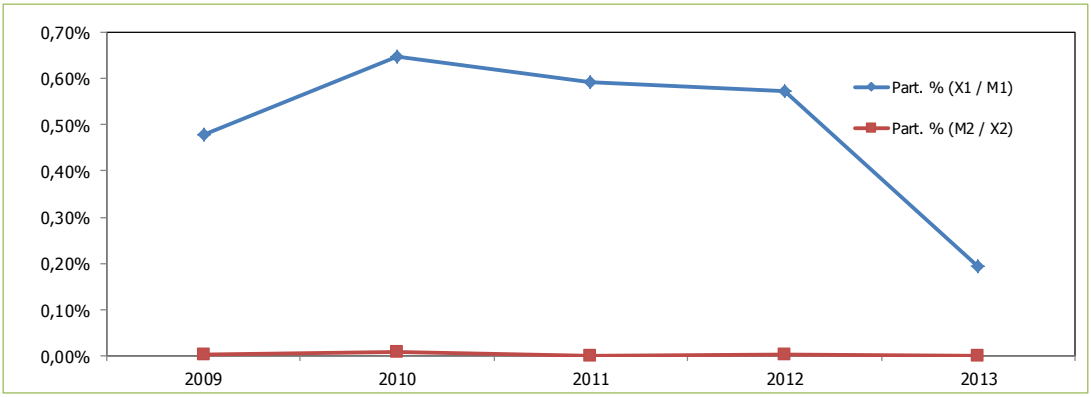
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Tanzânia(1)
US$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para a Tanzânia (X1)	31	52	66	67	24	**-22,7%**
Importações totais da Tanzânia (M1)	6.531	8.013	11.184	11.716	12.525	**91,8%**
Part. % (X1 / M1)	**0,48%**	**0,65%**	**0,59%**	**0,57%**	**0,19%**	**-59,7%**
Importações do Brasil originárias da Tanzânia (M2)	0,04	0,27	0,01	0,08	0,00	**-96,8%**
Exportações totais da Tanzânia (X2)	2.982	4.051	4.735	5.547	4.413	**48,0%**
Part. % (M2 / X2)	**0,00%**	**0,01%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**-97,9%**

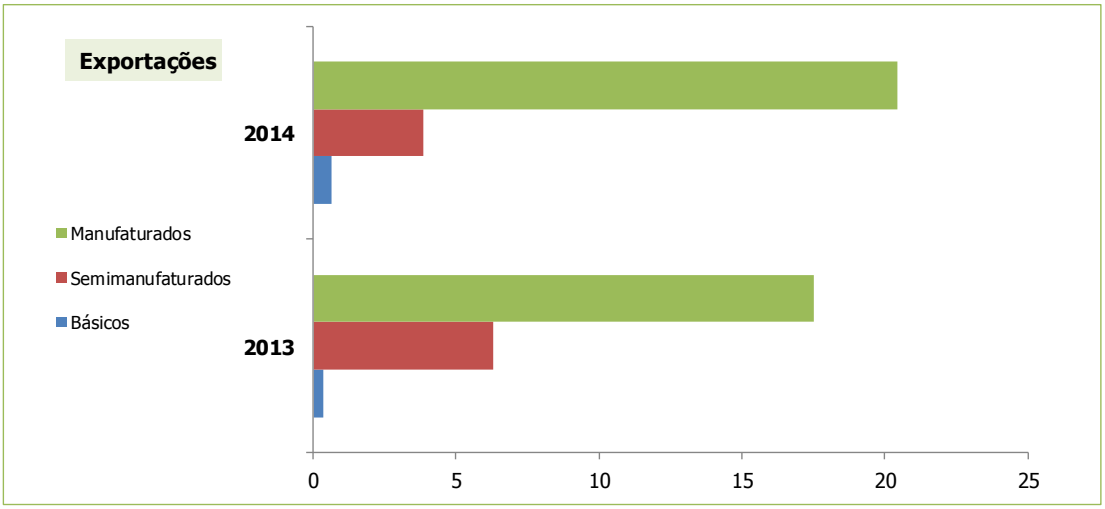
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

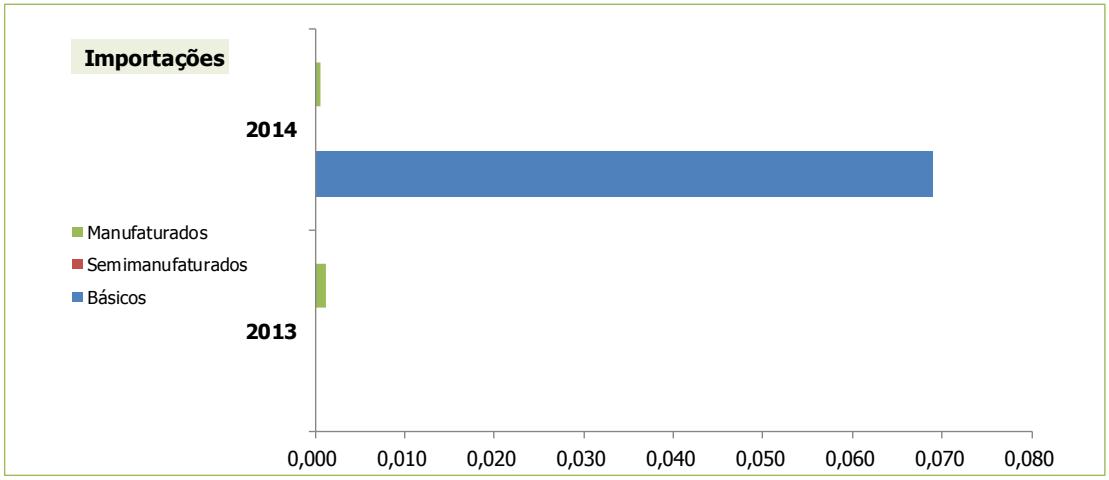


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





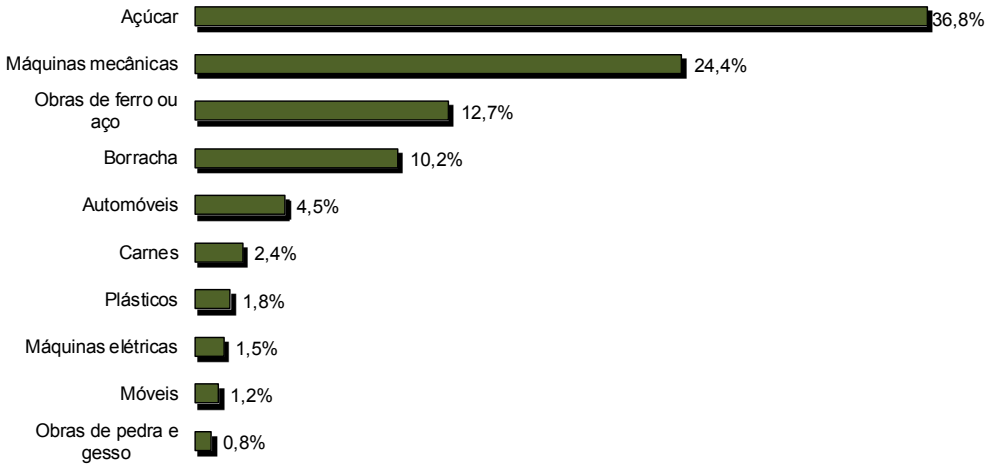
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Tanzânia
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	29,85	44,5%	13,82	57,1%	9,17	36,8%
Máquinas mecânicas	5,29	7,9%	2,12	8,8%	6,09	24,4%
Obras de ferro ou aço	5,98	8,9%	0,87	3,6%	3,17	12,7%
Borracha	3,68	5,5%	2,56	10,6%	2,54	10,2%
Automóveis	1,81	2,7%	1,13	4,7%	1,13	4,5%
Carnes	0,38	0,6%	0,33	1,4%	0,60	2,4%
Plásticos	0,62	0,9%	0,33	1,4%	0,45	1,8%
Máquinas elétricas	0,70	1,0%	0,34	1,4%	0,36	1,5%
Móveis	0,34	0,5%	0,35	1,4%	0,30	1,2%
Obras de pedra e gesso	0,48	0,7%	0,24	1,0%	0,21	0,8%
Subtotal	**49,13**	**73,3%**	**22,09**	**91,3%**	**24,03**	**96,4%**
Outros produtos	**17,91**	**26,7%**	**2,10**	**8,7%**	**0,90**	**3,6%**
Total	**67,04**	**100,0%**	**24,19**	**100,0%**	**24,93**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

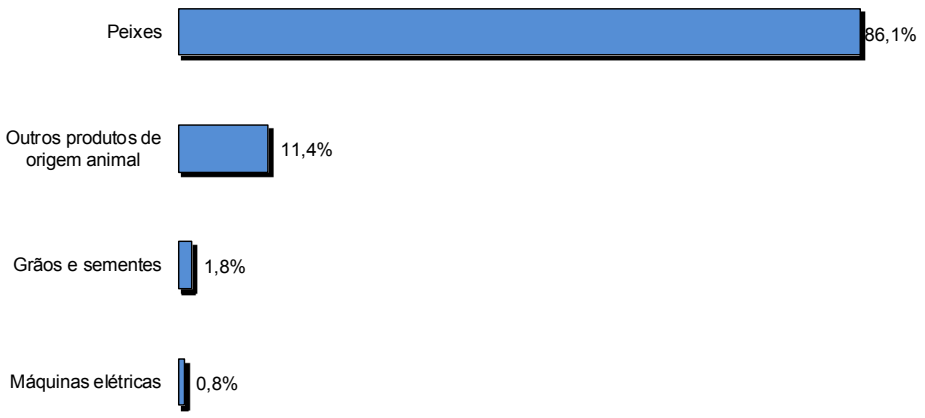


Composição das importações brasileiras originárias da Tanzânia
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peixes	0	0,0%	0	0,0%	60	86,1%
Outros produtos de origem animal	5	7,2%	0	0,0%	8	11,4%
Grãos e sementes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,8%
Máquinas elétricas	0	0,0%	1	98,2%	1	0,8%
Subtotal	**5**	**7,2%**	**1**	**98,2%**	**70**	**100,0%**
Outros produtos	**70**	**92,8%**	**0**	**1,8%**	**0**	**0,0%**
Total	**75**	**100,0%**	**1**	**100,0%**	**70**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

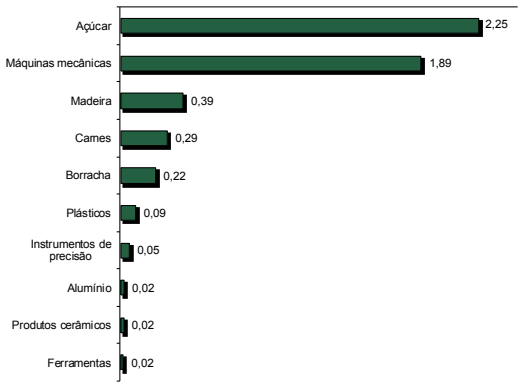
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões, fob

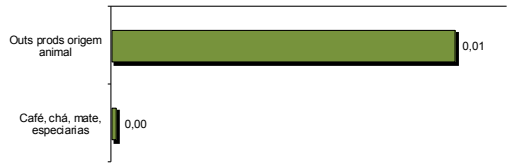
DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Açúcar	0,38	7,6%	2,25	42,7%
Máquinas mecânicas	2,41	48,7%	1,89	35,8%
Madeira	0,12	2,3%	0,39	7,4%
Carnes	0,15	3,0%	0,29	5,5%
Borracha	0,89	17,9%	0,22	4,1%
Plásticos	0,14	2,9%	0,09	1,8%
Instrumentos de precisão	0,07	1,5%	0,05	1,0%
Alumínio	0,00	0,0%	0,02	0,4%
Produtos cerâmicos	0,07	1,5%	0,02	0,3%
Ferramentas	0,01	0,1%	0,02	0,3%
Subtotal	**4,23**	**85,5%**	**5,23**	**99,2%**
Outros produtos	**0,72**	**14,5%**	**0,04**	**0,8%**
Total	**4,96**	**100,0%**	**5,27**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Outs prods origem animal	0,01	11,4%	0,01	98,6%
Café, chá, mate, especiarias	0,00	0,0%	0,00	1,4%
Subtotal	**0,01**	**11,4%**	**0,01**	**100,0%**
Outros produtos	**0,06**	**88,6%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**0,07**	**100,0%**	**0,01**	**100,0%**



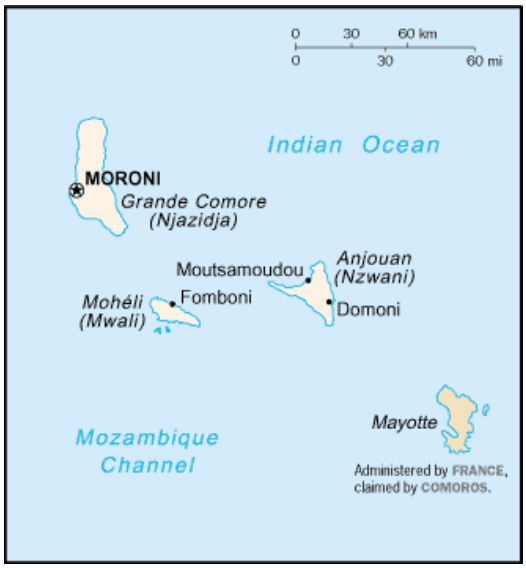
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

COMORES







Informação Ostensiva Maio de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE COMORES	
NOME OFICIAL:	União das Comores

CAPITAL:	Moroni
ÁREA:	2.171 km²
POPULAÇÃO:	776.000 (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Ikilinou Dhoinine (desde 26 de maio de 2011)
CHANCELER:	Abdoulkarim Mohamed (desde 27 de abril de 2015).
PIB NOMINAL (2013)	US$ 658 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2013):	US$ 1,15 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2014, est.):	US$ 872,76*
PIB PPP *PER CAPITA* (2014, est.):	US$ 1520,80 *
VARIAÇÃO DO PIB:	3,5% (2013); 2,9% (2012); 2,2% (2011); 2,0% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,429 – 169º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	61,5 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	74,9% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco comoriano
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	2 brasileiros residentes

* Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2003.

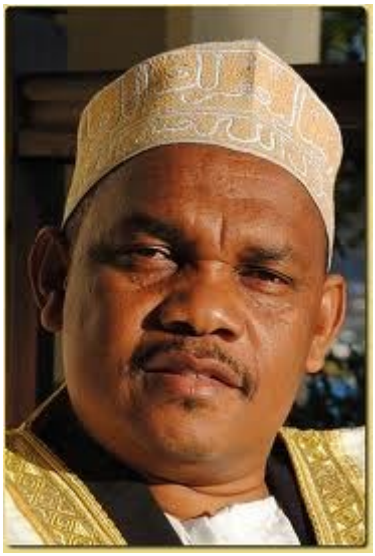
INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-COMORES (US$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)									
Brasil→Comores	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	2,23	3,01	2,48	1,76	1,17	0,28	0,40	1,10	1,73
Exportações	2,23	3,01	2,48	1,74	1,17	0,26	0,38	1,06	1,69
Importações	-	-	-	0,01	-	0,02	0,016	0,04	0,04
Saldo	2,23	3,01	2,48	1,73	1,17	0,24	0,37	1,02	1,65

Informação elaborada em 26 de maio de 2015, pelos Secretários Felipe Eduardo Liebl e Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

IKILILOU DHOININE

Presidente da União das Comores



Ikililou Dhoinine nasceu na ilha Mohéli, em 14 de agosto de 1962 e ocupa a presidência desde 26 de maio de 2011. Formou-se em farmacologia. É o primeiro Presidente das Comores oriundo da ilha Mohéli. Trabalhou no Ministério das Finanças, como encarregado de orçamento e empreendedorismo feminino. Entre 2006 e 2011, foi o Vice-Presidente das Comores. Em 2008, foi o presidente provisionado da ilha de Anjouan. Elegeu-se Presidente da União das Comores em 2010.

Em junho de 2012, o Presidente Dhoinime chefiou a delegação comoriana à conferência "Rio+20".

ABDOULKARIM MOHAMED

Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação



Nasceu em 3 de fevereiro de 1975 em Madjankagnoi, na ilha Grande Comore. É doutor em Farmácia pela Universidade de Rabat (Marrocos). Foi professor, pesquisador e Diretor-Geral da Escola de Medicida e Saúde da Universidade das Comores. Em 13 de julho de 2013 tornou-se encaregado da Juventude de dos Esportes, cargo que vinha ocupando até sua nomeação como Chanceler, em abril de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marraquexe, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

As autoridades comorianas têm dado sinais de interesse na aproximação com o Brasil. Como exemplo, pode-se citar o convite e o comparecimento do Brasil à Conferência Internacional de Doadores das Comores, realizada na República de Maurício, em dezembro de 2005. Após encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da II Cúpula ASA (Isla Margarita, 26 e 27 de setembro de 2009), o ex-Presidente Ahmed Sambi expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em julho 2010, a representação brasileira cumulativa para as Comores foi transferida da Embaixada na África do Sul para a Embaixada do Brasil na Tanzânia. Em cerimônia de apresentação de credenciais do Embaixador brasileiro junto ao Governo das Comores, realizada em dezembro de 2011, o Presidente Dhoinine manifestou expectativa em contar com a cooperação brasileira para auxiliar o país a superar seus grandes desafios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico. Reiterou interesse em estabelecer cooperação com o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), conforme solicitado em carta à Sra. Presidenta da República. O Embaixador brasileiro agradeceu, por sua vez, o apoio das Comores à candidatura do Dr. José Graziano ao cargo de Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Na ocasião, o Embaixador brasileiro pôde assinar, com o Chanceler Abdoulfatah Sharif, o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores. Uma vez em vigor, o acordo propiciará o desenvolvimento da cooperação bilateral, em especial nas áreas consideradas prioritárias para o arquipélago, a saber, agricultura, energia e formação de recursos humanos.

Em junho de 2012, o Governo comoriano adquiriu duas aeronaves modelo "LET-410", junto à empresa brasileira NHT transportes aéreos. Os

aviões e a tripulação brasileira que os conduziu foram recebidos em cerimônia com grande destaque. As duas aeronaves permitiram a retomada das ligações aéreas regulares entre as três ilhas do arquipélago.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira nas Comores, com a participação da Petrobras, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo Presidente Dhoinine e seus assessores, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

No início de 2015, Governo comoriano, por meio de seu representante permanente junto à ONU, expressou a intenção de designar Embaixador não residente das Comores junto ao Brasil.

Assuntos Consulares

O Consulado Honorário do Brasil nas Comores foi inauguradoem 27/5/2015, durante visita do Embaixador Francisco Carlos Soares Luz a Moroni, para apresentação de suas despedidas oficiais ao Presidente Dhoinine. O titular é o comoriano Djamil Mahamoud.

Apenas 2 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salam como residentes nas Comores. Apesar disso, a criação do Consulado se justifica tanto pelas difíceis condições de vida e das comunicações das ilhas, sujeitas a desastres naturais de toda a sorte, bem como para possível apoio a missões brasileiras ao arquipélago.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Comores.

POLÍTICA INTERNA

A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista, composto pelas Ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan. A quarta ilha do arquipélago das Comores, Mayotte, é hoje um departamento francês de ultramar, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, em 1976 e em 2009, e corresponde a território reclamado pela União das Comores.

Em seu período pré-colonial, as ilhas do arquipélago foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e

de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para entrepostos coloniais europeus na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial sobre as quatro ilhas do arquipélago, o qual durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo de descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência das Comores ganharam momento. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população de três das quatro ilhas do arquipélago (Grande Comore, Mohéli e Anjouan) optaram pela independência. A população da ilha de Mayote, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayote, levaram à proclamação unilateral da independência das Comores (inclusive da Ilha de Mayote), em julho de 1975, pelo Presidente do então Conselho de Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência das Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve sua administração sobre Mayote.

A declaração unilateral de independência suscitou críticas de lideranças do processo de descolonização comoriano. Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição "Frente de União Nacional", com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constitui marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih torna-se, em janeiro de 1976, Presidente das Comores. Ainda naquele ano, novo referendo sobre o status da ilha de Mayote confirmou a opção da população por permanecer sob administração francesa (99% da população da ilha, na ocasião, votou contra a independência). Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma

série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo Governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica das Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em virtude do regime de apartheid.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica (o desemprego chegou a afetar mais de 20% da população) e perseguição ao grupo de Denard. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, elegeu-se Presidente Mohamed Abdulkarim, cujo Governo foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da União Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em meio à crise secessionista, o Presidente Abdulkarim veio a falecer, em 1998. No ano seguinte, o Coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, assume a Presidência. A chegada ao poder do Coronel Azali marca o início de processo de paulatina estabilização das Comores. Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os "Acordos de Fomboni", pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a Presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, em nova Constituição, que estabeleceu a "União das Comores".

Azali venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito

Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história das Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se com a ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre a ilha.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, reduziu o peso da burocracia no orçamento, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de 4 para 5 anos.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então Vice-Presidente representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Em seu Governo, Dhoinine tem buscado consolidar a estabilidade política no país, ao mesmo tempo em que procura fortalecer a economia, hoje dependente das remessas de expatriados e tendo o Estado como o principal, e quase único, empregador.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, as Comores realizaram eleições legislativas que transcorreram de modo pacífico. O pleito resultou em vitória relativa do partido de Dhoinine e marcou o retorno à cena política dos ex-presidentes Sambi e Assoumani, cujos partidos obtiveram votação relevante, embora não constituam a maioria. Os dois ex-mandatários indicaram intenção de concorrerem à Presidência nas próximas eleições, previstas para 2016. As candidaturas, contudo, dependerão de reforma constitucional, uma vez que há proibição a que ex-Presidentes concorram novamente ao cargo.

poder legislativo

Conforme a Constituição de 2001, o poder legislativo das Comores é unicameral, sendo exercido pela "Assembleia", que conta com 33 deputados, 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove nomeados por representantes das ilhas (3 representantes por ilha). As três ilhas do arquipélago (Grande Comore, Anjouan e Mohéli) têm seu próprio parlamento, com diferentes números de representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana sob o Governo de Ikililou Dhoinine tem por prioridade as relações com a África, com o mundo árabe, com os países da Conferência Islâmica e da Francofonia. Mantém, ademais, o princípio norteador de recuperação da integridade territorial do país, por meio da reintegração da ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, ex-metrópole das Comores.

Apesar da disputa em torno de Mayote, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a "Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que deverá orientar iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano nos próximos anos.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 100 mil. A ilha de Mayote, sob administração francesa, tem constituído principal destino desses imigrantes.

Juntamente com França e África do Sul, a China é um dos três países que mantêm Embaixada residente em Moroni. O relacionamento com o país asiático é considerado da mais alta prioridade pelo Governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, as Comores também têm buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, as Comores têm conferido prioridade ao relacionamento com os países do Golfo. Países como Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores a projetos no arquipélago, em especial nas áreas de saúde e educação.

O relacionamento com os Estados Unidos, historicamente distante do arquipélago, tem ganhado relevância nos últimos anos, em especial em sua vertente securitária. Para o Governo norte-americano, a intensificação das relações com as Comores insere-se no contexto do combate à pirataria e ao terrorismo no Oceano Índico. Nesse contexto, os EUA vêm cooperando para o fortalecimento das forças de defesa comorianas, em especial sua marinha.

No âmbito multilateral, as Comores têm defendido, no âmbito das Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

No plano regional, as Comores têm mantido intenso relacionamento com os Estados Insulares do Leste Africano (Seicheles, Madagascar e Maurício), bem como com a Tanzânia. Em 2014, o Presidente Dhoinine lançou a iniciativa de criação de brigada humanitária para os Estados do Sudoeste do Índico, a ser sediada nas Comores. A iniciativa busca coordenar ações humanitárias e otimizar os meios disponíveis para responder a eventuais catástrofes naturais.

Ainda em 2014, destaca-se a realização, em Moroni, da IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico (organização que congrega Comores, Madagascar, Maurício, Seicheles e a ilha de Reunião, um departamento ultramarino francês). Trata-se do primeiro evento internacional de peso realizado nas Comores após a estabilização política, o qual contou, inclusive, com a presença do Presidente da França, François Hollande.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores em relação à França, realizaram-se dois referendos em que uma única das ilhas do arquipélago das Comores – a ilha Mayotte – decidiu não integrar o novo país independente e permanecer ligada à metrópole francesa. Em março de 2009, o Governo francês organizou um novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte. Noventa e cinco por cento dos votantes escolheram que a ilha se transformasse em departamento ultramarino da França, a que se deu efeito em março de 2011.

A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das

Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a Assembleia Geral da ONU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de "Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli". Essas resoluções têm contado com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB nominal estimado em cerca de US$ 717 milhões, em 2014, as Comores figuram entre os países mais pobres do mundo. A ausência de recursos naturais conhecidos, bem como deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano.

A economia comoriana, nesse contexto, é fortemente dependente de remessas de emigrados, que, em 2012, responderam por cerca de 20% do PIB e constitui sua maior fonte de divisas, segundo dados do Banco Mundial. A ajuda oficial ao desenvolvimento, por sua vez, representou cerca de 13% da renda nacional bruta, em 2013.

O setor agrícola, incluindo a pesca, representa cerca de 50% do PIB, emprega 80% da força de trabalho e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ilangue-ilangue (essência para a indústria de perfumes). Os maiores compradores dos produtos agrícolas do país são Índia, Singapura, China e Alemanha. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade de mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Os maiores fornecedores de mantimentos e matérias-primas às Comores são China, França, Índia e Madagascar.

A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, estimado em US$ 717 milhões, em 2014, representando 16% do PIB do país. As remessas estrangeiras e da ajuda oficial têm coberto, em parte, o déficit comercial.

Estimativas do FMI indicam que o déficit em transações correntes foi da ordem de 12,9%, em 2014.

A vulnerabilidade externa comoriana tornou o país particularmente susceptível aos efeitos da crise financeira global de 2008. Como resultado, em setembro de 2009, o FMI aprovou um empréstimo de $21 milhões para as Comores. Pelo acordo, o Governo comoriano teria de reduzir a folha salarial do funcionalismo, aumentar a receita e implementar reformas estruturais. A implementação de política macroeconômica restritiva e das reformas estruturais avançaram desde a posse do Governo Dhoinine, em maio de 2011. O déficit fiscal do país tem sido, atualmente, particularmente baixo, da ordem de 0,7%, em 2014.

Apesar da fragilidade de sua economia, Comores vem obtendo, nos últimos anos, taxas de crescimento econômico da ordem de 3% (3,5%, em 2014) e inflação sob controle, no patamar de 3%. Previsões de organismos internacionais estimam que, se a estabilidade política permanecer, as taxas de crescimento devem continuar estáveis.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral com o Brasil é muito reduzido, tendo atingido seu pico em 2007, quando o fluxo comercial superou os US$ 3 milhões, amplamente superavitário em favor das exportações brasileiras (carne bovina e aves). Em 2011, as importações comorianas de frango congelado foram drasticamente reduzidas, o que levou as exportações brasileiras a registrarem o menor volume desde 2003. Desde então, opera-se um lento processo de melhora do volume de produtos comercializados, tendo o fluxo de comércio alcançado US$ 1,1 milhão em 2014.

As exportações brasileiras para as Comores concentram-se em produtos alimentícios, como carnes, açúcares e produtos de confeitaria, preparações de peixes, além de uma pequena parcela de exportações de madeira e carvão vegetal.

Não há registro de investimentos brasileiros nas Comores.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Primeira visita de portugueses.
1841	Compra de Mayotte pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	É concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	É organizado referendo sobre a independência das Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se Presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdoulkarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdoulkarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade das Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de scessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia nas Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayote é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayote em departamento ultramarino francês.
2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2015	Eleições parlamentares apontam vitória relativa dos partidos ligados ao Presidente Dhoinine.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Comores
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira nas Comores.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	**DATA DE CELEBRAÇÃO**	**ENTRADA EM VIGOR**	**PUBLICAÇÃO (D.O.U.)**
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em tramitação na Casa Civil

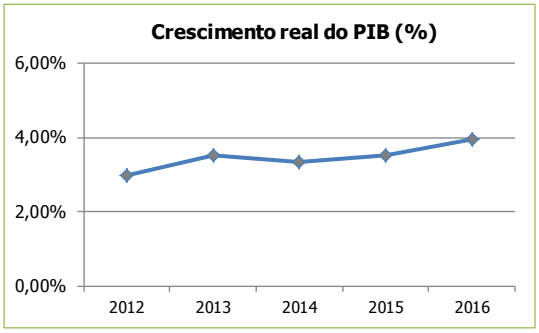
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

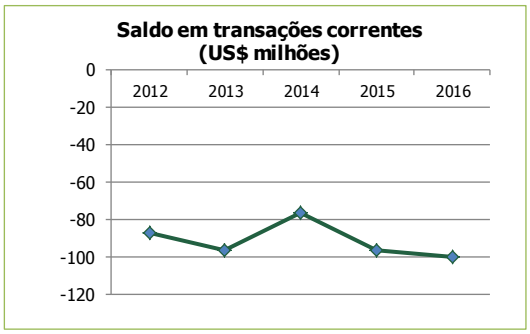
Principais Indicadores Econômicos de Comores

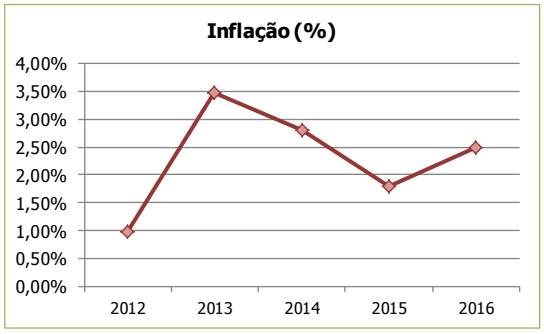
Indicador	2012	2013	2014(1)	2015(1)	2016(1)
Crescimento real (%)	2,96%	3,52%	3,35%	3,52%	3,96%
PIB nominal (US$ milhões)	596	658	717	677	728
PIB nominal "per capita" (US$)	815	873	923	847	885
PIB PPP (US$ bilhões)	1,09	1,15	1,20	1,26	1,32
PIB PPP "per capita" (US$)	1.491	1.521	1.548	1.570	1.608
População (mil habitantes)	732	754	776	799	823
Inflação (%)	0,98%	3,48%	2,80%	1,80%	2,50%
Saldo em transações correntes (US$ milhões)	-87	-96	-76	-96	-100
Câmbio (Cfr / US$)	371,5	353,9	382,9	370,5	370,8
Origem do PIB (2014 estimativa)					
Agricultura			50,4%		
Indústria			13,7%		
Serviços			35,9%		

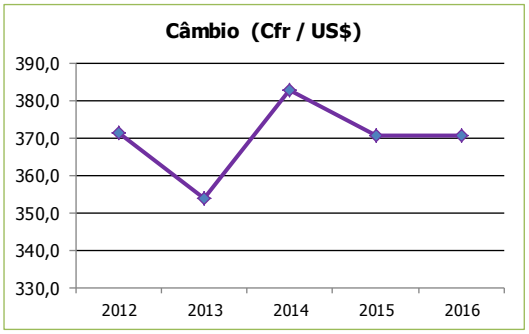
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.









Evolução do Comércio Exterior de Comores[1]
US$ milhões

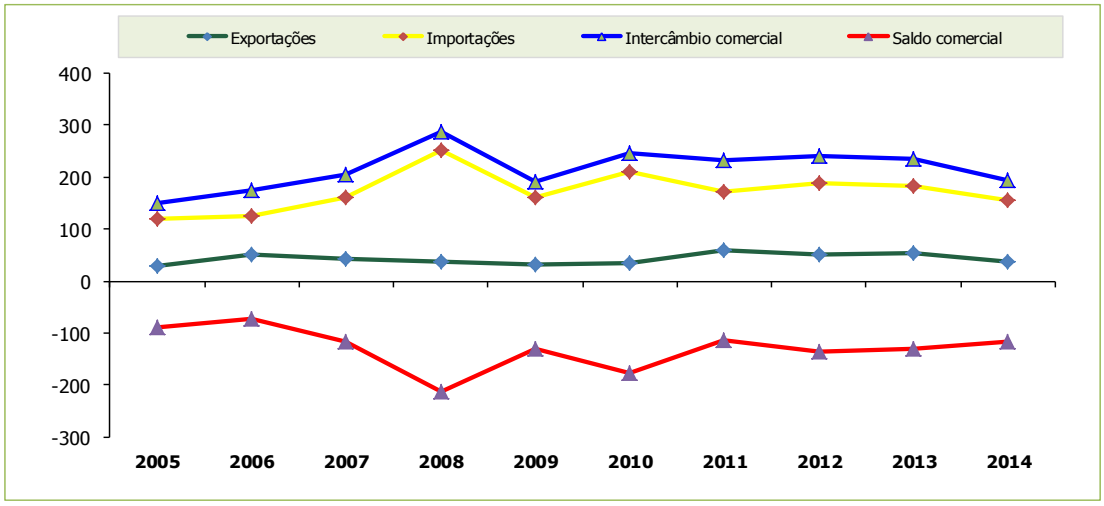
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	30	-20,9%	119	25,4%	150	12,2%	-89
2006	50	66,8%	124	3,8%	174	16,5%	-74
2007	44	-13,4%	161	29,6%	204	17,2%	-117
2008	37	-15,2%	250	55,8%	287	40,7%	-213
2009	31	-16,3%	160	-36,1%	191	-33,6%	-129
2010	35	-9,1%	212	122,2%	246	84,7%	-177
2011	60	73,2%	173	-18,4%	233	-5,5%	-113
2012	52	-14,0%	189	9,1%	240	3,1%	-137
2013	53	1,9%	183	-3,0%	236	-2,0%	-130
2014[2]	39	-26,8%	155	-15,0%	194	-17,6%	-117
Var. % 2005-2014	**27,5%**	**---**	**30,0%**	**---**	**29,5%**	**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Comores
US$ milhões

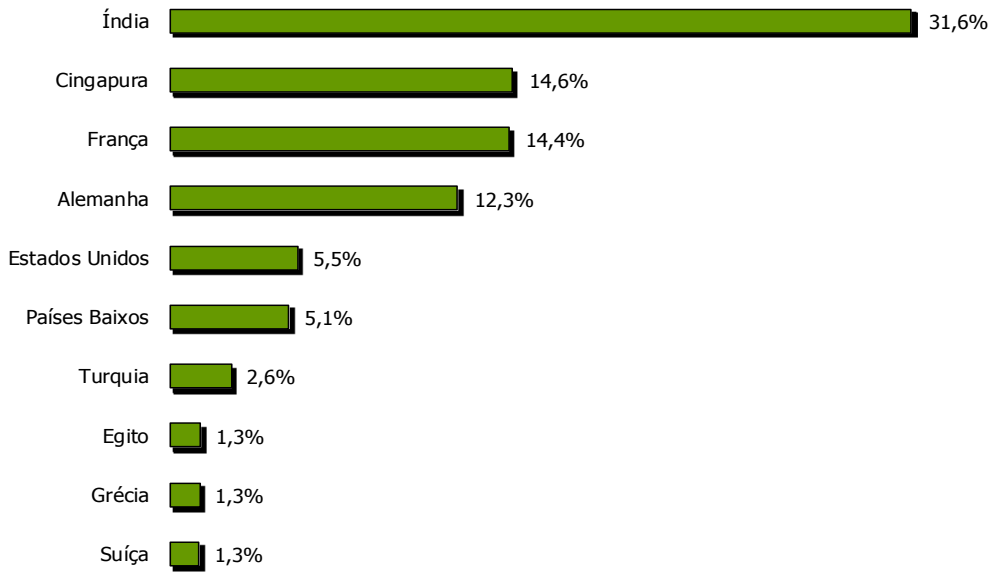
Descrição	2014[1][2]	Part.% no total
Índia	12,18	31,6%
Cingapura	5,63	14,6%
França	5,57	14,4%
Alemanha	4,73	12,3%
Estados Unidos	2,11	5,5%
Países Baixos	1,96	5,1%
Turquia	1,01	2,6%
Egito	0,51	1,3%
Grécia	0,50	1,3%
Suíça	0,48	1,3%
...		
Brasil (25ª posição)	***0,04***	***0,1%***
Subtotal	**34,72**	**90,1%**
Outros países	**3,83**	**9,9%**
Total	**38,54**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Comores
US$ milhões

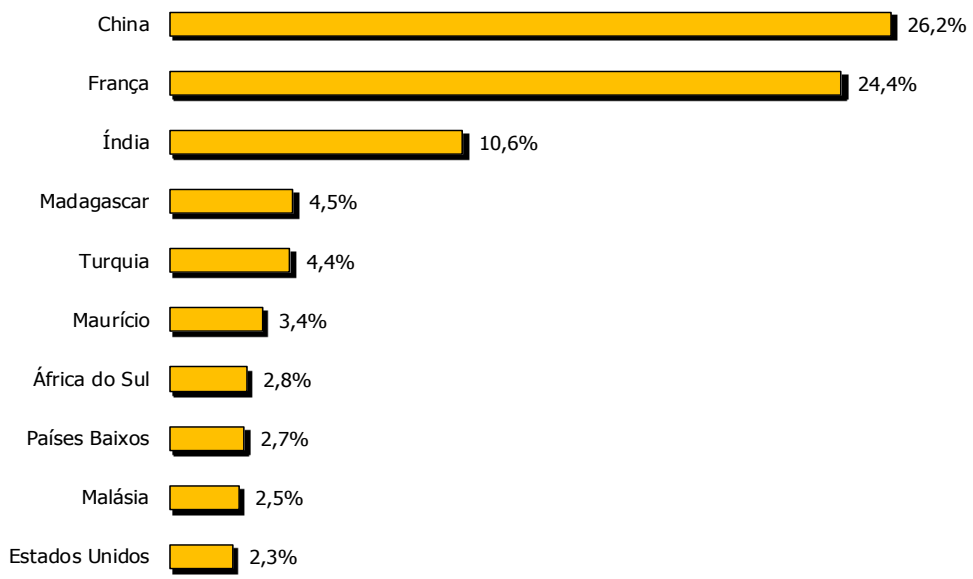
Descrição	2014[1][2]	Part.% no total
China	40,69	26,2%
França	37,90	24,4%
Índia	16,54	10,6%
Madagascar	6,96	4,5%
Turquia	6,80	4,4%
Maurício	5,25	3,4%
África do Sul	4,37	2,8%
Países Baixos	4,21	2,7%
Malásia	3,92	2,5%
Estados Unidos	3,57	2,3%
...		
Brasil (16ª posição)	***1,70***	***1,1%***
Subtotal	**131,90**	**84,9%**
Outros países	**23,50**	**15,1%**
Total	**155,40**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Comores
US$ milhões

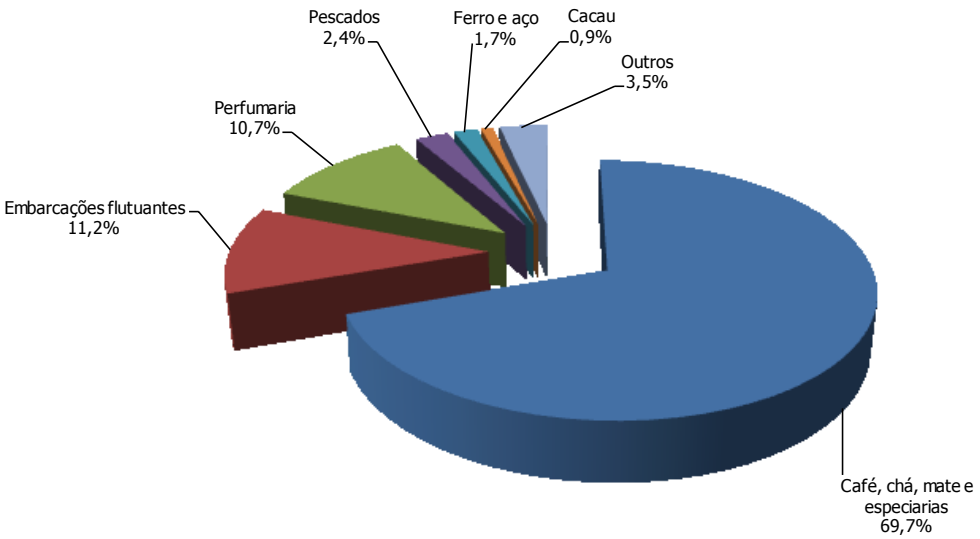
Descrição	2013[1][2]	Part.% no total
Café, chá, mate e especiarias	36,71	69,7%
Embarcações flutuantes	5,91	11,2%
Perfumaria	5,62	10,7%
Pescados	1,26	2,4%
Ferro e aço	0,89	1,7%
Cacau	0,45	0,9%
Subtotal	**50,84**	**96,5%**
Outros	**1,84**	**3,5%**
Total	**52,68**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Comores
US$ milhões

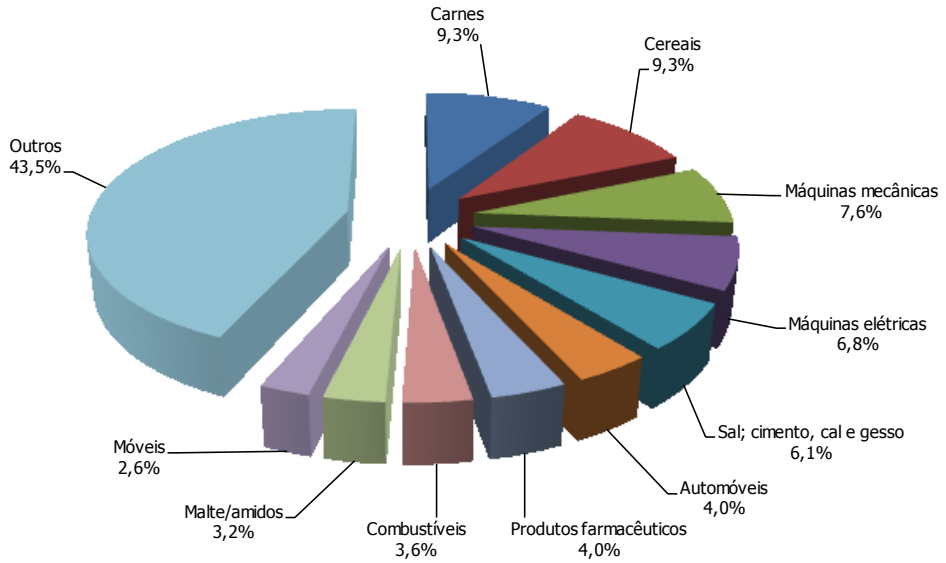
Descrição	2013[(1)(2)]	Part.% no total
Carnes	17,08	9,3%
Cereais	17,06	9,3%
Máquinas mecânicas	13,89	7,6%
Máquinas elétricas	12,48	6,8%
Sal; cimento, cal e gesso	11,07	6,1%
Automóveis	7,30	4,0%
Produtos farmacêuticos	7,24	4,0%
Combustíveis	6,53	3,6%
Malte/amidos	5,85	3,2%
Móveis	4,76	2,6%
Subtotal	**103,25**	**56,5%**
Outros	**79,57**	**43,5%**
Total	**182,82**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

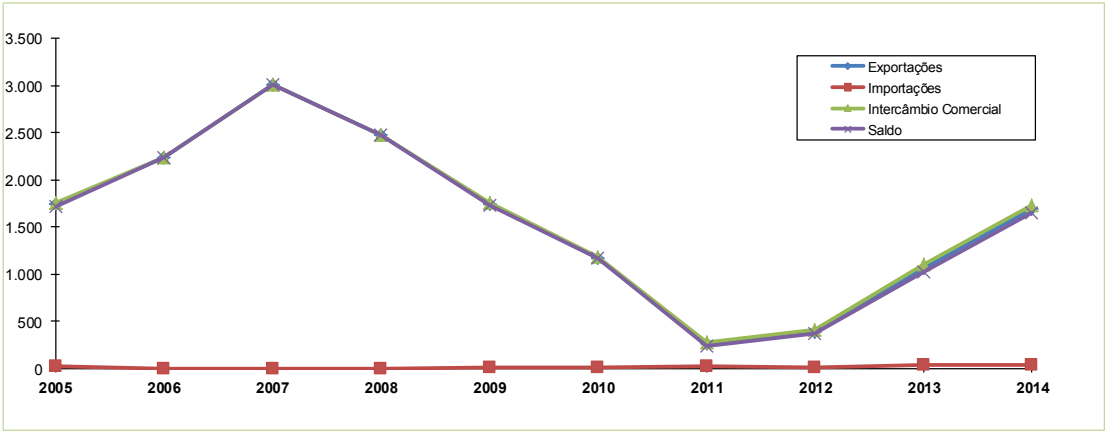
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Comores
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.740	50,2%	0,00%	19,3	-80,7%	0,00%	1.759	39,8%	0,00%	1.721
2006	2.234	28,4%	0,00%	1,5	-92,2%	0,00%	2.235	27,0%	0,00%	2.232
2007	3.014	34,9%	0,00%	1,9	23,7%	0,00%	3.016	34,9%	0,00%	3.012
2008	2.482	-17,6%	0,00%	1,0	-48,5%	0,00%	2.483	-17,7%	0,00%	2.481
2009	1.747	-29,6%	0,00%	15,8	(+)	0,00%	1.762	-29,0%	0,00%	1.731
2010	1.173	-32,8%	0,00%	5,7	-64,0%	0,00%	1.179	-33,1%	0,00%	1.168
2011	261	-77,7%	0,00%	19,3	239,7%	0,00%	280	-76,2%	0,00%	242
2012	389	49,0%	0,00%	16,1	-16,6%	0,00%	405	44,5%	0,00%	373
2013	1.064	173,4%	0,00%	37,0	130,5%	0,00%	1.101	171,7%	0,00%	1.027
2014	1.696	59,4%	0,00%	40,4	9,0%	0,00%	1.736	57,7%	0,00%	1.655
2015 (jan-mar)	80	-85,7%	0,00%	2,4	-66,5%	0,00%	82	-85,5%	0,00%	77
Var. % 2005-2014	**-2,5%**		**---**	**108,7%**		**---**	**-1,3%**		**---**	**n.c.**

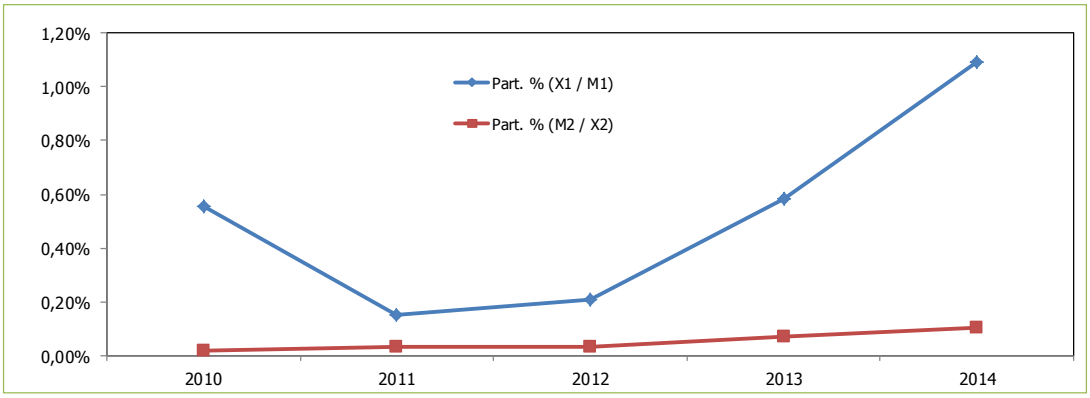
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de Comores[(1)]
US$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Comores (X1)	1.173	261	389	1.064	1.696	**44,5%**
Importações totais de Comores (M1)	211.713	172.785	188.552	182.819	155.398	**-26,6%**
Part. % (X1 / M1)	**0,55%**	**0,15%**	**0,21%**	**0,58%**	**1,09%**	**96,9%**
Importações do Brasil originárias de Comores (M2)	5,7	19	16	37	40	**612,5%**
Exportações totais de Comores (X2)	34.723	60.125	51.690	52.681	38.544	**11,0%**
Part. % (M2 / X2)	**0,02%**	**0,03%**	**0,03%**	**0,07%**	**0,10%**	**541,8%**

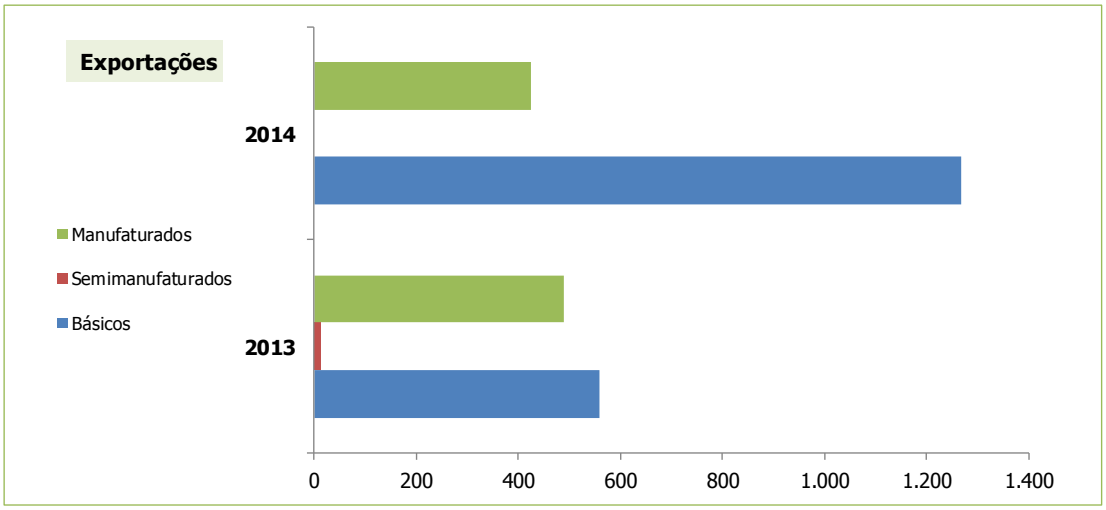
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

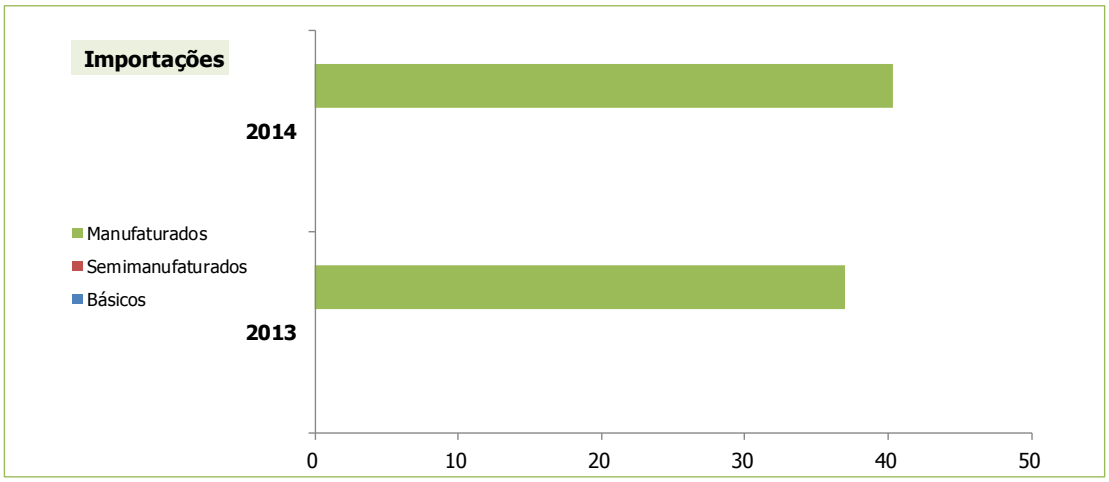


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





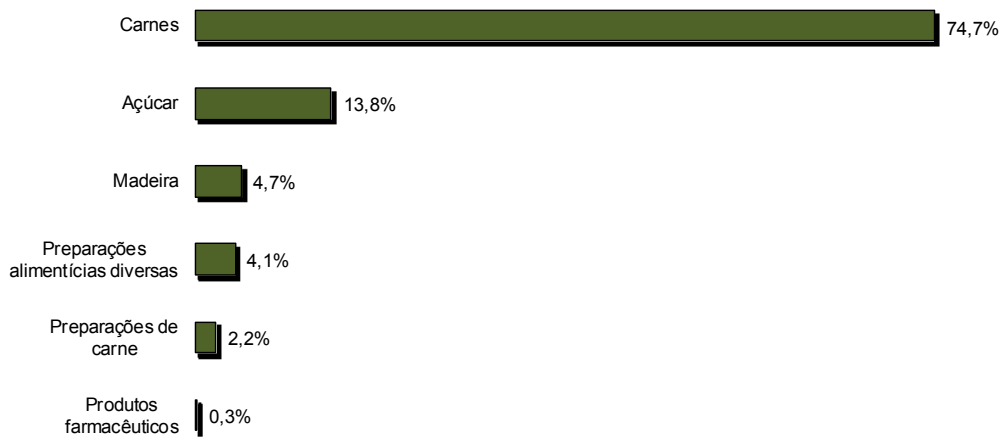
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Comores
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	283	72,7%	560	52,6%	1.267	74,7%
Açúcar	98	25,1%	177	16,7%	234	13,8%
Madeira	0,0	0,0%	0,0	0,0%	80	4,7%
Preparações alimentícias diversas	0,0	0,0%	64	6,0%	69	4,1%
Preparações de carne	1,3	0,3%	0,0	0,0%	37	2,2%
Produtos farmacêuticos	5,1	1,3%	0,0	0,0%	4,4	0,3%
Subtotal	**387**	**99,4%**	**801**	**75,3%**	**1.691**	**99,7%**
Outros produtos	**2,2**	**0,6%**	**262**	**24,7%**	**4,8**	**0,3%**
Total	**389**	**100,0%**	**1.064**	**100,0%**	**1.696**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

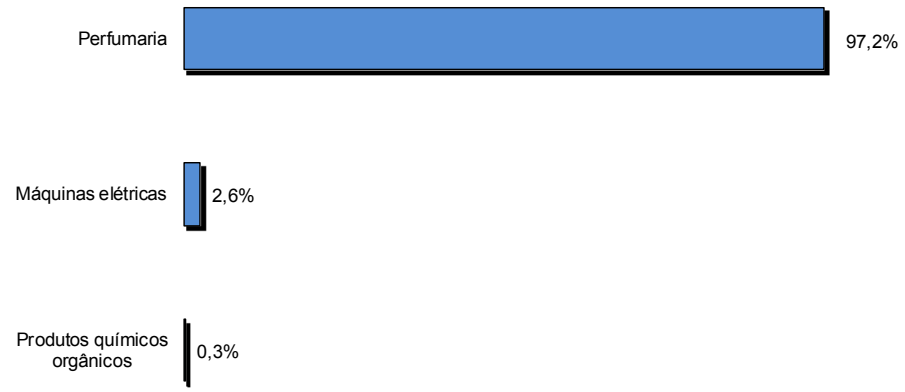


Composição das importações brasileiras originárias de Comores
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Perfumaria	16	100,0%	11	28,4%	39	97,2%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	0,3	0,9%	1,0	2,6%
Produtos químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,3%
Subtotal	**16**	**100,0%**	**11**	**29,4%**	**40**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0,0%**	**26**	**70,6%**	**0**	**0,0%**
Total	**16**	**100,0%**	**37**	**100,0%**	**40**	**100,0%**

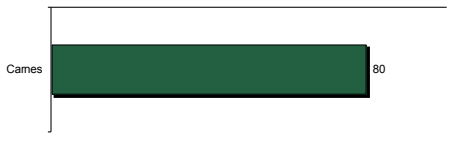
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



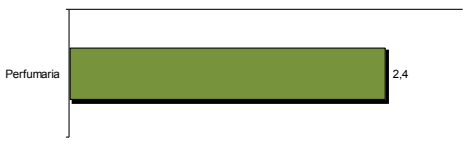
DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	376	67,5%	80	100,0%
Subtotal	**376**	**67,5%**	**80**	**100,0%**
Outros produtos	**181**	**32,5%**	**0**	**0,0%**
Total	**558**	**100,0%**	**80**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Perfumaria	6,1	85,5%	2,4	100,0%
Subtotal	**6,1**	**85,5%**	**2,4**	**100,0%**
Outros produtos	**1,0**	**14,5%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**7,2**	**100,0%**	**2,4**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

SEICHELES







Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SEICHELES	
NOME OFICIAL:	República das Seicheles
GENTÍLICO:	Seichelense
CAPITAL:	Vitória
ÁREA:	460 km²
POPULAÇÃO:	94.000 (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Inglês, francês e seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduísmo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO:	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 32 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e sete por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente James Alix Michel (desde 14 de abril de 2004)
CHANCELER:	Joel Morgan (desde 1º de fevereiro de 2015)
PIB NOMINAL	US$ 1,42 bilhões (2014, FMI)*
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US$ 2,4 bilhões (2014, FMI)*
PIB *PER CAPITA*:	US$ 15.115 (2014, FMI)*
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 25.607 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,94% (2014)*; 6,62% (2013)*; 6,04% (2012); 7,9% (2011); 5,95% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,756 – 71º no ranking (PNUD, 2014)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,2 anos (PNUD, 2014)
ALFABETIZAÇÃO:	91,8% (PNUD, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	2,98% (est. 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ronald Jean Jumeau, residente em Nova York.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro.

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2012.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SEICHELES (US$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)									
Brasil→Seicheles	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	24,69	2,16	7,81	54,79	7,35	6,85	6,75	18,57	12,57
Exportações	24,59	1,70	2,95	54,68	6,16	6,33	6,68	18,43	12,12

Importações	0,09	0,46	4,86	0,11	1,19	0,52	0,07	0,14	0,46
Saldo	24,50	1,24	-1,91	54,57	4,97	5,81	6,61	18,29	11,66

Informação elaborada em 23 de abril de 2015, pelos Secretários Fernanda Carvalho Dal Piaz e Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

JAMES ALIX MICHEL

Chefe de Estado e de Governo



James Alix Michel nasceu em Mahe, Seicheles, em 16 de agosto de 1944. De 1974 a 1977, foi membro do Comitê Executivo do Partido Popular Unido de Seicheles (SPUP), antecessor do partido atualmente no poder, a Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF). Em 1978, James Michel tornou-se membro do Comite Executivo Central da SPPF. Tornou-se Vice-Secretário Geral da Frente, em 1984, e Secretário Geral, em 1994, cargo que ocupou até junho de 2009. Em 2 de junho de 2009, o SPPF foi renomeado como Parti Lepep (Partido Popular), e James Michel foi eleito presidente do Partido.

Nas eleições de 1998 e 2001, Michel foi candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Presidente France Albert René, e ocupou o cargo de Vice-Presidente de 1996 a 2004. Com a renúncia de René Albert em abril de 2004, Michel assumiu a Presidência, cargo para o qual foi eleito em 2006 e reeleito em 2011, para mandatos de 5 anos. Seu mandato encerra-se no início de 2016. Na estrutura de Governo atual, o Presidente também acumula as pastas de Defesa, de Hidrocarbonetos e de Assuntos Legais e Informação. Durante sua longa carreira política, Michel já assumiu, igualmente, as pastas de Educação, de Finanças, de Comunicações e de Cultura e Esportes.

JOëL MORGAN

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Joël Morgan nasceu em 15 de agosto em 1961. Cursou mestrado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Heriott-Watt (Edimburgo, Escócia). É considerado um dos mais antigos membros do atual Gabinete e possui excelente trânsito entre os doadores internacionais. Durante sua trajetória política, Morgan liderou os Ministérios do Uso da Terra e Habitação, do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais, dos Transportes e do Interior. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros após a reforma ministerial de 1º de fevereiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República de Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o Embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais junto ao Governo de Vitória. Com o fechamento da Embaixada na capital da Tanzânia em 1991, transferiu-se para a Embaixada em Maputo a cumulatividade com Seicheles. Em 2010, a cumulatividade da Embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a Embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes às brasileiras nas áreas de desenvolvimento sustentável e de redução da pobreza e na promoção de um comércio internacional mais justo. Digno de nota foi o apoio do país, em 2011, à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2013, país também apoiou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução brasileiro intitulado "O Direito à Privacidade na Era Digital".

Em 2008, foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, que já foi aprovado pelo Congresso Nacional e, atualmente, encontra-se em fase de promulgação. Quando em vigor, deverá permitir que estudantes seichelenses participem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (Programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foi celebrado o Acordo de Isenção Parcial de Vistos, que está em fase de ratificação. Seicheles tem interesse em que esse acordo entre em vigor tão logo possível, tendo em vista o objetivo de buscar atrair mais turistas brasileiros para o arquipélago. Anualmente, apenas cerca 1.500 brasileiros visitam Seicheles, entretanto as autoridades seichelenses

estimam de que haja potencial para que esse número seja, pelo menos, triplicado, tendo em vista as novas possibilidades de conexão aérea abertas via África do Sul, Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos encontra-se em fase avançada de negociação e deverá ser assinado em maio de 2015.

Em junho de 2014, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, Embaixador Barry Faure (atualmente Vice-Presidente do país), encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio 2017-2018.

Assuntos Consulares

Não há registro de comunidade brasileira residente em Seicheles, nem casos de assistência consular dignos de nota.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Seicheles.

POLÍTICA INTERNA

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração inglesa, a economia de Seichelles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha inglesa foram levados a Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão do status do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a

independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Uniodo, o SDP uniu-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi concedida formalmente pelo Reino Unido em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro Presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de Primeiro Ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do Presidente Manchan ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Manchan e instalaram René na Presidência. A recém promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, a qual previa a adoção de sistema político de partido único, representado pela Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, derrotando o ex-Presidente James Mancham no pleito.

O mandatário seichelense foi novamente reeleito, em 1998, por ampla margem de votos (66%). Naquele pleito, ficou em segundo lugar o Reverendo anglicano Wavel Ramkalawan e, em tericeiro, James Mancham. Um dos fundadores do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de viés liberal, em 1994, o Reverendo tem-se convertido, desde o pleito de 1998, na principal figura de oposição no país.

Em 2001, alegando razões econômicas, o Presidente René solicitou ao parlamento a antecipação das eleições presidenciais previstas para 2003. Realizado em agosto de 2001, o pleito resultou em nova vitória de René, dessa

vez por margem estreita de votos (54,2%). Wavel Ramkalawan obteve cerca de 45% dos votos. Nas eleições legislativas do ano seguinte, os dois partidos obtiveram votação similar à do pleito presidencial (SPPF 54%, e SNP, 42,5%).

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o Presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à Presidência, tendo sido substituído por James Alix Michel, que vinha despontando como principal herdeiro político de René e que, desde 1996, ocupava a Vice-Presidência de Seicheles. Nas eleições de julho de 2006, o Presidente Michel foi confirmado no cargo, tendo sido eleito para mandato de cinco anos, novamente derrotando Ramkalawan por margem relativamente pequena (53 a 45%). O SPFF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Ao final de 2008, como consequência da crise financeira internacional, o Governo passou a enfrentar grandes dificuldades no plano econômico. Exaurido de suas reservas internacionais, o país declarou moratória no pagamento de sua dívida externa e, ao final de 2009, a inflação anual atingiu o patamar de 37%. Como resultado de acordo celebrado com o FMI naquele ano, foi empreendida ampla reforma administrativa e ministerial, com vistas a reduzir gastos governamentais e aumentar a eficiência dos serviços públicos. Ainda em 2009, o SPPF passou a denominar-se "Parti Lepep" - PL (Partido Popular, em criolo seichelense).

Apesar de apelos de Ramkalawan e do SNP para a antecipação das eleições presidenciais em razão do quadro econômico, o calendário eleitoral, que previa eleições presidenciais para 2011, foi mantido. Naquele ano, Michel foi novamente reeleito, derrotando Ramkalawan. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o SNP passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 32 cadeiras da Assembleia Nacional.

Diante do quadro de quase total ausência de oposição no Parlamento, o Presidente Michel tem realizado esforços em favor da promoção da união nacional e do maior diálogo com a sociedade civil. O mandatário mantém com o único deputado de oposição no Parlamento, David Pierre, encontros regulares para avaliação da situação do país. Diante da ausência do SNP nos debates nacionais, a figura de Pierre vem ganhando crescente projeção política no país. Em julho de 2014, o Presidente Michel anunciou a criação do Foro Consultivo Nacional (FCN), que reúne o mandatário seichelense, o Vice-Presidente do

país e treze representantes da sociedade civil (empresariado, academia e líderes religiosos). O FCN possui ampla autonomia deliberativa e os resultados das discussões são informados ao Gabinete ministerial.

As próximas eleições presidenciais e parlamentares deverão ocorrer em 2016. O Presidente Michel anunciou, em fevereiro de 2015, sua intenção de concorrer novamente ao cargo. Caso seja reeleito, deverá ser o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. O SNP, por sua vez, anunciou que deverá tomar parte no pleito, bem como nas próximas eleições legislativas.

Analistas avaliam que as próximas eleições presidenciais e legislativas deverão ocorrer sem maiores obstáculos. O Presidente Michel ainda goza de grande popularidade entre a população do arquipélago, amparada pelo sucesso econômico e social do país. Entre 2004, quando Michel assumiu a Presidência, e 2014, a renda per capta do país quase dobrou, passando de cerca de US$ 8 mil dólares para mais de US$ 15 mil dólares, apesar da grave crise vivida pelo país em 2008 e 2009.

Poder legislativo

O Poder Legislativo de Seicheles é unicameral, exercido pela Assembleia Nacional, composta por 25 membros eleitos por voto direto e 7 membros eleitos por sistema de representação proporcional baseado nos votos recebidos por cada partido político. Os representantes são eleitos para mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Seicheles tem atuado de forma ativa no cenário internacional, principalmente na agenda de desenvolvimento sustentável. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). O Governo de James Michel chegou a afirmar, em foros internacionais, que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas um crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de "refugiados ambientais".

Como forma de defender os interesses dos SIDS de forma mais abrangente, Seicheles lançou, em 2012, sua candidatura a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2017-

2018. O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações desses pequenos países. Entre os principais pontos dessa agenda, estão a criação de um índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS acreditam ser duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta – sem receber, portanto, tratamento preferencial de boa parte dos doadores –, ao mesmo tempo em que sofrem agudamente com os efeitos das mudanças do clima, praticamente sem terem contribuído para as causas.

O conceito de "Economia Azul" tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. Esse conceito consiste na defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma sustentável. Por suas características territoriais, (454km2 do território está em terra firme e 1,3 milhões km2, no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos países costeiros da África – são baseados na extração de petróleo e da pesca. Nesse contexto, o país defende uma mudança na perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para uma perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos reportados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico é outra questão de grande prioridade para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da "South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative" (SAARPSCO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSCO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceira com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e

econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em um contexto de globalização bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da Organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA, e, em 2012, abriu uma Embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da União Africana, cuja última edição foi realizada em janeiro de 2015. No âmbito da UA, o discurso seichelense é igualmente voltado para os interesses dos países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, cumpre ressaltar que Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história da Organização. Seicheles solicitou sua condição de membro em 31 de maio de 1995, mas o assunto ficou praticamente parado até 2008, devido à limitada capacidade e experiência do país em matéria de negociações comerciais. Além disso, os custos de acessão e de preparação dos empresários locais para competir no mercado global eram considerados proibitivos. Entretanto, a partir de 2008, o Governo seichelense obteve avanços significativos na identificação das mudanças legais e nas adaptações internas necessárias. Os avanços, a partir de então, levaram à acessão de Seicheles à OMC em 26 de abril de 2015.

Ainda no âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a garantir que aquelas instituições reflitam os princípios de inclusão, parceria e igualdade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da União Africana, o país apoia, contudo, o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005 pela Organização, o qual propõe pelo menos dois assentos permanentes para a África no CSNU.

Seicheles tem buscado fortalecer as relações bilaterais com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas oito países possuem Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka e Líbia). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A Índia é um dos principais parceiros de Seicheles. Marco recente do relacionamento bilateral foi a visita do Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, a Vitória, no início de 2015. Os dois países têm posições convergentes em diversos assuntos. Seicheles apoia o pleito indiano para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o apoio do Governo indiano aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento no foros internacionais é reconhecido pelo Governo de Seicheles. Com potencial de incrementar o turismo e o intercâmbio comercial, convém ressaltar a inauguração, em dezembro de 2014, de um voo direto da Air Seychelles entre Vitória e Mumbai.

A China também é um importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e vem prestando sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde. Além disso, a China é um importante parceiro no combate à pirataria no Oceâno Índico.

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) constituem, atualmente, um dos principais parceiros comerciais e uma das principais fonte de investimento no país. Desde 2008, os EAU têm investido em setores variados, como habitação, energia e saúde. É digno de registro, igualmente, a política de aproximação com a África do Sul, país com o qual Seicheles busca manter relacionamento estratégico e essencial em termos do comércio exterior do arquipélago.

O relacionamento com os Estados Unidos também é relevante, principalmente por causa do papel central dos norte-americanos na luta contra a pirataria no Oceano Índico. Por fim, cumpre notar que os países europeus são importantes parceiros econômico-comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo. Apesar disso, possui a maior renda per capita da África e o terceiro melhor índice de IDH do continente. Estima-se que, em 2014, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US$1,42 bilhão, com crescimento de 2,94% em relação a 2013. O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados a educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

O setor de turismo, um dos principais motores da economia seichelense, representa 25% do PIB do país e gera cerca de 10 mil empregos diretos (23% da mão-de-obra seichelense). Em 2014, o número de visitantes bateu recorde histórico, com 232 mil turistas (mais do que o dobro da população do país). Alemanha, França, Itália, Rússia, Emirados Árabes, China e Reino Unido, foram, nessa ordem, os principais emissores de turistas para o arquipélago em 2014. A origem dos visitantes reflete a fragilidade do setor em relação a fatores exógenos, especialmente em relação à continuidade da crise na zona do euro. Os turistas europeus, além de representarem 66% dos visitantes, são os que trazem maior retorno financeiro ao país, tanto no que diz respeito ao tempo de estadia, como em relação ao dinheiro gasto. O Governo tem buscado diversificar a origem dos visitantes, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África. Esse esforço de diversificação deverá provocar o aumento de visitantes de países não tradicionais em 2015.

O setor pesqueiro é igualmente importante para o país. A pesca gera mais divisas do que o turismo (cerca de 30% do PIB), mas absorve menos mão-de-obra (cerca de 15% do total). O grande mercado consumidor do pescado seichelense também é a Europa.

Em 2008, Seicheles entrou em “default”, como consequência da crise econômica global, que gerou drástica redução do número de turistas, principalmente daqueles provenientes da Europa. O crescimento do PIB de 10,4%, em 2007, foi abruptamente interrompido, contraindo-se em -2,14%, em 2008, e -1,1%, em 2009. Em novembro de 2008, o país assinou um acordo de Stand-By com o FMI, que garantiu o acesso a US$26,1 milhões de dólares. Em

2009, o país assinou outro acordo com o Fundo (o Extended Fund Facility), para apoiar o programa econômico do governo entre 2010-2012. Como contrapartida, Seicheles iniciou um programa de reforma econômica, com a adoção do câmbio flutuante, a eliminação das restrições comerciais e a implementação de políticas fiscais e monetárias contracionistas, com o objetivo de gerar superávit primário, para equilibrar as contas do país. Além disso, o país comprometeu-se a reduzir o endividamento interno e externo a 50% do PIB até 2018.

Essas medidas geraram resultados positivos, principalmente a estabilização da rúpia seichelense, a queda da inflação e a recuperação do crescimento econômico. A inflação, que chegou a 37% em 2008, reduziu-se para 1,4% em 2014. A média do crescimento econômico, entre 2010 e 2013, foi de 6,5% ao ano. A dívida pública que, em 2008, correspondia a, aproximadamente, 102,5% do PIB, hoje representa 51,3%. Nesse quesito, espera-se que o país alcance a meta acordada em 2008 antes do prazo. As reservas internacionais brutas também cresceram substancialmente, alcançando, em dezembro de 2014, US$ 464 milhões, o que equivale a 4,1 meses de importações. No que concerne à política fiscal, o país obteve superávit primário de 2,5% do PIB em 2014, como consequência da política de corte de gastos públicos.

Apesar da política fiscal contracionista, o país continuará investindo em infraestrutura e em programas sociais. O Governo manteve acesso à saúde e à educação pública para toda a população. Novas escolas primárias e secundárias, bem como clínicas e postos de saúde, foram construídos nas principais ilhas do arquipélago. Com a ajuda de capital árabe, grandes projetos habitacionais foram desenvolvidos, oferecendo habitação de qualidade e a baixo custo para as populações carentes ou afetadas por desastres naturais. Em 2015, os programas sociais terão custo estimado em US$ 39,5 milhões, aumento de 8% em relação a 2014. Ademais, o Governo de Seicheles planeja alocar US$ 86 milhões em projetos de investimento, a maior parte (US$ 23 milhões) em projetos de moradia popular e de desenvolvimento comunitário.

Em fevereiro de 2015, Seicheles assinou um acordo com o Clube de Paris e a África do Sul para a recompra de US$30 milhões da dívida do país, com um desconto de 5%, o qual será convertido em um fundo de mitigação da mudança climática e proteção marítima. A elegibilidade de Seicheles para um programa de recompra, com taxas menores do que as praticadas no mercado, reflete a solidez das reformas econômicas implementadas no país desde 2008.

Em abril de 2015, após dezenove anos de negociações, Seicheles tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Espera-se que a acessão do país à OMC contribua para a diversificação das exportações, torne o marco regulatório econômico do país mais transparente e previsível e fortaleça a capacidade técnica das instituições que possuem vínculo direto e indireto com o comércio, em especial as pequenas e médias empresas. De interesse do Brasil, cabe ressaltar o período de transição de oito anos para a proteção dos produtores domésticos de aves. Durante os primeiros três anos, as tarifas de importação desses produtos permanecerão nos atuais 45%, começando a ser reduzidas a partir de 2018 até atingirem 25% em 2023. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras de carnes de aves e derivados para Seicheles estiveram na faixa dos US$ 4 milhões, representando um terço das vendas brasileiras para aquele país.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US$ 750 mil, para US$ 12,570 milhões de 2005 a 2014. De 2013 a 2014, o intercâmbio registrou, todavia, diminuição de 32,3%. Essa retração deu-se pela diminuição das exportações (-34,3%), que historicamente representaram quase a totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US$ 1,9 milhão).

Os produtos mais exportados do Brasil para Seicheles, no ano de 2014, foram: peixe congelado, carnes de frango, carne bovina e carne suína. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil de Seicheles, em 2014, foram: instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia (71,9% do total geral), produtos químicos, e máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação de empresas brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). O Governo de Seicheles também manifestou interesse na compra de aeronaves da Embraer.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Inicio da ocupação de Seicheles pelos franceses.
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos ingleses.
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício.
1948	Realização das primeiras eleições locais.
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP).
1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Mancham (SDP) como Presidente e France-Albert René (SPUP) como Primeiro-Ministro.
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência.
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em um Estado unipartidário.
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária.
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu Partido.
1998	René é reeleito.
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan (SNP).
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo ex-Vice-Presidente James Michel.
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, derrotando Wavel Ramkalawan.
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles entra em "default".
2009	FMI concede 26,1 milhões de dólares para a recuperação da economia seichelense.
2011	Presidente Michel é reeleito, vencendo novamente Ramkalawan.
2011	Partido oposicionista SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas. Único deputado da oposição passa a ser David Pierre, do PDP.
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil.
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Fleure.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Seicheles	16/09/2008		Em promulgação
Acordo entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da república de Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011		Em ratificação

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

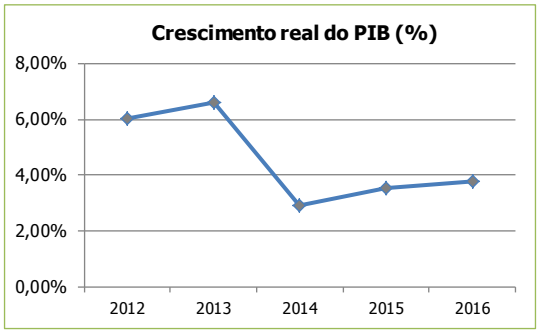
Principais Indicadores Econômicos de Seicheles

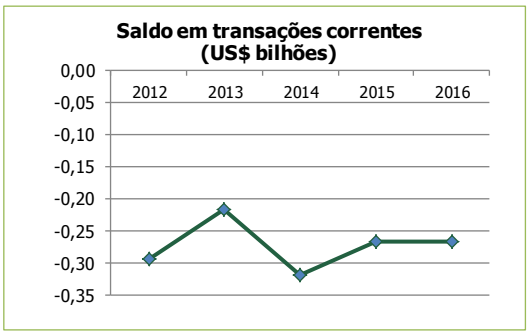
Indicador	2012	2013	2014[1]	2015[1]	2016[1]
Crescimento real (%)	6,04%	6,62%	2,94%	3,53%	3,76%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,13	1,41	1,42	1,38	1,47
PIB nominal "per capita" (US$)	12.352	15.187	15.115	14.500	15.282
PIB PPP (US$ bilhões)	2,13	2,30	2,41	2,51	2,65
PIB PPP "per capita" (US$)	23.182	24.801	25.607	26.443	27.532
População (milhões de habitantes)	0,092	0,093	0,094	0,095	0,096
Desemprego (%)	3,71	3,33	2,98	2,68	2,68
Inflação (%)	5,80%	3,42%	0,52%	5,01%	3,10%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-0,29	-0,22	-0,32	-0,27	-0,27
Câmbio (SRs / US$)	13,70	12,06	12,75	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2014 estimativa)					
Agricultura			3,0%		
Indústria			14,0%		
Serviços			83,1%		

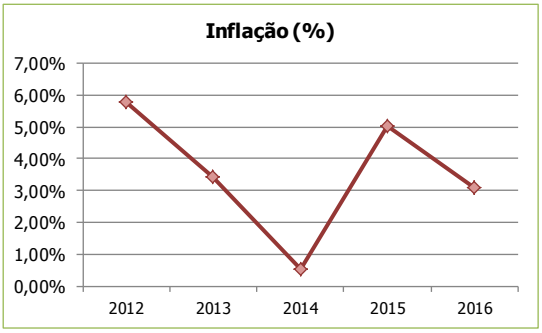
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

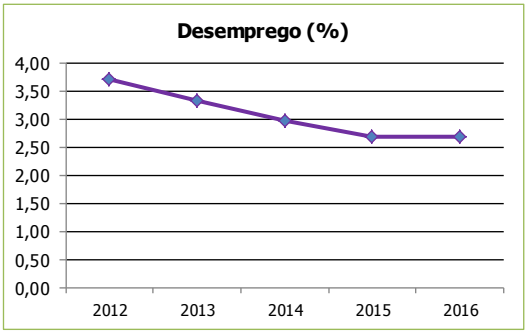
n.d. Dados não disponíveis.

(1) Estimativas FMI e EIU.









Evolução do Comércio Exterior de Seicheles[1]
US$ milhões

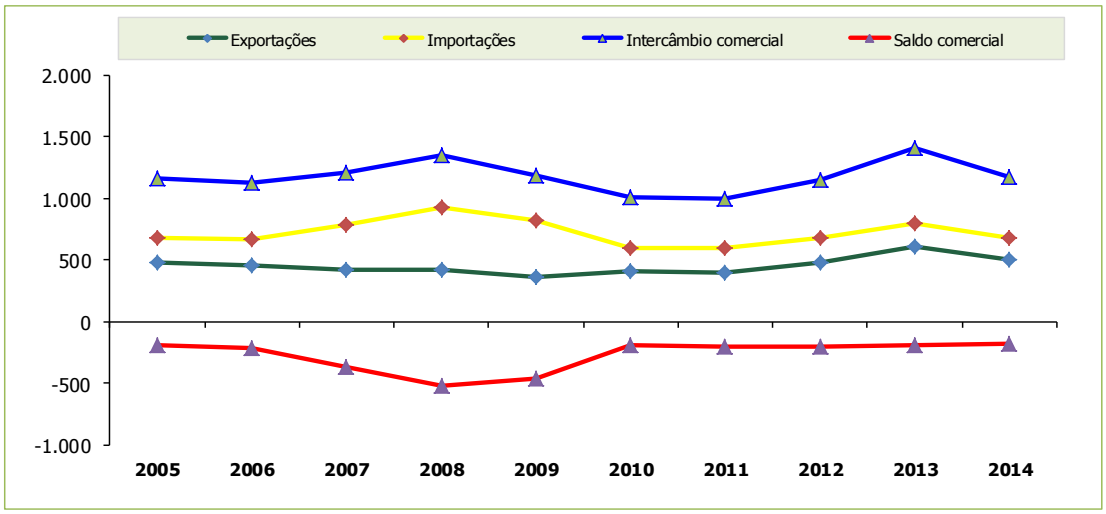
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	486	17,5%	680	84,7%	1.166	49,1%	-194
2006	457	-6,0%	668	-1,8%	1.124	-3,5%	-211
2007	422	-7,6%	789	18,1%	1.210	7,7%	-367
2008	421	-0,1%	934	18,5%	1.356	12,0%	-513
2009	367	-12,9%	824	-11,9%	1.191	-12,2%	-457
2010	410	-0,9%	600	63,1%	1.010	29,2%	-191
2011	398	-2,9%	596	-0,8%	993	-1,6%	-198
2012	478	20,3%	679	13,9%	1.157	16,4%	-200
2013	611	27,7%	799	17,8%	1.410	21,9%	-189
2014[2]	504	-17,4%	676	-15,4%	1.181	-16,3%	-172
Var. % 2005-2014	**3,8%**	**---**	**-0,5%**	**---**	**1,3%**	**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Seicheles
US$ milhões

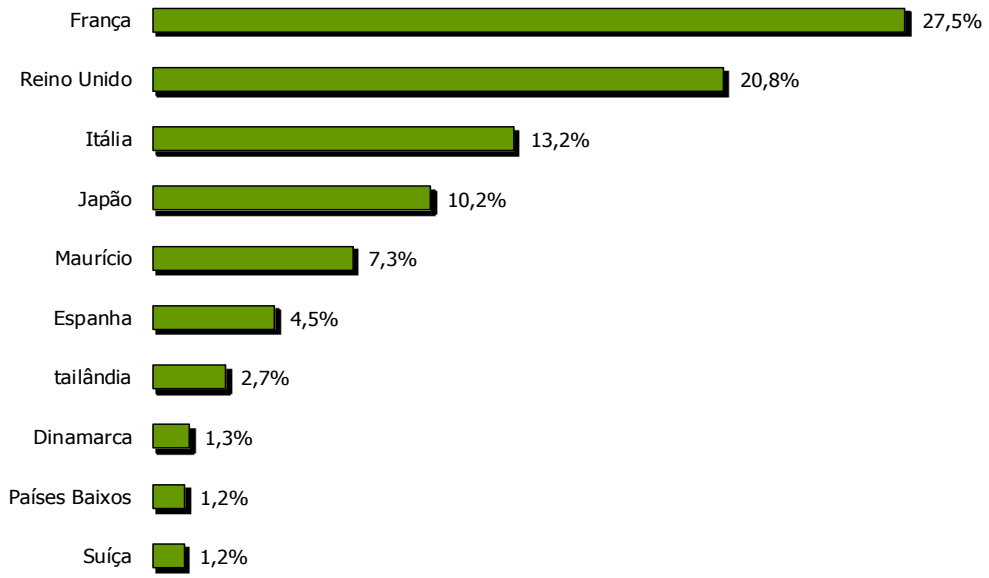
Descrição	2014[1][2]	Part.% no total
França	139	27,5%
Reino Unido	105	20,8%
Itália	67	13,2%
Japão	51	10,2%
Maurício	37	7,3%
Espanha	23	4,5%
tailândia	14	2,7%
Dinamarca	6,8	1,3%
Países Baixos	6,0	1,2%
Suíça	5,9	1,2%
...		
Brasil (33ª posição)	***0,5***	***0,1%***
Subtotal	**454**	**89,9%**
Outros países	**51**	**10,1%**
Total	**504**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Seicheles
US$ milhões

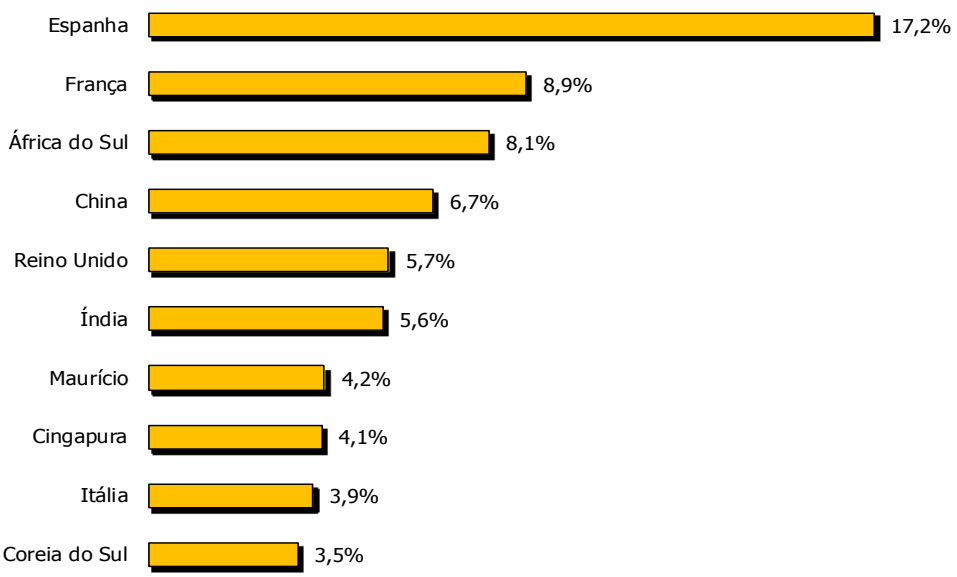
Descrição	2014[1][2]	Part.% no total
Espanha	116,2	17,2%
França	60,5	8,9%
África do Sul	54,6	8,1%
China	45,6	6,7%
Reino Unido	38,5	5,7%
Índia	37,5	5,6%
Maurício	28,3	4,2%
Cingapura	27,8	4,1%
Itália	26,3	3,9%
Coreia do Sul	24,0	3,5%
...		
Brasil (16ª posição)	***12,1***	***1,8%***
Subtotal	**471**	**69,7%**
Outros países	**205**	**30,3%**
Total	**676**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Seicheles
US$ milhões

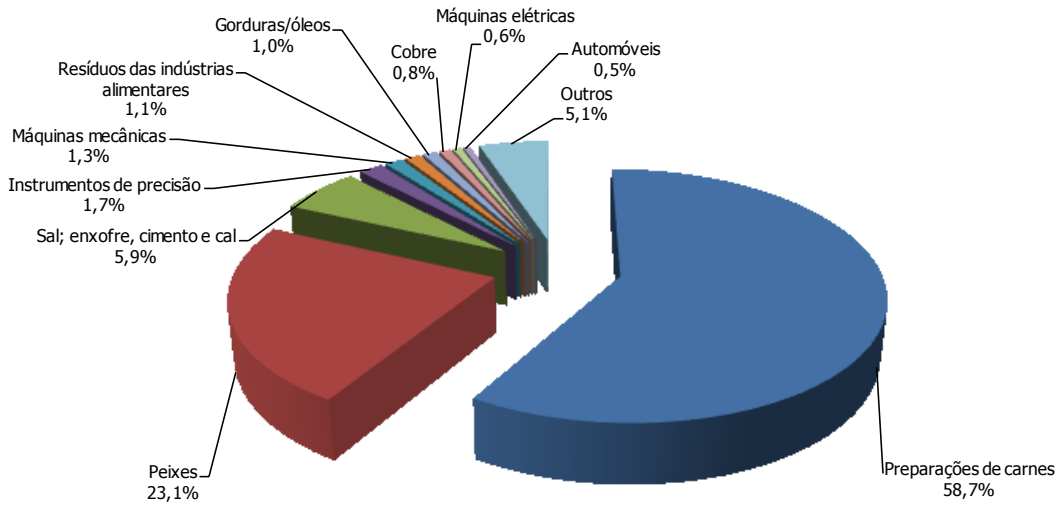
Descrição	2013[1][2]	Part.% no total
Preparações de carnes	358,2	58,7%
Peixes	141,1	23,1%
Sal; enxofre, cimento e cal	36,2	5,9%
Instrumentos de precisão	10,6	1,7%
Máquinas mecânicas	8,0	1,3%
Resíduos das indústrias alimentares	6,8	1,1%
Gorduras/óleos	6,3	1,0%
Cobre	5,1	0,8%
Máquinas elétricas	3,9	0,6%
Automóveis	3,1	0,5%
Subtotal	**579**	**94,9%**
Outros	**31**	**5,1%**
Total	**611**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Seicheles
US$ milhões

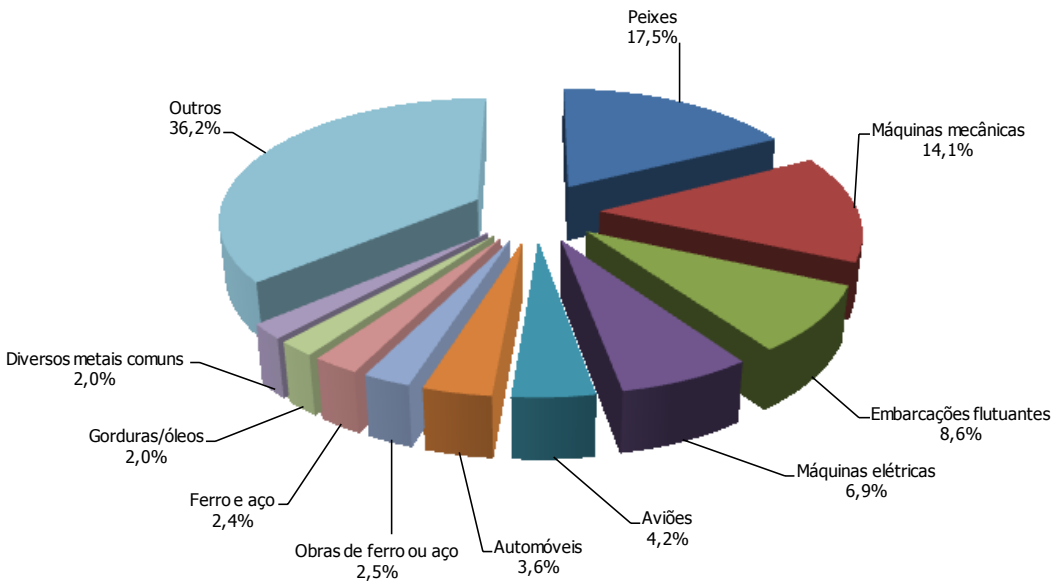
Descrição	2013[(1)(2)]	Part.% no total
Peixes	140,0	17,5%
Máquinas mecânicas	112,6	14,1%
Embarcações flutuantes	68,7	8,6%
Máquinas elétricas	55,5	6,9%
Aviões	33,8	4,2%
Automóveis	28,7	3,6%
Obras de ferro ou aço	19,9	2,5%
Ferro e aço	19,4	2,4%
Gorduras/óleos	15,9	2,0%
Diversos metais comuns	15,7	2,0%
Subtotal	**510**	**63,8%**
Outros	**289**	**36,2%**
Total	**799**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

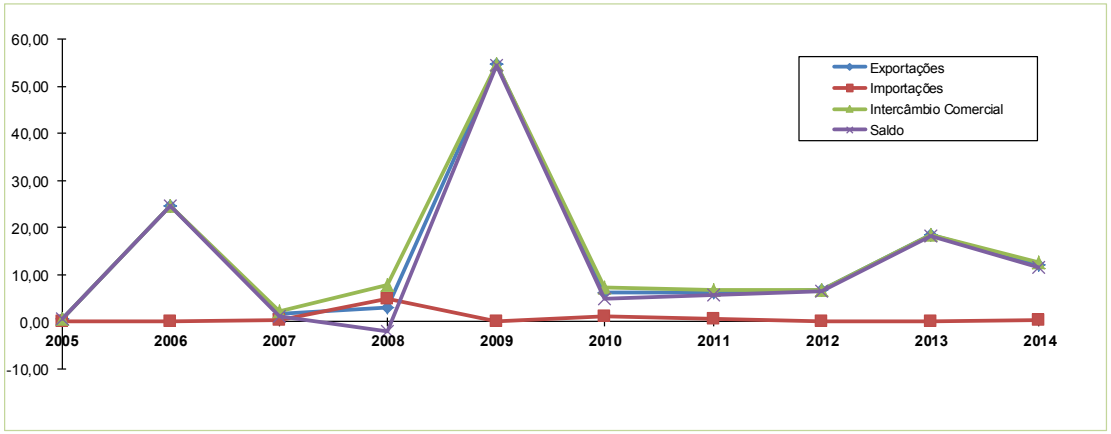
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Seicheles
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	0,75	151,2%	0,00%	0,001	-75,8%	0,00%	0,75	146,5%	0,00%	0,74
2006	24,60	(+)	0,02%	0,09	(+)	0,00%	24,69	(+)	0,01%	24,50
2007	1,71	-93,1%	0,00%	0,46	398,2%	0,00%	2,17	-91,2%	0,00%	1,24
2008	2,95	73,2%	0,00%	4,86	949,0%	0,00%	7,82	260,4%	0,00%	-1,91
2009	54,68	(+)	0,04%	0,11	-97,7%	0,00%	54,79	600,8%	0,02%	54,57
2010	6,16	-88,7%	0,00%	1,19	987,9%	0,00%	7,35	-86,6%	0,00%	4,97
2011	6,33	2,8%	0,00%	0,52	-56,1%	0,00%	6,86	-6,8%	0,00%	5,81
2012	6,68	5,5%	0,00%	0,07	-87,3%	0,00%	6,75	-1,6%	0,00%	6,62
2013	18,43	175,8%	0,01%	0,14	114,3%	0,00%	18,57	175,2%	0,00%	18,29
2014	12,12	-34,3%	0,01%	0,46	220,4%	0,00%	12,57	-32,3%	0,00%	11,66
2015 (jan-mar)	1,25	-69,5%	0,00%	0,06	25,4%	0,00%	1,31	-68,4%	0,00%	1,19
Var. % 2005-2014	**1524,1%**		**---**	**30408,8%**		**---**	**1582,0%**		**---**	**n.c.**

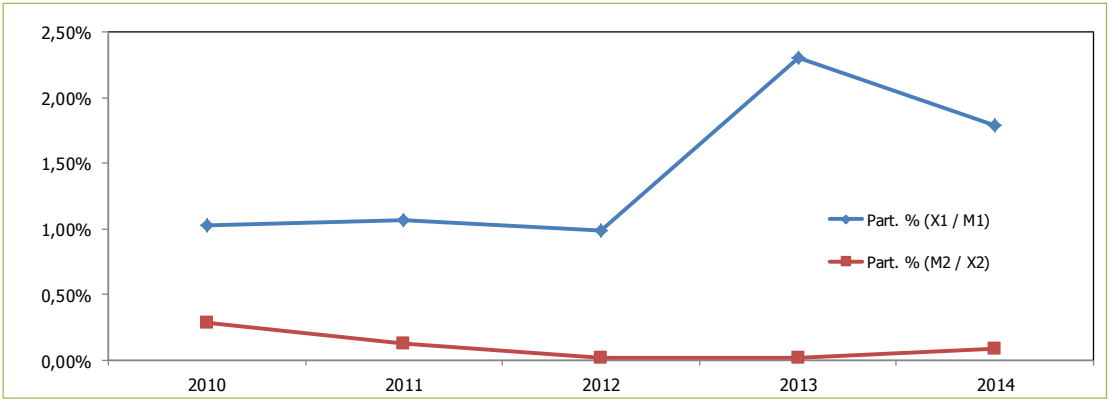
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de Seicheles[(1)]
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Seicheles (X1)	6,2	6,3	6,7	18,4	12,1	**96,6%**
Importações totais de Seicheles (M1)	600	596	679	799	676	**12,6%**
Part. % (X1 / M1)	**1,03%**	**1,06%**	**0,98%**	**2,31%**	**1,79%**	**74,6%**
Importações do Brasil originárias de Seicheles (M2)	1,19	0,52	0,07	0,14	0,46	**-61,6%**
Exportações totais de Seicheles (X2)	410	398	478	611	504	**23,1%**
Part. % (M2 / X2)	**0,29%**	**0,13%**	**0,01%**	**0,02%**	**0,09%**	**-68,8%**

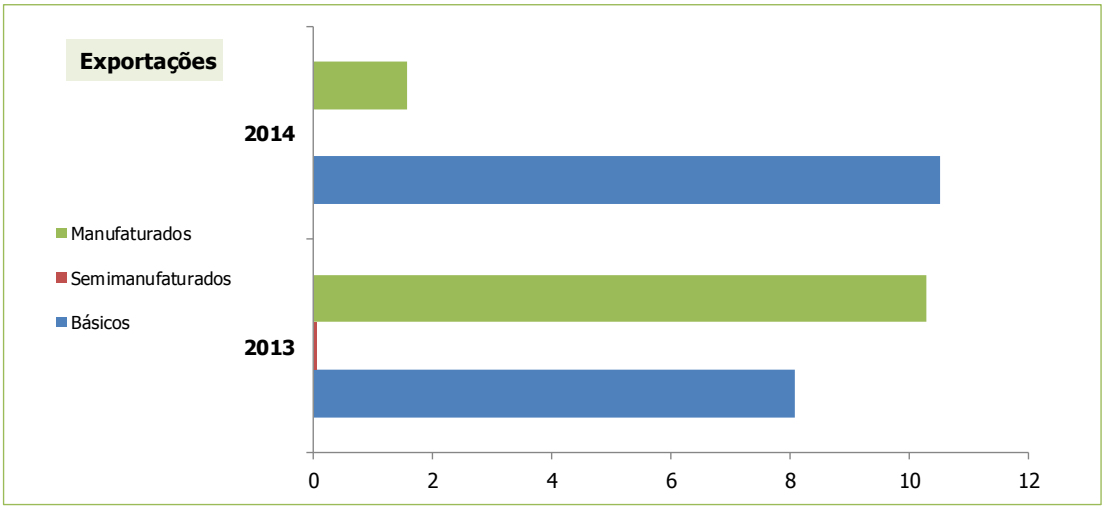
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

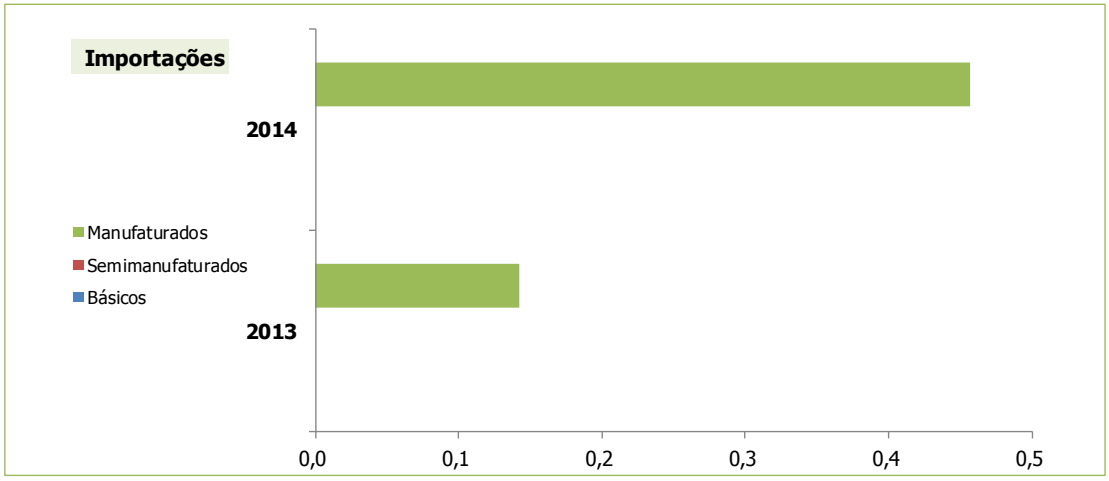


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





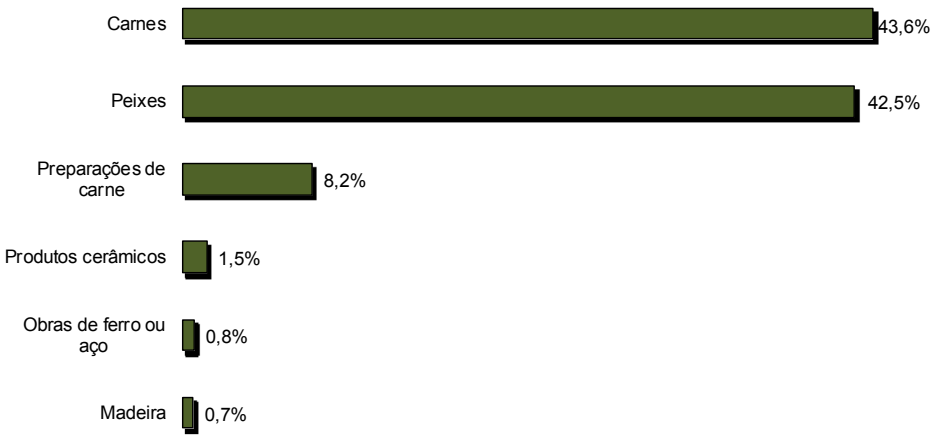
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Seicheles
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	4,15	62,1%	5,42	29,4%	5,29	43,6%
Peixes	0,00	0,0%	0,91	4,9%	5,15	42,5%
Preparações de carne	0,83	12,4%	0,96	5,2%	0,99	8,2%
Produtos cerâmicos	0,12	1,8%	0,18	1,0%	0,19	1,5%
Obras de ferro ou aço	0,07	1,1%	0,10	0,5%	0,09	0,8%
Madeira	0,07	1,1%	0,02	0,1%	0,08	0,7%
Subtotal	**5,24**	**78,4%**	**7,58**	**41,1%**	**11,79**	**97,3%**
Outros produtos	**1,44**	**21,6%**	**10,85**	**58,9%**	**0,33**	**2,7%**
Total	**6,68**	**100,0%**	**18,43**	**100,0%**	**12,12**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

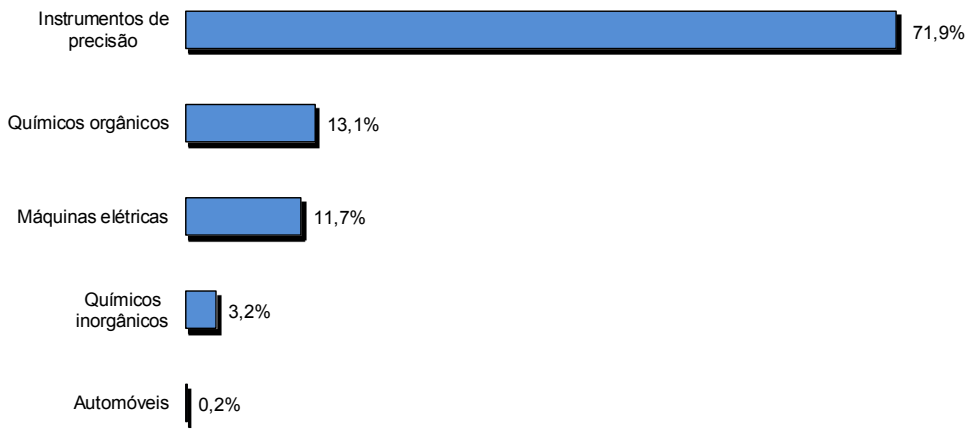


Composição das importações brasileiras originárias de Seicheles
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de precisão	60	89,8%	119	83,6%	328	71,9%
Químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	60	13,1%
Máquinas elétricas	6,2	9,4%	21	14,8%	53	11,7%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15	3,2%
Automóveis	0,0	0,0%	0,8	0,5%	0,8	0,2%
Subtotal	**66**	**99,2%**	**141**	**98,9%**	**457**	**100,0%**
Outros produtos	**1**	**0,8%**	**2**	**1,1%**	**0**	**0,0%**
Total	**67**	**100,0%**	**143**	**100,0%**	**457**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

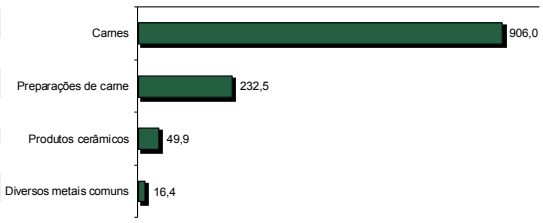
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

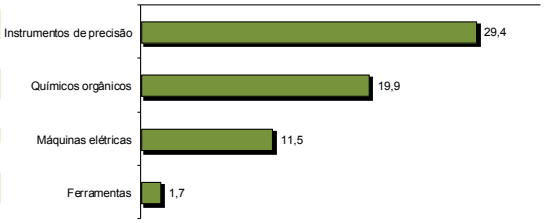
DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	824	20,1%	906	72,4%
Preparações de carne	124	3,0%	232	18,6%
Produtos cerâmicos	31	0,8%	50	4,0%
Diversos metais comuns	0	0,0%	16	1,3%
Subtotal	**979**	**23,8%**	**1.205**	**96,3%**
Outros produtos	**3.126**	**76,2%**	**46**	**3,7%**
Total	**4.105**	**100,0%**	**1.251**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Instrumentos de precisão	14	27,1%	29	46,7%
Químicos orgânicos	20	39,5%	20	31,7%
Máquinas elétricas	17	33,4%	11	18,2%
Ferramentas	0	0,0%	2	2,7%
Subtotal	**50**	**100,0%**	**62**	**99,3%**
Outros produtos	**0**	**0,0%**	**0**	**0,7%**
Total	**50**	**100,0%**	**63**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 482 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

MENSAGEM Nº 73, de 2015

(Nº 420/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Os méritos do Senhor Antonio José Rezende de Castro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00443/2015 MRE

Brasília, 17 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO*
CPF.: 042.195.541-49
ID.: 4186 MRE

1948	Filho de Josué Rezende de Castro e Arlette Corrêa Rezende de Castro, nasce em 18 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1969	CPCD - IRBr
1996	CAE - IRBr, "A Independência do Paraguai Como Resultado da Ação Diplomática Brasileira: 1870-1876 - Consequências para o Relacionamento Bilateral"
Cargos:	
1971	Terceiro-Secretário
1976	Segundo-Secretário
1981	Primeiro-Secretário
1990	Conselheiro, por merecimento
1997	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2006	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
2013	Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial
Funções:	
1971-73	Divisão do Arquivo, assistente
1972	Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios em missão transitória
1973	Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios em missão transitória
1973-75	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
1975-78	Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1976	Embaixada em Nairobi, Encarregado de Negócios em missão transitória
1978-83	Embaixada em Quito, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1983-84	Divisão de Feiras e Turismo, assistente
1984-87	Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunto
1987-89	Embaixada em Caracas, Primeiro-Secretário
1989-93	Divisão da África II, Chefe, substituto e Chefe
1992	Embaixada em Bissau, Encarregado de Negócios em missão transitória
1993-98	Embaixada em Assunção, Conselheiro
1998-99	Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro
2000-04	Consulado-Geral em Ciudad del Este, Cônsul-Geral
2004-08	Embaixada em Nairobi, Embaixador e Representante Permanente do Brasil junto ao PNUMA e ao HABITAT
2005-08	Embaixada junto à República de Uganda, Embaixador, cumulativo
2005-08	Embaixada junto à República do Burundi, Embaixador, cumulativo
2007	III Reunião das Partes Contratantes da Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, Dacar, Chefe de Delegação
2007	II Reunião do GT sobre Revisão de Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, Paris, Chefe de Delegação
2007-08	Embaixada junto à República de Ruanda, Embaixador, cumulativo
2008-10	Consulado-Geral em Houston, Cônsul-Geral
2010-12	Consulado Geral em Hong Kong, Cônsul-Geral
2013	Embaixada em Basseterre, Encarregado de Negócios em missão transitória

2014-	Corregedoria do Serviço Exterior, Presidente da Comissão Processante Permanente
2014	Embaixada em La Paz, Encarregado de Negócios em missão transitória
Condecorações:	
1982	Ordem Nacional do Mérito, Equador, Oficial
2005	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
Publicações:	
1992	"O Contexto Regional Africano", e "As Relações entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", in Seminários Fundap, Fundap, São Paulo

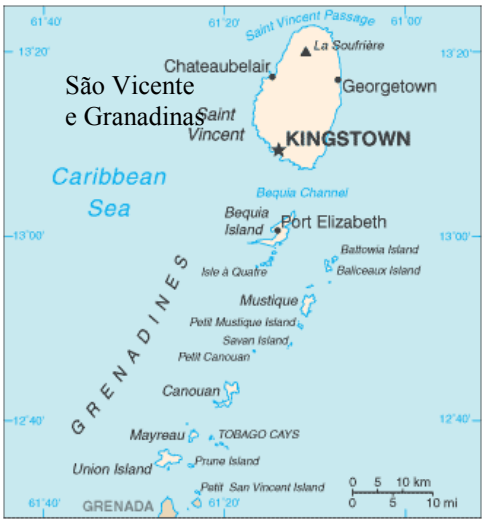
PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do Caribe

SÃO VICENTE E GRANADINAS







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2015

DADOS BÁSICOS DE SÃO VICENTE E GRANADINAS	
NOME OFICIAL	São Vicente e Granadinas
GENTÍLICO	são-vicentino
CAPITAL	Kingstown
ÁREA	389 km²
POPULAÇÃO	103.000
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (81,5%); não declarados (8,8%); rastafáris (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia Parlamentar (membro da Commonwealth)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral - Assembleia ("House of Assembly")
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II (desde 1979), representada pelo Governador-Geral Sir Frederick Ballantyne (desde 2002)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves (desde 2001)
CHANCELER	Camillo Michael Gonsalves (desde 2013)
PIB NOMINAL(2014)	US$ 745 milhões
PIB PPP (2014)	US$ 1,19 bilhão
PIB NOMINAL *per capita (est* 2014)	US$ 6.694
PIB PPP *per capita* (est. 2014)	US$ 10.904
VARIAÇÃO DO PIB	1,1% (2014 est.); 2,26% (2013)
IDH	0.719/ 91º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	72,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	96%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	15%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar do Caribe Oriental
EMBAIXADOR EM KINGSTOWN	Luís Alexandre Iansen de Sant'Ana (Encarregado de Negócios a.i.)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Andreas Wickham (não residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil ➔São Vicente e Granadinas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	2,50	2,86	2,53	2,43	1,63	2,42	2,03	4,00	1,9
Exportações	2,50	2,80	2,49	2,42	1,63	2,36	2,03	4,00	1,9
Importações	-	0,06	0,04	0,01	-	0,05	-	-	-
Saldo	2,5	2,73	2,50	2,40	1,63	2,31	2,02	4,00	1,9

Informação elaborada em 31 de agosto de 2015, pelo Terceiro-Secretário Rui Santos Rocha Camargo.
Revisada pelo Terceiro-Secretário Daniel Ferreira Magrini, Ministro de Segunda Classe Antonio Alves Júnior e Ministro de Primeira Classe Antonio José Ferreira Simões.

Perfis Biográficos

DR. RALPH EVERARD GONSALVES

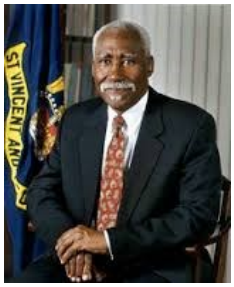
PRIMEIRO-MINISTRO



Ralph Everard Gonsalves nasceu em 1946, em Colonarie. Formou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais, concluiu doutorado em Assuntos Governamentais na Universidade de Manchester, Inglaterra, e obteve licença para exercer a advocacia. Regressando ao seu país, revezou-se entre a atuação como advogado perante a Suprema Corte do Caribe Oriental e as atividades políticas de oposição ao governo do Novo Partido Democrático (NDP). Elegeu-se deputado pela primeira vez em 1994. É líder do Partido da União Trabalhista desde 1998. Cumpre atualmente seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro, tendo vencido as eleições de 2001, 2005 e 2010.

FREDERICK NATHANIEL BALLANTYNE

GOVERNADOR-GERAL



Frederick Nathaniel Ballantyne nasceu em 5 de julho de 1936, em Layou, membro de família com atuação no setor hoteleiro. Formou-se em medicina na "State University of New York Upstate Medical University". Trabalhou como médico no Canadá e nos Estados Unidos antes de regressar a São Vicente e Granadinas para assumir a chefia do recém-inaugurado Kingstown General Hospital, principal centro hospitalar do país, função que exerceu por 14 anos. Em 1998, foi nomeado presidente do ramo internacional de empresa farmacêutica canadense. Assumiu como Governador-Geral desde 2 de setembro de 2002, quando substituiu Monica Dacon, que estava interinamente no cargo depois da morte de Charles Antrobus, em 2001.

Relações Bilaterais

Em outubro de 1980, menos de um ano após a independência de São Vicente e Granadinas em relação ao Reino Unido, o Brasil criou Embaixada no país, cumulada com a Embaixada em Trinidad e Tobago. Em 2004, a cumulatividade foi transferida para a Embaixada do Brasil em Barbados.

A criação da Embaixada do Brasil em Kingstown, em 18 de fevereiro de 2009, e o aprofundamento das relações do Brasil com a CARICOM abriram novas perspectivas para o relacionamento bilateral. O Governo de São Vicente e Granadinas tem reconhecido a crescente atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões, autoridades granadinas salientaram interesse em receber cooperação do Brasil.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – São Vicente e Granadinas é composto de 2 (duas) atividades isoladas em execução nas áreas de recursos hídricos e agricultura, que foram elaboradas no âmbito dos resultados da missão do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países caribenhos, realizada em novembro de 2013. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, firmado em 26 de abril de 2010, durante a Cúpula Brasil-CARICOM, aguarda ratificação pelo Congresso Nacional.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira estimada em São Vicente e Granadinas é de 3 pessoas. São Vicente e Granadinas possui Cônsul Honorário em São Paulo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há empréstimos ou financiamentos brasileiros a São Vicente e Granadinas.

Política Interna

O sistema político de São Vicente e Granadinas baseia-se no modelo parlamentarista britânico. Como no caso de grande parte das ex-colônias britânicas, a Chefe de Estado é a rainha Elizabeth II do Reino Unido, representada por um Governador-Geral. A Chefia de Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro, eleito pelo Poder Legislativo. Desde as eleições de 1998, dois partidos principais dividem o Parlamento são-vicentino: o "New Democratic Party" (NDP), que exerceu o governo de 1984 a 2001; e o "United Labour Party" (ULP), no poder desde 2001. O líder do ULP, Ralph Gonsalves exerce seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro.

A Assembleia da República ("House of Assembly"), única Casa legislativa, dispõe, atualmente, de um total de vinte e três membros. São 15 membros eleitos (deputados) e 6 senadores, o Procurador-Geral e o Presidente da Assembleia. Os Senadores são indicados pelo Governador-Geral, que indica 4 nomes para representar o partido do Governo e 2 para representar a oposição. O Procurador-Geral e o Presidente da Assembleia são eleitos pelos deputados. Na divisão distrital, 3 representantes são eleitos por Kingstown, na Ilha de São Vicente, sede do Governo; outros 10 são eleitos por outros distritos na Ilha de São Vicente; e 2 serão eleitos pelo conjunto das 32 ilhas Granadinas.

As últimas eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 2010, quando o ULP conquistou 52% dos votos (8 deputados), enquanto o NDP obteve 47% (7 deputados). São Vicente e Granadinas deverá eleger um novo Parlamento no segundo semestre de 2015, em data ainda a ser definida.

Os principais temas da campanha política deste ano têm sido o combate ao desemprego, o estímulo à atividade econômica, a conclusão das obras do aeroporto internacional de Argyle e a questão da população "garifuna".

Os garifunas originaram-se da miscigenação entre índios nativos e negros africanos que povoaram São Vicente a partir do século XVII. Após aliarem-se aos franceses, foram desterrados para Honduras, em 1796, com a vitória inglesa. Os garifunas compreendem hoje, cerca de 700.000 pessoas (sete vezes maior que a população vicentina) na Nicarágua, Belize, Guatemala, Honduras e EUA, e consideram a ilha de São Vicente como sua "terra natal". Em junho de 2015, o líder da oposição, Arnhim Eustace (NDP), prometeu conceder "cidadania honorária" à população garifuna da diáspora, sem esclarecer os direitos que seriam concedidos

por esse ato. O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, por sua vez, contestou a proposta.

Política Externa

O Governo são-vicentino tem mantido relacionamento próximo ao Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Além disso, Cuba, Venezuela e Taiwan constituem parceiros importantes, que contribuem para a construção do aeroporto de Argyle e, juntos com o Brasil, mantêm corpo diplomático no país. Recentemente, São Vicente e Granadinas tem buscado estreitar relações com novos parceiros, entre os quais o Brasil e a Turquia. As divergências sobre a condução da diplomacia da Ilha têm sido marginais desde a independência do país, em 1979.

São Vicente e Granadinas também procura manter-se engajado nos esforços integracionistas da região, sendo membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), da Associação dos Estados do Caribe (AEC) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). Com os demais países da OECO, São Vicente e Granadinas compartilha a mesma moeda e a máxima instância judicial (Suprema Corte do Caribe Oriental). O país também é membro da "Commonwealth of Nations" e participa do grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês).

A cooperação com Cuba e Venezuela abarca diferentes áreas, destacando-se a da saúde. A associação com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), iniciada em 2009, tem propiciado a concretização de iniciativas como a instalação de planta de armazenamento de combustíveis, em 2015, e o fornecimento de petróleo em condições favoráveis pela Venezuela, no âmbito do "Petrocaribe".

Iniciativa importante para o Governo atual é a busca de reparações aos países caribenhos pelos crimes históricos cometidos contra as populações indígenas e os africanos trazidos como escravos durante o período colonial. Em 2013, a CARICOM estabeleceu a Comissão de Reparações, a qual pretende demandar Dinamarca, Espanha, França, Reino Unido, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suécia, havendo indicações de que reparações também serão exigidas da Rússia e da Suíça. Não se descarta a possibilidade de recurso à Corte Internacional de Justiça. O principal objetivo é obter, a título de reparações, investimentos em infraestrutura, pagamentos de indenizações, cooperação para o desenvolvimento e custeio de serviços de assistência.

Economia, Comércio e Investimentos

A economia de São Vicente e Granadinas baseia-se fundamentalmente na agricultura de exportação (banana, frutas exóticas, araruta e inhame), no turismo de cruzeiros e nas remessas de emigrados residentes no Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e em outros países caribenhos, que representam mais de um terço da população vicentina. O país tem adotado medidas para diversificar sua base econômica, incentivando, o setor de turismo e obras de infraestrutura, com destaque para o Aeroporto Internacional de Argyle, em construção. A economia local viu-se profundamente afetada pelos efeitos da crise internacional iniciada em 2008.

Após sofrer retração por três anos seguidos, a economia de São Vicente e Granadinas alcançou crescimento de 0,2% em 2011 e de 1,1% em 2012. Em 2013, a economia sustentou expansão de 2,4%; e, em 2014, o PIB do país registrou crescimento de 1,1%, mesmo após adversidades climáticas com forte impacto sobre a infraestrutura e a agricultura.

A tempestade tropical de dezembro de 2013 causou danos avaliados em US$ 130 milhões, levando à criação de novos impostos e ao recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para financiar a reconstrução do país. Em razão da tempestade, que danificou seriamente duas das três usinas hidrelétricas do país, cerca de 95% da energia consumida em São Vicente tem sido produzida por geradores movidos a óleo diesel. Nas Granadinas, a dependência de geradores a diesel é total.

O comércio exterior corresponde a 59% do PIB e caracteriza-se por déficit na balança comercial (-US$ 360 milhões em 2012, último ano disponibilizado na base de dados Trademap/UNCTAD). Em 2012, os sete principais destinos das exportações são vizinhos do Caribe anglófono (85% do total exportado), seguidos dos Estados Unidos (3,4%), Suriname (1,8%) e Reino Unido (1,8%). No tocante às importações, os Estados Unidos foram a principal origem (35,6%), seguidos de Trinidad e Tobago (26,8%), Venezuela (5,6%), Reino Unido (4,8%) e China (3,3%).

O estoque da dívida pública foi estimado pelo FMI em 77,6% do PIB e, em 2014, subiu 9,4% em relação ao ano anterior. A maior parte do aumento decorre da utilização de linhas de crédito junto ao FMI, Banco Mundial, Banco da ALBA, Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), "Bank of Nova Scotia" e "Bank of Taiwan" para a reconstrução do país e conclusão do Aeroporto Internacional de Argyle.

Em obras há quase sete anos, o Aeroporto Internacional de Argyle é a principal obra de infraestrutura do país. O projeto tem custo estimado em US$ 270 milhões, dos quais cerca de US$ 70 milhões oriundos de doações de governos estrangeiros (México e Cuba, Venezuela, Taiwan, Trinidad e Tobago, Áustria, Malásia, Turquia e Irã). O novo aeroporto deverá ter capacidade para receber aviões de grande porte, além de contar com centro comercial e espaço público. Uma vez inaugurado, Argyle poderá ser o novo "hub" para a companhia aérea regional LIAT, atualmente instalada em Barbados.

São Vicente e Granadinas integra a União Monetária do Caribe Oriental (UMCO) e compartilha a mesma moeda dos demais países da OECO, o dólar do Caribe Oriental, com cotação fixa em 2,70 XCD/USD desde 1976. Em 2011, o Conselho Monetário do Banco Central do Caribe Oriental aprovou a criação da "Resolution Trust Company" (RTC), com o objetivo de reestruturar e recapitalizar instituições financeiras em dificuldades.

COMÉRCIO EXTERIOR BILATERAL

De acordo com dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e São Vicente e Granadinas cresceu 10%, passando de US$ 1,739 milhão, em 2005, para US$ 1,911 milhão, em 2014. Ainda no que diz respeito a 2014, o intercâmbio registrou forte diminuição de 52% em comparação com os valores do ano de 2013. O decréscimo deveu-se à queda nas vendas brasileiras, uma vez que não houve registro de importações originárias de São Vicente e Granadinas. De acordo com o Trademap/UNCTAD, o Brasil foi a 13ª principal origem das importações vicentinas em 2012, representando 1% das compras daquele país.

O saldo das transações comerciais entre os dois países é tradicionalmente favorável ao lado brasileiro, sendo que no último triênio os superávits registrados foram de US$ 2,026 milhões (2012); US$ 4,006 milhões (2013); e US$ 1,911 milhão (2014). Em 2014, porém, o superávit foi significativamente inferior a 2013. De janeiro a julho de 2015, o comércio bilateral somou US$ 1,466 milhão, ancorado pelas exportações que aumentaram 59% em relação a igual período do ano anterior. Como não houve registro de importações brasileiras originárias desse mercado no mesmo período, o saldo comercial favorável ao Brasil equivale ao valor das vendas.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para São Vicente e Granadinas cresceram 9,9% passando de US$ 1,739 milhão em 2005, para US$ 1,911 milhão em 2014. As exportações em 2014 diminuíram 52,3% com relação ao ano anterior em razão da descontinuidade nas vendas de arroz. Entre janeiro e julho

de 2015, as exportações somaram US$ 1,466 milhão, um aumento de 59,7% em relação a igual período do ano anterior, que foi estimulado pelo crescimento das exportações de leite e laticínios. Os principais grupos de produtos exportados em 2014 foram: i) madeira e suas obras (valor de US$ 264 mil; 24,8% do total); ii) preparações de carne (US$ 355 mil; 24,2%); iii) cereais (US$ 321 mil; 21,9%); iv) produtos cerâmicos (US$ 284 mil; 19,4%); v) máquinas mecânicas (US$ 57 mil; 3,9%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos, as importações brasileiras originárias de São Vicente e Granadinas foram marcadas por oscilações, alternando momentos de expansão e retração. Nos últimos dois anos, não houve registro de compras brasileiras procedentes desse mercado. Em 2011, ano do segundo melhor desempenho das importações (valor de US$ 56 mil), superado apenas por 2007 (valor de US$ 62 mil), as compras foram de disco por leitura por raio laser e de dispositivos de cristais líquidos (LCD). Entre janeiro e julho de 2015 não houve registro de importações brasileiras originárias do mercado são-vicentino.

OPORTUNIDADES COMERCIAIS

No campo da identificação de nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora de São Vicente e Granadinas em 2014 (fonte: Trademap/UNCTAD), mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local em 2014, em princípio, foram os seguintes: i) embarcações; ii) artefatos de joalheria; iii) carnes de frango; iv) farelo de soja; v) computadores portáteis; vi) madeira serrada; vii) arroz; viii) automóveis; ix) telefones celulares.

Cronologia Histórica

1498	Povoadas pelos índios caraíbas, as ilhas são avistadas por Cristóvão Colombo.
1627	Primeira reivindicação dos ingleses sob São Vicente.
Séc. XVII	Tentativas de colonização europeia são rechaçadas pelas populações locais, compostas por caraíbas e africanos foragidos de outras ilhas.
1719	Os franceses estabelecem colônia em São Vicente e implantam cultivos de exportação, utilizando-se de mão-de-obra escrava africana.

1763	Tratado de Paris, que pôs fim à Guerra dos Sete Anos, cede São Vicente aos britânicos.
1769-1773	Primeira Guerra Caraíba opõe as populações locais, apoiadas pelos franceses, aos britânicos. Conflito termina com a divisão da ilha de São Vicente entre os britânicos e os locais.
1779	Os franceses ocupam São Vicente, no contexto da Guerra da Independência dos Estados Unidos.
1783	Tratado de Versalhes põe fim à Guerra de Independência dos Estados Unidos e devolve São Vicente ao Reino Unido.
1795-1797	Segunda Guerra Caraíba, deflagrada por coalizão das populações locais apoiada pela França, termina com vitória do Reino Unido.
1797	Os britânicos deportam para Honduras os locais que, na avaliação das forças coloniais, possuíam mais traços africanos (garifunas), deixando aqueles que seriam indígenas.
1833	São Vicente e Granadinas passa a fazer parte da confederação de colônias das Ilhas do Barlavento Britânicas.
1834	Abolição da escravatura.
1840-50	Portugueses da Ilha da Madeira são trazidos como mão-de-obra.
1860-70	Chegada de trabalhadores oriundos das Índias Orientais.
1877	Instalação do governo da Colônia da Coroa Britânica.
1902	Erupção do vulcão La Soufrière destrói comunidade caraíba (2.000 mortes).
1925	Instalação do Conselho Legislativo.
1951	Introdução do sufrágio universal.
1958	São Vicente e Granadinas integra a Federação das Índias Ocidentais, que reunia as colônias britânicas no Caribe.
1962	Dissolução da Federação das Índias Ocidentais; São Vicente e Granadinas volta a ser uma colônia separada do Reino Unido.
1969	Assunção ao nível de Estado Associado ao Reino Unido, com gestão própria sobre os assuntos domésticos.
1974	São Vicente e Granadinas associa-se à Comunidade do Caribe (CARICOM).
1979	Em 27 de outubro, após referendo, é proclamada a independência. Nas primeiras eleições, Milton Cato, do "Saint Vincent Labour Party" (SVLP), é eleito Primeiro-Ministro.
1981	O país associa-se à Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO).

1984	O Primeiro-Ministro Cato convoca eleições antecipadas; o "New Democratic Party" (NDP) vence o pleito e James Fitz-Allen Mitchell assume como Primeiro-Ministro.
1989	O NDP conquista todas as cadeiras nas eleições parlamentares e Mitchell é reeleito.
1994	O Primeiro-Ministro Mitchell é reeleito pela terceira vez.
1998	Apesar de receber mais votos, o "United Labour Party" (ULP), não conquista maioria parlamentar. Mitchell assume seu quarto mandato seguido como Primeiro-Ministro.
2000	Após protestos de rua, Governo e oposição assinam o "Acordo de Grand Beach", patrocinado pela CARICOM. O acordo prevê novas eleições em 2001 e a aposentadoria de Mitchell.
2001	Nas eleições de março, o ULP conquista 12 cadeiras e seu líder, Ralph Gonsalves, assume como Primeiro-Ministro.
2004	Furacão Ivan gera danos estimados em US$ 40 milhões, sem mortes.
2005	Ralph Gonsalves é reeleito Primeiro-Ministro.
2010	O ULP de Ralph Gonsalves conquista sua terceira vitória consecutiva.
2013	Na véspera de Natal, chuvas tropicais atingem o país, provocando 9 mortes, 3.000 desabrigados e danos de US$ 135 milhões.

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

24/05/1980	Criação da Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, cumulativa com a Embaixada em Trinidad e Tobago, pelo Decreto nº 84.734.
10/05/2004	Cumulatividade transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown, pelo Decreto nº 5.073.
2005	Missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
12-13/12/2008	Participação do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe.
18/02/2009	Criação da Embaixada residente do Brasil em Kingstown, pelo Decreto 6.776.
26/04/2010	O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves representa seu país na Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília.
25-26/02/2011	O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, participa da 22ª Cúpula da CARICOM, realizada em Granada.
6-7/05/2011	Visita do Primeiro Ministro Ralph Gonsalves a São Paulo, acompanhado de delegação de empresários.

ACORDOS Bilaterais

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	26/04/2010	Em Tramitação (Ministérios/Casa Civil)	n/a
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	26/04/2010	Em Tramitação (Congresso Nacional)	n/a
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	26/04/2010	Em Tramitação no (Congresso Nacional)	n/a

Dados Econômicos-Comerciais

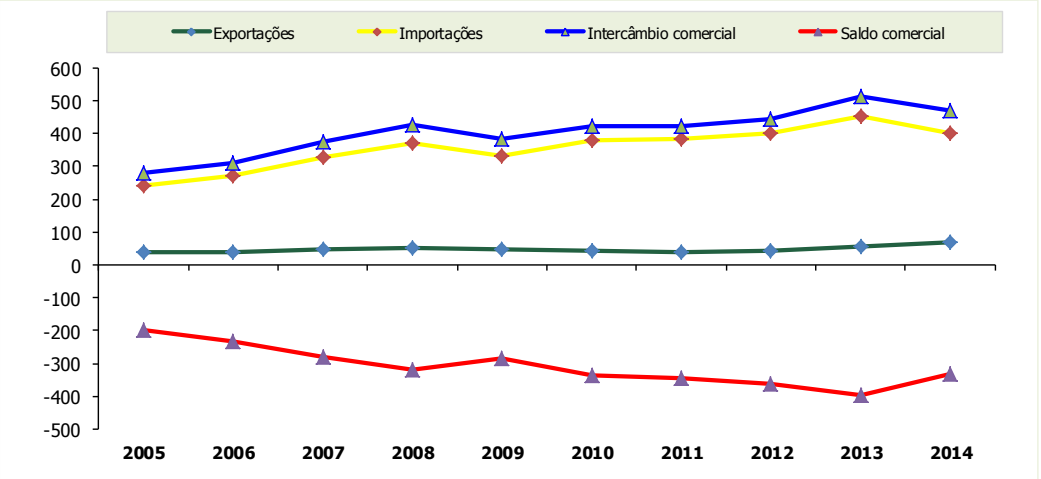
Evolução do Comércio Exterior de São Vicente e Granadinas[1]
US$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2005	39,9	8,9%	240,3	6,7%	280,2	7,0%	-200,4
2006	38,1	-4,4%	271,3	12,9%	309,4	10,4%	-233,2
2007	47,7	25,2%	326,7	20,4%	374,4	21,0%	-279,0
2008	52,2	9,4%	373,2	14,2%	425,4	13,6%	-321,0
2009	49,1	-6,0%	333,5	-10,6%	382,6	-10,1%	-284,4
2010	41,5	-15,4%	379,5	13,8%	421,0	10,1%	-338,0
2011	38,4	-3,6%	383,5	59,6%	421,9	50,6%	-345,0
2012	43,0	12,0%	403,2	5,2%	446,3	5,8%	-360,2
2013[1]	57,3	33,2%	454,4	12,7%	511,7	14,7%	-397,0
2014[1]	70,7	23,4%	401,7	-11,6%	472,5	-7,7%	-331,0
Var. % 2005-2014	**77,3%**	**--**	**67,2%**	**--**	**68,6%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) Dados preliminares.

(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.



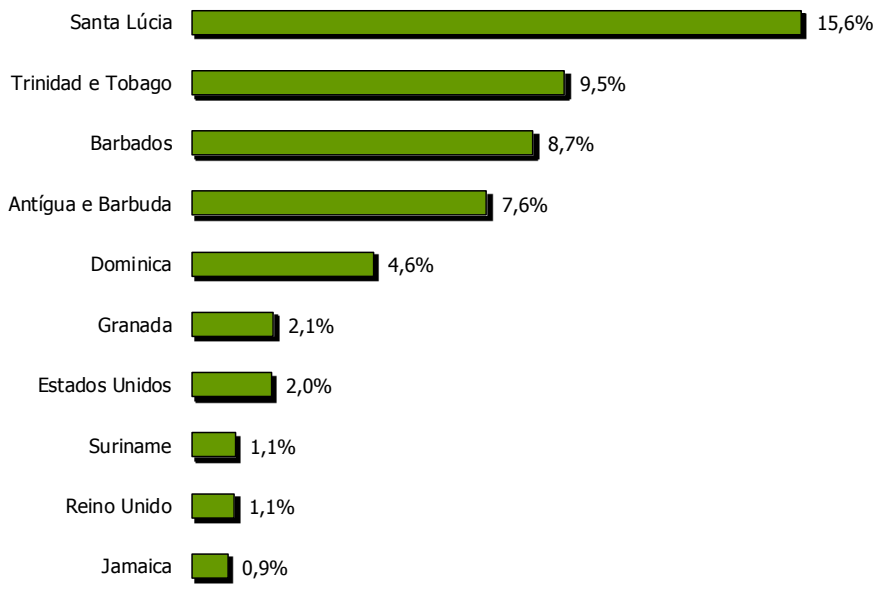
Direção das Exportações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Descrição	2014(1)	Part.% no total
Santa Lúcia	11,0	15,6%
Trinidad e Tobago	6,8	9,5%
Barbados	6,2	8,7%
Antígua e Barbuda	5,3	7,6%
Dominica	3,3	4,6%
Granada	1,5	2,1%
Estados Unidos	1,4	2,0%
Suriname	0,8	1,1%
Reino Unido	0,8	1,1%
Jamaica	0,7	0,9%
...		
Brasil (32ª posição)	***0,02***	***0,0%***
Subtotal	**37,7**	**53,4%**
Outros países	**33,0**	**46,6%**
Total	**70,7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



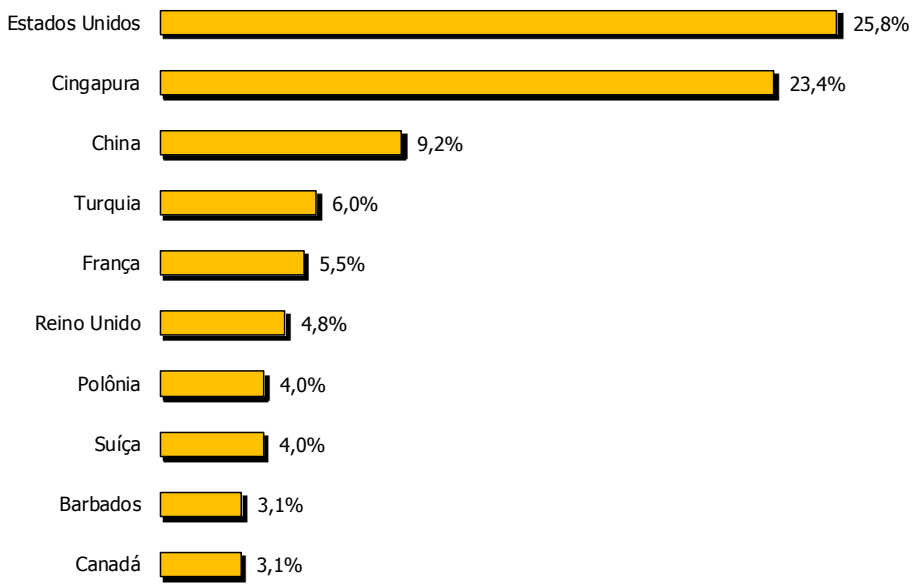
Origem das Importações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Descrição	2014(1)	Part.% no total
Estados Unidos	104	25,8%
Cingapura	94	23,4%
China	37	9,2%
Turquia	24	6,0%
França	22	5,5%
Reino Unido	19	4,8%
Polônia	16	4,0%
Suíça	16	4,0%
Barbados	13	3,1%
Canadá	12	3,1%
...		
Brasil (16ª posição)	***2***	***0,5%***
Subtotal	**359**	**89,3%**
Outros países	**43**	**10,7%**
Total	**402**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações

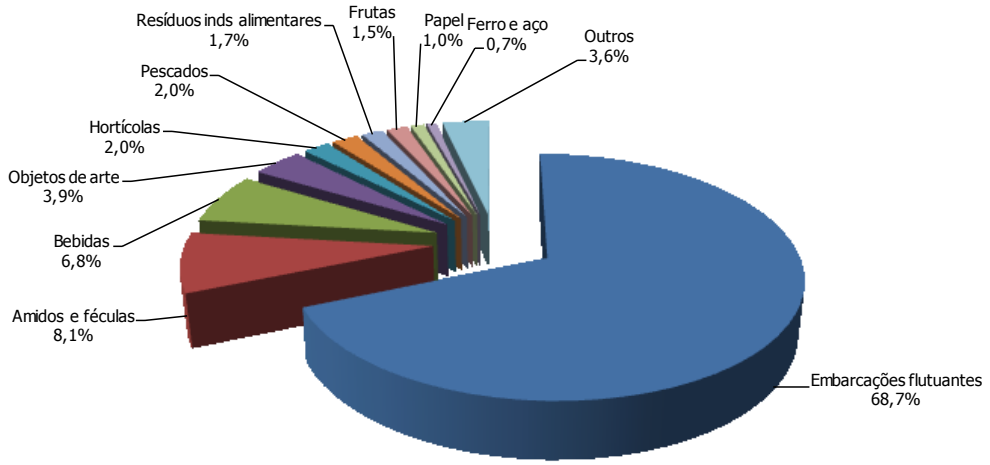


Composição das exportações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Descrição	2014[1]	Part.% no total
Embarcações flutuantes	48,60	68,7%
Amidos e féculas	5,72	8,1%
Bebidas	4,80	6,8%
Objetos de arte	2,77	3,9%
Hortícolas	1,42	2,0%
Pescados	1,40	2,0%
Resíduos inds alimentares	1,17	1,7%
Frutas	1,09	1,5%
Papel	0,73	1,0%
Ferro e aço	0,50	0,7%
Subtotal	**68,20**	**96,4%**
Outros	**2,52**	**3,6%**
Total	**70,72**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados

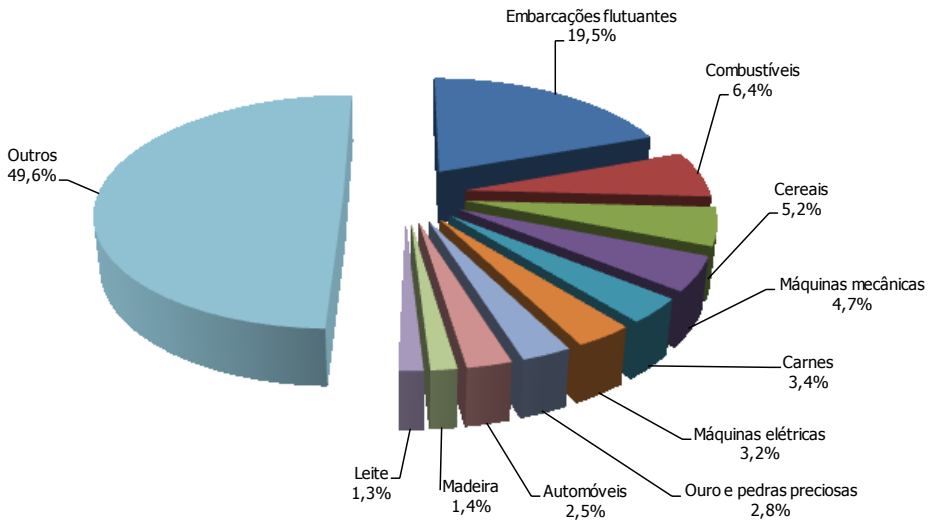


Composição das importações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Descrição	2014[1]	Part.% no total
Embarcações flutuantes	78	19,5%
Combustíveis	26	6,4%
Cereais	21	5,2%
Máquinas mecânicas	19	4,7%
Carnes	14	3,4%
Máquinas elétricas	13	3,2%
Ouro e pedras preciosas	11	2,8%
Automóveis	10	2,5%
Madeira	6	1,4%
Leite	5	1,3%
Subtotal	**202**	**50,4%**
Outros	**199**	**49,6%**
Total	**402**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

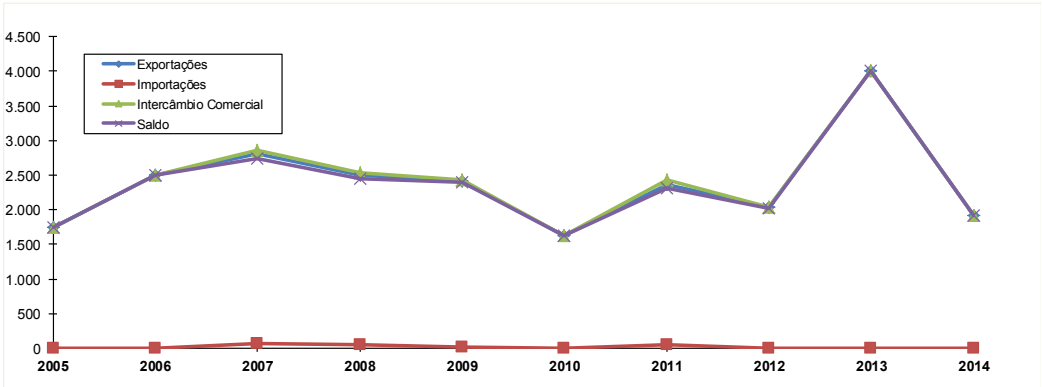
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - São Vicente e Granadinas
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.739	1,7%	**0,00%**	0,1	11,1%	**0,00%**	1.739	1,7%	**0,00%**	1.739
2006	2.500	43,8%	**0,00%**	0,6	391,7%	**0,00%**	2.501	43,8%	**0,00%**	2.499
2007	2.801	12,0%	**0,00%**	62,0	(+)	**0,00%**	2.863	14,5%	**0,00%**	2.739
2008	2.493	-11,0%	**0,00%**	43,0	-30,6%	**0,00%**	2.536	-11,4%	**0,00%**	2.450
2009	2.421	-2,9%	**0,00%**	18,4	-57,4%	**0,00%**	2.439	-3,8%	**0,00%**	2.403
2010	1.631	-32,6%	**0,00%**	0,0	n.a.	**0,00%**	1.631	-33,1%	**0,00%**	1.631
2011	2.368	45,2%	**0,00%**	55,7	n.a.	**0,00%**	2.424	48,6%	**0,00%**	2.313
2012	2.032	-14,2%	**0,00%**	6,0	-89,3%	**0,00%**	2.038	-15,9%	**0,00%**	2.026
2013	4.006	97,2%	**0,00%**	0,0	n.a.	**0,00%**	4.006	96,6%	**0,00%**	4.006
2014	1.911	-52,3%	**0,00%**	0,0	n.a.	**0,00%**	1.911	-52,3%	**0,00%**	1.911
2015 (jan-jul)	1.466	59,7%	**0,00%**	0,034	(n.a.)	**0,00%**	1.466	59,7%	**0,00%**	1.466
Var. % 2005-2014	**9,9%**		**--**	**-100,0%**		**--**	**9,9%**		**--**	**n.c.**

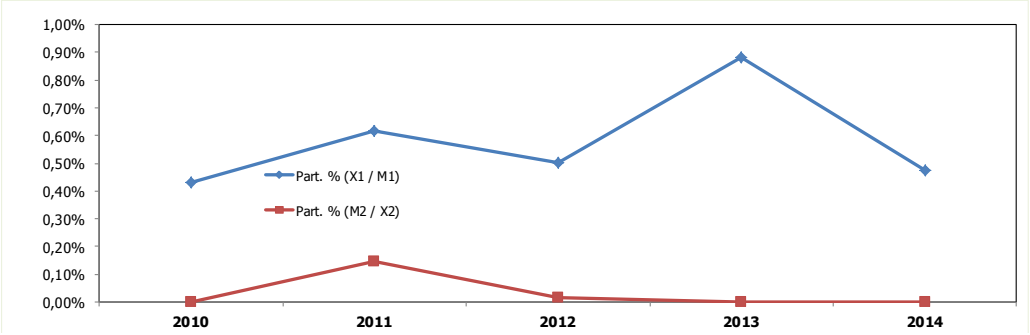
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de São Vicente e Granadinas[(1)]
US$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para S. Vicente e Granadinas (X1)	1.631	2.368	2.032	4.006	1.911	**17,1%**
Importações totais de S. Vicente e Granadinas (M1)	379.498	383.477	403.242	454.357	401.732	**5,9%**
Part. % (X1 / M1)	**0,43%**	**0,62%**	**0,50%**	**0,88%**	**0,48%**	**10,6%**
Importações do Brasil originárias de S. Vicente e Granadinas (	0,0	55,7	6,0	0,0	0,0	**n.a.**
Exportações totais de S. Vicente e Granadinas (X2)	41.516	38.432	43.042	57.329	70.721	**70,3%**
Part. % (M2 / X2)	**0,00%**	**0,15%**	**0,01%**	**0,00%**	**0,00%**	**n.a.**

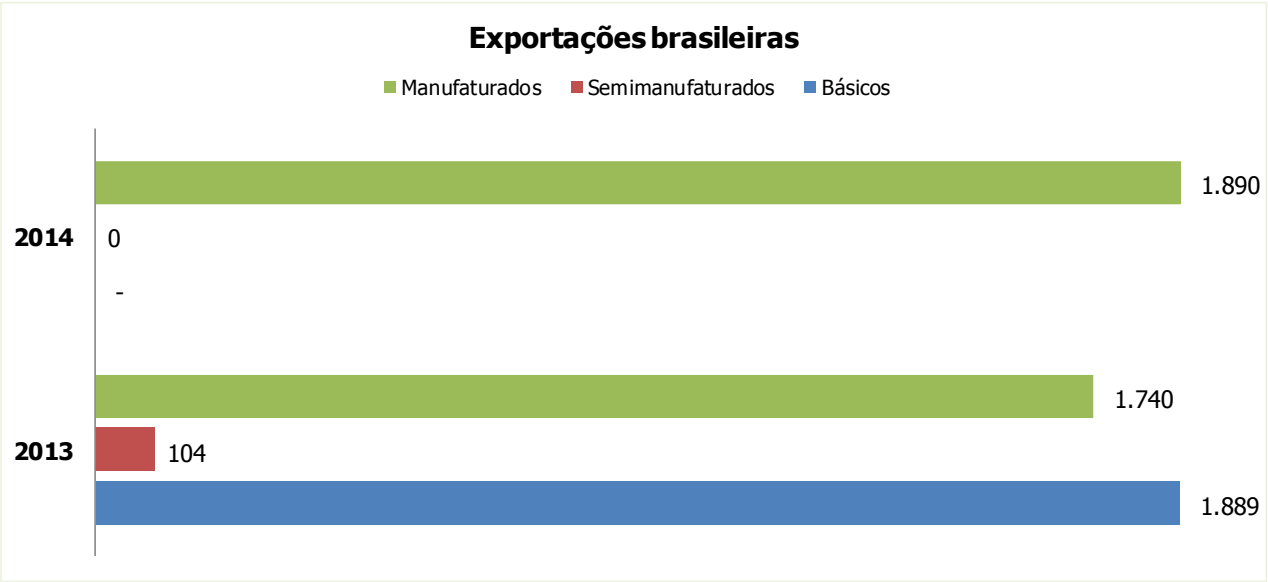
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
(n.a.) Critério não aplicável.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013



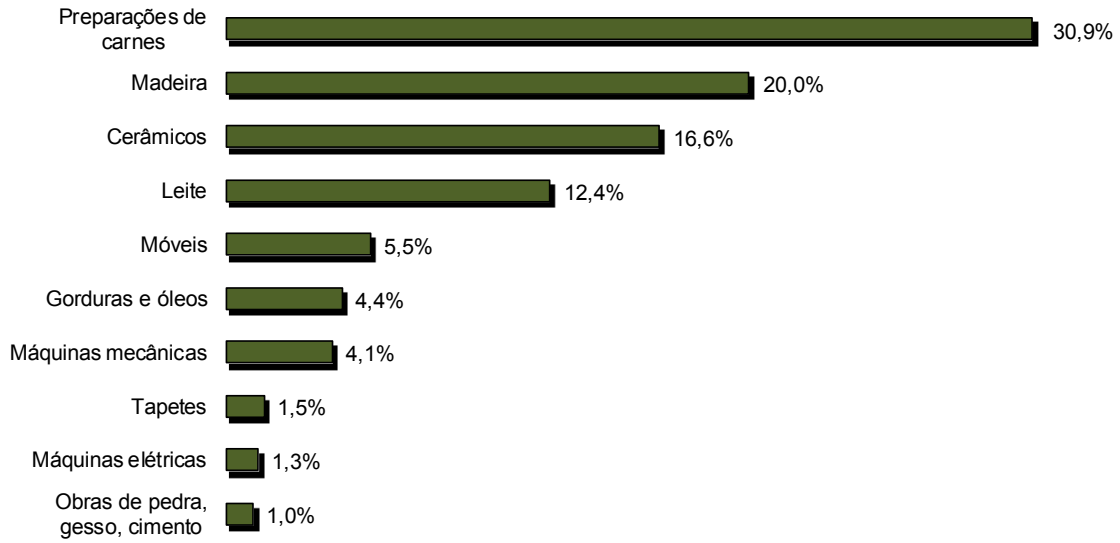
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Composição das exportações brasileiras para São Vicente e Granadinas
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	622	30,6%	334	8,3%	591	30,9%
Madeira	156	7,7%	402	10,0%	383	20,0%
Cerâmicos	506	24,9%	442	11,0%	317	16,6%
Leite	0	0,0%	0	0,0%	237	12,4%
Móveis	0	0,0%	0	0,0%	106	5,5%
Gorduras e óleos	109	5,4%	92	2,3%	85	4,4%
Máquinas mecânicas	1	0,0%	59	1,5%	78	4,1%
Tapetes	0	0,0%	0	0,0%	28	1,5%
Máquinas elétricas	23	1,1%	406	10,1%	24	1,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	0	0,0%	26	0,6%	20	1,0%
Subtotal	**1.417**	**69,7%**	**1.761**	**44,0%**	**1.869**	**97,8%**
Outros produtos	**615**	**30,3%**	**2.245**	**56,0%**	**42**	**2,2%**
Total	**2.032**	**100,0%**	**4.006**	**100,0%**	**1.911**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

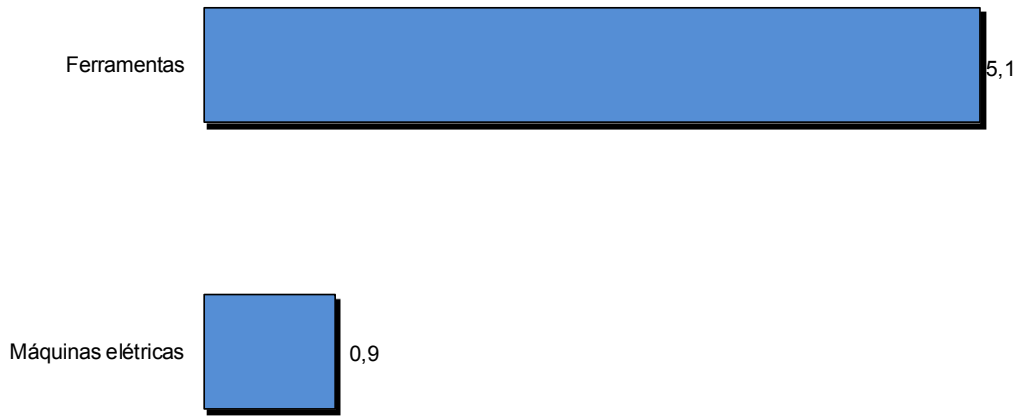


Composição das importações brasileiras originárias de São Vicente e Granadinas
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferramentas	5,1	85,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Máquinas elétricas	0,9	14,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**6,0**	**100,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**6,0**	**100,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

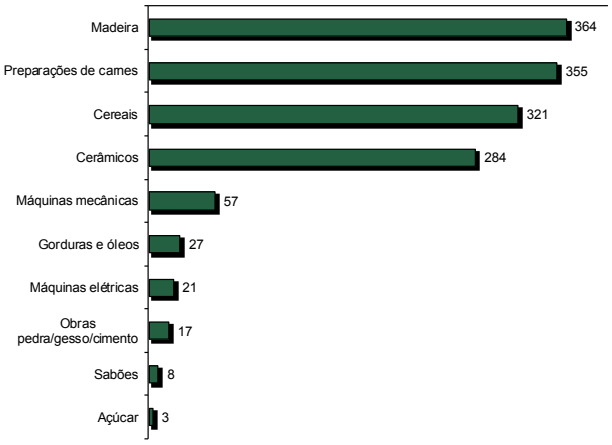
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2012



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

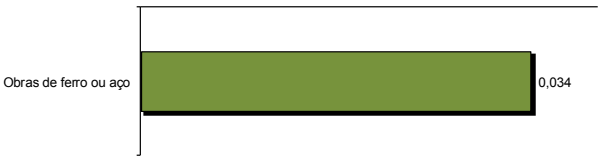
DESCRIÇÃO	2014 (jan-jul)	Part. % no total	2015 (jan-jul)	Part. % no total
Exportações				
Madeira	123	13,4%	364	24,8%
Preparações de carnes	217	23,6%	355	24,2%
Cereais	0	0,0%	321	21,9%
Cerâmicos	164	17,9%	284	19,4%
Máquinas mecânicas	37	4,0%	57	3,9%
Gorduras e óleos	57	6,2%	27	1,8%
Máquinas elétricas	24	2,6%	21	1,4%
Obras pedra/gesso/cimento	20	2,2%	17	1,2%
Sabões	11	1,2%	8	0,5%
Açúcar	0	0,0%	3	0,2%
Subtotal	**653**	**71,1%**	**1.457**	**99,4%**
Outros produtos	**265**	**28,9%**	**9**	**0,6%**
Total	**918**	**100,0%**	**1.466**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Obras de ferro ou aço	0,000	0,0%	0,034	100,0%
Subtotal	**0,000**	**0,0%**	**0,034**	**100,0%**
Outros produtos	**0,000**	**0,0%**	**0,000**	**0,0%**
Total	**0,000**	**0,0%**	**0,034**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Aviso nº 483 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

MENSAGEM Nº 74, de 2015

(Nº 421/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Os méritos do Senhor Zenik Krawctschuk que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00444/2015 MRE

Brasília, 17 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ZENIK KRAWCTSCHUK**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ZENIK KRAWCTSCHUK** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ZENIK KRAWCTSCHUK*
CPF.: 859.243.348-72
ID.: 8127 MRE

1951	Filho de Petro Krawctschuk e Anna Krawctschuk, nasce em 5 de abril, em Tibagi/PR
Dados Acadêmicos:	
1970	Filosofia pela Faculdades Associadas do Ipiranga/SP e Universidade de São Paulo/USP
1976	Mestrado em Filosofia Política pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma/Itália
1981	CPCD - IRBr
1989	CAD - IRBr
2006	CAE - IRBr A estratégia internacional de combate à lavagem de dinheiro. A política brasileira e a cooperação internacional na matéria.
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1992	Primeiro-Secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011	Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial
Funções:	
1983-85	Divisão da Europa II, assistente
1983	Feira Internacional da Bulgária, Diretor do pavilhão do Brasil
1984	Feira Internacional de Bens de Consumo na Bulgária, Diretor pavilhão do Brasil
1984	Feira de Produtos Brasileiros em Moscou, Diretor
1985-88	Consulado-Geral em Miami, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
1988-89	Divisão de Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, assistente
1989-90	Divisão de Serviços Gerais, Chefe, substituto
1990-92	Vice-Presidência da República, Assessor, Chefe de Administração
1992-94	Presidência da República, Diretor-Geral de Administração e Subsecretário-Geral
1994-95	Presidência da República, Ministro de Estado, interino, da Secretaria-Geral
1995-97	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1997-98	Missão junto à OEA, Washington, Primeiro-Secretário
1998-2001	Embaixada no Panamá, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado
1999	I Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação na Luta Antidrogas entre UE-ALC, Panamá, Chefe de delegação
2001-03	Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, assistente e assessor
2001	Conselho Nacional Antidrogas, Conselheiro
2001	III Reunião do Grupo de Coordenadores da CICAD/OEA sobre o problema do deslocamento de cultivos e pessoas, Caracas, Chefe de delegação
2002	III Reunião do GT sobre Armas do Mercosul, Buenos Aires, Chefe de delegação
2003-07	Embaixada em Roma, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2007-10	Embaixada em Kiev, Ministro-Conselheiro
2010	Embaixada em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios
2011-	Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador

Condecorações:	
1994	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2012	Medalha do Mérito Comunitário, Polícia Militar do Estado de São Paulo
2014	Diploma Colaborador Emérito do Exército, Brasil
2014	Cruz das Forças Armadas, República de Honduras

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do Caribe

GRANADA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Granada
CAPITAL:	Saint George's

ÁREA:	345 km²
POPULAÇÃO:	108.419
IDIOMA OFICIAL:	Inglês (crioulos do francês e do inglês são línguas regionalmente reconhecidas)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (53%), anglicanismo (13,8%), outras denominações protestantes (33,2%)
REGIME/SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia parlamentarista (membro da "Commonwealth")
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral, composto pela Câmara Baixa ("House of Representatives") e pelo Senado ("Senate")
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Cécile La Grenade
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Keith Claudius Mitchell
CHANCELER:	Clarice Modeste-Curwen
PIB NOMINAL (FMI, 2013):	US$ 836 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP - FMI, 2013):	US$ 1,22 bilhão
PIB *PER CAPITA* (FMI, 2013, est.):	US$ 7.904,00
PIB PPP *PER CAPITA* (FMI, 2013, est.):	US$ 11.665,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,6% (2013); -1,1% (2012); 0,76% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013)	0.770/ 63º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA:	76,1 anos
ALFABETIZAÇÃO:	96%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011):	29% (estatísticas do Ministério das Finanças de Granada)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar do Caribe Oriental (1 USD=2,7 XCD)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há registro de 10 brasileiros com residência fixa em Granada

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ Milhões FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil ➔Granada	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Intercâmbio	**4,72**	**6,25**	**6,87**	**6,13**	**7,19**	**8,82**	**8,15**	**7,78**	**8,22**
Exportações	4,72	6,24	6,80	6,10	7,18	8,81	8,15	7,78	8,22
Importações	0	0,01	0,07	0,02	0,01	0,01	--	--	--
Saldo	4,72	6,23	6,83	6,08	7,17	8,00	8,15	7,78	8,22

Perfis Biográficos

CÉCILE ELLEN FLEURETTE LA GRENADE
GOVERNADORA-GERAL



Cécile La Grenade nasceu em 30 de dezembro de 1952, em Granada. Graduou-se em Química pela "University of the West Indies" e concluiu Mestrado e Doutorado em engenharia de alimentos no "College Park" da Universidade de Maryland. Em 1992, após a morte de sua mãe, assumiu a liderança dos negócios da "De la Grenade Industries Ltd.", empresa da família e principal indústria local de derivados de noz-moscada e outros produtos alimentícios. Em 7 de maio de 2013, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Governadora-Geral de Granada.

KEITH CLAUDIUS MITCHELL
PRIMEIRO-MINISTRO



Keith Mitchell nasceu em 12 de novembro de 1946, em Granada. Formou-se, em 1971, em Química e Matemática pela "University of the West Indies". Obteve Mestrado, em 1975, pela "Howard University", e Doutorado em Matemática e Estatística, em 1979, pela "American University".

Sua carreira política iniciou-se em 1984, quando foi eleito, pelo "New National Party", para a Câmara Baixa do Parlamento pelo distrito de St. George North West. Tornou-se Primeiro-Ministro em junho de 1995, função que exerceu até 2008. Entre 2008 e 2013, foi líder da oposição. Com a vitória de seu partido nas eleições parlamentares, retomou o cargo de Primeiro-Ministro em 20 de fevereiro de 2013.

CLARICE MODESTE-CURWEN
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Formada em medicina pela Universidade de Havana, em 1986, Clarice Modeste-Curwen especializou-se em oftalmologia. Trabalhou no Hospital Geral de Saint Georges a partir de 1989. De 1996 a 1998, foi Professora na "Saint Georges University", tendo ingressado na vida pública em 1999, ano em que foi eleita pela primeira vez como parlamentar pelo distrito de Saint Marks. Ocupava o cargo de Ministra da Saúde e Seguridade Social até assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1º de dezembro de 2014.

Relações Bilaterais

Brasil e Granada estabeleceram relações diplomáticas em agosto de 1976 (dois anos após a independência da ilha), por meio do Decreto nº 78.227, que criou a embaixada cumulativa (não residente) do Brasil em Granada. A representação cumulativa brasileira era inicialmente sediada em Trinidad e Tobago, depois passando para a Guiana. Em 2008, foi criada a Embaixada brasileira residente na capital de Granada, Saint George's.

Os principais temas da agenda bilateral têm sido a prestação de cooperação técnica e a coordenação política. Verifica-se, ainda, potencial de promoção de investimentos e do turismo.

Em 2006, o então Chanceler Celso Amorim realizou visita a Granada e assinou Acordo de Cooperação Técnica com o país caribenho. Por ocasião da I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em abril de 2010, foi assinado acordo bilateral de cooperação cultural.

Em junho de 2013, o então Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, manteve encontro bilateral com o Chanceler Nickolas Steele, à margem da Assembleia-Geral da OEA. Na ocasião, o Ministro brasileiro convidou o Chanceler a visitar o Brasil. Em 21 de maio de 2014, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo Machado, manteve encontro com seu homólogo granadino em Georgetown, à margem da XVII Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM (COFCOR).

Em 9 de junho de 2014, o então Chanceler Nickolas Steele realizou visita oficial ao Brasil. Em Brasília, participou de reuniões com o Ministro das Relações

Exteriores, o Ministério da Saúde e a Embratur; em São Paulo, manteve contatos com o intuito de promover o país como destino turístico e de investimentos.

Cooperação Técnica

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem apoiado a implementação de iniciativas de cooperação na área agrícola com Granada, entre elas: "Capacitação em Associativismo e Desenvolvimento de Cadeia de Valor para Acesso ao Mercado Doméstico em Granada", "Capacitação para Serviço de Extensão para Trabalhadores de Extensão de Granada" e "Oficina e Elaboração de Plano de Ação para o Desenvolvimento de Cadeia de Valor para o Mercado Doméstico em Granada".

Discute-se, ainda, desde 2013, a realização da iniciativa "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos", abrangendo 14 países da região do Caribe. O projeto teve início em 20 e 24 de outubro de 2015, com a primeira visita técnica ao Brasil de delegados dos países caribenhos participantes. A visita teve o objetivo de capacitar técnicos caribenhos na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos. Participaram da capacitação dez delegações, entre elas a de Granada.

Também em benefício dos países da CARICOM, realiza-se, em Dominica, entre março e maio de 2015, curso em hidrometeorologia. Durante o segundo semestre de 2015, será realizado, em Barbados, curso em hidrogeologia, que complementará aspectos do curso anterior.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente em Granada é de 10 pessoas. Além disso, há ocasionais turistas brasileiros, na maioria das vezes a bordo de pequenos veleiros.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros a Granada.

Política Interna

Membro da "Commonwealth" – a "Comunidade de Nações", antiga "Comunidade Britânica", Granada adota sistema de governo parlamentarista, tendo como Chefe de Estado a Rainha Elizabeth II, representada localmente por um Governador-Geral, atualmente Cecile La Grenade, cujas funções são de representação. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder do partido que obtiver a maioria dos assentos nas eleições parlamentares. O Parlamento é composto pelo Senado, com 13 membros (sendo 10 indicados pelo partido governista e 3 pela oposição) e pela Câmara Baixa ("House of Representatives"), com 15 membros eleitos pelo voto popular, para mandato de 5 anos.

A partir da intervenção militar norte-americana, em 1983, e a subsequente queda do regime revolucionário comunista instaurado em 1979, os dois principais partidos têm-se alternado no poder: o "National Democratic Congress" (NDC) e o "New National Party" (NNP). A partir dos resultados das respectivas eleições, o NNP assumiu o poder nos exercícios de 1984 a 1990, de 1995 a 2008 e de 2013 até hoje; o NDC liderou o país de 1990 a 1995 e de 2008 a 2013. Nas eleições de 2013, o NNP conquistou todos os assentos da Câmara Baixa e seu líder, Keith Mitchell, que já fora Primeiro-Ministro entre 1995 e 2008, foi reconduzido ao cargo.

Em resposta aos efeitos da crise econômica internacional sobre a economia granadina, a plataforma política do NNP comprometeu-se com a estabilização econômica, por meio de revisão do sistema de elaboração do orçamento, reforma fiscal, concessão de estímulos à iniciativa privada e nova política de atração de investimentos externos.

Em 13 de novembro de 2014, o Primeiro-Ministro anunciou o remanejamento do Gabinete Ministerial e da composição do Senado, a partir do dia 1º de dezembro de 2014. A Doutora Clarice Modeste-Curwen, então titular da pasta da Saúde, foi a primeira mulher a ser nomeada para chefiar a Chancelaria granadina.

Política Externa

A política externa de Granada pauta-se por manter alianças com parceiros tradicionais, como países do CARICOM, Estados Unidos e instituições multilaterais, e desenvolver novas parcerias, a exemplo de Cuba, países sul-americanos e China.

Granada é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO), da Associação dos Estados do Caribe (AEC), da Petrocaribe e da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).

Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial e abrigam boa parte da diáspora granadina. Além disso, estudantes norte-americanos de medicina são responsáveis por parte significativa das receitas da Universidade de St. George's, maior instituição empregadora do país. Juntamente com seus vizinhos

caribenhos, Granada participa do recente exercício de parceria com os Estados Unidos na área de energia, lançado em 2014 (Iniciativa para Segurança Energética do Caribe - CESI). Por fim, o ingresso de turistas norte-americanos e o apoio da agência de cooperação dos EUA (USAID) após a intervenção de 1983 constituem importantes fontes de recursos para Granada.

Em outubro de 2013, o Primeiro-Ministro fez apresentação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial sobre medidas que seu governo pretendia adotar para possibilitar a assinatura de um acordo de ajuste estrutural com aquele organismo, no formato de uma "extended credit facility". O acordo foi finalmente aprovado pela Diretoria-Executiva do Fundo em 26 de junho de 2014, tendo vigência de 3 anos e disponibilizando US$ 21,9 milhões para Granada.

Entre os novos parceiros, a China tem destinado elevadas quantias para financiar projetos locais, como a reforma do Estádio Nacional de Esportes, de monumentos e centros comunitários. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 2005, os chineses também passaram a fornecer equipamentos agrícolas e prestar assistência técnica para a melhoria de sementes e cultivos em Granada. Em 2013, a China concedeu ajuda financeira emergencial no montante de US$ 8,7 milhões. Pequim comprometeu-se ainda com o programa de construção de mil casas populares e financiamento de diferentes projetos locais com recursos que ultrapassam o montante de US$ 40 milhões. Em fevereiro de 2015, o Governo granadino anunciou que a China financiará, adicionalmente, a construção de 600 casas populares no país.

Em matéria de cooperação técnica, Cuba e Venezuela têm se destacado, ao implementar projetos para a reforma de praças e prédios públicos, construção de casas populares, instalação de painéis solares em habitações de baixa renda, formação educacional e apoio ao setor da saúde. A Venezuela, em particular, é o segundo maior provedor de cooperação e ajuda financeira do país, atrás apenas da China. Além disso, Granada é beneficiária da Petrocaribe, que garante o fornecimento venezuelano de petróleo e derivados com financiamento facilitado. Estima-se que a dívida granadina no âmbito da Petrocaribe esteja em torno de 11% do PIB do país.

Em seu discurso de posse, em março de 2013, o Primeiro-Ministro Mitchell ressaltou que sua administração pretende implementar uma política exterior com ênfase na cooperação Sul-Sul. Assinalou como uma das prioridades de seu governo dinamizar as relações de Granada com a América do Sul, especificamente com o Brasil, a Argentina e o Chile.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os principais pilares da estrutura econômica de Granada são: (i) turismo, que, junto com demais serviços, responde por 78,5% do PIB; (ii) remessas de emigrados, que representam 2/3 da população nativa da ilha; e (iii) agricultura de exportação, principalmente noz moscada (2º maior produtor do mundo) e cacau. Após sentir os efeitos da crise econômica mundial, com crescimento do PIB de -

0,5% em 2010, 0,7% em 2011 e -1,1% em 2012, a economia granadina registrou crescimento de 2,6% em 2013, e o FMI estima expansão de 1,5% do PIB em 2014 e 2015.

Do ponto de vista da política macroeconômica, o maior desafio do país tem sido o financiamento dos déficits orçamentários e da dívida. O estoque total da dívida pública do país atinge atualmente o montante de US$ 948 milhões (113% do PIB). Granada está em vias de concluir acordos de restruturação com Taiwan (dívida de US$ 35 milhões) e com fundos de investimento privados (US$ 198 milhões). Como principal diretriz para 2015, a administração do Primeiro-Ministro Mitchell continuará a seguir o compromisso voluntário do governo com o FMI, que possibilitou a assinatura do acordo de "extended credit facility". De acordo com o Primeiro-Ministro, além de disponibilizar crédito de US$ 21,9 milhões, o acordo permitirá ao governo local captar outros US$ 100 milhões por meio de empréstimos e subvenções junto a parceiros internacionais.

Medidas de contenção orçamentária já haviam sido adotadas em 2014, quando o piso de vencimentos para efeitos de cobrança do Imposto de Renda sobre pessoa física foi reduzido de US$ 22 mil por ano para US$ 13 mil; passou a ser cobrada "taxa de pernoite" para turistas, no valor de US$ 5 por dia; e houve majoração dos impostos sobre o valor de propriedades rural e imobiliária, do patamar de 0,1% para 0,3%. Estabeleceu-se, ademais, um programa de "concessão de cidadania mediante investimento", que geram, segundo estimativa do Governo, recursos da ordem de US$ 30 milhões/ano. Prevê-se que 40% do orçamento de 2015 será dedicado ao pagamento do serviço da dívida pública.

Os índices de inflação têm seguido trajetória de queda: 4,2% em 2010, 3,5% em 2011, 1,8% em 2012 e deflação em 2013 (-1,2%), com previsões do FMI de continuidade da redução generalizada dos preços para 2014 e 2015.

Comércio exterior total

As exportações granadinas de bens evoluíram de US$ 30,3 milhões, em 2004, para alcançar o nível de US$ 47,0 milhões, em 2013[1]. Em termos relativos, o crescimento registrado nesse período foi de 55%. Os Estados Unidos ocupam, tradicionalmente, a posição de principal destino para as exportações de Granada, com participação de 21,9% sobre o total de 2013. Citam-se, ainda, os seguintes mercados de destino: Malásia (17,8%); Alemanha (14,8%); Países Baixos (9,9%); Dominica (5,5%); França (4,3%). O Brasil foi o 65º destino. Foram os seguintes os principais grupos de produtos exportados por Granada, em 2013: café e noz moscada (34,4%); cobre e manufaturas (16,7%); peixes e crustáceos (15,6%); malte e amidos (5,3%); cacau e preparações (4,5%); papel e manufaturas (3,8%); ferro ou aço (2,8%); farelo de soja e resíduos alimentares (2,0%); ouro e pedras preciosas (1,4%); bebidas (1,2%).

[1] No que tange a Granada, os últimos registros de comércio disponíveis na base de dados do Trademap (base de dados da UNCTAD e da OMC), em 24 de abril de 2015, referiam-se ano de 2013.

Granada - evolução do comércio exterior total - valores em US$ milhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2004	30,3	243,1	273,4	-212,8
2005	36,3	292,7	329,0	-256,4
2006	30,6	279,3	309,9	-248,7
2007	54,8	293,5	348,3	-238,7
2008	42,1	310,2	352,3	-268,1
2009	36,1	205,2	241,3	-169,1
2010	29,6	209,3	238,8	-179,7
2011	39,5	171,2	210,7	-131,7
2012	40,4	169,6	210,0	-129,2
2013	47,0	183,5	230,5	-136,5
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap abril de 2015.				

As importações de Granada sofreram decréscimo de 24,5% no período, considerando que passaram de US$ 243,1 milhões, em 2004, para o valor de US$ 183,5 milhões, em 2013. Ainda com relação a 2013, foram os seguintes os principais supridores da demanda externa de Granada: Estados Unidos (51,9% do total); Barbados (5,7%); Reino Unido (4,8%). O Brasil, por seu turno, foi o quarto fornecedor do país, com 4,2%. No que concerne à sua composição, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados em 2013: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (9,1%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (7,1%); carnes (6,4%); veículos e autopeças (6,3%); cereais (4,5%); móveis; mobiliário médico-cirúrgico (4,5%); madeiras (3,6%); plásticos e manufaturas de plástico (3,2%); leite e laticínios (3,1%); produtos diversos da indústria química (3,1%).

Nessas condições, em relação a 2013, o déficit comercial do país atingiu o patamar de US$ 136,5 milhões.

Comércio exterior bilateral

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-Aliceweb, no decênio 2005-2014 o comércio entre os dois países cresceu 60,6% passando de US$ 5,122 milhões, para US$ 8,224 milhões. De 2013 para 2014, o intercâmbio registrou aumento de 5,6%. Historicamente o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, isto porque, boa parte das trocas comerciais é representada pelas exportações brasileiras. Nos últimos três anos os superávits foram de US$ 8,150 milhões (2012); US$ 7,783 milhões (2013); e US$ 8,220 milhões (2014). De janeiro a março de 2015 o fluxo comercial somou US$ 2,115 milhões, um aumento de 18,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

As exportações nos últimos dez anos cresceram 60,5% evoluindo de US$ 5,122 milhões, em 2005, para US$ 8,222 milhões em 2014. De 2013 para 2014, as vendas aumentaram 5,6%, motivadas pelo crescimento das exportações de carnes de frango. De janeiro a março de 2015 os embarques destinados a Granada somaram US$ 2,100 milhões, um crescimento de 17,3% em relação aos três primeiros meses de 2014. Esse aumento pode ser explicado em virtude do crescimento das exportações de carnes de frango e de preparações e conservas de carnes de bovino. Os principais produtos exportados do Brasil para Granada, em 2014, foram: *i)* carne de frango (valor de US$ 6,051 milhões, equivalentes a 73,6%

do total); *ii)* madeiras compensadas (US$ 657 mil; 8,0%); *iii)* ladrilhos de cerâmica (US$ 332 mil; 4,0%); *iv)* conservas de carne de bovino (US$ 234 mil; 2,9%); e *v)* aparelhos de telefonia celular (valor de U$ 148 mil, equivalentes a 1,8% do montante total).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as importações brasileiras originárias de Granada aumentaram quase doze vezes, passando de US$ 183, em 2005, para US$ 2,141 mil, em 2014. Nos anos de 2006 e 2013, não houve registro de compras brasileiras desse país. O melhor desempenho das importações ocorreu em 2008 (valor de US$ 71 mil), quando o Brasil adquiriu motores diesel e suas partes. Em 2009, as importações de aparelhos de radionavegação e de injetores para motores totalizaram US$ 25 mil. Em 2010 e 2011, as aquisições foram muito discretas (US$ 7,5 mil e; 10,2 mil). Em 2012, as compras limitaram-se a US$ 650. Em relação ano de 2014, as importações somaram US$ 2,1 mil, e foram adquiridos processadores de memórias digitais e bombas volumétricas rotativas. Entre janeiro e março de 2015, as compras de obras de ferro fundido, ferro ou aço; válvulas de expansão termostáticas e de bombas injetoras de combustíveis somaram US$ 14,6 mil.

Evolução do intercâmbio comercial com Granada - US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	5.122	63,3%	0,00%	0,18	-99,8%	0,00%	5.122	58,3%	0,00%	5.122
2006	4.729	-7,7%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	4.729	-7,7%	0,00%	4.729
2007	6.245	32,1%	0,00%	14,54	100,0%	0,00%	6.260	32,4%	0,00%	6.231
2008	6.804	8,9%	0,00%	71,39	390,8%	0,00%	6.875	9,8%	0,00%	6.733
2009	6.107	-10,2%	0,00%	25,63	-64,1%	0,00%	6.133	-10,8%	0,00%	6.081
2010	7.187	17,7%	0,00%	7,51	-70,7%	0,00%	7.194	17,3%	0,00%	7.179
2011	8.812	22,6%	0,00%	10,22	36,1%	0,00%	8.822	22,6%	0,00%	8.802
2012	8.150	-7,5%	0,00%	0,65	-93,6%	0,00%	8.151	-7,6%	0,00%	8.150
2013	7.783	-4,5%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	7.783	-4,5%	0,00%	7.783
2014	8.222	5,6%	0,00%	2,14	100,0%	0,00%	8.224	5,7%	0,00%	8.220
2015 (jan-mar)	2.100	17,3%	4,91%	14,64	100,0%	0,03%	2.115	18,2%	2,32%	2.086
Var. % 2005-2014	**60,5%**		**---**	**1069,9%**		**---**	**60,6%**		**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(n.a.) Critério não aplicável. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Cronologia histórica

1498	Cristóvão Colombo chega à ilha, então habitada por índios caraíbas.
1650	Franceses colonizam a ilha.
1763	Granada torna-se colônia britânica.
1974	Conquista da independência, sob a liderança de Eric Gaury, do Partido Trabalhista Unido de Granada (Gulp), que assume o cargo de Primeiro-Ministro.

1979	Maurice Bishop depõe Gaury, suspende a Constituição e passa a governar por decreto; o novo Governo adota governo de tendência socialista e estreita relações com Cuba.
1983	Bishop é destituído e fuzilado em golpe da ala radical socialista do Governo, liderada pelo General Hudson e pelo Vice-Primeiro-Ministro Bernard Coard.
	Intervenção militar comandada pelos Estados Unidos derruba o governo de Hudson e Coard e põe fim ao regime socialista. Nicholas Braithwaite, do "National Democratic Congress" (NDC), assume como Primeiro-Ministro provisório.
1984	O "New National Party" (NNP) vence as eleições. Herbert Balize, líder do NNP, assume como Primeiro-Ministro.
1990	O "National Democratic Congress" (NDC) vence as eleições. Braithwaite assume novamente como Primeiro-Ministro.
1995	O NNP retoma a maioria no Congresso. Keith Mitchell inicia seu primeiro mandato como Primeiro-Ministro.
2004	O país é devastado pelo furacão Ivan, que causou 37 mortes.
2007	Tribunal de apelações, no Reino Unido, revoga as sentenças impostas aos envolvidos na morte de Bishop; dos 13 réus, dez recebem pena de prisão, a ser cumprida até 2010, e os outros três são libertados.
2008	Tillman Thomas (NDC) vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
2013	O NNP obtém vitória expressiva nas eleições para a Câmara baixa e Mitchell assume novamente como Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1976	Brasil e Granada estabelecem relações diplomáticas, por meio do Decreto nº 78227.
2006	Visita do Chanceler Celso Amorim a Granada e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica
2007	Concessão de "agrément" do Governo brasileiro, em 14 de junho de 2007, ao Senhor Richard Paul James Mc Phail como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo brasileiro, com residência em Caracas.
2008	Criação da Embaixada do Brasil em Saint George's, pelo decreto 6.612, de 22 de outubro de 2008.
2009	Vista do Ministro dos Negócios Exteriores, Peter David, e da Secretária-Executiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros granadinos a São Paulo e Brasília.
2014	Visita oficial do então Chanceler granadino, Nickolas Steele, ao Brasil.
2015	Congresso Nacional aprova Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Granada.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Técnica	24/04/2006	19/02/2010	19/02/2010
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada	26/04/2010	Aprovada pelo Congresso Nacional em julho/2015. Aguarda ratificação.	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior de Granada[(1)]
US$ milhões

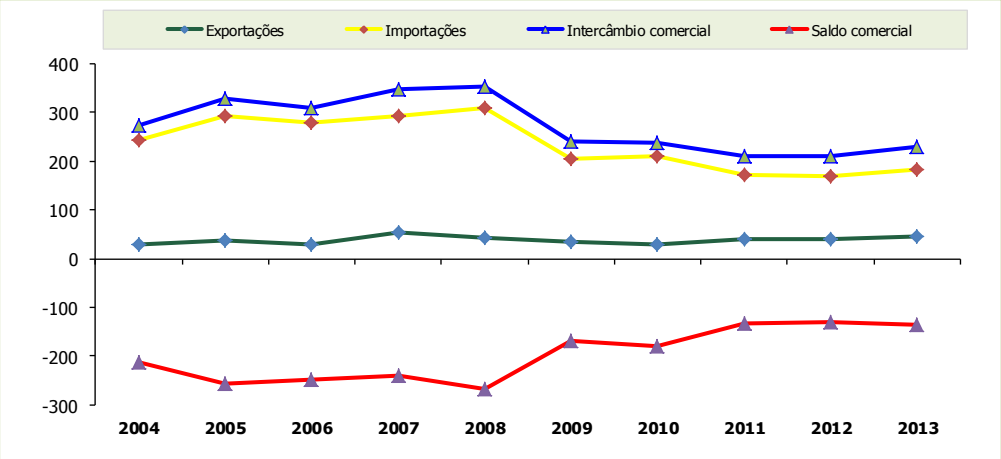
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Saldo comercial
2004	30,3	-41,0%	243,1	23,3%	273,4	10,0%	-212,8
2005	36,3	19,6%	292,7	20,4%	328,9	20,3%	-256,4
2006	30,6	-15,8%	279,3	-4,6%	309,9	-5,8%	-248,8
2007	54,8	79,3%	293,5	5,1%	348,3	12,4%	-238,7
2008	42,1	-23,1%	310,2	5,7%	352,3	1,2%	-268,1
2009	36,1	-14,4%	205,2	-33,9%	241,2	-31,5%	-169,1
2010	29,6	-2,5%	209,3	-13,9%	238,8	-12,7%	-179,7
2011	39,5	33,6%	171,2	-18,2%	210,7	-11,8%	-131,7
2012	40,4	2,2%	169,6	-0,9%	209,9	-0,3%	-129,2
2013[(2)]	47,0	16,4%	183,5	8,2%	230,5	9,8%	-136,5
Var. % 2004-2013	**55,0%**	**---**	**-24,5%**	**---**	**-15,7%**	**---**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Granada
US$ milhões

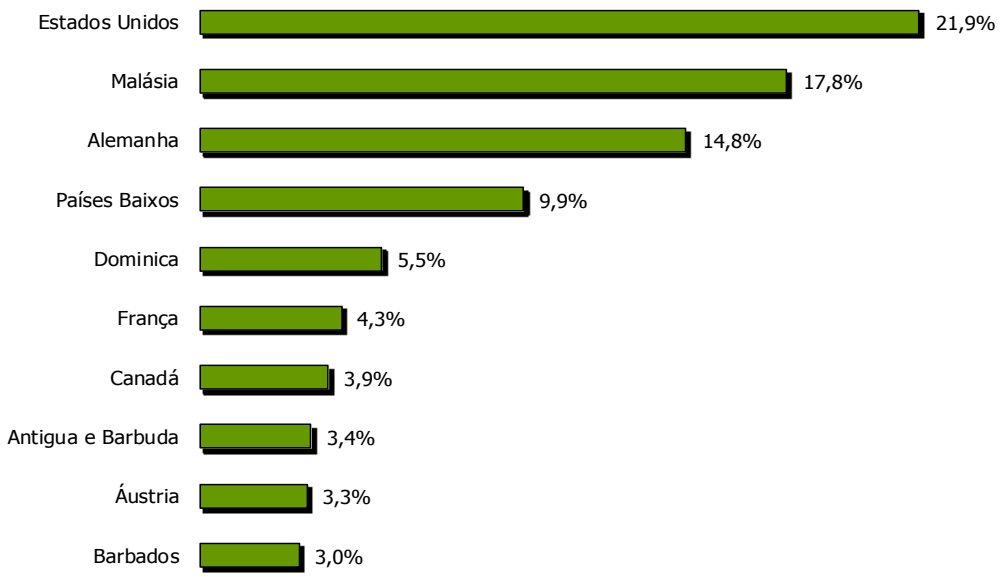
Descrição	2013[(1)(2)]	Part.% no total
Estados Unidos	10,28	21,9%
Malásia	8,39	17,8%
Alemanha	6,95	14,8%
Países Baixos	4,63	9,9%
Dominica	2,61	5,5%
França	2,03	4,3%
Canadá	1,85	3,9%
Antigua e Barbuda	1,60	3,4%
Áustria	1,54	3,3%
Barbados	1,43	3,0%
...		
Brasil (65ª posição)	***0,002***	***0,0%***
Subtotal	**41,29**	**87,9%**
Outros países	**5,70**	**12,1%**
Total	**46,99**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Granada
US$ milhões

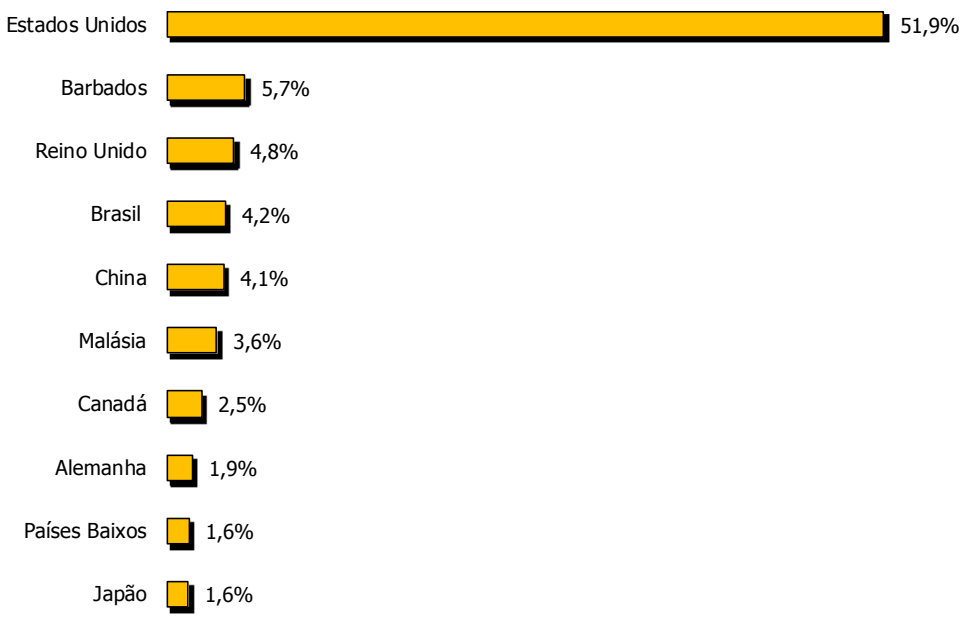
Descrição	2013[(1)(2)]	Part.% no total
Estados Unidos	95,32	51,9%
Barbados	10,40	5,7%
Reino Unido	8,90	4,8%
Brasil	***7,78***	***4,2%***
China	7,57	4,1%
Malásia	6,67	3,6%
Canadá	4,66	2,5%
Alemanha	3,40	1,9%
Países Baixos	2,97	1,6%
Japão	2,89	1,6%
Subtotal	**150,56**	**82,0%**
Outros países	**32,96**	**18,0%**
Total	**183,52**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Granada
US$ milhões

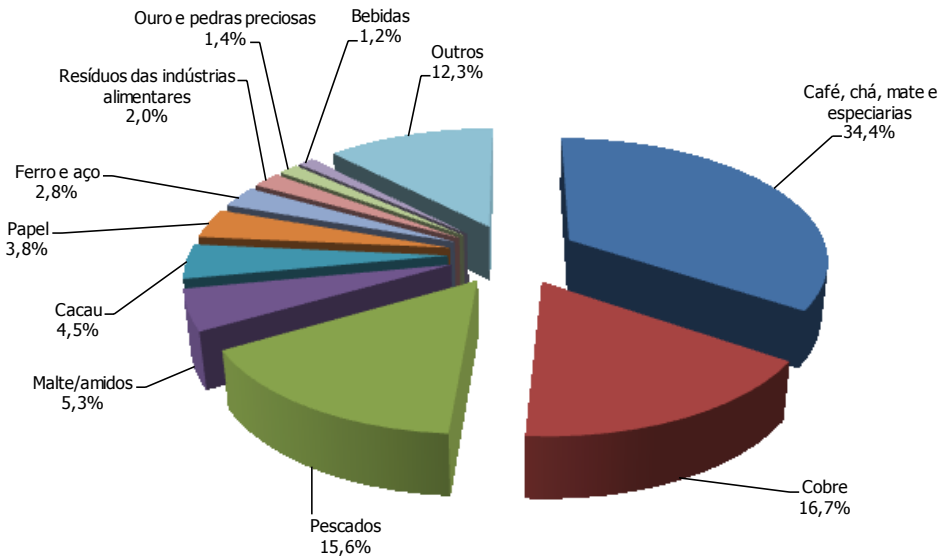
Descrição	2013[1][2]	Part.% no total
Café, chá, mate e especiarias	16,17	34,4%
Cobre	7,84	16,7%
Pescados	7,33	15,6%
Malte/amidos	2,49	5,3%
Cacau	2,10	4,5%
Papel	1,80	3,8%
Ferro e aço	1,30	2,8%
Resíduos das indústrias alimentares	0,96	2,0%
Ouro e pedras preciosas	0,68	1,4%
Bebidas	0,55	1,2%
Subtotal	**41,22**	**87,7%**
Outros	**5,77**	**12,3%**
Total	**46,99**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Granada
US$ milhões

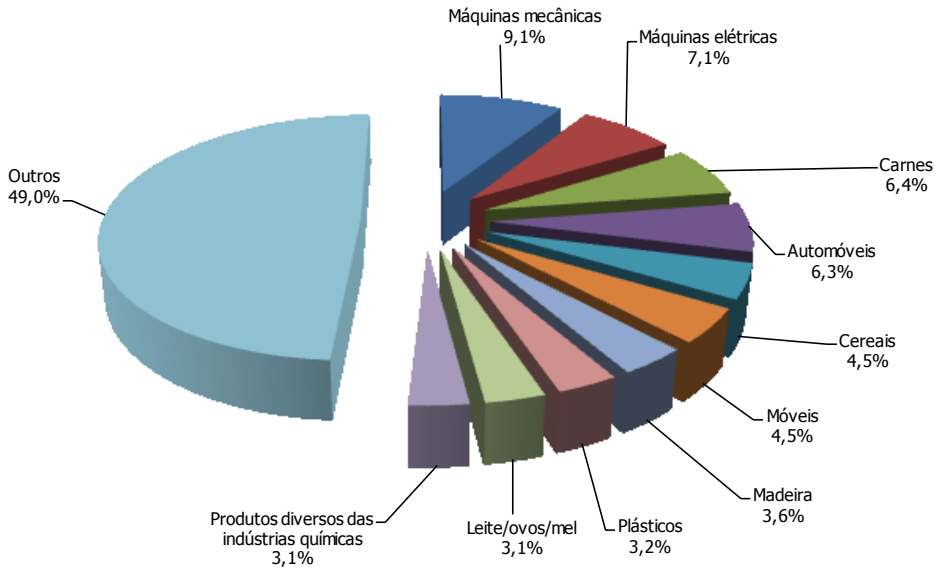
Descrição	2013[1][2]	Part.% no total
Máquinas mecânicas	16,71	9,1%
Máquinas elétricas	13,05	7,1%
Carnes	11,70	6,4%
Automóveis	11,63	6,3%
Cereais	8,34	4,5%
Móveis	8,21	4,5%
Madeira	6,63	3,6%
Plásticos	5,90	3,2%
Leite/ovos/mel	5,75	3,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	5,68	3,1%
Subtotal	**93,59**	**51,0%**
Outros	**89,93**	**49,0%**
Total	**183,52**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, April 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 24/04/2015.

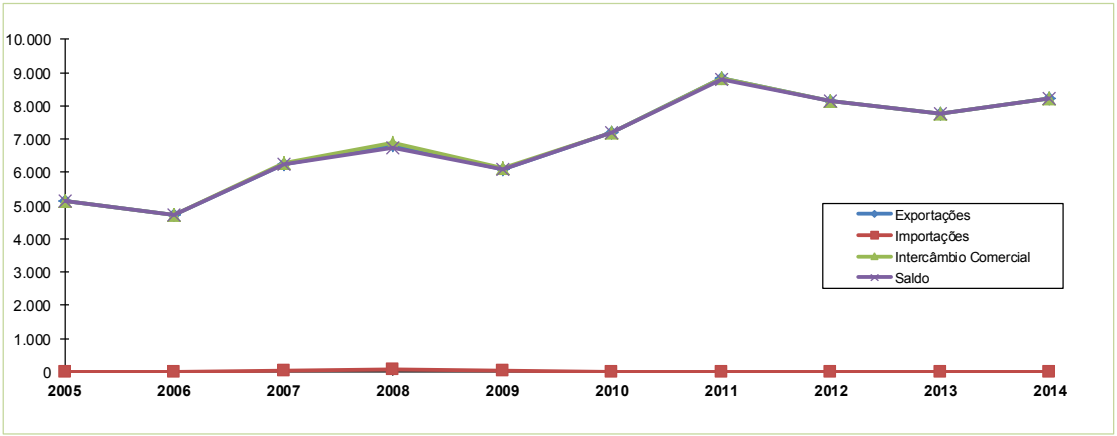
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Granada
US$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	5.122	63,3%	0,00%	0,18	-99,8%	0,00%	5.122	58,3%	0,00%	5.122
2006	4.729	-7,7%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	4.729	-7,7%	0,00%	4.729
2007	6.245	32,1%	0,00%	14,54	100,0%	0,00%	6.260	32,4%	0,00%	6.231
2008	6.804	8,9%	0,00%	71,39	390,8%	0,00%	6.875	9,8%	0,00%	6.733
2009	6.107	-10,2%	0,00%	25,63	-64,1%	0,00%	6.133	-10,8%	0,00%	6.081
2010	7.187	17,7%	0,00%	7,51	-70,7%	0,00%	7.194	17,3%	0,00%	7.179
2011	8.812	22,6%	0,00%	10,22	36,1%	0,00%	8.822	22,6%	0,00%	8.802
2012	8.150	-7,5%	0,00%	0,65	-93,6%	0,00%	8.151	-7,6%	0,00%	8.150
2013	7.783	-4,5%	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	7.783	-4,5%	0,00%	7.783
2014	8.222	5,6%	0,00%	2,14	100,0%	0,00%	8.224	5,7%	0,00%	8.220
2015 (jan-mar)	2.100	17,3%	4,91%	14,64	100,0%	0,03%	2.115	18,2%	2,32%	2.086
Var. % 2005-2014	**60,5%**		**---**	**1069,9%**		**---**	**60,6%**		**---**	**n.c.**

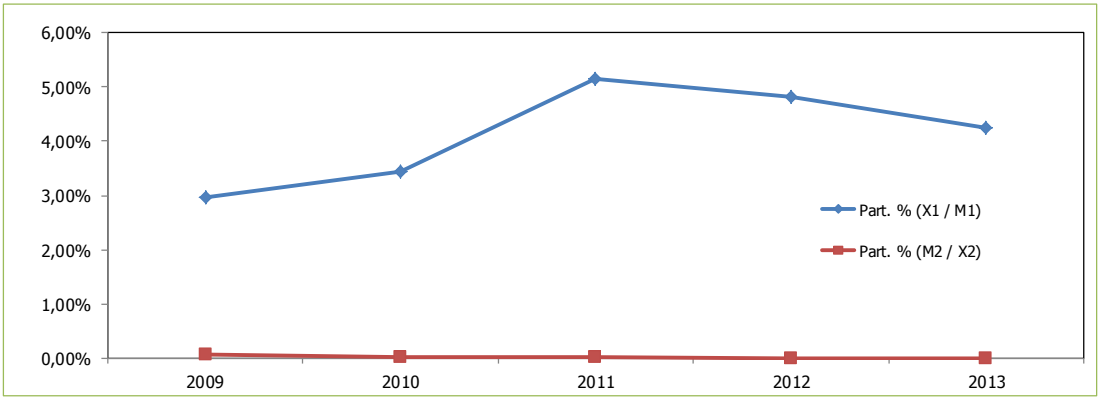
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de Granada[(1)]
US$ mil

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Granada (X1)	6.107	7.187	8.812	8.150	7.783	**27,5%**
Importações totais de Granada (M1)	205.181	209.255	171.165	169.550	183.518	**-10,6%**
Part. % (X1 / M1)	**2,98%**	**3,43%**	**5,15%**	**4,81%**	**4,24%**	**42,5%**
Importações do Brasil originárias de Granada (M2)	25,63	7,51	10,22	0,65	0,00	**-100,0%**
Exportações totais de Granada (X2)	36.057	29.560	39.488	40.368	46.989	**30,3%**
Part. % (M2 / X2)	**0,07%**	**0,03%**	**0,03%**	**0,00%**	**0,00%**	**-100,0%**

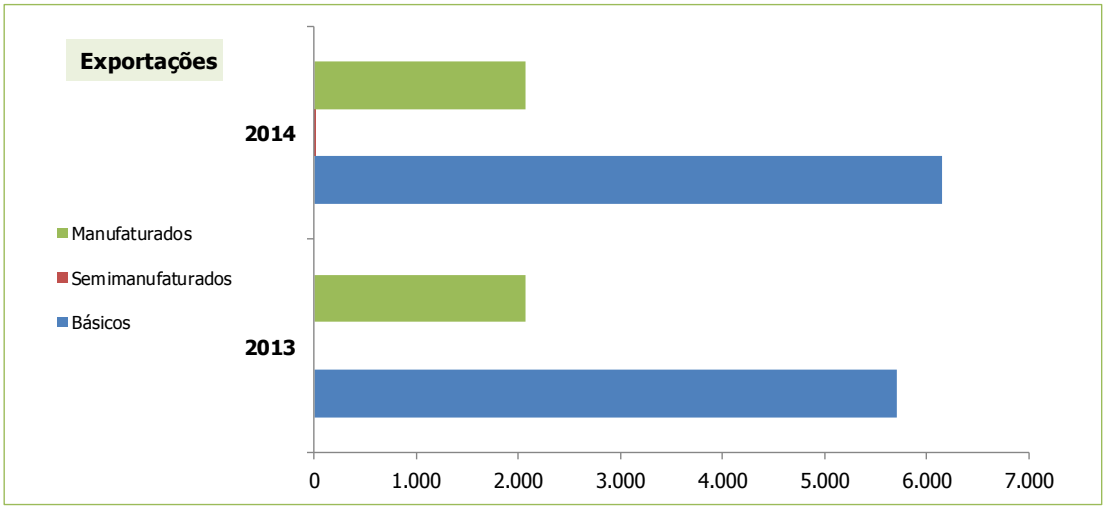
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

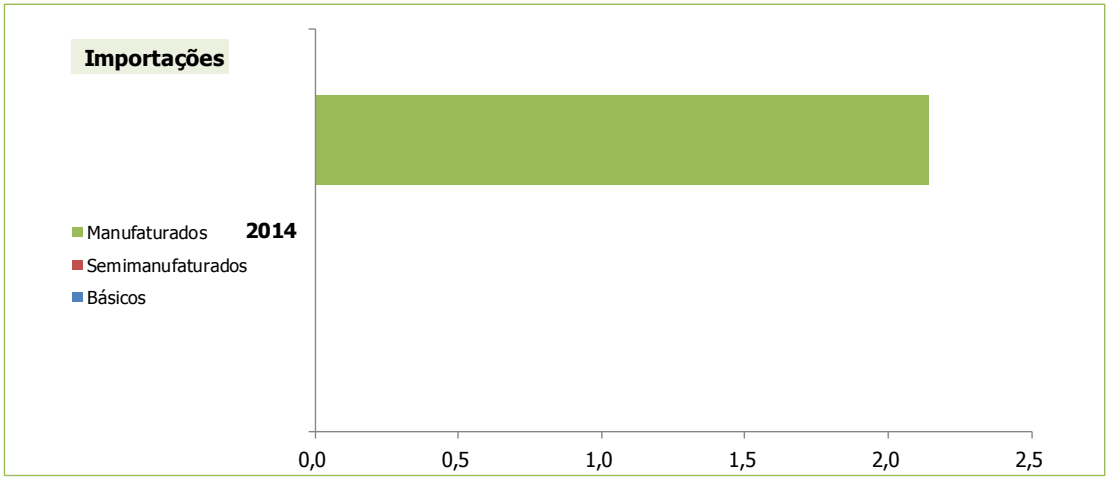


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ mil

Comparativo 2014 com 2013





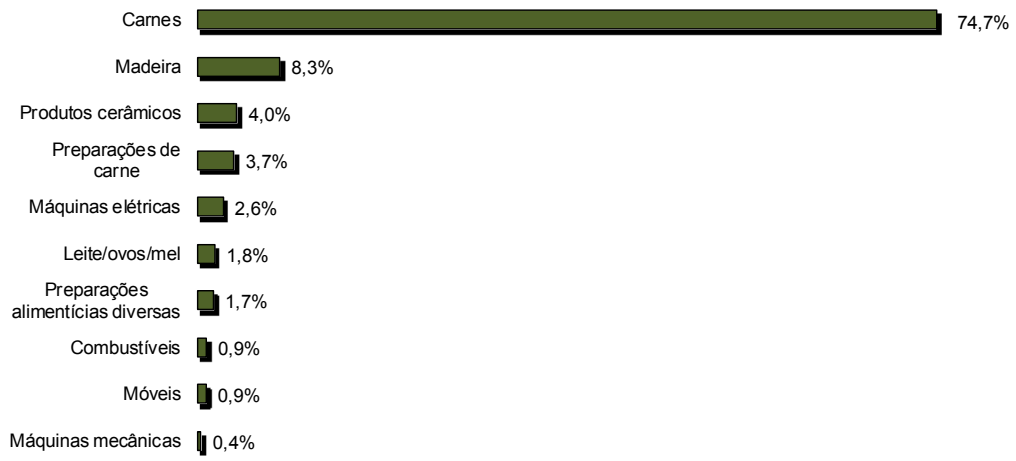
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Granada
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	6.348	77,9%	5.706	73,3%	6.142	74,7%
Madeira	519	6,4%	653	8,4%	686	8,3%
Produtos cerâmicos	330	4,0%	357	4,6%	332	4,0%
Preparações de carne	345	4,2%	390	5,0%	307	3,7%
Máquinas elétricas	44	0,5%	231	3,0%	218	2,6%
Leite/ovos/mel	331	4,1%	125	1,6%	147	1,8%
Preparações alimentícias diversas	120	1,5%	171	2,2%	137	1,7%
Combustíveis	0,0	0,0%	0,0	0,0%	78	0,9%
Móveis	19	0,2%	52	0,7%	76	0,9%
Máquinas mecânicas	0,1	0,0%	39	0,5%	35	0,4%
Subtotal	**8.056**	**98,9%**	**7.724**	**99,2%**	**8.158**	**99,2%**
Outros produtos	**94**	**1,1%**	**59**	**0,8%**	**63**	**0,8%**
Total	**8.150**	**100,0%**	**7.783**	**100,0%**	**8.222**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

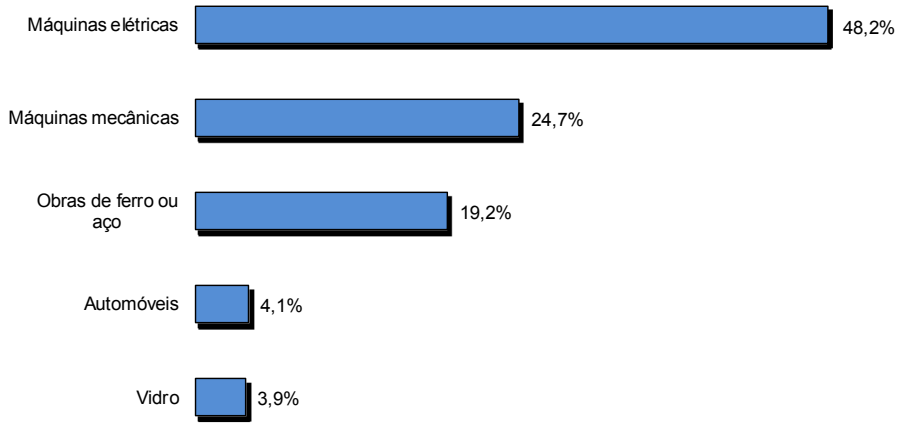


Composição das importações brasileiras originárias de Granada
US$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,03	48,2%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,53	24,7%
Obras de ferro ou aço	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,41	19,2%
Automóveis	0,65	100,0%	0,00	0,0%	0,09	4,1%
Vidro	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,08	3,9%
Subtotal	**0,65**	**100,0%**	**0,00**	**100,0%**	**2,14**	**100,0%**
Outros produtos	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**
Total	**0,65**	**100,0%**	**0,00**	**100,0%**	**2,14**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

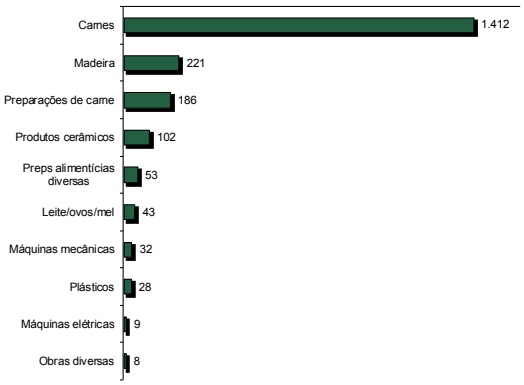
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil, fob

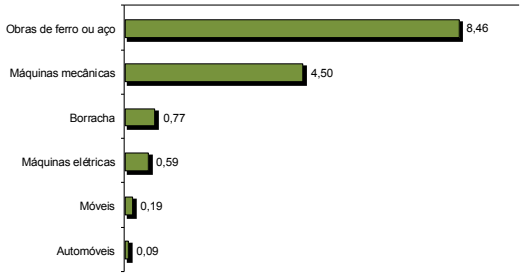
DESCRIÇÃO	2014 (jan-mar)	Part. % no total	2015 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	1.291	72,1%	1.412	67,2%
Madeira	139	7,8%	221	10,5%
Preparações de carne	1,6	0,1%	186	8,8%
Produtos cerâmicos	94	5,3%	102	4,8%
Preps alimentícias diversas	0,0	0,0%	53	2,5%
Leite/ovos/mel	0,0	0,0%	43	2,1%
Máquinas mecânicas	35	2,0%	32	1,5%
Plásticos	5,6	0,3%	28	1,3%
Máquinas elétricas	187	10,4%	8,6	0,4%
Obras diversas	7,7	0,4%	7,6	0,4%
Subtotal	**1.761**	**98,4%**	**2.093**	**99,7%**
Outros produtos	**29**	**1,6%**	**7**	**0,3%**
Total	**1.790**	**100,0%**	**2.100**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Obras de ferro ou aço	0,0	0,0%	8,46	57,8%
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	4,50	30,7%
Borracha	0,0	0,0%	0,77	5,2%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	0,59	4,0%
Móveis	0,0	0,0%	0,19	1,3%
Automóveis	0,0	0,0%	0,09	0,6%
Subtotal	**0,0**	**100,0%**	**14,58**	**99,6%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**	**0,06**	**0,4%**
Total	**0,0**	**100,0%**	**14,64**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 484 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

MENSAGEM Nº 75, de 2015

(Nº 422/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Os méritos do Senhor José Humberto de Brito Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00459/2015 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

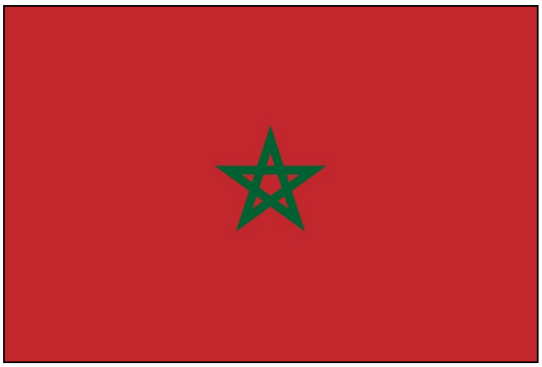
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ*
CPF.: 342.835.441-91
ID.: 9049488 SSP-SP

1958	Filho de José Armênio Cruz e Helena de Brito Cruz, nasce em 17 de janeiro, no Rio de Janeiro / RJ
Dados Acadêmicos:	
1983	Filosofia pela Universidade de São Paulo
1984	CPCD - IRBr
1987	Programa de Estudos Diplomáticos, Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, Genebra
1993	CAD – IRBr
2004	Doutor em Filosofia Política pela Universidade de São Paulo
2006	CAE – IRBr, Cidadania e Integração: o Problema do `Déficit Democrático` na Construção da União Europeia
Cargos:	
1985	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1997	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2006	Ministro de Segunda Classe
2012	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1986-89	Divisão das Nações Unidas, assessor
1989	Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente, assessor
1990-94	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1994-97	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1997-2003	Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
1999-2002	Instituto Rio Branco, Professor de Teoria das Relações Internacionais
2003-06	Embaixada em Paris, Conselheiro
2006-11	Delegação junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-13	Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
2013-	Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Condecorações:	
1985	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha Vermeil
1996	Medalha Santos Dumont, Brasil
1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MARROCOS







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2015

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	Reino do Marrocos
CAPITAL:	Rabat
ÁREA:	446.550 km^2
POPULAÇÃO:	33 milhões
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e amazigue (berbere)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Muçulmana sunita (mais de 99%), minorias judias e cristãs
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO	Rei Mohammed VI (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane (desde nov/2011)
CHANCELER	Salaheddine Mezouar (desde out/2013)
PIB NOMINAL (2014**):**	US$ 109,2 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA-PPP) (2014):	US$ 252,37 bilhões
PIB PER CAPITA (2014**)**	US$ 3.291
PIB PPP *PER CAPITA* (FMI, 2014**)**	US$ 7.606
VARIAÇÃO DO PIB:	2,9% (2014); 4,4% (2013); 2,7% (2012); 5% (2011); 3,6% (2010); 4,8% (2009); 5,6% (2008); 2,7% (2007)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,617 (129º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA:	70,9 anos
ALFABETIZAÇÃO:	67,1% (ONU, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	9,2% (Banco Mundial, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	*Dirham* marroquino
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Larbi Moukhariq
COMUNIDADE BRASILEIRA:	209

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

Brasil-Marrocos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (jan-ago)
Intercâmbio	**970,46**	**1655,25**	**877,09**	**1368,90**	**2007,01**	**2153,57**	**2123**	**1818**	**776**
Exportações	438,07	511,10	538,01	703,98	811,21	872,31	689	568	273
Importações	532,39	1144,01	339,07	664,91	1195,80	1281,26	1434	1249	503
Saldo	-94,31	-632,90	198,93	39,06	-384,59	-408,95	-745	-681	-230

Perfis Biográficos

Mohammed VI

Rei do Marrocos



Filho de Hassan II, Mohammed VI nasceu em 21 de agosto de 1963, em Rabat, capital do Marrocos.

Com quatro anos, seu pai matriculou-o na escola corânica do Palácio Real. Em 1973, o então Príncipe Sidi Mohammed obteve o diploma de estudos primários e terminou os secundários no Colégio Real, em 1981. Graduou-se pela Universidade Mohammed V, em 1985, em Direito, e em Ciências Políticas em 1987. Em 1993, obteve o Doutorado em Direito pela Universidade Nice-Antipolis, França. Desde 2000, detém título de doutor *honoris causa* pela Universidade George Washington, EUA.

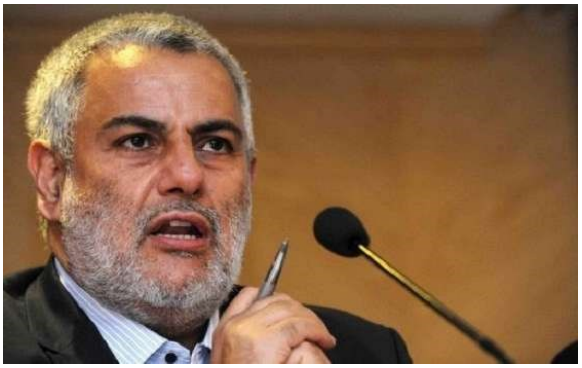
Em 1985, foi nomeado General de Brigada do Exército. Em 1994, foi promovido a General de Divisão do Exército marroquino.

Desde jovem, viu-se encarregado de representar seu pai em diversas funções e desempenhar missões do Estado marroquino. Em 1983, chefiou a delegação marroquina à Conferência de Cúpula dos Não Alinhados, em Nova Déli, na Índia.

Com a morte de Hassan II, em 26 de julho de 1999, foi declarado Rei do Marrocos e, sob o título de Mohammed VI, entronado em 30 de julho de 1999, aos 36 anos de idade.

Abdelilah Benkirane

Primeiro-Ministro

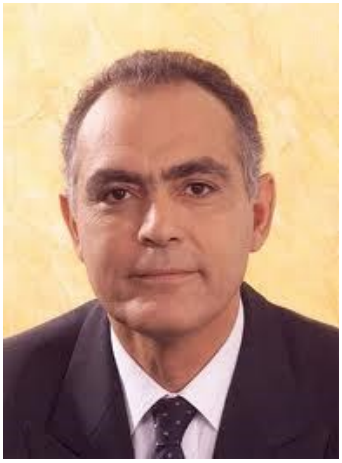


Abedelilah Benkirane nasceu em Rabat, em 2 de abril de 1954. Formou-se em Física pela Universidade Mohammed V, em 1979.

Eleito para a Câmara dos Representantes pela primeira vez em 1997, participou da fundação do Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD) no ano seguinte. Em 2008, assumiu a liderança do PJD, tendo sido eleito para o cargo de Secretário-Geral da agremiação. Cumpre atualmente quarto mandato eletivo. Em 29 de novembro de 2011, com a vitória do seu partido nas primeiras eleições legislativas realizadas após a adoção da nova Constituição, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Rei Mohammed VI, sucedendo a Abbas el-Fassi, do partido "Istiqlal".

Benkirane é conhecido por advogar posições conservadoras em temas relacionados à família e ao papel reservado às mulheres nas sociedades islâmicas.

SALAHEDDINE MEZOUAR
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação



Nascido em 11 de dezembro de 1953 em Mequinez (*Meknès*), 150 quilômetros a oeste de Rabat, Salaheddine Mezouar é formado em Administração de Empresas pela INSEAD (Fontainebleau, França). Obteve ainda diploma do Ciclo Superior de Gestão do ISCAE de Casablanca; Diploma de Estudos Aprofundados pela Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França); e mestrado em Ciências Econômicas (Economia do Desenvolvimento) pela mesma universidade.

Ex-Vice-Presidente do Raja Club Atletic, de Casablanca, Mezouar já fez carreira esportiva como capitão da seleção de basquete.

Entre 1986 e 1991, exerceu a função de Chefe de Divisão e de Encarregado de Missão no Escritório de Exploração dos Portos (ODEP), tendo em seguida ocupado o posto de Administrador-Diretor-Geral de uma empresa privada no setor têxtil; foi Presidente da Associação Marroquina das Indústrias Têxteis e do Vestuário (AMITH) e Presidente da Federação de Têxteis e Couros, integrante da Confederação Geral das Empresas do Marrocos (CGEM). Em 2004, foi nomeado Ministro da Indústria, do Comércio e Atualização da Economia e em 2007, Ministro da Economia e das Finanças. Em janeiro de 2010 foi eleito, em Marraquexe, Presidente do partido monarquista RNI (*Rassemblement National des Indépendants*).

Foi nomeado pelo Rei Mohammed VI, no dia 10 de outubro de 2013, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Relações Brasil-Marrocos

O relacionamento Brasil-Marrocos evoluiu expressivamente durante os anos 2000, mas ainda se encontra aquém de seu amplo potencial. Desde a ascensão do atual Rei Mohammed VI ao trono, em 1999, foram realizados de ambas as partes, Brasil e Marrocos, movimentos de aproximação e de aprofundamento do diálogo bilateral. O Marrocos segue engajado em promover maior abertura e diversificação de suas relações, como forma de reduzir sua dependência de potências ocidentais e de conferir maior legitimidade à sua atuação externa perante a população. Nesse esforço, e dentro de uma lógica Sul-Sul, o Brasil é visto como parceiro privilegiado, sendo procurado pelo Marrocos para estreitar vínculos econômicos e políticos.

Histórico recente de visitas

O Rei Mohammed VI, no âmbito de seu processo de reformas e maior abertura econômica e política, procurou, em um primeiro momento, fortalecer laços com parceiros tradicionais, como a União Europeia e os EUA. Posteriormente, o chefe marroquino passou também a buscar maior abertura para o Atlântico e para os países do Sul em geral. Nessa dimensão, o Brasil foi sempre visto como parceiro privilegiado. Essa nova orientação é também responsável pelo entusiasmo com que o Marrocos abraçou os movimentos de aproximação capitaneados pelo Brasil e seus parceiros sul-americanos em relação aos países árabes e africanos, centrados nas Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).

No que é considerado como um dos marcos da nova orientação da política externa marroquina, o Rei Mohammed VI realizou, em novembro de 2004, périplo pela América Latina, que incluiu o Brasil. Na ocasião, foram assinados o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, visando ao estabelecimento de uma área de livre comércio, a qual, no entanto, não avançou. No âmbito bilateral, o Marrocos firmou com o Brasil Acordo de Cooperação entre Academias Diplomáticas e Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo.

Com o propósito de copresidir a I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em junho de 2008, o então Chanceler Celso Amorim realizou visita ao Marrocos, a primeira de uma autoridade brasileira de alto nível desde a visita do Presidente João Figueiredo, em 1984. A I Reunião da Comissão Mista lançou processo de aprofundamento do conhecimento mútuo do potencial da cooperação entre os dois países. Foram assinados diversos ajustes complementares e um protocolo de cooperação na área de proteção do meio ambiente.

Em janeiro de 2009, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, visitou o Marrocos e encontrou-se com o então Ministro do Comércio Exterior (MCE), Abdellatif Mazouz. Em setembro daquele ano, o então Chanceler Amorim, em escala no Marrocos, de regresso de visita à Índia, foi novamente recebido pelo então Chanceler Fassi Fihri. No mesmo mês, foi realizado, no Rio de Janeiro, a 5ª Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Marrocos, durante a qual foi rubricada minuta de Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi também firmado Memorando de Entendimento entre as Autoridades Aeronáuticas de ambas as partes, ao amparo do qual a empresa Royal Air Maroc passou a realizar três voos por semana na rota Casablanca-São Paulo, a partir de dezembro de 2013.

Em março de 2010, foi realizada, em Brasília, a I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos. Nessa reunião, as partes analisaram o comércio bilateral e discutiram novas oportunidades de investimentos. Foi decidida, igualmente, a criação de Conselho Empresarial, com reuniões em paralelo aos encontros do Comitê Conjunto.

Em dezembro de 2010, visitou o Brasil o então Ministro da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias do Reino do Marrocos, Ahmed Chami. Durante essa visita, a delegação marroquina, também integrada por representantes da estatal "*Office Chérifien des Phosphates*", o Escritório Xerifino de Fosfatos, maior empresa do Marrocos e o maior exportador individual de fosfato do mundo, propôs a formação de parceria bilateral para a produção de fertilizantes para exportação a terceiros mercados. No mesmo mês, também visitaram o Brasil os ministros marroquinos do Emprego e de Assuntos Sociais, do Artesanato e do Comércio Exterior.

Em abril de 2011, o então Ministro Delegado do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Embaixador Youssef Amrani, visitou o Brasil. Além do encontro com seu homólogo, o Embaixador Amrani também foi recebido, em audiência de cortesia, pelo Vice-Presidente Michel Temer, a quem fez entrega de carta do Rei Mohammed VI, endereçada à Presidente Dilma Rousseff.

Em setembro de 2011, o então Chanceler brasileiro, Embaixador Antonio Patriota, realizou visita à capital marroquina, Rabat, onde foram discutidas as perspectivas de adensamento das relações bilaterais nas vertentes econômico-comerciais e de cooperação, bem como trocadas percepções sobre temas da agenda internacional, em particular aqueles relativos à "Primavera Árabe" e seus reflexos sobre a política regional e internacional. Na oportunidade, o Marrocos reiterou o apoio de Rabat à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e à

ascensão do Brasil à categoria de membro permanente, ao lado da Alemanha, do Japão e da Índia.

Em fevereiro de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, realizou visita a Rabat, acompanhado do representante da EMBRAER-militar. O Ministro brasileiro reuniu-se com o então Chanceler marroquino, Saad-Eddine el-Othmani, e com o Ministro Delegado junto ao Primeiro-Ministro encarregado da Administração da Defesa, Abdellatif Loudiyi. Tratou-se do primeiro encontro de alta autoridade brasileira com integrantes do novo Governo marroquino, formado em novembro de 2011. Na ocasião, Brasil e Marrocos convieram sobre o interesse mútuo em formalizar acordo de cooperação na área de defesa, que foi apresentado às autoridades marroquinas pela Embaixada brasileira em Rabat, subsequentemente à visita.

Em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a delegação marroquina foi chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane. À margem da conferência, o Primeiro-Ministro Benkirane manteve encontro de caráter protocolar com a então Vice-Presidenta do Congresso Nacional, a então Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), representando o Legislativo brasileiro. Vale também registrar a realização de reunião de trabalho entre o Ministro das Minas, Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Marrocos, Fouad Douiri, e o Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energias Márcio Zimmermann. Entre os principais resultados dos encontros bilaterais, destacam-se as propostas de reativação do grupo parlamentar Brasil-Marrocos e de envio de missão empresarial brasileira ao Reino. Houve, ademais, significativa cobertura da Conferência pela imprensa marroquina.

Em julho de 2013, a então Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy (PT/SP), chefiou a delegação brasileira – e assinou, em nome do Brasil – o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual.

Em setembro de 2013, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Saad-Eddine El-Othmani realizou visita ao Brasil. Além do encontro com seu homólogo, o Chanceler marroquino encontrou-se, em Brasília, com o Vice-Presidente da República, a quem formulou convite para visitar o Marrocos. Também realizou visitas de cortesia à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Foi firmado o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil. Na sequência, viajou a São Paulo, onde participou de fórum empresarial organizado pelo lado marroquino.

Em dezembro de 2013, Ricardo Schaefer, à época Secretário Executivo do MDIC, liderou missão empresarial brasileira ao Marrocos. Na cidade de

Casablanca, Schaefer presidiu a abertura de Fórum de Negócios Brasil-Marrocos, que, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e por instituição homóloga marroquina, com apoio da Embaixada em Rabat, contou com a participação de 45 empresas marroquinas, além das nove empresas brasileiras que integraram a missão brasileira. Na ocasião, foram prospectadas oportunidades de negócios que, caso concretizadas, poderiam gerar transações totalizando US$4,8 milhões. Na sequência, Schaefer viajou a Rabat, onde manteve encontros com autoridades governamentais marroquinas. No encontro com o chefe de sua pasta homóloga, propôs a negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e o Marrocos.

Em novembro de 2014, o Grupo Líderes Empresariais (LIDE) realizou missão empresarial ao Marrocos, na companhia do Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC) e do Governador de Goiás, Marconi Perillo. Na ocasião, o grupo manteve contatos com empresas locais, bem como com Ministros marroquinos dos Transportes, do Turismo, da Agricultura e da Indústria. No mesmo mês, também ocorreu a visita da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, na chefia da delegação brasileira, por ocasião do II Fórum Mundial de Direitos Humanos. Acompanharam-na os Deputados Federais Padre Ton (PT/RO), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Nilmário Miranda (PT/MG).

Em julho de 2015, o Ministro dos Transportes e Logística do Marrocos, Azziz Rabbah, realizou visita à Brasília e a São Paulo, ocasião em que se encontrou com o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues. A parte marroquina mostrou-se interessada na experiência brasileira de cooperação com o setor privado na área de ferrovias, bem como na experiência com as concessões no setor rodoviário. O Ministro Rabbah sugeriu a criação de um centro conjunto para treinamento e capacitação de técnicos do Governo local na área de planejamento, supervisão e regulação do setor de transportes. Propôs, ainda, aumentar para quatro o número de voos semanais entre Casablanca e São Paulo, operado pela Royal Air Maroc.

Em julho de 2015, o Senador Cristovam Buarque realizou visita ao Marrocos, para participar de colóquio na cidade de Assilah. Na ocasião, encontrou-se com autoridades marroquinas do Executivo e do Legislativo, como a Ministra-Adjunta dos Assuntos Estrangeiros e os Presidentes das duas Casas do Legislativo marroquino, a Câmara dos Conselheiros e a Câmara dos Representantes. Em tais encontros, o Senador aventou a ideia de se organizar, no Marrocos, reunião de "parlamentares sem fronteiras" sobre os direitos dos imigrantes e dos refugiados. Está prevista missão parlamentar brasileira ao Marrocos entre os dias 18 e 23 de setembro de 2015.

Diálogo político

No campo político, o diálogo entre Brasil e Marrocos é sólido e marcado por frequentes trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas. Até o momento, Marrocos e Brasil acordaram em troca de votos para 18 candidaturas a cargos em organizações multilaterais, ao passo que o Marrocos concedeu apoio incondicional a 17 candidaturas brasileiras.

A interlocução política regular com o Marrocos é de interesse para o Brasil. Os dois países possuem mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999, o qual prevê reuniões periódicas, em nível de Vice-Ministros, para discutir temas das agendas internacional e regionais. Ainda que não seja membro da UA, o Marrocos acompanha com atenção os principais temas da agenda africana e do mundo árabe.

O Marrocos vem declarando apoio à candidatura do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desde 2008, quando, durante visita do então Chanceler Amorim ao país, o lado marroquino não só manifestou sua compreensão para com as aspirações legítimas do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança, mas, também, assegurou que "esta compreensão se traduzirá em apoio concreto no momento oportuno".

Cooperação no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

A Cooperação Brasil-Marrocos possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, firmado em 10 de abril de 1984 e promulgado em 18 de março de 1991.

Em maio de 2010, em seguimento a entendimentos iniciados por ocasião da I Comissão Bilateral Mista (Rabat, 2008), realizou-se em Rabat missão conjunta integrada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O objetivo da missão foi o de validar três projetos de cooperação técnica na área de formação profissional, a saber: "Fortalecimento das Capacidades dos Formadores na Área de Construção Civil", "Apoio ao Escritório da Formação Profissional e da Promoção do Trabalho (OFPPT) para a Implementação de Sete Centros de Formação Profissional a Deficientes Físicos" e "Formação de formadores na área de informática básica para cegos e deficientes visuais". Aguarda-se, desde então, a aprovação, pela parte marroquina, das minutas de projetos elaboradas pela ABC. Tendo em vista, contudo, o presente quadro orçamentário da Agência, a assinatura de novos

projetos "estruturantes", tais como o do SENAI, foi temporariamente suspensa, dado o volume de recursos envolvidos. Dessa forma, ainda que venha a ser validado pelo lado marroquino, a ABC não poderá proceder à assinatura dos documentos no curto prazo.

Em 2014, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre o Brasil e o Marrocos, assim como não existem atividades previstas para o ano de 2015.

Agricultura

A área agrícola apresenta particular potencial para a cooperação bilateral. O Marrocos conta com ambiciosa política para o desenvolvimento do campo: o "Plano Marrocos Verde", lançado em 2008. Com duração prevista até 2023, o Plano é visto como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e social do país. O Plano possui tanto uma vertente direcionada ao desenvolvimento de agricultura moderna, com alto valor agregado no processo de produção, quanto vertente voltada à revitalização da agricultura familiar, especialmente em regiões menos favorecidas economicamente. Nesse contexto, o Marrocos tem manifestado, ademais, seu interesse em poder compartilhar experiências brasileiras exitosas em ambas as vertentes.

Em abril de 2011, por ocasião de participação do Ministro do Desenvolvimento Agrário brasileiro no VI Salão Internacional da Agricultura do Marrocos (SAIM), o maior evento agrícola do continente africano, foi assinado Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura familiar e desenvolvimento rural, bem como acordo de cooperação e parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e instituição marroquina homóloga, o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas.

Após alguns anos sem que a cooperação nessa área tivesse apresentado desdobramentos, em agosto de 2015, o lado marroquino manifestou interesse em que fossem redinamizadas as relações de cooperação entre a EMBRAPA e sua homóloga marroquina. Em reunião mantida entre a Embaixada em Rabat e o Instituto marroquino, foram aventadas, como possíveis iniciativas de cooperação: (a) acolher um escritório da Embrapa nas dependências do Instituto marroquino; e (b) elaboração de projetos conjuntos de pesquisa nas áreas de produção de cereais como trigo, cevada e triticale (cereal híbrido obtido a partir do cruzamento do trigo com o centeio), de biotecnologia, de cultura de conservação, e de fertilizantes.

Em setembro de 2015, ademais, o Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima marroquino, Aziz Akhannouch, enviou convite de visita ao Marrocos

para a Ministra Kátia Abreu, com vistas a estudar maneiras de incrementar a cooperação bilateral no setor agrícola, sobretudo em áreas como o desenvolvimento de cadeias de produção, pesquisa agronômica e saúde veterinária.

Desenvolvimento social

A exemplo de outros países em transição no norte da África, o Marrocos tem mostrado interesse na formulação e implementação de políticas públicas brasileiras na área social (renda mínima, programas de aquisição de alimentos, entre outros).

Em encontro com o Embaixador do Brasil em Rabat, em julho de 2012, o então Ministro de Assuntos Gerais e de Governo do Marrocos, Najib Boulif, reafirmou a intenção marroquina de adaptar políticas públicas nacionais, seguindo o modelo brasileiro de promoção do desenvolvimento social. O principal programa marroquino a ser reformulado seria a "caixa de compensação", que prevê controle de preços e concessão de subsídios à indústria e produtores de gêneros agrícolas de primeira necessidade. Ao comparar o programa marroquino com o Bolsa Família brasileiro, o Ministro Boulif afirmou que o modelo da caixa de compensação estaria chegando a esgotamento, uma vez que corresponde a gastos públicos equivalentes a aproximadamente 7% do orçamento marroquino, em oposição a menos de 2% do orçamento brasileiro referente aos gastos com o Bolsa Família.

Com o objetivo de intercambiar experiências na promoção do desenvolvimento social, realizou-se, em Casablanca e Rabat, em setembro de 2012, o "Seminário Brasil-Marrocos sobre Políticas Públicas contra a Exclusão Social". O Seminário reuniu exclusivamente especialistas de ambas as partes para troca de experiências em programas sociais focados no combate à insegurança alimentar e à pobreza. Na ocasião, a parte marroquina manifestou especial interesse por dois programas brasileiros: transferência condicionada de renda (Bolsa Família) e merenda escolar.

Defesa

Durante sua visita a Rabat, em fevereiro de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, propôs ao lado marroquino a negociação de acordo de cooperação na área de defesa. Dentre as principais áreas do Acordo, estão a pesquisa e desenvolvimento, o intercâmbio de conhecimento, o apoio logístico e a aquisição de produtos e serviços de defesa. No último desdobramento quanto ao

tema, o lado marroquino propôs, em setembro de 2015, nova minuta de acordo entre os dois países.

Durante sua visita, Amorim também expôs modalidades de cooperação no âmbito de academias militares e levantou a possibilidade de projetos de desenvolvimento industrial mútuo na área de defesa. Em abril de 2014, o governo marroquino concordou com a criação da posição de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Rabat, com residência em Madri. Em julho de 2014, concedeu-se beneplácito ao nome de Coronel Jacintho Maia Neto para ocupar o cargo.

Por ocasião da visita do então Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, ao país, em dezembro de 2013, integraram a delegação brasileira 5 representantes da área de promoção da indústria de defesa nacional do Ministério da Defesa, incumbidos de fomentar negócios nesse setor.

Comércio bilateral

Em 2014, o Brasil foi o terceiro parceiro comercial do Marrocos, atrás de França e Espanha. O Marrocos, por sua vez, figurou como o 50º principal parceiro comercial brasileiro. Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e o Marrocos cresceu 151%, evoluindo de US$ 725,6 milhões para US$ 1,818 bilhão. Ao longo do período analisado, o saldo comercial foi favorável ao lado brasileiro em: 2005, 2006, 2009 e em 2010. O déficit brasileiro com o Marrocos em 2014 diminuiu 8,6% em relação ao saldo desfavorável apurado em 2013 (de US$745,1 milhões para US$681 milhões). De janeiro a agosto de 2015, as trocas comerciais se limitaram ao valor de US$ 775,5 milhões, o que significou decréscimo de 30,0% em comparação à cifra do mesmo período do ano anterior. O déficit, de US$ 229,8 milhões, representou retração de 58,9% em relação ao resultado apurado no período compreendido entre janeiro e agosto de 2014.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado marroquino, em 2014, foram: *i)* açúcar (37,6% do total); *ii)* aviões e helicópteros (22,9%); *iii)* milho em grão (22,8%); *iv)* soja em grão (5,1%); *v)* produtos semimanufaturados de ferro/aço (1,9% do total).

Na pauta das importações brasileiras originárias do Marrocos predominaram os adubos e fertilizantes (di-hidrogeno de amônio, superfosfato de fósforo e hidrogeno de di-amônio). Em 2014, esse grupo representou 59,7% do total, seguido de combustíveis (naftas para petroquímica) com 24,5%; sal/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, naturais, não moídos) com 5,6%; e químicos inorgânicos (outros ácidos fosfóricos) com 2,1%.

Investimentos bilaterais

O Marrocos vem-se consolidando como importante destino de investimentos brasileiros no exterior, sendo alvo de investimentos da Bunge Fertilizantes, da Neobus, da Randon, da Santista e do Grupo Votorantim. O Grupo Votorantim é, desde 2012, o maior investidor brasileiro no Marrocos, controlando 63% da Temara Cimentos, fábrica localizada em Rabat.

Em julho de 2013, foi assinado, em Rabat, Memorando de Entendimento entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Agência Marroquina do Desenvolvimento dos Investimentos (AMDI), voltado a intensificar a colaboração entre as duas entidades com vistas a facilitar a aproximação entre as comunidades empresariais de Brasil e Marrocos.

Em setembro do mesmo ano, por ocasião de sua visita ao Brasil, o então Chanceler marroquino, El-Othmani, participou de fórum empresarial em São Paulo, organizado pela AMDI e pela CCAB. Em outubro de 2013, o então Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Ricardo Schaefer, realizou visita ao Marrocos, acompanhado de comitiva empresarial. Na ocasião, propôs ao lado marroquino a negociação de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)** entre o Brasil e o Marrocos.

Em maio de 2014, realizou-se, em Rabat, a primeira reunião negociadora do ACFI. Na ocasião, foi discutida proposta que fora apresentada pelo lado brasileiro. O lado marroquino solicitou tempo para analisar o acordo proposto. Em 9/9/2015, o Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores recebeu o Embaixador do Marrocos em Brasília, a quem fez apresentação detalhada sobre o ACFI e reiterou o interesse brasileiro de retomar negociações bilaterais na matéria.

Parceria da OCP com a Fertilizantes Heringer S.A.

O grupo OCP ("Office Chérifien des Phosphates"), Escritório Xerifino dos Fosfatos, maior conglomerado industrial do Marrocos e maior exportador de fosfato do mundo, detém de 25 a 30% do mercado mundial de fertilizantes. O Brasil é hoje um dos quatro maiores importadores mundiais de insumos para fertilizantes.

Presente no Brasil desde 2009, por meio de escritório de vendas instalado em São Paulo, a OCP anunciou, em dezembro de 2012, a aquisição de 50% do

complexo industrial-portuário de Rio Grande, da empresa norueguesa Yara International. A empresa passará a contar, assim, com unidade de produção e estocagem no Brasil, o que lhe permitirá incrementar a oferta de fertilizantes no País e em outros mercados da América Latina. Em junho de 2014, ademais, a OCP assinou contrato de compra de ações da Fertilizantes Heringer S.A., a partir do qual o grupo marroquino passou a possuir participação de cerca de 10% do capital social da empresa brasileira sediada no Espírito Santo. Ambas as empresas firmaram, ademais, contrato de longo prazo para fornecimento de produtos à base de fosfato.

Na área de insumos agrícolas, a OCP, maior produtora mundial de fosfato, tem manifestado, desde setembro de 2012, interesse em estabelecer cooperação com a EMBRAPA. Na visão marroquina, seria vantajoso estabelecer parceria estratégica entre o Brasil (detentor de gás) e o Marrocos (fosfato) para a produção de fertilizantes a custos significativamente inferiores aos praticados pelo mercado, a qual traria grandes benefícios em ganhos de produção à agricultura do continente africano.

Voo Casablanca-São Paulo e Parceria Royal Air Maroc-EMBRAER

A partir de dezembro de 2013, a Royal Air Maroc iniciou linha regular, com frequência de três voos por semana, entre Casablanca e São Paulo. A nova conexão aérea contribui para ampliar o conhecimento mútuo e incrementar o intercâmbio econômico entre Brasil e Marrocos.

Em dezembro de 2014, a Royal Air Maroc incorporou, por meio de *leasing*, quatro aeronaves E-190 da EMBRAER para utilização em sua frota permanente. A companhia estuda a possibilidade de aquisição adicional de 10 a 15 aeronaves.

Fenômeno que tem sido objeto da atenção das autoridades de ambos os países é o tráfico de entorpecentes observado no voo Casablanca-São Paulo. Desde a abertura do voo, em dezembro de 2013, já se registraram dezenas de apreensões. A companhia marroquina, nos últimos 12 meses, implementou medidas de segurança severas, que têm logrado reduzir a intensidade do fluxo de substâncias ilícitas.

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Marrocos

Em novembro de 2004, por ocasião da visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, foi assinado Acordo-Quadro visando ao estabelecimento de uma área de

livre comércio entre o Mercosul e o Marrocos. Como etapa intermediária, decidiu-se negociar um Acordo de Comércio Preferencial (ACP).

A primeira rodada de negociações Mercosul-Marrocos foi realizada, em Rabat, em abril de 2008. Em dezembro de 2008, a Presidência Pro Tempore brasileira enviou ao Marrocos proposta do Mercosul de métodos, de modalidades e de textos normativos. Mais recentemente, contudo, o país magrebino tem manifestado que tenciona realizar avaliação ampla dos impactos dos acordos comerciais já assinados (EUA, União Europeia, Turquia, por exemplo) antes de se engajar em negociações sobre novos instrumentos do tipo. A nova postura marroquina justifica-se à luz de reações internas negativas quanto a impactos dos acordos de livre comércio já assinados.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Rabat estimou em 209 o número de brasileiros residentes no Marrocos, de acordo com o Relatório Consular Anual 2014 (RCN 2014). Essa estimativa apresenta pequeno crescimento em relação aos anos anteriores – a estimativa era de haver 182 brasileiros residentes no Marrocos em 2013, e 140 em 2011.

Além do setor consular da Embaixada em Rabat, que atende a toda a comunidade brasileira residente no Marrocos, o Brasil possui consulados honorários nas cidades de Casablanca e Marraquexe.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e o Marrocos.

Política Interna

A Constituição marroquina atual determina que o Rei é o Chefe de Estado, e o Primeiro-Ministro o Chefe de Governo. As duas línguas oficiais do país são o árabe e o amazigue – língua berbere, localmente chamada *tamazight*, que, ademais de língua oficial do Marrocos, é também uma das línguas nacionais da Argélia. Embora não seja língua oficial, o francês é amplamente falado e utilizado.

A monarquia marroquina, também dita xerifina (em relação ao título de seus governantes, os "xerifes" ou "xarifes"), foi mantida mesmo durante a ocupação francesa, finda em 1956. O atual Rei do Marrocos, Mohammed VI, pertence à dinastia alauita.

O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, escolhido entre o partido que tenha maioria no Parlamento marroquino.

Atualmente, a política interna marroquina passa por momento histórico de transição, originado no contexto da chamada "Primavera Árabe". Em reação a protestos populares pela intensificação da democracia e contra a corrupção, iniciados em fevereiro de 2011, o Rei Mohammed VI implementou reforma política que incluiu a adoção de nova Constituição (jul/2011), com transferência de poder para comunidades locais e representantes eleitos diretamente pela população, bem como a antecipação de eleições legislativas (nov/2011). Como resultado das últimas eleições, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), de viés islamista moderado, adquiriu maioria e nomeou o Chefe de Governo marroquino. A ascensão do PJD sinaliza o fim de uma época na qual as principais referências políticas do país eram a luta pela independência e a ideologia socialista.

Histórico

Sultanatos árabes governaram o Marrocos desde 788 d.C até finais do século XIX. Ao contrário dos demais países do Norte da África, o Marrocos não passou por domínio do Império Otomano (os territórios correspondentes, grosso modo, aos atuais Egito, Argélia, Tunísia e Líbia foram anexados àquele Império ao longo do século XVI). Esse fato explica, em boa medida, a diferenciação da monarquia marroquina em contraste com os regimes políticos dos seus vizinhos magrebinos. Diante das referências otomanas, os demais países do Norte da África tenderam a estabelecer formas de governo influenciadas pelo modelo otomano, baseado em burocracias patrimoniais apoiadas em elites militares, o que dará origem a sistemas republicanos centralizados. O Marrocos, por sua vez, preservou

uma forma de governo monárquica, mais comum entre outras nações árabes, baseada no modelo do "Califa justo", guardião da pureza da revelação islâmica.

Em 1649, o Marrocos foi unificado sob o governo da dinastia alauita, que clamava ser descendente do quarto profeta do islamismo, Ali Ibn Abu Talib. A atual família real marroquina pertence à dinastia alauita.

Ao final do século XIX, o território marroquino passou a ser objeto de disputa de influências por parte de potências imperialistas europeias. Em 1860, a Espanha ocupou o norte do Marrocos. Em 1904, acordo secreto entre Reino Unido, Itália e França dividiu o Magrebe em esferas de influência, ficando o Marrocos sob a órbita francesa. Em 1912, por meio da Conferência de Fez, o Marrocos tornou-se um protetorado franco-espanhol: coube à França a administração da maior parte do território marroquino, ficando a Espanha com o controle dos territórios de Ceuta e Melilla, ao norte, bem como do Saara Ocidental, ao sul. A cidade de Tânger tornou-se uma zona internacional.

Na década de 1920, surgiram os primeiros movimentos de vanguarda independentista, tendo o líder berbere Abdel Krim lançado, por meio da proclamação da República das Tribos Confederadas, movimento autonomista que somente foi suprimido em 1926. Em 1943, com o surgimento do Partido Istiqlal (Partido da Independência – PI), tomou novo ímpeto o pleito nacionalista. Na década de 1940, o império colonial francês começava a sofrer duros golpes com a ocupação da Indochina francesa pelo Japão (1945) e com o agravamento da luta pela emancipação na Argélia. Em 1947, o então sultão marroquino, Mohammed ibn Yousuf, aderiu à causa emancipacionista, sendo, em consequência, exilado pelos franceses pouco depois.

Em 1955, o sultão Mohammed Yousuf retornou ao país, assumindo o trono com o nome de Mohammed V. Em março de 1956, o Reino do Marrocos obteve a independência da França e, poucos meses depois, reconquistou a soberania sobre a cidade de Tânger, mas não sobre Ceuta, Melilla e o Saara Ocidental. A partir de 1957, o Sultão Mohammed V assumiu para si o título de Rei do Marrocos, que passaria para sua descendência.

A aliança de forças políticas que patrocinaram a independência manteve-se no poder até 1958, quando o Partido Istiqlal assumiu o governo. Pouco depois, a ala esquerda do Istiqlal, excluída da administração central do partido, conformou a União Socialista das Forças Populares (USFP). A USFP venceu as eleições legislativas realizadas em 1960, tornando-se importante força de oposição ao governo conservador, então no poder.

Em 1961, com a morte do Rei Mohammed V, subiu ao trono seu filho, Moulay Hassan, que governou o país até 1999, com o nome de Hassan II. A

sucessão transcorreu de modo pacífico. Durante o reinado de Hassan II, foram impostas dificuldades para acomodar politicamente a USFP e os sucessivos governos foram dominados por coligação de partidos de direita denominada Wifaq, que apoiou a monarquia. Em 1963, ademais, Hassan II fez aprovar, em plebiscito, uma nova Constituição, ampliando os poderes do soberano. Os partidos de oposição boicotaram o pleito e, acusados de conspirar contra a Casa Real, passaram a ser duramente reprimidos, de modo que o período de Hassan II também foi considerado como os "Anos de Chumbo" da história moderna do Marrocos. Nas décadas de 1970 e 1980, Hassan II também combateu duramente salafistas extremistas e lideranças sindicais que organizavam protestos populares e sofreu duas tentativas de golpe.

Na década de 1990, os protestos e a repressão foram paulatinamente cedendo, na medida em que houve certo desengajamento da liderança de Hassan II dos assuntos políticos do país, uma vez que o monarca lutava contra problemas de saúde. Em 1995, Hassan II permitiu o retorno ao Marrocos do líder da USFP, Kkih Basri, após trinta anos de exílio. Em setembro de 1996, realizou-se referendo para reforma institucional, que tinha por objetivos conferir maior representatividade e certa descentralização ao processo político, com passagem parcial de poderes do monarca para o Primeiro-Ministro. Em 1998, Hassan apontou figura da USFP, Abderahman Youssoufi, ao Posto de Primeiro-Ministro, em histórico movimento de concessão à possiblidade de alternância política.

Com o falecimento do Rei Hassan II, em 23 de julho de 1999, o príncipe herdeiro Sidi Mohammed foi entronizado como Rei Mohammed VI e tem governado desde então. Mohammed VI rapidamente demonstrou distinguir-se de seu pai, levando adiante o processo de abertura política, inclusive por meio do compromisso com a alternância de grupos políticos à frente do governo e de maior concentração de responsabilidades e poderes sob o Primeiro-Ministro. Mohammed VI também se distinguiu por alimentar a discussão acerca da promoção de direitos humanos, que era vedada à época de seu pai, bem como por adotar agenda política de promoção da igualdade social e de melhores condições de vida para as camadas mais pobres da população.

Características do sistema político marroquino

O Marrocos organiza-se politicamente em sistema de monarquia constitucional, no qual o Chefe de Estado ainda exerce papel político fundamental.

O **Poder Legislativo** marroquino é formado por parlamento bicameral. A Câmara dos Conselheiros (câmara alta) é composta por 270 assentos ocupados por meio de eleições indiretas em conselhos locais, organizações profissionais e sindicatos trabalhistas para mandatos de seis anos. A Câmara dos Deputados (câmara baixa) dispõe de 395 assentos para membros eleitos por voto popular para mandatos de cinco anos. O contemporâneo espectro político marroquino conta com trinta e três partidos políticos das mais variadas matizes ideológicas. Entre os partidos mais relevantes, destacam-se: Partido Istiqlal (PI), de centro; Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), islamista moderado; "Rassemblement national des indépendants" (RNI), de ideologia liberal; Movimento Popular (MP), partido de centro com perfil conservador; o Partido da Autenticidade e da Modernidade (PAM), que apregoa um "liberalismo social"; e a União Socialista de Forças Populares (USFP) e Partido do Progresso e do Socialismo (PPS), ambos de esquerda. A próxima eleição para a Câmara dos Representantes deverá ocorrer em 2016. Atualmente, 18 partidos estão representados na Câmara Baixa, e o PJD, que detém o maior número de cadeiras, controla apenas 107 dos 395 assentos.

Transformações institucionais no contexto da "Primavera Árabe"

Com significativas repercussões para a organização político-institucional do Reino, a chamada "Primavera Árabe" também se fez sentir no Marrocos. Inspirados nas manifestações na Tunísia e no Egito, protestos populares reunindo milhares de pessoas eclodiram no Marrocos, a partir do dia 20 de fevereiro de 2011. Dentre os pontos que motivaram os protestos, destacam-se clamores por melhores condições de vida, pelo aprofundamento da democracia e da transparência administrativa, bem como por maior descentralização política.

Considerado pacífico quando comparado aos demais da região, o levante popular no Marrocos não fez crítica direta ao Rei Mohammed VI, que anunciou, de forma hábil e expedita, programa de reformas que incluiu a elaboração de nova Constituição e a antecipação de eleições legislativas. Em julho de 2011, nova Carta foi aprovada por referendo popular, obtendo 98% dos votos favoráveis. O índice de participação (72% do eleitorado) foi o mais elevado de todos os sufrágios realizados durante o reinado de Mohammed VI. A Constituição aprovada expandiu os domínios de deliberação do Parlamento e lhe conferiu atribuição legisladora exclusiva, assim como formalizou o exercício da Chefia de Governo pelo Primeiro-Ministro, que passou a ser indicado, necessariamente, dentre os membros do partido mais votado na Casa dos Representantes. Na qualidade de chefe do Poder

Executivo, o Primeiro-Ministro passou a nomear e demitir o gabinete ministerial e preencher os postos da administração pública de acordo com novos critérios meritocráticos. A nova Carta buscou descentralizar o poder político, por meio da criação de "Conselhos Regionais", eleitos em sufrágio universal direto, em substituição aos "*walis*", espécie de governadores nomeados pelo monarca. Buscou, ademais, tornar o Judiciário mais independente, bem como garantir a liberdade de expressão.

A nova Constituição marroquina reconheceu, ainda, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e tornou o idioma berbere ou amazigue (*tamazight*) língua oficial do país, ao lado do árabe. Para plena implementação da nova Constituição, diversas leis complementares ainda deverão ser aprovadas, paulatinamente, até o final de 2016, quando termina a legislatura atual.

Embora represente avanço significativo, o novo arcabouço legal ainda deixa o país aquém de uma monarquia parlamentar de fato. O monarca marroquino permanece o principal ator político, pois mantém instrumentos de poder de última instância, ademais de possuir competência revisora dos atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mohammed VI manteve-se à frente de assuntos religiosos, bem como do Comando Supremo das Forças Armadas. De acordo com o discurso governamental, as medidas anunciadas representariam a continuidade de medidas liberalizantes introduzidas pelo reinado de Mohammed VI, e não meras respostas às manifestações populares. Segundo o Rei, "face aos progressos realizados pelo Marrocos em matéria de democracia, o país estaria apto a dar início à consagração constitucional da regionalização avançada", projeto concebido em janeiro de 2010, para reforçar o poder das regiões que compõem o país.

Eleições de novembro de 2011 e formação de coalizão governista

Em 25/11/2011, realizaram-se eleições legislativas, antecipadas em virtude de reforma constitucional. Ao quase triplicar seu percentual de votos com relação às eleições anteriores, o PJD obteve maioria relativa (27%) e pôde indicar Abdelilah Benkirane ao cargo de Primeiro-Ministro, rapidamente nomeado pelo Rei Mohammed VI. O tradicional Partido Istiqlal (PI) foi apenas o segundo mais votado no escrutínio (15%), sinalizando o declínio de uma época na qual as principais referências políticas do país eram a luta pela independência ou a ideologia socialista.

Obrigado a formar coalizão para alcançar maioria parlamentar, o PJD associou-se ao PI, ao MP e ao PPS. Após intensas negociações que envolveram

também a casa real, formou-se coalizão governista em janeiro de 2012, que passou a contar com 217 assentos na Câmara de Representantes (54,9% das 395 vagas). No âmbito do Executivo, o novo Gabinete compôs-se por trinta integrantes: onze militantes do PJD, cinco do PI, quatro do MP e outros quatro do PPS, ademais de seis personalidades sem filiação partidária.

De perfil moderado, os islamistas no poder no Marrocos comprometeram-se, ainda, a evitar medidas moralizadoras dos hábitos e costumes (interdição do consumo de bebidas alcóolicas, promoção do uso de véu para as mulheres, condenação do homossexualismo), especialmente tendo em vista possível impacto negativo sobre o fluxo de turistas estrangeiros.

Governo islamista e crise de maioria governista

Ao assumir a liderança da coalizão governista, o PJD assumiu também a responsabilidade de atender às amplas expectativas da população em matéria social e econômica, bem como de transparência e modernização do Estado. Assim, em seu primeiro ano de mandato, o governo Benkirane pautou-se por iniciativas de forte impacto simbólico, como a publicação de listas dos beneficiários de concessões públicas e de subvenções, a suspensão das nomeações sem concurso para o serviço público, a regulamentação do processo de indicação de autoridades para o exercício de "altas funções" do aparato estatal, a autolimitação de salário do Primeiro-Ministro, bem como a proposição de medidas conservadoras, no âmbito dos costumes, ainda que com poucas consequências práticas.

Contudo, o contexto externo de crise econômica europeia, principal destino das exportações marroquinas, teve o efeito de estreitar a margem de manobra do novo governo, que encontraria grande dificuldade para cumprir promessas eleitorais tais como aumento do salário mínimo e redução do desemprego, especialmente entre jovens diplomados.

Do ponto de vista político, ademais, o islamismo, como força política em ascensão, encontra no Palácio Real, munido de sua tradicional legitimidade e de poder econômico, um contrapeso natural. No novo sistema político marroquino, o Rei Mohammed VI é ainda a principal figura política, de modo que o gabinete de conselheiros ("Makhzen") do Palácio Real, composto por personalidades mais próximas do Rei, também atuaria como formulador da política nacional.

No âmbito da política partidária, o PJD tem encontrado dificuldades em articular interesses de base aliada de amplo diapasão ideológico. Em junho de 2013, o conselho nacional do PI resolveu deixar a base de governo, iniciando crise de maioria na política marroquina. O líder do Istiqlal, Hamid Chabat seguia

emitindo recorrentes declarações contra o que chama de "rendimento insuficiente do Governo" e de "problema de comunicação e pensamento unilateral", ao destacar as dificuldades do PJD de compartilhar, de forma adequada, as competências governamentais.

Em vista da decisão, os cinco Ministros do PI compondo o Gabinete apresentaram pedidos de demissão. Na tentativa de recompor a maioria, o PJD iniciou negociações com o RNI, com vistas a incorporá-lo em uma nova coalizão que dispensaria a participação do PI. Em outubro de 2013, foi composto novo Gabinete de Ministros, o qual refletiu a nova correlação de forças da base de apoio do Governo, tendo o RNI passado a contar com oito pastas. O MP manteve seis ministros, e o PPS, cinco.

Eleições municipais e regionais de setembro de 2015

Organizadas pelo Ministério do Interior, as eleições realizadas, em 4/9/2015, para os conselhos municipais e regionais, e a subsequente eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas do país apontaram para quadro de protagonismo e tensão entre o PJD e o PAM. O PJD passará a controlar as prefeituras dos principais centros urbanos do país (Casablanca, Fez, Marraquexe, Rabat e Tânger), enquanto o PAM, com grande votação nas áreas rurais, deterá cinco das 12 novas presidências regionais. Apenas cinco regiões estarão sob o comando de partidos da base aliada, sendo duas do PJD, duas do RNI e uma do MP.

Nesse pleito, pela primeira vez, o eleitor marroquino escolheu os conselheiros regionais, que anteriormente eram designados pelos partidos políticos ativos em cada região, conforme os resultados municipais. Houve também reorganização territorial, de modo que se reduziu o número de regiões, de 16 para 12. Segundo o Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão consultivo e fiscalizador do Governo marroquino, as eleições "transcorreram em clima que ofereceu as garantias essenciais de liberdade, sinceridade e transparência".

Enfrentamento a atividades terroristas

Devido a recentes atentados realizados nos seus vizinhos magrebinos, o combate ao terrorismo tem-se sobressaído como um dos principais temas na atual agenda política marroquina. Em julho passado, uma célula terrorista de oito membros com laços com o grupo jihadista "Estado Islâmico" foi desmobilizada pelas forças de segurança marroquinas. As autoridades alegam haver já desmantelado 30 células locais e redes de recrutamento até ao momento, apenas em

2015. As forças de segurança estimam, ademais, que cerca de 1.400 marroquinos aderiram a grupos armados no Iraque e na Síria, cidadãos que, ao retornarem ao país, apresentam, potencialmente, elevado nível de periculosidade, no que diz respeito a seu possível envolvimento em atividades terroristas.

Política Externa

As reivindicações populares que atingiram o Norte da África, em 2011, têm imposto processo de atualização da política externa marroquina, a exemplo do que vem ocorrendo nos demais países da região. Ligado por amplos interesses econômicos, comerciais e geopolíticos com a União Europeia, os Estados Unidos e as monarquias do Golfo, o Marrocos, visto como foco de estabilidade em entorno regional conturbado, tem-se beneficiado do temor desses países com eventual expansão de movimentos islâmicos radicais, para obter cooperação e novos investimentos.

A partir da eclosão dos protestos de 20 de fevereiro de 2011, por outro lado, a necessidade de atender a crescentes demandas populares em matéria social e econômica tem orientado a política externa marroquina a buscar maior abertura ao relacionamento com os países do entorno regional, bem como com os grandes países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul tem sido crescentemente vista como meio de reduzir a dependência das grandes potências ocidentais e de promover maior equilíbrio nas relações externas do país. Nesse contexto, o Brasil é visto como parceiro privilegiado.

A despeito das atuais reorientações de rumo na política externa, o reconhecimento da soberania marroquina sobre o território do Saara Ocidental, definido pelo Rei Mohammed VI como "a primeira causa nacional", deverá permanecer o principal objetivo da atuação diplomática do país e continuar a ser fator relevante para o posicionamento marroquino em relação aos grandes temas da agenda internacional.

Estados Unidos da América (EUA)

O Marrocos mantém relações estratégicas com os EUA, que é visto como aliado especial no combate ao terrorismo, principalmente em razão do intercâmbio de informações entre os respectivos serviços de inteligência nacionais. Ambos os Governos possuem acordo de livre comércio desde 2004, ano em que a administração Bush concedeu o status de "aliado extra-OTAN" ao país, em razão de sua participação na "guerra contra o terrorismo", em particular contra células terroristas em atuação no território marroquino e em países do Magrebe e Sahel, entre as quais a "Al-Qaeda no Magrebe Islâmico" (AQMI). Desde setembro de 2012, Marrocos e EUA mantêm "diálogo estratégico".

Em que pese o elevado grau de aproximação entre os dois países, as relações estremeceram-se em abril de 2013, quando, por iniciativa norte-americana, foi circulado projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para renovação do mandato da Missão das Nações Unidos para Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), com a inclusão de mecanismo de verificação dos direitos humanos no território saarauí. O Marrocos manifestou-se contrário ao dispositivo, alegando que o Conselho Nacional de Direitos Humanos, instância nacional marroquina com escritórios *in loco* no Saara Ocidental, já estaria plenamente capacitada a aferir eventuais violações de direitos humanos na região.

Em reação à proposta estadunidense, o Marrocos desencadeou ofensiva diplomática, que incluiu o cancelamento de exercícios militares conjuntos com os EUA, bem como o envio de emissários do Rei Mohammed VI a Moscou, Londres e Pequim para gestões contra a ampliação do mandato da Missão. Diante da ofensiva marroquina, o projeto estadunidense, atribuído a gestões feitas em Washington por ONGs de direitos humanos, não prosperou, tendo o mandato da MINURSO sido sucessivamente renovado (2013, 2014 e 2015) sem o referido dispositivo.

Passado esse momento de estremecimento, os dois países reafirmaram o caráter estratégico de seu relacionamento com a visita do Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, ao Marrocos, em novembro de 2014. A autoridade americana foi recebida pelo Rei marroquino em reunião que tratou de diversos aspectos da relação bilateral, como cooperação, combate ao terrorismo, o contexto regional do Sahel e a situação no Oriente Médio.

Europa

O Marrocos também investe no aprofundamento de suas relações com a Europa, principalmente com os países do Mediterrâneo. Com a **União Europeia (UE)**, origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais marroquinas, o país busca, principalmente, obter acesso preferencial aos mercados do bloco. O país africano dispõe de "*status* avançado" de associação, que lhe faculta tratamento aduaneiro preferencial e maior grau de acesso aos mercados de trabalho dos países da União Europeia. Desde 2000, vigora Acordo de livre-comércio entre Marrocos e União Europeia, que levou à desgravação tarifária de diversas linhas de produtos no intercâmbio Marrocos-União Europeia. Em fevereiro de 2012, o Parlamento Europeu aprovou acordo de liberalização recíproca do comércio de produtos agrícolas e da pesca com o Marrocos. Atualmente, encontra-se em negociação um Acordo de Livre Comércio "completo e aprofundado".

Marrocos e **França** mantêm associação político-diplomática em diversos temas da agenda multilateral, o que tem caracterizado as relações entre os dois países como uma "parceria de exceção". Apesar de haver perdido para a Espanha, em 2012, o posto de principal parceiro econômico-comercial marroquino, a França segue sendo considerada o principal parceiro político e cultural do Marrocos, sobretudo em função do apoio inequívoco dado por Paris às posições marroquinas no dossiê saarauí, sobretudo no âmbito do Conselho de Segurança da ONU. A França tem declarado reiteradamente seu apoio à proposta marroquina de autonomia parcial do Saara Ocidental como base válida para as negociações em torno do status definitivo do território. O Marrocos, por sua vez, consagrou-se, desde a década de 1990, como o principal parceiro político da França no Magrebe, de modo que o país vem apoiando projetos políticos franceses na região, como é o caso da União do Mediterrâneo.

O Governo de François Hollande, de ideologia socialista, tem mantido a política de seu predecessor com respeito ao plano de autonomia marroquino para o Saara Ocidental, o que tem sido recorrentemente reafirmado no contexto visitas de alto nível entre os dois países. A partir de fevereiro de 2014, as relações Marrocos-França, passaram, contudo, por aprofundamento de tensão, motivado por sequência de episódios pontuais envolvendo o dossiê saarauí. No mais grave desses incidentes, instância isolada do Judiciário francês, ao arrolar-se competência de jurisdição universal, autorizou operação policial controversa, que interrompeu cerimônia realizada na residência oficial do Marrocos em Paris, para intimar membro da delegação do Ministro do Interior marroquino, de passagem pela capital da França, sob a denúncia de haver cometido crimes de tortura contra cidadãos saarauís. Na sequência, não obstante reiterados pedidos de desculpas de representantes do Governo francês, o Marrocos suspendeu sua cooperação judiciária com a França. As tensões entre os dois países somente foram definitivamente superadas com as visitas ao Marrocos do Chanceler francês Laurent Fabius, em março de 2015, e do Primeiro-Ministro Manuel Valls, em abril de 2015.

O relacionamento com a **Espanha** também se reveste de caráter estratégico para Rabat. Ademais de laços históricos, comerciais e políticos inextricáveis, a relação também se beneficia de laços de cooperação no domínio da segurança, sobretudo no combate ao terrorismo, crime organizado e imigração clandestina. Nos últimos anos, Marrocos e Espanha vêm buscando superar os temas capazes de provocar desentendimentos e desgastes no relacionamento bilateral, em particular a questão da disputa de soberania sobre as cidades de Ceuta e Melilla, dois territórios espanhóis encravados no território marroquino. As posições

espanholas quanto ao dossiê saarauí, igualmente, causam fricções entre os dois países, uma vez que a Espanha, última potência administradora do território, se mostra tradicionalmente sensível a interesses da população saarauí em exílio, sendo o maior doador para os campos de refugiados saarauís na Argélia.

Do ponto de visita espanhol, o Marrocos é percebido como importante parceiro para as empresas do país em busca de investimentos e de créditos. Marco recente do esforço espanhol de aproximação com o Marrocos foi a visita do Rei Felipe VI ao Marrocos, em julho de 2014. O Marrocos foi o primeiro país africano visitado pelo novo monarca espanhol, o que ressalta o caráter estratégico dos laços entre as duas nações. O vizinho ao sul constitui o primeiro destino para as exportações e investimentos espanhóis no continente africano e segundo parceiro comercial espanhol, após os Estados Unidos. Estima-se que a Espanha deverá, em breve, passar a ser o primeiro investidor estrangeiro no país. Madri busca, ainda, a cooperação de Rabat no repatriamento dos trabalhadores marroquinos residentes na Espanha (principal comunidade de estrangeiros no país).

Entorno regional

Sob os novos ventos da "Primavera Árabe", a diplomacia marroquina tem buscado intensificar suas relações com seu entorno regional, intensificando os contatos políticos de alto nível com os países vizinhos. Com relação à sua vizinha mais imediata, a **Argélia**, o relacionamento bilateral é tenso, sobretudo em razão de posições antagônicas dos dois Governos quanto à questão do Saara Ocidental. Enquanto o Marrocos propugna autonomia relativa sobre a região, sem abrir mão de sua soberania, Argel é fervorosa defensora da realização de referendo com consulta sobre a possibilidade de independência do povo saarauí. O Governo argelino reconhece a República Árabe Saarauí Democrática (RASD) e apoia, inclusive financeiramente, a Frente Polisário, cujas instituições operam nos campos de refugiados de Tindouf, no extremo sudoeste da Argélia, e nos chamados "territórios liberados" do Saara Ocidental, sob controle da Frente Polisário. Desde 1994, quando Rabat passou a exigir vistos de entrada para cidadãos argelinos em seu território, a fronteira terrestre entre Marrocos e Argélia encontra-se fechada. Embora a exigência de vistos tenha sido abolida por ambos os lados em 2004, a fronteira não foi reaberta.

Ainda que as divergências mais danosas às relações Marrocos-Argélia não tenham sido superadas, nos últimos anos, os dois países têm buscado manter relações mais cordiais, à luz da necessidade de enfrentar desafios comuns aos países da região, como o combate ao terrorismo e ao crime transnacional. O

principal desdobramento dessa aproximação foi a realização, em janeiro de 2012, de histórica visita do então Chanceler marroquino, Saad Eddine El-Othmani, ao país vizinho, a primeira de um Chefe da diplomacia marroquina à Argélia, desde 2003.

A persistência do impasse entre Marrocos e Argélia é vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento da **União do Magrebe Árabe (UMA)**, organização com sede em Rabat, criada em 1989 para promover a integração econômica sub-regional, que é integrada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Se, até o advento da chamada "Primavera Árabe", o esvaziamento da UMA era patente, a onda de manifestações populares e os entendimentos obtidos por ocasião da visita de El-Othmani a Argel (janeiro de 2012), possibilitaram que, em fevereiro de 2012, fosse realizada histórica reunião de Chanceleres da UMA, em Rabat. A completa reativação do instrumento, contudo, ainda não se realizou. O Conselho de Chefes de Estado, órgão máximo da organização, permanece sem se reunir há mais de dezoito anos (última Cúpula foi realizada em Túnis, em abril de 1994). Para além das diferenças existentes no relacionamento entre Rabat e Argel, as dificuldades internas na Tunísia (principal promotora da reativação da UMA) e na Líbia são, na atualidade, os principais desafios à plena retomada dos trabalhos da UMA.

No que tange à **Tunísia**, há expectativa, cautelosamente otimista, de que o Governo recentemente formado naquele país (janeiro de 2015) possa dar impulso para a cooperação econômica e política regional, bem como contribuir para reduzir tensões associadas ao Saara Ocidental. Em fevereiro de 2012, o então Presidente da República tunisiano, Moncef Marzouki, realizou visita ao Marrocos (além de Argélia e Mauritânia) para dinamizar as relações bilaterais e a integração regional. Em junho de 2014, o Rei Mohammed VI reciprocou a visita, tendo sido essa a primeira viagem de um soberano marroquino à Tunísia pós-revolucionária. Na visão de analistas políticos tunisianos, um dos principais objetivos da visita do rei marroquino seria o de contrabalançar a crescente influência da Argélia sobre a Tunísia, no contexto pós-revolucionário.

Com relação à **Líbia**, o Marrocos, que sempre acusou Kaddhafi de haver apoiado e financiado a Frente Polisário ao longo de quatro décadas, acompanhou de perto todo o desenrolar do conflito no país, desde 2011. Em março daquele ano, por ocasião da votação da resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, o Marrocos acompanhou a posição da Liga Árabe, a favor da imposição de zona de exclusão aérea ao país prevista no texto da resolução. Contudo, à medida que se foi confirmando que a resolução estava sendo interpretada de maneira a permitir a realização de intervenção militar no país, o Marrocos posicionou-se de forma

crítica às ações da coalizão militar liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), responsável pela implementação da resolução. Na sequência, o Marrocos passou a integrar o Grupo de Contato sobre a Líbia, tendo manifestado disposição de contribuir com "operações de caráter estritamente humanitário" e com um futuro "processo de transição democrática" no país. Rabat reconheceu o Conselho Nacional de Transição (CNT), em agosto de 2011, e seu sucessor, o Conselho Nacional Geral (CNG), eleito em julho de 2012, como representantes legítimos do povo líbio.

A partir de 2014, com o agravamento da situação de segurança na Líbia, e o surgimento de dois governos no país, nenhum dos quais com controle sobre o território nacional, o Marrocos, seguindo a maior parte dos países árabes e da comunidade internacional, passou a reconhecer o Governo sediado em Tobruk como a autoridade legítima do país. Não obstante, por acreditar ser essencial a formação de um governo líbio com legitimidade nacional, Rabat passou a apoiar a mediação política entre as diferentes facções líbias, desenvolvida, desde setembro de 2014, sob os auspícios do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia, Bernardino León. Após diversas rodadas de negociação que contaram com os bons ofícios, no nível regional, tanto da Argélia quanto do Marrocos, foi rubricado, na cidade de Skhirat, no Marrocos, acordo de paz entre o governo de Tobruk e importantes apoiadores do governo em Trípoli, que prevê a formação de um "governo de acordo nacional", na Líbia. O papel de Marrocos e Argélia na facilitação do diálogo entre as facções líbias tem recebido amplo reconhecimento da comunidade internacional.

No que concerne às relações com o **Egito**, com a destituição do Presidente Mohamed Mursi, em julho de 2013, a Chancelaria marroquina passou a enfrentar delicada situação de equilíbrio político, uma vez que o então Chanceler marroquino, El-Othmani, é membro do islamista PJD, enquanto o Rei Mohammed VI teria demonstrado satisfação com a derrocada dos islamistas egípcios. Em maio de 2014, Abdel Fatah Al-Sissi, foi eleito Presidente do Egito, com 96.9% dos votos válidos. Em janeiro de 2015, o Chanceler egípcio Sameh Shoukry realizou visita ao Marrocos, na qual foram tratados temas da agenda bilateral, como a próxima realização de sessão da Alta Comissão Mista bilateral. Na ocasião, o Chanceler Shoukry manifestou o apreço de seu país pela "unidade territorial do Reino do Marrocos", em menção clara à questão do Saara Ocidental.

África subsaariana

O Marrocos não integra a **União Africana** desde 1984, quando o organismo reconheceu e admitiu como país-membro a República Saarauí. Ainda assim, o Marrocos possui ampla rede de influência junto a numerosos Estados africanos, particularmente na **África Ocidental** (o Marrocos possui 27 Embaixadas residentes no continente).

O discurso oficial do Marrocos sobre a centralidade do continente africano para sua política externa tem encontrado expressões concretas em importantes investimentos na África Ocidental (especialmente no setor financeiro, em telecomunicações e em mineração), no intercâmbio cultural, educacional e religioso, na cooperação técnica, bem como na articulação com as forças de segurança e inteligência locais. Em 2015, o Rei marroquino realizou, pelo terceiro ano consecutivo, périplo por países africanos, o qual veio, mais uma vez, a confirmar a importância da África subsaariana para a estratégia marroquina de desenvolvimento e inserção internacional, bem como a renovada tentativa de converter amizades políticas em parcerias econômicas.

O Marrocos recebe fluxo constante de estudantes universitários africanos (cerca de cinco mil atualmente, a maior parte dos quais goza de incentivos marroquinos). Os laços religiosos são igualmente importantes, sobretudo pelos sítios de peregrinação sufista (especialmente na cidade imperial de Fez, 270 km a oeste de Rabat). Vale sublinhar que em suas visitas recentes a capitais africanas, o Rei Mohammed VI, que porta o título de "príncipe dos crentes", tem mantido encontros com dignitários religiosos. O Marrocos é, ademais, importante centro formador de pregadores, especialmente os da Costa do Marfim e do Senegal.

Rabat vê com preocupação, ademais, a deterioração do quadro de segurança na África Ocidental, em especial o avanço de grupos terroristas e do tráfico de drogas na região. Para Rabat, as recentes crises políticas em alguns países dessa parte do continente estariam relacionadas à existência de laços de cooperação entre redes criminosas de tráfico internacional de drogas, contrabandistas de armas e células terroristas ligadas à "Al-Qaeda no Magrebe Islâmico" (AQMI). Essas redes promoveriam processos irredentistas com efeitos adversos para o conjunto dos países do Magrebe e do Sahel.

Oriente Médio

As estreitas relações com o Ocidente resultam, historicamente, em perfil por vezes discreto no que se refere às questões relacionadas ao Oriente Médio, como o conflito israelo-palestino. Não obstante, o Marrocos é membro ativo da

Liga dos Estados Árabes (mais conhecida como "Liga Árabe") desde 1958, e da Organização da Conferência Islâmica (OCI), desde 1969. No Âmbito da OCI, o monarca marroquino preside o Comitê Al-Qods, criado em defesa do caráter islâmico da cidade de Jerusalém. Rabat sedia também a "Organização Islâmica para a Educação, a Ciência e a Cultura", a "ISESCO", instituição que mimetiza a UNESCO.

O Marrocos desempenha, de modo discreto, papel moderador na Liga Árabe. O Rei Mohammed VI tem manifestado desejo de encorajar evolução da Liga Árabe em direção a modelo de organismo regional com atribuições variadas, "inclusive na área de proteção a direitos humanos". O Marrocos teria interesse em viabilizar reformas no estatuto e na prática diplomática da Liga Árabe.

Em período recente, o Marrocos tem buscado maior envolvimento nas negociações de paz para o conflito israelo-palestino, o que se reflete em maior engajamento na "iniciativa árabe para a paz", no âmbito da Liga Árabe. O maior protagonismo marroquino tem levado em conta a nova correlação de forças no plano regional, após a eclosão, em 2011, dos movimentos contestatórios árabes, bem como inflexão na posição norte-americana para a região. Autoridades marroquinas também ressaltam a importância da comunidade israelense de origem marroquina, segunda mais numerosa em Israel, após a russa, como importante fator para seu envolvimento na questão. A diplomacia marroquina foi especialmente vocal na denúncia de Israel por ocasião da invasão no sul do Líbano (dez/2008) e quando da interceptação da flotilha humanitária que se destinava a Gaza (jun/2010). Também foi altamente crítica à ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza em julho de 2014. Nessa ocasião, classificou a ofensiva como "inaceitável, injustificável e condenável perante o direito internacional".

As relações com os países do Golfo, por sua vez, são importantes, sobretudo por seu componente econômico. Países como Catar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, têm investido no Marrocos nos últimos anos, devido à estabilidade política do país e sua proximidade com o continente europeu. A existência de interesses econômicos convergentes tem-se traduzido, segundo analistas, em gestos políticos relevantes. Exemplo dessa interconexão entre interesses econômicos e políticos seria o rompimento de relações diplomáticas com Teerã, em março de 2009, em resposta a supostas ingerências de autoridades iranianas sobre o Barém. O Marrocos foi admitido, em 2011, como membro associado do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), instância de cunho político e econômico que reúne as monarquias do Golfo Pérsico. Avalia-se que o sistema monárquico marroquino, bem como os acontecimentos políticos em curso no Oriente Médio e norte da

África, teriam incentivado o convite ao Marrocos, país que se tem mantido relativamente à margem das rebeliões antigovernistas regionais.

Mais recentemente, o autointitulado "Estado Islâmico" passou a ser definido como "ameaça de segurança" pelo Marrocos. Em 2014, o grupo terrorista divulgou vídeo no qual jihadista marroquino realiza ameaças contra o Rei Mohammed VI. No início de 2015, caças F-16 marroquinos, em operação sob o comando de forças militares dos Emirados Árabes Unidos, realizaram bombardeios aéreos contra posições do Estado Islâmico no Iraque. No plano doméstico, o Marrocos tem realizado operações de segurança a fim de desmobilizar células terroristas potencialmente associadas ao grupo.

Turquia e China

As relações com a Turquia destacam-se por sua vertente econômica. Desde a entrada em vigor de acordo de livre comércio entre os dois países, em 2006, o intercâmbio comercial mais que decuplicou, passando de US$ 127 milhões, em 2005, para US$ 2,22 bilhões, em 2014. O déficit no saldo comercial com a Turquia, contudo, chegou a US$ 1,13 bilhão no mesmo ano. Em contrapartida ao desequilíbrio comercial, os investimentos de companhias turcas no Marrocos têm-se elevado, em especial nas áreas de construção e infraestrutura. O estoque de investimentos turcos no país, atualmente, é da ordem de US$ 250 milhões.

O Marrocos busca ampliar o escopo de sua atuação diplomática mediante a intensificação das relações com o Extremo Oriente, especialmente com a China. O valor do intercâmbio comercial entre os dois países em 2014 alcançou US$ 3,4 bilhões. Desse montante, US$2,9 bilhões constituíram-se de exportações chinesas e US$519 milhões de exportações marroquinas. Assim, o resultado do comércio bilateral favorece, sobretudo, o país asiático, atualmente o quarto maior parceiro comercial do Marrocos. Por sua vez, o Marrocos é o segundo maior parceiro chinês na África. Em novembro de 2014, Marrocos e China assinaram mais de 30 acordos de cooperação econômica.

América Latina

A América Latina também consta entre as prioridades da política externa marroquina. Em maio/2010, Ministro e Secretário-Geral da Chancelaria marroquina realizaram visitas simultâneas a países da região, com o objetivo de dar novo impulso ao intercâmbio econômico e comercial bilateral e reforçar a

coordenação em instâncias internacionais, especialmente no âmbito da ASPA e da ASA. O governo do atual primeiro-ministro atribui grande importância à cooperação Sul-Sul e manifesta a intenção de aprofundar os vínculos com os países latino-americanos, em particular com o Brasil.

Em 2014, autoridades marroquinas realizaram visitas a países latino-americanos e participaram de conferências regionais. O país tornou-se membro-observador do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e da Aliança do Pacífico.

Cabe ressaltar a reaproximação ocorrida entre o Marrocos e o Paraguai, país que, em janeiro de 2014, retirou o reconhecimento diplomático à República Saarauí.

Ainda em 2014, também houve visita do chanceler marroquino ao Peru, em comemoração aos 50 anos das relações diplomáticas entre os países. Nessa ocasião, os chanceleres anunciaram que iriam estabelecer acordo de "associação estratégica". Ainda afirmaram que tentarão negociar um acordo de livre-comércio.

O Marrocos tem buscado ampliar sua presença na região com vistas a conter o avanço da atividade política e diplomática da República Saarauí na América Latina.

Economia

Em 2014, o Marrocos foi a 61ª economia mundial, com PIB nominal de US$109,2 bilhões. Sua economia, concentrada no setor de serviços (responsável por 61,1% do PIB nacional), seguida pelo setor industrial (24,9% do PIB) e agrícola (14%), tem como principais atividades a indústria têxtil e manufatureira, a pesca, a extração e processamento de minerais e a agricultura. O país, ademais de possuir grandes riquezas minerais (minério de ferro, cobre, chumbo, zinco e manganês), é o terceiro maior produtor e primeiro exportador mundial de fosfato e tem planejado ampliar a extração desse mineral.

Segundo dados do FMI, o Marrocos completou, ao final de 2014, dezessete anos consecutivos de expansão econômica. Em 2010, o país cresceu 3,6% e, em 2011, o crescimento foi de 4,9%. No biênio seguinte, o país logrou expansão de 2,7%, em 2012, e de 4,4%, em 2013. A última avaliação do FMI sugere que o Marrocos continuou registrando comportamento positivo em 2014,

ano em que registrou crescimento de 2,9%. O PIB nominal marroquino atingiu US$ 109,2 bilhões em 2014, e o PIB per capita local foi de US$ 3.291.

A economia marroquina parece ter tomado particular fôlego no primeiro semestre de 2015. A inflação manteve-se sob controle, por volta dos 2%, assim como se reduziram os défices fiscal e da conta corrente, o que favoreceu o crescimento das reservas internacionais. O banco central marroquino prevê crescimento da ordem de 5% em 2015, devido ao incremento de 15% da produção agrícola e de 3,5% das atividades não agrícolas no primeiro semestre do ano em curso, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O FMI também estima que o país continuará a apresentar taxas positivas de expansão da economia. O crescimento projetado para o atual biênio 2015-2016 é em torno de 4,5% a.a. O índice em apreço deverá encontrar amparo nas transferências de marroquinos residentes no exterior, bem como nos fluxos de investimento dos países do Golfo (Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait). O turismo receptivo, importante componente da matriz econômica, declinou nos últimos anos, em razão do desaquecimento do nível de atividades na União Europeia, principal fonte de turismo emissivo para o Marrocos. O bom desempenho do setor agrícola, que abriga parte substantiva da população economicamente ativa, tem sido determinante para o bom desempenho geral da economia marroquina.

A economia marroquina é altamente vulnerável a fatores exógenos, sobretudo a:

a) variações no desempenho da economia europeia, que exercem impacto direto sobre as principais exportações do país, o influxo de turistas estrangeiros e as remessas de divisas de expatriados, responsáveis por cerca de 8% do PIB nacional (o equivalente a 20% da força de trabalho doméstica está empregada na Europa);

b) flutuações nos preços das commodities, especialmente dos fosfatos, uma das principais exportações marroquinas; e

c) os preços do petróleo e do gás, uma vez que o país é dependente de importações de hidrocarbonetos, sua principal fonte energética (cerca de 80% do consumo de eletricidade no país provém de geradores térmicos).

Preocupada em promover o crescimento inclusivo da população, a coalizão governista atual vinha, desde 2011, ampliando gastos sociais e com infraestrutura. De fato, a pobreza e o desemprego constituem os principais desafios econômicos do Marrocos, onde cerca de 10% da população vive abaixo da linha de pobreza e cerca 10% da população economicamente ativa encontra-se desempregada. O desemprego é maior entre os jovens portadores de diploma (15%). Ainda são esperadas medidas para adaptar o sistema educativo às demandas das empresas, assim como o aumento do nível de escolaridade dos

jovens em geral, e das meninas, em particular. Com esse objetivo, o rei marroquino instituiu, em julho de 2014, o Conselho Superior da Educação, da Formação e da Pesquisa Científica.

Com vistas a satisfazer as demandas populares, o Governo mantém histórica política de subsídio aos principais bens de consumo (combustíveis, trigo, óleo comestível, açúcar), a qual representa cerca de 7% do PIB marroquino, e contribui para o déficit público do país. Dessa forma, em 2015, o PJD, após vários anos de défices fiscal e externo crescentes, tem trabalhado para introduzir reformas fiscais sensíveis, consubstanciadas, sobretudo, em cortes nos subsídios de combustível. Esses cortes já ensejaram a diminuição de cerca de 1% do gasto total com subsídios em termos do PIB. O governo ainda deverá suspender as subvenções aos cereais, ao açúcar e ao gás de cozinha. Para tanto, tenta-se aprofundar a distribuição de renda aos mais necessitados, por intermédio de programas sociais, sobretudo nas áreas de saúde e de educação.

A despeito de tentativas governamentais de diversificar a economia, o crescimento do PIB tende a refletir, em grande medida, as variações no setor agrícola, responsável por 40% do emprego da população economicamente ativa do país. As principais culturas são o trigo, a cevada e o milho. Nos últimos anos, o Marrocos tem avançado em direção à autossuficiência agrícola, mas depende, ainda que em menor grau, de importações de produtos de origem animal e de cereais para satisfazer sua demanda interna.

A indústria pesqueira marroquina, por sua vez, é beneficiada por litoral excepcionalmente piscoso. No entanto, o país não possui frota pesqueira e indústrias de processamento suficientes para se beneficiar plenamente de seus recursos marítimos. Acordo firmado com a União Europeia, em 1996, autorizava barcos pesqueiros, em sua maioria espanhóis, a pescarem em águas marroquinas. Em dezembro de 2011, o Parlamento Europeu decidiu-se por não renovar o acordo de pesca provisório, firmado em fevereiro do mesmo ano. Contudo, novo acordo sobre o tema foi assinado entre as partes em julho 2013, o que permitiu o retorno de 120 navios europeus às águas territoriais do Reino. Ademais, o Marrocos deverá se beneficiar da liberalização recíproca do comércio de produtos agrícolas e da pesca, prevista em acordo aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro de 2012.

As indústrias marroquinas dedicam-se principalmente ao processamento de produtos primários ou de manufaturas de baixo valor agregado. Entretanto, há no Marrocos algumas indústrias mecânicas e montadoras de automóveis instaladas na zona industrial de Casablanca, cuja produção destina-se, sobretudo, aos mercados europeus. Por outro lado, o país conta com um extenso parque de

indústrias no setor de fertilizantes e produtos químicos, aproveitando-se das grandes jazidas minerais (fosfato, enxofre, cálcio) disponíveis em seu território.

O setor bancário tem-se desenvolvido rapidamente, com base em estímulos governamentais e investimentos estrangeiros, provenientes, sobretudo, dos países do Golfo Pérsico. Nos últimos anos, o Marrocos tem atraído investimentos da ordem de US$ 500 milhões a US$ 2 bilhões por ano. O país integra a lista de principais destinos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na África. O rápido crescimento no volume de IEDs entre 2002 e 2006 – período em que esse tipo de investimento saltou de US$ 79 milhões para US$ 2,7 bilhões – pode ser atribuído ao programa de privatizações e concessões de serviços públicos, conduzido pelo Governo marroquino.

Assim como os demais países da África do Norte, o Marrocos sofreu drástica redução no volume de investimento estrangeiro direto (IED), após a crise financeira que se abateu, em 2008, sobre alguns de seus principais investidores externos, particularmente os países do Golfo Pérsico e da Europa. Os principais países investidores no Marrocos são França, Kuwait, Bélgica, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Suíça, Alemanha e Itália. Os setores econômicos privilegiados para IED são construção civil, turismo, serviços bancários, mineração, obras e serviços públicos, telecomunicações, geração de energia de fontes renováveis e transportes. O Marrocos espera retomar os níveis anteriores de investimentos estrangeiros diretos, atraindo investimentos chineses nas áreas de logística e de instalações portuárias. Para a China, o Marrocos poderia tornar-se uma central de distribuição de produtos para a Europa e para outros países africanos.

No tocante à política monetária, o contexto caracterizado por inflação baixa, crescimento relativamente modesto e demanda interna e externa enfraquecidas levou o Banco Central marroquino a diminuir a taxa de juros para 2,5%. Essa medida de facilitação de acesso ao crédito será acompanhada de programa visando a estimular o empréstimo bancário ao setor privado, enquanto se mantêm a inflação em baixa e o controle de preços ao consumidor. No que diz respeito à política financeira, uma lei bancária aprovada pelo Parlamento em novembro de 2014 reforçará a regulação, a supervisão e a capacidade em absorver choques econômicos e financeiros, tanto interna quanto externamente.

No campo do turismo, importante setor da economia marroquina, as receitas caíram 6,6% apenas no primeiro semestre de 2015, refletindo as preocupações com a insegurança no Norte da África, bem como a continuação da incerteza econômica na zona do euro. O plano "Visão 2020", lançado em fevereiro de 2015, pretende dobrar o influxo de turistas estrangeiros em dez anos.

A política econômica governamental vem desenvolvendo programas de modernização da economia que contemplam a revitalização da infraestrutura urbana e rural e investimentos em educação e saúde. Planos como o "Marrocos Verde" foram designados para incrementar a produtividade dos setores agrícola e pesqueiro, respectivamente. O plano "Marrocos Verde" rendeu ao país, juntamente com Chile e China, prêmio da FAO, em junho de 2014, por ter alcançado o primeiro Objetivo do Milênio para o Desenvolvimento, relativo ao combate à fome.

Os setores de pesquisa e alta tecnologia também constam entre as principais prioridades do Governo. São de vital importância para o país os investimentos em fontes renováveis de energia, tendo em vista a necessidade reduzir-se a dependência das importações de hidrocarbonetos. O "Programa Integrado de Energia Solar", anunciado em 2009, constitui um dos eixos principais da estratégia energética marroquina, cujo ambicioso objetivo é o de prover, a médio e longo prazos, pelo menos 42% das necessidades energéticas com fontes renováveis.

No comércio externo, a balança comercial é cronicamente deficitária, mesmo à luz do bom desempenho das vendas externas nos últimos anos. Nessas condições, em 2014, o déficit marroquino em transações comerciais de bens somou US$ 22,2 bilhões, com redução de 4,4% sobre o saldo negativo de 2013. É válido ressaltar, a respeito, que a atual tendência de queda nas cotações internacionais do petróleo e derivados deve contribuir para a redução do déficit global da balança comercial do Marrocos, com efeitos positivos sobre a economia em geral. A este respeito, cabe recordar que, no acumulado até março de 2015, o déficit comercial do país limitou-se a US$ 3,7 bilhões, com sensível redução de 41,8% sobre a cifra apurada em igual período do ano anterior.

Ao longo dos últimos dez anos, as exportações marroquinas de bens cresceram 112%, evoluindo de US$ 11,2 bilhões, em 2005, para US$ 23,7 bilhões, em 2014. No acumulado de janeiro a março de 2015, porém, sofreram decréscimo de 4,8% sobre o montante relativo a igual período do ano anterior. Ainda no que tange aos resultados de 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino para a oferta marroquina: Espanha (participação de 21,8%); França (20,5%); Brasil (4,7%); Itália (4,3%); Estados Unidos (3,6%); Índia (3,6%); Reino Unido (2,9%). O Brasil ocupou a terceira posição entre os mercados para produtos marroquinos, graças, sobretudo, às maciças importações brasileiras de adubos, fertilizantes e combustíveis.

Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais produtos da pauta global de exportação do Marrocos: máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (15,9% do total); artigos de vestuário, de malha ou não (13,9%);

veículos e autopeças (10,3%); adubos e fertilizantes (8,7%); produtos químicos inorgânicos (6,5%); cal, cimento e enxofre (5,5%); combustíveis e lubrificantes (5,0%); pescados (4,3%).

Alguns setores não tradicionais despontam, como a exportação de carros, graças ao investimento da Renault e outras empresas europeias na zona franca do porto de *Tanger-Med*, em Tânger, que gerou aproximadamente US$ 207 milhões de vendas ao exterior de automóveis de passeio no primeiro semestre de 2012, e cresce rapidamente. Outro setor é o aeronáutico (sobretudo montagem de conjuntos, cabeamentos e manutenção), igualmente concentrado naquela zona franca. Nos primeiros meses de 2015, os setores aeronáutico, automobilístico e agrícola cresceram 11%. Ademais, a exportação de fosfatos cresceu 22%.

As importações marroquinas de bens cresceram 121% nos últimos dez anos, tendo em conta que passaram de US$ 20,8 bilhões, em 2005, para atingir o nível de US$ 45,9 bilhões, em 2014. No que tange ao acumulado de janeiro a março de 2015, porém, sofreram forte retração de 23,9% sobre o valor da mesma base temporal do ano anterior. Essa retração pode ser explicada pela queda do preço do petróleo e pela colheita recorde de trigo, produto básico da culinária marroquina.

Em termos geográficos, os sete principais fornecedores de bens ao Marrocos em 2014 foram: Espanha (13,4% de participação no total importado pelo país); França (13,3%); China (7,7%); Estados Unidos (7,2%); Arábia Saudita (5,4%); Alemanha (5,2%); Itália (5,0%). O Brasil foi o 18º supridor do Marrocos, detendo participação de 1,2% no total das importações do país.

Em relação à composição da demanda marroquina, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados no ano passado: combustíveis e lubrificantes (23,9% do total importado); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (8,6%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,4%); veículos e autopeças (7,2%); cereais (4,6%); plásticos e manufaturas de plástico (4,2%); ferro fundido, ferro ou aço (3,1%).

Saara Ocidental

O Saara Ocidental é um território desértico de 266.000 km², situado no extremo noroeste do continente africano. Com uma população de 513 mil habitantes, é uma das regiões menos povoadas do planeta. A região é rica em

fosfatos e recursos pesqueiros e, especula-se, pode também com reservas de petróleo e gás.

Desde a década de 1960, a questão do Saara Ocidental tem sido tratada no âmbito das Nações Unidas, no contexto do processo de descolonização do continente africano. Em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas, motivada por solicitação marroquina, confirmou o "direito inalienável do povo saarauí à autodeterminação" (Resolução nº 2.229), exortando a Espanha a realizar um referendo sobre o *status* do Saara Ocidental.

Em 1974, por iniciativa do Marrocos, que oficialmente reivindicava o território desde 1957, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o *status* do Saara Ocidental.

Em decisão proferida em outubro de 1975, a Corte Internacional de Justiça respondeu que o Saara Ocidental não era "*terra nullius*" ("terra sem dono") à época de sua colonização pela Espanha, e que pertencia a seus habitantes, os saarauís.

Em novembro de 1975, o Marrocos lançou a "Marcha Verde", campanha militar com o objetivo de ocupar a região do Saara Ocidental. A campanha desencadeou hostilidades entre o Exército marroquino e a chamada "Frente Polisário" – movimento independentista que desde 1973 lutava pela "libertação do povo saarauí".

Ainda em novembro de 1975, a Espanha firmou com Marrocos e Mauritânia o Acordo de Madri, pelo qual a Espanha se retirava do Saara Ocidental em troca da manutenção de concessões para exploração de pesca e fosfato em sua antiga colônia. Estabeleceu-se o controle repartido do território entre o Marrocos, ao norte, e a Mauritânia, ao sul.

A disputa pelo controle territorial do Saara Ocidental transformou-se em guerra envolvendo Mauritânia, Marrocos e a Frente Polisário – que, em fevereiro de 1976, proclamou a "República Árabe Saarauí Democrática", mais conhecida pela sigla RASD ou, simplesmente, como "República Saarauí".

Em 1979, a Mauritânia acabou por retirar-se do território saarauí. O Marrocos, então, passou a exercer controle de fato sobre a maior parte do Saara Ocidental, incluindo todas as suas principais cidades, enquanto prosseguia luta de independência capitaneada pela Frente Polisário.

Com vistas a solucionar pacificamente o impasse, o Conselho de Segurança da ONU patrocinou um acordo de cessar-fogo, em 1991, e criou a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). Divergências entre o Marrocos e a Frente Polisário quanto à delimitação dos

participantes do referendo impediram, contudo, a realização do pleito que definiria o *status* final do território em disputa.

Mais de vinte anos após o estabelecimento da MINURSO, continua hoje pendente de solução a questão do exercício da autodeterminação do povo saarauí. A realização de um referendo deixou inclusive de ser explicitamente mencionada nas sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU de renovação do mandato da MINURSO.

A posição essencial do Marrocos é que o Saara Ocidental deve permanecer sob sua soberania, gozando, entretanto, de autonomia para a condução da administração local, com base no modelo de "regionalização avançada", lançado pelo Rei, em 2010, e incorporado na nova Constituição de 2011. A Frente Polisário, por sua vez, continua a exigir referendo popular sobre o status político do território que inclua a opção de independência.

Há anos realizam-se rodadas formais e informais de negociações sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas. Nenhuma das partes aceita, contudo, a proposta da outra como base única para as negociações.

Entre maio e agosto de 2012, o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Saara Ocidental, o norte-americano Christopher Ross, esteve impedido de exercer suas funções por voto de desconfiança marroquino. Após apelo do Secretário-Geral da ONU ao Rei Mohammed VI, o Enviado Especial pôde voltar às suas atividades.

Em relatório apresentado ao Conselho de Segurança em abril de 2013, o Secretário-Geral Ban Ki-moon reiterou a necessidade de monitoramento da situação de direitos humanos no Saara Ocidental pela MINURSO. Em consonância com esse relatório, em meados de abril, os EUA apresentaram minuta de resolução do Conselho de Segurança que outorgaria à MINURSO mandato na área dos direitos humanos. O tema suscitou firme oposição por parte do Marrocos, que, após reunião do Gabinete da Corte Real marroquina de 19 de abril, comunicou sua rejeição categórica à proposta. De acordo com o a declaração do Marrocos, a adoção da medida pelo Conselho de Segurança colocaria em risco a continuidade das negociações e ameaçaria a estabilidade regional.

Após consultas com o Governo marroquino, os Estados Unidos apresentaram nova minuta de resolução tendo retirado a parte de monitoramento dos direitos humanos. Assim, o mandato da MINURSO foi renovado por resoluções de 2014 e 2015, sem qualquer mudança substancial em relação às resoluções dos anos anteriores, inclusive no que diz respeito ao monitoramento dos direitos humanos, que não foi adicionado às responsabilidades da missão. A

Resolução 2218, última sobre o tema, aprovada em 28 de abril de 2015, prorrogou o mandato da MINURSO e não conteve alterações significativas.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, a questão do Saara Ocidental é tratada no Comitê Especial de Descolonização (G-24), órgão subsidiário da Comissão de Política Especial e Descolonização. Todos os anos, resolução sobre o tema é adotada por consenso, após árduas negociações entre os países que apoiam o lado marroquino e aqueles que apoiam a Frente Polisário (liderados pela Argélia).

O Brasil tem defendido uma solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para a questão saarauí, baseada no princípio da autodeterminação e nas resoluções da Organização das Nações Unidas acerca do tema. O Governo brasileiro acredita que uma solução duradoura somente poderá ser alcançada por meio do fortalecimento da confiança mútua e da negociação entre as partes.

O Brasil favorece o tratamento multilateral à questão. No último mandato em que esteve como membro no Conselho de Segurança da ONU (biênio 2010/2011), o Brasil buscou contribuir para o avanço das tratativas, bem como favorecer progresso no tratamento do tema, inclusive quanto ao aspecto dos direitos humanos do povo saarauí.

Atualmente, dez observadores militares brasileiros integram a Missão da ONU no Saara Ocidental (MINURSO). Em janeiro de 2015, o Major Intendente Adriano Maia Ribeiro de Azevedo, da Força Aérea Brasileira, assumiu o comando de uma base da Missão da ONU no Saara Ocidental, na vila de Tifariti.

Cooperação humanitária direcionada ao povo saarauí

Até que um acordo definitivo seja alcançado, o Governo brasileiro considera indispensável velar pelo bem-estar da população saarauí e assegurar-lhe o apoio de natureza humanitária. A cooperação humanitária prestada pelo Brasil ao povo saarauí se dá pelas vias multilaterais, em benefício dos campos de refugiados saarauís localizados no território argelino.

Em julho de 2010, o Governo brasileiro realizou doação de US$ 300 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas para a compra de bens considerados prioritários para a segurança alimentar e nutricional dos refugiados do Saara Ocidental que vivem em Tindouf.

Em setembro de 2012, o Governo brasileiro realizou nova doação de US$ 120 mil ao ACNUR (Agência da ONU para refugiados) a fim de apoiar as atividades da organização em benefício dos refugiados saarauís. Em março de 2014, o Brasil concluiu doação de cerca de duas mil toneladas de arroz, para a

operação prolongada de socorro e recuperação, desenvolvida com refugiados do Saara Ocidental pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), na Argélia. Em 2015, o Brasil anunciou nova doação, de 1.080 toneladas de feijão e 450 toneladas de arroz, igualmente por meio do PMA, para atendimento de refugiados saarauís nos campos de Tindouf.

Anexos

Cronologia da Política Interna do Marrocos

Século VII	Árabes conquistam a região que constitui hoje o Marrocos, tradicionalmente habitada por povos berberes; introdução do Islã e da língua árabe.
Século XII	A dinastia berbere dos Almóadas domina o país, e parte para conquistas na Península Ibérica.
Século XIII	Declínio dos Almóadas.
Século XVI	Invasores otomanos, vindos da Argélia, tentam conquistar Marrocos, mas são rechaçados.
1578	Marrocos derrota as forças portuguesas na Batalha de Alcácer-Quíbir, em que desaparecerá o Rei D. Sebastião; pelos próximos três séculos as potências europeias não realizarão incursões contra o território marroquino.
Século XVII	Início da dinastia alauita, que ainda reina sobre o país.
1830	Marrocos se envolve na guerra franco-argelina, mas se retira após protestos franceses.
1859	Guerra com a Espanha pelos territórios de Ceuta e Melilla.
1906	Conferência de Algeciras media disputa franco-germânica pelo Marrocos, e enfraquece o poder do sultanato local.
1912	Início do protetorado francês sobre o Marrocos.
1955	Início do reinado de Mohammed V.
1956	Independência do Marrocos.
1961	Morte de Mohammed V. Início do reinado de Hassan II; período de instabilidade política.
1991	A "Marcha Verde", promovida por Hassan II, ocupa o Saara Ocidental.
1991	O Reino do Marrocos e a Frente Polisário assinam um acordo de cessar-fogo. Iniciam-se as operações da Missão da ONU no Saara Ocidental (MINURSO), que são prorrogadas sucessivamente até os dias de hoje.
1999	Morte de Hassan II; assume Mohammed VI.
2003	Normalização das relações com a Espanha, após impasse sobre a ilha de Perejil, situada no Estreito de Gibraltar.
2007	Marrocos lança o seu plano de autonomia para o território do Saara Ocidental, rejeitado pela Frente Polisário.

2011	Após diversas manifestações populares nas principais cidades do país, o Rei Mohamed VI anuncia projeto de reforma da Constituição voltado à descentralização do poder e o fortalecimento das instituições democráticas.
2011	Criação, em março, do "Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH", que substitui o "Conselho Consultivo dos Direitos Humanos - CCDH", instância criada no final do reinado de Hassan II.
2011	Atentado terrorista em restaurante em Marraquexe. Autoria atribuída a três cidadãos marroquinos.
2011	Conclusão, em 17 de junho, dos trabalhos da Comissão de revisão constitucional. Fulcro da reforma reside na reformulação dos artigos 19 e 23 da Carta anterior, os quais conferiam poderes absolutos ao monarca em ambas as dimensões de líder religioso e político.
2011	Constituição aprovada em referendo popular, em 1º de julho, por ampla margem de votos. Alto índice de participação popular representa significativo respaldo ao monarca.
2011	Realização de eleições legislativas, em 25 de novembro. Vitória do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD) e nomeação de Abdelilah Benkirane ao cargo de Primeiro-Ministro.
2012	Formação de coalizão governista, em janeiro, composta pelos partidos PJD, Partido Istiqlal (PI), Movimento Popular (MP) e *Parti du Progrès et du Socialisme* (PPS).
2013/julho	PI abandona coalizão governista, com pedido de demissão de seus cinco ministros compondo o gabinete.
2013/outubro	É composto o novo Gabinete de Ministros, o qual refletiu a nova correlação de forças da base de apoio do Governo, tendo o RNI passado a contar com oito pastas. O MP manteve seis ministros, e o PPS, cinco.
2015/maio	Renovação ministerial após a demissão de quatro ministros. Para a pasta da Juventude e dos Esportes, nomeação do Ministro Mohand Laenser, Secretário-Geral do Movimento Popular; para a função de Ministro-Adjunto da Educação Nacional e da Formação Profissional, opção pelo Khalid

	Berjaoui, também do MP; a Deputada Jamila Mossali, do PJD, assumiu a função de Ministra-Adjunta do Ensino Superior, da Pesquisa Científica e da Formação de Quadros; e o Deputado Abdelaziz el Omari foi escolhido para a pasta de relações com o Parlamento.
2015/julho	Desmobilização de célula terrorista de oito membros com laços com o grupo jihadista "Estado Islâmico" pelas forças de segurança marroquinas
2015/setembro	Realização de eleições para os conselhos municipais e regionais, e subsequentemente, eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas.

Cronologia das Relações Brasil-Marrocos

1963	Abertura da Embaixada do Brasil em Rabat.
1967	Abertura da Embaixada do Marrocos em Brasília.
1975	Assinatura do acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois países.
1980	Visita do Primeiro-Ministro marroquino Maati Bouabide ao Brasil, em maio.
1984	Visita do Presidente João Figueiredo ao Marrocos, em abril.
1992	Visita do Chanceler Francisco Rezek ao Marrocos, em janeiro.
1992	Visita do Príncipe Sidi Mohammed ao Rio de Janeiro para participar da Rio-92, em junho.
1994	Visitas do Chanceler Celso Amorim em abril e outubro.
1999	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Abdellatif Filali, em fevereiro.
2004	Visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, em novembro; assinatura do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos.
2005	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Marrocos, em março.
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, Mohamed Benaïssa.
2007	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Mohamed Benaïssa.
2008	Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Marrocos, em Rabat, nos dias 24 e 25 de junho, com a presença do Chanceler Celso Amorim.
2009	Visita ao Marrocos do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, em janeiro.
2010	Realização, em Brasília, da I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos, em março.
2010	Visita ao Brasil do Ministro da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias do Marrocos, do Ministro do Emprego e de Assuntos Sociais e do Ministro para o Artesanato e o Ministro do Comércio Exterior, em dezembro.
2011	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino do Marrocos, Youssef Amrani.
2011	Visita ao Marrocos do ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, Antonio Florence, acompanhado do Presidente da Embrapa e do Dr. José Graziano, então candidato ao cargo de DG-FAO. Assinatura do "Memorando de Entendimento entre Brasil e Marrocos sobre Cooperação em matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural".

2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota ao Marrocos.
2012	Visita ao Marrocos do Ministro da Defesa, Celso Amorim. Encontro com o novo Chanceler marroquino, Saad-Eddine El-Othmani, e com o Ministro Delegado junto ao Primeiro-Ministro encarregado da Administração da Defesa, Abdellatif Loudiyi.
2012	Visita ao Brasil do Presidente da Câmara dos Conselheiros do Marrocos, Mohamed Cheikh. Encontro com o então Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.
2012	Participação da delegação marroquina, chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). À margem da conferência, encontro entre Benkirane e a Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES). Reunião de trabalho entre o Ministro das Minas, Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Marrocos, Fouad Douriri, e o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.
2012	A Presidente da República, Dilma Rousseff, passa por Marraquexe, em escala técnica.
2013	Missão empresarial ao Marrocos, liderada pelo então Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, para abrir o Fórum de Negócios Brasil-Marrocos.
2013	A Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy (PT/SP), assina em nome do Brasil o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual.
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Saad-Eddine El-Othmani.
2013/dezembro	Visita ao Marrocos do Secretário-Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, em encontro com o Ministro de Transportes marroquino, Aziz Rabbah.
2014/janeiro	Visita ao Brasil do Chefe de Governo marroquino, Abdelillah Benkirane, por ocasião da posse presidencial da Presidenta da República.
2014/novembro	Visita ao Marrocos do Grupo Líderes Empresariais (LIDE), acompanhado do Governador de Goiás, Marconi Perillo, e do Senador Luiz Henrique da Silveira, em missão empresarial.
2014/novembro	Visita da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, por ocasião do II Fórum Mundial de Direitos Humanos. Acompanharam-na os Deputados Padre Ton (PT/RO), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Nilmário Miranda (PT/MG).

2015/julho	Visita ao Brasil do Ministro do Equipamento, Transportes e da Logística do Marrocos, Azziz Rabbah.
2015/julho	Visita ao Marrocos do Senador Cristovam Buarque, para participar do colóquio "Forward to the Past: A New Second Cold War?"
2015/setembro	Missão oficial a Rabat de comitiva formada pelos Deputados César Halum (PRB/TO), Irajá Abreu (PSD/TO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Rosangela Gomes (PRB/RJ), Joaquim Passarinho (PSD/PA), Cleber Verde (PRB/MA), Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) e Evair de Melo (PV-ES), com o objetivo de visitar o Parlamento marroquino.

Atos Bilaterais EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	30/04/1975	17/05/1978
Acordo Cultural	10/04/1984	16/07/1991
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	10/04/1984	13/07/1990

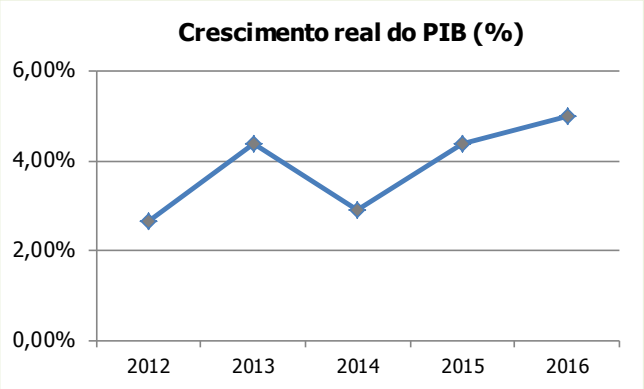
Dados Econômico-Comerciais

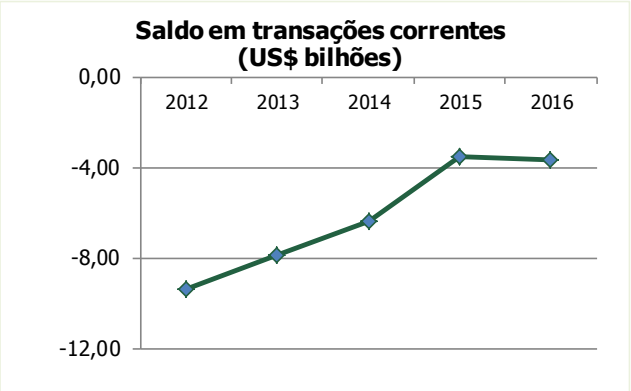
Principais Indicadores Socioeconômicos do Marrocos

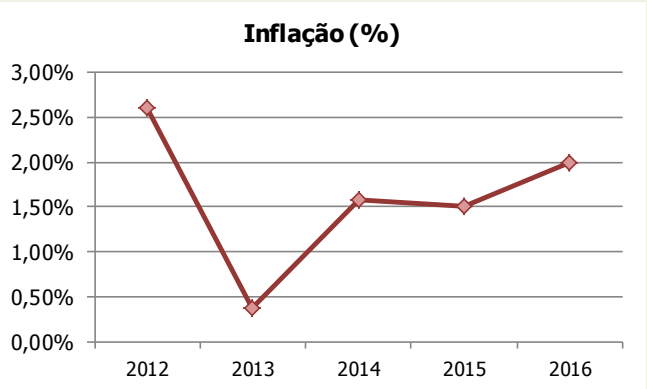
Indicador	**2012**	**2013**	**2014(1)**	**2015(1)**	**2016(1)**
Crescimento real do PIB (%)	2,67%	4,38%	2,92%	4,37%	4,98%
PIB nominal (US$ bilhões)	95,90	103,84	109,20	102,04	109,15
PIB nominal "per capita" (US$)	2.949	3.161	3.291	3.046	3.227
PIB PPP (US$ bilhões)	228,13	241,68	252,37	265,72	283,12
PIB PPP "per capita" (US$)	7.015	7.356	7.606	7.931	8.370
População (milhões de habitantes)	32,52	32,85	33,18	33,50	33,83
Desemprego (%)	8,99%	9,24%	9,14%	9,04%	8,94%
Inflação (%)	2,60%	0,38%	1,57%	1,50%	2,00%
Saldo em transações correntes (US$ bilhões)	-9,35	-7,87	-6,38	-3,49	-3,62
Dívida externa (US$ bilhões)	33,82	39,26	45,59	45,95	47,35
Câmbio (Dh / US$)	8,60	8,38	8,38	9,89	10,36
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			14,0%		
Indústria			24,9%		
Serviços			61,1%		

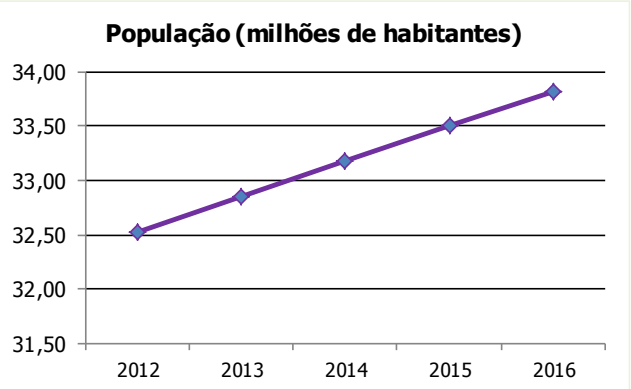
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report August 2015 e IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.


Crescimento real do PIB (%)
6,00%
4,00%
2,00%
0,00%
2012
2013
2014
2015
2016


Saldo em transações correntes
(US$ bilhões)
0,00
-4,00
-8,00
-12,00
2012
2013
2014
2015
2016

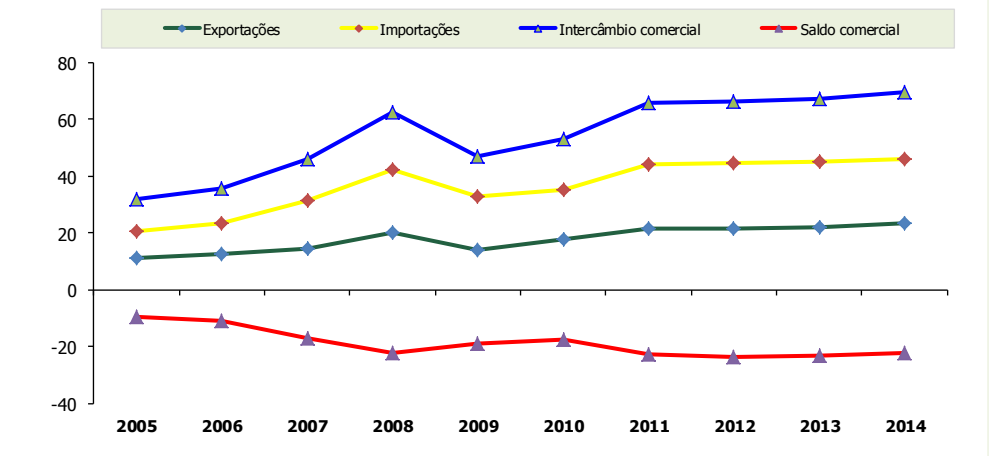

Inflação (%)
3,00%
2,50%
2,00%
1,50%
1,00%
0,50%
0,00%
2012
2013
2014
2015
2016


População (milhões de habitantes)
34,00
33,50
33,00
32,50
32,00
31,50
2012
2013
2014
2015
2016

Evolução do Comércio Exterior do Marrocos
US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	11,2	12,7%	20,8	16,7%	32,0	15,3%	-9,6
2006	12,5	12,0%	23,3	12,0%	35,8	12,0%	-10,8
2007	14,6	16,6%	31,7	35,8%	46,3	29,1%	-17,0
2008	20,3	39,0%	42,3	33,7%	62,6	35,4%	-22,0
2009	14,1	-30,7%	32,9	-22,3%	47,0	-25,0%	-18,8
2010	17,8	26,3%	35,4	7,6%	53,1	13,2%	-17,6
2011	21,7	93,6%	44,3	112,8%	65,9	106,1%	-22,6
2012	21,4	-1,1%	44,8	1,2%	66,2	0,4%	-23,4
2013	22,0	2,6%	45,2	0,9%	67,2	1,4%	-23,2
2014	23,7	7,9%	45,9	1,5%	69,6	3,6%	-22,2
2015(jan-mar)	5,66	-4,8%	9,37	-23,9%	14,98	-18,0%	-3,71
Var. % 2005-2014	**111,8%**	**--**	**120,5%**	**--**	**117,5%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.

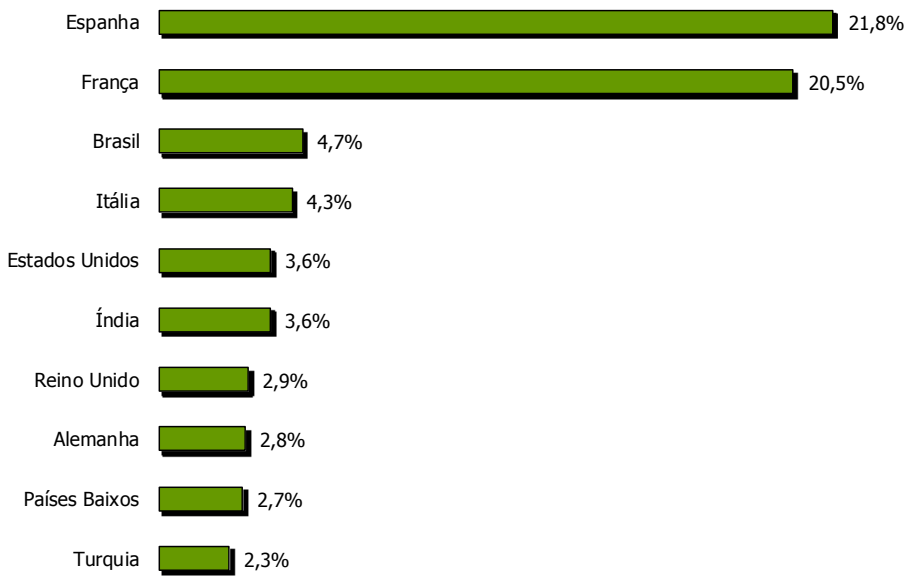


Direção das Exportações do Marrocos
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Espanha	5.167	21,8%
França	4.863	20,5%
Brasil	***1.104***	***4,7%***
Itália	1.024	4,3%
Estados Unidos	859	3,6%
Índia	858	3,6%
Reino Unido	686	2,9%
Alemanha	666	2,8%
Países Baixos	645	2,7%
Turquia	544	2,3%
Subtotal	**16.419**	**69,3%**
Outros países	**7.272**	**30,7%**
Total	**23.691**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais destinos das exportações

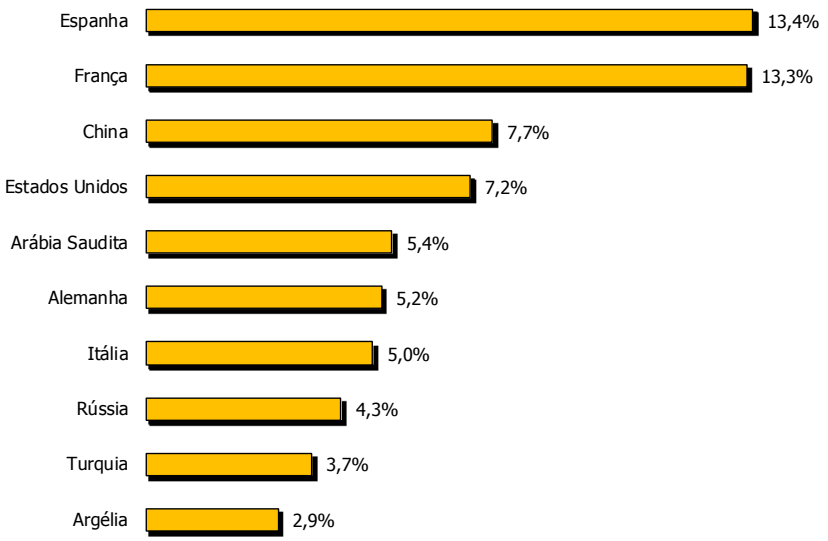


Origem das Importações do Marrocos
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Espanha	6.146	13,4%
França	6.084	13,3%
China	3.511	7,7%
Estados Unidos	3.286	7,2%
Arábia Saudita	2.496	5,4%
Alemanha	2.388	5,2%
Itália	2.301	5,0%
Rússia	1.981	4,3%
Turquia	1.682	3,7%
Argélia	1.340	2,9%
...		
Brasil (18ª posição)	***546***	***1,2%***
Subtotal	**31.759**	**69,2%**
Outros países	**14.120**	**30,8%**
Total	**45.879**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais origens das importações

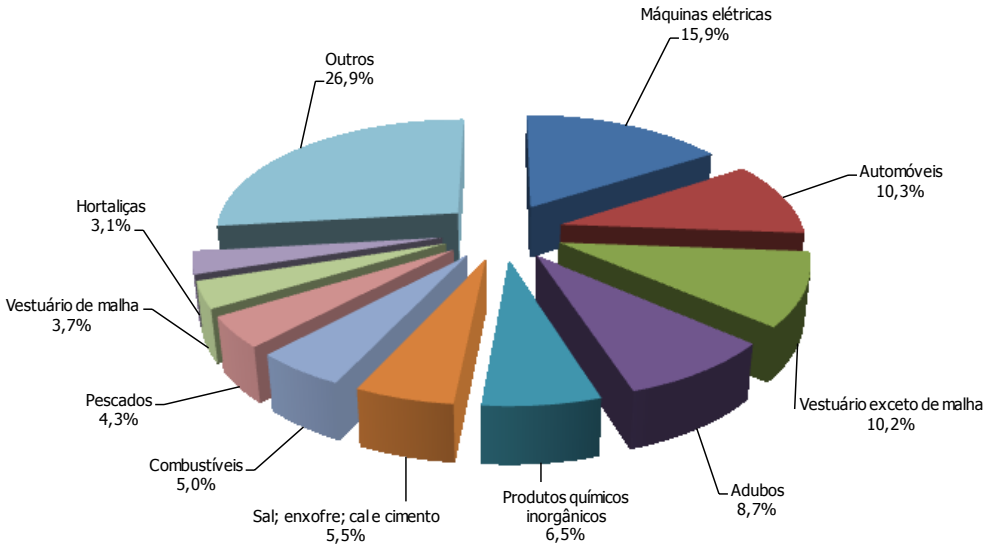


Composição das exportações do Marrocos
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas elétricas	3.761	15,9%
Automóveis	2.441	10,3%
Vestuário exceto de malha	2.407	10,2%
Adubos	2.065	8,7%
Produtos químicos inorgânicos	1.533	6,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	1.299	5,5%
Combustíveis	1.195	5,0%
Pescados	1.015	4,3%
Vestuário de malha	876	3,7%
Hortaliças	734	3,1%
Subtotal	**17.328**	**73,1%**
Outros	**6.363**	**26,9%**
Total	**23.691**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

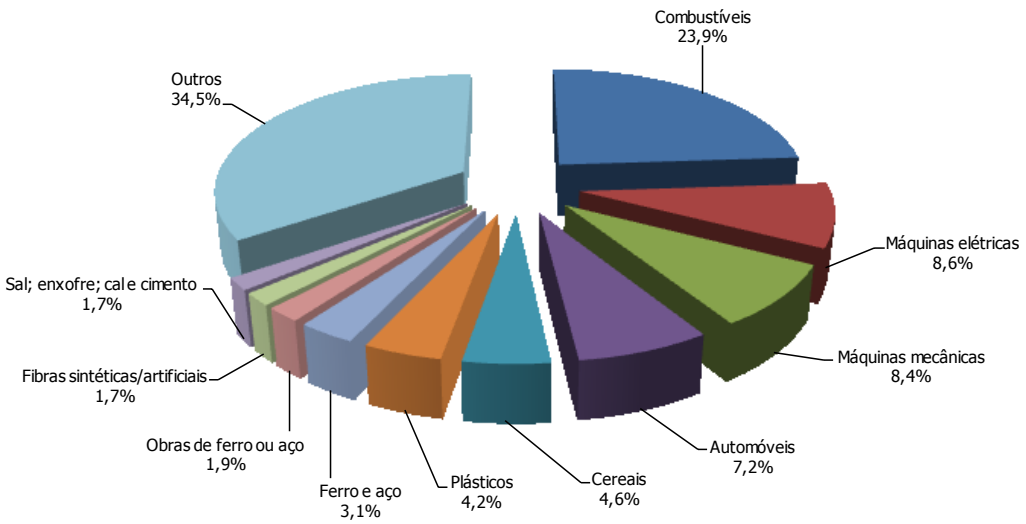


Composição das importações do Marrocos
US$ milhões

Descrição	2014	Part.% no total
Combustíveis	10.983	23,9%
Máquinas elétricas	3.942	8,6%
Máquinas mecânicas	3.855	8,4%
Automóveis	3.314	7,2%
Cereais	2.131	4,6%
Plásticos	1.943	4,2%
Ferro e aço	1.439	3,1%
Obras de ferro ou aço	891	1,9%
Fibras sintéticas/artificiais	780	1,7%
Sal; enxofre; cal e cimento	764	1,7%
Subtotal	**30.042**	**65,5%**
Outros	**15.837**	**34,5%**
Total	**45.879**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

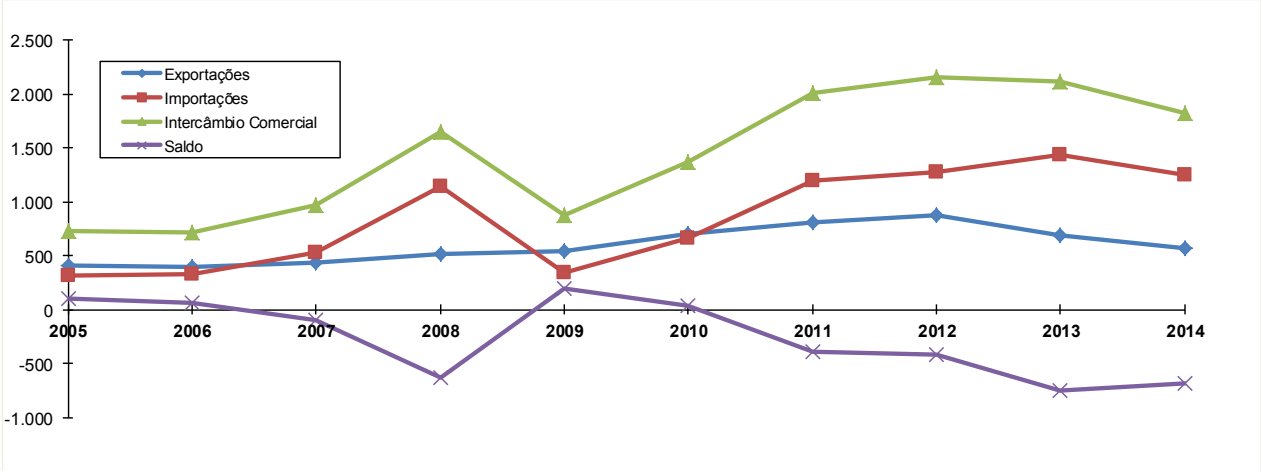
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Marrocos
US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	414	18,7%	**0,35%**	311	29,2%	**0,42%**	726	23,0%	**0,38%**	103
2006	392	-5,5%	**0,28%**	331	6,4%	**0,36%**	723	-0,4%	**0,32%**	60,3
2007	438	11,9%	**0,27%**	532	60,7%	**0,44%**	970	34,3%	**0,35%**	-94,3
2008	511	16,7%	**0,26%**	1.144	114,9%	**0,66%**	1.655	70,6%	**0,50%**	-633
2009	538	5,3%	**0,35%**	339	-70,4%	**0,27%**	877	-47,0%	**0,31%**	199
2010	704	30,8%	**0,35%**	665	96,1%	**0,37%**	1.369	56,1%	**0,36%**	39,1
2011	811	15,2%	**0,32%**	1.196	79,9%	**0,53%**	2.007	46,6%	**0,42%**	-385
2012	872	7,5%	**0,36%**	1.281	7,1%	**0,57%**	2.154	7,3%	**0,46%**	-409
2013	689	-21,0%	**0,28%**	1.434	11,9%	**0,60%**	2.123	-1,4%	**0,44%**	-745
2014	568	-17,5%	**0,25%**	1.249	-12,9%	**0,55%**	1.818	-14,4%	**0,40%**	-681
2015 (jan-ago)	273	-0,7%	**0,21%**	503	-39,7%	**0,42%**	776	-30,0%	**0,64%**	-230
Var. % 2005-2014	**37,2%**		**--**	**301,2%**		**--**	**150,5%**		**--**	**n.c.**

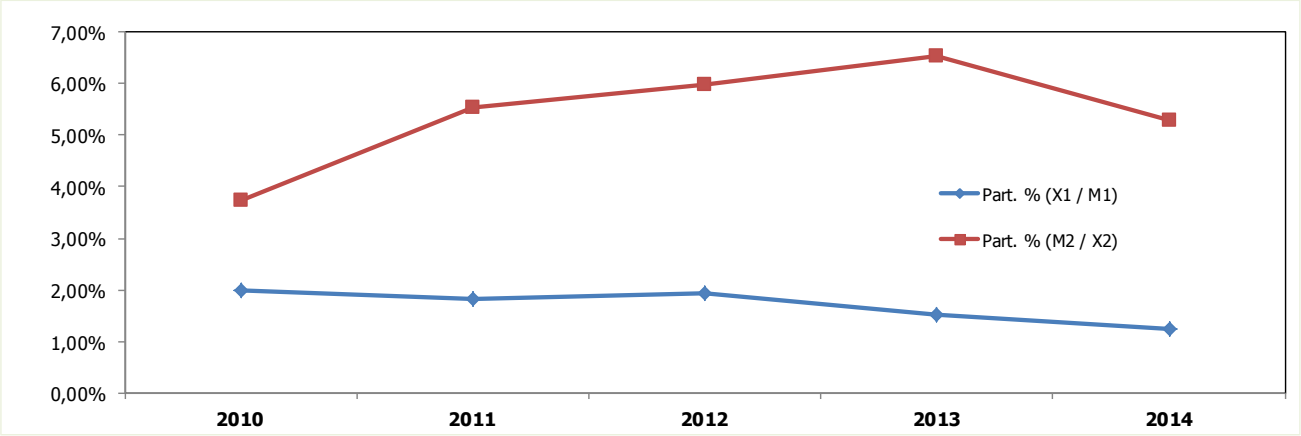
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio do Marrocos[(1)]
US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Marrocos (X1)	704	811	872	689	568	**-19,3%**
Importações totais do Marrocos (M1)	35.379	44.263	44.790	45.186	45.879	**29,7%**
Part. % (X1 / M1)	**2,0%**	**1,8%**	**1,9%**	**1,5%**	**1,2%**	**-37,8%**
Importações do Brasil originárias do Marrocos (M2)	665	1.196	1.281	1.434	1.249	**87,9%**
Exportações totais do Marrocos (X2)	17.765	21.650	21.417	21.965	23.691	**33,4%**
Part. % (M2 / X2)	**3,7%**	**5,5%**	**6,0%**	**6,5%**	**5,3%**	**40,9%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do Marrocos e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

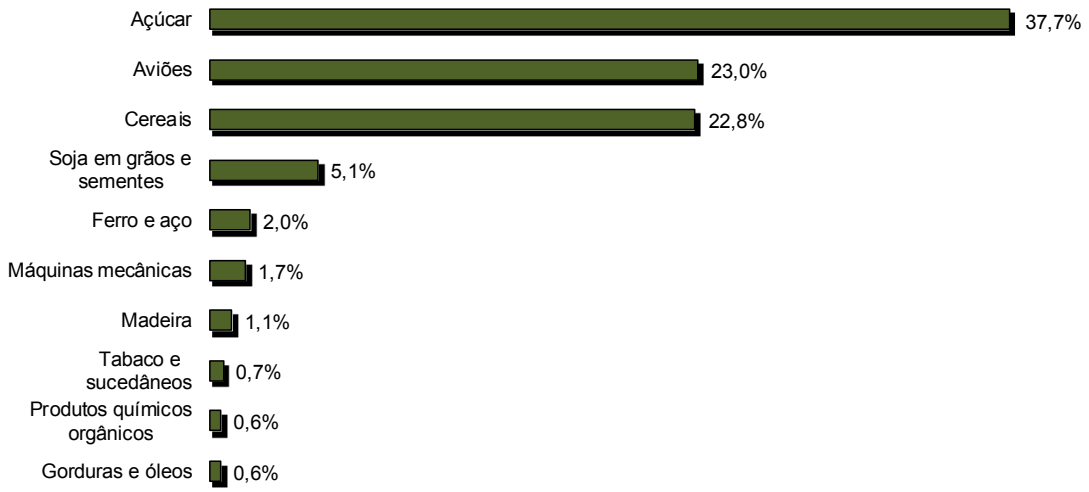


Composição das exportações brasileiras para Marrocos
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	535	61,3%	376	54,5%	214	37,7%
Aviões	0	0,0%	0	0,0%	130	23,0%
Cereais	273	31,3%	218	31,7%	130	22,8%
Soja em grãos e sementes	0	0,0%	0	0,0%	29,1	5,1%
Ferro e aço	0	0,0%	0	0,0%	11,1	2,0%
Máquinas mecânicas	10,5	1,2%	4,5	0,7%	9,8	1,7%
Madeira	3,9	0,4%	3,7	0,5%	6,2	1,1%
Tabaco e sucedâneos	12,0	1,4%	8,9	1,3%	3,8	0,7%
Produtos químicos orgânicos	0,3	0,0%	6,0	0,9%	3,2	0,6%
Gorduras e óleos	15,7	1,8%	50,0	7,3%	3,1	0,6%
Subtotal	**851**	**97,5%**	**667**	**96,8%**	**541**	**95,1%**
Outros produtos	**22**	**2,5%**	**22**	**3,2%**	**28**	**4,9%**
Total	**872**	**100,0%**	**689**	**100,0%**	**568**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

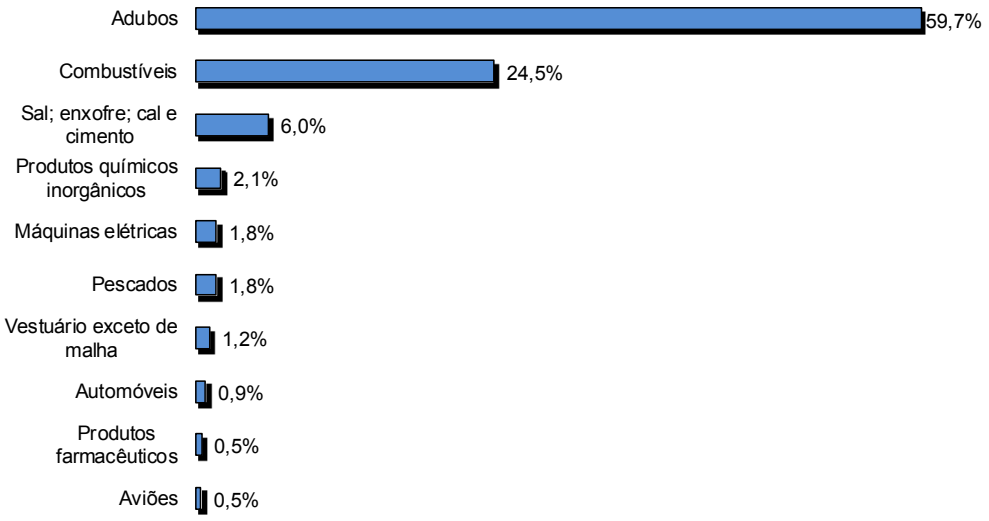


Composição das importações brasileiras originárias de Marrocos
US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	834	65,1%	1.034	72,1%	746	59,7%
Combustíveis	248	19,4%	226	15,8%	306	24,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	92	7,2%	70	4,9%	75	6,0%
Produtos químicos inorgânicos	39	3,0%	18	1,2%	26	2,1%
Máquinas elétricas	22	1,7%	23	1,6%	22	1,8%
Pescados	23	1,8%	30	2,1%	22	1,8%
Vestuário exceto de malha	9,0	0,7%	14	1,0%	15	1,2%
Automóveis	0,0	0,0%	1,4	0,1%	11	0,9%
Produtos farmacêuticos	2,6	0,2%	3,9	0,3%	6,6	0,5%
Aviões	2,9	0,2%	3,6	0,3%	6,3	0,5%
Subtotal	**1.273**	**99,3%**	**1.424**	**99,3%**	**1.237**	**99,0%**
Outros produtos	**8**	**0,7%**	**11**	**0,7%**	**12**	**1,0%**
Total	**1.281**	**100,0%**	**1.434**	**100,0%**	**1.249**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Aviso nº 485 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

MENSAGEM Nº 76, de 2015

(Nº 423/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Os méritos do Senhor Flávio Soares Damico que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00460/2015 MRE

Brasília, 7 de Outubro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FLÁVIO SOARES DAMICO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FLÁVIO SOARES DAMICO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FLÁVIO SOARES DAMICO*
CPF.: 295.355.650-87
ID.: 9317 MRE

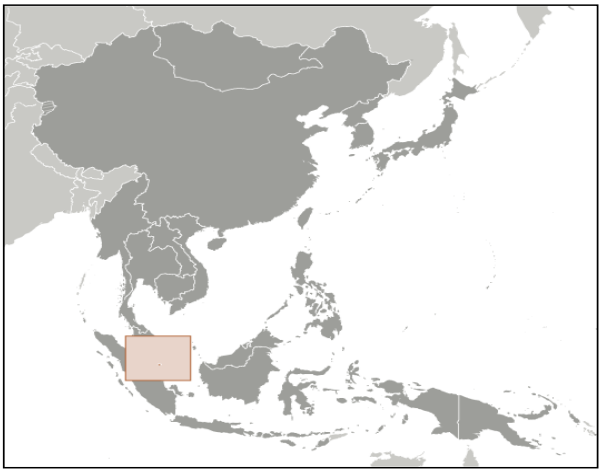
1960	Filho de Geraldo Campozani Damico e Lia Francisca Soares Damico, nasce em 5 de março, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1982	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1984	Especialista em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1987	CPCD – IRBr
1996	CAD – IRBr
2007	CAE - IRBR, O G-20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1993	Segundo-Secretário
1999	Primeiro-Secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2014	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1988-90	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
1990-91	Secretaria-Geral de Controle, assessor
1991-92	Secretaria-Geral Executiva, assessor
1992-95	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1995-98	Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
1998-2000	Divisão das Nações Unidas, assistente
2000-01	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
2001-04	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
2002	32ª Sessão do Comitê de Aditivos e Contaminantes do Codex Alimentarius, Rotterdam, Chefe da delegação
2004-08	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Chefe
2008-11	Delegação junto à Organização Mundial do Comércio, Ministro-Conselheiro
2011-	Departamento de Mecanismos Inter-Regionais, Diretor
Condecorações:	
2001	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
Publicações:	
1985	"A Lei de Say". Ensaios FEE, volume 6, número 1, pp 105-120
2007	"O G-20 nas negociações agrícolas na OMC". Revista PONTES, volume 3, número 3, junho de 2007
2007	"Agricultural Expansion and Policies in Brazil", co-autor, in Kaush, A; Josling, T.; Thompson, B.H. (org.),

U.S. Agricultural Policy and the 2007 Farm Bill. Woods Institute for the Environment, Stanford, California/EUA
2012 BRICS: o novo "lugar" do conceito, in "O Brasil, os BRICS e a agenda internacional", FUNAG
2015 "Antecedentes: do acrônimo de mercado à concertação político-diplomática" in "BRICS: estudos e documentos", FUNAG

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE SINGAPURA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SINGAPURA	
NOME OFICIAL:	República de Singapura
CAPITAL:	Singapura
ÁREA:	710 km²
POPULAÇÃO (2014):	5,470 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS:	Inglês, malaio, mandarim e tâmil
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (42,5%); islamismo (14,9%); taoísmo (8,5%); hinduísmo (4%); catolicismo (4,8%); outras (10,5%); nenhuma religião (14,8%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Parlamento de Singapura)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Tony Tan (desde setembro de 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong (desde agosto de 2004; reeleito em maio de 2011)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	K. Shanmugam (desde maio de 2011)
PIB NOMINAL (2014)[1]:	US$ 308,1 bilhões- FMI
PIB PPP (2014)[1]:	US$ 452,6 bilhões- FMI
PIB NOMINAL *per capita* (2014)[1]:	US$ 53.319 - FMI
PIB PPP *per capita* (2014)[1]:	US$ 82.762 - FMI
VARIAÇÃO DO PIB[1]:	6,2 (2011); 3,4 (2012); 4,4 (2013); 2,9 (2014); 3,0 (2015 est.); 3,0 (2016 est.) – FMI
IDH (2013)[2]:	0,895/ 18ª posição entre 185 países
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar de Singapura (SGD)
EXPECTATIVA DE VIDA[2]:	81,2 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2013):	95,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2013):	1,9%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há registro de 1.000 brasileiros residentes em Singapura.

(1) Disponível em http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/weodata/weoselgr.aspx
(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/data/profiles/

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC (AliceWeb agosto de 2015)*											
BRASIL→ SINGAPURA	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2014 (jan-jul)**	**2015 (jan-jul)**
Intercâmbio	**2.132,9**	**2.588,0**	**3.852,8**	**1.955,9**	**2.157,6**	**3.613,3**	**3.803,4**	**2.998,4**	**4.152,2**	**2.690,8**	**1.982,5**
Exportações	944,8	1.379,2	2.107,6	1.297,4	1.309,3	2.786,5	2.942,6	1.905,3	3.348,1	2.290,1	1.524
Importações	1.188,1	1.208,8	1.745,2	658,4	848,3	826,9	860,8	1.093,0	804,1	400,7	458,4
Saldo	29,7	-243,3	362,3	639,0	461,0	1.959,6	2.081,8	812,3	2.544,1	1.889,4	1.065,7

PERFIS BIOGRÁFICOS

TONY TAN (KENG YAM)

Presidente



Nascido em 1940, em Singapura, é casado e tem quatro filhos e cinco netos. Integrava o círculo íntimo do fundador de Singapura e Primeiro-Ministro, Lee Kuan Yew, falecido no dia 23 de março de 2015, tendo sido apontado, nos anos 1980, como seu provável sucessor à frente do país. Tem também grande proximidade com o atual Primeiro-Ministro e filho de Lee Kuan Yew, Lee Hsien Loong.

Graduado em Física pela Universidade de Singapura (1962), é Mestre em Ciências pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (1964) e Doutor em Matemática Aplicada pela Universidade de Adelaide (1967). Após breve carreira acadêmica (1964-1969), na Universidade de Singapura, trabalhou no setor financeiro privado por 10 anos, na Overseas-Chinese Banking Corporation (OCBC).

Eleito membro do Parlamento em 1979, pelo Partido da Ação Popular (PAP), foi duas vezes Ministro da Educação (1979-1983 e 1985-1991) e Ministro das Finanças (cumulativamente com a Pasta do Comércio e Indústria, 1983-1985).

Após novo período no setor privado (1991-1995), também no OCBC, retornou à política, como Vice-Primeiro-Ministro (1995-2005) e Ministro da Defesa (1995-2003). Em agosto de 2003, inaugurou o cargo de Ministro Coordenador para Segurança e Defesa (que ocupou até setembro de 2005), que dirige comitê composto também pelos Ministros de Exteriores, do Interior e da Defesa.

Entre 2005 e 2011, afastado formalmente da política, foi Vice-Presidente e Diretor-Executivo da Government of Singapore Investment Corporation (GIC) e Presidente da Singapore Press Holdings (SPH), ambas ligadas ao Estado.

Foi eleito Presidente em 27 de agosto de 2011.

LEE HSIEN LOONG

Primeiro-Ministro



Nasceu em 10 de fevereiro de 1952, filho do fundador do Estado singapurense, Lee Kwan Yew (falecido no dia 23 de março de 2015). Formou-se em Matemática e Ciência da Computação pela Universidade de Cambridge. Em 1980, completou Mestrado em Administração Pública na Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard.

Alistou-se nas Forças Armadas de Singapura (SAF) em 1971, onde ocupou vários postos de comando. Deixou a SAF em 1984, como Brigadeiro-General, para entrar na política.

Em 1984, foi eleito pela primeira vez para o Parlamento, pelo Partido da Ação Popular (PAP), que está no poder desde a criação do Estado singapurense. Foi reeleito em 1988, 1991, 1997 e 2001. Em 2004, assumiu o cargo de Secretário-Geral do PAP.

Foi nomeado Ministro em Exercício para Comércio e Indústria, em 1986, e confirmado como Ministro pleno em 1987, acumulando também a posição de Segundo Ministro da Defesa.

Em 1990, foi designado Vice-Primeiro-Ministro, responsável por assuntos econômicos e do funcionalismo público, cumulativamente com o cargo de Ministro do Comércio e da Indústria, até 1992. Foi simultaneamente nomeado presidente da Autoridade Monetária de Singapura (MAS) em 1998, e Ministro das Finanças, em 2001.

Em 2004, sucedeu a Chok Tong como Primeiro-Ministro de Singapura.

Visitou o Brasil em novembro de 2008. Em novembro de 2011, encontrou-se com a Senhora Presidenta da República, à margem da Cúpula de Cannes do G-20.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Singapura foram estabelecidas em 1967. A Embaixada residente do Brasil foi instalada em 1979. Em abril de 2013, durante a visita do Chanceler K Shanmugam ao Brasil, foi instalada a Embaixada residente de Singapura, a única na América Latina (Singapura tem apenas 28 embaixadas residentes ao redor do mundo).

A agenda bilateral, originalmente centrada no campo comercial, tem-se expandido para novas áreas, como construção naval, ciência e tecnologia,

cooperação acadêmica e logística portuária e aeroportuária. Singapura apoia a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e acolheu com entusiasmo o recente processo de aproximação do Brasil com a ASEAN – a Associação de Nações do Sudeste Asiático, de que são membros Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia e Vietnã, e que tem por observadores Timor-Leste e Papua Nova Guiné.

A Presidenta da República Dilma Rousseff, em novembro de 2011, manteve encontro com o Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong, à margem da Cúpula de Cannes do G-20. Em novembro de 2014, em parada técnica a caminho da reunião do G-20 em Brisbane, Austrália, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Singapura.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizou visita oficial a Singapura no dia 22 de julho de 2015. A viagem fez parte de um périplo pelo Sudeste Asiático, que incluiu escalas em Timor-Leste, Vietnã e Japão. O Ministro Mauro Vieira manteve reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Singapura, K Shanmugam, ocasião em que trataram de temas importantes da agenda bilateral, como a criação de oportunidades de comércio e a atração de investimentos, além do estreitamento da cooperação acadêmica, científica e tecnológica. O Ministro Mauro Vieira encontrou-se também com o Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro de Singapura, Tharman Shanmugaratnam.

O então Ministro Antonio de Aguiar Patriota encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros K Shanmugam em abril de 2013, durante sua visita oficial ao Brasil, e em setembro de 2011, em reunião à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Em dezembro de 2011, manteve reunião bilateral à margem da 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o Ministro do Comércio e Indústria de Singapura, Lim Hng Kiang, que, por sua vez, visitou o Brasil em maio de 2012.

O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), visitou Singapura em janeiro de 2014.

Realizaram também visita a Singapura o então Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, em outubro de 2012; o então Governador da Bahia, Jacques Wagner, em setembro de 2012; o então Governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, em 2009; o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e o então Vice-Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, ambos em 2008.

Foi aprovada, no Senado Federal, em setembro de 2014, a criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Singapura, por iniciativa do Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). A seção singapurense do Grupo foi criada em abril de 2014, presidida pelo Sr. Inderjit Singh.

Comércio bilateral

Em 2014, Singapura foi o principal parceiro comercial do Brasil na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). As exportações do Brasil alcançaram o valor recorde de US$ 3,348 bilhões (aumento de 75,72% em relação a 2013), e as importações caíram 26,45% no período. O saldo na balança comercial foi positivo em US$ 2,544 bilhões, correspondendo ao quarto maior saldo obtido pelo Brasil no período (depois de Países Baixos, Venezuela e China). Destaca-se na pauta o setor de combustíveis (30% de nossas exportações para Singapura em 2014 e 7,2% de nossas importações).

Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e Singapura cresceu 150%, passando de US$ 1,660 bilhão para US$ 4,152 bilhões, respectivamente. Em 2014, o intercâmbio continuou registrando evolução positiva, com expansão de 38,5% sobre o ano anterior. Observa-se forte tendência de superávit brasileiro: nos últimos três anos os superávits brasileiros, no comércio com Singapura foram de: US$ 2,082 bilhões (2012); US$ 812,1 milhões (2013); e US$ 2,544 bilhões (2014).

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para Singapura cresceram 296%, evoluindo de US$ 844,9 milhões em 2005, para US$ 3,348 bilhões em 2014. Em relação a 2013, as vendas registraram incremento de 75,7% em 2014. Entre janeiro e julho de 2015, as vendas brasileiras para Singapura foram de US$ 1,524 bilhão, uma redução de 33,4%.

Os principais produtos adquiridos pelo Brasil no mercado de Singapura, em 2014, foram: i) inseticidas (valor de US$ 77,3 milhões, equivalentes a 9,2% do total); ii) circuitos integrados monolíticos (US$ 51,9 milhões; 6,2%); iii) processadores e controladores, combinados com memória (US$ 39,7 milhões; 4,7%); iv) medicamentos (US$ 32,9 milhões; 3,9%); querosenes de aviação (US$ 32,0 milhões; 3,8%).

No campo da identificação de nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora de Singapura em 2014 (fonte: Trademap/Unctad) identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro: i) aviões e helicópteros; ii) automóveis e autopeças; iii) ouro; iv) partes de turborreatores ou de turbopropulsores; v) polietileno; vi) medicamentos para canalizações; vii) torneiras para canalizações; viii) polipropileno ix) papéis e cartões; x) outras preparações específicas.

Investimentos

Singapura é hoje o quarto maior investidor asiático no Brasil, atrás de Japão, China e Coreia do Sul. No momento, existem 60 empresas singapurenses operando no Brasil, que gerariam, segundo estimativas, mais de 10.000 empregos, sobretudo no setor de petróleo & gás e em commodities. Apesar de não dispor de reservas petrolíferas, Singapura detém, ao lado da Coreia do Sul, a tecnologia mais avançada do mundo na prospecção de petróleo em águas profundas. A Petrobras

dispõe de escritório em Singapura, que presta apoio a todas as operações da empresa na Ásia, do Golfo Pérsico até o Pacífico, em especial a exportação de petróleo e óleo combustível e a importação de diesel na região. Desde 2008, a Petrobras mantém cooperação com a empresa Ngee Ann Polytechnic, na área de pesquisa naval e offshore. Estaleiros singapurenses têm-se destacado nas concorrências abertas pela Petrobras para manutenção, melhoramento ou construção de novas plataformas de exploração petrolífera offshore. Estima-se que metade das novas plataformas já encomendadas pela Petrobras serão construídas por estaleiros de Singapura, como o Keppel Offshore & Marine (Keppel O&M), cujo Consultor Sênior e ex-Presidente é o atual Embaixador não residente para o Brasil, Choo Chiau Beng. A Keppel produz, entre outros itens, equipamentos para prospecção de petróleo em águas profundas, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

Estão presentes, em São Paulo, dois importantes fundos soberanos singapurenses (Government of Singapore Invest - GIC e TEMASEK) e dois escritórios que fazem prospecção de oportunidades de comércio e investimentos (IE Singapore – International Enterprise Singapore; e EDB – Singapore Economic Development Board).

Opera em Singapura grande número de empresas brasileiras, dentre elas Petrobras, Vale, EMBRAER, Banco do Brasil, Brasil Foods, SOFTEX, CBMM (comercializa ferro), Braskem, Seara, Itaú Seguros, Queiroz Galvão, Tramontina e Sapiens Global.

Portos, aeroportos e transporte aéreo

Singapura é referência mundial na administração de infraestrutura portuária (o porto de Singapura foi, em 2013, o segundo maior do mundo em movimento de contêineres, depois do de Xangai) e aeroportuária (o aeroporto de Changi é geralmente considerado o melhor do mundo) Em 2013, o Governo brasileiro promoveu "Roadshow" em Singapura, para divulgar as oportunidades de investimento em infraestrutura, no âmbito do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

Em meados de 2014, a singapurense Changi Airport Group (CAI), que administra o aeroporto de Singapura, assumiu parte da administração do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, em consórcio com a brasileira Odebrecht, após participar de leilão realizado pelo Governo brasileiro, em novembro de 2013.

A Port of Singapore Authority (PSA), uma das maiores operadoras portuárias mundiais, também tem demonstrado grande interesse em investir em projetos no Brasil.

Desde março de 2011, a Singapore Airlines opera a rota Singapura–São Paulo, com escala técnica em Barcelona e frequência de três voos por semana.

As relações bilaterais sobre transporte aéreo são regidas pelo Acordo bilateral de Serviços Aéreos (ASA) firmado em 2008 e em processo de internalização no Brasil.

Paraíso Fiscal

A única diferença no relacionamento bilateral é o tratamento que a Receita Federal do Brasil (RFB) confere a Singapura como jurisdição de tributação favorecida ("paraíso fiscal"). A posição do órgão brasileiro se deve à alíquota de Imposto de Renda aplicada em Singapura, de 17%, inferior ao valor de referência de 20% estabelecido pela RFB. Essa divergência poderia ser alterada em função da Portaria nº 488 da Secretaria da Receita Federal, de novembro de 2014, que reduziu a alíquota sobre a renda de 20% para 17% como parâmetro para a classificação de jurisdições com tributação mais favorecida. Em março do corrente ano, contudo, a RFB informou que a retirada de Singapura da lista de "paraísos fiscais" exigiria mudanças além da tributação de renda de pessoa jurídica acima da alíquota de 17%. Para a RFB, a existência de regimes fiscais especiais em Singapura também pesam contra a retirada do país da lista de jurisdições com tributação favorecida.

Em sua visita a Singapura, em julho passado, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informou que é sensível à preocupação singapurense sobre o assunto e estimulou a continuação dos entendimentos em nível técnico.

Acordo para Evitar Dupla Tributação (ADT)

A situação tributária de Singapura dificulta igualmente a negociação de Acordo para Evitar Dupla Tributação (ADT), que depende da retirada do país da lista de "paraísos fiscais". O entendimento da RFB é de que um ADT firmado sem o atendimento dessa condição representaria renúncia unilateral de arrecadação (já que a outra parte não tributa ou o faz a uma alíquota baixa).

Cooperação educacional, acadêmica e científica

Desde dezembro de 2011, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) coopera com a Agência para Ciência, Tecnologia e Pesquisa de Singapura (A*STAR), com vistas ao desenvolvimento de programas e projetos bilaterais de intercâmbio acadêmico, formação de recursos humanos, treinamento profissional e pesquisa conjunta. Há também cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a National University of Singapore (NUS), a Nanyang Technological University (NTU) e a A*STAR, desde 2011; e cooperação entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a NUS, para intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores entre os dois países.

Em setembro de 2014, a VALE e a A*STAR iniciaram cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pela qual a mineradora utilizará tecnologias desenvolvidas pela agência singapurense de pesquisa a fim de aprimorar suas técnicas de exploração e de processamento minerais, bem como sua eficiência logística. Um dos focos da parceria é a implementação de procedimentos sustentáveis e ecológicos no gerenciamento dos recursos naturais e nas cadeias logísticas, o que está em harmonia com os valores incorporados pela VALE.

Cooperação em pesquisa avançada em grafeno

A National University of Singapore (NUS) e a Universidade Prebisteriana Mackenzie (UPM) têm cooperado para ampliar a pesquisa em torno das diversas possibilidades para o uso do grafeno (folha de grafite, com uso em dispositivos nanotecnológicos). Sua aplicação no Brasil tem ocorrido a partir de tecnologia gerada pela NUS, na área de oncologia. Nesse contexto, destacam-se os entendimentos entre o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o Instituto do Câncer de Singapura, para compartilhamento de tecnologias geradas a partir do grafeno, com aplicação em diagnósticos e tratamentos oncológicos.

Atos bilaterais

Entrou em vigor, em 10 de janeiro de 2014, Acordo sobre a Isenção Parcial de Vistos (Negócios e Turismo), após aprovação do Congresso Nacional.

Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong, em novembro de 2008, foi assinado o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos.

Por ocasião da visita do Ministro Mauro Vieira a Singapura, em 22 de julho passado, foi apresentada a Singapura proposta do novo modelo de acordos de investimentos, o Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de Investimentos. O Acordo busca incentivar o investimento recíproco e enfatiza a mitigação de riscos e a prevenção de controvérsias. O projeto foi elaborado por equipe interministerial, composta por representantes do Itamaraty, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério da Fazenda, e foi objeto de consultas ao setor privado brasileiro. Encontra-se em análise pela parte singapurense.

Assuntos consulares

As atividades consulares em Singapura são exercidas pela Embaixada do Brasil em Singapura, com jurisdição sobre todo o país. A comunidade brasileira local é composta por cerca de 1.000 pessoas. Não é necessário visto para brasileiros ingressarem em Singapura, para permanência por período de até trinta dias.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e Singapura.

POLÍTICA EXTERNA

Atualmente, os três principais temas da política externa de Singapura são: (i) as relações no âmbito da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), sobretudo com a Indonésia e a Malásia; (ii) o equilíbrio e o aproveitamento da disputa por influência entre a China e os Estados Unidos na região; e (iii) a expansão e a defesa de seus interesses econômicos no mundo.

A "Associação de Nações do Sudeste Asiático" (ASEAN) é composta por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia e Vietnã, e têm como observadores Timor-Leste e Papua Nova Guiné.

A ASEAN ocupa posição central na política externa de Singapura, na medida em que potencializa seu peso na região, sobretudo em termos políticos. Singapura busca exercer, por intermédio da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), papel de articulação na região Ásia-Pacífico. Singapura vê a ASEAN como prioridade na sua política externa e considera fundamental seu fortalecimento e maior nível de interlocução com as grandes potências mundiais. Apesar de sua reduzida dimensão, o país é um dos membros mais influentes na ASEAN e um de seus fundadores.

As relações com a Malásia são historicamente delicadas, devido ao fato de os dois países terem integrado uma Federação no passado, e às posições divergentes em relação a questões fronteiriças, uso do espaço aéreo e fornecimento de água. Com a Indonésia, a despeito de relações densas nos campos político, econômico e social, há suscetibilidades motivadas pela preponderância da maioria chinesa em Singapura, em relação à minoria malaia, e as suspeitas de espionagem por parte de Singapura.

Em perspectiva histórica, contudo, as relações com Indonésia e Malásia têm melhorado notavelmente. Atualmente, Singapura mantém, com os dois países, mecanismos de consulta bilaterais e visitas regulares de autoridades de alto escalão. Juntos, os três países formam o "Triângulo de Crescimento IMS-GT (Indonésia, Malásia e Singapura)", iniciativa de incentivo à integração produtiva e comercial na extremidade do Estreito de Malaca. Com a Malásia, em especial, a melhora é apoiada pelo bom encaminhamento das questões fronteiriças, pelo incremento do comércio bilateral (a Malásia é o principal parceiro comercial de Singapura) e pela criação de diversas oportunidades de investimentos entre os dois países.

A dinâmica diplomática do Sudeste Asiático tem exigido que Singapura equilibre sua convivência entre a China e os Estados Unidos, que competem entre si pela ampliação da influência na região. As relações com os EUA são intensas, destacando-se as áreas de comércio (a Área de Livre Comércio EUA-Singapura vigora desde 1° de janeiro de 2004) e de investimento, turismo (Singapura beneficia-se do Visa Waiver Program norte-americano) e cooperação em áreas de comunicação e ensino. Singapura vê como positivo o engajamento dos EUA na Ásia, tanto do ponto de vista estratégico quanto econômico, sem, no entanto, antagonizar–se com a China. A proximidade político-econômica com a China deve-se ao fato de que o país foi formado sobretudo por migrantes de origem chinesa, e de Pequim ter buscado em Singapura inspiração para seu programa de reformas,

iniciado por Deng Xiaoping. Contudo, Singapura buscou sempre afirmar-se como Estado independente, com autonomia em relação aos interesses chineses.

No campo político, as reivindicações da China no Mar do Sul da China, que envolvem países da ASEAN (Brunei, Filipinas, Malásia e Vietnã) e China, revestem-se de especial sensibilidade, pois Singapura depende economicamente do fluxo ininterrupto do comércio marítimo naquela área.

A diplomacia singapurense apresenta forte tônica na atuação multilateral, principalmente em questões ligadas ao comércio internacional e transporte marítimo. O país mantém diálogo fluido com o Brasil em foros multilaterais. Apoiou a candidatura brasileira ao cargo de Diretor-Geral da OMC e apoia a candidatura do Brasil a membro permanente de um Conselho de Segurança da ONU reformado. Estimula também os processos de intensificação de relações que o Brasil e o MERCOSUL desenvolvem com a ASEAN.

Quanto à expansão e à defesa dos interesses econômicos de Singapura no mundo, cabe ressaltar que o Governo singapurense mantém mais escritórios de promoção comercial da International Enterprise Singapore (IE – agência de promoção comercial subordinada ao Ministério do Comércio e da Indústria de Singapura) do que Embaixadas. Muito antes da instalação de qualquer embaixada na América Latina, Singapura estabeleceu agência da IE na Cidade do México, em 2000, e em São Paulo, em 2005. Sem ambições geopolíticas na América Latina, o país vê no Brasil um excelente parceiro comercial e fonte de oportunidades para suas empresas, como Keppel Corp. e Changi Airports, que mantêm vultosos contratos de infraestrutura no País.

POLÍTICA INTERNA

Após a independência, em 1963, Singapura fez parte da Federação Independente da Malásia até 1965 e estabeleceu-se definitivamente como Estado soberano em 9 de agosto de 1965. Singapura é uma república parlamentarista. O Chefe de Estado, com funções eminentemente protocolares, é o Presidente Tony Tan, eleito em agosto de 2011 para mandato de seis anos. O Chefe de Governo, o Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong (filho de Lee Kuan Yew, fundador do Estado singapurense), ocupa o cargo desde 12 de agosto de 2004 e foi reeleito nas últimas eleições parlamentares, em maio de 2011.

Nas eleições de 2011, o maior e mais influente partido político de Singapura, o Partido da Ação Popular (PAP), no poder desde 1959, perdeu relativa força política. Apesar de ter obtido 81 das 87 cadeiras, recebeu o mais baixo número de votos desde sua fundação (cerca de 60%). Se o regime não fosse distrital, a oposição teria conquistado de 35 a 38 cadeiras, em vez das seis que obteve. O crescimento da oposição levou alguns analistas internacionais, dentre os quais o Embaixador Kishore Mahbubani, Reitor da *Lee Kuan Yew School of Public Policy*, da *National University of Singapore (NUS),* a afirmar que as eleições de maio de 2011 marcaram o início de nova era na política de Singapura.

O ex-Primeiro-Ministro Lee Kuan Yew esteve à frente dos processos que

levaram o país à autogovernança, em 1963, à independência, em 1965, e ao Primeiro Mundo, em menos de trinta anos. No período, a renda per capita singapurense passou de US$ 650 para US$ 53.000.

Para o atual Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong, Singapura deve enfrentar sobretudo três desafios, a fim de viabilizar seu desenvolvimento futuro: (i) a contínua queda nos níveis de crescimento econômico nas últimas décadas, acompanhada de queda da produtividade do trabalho; (ii) o crescimento populacional insuficiente e seus impactos negativos para o sistema previdenciário e para mercado de trabalho, sobretudo relacionados à necessidade de flexibilização de regras de imigração; e (iii) as dificuldades que persistem na consolidação da identidade nacional, dado o alto nível de singapurenses que vivem no exterior e à diversidade étnica e religiosa característica do país.

O Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong afirmou que, nos próximos dez anos, o país tem o desafio de manter o crescimento econômico em patamares satisfatórios, a despeito da atual tendência de desaceleração. Singapura cresceu em média 11,5% no período de 1964-1974, 8,3% em 1974-1984, 7,8% em 1984-1994, 5,2% em 1994-2004 e 5,8% em 2004-2014. Mais preocupante do que a visível tendência à desaceleração do crescimento do PIB médio (com exceção da década de 1994 a 2004, em que ocorreu pequena alta) é a grande diminuição da participação da produtividade na taxa de crescimento do PIB. No período 1984-1994, dos 7,8% de aumento do PIB, 5,2% advieram do crescimento da produtividade e o restante do incremento da força de trabalho. Na década 1994-2004, o aumento da produtividade foi reduzido para 2,6% e no termo 2004-2014 foi para apenas 0,7%. Na década de 2014 a 2024, o governo espera que a produtividade possa voltar ao patamar de 2%, de modo a compensar a estagnação do crescimento demográfico e, consequentemente, do estoque de mão de obra. Este é o sentido do constante investimento do país em educação, ciência e tecnologia, inovação e infraestrutura (incluindo infraestrutura digital).

O segundo desafio, para os próximos 25 anos, é o do crescimento populacional insuficiente e seu impacto no mercado de trabalho. Desde 1965, a população total cresceu de 1,9 para 5,5 milhões, o que favoreceu o crescimento econômico durante esse período. Todavia em 2014, a população cresceu apenas 1,3% e o número de idosos vem aumentando rápida e constantemente. No momento, há um idoso para cinco cidadãos economicamente ativos, mas, segundo as projeções atuais, em 2030 cada idoso deverá ser sustentado por 2 trabalhadores. As consequências para a economia serão a ampliação da demanda por serviços médicos e sociais, bem como a elevação de impostos.

O terceiro e último desafio a ser enfrentado pelo povo de Singapura, no horizonte dos próximos 50 anos, é, na visão do Primeiro-Ministro, a consolidação da identidade nacional. Cerca de 200 mil singapurenses vivem no exterior, um número alto, dadas as dimensões do país. Ademais, o alto nível educacional e a fluência em inglês e chinês, além dos outros dois idiomas minoritários, fazem com que muitos profissionais do país sejam cortejados por empresas dos EUA, da China, da Índia e da Austrália. Segundo Lee, se essa força centrífuga permanecer, o

país pode simplesmente desintegrar-se em meios às forças da globalização. As diversidades étnica e religiosa também representam ameaça à unidade e têm de ser administradas de maneira inteligente, para que todos os cidadãos sintam-se confortáveis nos espaços públicos, nas escolas, no local de trabalho e na sua vizinhança.

A *Transparência Internacional* classificou Singapura, em 2014**,** como o 7° estado menos corrupto dos 175 pesquisados. Com relação à liberdade política, Singapura é considerada pela *Freedom House* como um país "parcialmente livre", tendo melhorado seu índice de cinco para quatro (o índice vai de 1 a 7, o valor menor indicando maior liberdade) em 2012, devido ao sucesso das eleições parlamentares que fortaleceram a oposição do país, em 2011.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo é inspirado no sistema de democracia parlamentar de Westminster (Inglaterra), em que os membros do Parlamento são eleitos por eleições gerais regulares. Em Singapura, o Parlamento é unicameral e as eleições gerais devem ser realizadas, pelo menos, uma vez a cada cinco anos. O líder do partido político que obtiver a maioria dos assentos no Parlamento será convidado pelo Presidente a tornar-se Primeiro-Ministro.

O mandato de cada Parlamento é de 5 anos, a partir da data de sua primeira sessão após as eleições gerais, que são realizadas no prazo de 3 meses após a dissolução do Parlamento.

O Parlamento é constituído por 99 membros, dos quais 87 são eleitos, 3 são indicados pelos partidos políticos de oposição (para garantir que haja representação mínima da oposição) e 9 nomeados pelo Presidente (não são afiliados a nenhum partido político e não representam qualquer círculo eleitoral).

Em agosto de 2015, o Presidente Tony Tan dissolveu o Parlamento e marcou eleições gerais para o dia 11 de setembro (no momento em que foi redigido este documento, ainda não haviam sido realizadas as eleições). Foram protocoladas 181 candidaturas para o pleito e candidatos governistas e de oposição disputarão todos os 89 assentos disponíveis, distribuídos em 29 distritos.

ECONOMIA

Importante “hub” comercial e financeiro na Ásia, Singapura tem o segundo porto mais movimentado do mundo, referência em termos de modernização e eficiência, e o maior aeroporto do mundo em termos de conexões (Aeroporto de Changi). Entre as 25 maiores empresas de logística do mundo, 20 operam em Singapura. O país obteve, pelo nono ano consecutivo, a primeira colocação no *ranking* do Banco Mundial das economias mais receptivas a negócios. Em 2015, Singapura obteve a primeira colocação no "Network Readiness Index" (NRI) do Fórum Econômico Mundial, relatório que, entre outros, mede a propensão dos países a explorar oportunidades oferecidas pela tecnologia da

informação.

O PIB singapurense cresceu 2,9% em 2014; 4,4% em 2013; 3,4% em 2012; 6,2%, em 2011; 15,0%, em 2010; e -0,6%, em 2009. Para o ano de 2015, estima-se crescimento de cerca de 3%. O comércio intra-Ásia, que se tem mantido vigoroso em anos recentes, deve permanecer como forte indicador do funcionamento da economia, sobretudo devido ao alto grau de abertura do país ao comércio exterior (a relação comércio/PIB foi de 224% em 2013). Ao longo dos últimos dez anos, as exportações singapurenses de bens cresceram 78,5% tendo passado de US$ 229,7 bilhões, em 2005, para US$ 409,9 bilhões, em 2014. Em 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino para as exportações singapurenses: China (12,6%); Malásia (12,0%); Hong Kong (11,0%); Indonésia (9,4%); Estados Unidos (5,9%); Japão (4,1%); Coreia do Sul (4,1%). O Brasil foi o 29º país de destino, com participação de 0,4% sobre o total.

Em relação à estrutura das exportações, são os seguintes os principais grupos de produtos ofertados por Singapura em 2014: máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (30,5% do total); combustíveis e lubrificantes (16,8%); máquinas e aparelhos mecânicos (13,2%); produtos químicos orgânicos (4,4%); manufaturas de plástico (3,9%); instrumentos médicos e de precisão (3,9%); ouro e pedras preciosas (2,0%); produtos farmacêuticos (1,7%). A pauta exportada, como se vê, é intensiva em produtos manufaturados, de maior valor agregado, como é o caso de instrumentos médicos.

Entre 2005 e 2014, as importações singapurenses de bens cresceram 83,1% tendo evoluído de US$ 200,1 bilhões, em 2005, para US$ 366,4 bilhões, em 2014. Geograficamente, foram os seguintes os principais fornecedores de bens a Singapura, em 2014: China (12,1% de participação no total geral); Malásia (10,7%); Estados Unidos (10,3%); Taiwan (8,2%); Coreia do Sul (5,9%); Japão (5,5%); Indonésia (5,1%). O Brasil, por seu turno, foi o 28º supridor de bens a Singapura, com participação de 0,6% sobre o total. No que tange à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país em relação a 2014: combustíveis e lubrificantes (31,1% de participação no montante total); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (25,1%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (12,8%); instrumentos médicos e de precisão (3,0%); ouro e pedras preciosas (2,6%); produtos químicos orgânicos (2,0%); aviões e helicópteros (1,6%); veículos e autopeças (1,6%); obras de ferro ou aço (1,4%).

A balança comercial é estruturalmente superavitária, em elevados patamares. Nessas condições, após registrar posição favorável de US$ 37,2 bilhões em 2013, o superávit singapurense em transações comerciais de bens atingiu o montante de US$ 43,5 bilhões em 2014.

Com uma economia moderna, centrada em serviços (73% do PIB) e em indústria (27% do PIB), Singapura detém, ao lado da Coreia do Sul, tecnologia de ponta na área de prospecção de petróleo em águas profundas. É o terceiro maior centro mundial de refino de petróleo, atrás apenas de Houston e Roterdã. Além da petroquímica, as principais indústrias locais são as de componentes eletrônicos,

princípios químicos e medicamentos. Os dois fundos soberanos de Singapura (Temasek e GIC) administram mais de US$ 520 bilhões e todas as grandes empresas de Singapura têm a participação de um ou de ambos os fundos.

A economia do país está baseada principalmente no setor de serviços, em que se destacam as atividades logísticas e portuárias. O setor financeiro é altamente desenvolvido. A indústria de alta tecnologia também empresta substantiva contribuição ao tecido econômico. A economia depende das exportações, particularmente de eletrônicos; produtos de tecnologia da informação; farmacêuticos. Assinala-se o firme aporte de investimento do país em educação; ciência e tecnologia; inovação e infraestrutura digital.

A matriz energética de Singapura é majoritariamente apoiada na geração termoelétrica a partir de gás e petróleo, cabendo papel reduzido às fontes renováveis de energia. Nesse sentido, a Autoridade Portuária e Marítima de Singapura anunciou, em outubro de 2014, programa para transformar o País em centro internacional de reabastecimento de navios com gás natural líquido (GNL) até 2020. O plano estabelece estímulo financeiro de até US$ 1,6 milhão por navio, até um número máximo de seis embarcações, para que utilizem GNL como combustível. As energias renováveis são vistas como possível alternativa para diversificar a matriz elétrica e reforçar a segurança energética. Na área de biocombustíveis, o Governo de Singapura tem interesse em aproveitar a forte indústria petroquímica local e a sólida base de pesquisa para desenvolver biocombustíveis lignocelulósicos em grande escala, com produção direcionada para a exportação.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1299	Fundação da cidade de Singapura.
1511	Exploradores portugueses tomam o Porto de Malaca e afugentam o sultão local, Alauddin Riayat Shah, para o sul da Península malaia.
1528	Alauddin Riayat Shah estabelece o Sultanato de Johor, que incorpora Singapura.
1613	Portugueses invadem a ilha.
1818	Oficial malaio do Sultanato de Johor e seus seguidores, mais centenas de grupos nativos e agricultores de origem chinesa, colonizam a ilha de Singapura.
1819	Chegada do Sir Thomas Stamford Raffles, agente da Companhia Britânica das Índias Orientais, que ali estabelece um entreposto comercial dedicado ao livre comércio e à livre imigração.
1826	Singapura, junto com outros dois portos de comércio na península, é governada como parte da Colônia do Estreito pela Companhia Britânica das Índias Orientais.
1827	Chineses tornam-se a etnia majoritária da ilha.
1867	A Colônia do Estreito de Malaca torna-se membro da Coroa britânica.
1869	A abertura do Canal de Suez causa o aumento da influência britânica na região e o incremento da atividade marítima.

Fim do séc. XIX	Grande aumento da imigração para a ilha, alavancada pelo crescimento das instituições financeiras, de transporte, comunicações e industriais.
1914-1918	Grande depressão econômica em razão da I Guerra Mundial.
1923	Em reação ao crescente poderio naval japonês, os britânicos constroem grande base naval em Singapura.
1930	Crescimento do apoio da população singapurense à China, contra as ondas de agressão japonesa.
1941	Primeiros ataques do Japão contra a Malásia.
Fev. 1942	Japão toma o controle da Malásia e de Singapura.
1942-45	Com a ocupação japonesa, surgem as primeiras demandas pela independência.
1945	O país se encontra em estado deplorável de pobreza, com alta taxa de mortalidade, criminalidade e corrupção descontroladas, bem como severos danos à infraestrutura.
1946	Singapura torna-se uma colônia separada, com administração governamental própria.
Déc. 1950	A demanda mundial por estanho e borracha acelera a recuperação econômica de Singapura.
1953	A Comissão britânica concede independência governamental parcial a Singapura; surgem o partido "Frente Trabalhista", e o "Partido de Ação Popular" (PAP), que defendem o fim do colonialismo e a integração com a Malásia.
1958	O Governo britânico altera a condição de Singapura de colônia para Estado.
1959	Lee Kuan Yew, do PAP, torna-se o primeiro Primeiro-Ministro de Singapura.
1963	Em sequência a referendo popular, Singapura junta-se à Federação Independente da Malásia.
1963 (31 de agosto)	Primeiro-Ministro Lee declara a independência de Singapura do Reino Unido e convoca novas eleições.
1963-64	Surgem tensões políticas entre o grupo étnico chinês, que dominava Singapura, e o grupo malaio, que dominava a Malásia.
1965	Com receio da maior influência de Singapura sobre a Federação e da escalada de violência entre as comunidades chinesas e muçulmanas, o Governo da Malásia decide excluir Singapura da Federação.
1967	Singapura se junta a Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia para formar a "Associação de Nações do Sudeste Asiático". (ASEAN).
1968	Reino Unido anuncia a decisão de retirar as suas bases militares de Singapura, no período de três anos.
1970	Singapura torna-se centro de referência mundial em construção naval, transporte marítimo, aéreo e refinamento de petróleo.
1970-90	Singapura experimenta um período notável de desenvolvimento econômico, semelhante a Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan ("tigres asiáticos").
1990	Após 31 anos, Lee Kuan Yew deixa o poder como Primeiro-Ministro. Assume Goh Chok Tong.
1997-98	A crise asiática traz flutuações no crescimento, mas não logra acarretar problemas mais graves à economia singapurense; o país permanece como a mais próspera nação na região.

2004	Após 14 anos como Primeiro-Ministro, Goh Chok Tong deixa a função para Lee Hsien Loong, filho de Lee Kuan Yew. Os dois ex-Primeiros Ministros permanecem no poder, como Ministro Mentor e Ministro Sênior.
2011	Avanço da oposição (Partido dos Trabalhadores) em eleições legislativas, marcando, segundo o Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong, do Partido de Ação Popular (PAP), o início de uma mudança no cenário político singapurense. Os resultados verificados foram os melhores conseguidos pela oposição desde a separação singapurense da Federação dos Estados da Malásia, em 1965.
2012	Em janeiro, comitê do governo recomenda corte salarial massivo para altos funcionários, incluindo Primeiro-Ministro e Presidente.
2012	Eleições extraordinárias em maio por um assento no parlamento são vencidas pelo Partido dos Trabalhadores, de oposição ao governo.
2015	Morre em março com 91 anos Lee Kuan Yew, considerado "Pai fundador de Singapura". Milhares de pessoas acompanham o funeral nas ruas
2015	É celebrado o 50º aniversário de independência do país (9 de agosto)
2015	2015 - 17ª Eleição Parlamentar geral prevista para ocorrer no dia 11 de setembro de 2015

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1967	Estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e Singapura.
1979	Instalação da Embaixada do Brasil em Singapura.
1999	Criação, por iniciativa singapurense e chilena, do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). O Brasil adere ao FOCALAL no mesmo ano.
2000	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Goh Chok Tong.
2001	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria (nomeado, posteriormente, Chanceler), George Yeo.
2001	Singapura inicia investimentos importantes no Brasil, desde estaleiros no litoral fluminense (*Keppel Fels* e *Jurong Shipyards*) à implantação de fábricas de componentes eletrônicos em Manaus e no interior paulista.
2004	Visita ao Brasil do então Ministro de Indústria e Comércio, George Yeo.
2005, Setembro	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro S. Jayakumar.
2005, Setembro	Abertura do Escritório Comercial de Singapura em São Paulo.
2007	Missão a Singapura da Agência Nacional de Transporte Aquaviários.
2007	Visita a Singapura do Ministro da Agricultura, Luís Guedes.
2007	Visita do Ministro do Comércio de Singapura ao Brasil.
2007, Agosto	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros George Yeo, para participar da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
2008, Fevereiro	Visita oficial do Chanceler Celso Amorim a Singapura. (A visita estendeu-se a Hanói.)
2008, Março	Visita ao Brasil do Secretário Permanente do Ministério de Comércio e Indústria de Singapura, Peter Ong.
2008, Março	Visita a Singapura do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Heráclito Fortes, e dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior e Adelmir Santana (em sequência a Hanói, Jacarta e Díli).
2008, Março	Visita a Singapura do Subsecretário-Geral Político para África, Ásia/Oceania e Oriente Médio, Embaixador Roberto Jaguaribe.
2008, Maio	Visita do Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung.
2008, Junho	Visita ao Brasil do Ministro de Comércio e Indústria, Lim Hng Kiang.
2008, Julho	Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Yacoob Ibrahim.
2008, Setembro	Encontro entre o Ministro Celso Amorim e o Ministro George Yeo, à margem da 63ª Assembleia Geral da ONU.
2008, Setembro	Visita a Singapura do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ivan Ramalho, para participar do *Latin Asia Business Forum* (Lab-08).
2008, Outubro	Visita do Vice-Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia.
2008, Novembro	Chanceler George Yeo participa da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília.
2008, Novembro	Visita do Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong ao Brasil.
2009, Julho	Visita do Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

2009, Agosto	Visita da Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Solange Vieira.
2009, Setembro	O Chanceler George Yeo e a Representante Permanente Alterna da Delegação Brasileira junto à ONU participam de Sessão Ministerial ASEAN-Mercosul, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU.
2009, Novembro	Visita do Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Welber Barral.
2009, Novembro	I Reunião do Comitê Conjunto de Comércio e Investimentos.
2010, Janeiro	Missão do Ministro de Desenvolvimento Nacional, Mah Bow Tan, ao Brasil.
2010, Abril	Missões de Secretarias estaduais do Rio de Janeiro a Singapura (Obras Públicas, Meio Ambiente e Esporte).
2010, Julho	Visita do Secretário-Geral Antonio Patriota a Singapura.
2011, Outubro	Visita do Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos, Leônidas Cristino, com missão empresarial.
2012, Maio	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio de Singapura, Lim Hng Kiang.
2012, Junho	Visita do Ministro do Meio Ambiente de Singapura, Dr. Vivian Balakrishnan em ocasião da Rio+20.
2012, Julho	Visita ao Brasil do Ministro dos Transportes de Singapura, Lui Tuck Yew.
2012, Setembro	Visita do Governador da Bahia, Jaques Wagner.
2013, Abril	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Justiça K Shanmugam ao Brasil, ocasião em que foi inaugurada a Embaixada residente de Singapura, a única na América Latina.
2014, Janeiro	O então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Ricardo Ferraço, visita Singapura.
2014, Novembro	Visita a Singapura da Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, em parada técnica a caminho da reunião do G-20 em Brisbane, Austrália.
2015, Julho	Visita a Singapura do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (Visita a Singapura, Timor-Leste, Vietnã e Japão).

Acordos Bilaterais

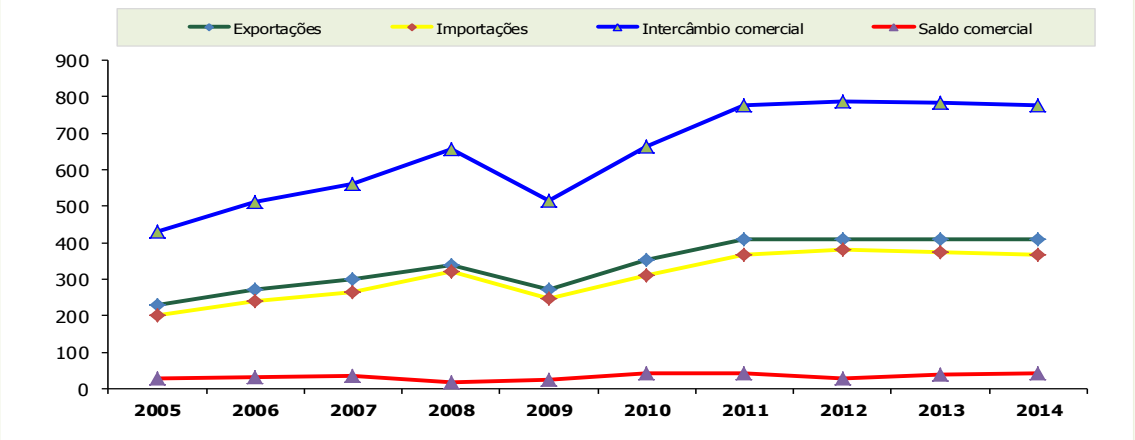
Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Singapura sobre a Isenção Parcial de Vistos	14/12/2011	Em vigor (desde 25 de janeiro de 2014)
Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Singapura (2008)	25/11/2008	Aprovado pelo Congresso Nacional; Em processo de Promulgação.
Acordo sobre Serviços Aéreos	28/10/1997	Em vigor (desde 03/09/1999)

Evolução do Comércio Exterior de Singapura

US$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	230	15,6%	200	15,2%	430	15,4%	30
2006	272	18,4%	239	19,3%	511	18,8%	33
2007	299	10,1%	263	10,2%	562	10,2%	36
2008	338	13,0%	320	21,5%	658	17,0%	18
2009	270	-20,2%	246	-23,1%	516	-21,6%	24
2010	352	30,4%	311	26,4%	663	28,5%	41
2011	410	78,3%	366	82,8%	775	80,4%	44
2012	408	-0,3%	380	3,8%	788	1,7%	29
2013	410	0,5%	373	-1,8%	783	-0,6%	37
2014	410	-0,1%	366	-1,8%	776	-0,9%	44
2015(jan-mar)	89	-11,5%	73	-21,5%	162	-16,3%	16
Var. % 2005-2014	**78,5%**	**--**	**83,1%**	**--**	**80,7%**	**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.



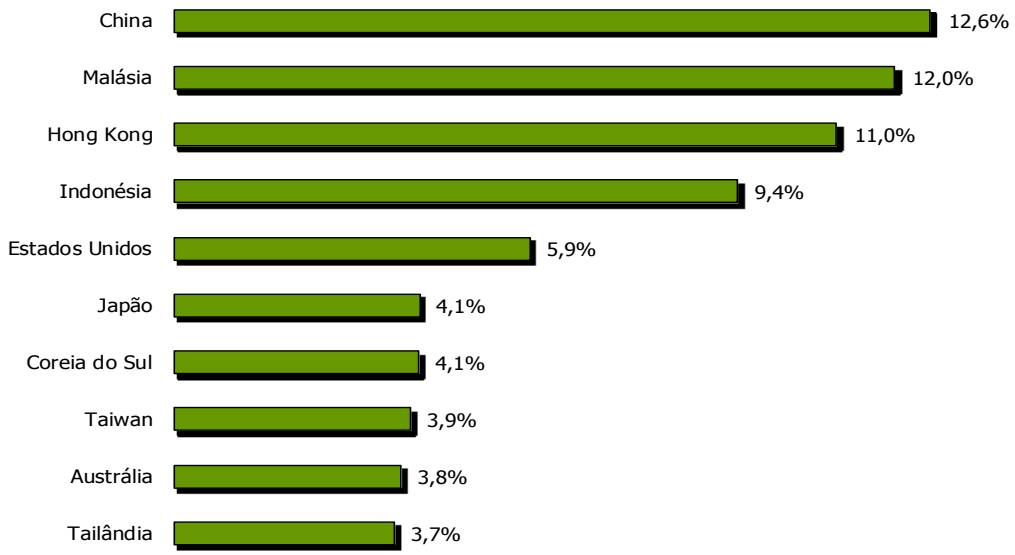
Direção das Exportações de Singapura

US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
China	51	12,6%
Malásia	49	12,0%
Hong Kong	45	11,0%
Indonésia	38	9,4%
Estados Unidos	24	5,9%
Japão	17	4,1%
Coreia do Sul	17	4,1%
Taiwan	16	3,9%
Austrália	16	3,8%
Tailândia	15	3,7%
...		
Brasil (29ª posição)	***2***	***0,4%***
Subtotal	**290**	**70,8%**
Outros países	**120**	**29,2%**
Total	**410**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2015.

10 principais destinos das exportações



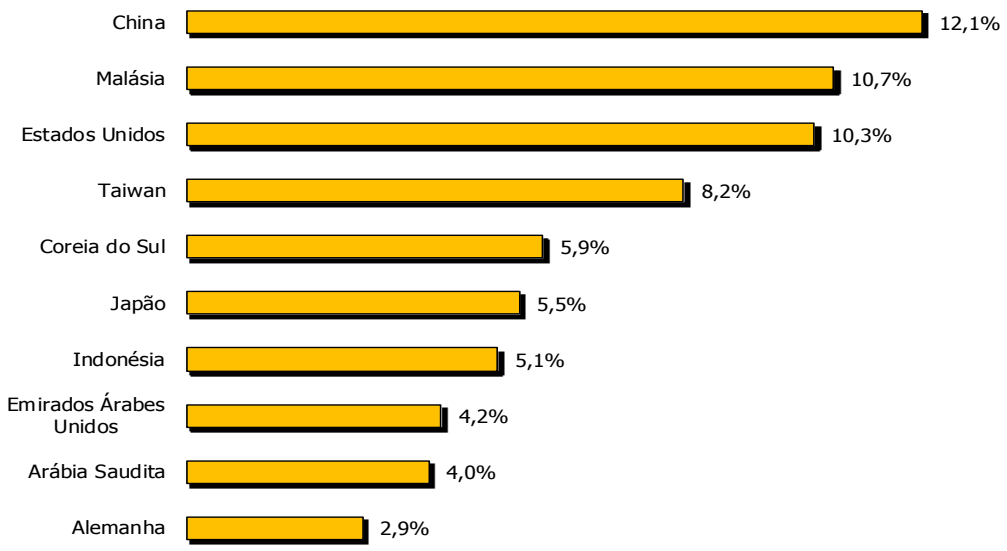
Origem das Importações de Singapura

US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
China	44	12,1%
Malásia	39	10,7%
Estados Unidos	38	10,3%
Taiwan	30	8,2%
Coreia do Sul	22	5,9%
Japão	20	5,5%
Indonésia	19	5,1%
Emirados Árabes Unidos	15	4,2%
Arábia Saudita	15	4,0%
Alemanha	11	2,9%
...		
Brasil (28ª posição)	***2***	***0,6%***
Subtotal	**255**	**69,5%**
Outros países	**112**	**30,5%**
Total	**366**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2015.

10 principais origens das importações



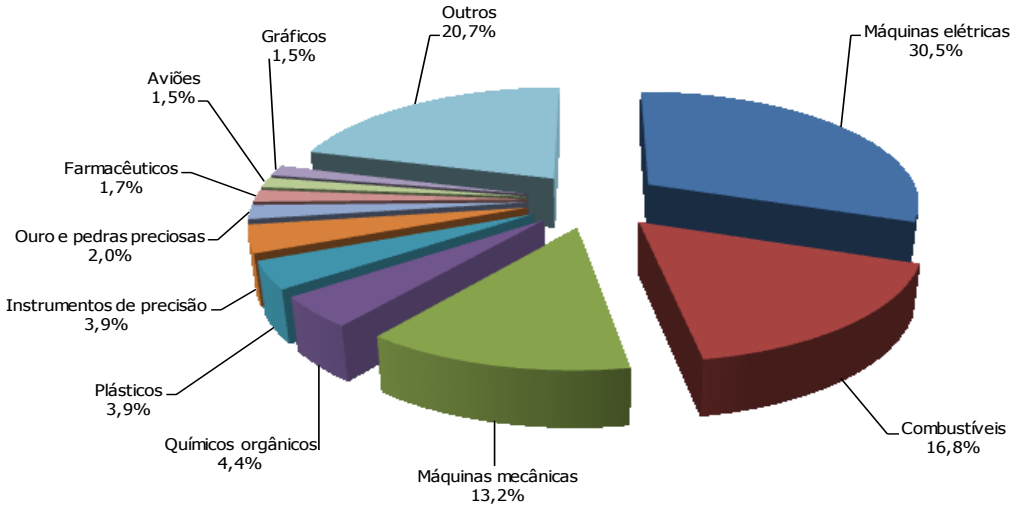
Composição das exportações de Singapura

US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Máquinas elétricas	125	30,5%
Combustíveis	69	16,8%
Máquinas mecânicas	54	13,2%
Químicos orgânicos	18	4,4%
Plásticos	16	3,9%
Instrumentos de precisão	16	3,9%
Ouro e pedras preciosas	8	2,0%
Farmacêuticos	7	1,7%
Aviões	6	1,5%
Gráficos	6	1,5%
Subtotal	**325**	**79,3%**
Outros	**85**	**20,7%**
Total	**410**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2015.

10 principais grupos de produtos exportados



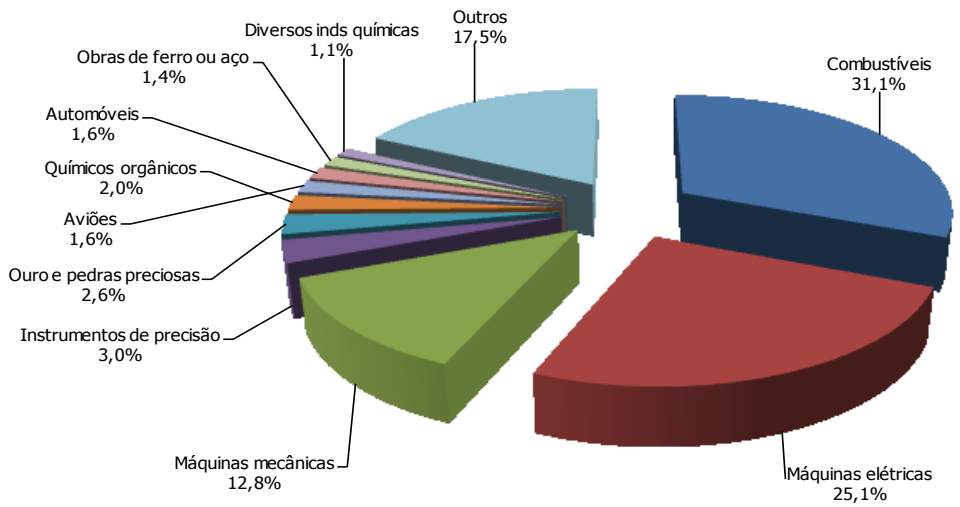
Composição das importações de Singapura

US$ bilhões

Descrição	2014	Part.% no total
Combustíveis	114	31,1%
Máquinas elétricas	92	25,1%
Máquinas mecânicas	47	12,8%
Instrumentos de precisão	11	3,0%
Ouro e pedras preciosas	10	2,6%
Químicos orgânicos	7	2,0%
Aviões	6	1,6%
Automóveis	6	1,6%
Obras de ferro ou aço	5	1,4%
Diversos inds químicas	4	1,1%
Subtotal	**302**	**82,5%**
Outros	**64**	**17,5%**
Total	**366**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, August 2015.

10 principais grupos de produtos importados

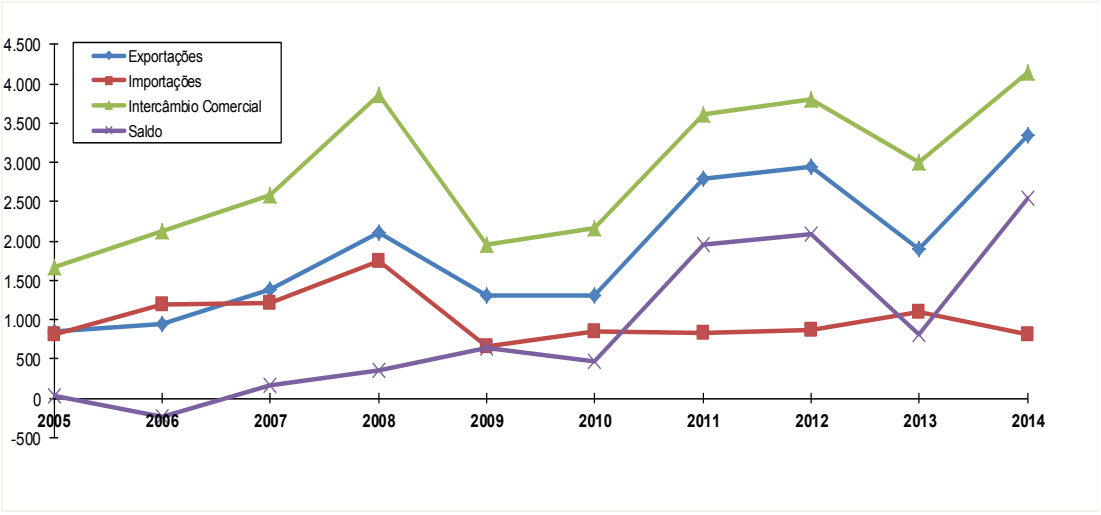


Evolução do Intercâmbio Comercial – Brasil-Singapura

US$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	845	47,7%	**0,71%**	815	91,7%	**1,11%**	1.660	66,5%	**0,86%**	30
2006	945	11,8%	**0,69%**	1.188	45,7%	**1,30%**	2.133	28,5%	**0,93%**	-243
2007	1.379	46,0%	**0,86%**	1.209	1,7%	**1,00%**	2.588	21,3%	**0,92%**	170
2008	2.108	52,8%	**1,06%**	1.745	44,4%	**1,01%**	3.853	48,9%	**1,15%**	362
2009	1.297	-38,4%	**0,85%**	658	-62,3%	**0,52%**	1.956	-49,2%	**0,70%**	639
2010	1.309	0,9%	**0,65%**	848	28,8%	**0,47%**	2.158	10,3%	**0,56%**	461
2011	2.786	112,8%	**1,09%**	827	-2,5%	**1,23%**	3.613	67,5%	**0,75%**	1.960
2012	2.943	5,6%	**1,21%**	861	4,1%	**0,39%**	3.804	5,3%	**0,82%**	2.082
2013	1.905	-35,2%	**0,79%**	1.093	27,0%	**0,46%**	2.999	-21,2%	**0,62%**	812
2014	3.348	75,7%	**1,49%**	804	-26,5%	**0,35%**	4.152	38,5%	**0,91%**	2.544
2015 (jan-jul)	1.524	-33,4%	**1,35%**	458	14,4%	**0,42%**	1.982	-26,3%	**0,90%**	1.066
Var. % 2005-	**296,3%**		**--**	**-1,4%**		**--**	**150,1%**		**--**	**n.c.**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.

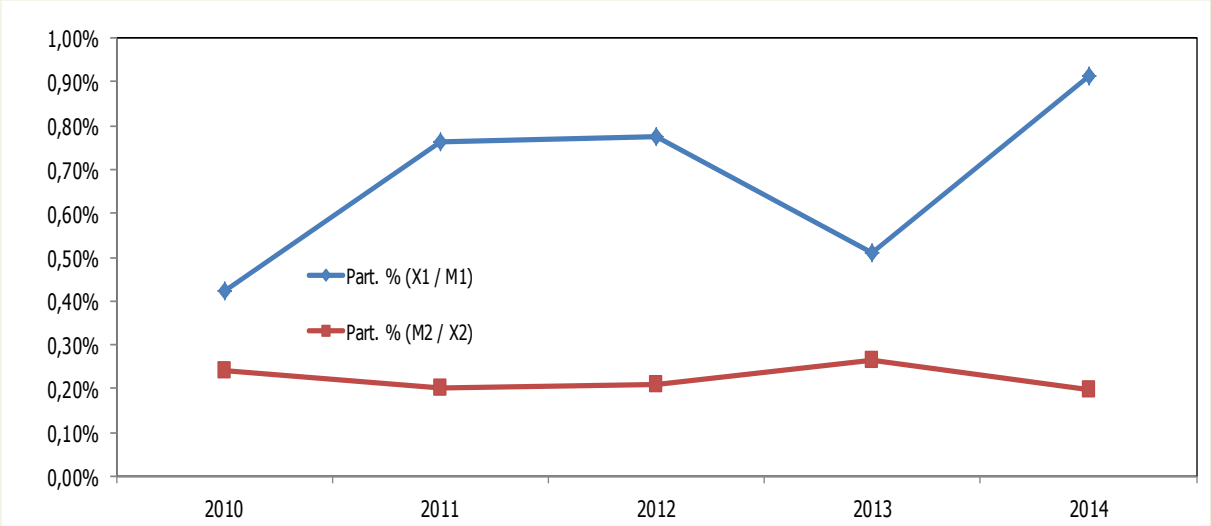


Participação porcentual (%) do Brasil no comércio de Singapura

US$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Cingapura (X1)	1.309	2.786	2.943	1.905	3.348	**155,7%**
Importações totais de Cingapura (M1)	310.791	365.770	379.723	373.016	366.376	**17,9%**
Part. % (X1 / M1)	**0,4%**	**0,8%**	**0,8%**	**0,5%**	**0,9%**	**116,9%**
Importações do Brasil originárias de Cingapura (M2	848	827	861	1.093	804	**-5,2%**
Exportações totais de Cingapura (X2)	351.867	409.504	408.393	410.250	409.914	**16,5%**
Part. % (M2 / X2)	**0,2%**	**0,2%**	**0,2%**	**0,3%**	**0,2%**	**-18,6%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

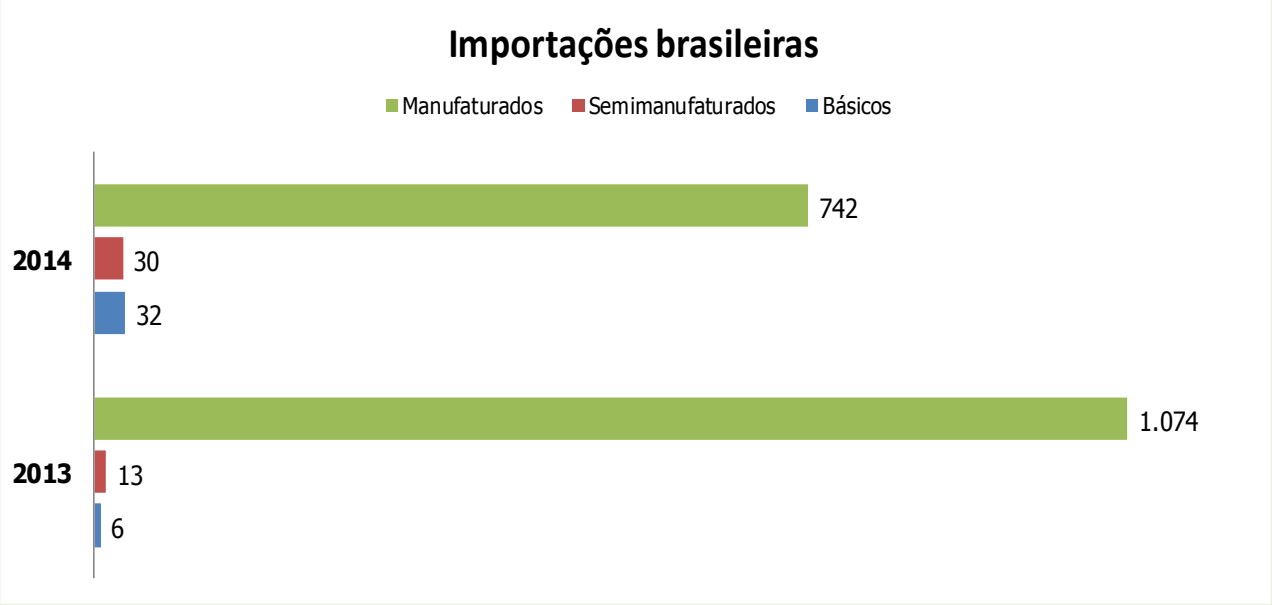


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US$ milhões

Comparativo 2014 com 2013





Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2015.

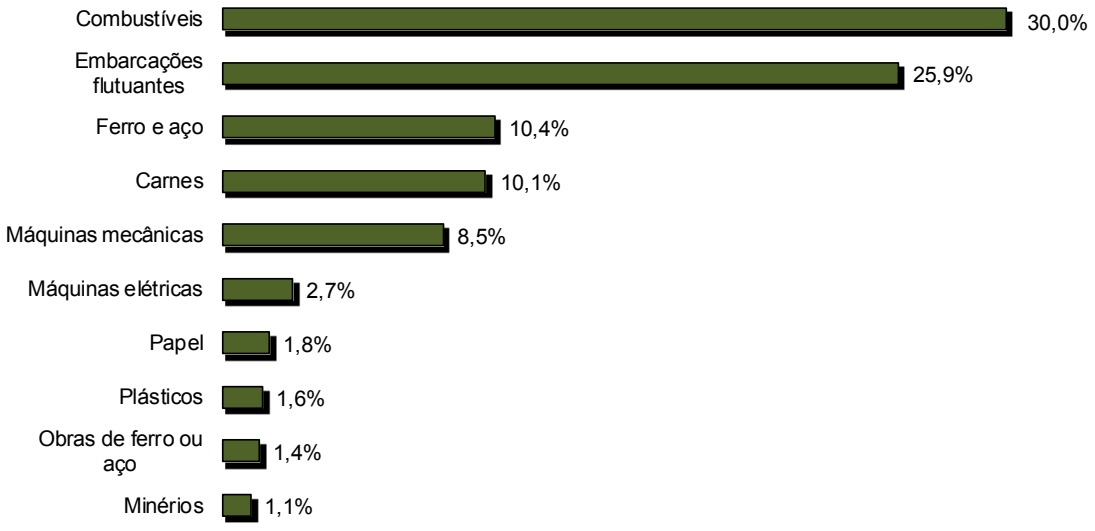
Composição das exportações brasileiras para Singapura

US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%
Combustíveis	1.257	42,7%	735	38,6%	1.006	30,0%
Embarcações flutuantes	670	22,8%	3	0,2%	866	25,9%
Ferro e aço	319	10,8%	205	10,8%	349	10,4%
Carnes	290	9,9%	306	16,1%	338	10,1%
Máquinas mecânicas	52	1,8%	166	8,7%	284	8,5%
Máquinas elétricas	24	0,8%	76	4,0%	91	2,7%
Papel	58	2,0%	79	4,1%	61	1,8%
Plásticos	3	0,1%	43	2,3%	52	1,6%
Obras de ferro ou aço	50	1,7%	84	4,4%	48	1,4%
Minérios	4	0,1%	4	0,2%	37	1,1%
Subtotal	**2.727**	**92,7%**	**1.701**	**89,3%**	**3.132**	**93,5%**
Outros produtos	**216**	**7,3%**	**204**	**10,7%**	**216**	**6,5%**
Total	**2.943**	**100,0%**	**1.905**	**100,0%**	**3.348**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



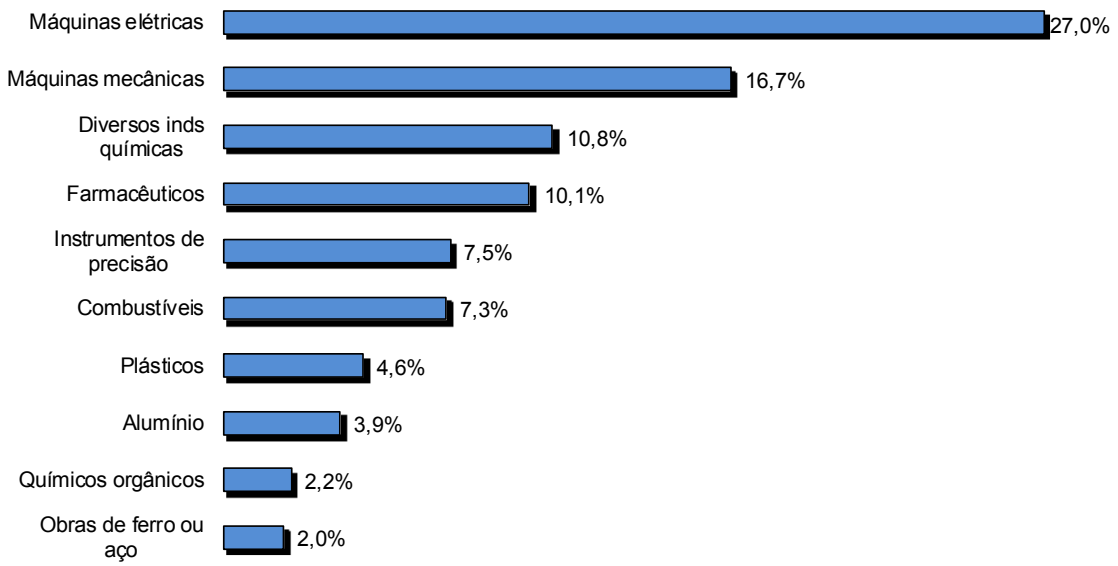
Composição das importações brasileiras originárias de Singapura

US$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%
Máquinas elétricas	262	30,4%	310	28,4%	217	27,0%
Máquinas mecânicas	195	22,7%	167	15,3%	134	16,7%
Diversos inds químicas	8	0,9%	6	0,5%	87	10,8%
Farmacêuticos	76	8,8%	102	9,3%	81	10,1%
Instrumentos de precisão	56	6,5%	70	6,4%	60	7,5%
Combustíveis	82	9,5%	283	25,9%	59	7,3%
Plásticos	37	4,3%	42	3,8%	37	4,6%
Alumínio	14	1,6%	20	1,8%	31	3,9%
Químicos orgânicos	17	2,0%	15	1,4%	18	2,2%
Obras de ferro ou aço	7	0,8%	24	2,2%	16	2,0%
Subtotal	**754**	**87,6%**	**1.039**	**95,0%**	**740**	**92,0%**
Outros produtos	**107**	**12,4%**	**54**	**5,0%**	**64**	**8,0%**
Total	**861**	**100,0%**	**1.093**	**100,0%**	**804**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

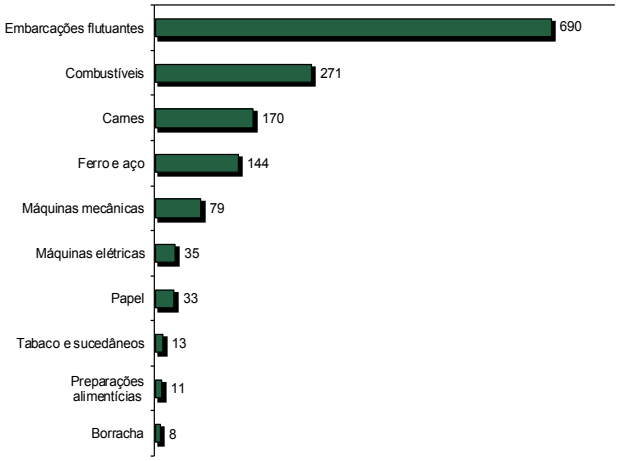


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US$ milhões, fob

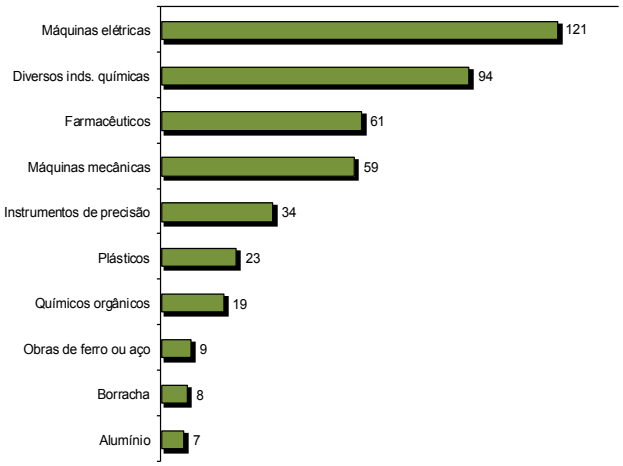
DESCRIÇÃO	2014 (jan-jul)	Part. % no total	2015 (jan-jul)	Part. % no total
Exportações				
Embarcações flutuantes	866	37,8%	690	45,3%
Combustíveis	546	23,8%	271	17,8%
Carnes	197	8,6%	170	11,2%
Ferro e aço	192	8,4%	144	9,4%
Máquinas mecânicas	199	8,7%	79	5,2%
Máquinas elétricas	62	2,7%	35	2,3%
Papel	34	1,5%	33	2,2%
Tabaco e sucedâneos	8	0,3%	13	0,9%
Preparações alimentícias	9	0,4%	11	0,7%
Borracha	8	0,3%	8	0,5%
Subtotal	**2.121**	**92,6%**	**1.454**	**95,4%**
Outros produtos	**169**	**7,4%**	**70**	**4,6%**
Total	**2.290**	**100,0%**	**1.524**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Máquinas elétricas	137	34,2%	121	26,4%
Diversos inds. químicas	6	1,5%	94	20,5%
Farmacêuticos	37	9,2%	61	13,3%
Máquinas mecânicas	71	17,7%	59	12,9%
Instrumentos de precisão	34	8,5%	34	7,4%
Plásticos	22	5,5%	23	5,0%
Químicos orgânicos	5	1,2%	19	4,1%
Obras de ferro ou aço	10	2,5%	9	2,0%
Borracha	11	2,7%	8	1,7%
Alumínio	21	5,2%	7	1,5%
Subtotal	**354**	**88,3%**	**435**	**94,9%**
Outros produtos	**47**	**11,7%**	**23**	**5,1%**
Total	**401**	**100,0%**	**458**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Agosto de 2015.

Aviso nº 486 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 77, DE 2015

Mensagem nº 424

MENSAGEM 77, DE 2015.

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a retirada de tramitação da Mensagem nº 276, de 24 de julho de 2015, referente a indicação da Senhora VIRGINIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

Senado Federal Fl. nº 42 SGM

SUPAR
00001.002167/2015-90 (A 3)

EM nº 00446/2015 MRE

Brasília, 21 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossa Excelência a retirada de tramitação no Senado Federal, por razões pessoais e supervenientes, da mensagem referente à indicação de **VIRGINIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

Aviso nº 487 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Retirada de tramitação de mensagem.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, solicita a retirada de tramitação da Mensagem nº 276, de 24 de julho de 2015, referente a indicação da Senhora VIRGINIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Estônia.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

As **Mensagens nºs 72 a 76, de 2015**, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A **Mensagem nº 77, de 2015**, vai à publicação e será votada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Queria cumprimentar todos os que nos acompanham pela Rádio e TV Senado. Estamos iniciando aqui uma sessão deliberativa ordinária, exatamente às 14 horas e 1 minuto. Lá no Acre, para os senhores terem conhecimento, ainda são 11 horas da manhã.

Então, boa tarde aqui e bom dia ainda no Acre.

O Jornal Nacional agora, por conta do horário de verão, é gravado. O futebol também é gravado. Há uma série de outras situações por conta desse fuso horário de 3 horas.

Senadora Ângela Portela, V. Exª pede a palavra?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª é a primeira inscrita para uma comunicação inadiável. E o Senador Lasier pediu para fazer uma permuta e assumiu a inscrição de V. Exª.

Então, convido para fazer uso da tribuna o Senador Paulo Paim, em seguida a Senadora Ângela Portela, minha querida amiga lá de Roraima, e o nosso colega, companheiro do Rio Grande do Sul, Senador Lasier. O Senador Humberto Costa é o primeiro Líder inscrito.

Neste começo, tem de ser uma comunicação inadiável, após o Senador Lasier, será V. Exª. Tudo muito rápido.

Senador Paulo Paim, V. Exª está indo ao meu Estado, sexta-feira, quero, em primeira mão, dizer que estamos colocando o meu gabinete à disposição, para avisar o pessoal das cooperativas, dos movimentos sociais. E, com autorização de V. Exª e de sua assessoria, estamos organizando um café da manhã, um encontro com Nilson Mourão e outros que trabalham com as questões dos direitos humanos, das causas sociais, porque é um presente para o Acre a sua presença lá, na sexta-feira agora.

Então, com a palavra, V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, é com alegria que eu vou ao Acre, quero dar um abraço também lá no Governador, meu colega aqui do Senado, foi Vice-Presidente, numa parceria muito grande aqui. Se existe a PEC Paralela para os trabalhadores da República, foi obra, principalmente, dele. Muitos pensam que a obra foi minha, mas o Relator foi ele! Foi ele quem interagiu comigo, construímos juntos, e hoje a PEC Paralela é saudada por todos os servidores públicos do País.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu acho que ele vai querer que você almoce com ele, se ele estiver em Rio Branco, para começar a relembrar esses tempos de atuação aqui no Parlamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os bons tempos com ele como Vice-Presidente da Casa. E vai ser uma alegria também ouvir as cooperativas, depois estar com os movimentos sociais, principalmente na área de Direitos Humanos; e o evento na Assembleia, que é uma assembleia que eu chamo uma assembleia livre na Assembleia Legislativa, com a participação de Deputados, Senadores do Estado, com a presença, normalmente também, do Secretário de Direitos Humanos de cada Estado, onde vamos debater a terceirização, a precarização, a questão do negociado sobre o legislado, que são questões que preocupam aos trabalhadores. Esse é o décimo oitavo Estado que eu visito. Eu devo, até o fim do ano, no máximo em fevereiro, passar nos 27 Estados e trazer, então, uma redação final, como Relator do PL 30, para votar aqui no Senado, conforme a expectativa da própria comissão especial, que tem o companheiro, Senador Otto, na Presidência, e o Senador Blairo como Relator geral. Agradeço a todos por terem me concedido a relatoria de um projeto tão importante para o mundo do trabalho.

Mas, Sr. Presidente, eu quero, primeiro, registrar a minha satisfação – eu que, às vezes, venho aqui à tribuna e faço críticas – por a Presidenta Dilma ter, de uma vez por todas, regulamentado, via Estatuto da Juventude, de que fui Relator, e fizemos um bom debate aqui no plenário, que o idoso não ficaria naquele percentual de 40%. Ao idoso, de acordo como está no Estatuto, seria garantido o direito à meia-entrada em todo espetáculo, seja cultural, seja esportivo, seja no cinema, seja no teatro, enfim.

Havia uma discussão sobre esse tema e, no fim – sei que o Ministro Miguel Rossetto também contribuiu muito para que o idoso não tivesse nenhum prejuízo –, está assegurado ao idoso – como nós tínhamos colocado no Estatuto do Idoso, no relatório e em emenda aqui no plenário, conforme acordo feito com a juventude brasileira e suas entidades que entendiam que assim estavam contempladas – o direito de pagar meia-entrada.

Um outro registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer é sobre o Dia do Arquivista. Quero deixar meu abraço aos arquivistas pelo seu dia, 20 de outubro. Essa é uma profissão que entra para a história. No dia 20 de outubro de 1823, foi cogitada a existência de um Arquivo Público no Brasil. Assim, na Constituinte de 25 de março de 1824, o então Deputado Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, apresentou a proposta de inclusão para a criação do arquivo.

Esse foi um fato histórico de grande relevância para o início da preservação do acervo histórico documental do País. Somado a isso, para reforçar mais ainda essa importância dos arquivistas, foi inaugurada, no dia 20 de outubro de 1981, a Associação dos Arquivistas Brasileiros, que estava, assim, instalada, e foi consagrada a data comemorativa a esses profissionais da cultura.

Eu recebi uma mensagem da Srª Ivonete Pereira Tavares, 68 anos de idade e 34 anos como arquivista. Ela conta que assiste, Senador Jorge Viana, todos os dias a TV Senado e acompanha a luta que todos nós travamos aqui em defesa dos trabalhadores, dos aposentados, da mulher, do menor, dos discriminados. Enfim, em sua carta, Srª Ivonete conta um pouco da sua trajetória como arquivista. Ela diz: "Sou mulher, negra e pobre, mas consegui, com muito sacrifício, romper a barreira das dificuldades, e assim me formei em Arquivologia em 1988. Num pequeno anúncio na coluna 'Múltipla Escola' estava escrito: Vestibular para o curso permanente de Arquivo do Arquivo Nacional". Isso, segundo ela, era junho de 1975.

Em 2008, recebeu um comunicado, via *e-mail*, para visitar o *site* do Senado Federal no setor de Arquivos.

> Ao entrar no *site* [diz ela], ela, me deparei com a frase: 'Guardar é um hábito, arquivar é uma ciência', fiquei envaidecida e feliz.
> Como admiro a política e o debate, passei a acompanhar diariamente as atividades do Senado.
> Em 2013, foi criado o Manual de Consultoria Arquivística, cujo objetivo é dispor sobre o tratamento, organização e transferência de documentos para a Coordenação de Arquivos.
> Mas, quando o Senado Federal divulga a publicação "Guia de Fontes de Informação para o Senado Federal", sinto falta da citação do arquivista, entre os bibliotecários, historiadores e pesquisadores.
> Aos 68 de idade, e 34 como arquivista, mesmo diante de tantos progressos, reconheço, cursos, estudos, teorias, práticas, pós-graduação, mestrados, doutorados, produções científicas, leis, associações, registros profissionais, ainda sinto que tem que se valorizar mais o arquivista. O arquivista é visto ainda como um técnico e não como um gestor da informação arquivística.

Essa é uma questão a ser vista com carinho, afinal esses profissionais zelam por um patrimônio, eu diria que zelam pelo patrimônio e pela memória da humanidade.

Enfim, fica aqui o meu abraço e uma homenagem, neste dia, à arquivista Ivonete Pereira Tavares e, por intermédio dela, estendo a todos os arquivistas brasileiros o meu carinhoso abraço.

Por fim, Sr. Presidente, ainda conversei hoje com o Senador Tarso Jereissati e demonstrei-lhe um pouco das preocupações que inúmeros setores estão trazendo ao meu gabinete quanto ao PLS 555, de 2015, o Estatuto Jurídico das Estatais.

Desde que foi promulgada a Constituição de 88, eu estava lá, foram definidos os limites de exploração de atividade econômica pelo Estado. Apenas por lei específica e iniciativa do Executivo, pode ser constituída uma empresa pública ou sociedade de economia mista, ou ainda autorizada a criação de subsidiárias. Uma emenda constitucional passou a exigir que seja estabelecido por lei um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços. Essa lei, até hoje, não foi editada e, assim, abre espaço para que, de forma muito rápida, quebrando regras, se estabeleça um estatuto que preocupa muito os trabalhadores.

Nessa discussão do PLS nº 555, de 2015, prevê o art. 5º: "A empresa pública e a sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... nesta Lei, ficarão sujeitas ao regime previsto na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

Esse dispositivo, conforme os líderes dos trabalhadores e das centrais, coloca em risco, mais uma vez, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Tendo em vista tudo isso, eu conversei hoje com o Senador Tasso Jereissati. Ele disse: "Fique tranquilo, vamos conversar. Não é intenção privatizar nada. E eu receberei você e a delegação de sindicalistas no momento em que vocês entenderem mais adequado."

Eles me levantaram, Sr. Presidente, algumas questões, que eu deixo, respeitosamente – e sei que o Senador Tasso Jereissati é um homem de diálogo, haveremos de construir um entendimento em cima do projeto –

para registro nos *Anais* da Casa: vício de iniciativa, matéria que trata de assunto relativo à organização do Poder Executivo, abrangência e o excesso de detalhamento. Ele disse que fere as prerrogativas do Chefe do Executivo, não tem definida com clareza a função social, limitações excessivas quanto aos tipos societários, limitação na composição do órgão societário, obrigatoriedade de S.A. com ações ordinárias apenas, possibilidade de abertura de capital facilitada em pactos, segundo os mesmos, aplicação compulsória, transição onerosa, recompra de ações preferenciais *versus* conversão em ações ordinárias. Enfim, esses são alguns detalhes.

O intuito da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal) é evitar que uma boa intenção possa ser deturpada, e por isso eles querem um debate amplo. Fiquei contente com o diálogo que tive pouco tempo atrás com Senador Tasso Jereissati. Ele disse: "Não, pode dizer para a Fenae que não é nada disso que eles estão pensando. Estamos totalmente abertos a dialogar e a construir uma redação que preserve o interesse dos trabalhadores e da sociedade em geral."

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª e considere na íntegra os meus três pronunciamentos.

Eu vou participar agora da apresentação, no Petrônio, de um grande evento sobre a primeira infância.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero deixar registrado meu abraço e meus cumprimentos aos arquivistas deste País pelo transcurso do seu dia, 20 de outubro.

É interessante falar um pouco sobre a história desta profissão.

No dia 20 de outubro de 1823 foi cogitada a existência de um Arquivo público no Brasil.

Assim, na Constituinte de 25 de março de 1824, o então deputado Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, apresentou a proposta de inclusão para a criação desse Arquivo.

Esse foi um fato histórico de grande relevância para o início da preservação do acervo histórico documental do país.

Somado a isso, para reforçar ainda mais a significância desta data para os arquivistas, foi coincidentemente no dia 20 de Outubro de 1971 que a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi inaugurada e, assim, foi consagrada a data comemorativa desses profissionais.

Srªs e Srs. Senadores, eu recebi uma mensagem muito querida da Sra. Ivonete Pereira Tavares, que tem 68 anos de idade e 34 como arquivista.

Ela conta que assiste a TV Senado com frequência e acompanha a luta que temos travado em favor dos aposentados, dos trabalhadores, da mulher, do menor e dos profissionais em geral.

Em sua carta, a Sra. Ivonete conta um pouco da sua trajetória:

(abre aspas) "Mulher, Negra e Pobre que conseguiu com muito sacrifício romper a barreira das dificuldades e se formou em Arquivologia em 1978.

Um pequeno anúncio na coluna "Múltipla Escola" estava escrito: Vestibular para o Curso Permanente de Arquivo, no Arquivo Nacional", era junho de 1975.

Em 2008, recebi um comunicado via e-mail para visitar o site do Senado Federal no setor de Arquivos.

Ao entrar no site me deparei com a frase: "Guardar é um hábito, Arquivar é uma ciência", fiquei envaidecida e feliz.

Como admiro a política e debates, passei a acompanhar diariamente as atividades da Casa. (...)

(...) Em 2013 foi criado o Manual de Consultoria Arquivística cujo objetivo é dispor sobre o tratamento, organização e transferência de documentos para a Coordenação de Arquivos.

Mas quando o Senado Federal divulga a publicação "Guia de Fontes de Informação para o Senado Federal, sinto falta da citação do arquivista, entre os bibliotecários, historiadores e pesquisadores.

Aos 68 de idade e 34 como arquivista, mesmo diante de tantos progressos, cursos, estudos, teorias, práticas, pós-graduação, mestrados, doutorados, produções científicas, leis, associações, registros profissionais, ainda sinto o desprestigio por que passa o profissional de arquivo. O arquivista é visto como técnico e não como um gestor da informação arquivística.

Sr. Presidente, essa é uma questão a ser vista com carinho, afinal, esses profissionais zelam por nosso patrimônio histórico e documental, pelas memórias do nosso País.

Por fim, quero salientar que esta homenagem que faço a arquivista Ivonete Pereira Tavares, eu estendo a todos os arquivistas brasileiros.

Meu abraço, meu respeito e meu agradecimento a todos vocês!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi publicado no Diário Oficial, no início deste mês, o Decreto nº 8.537/2015, que trata da regulamentação do benefício da meia-entrada com reserva de 40% dos lugares em eventos artísticos, culturais e esportivos para estudantes, jovens de 15 a 29 anos de baixa renda e pessoas com deficiência.

Os idosos com mais de 60 anos não foram atingidos. Mantem-se o direito garantido no Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741 de 2003) ...

Portanto, basta apresentar a carteira de identidade para usufruir do benefício (meia-entrada, desconto de 50% do valor)

É claro, senhoras e senhores, que houve uma discussão para mudar o que está garantido no Estatuto do Idoso.

Eu cheguei a receber em meu gabinete o ministro da Cultura, Juca Ferreira. Na oportunidade apresentei inúmeros manifestos de entidades em defesa dos idosos e da exclusão dos mesmos da quota determinada pela Lei 12.933/2013, muito embora o ministro tenha defendido uma "hipocrisia" a venda de meia-entrada em espetáculos culturais, uma vez que, segundo ele, o benefício tem o preço de uma inteira no país.

No dia 1º de agosto a Comissão de Direitos Humanos realizou uma audiência pública para tratar do tema, com a participação de representantes de entidades de idosos, estudantes e produtores de espetáculos.

Lembrei em uma das minhas falas na audiência pública que a concessão do direito à meia-entrada em eventos culturais passou por um amplo debate no Congresso Nacional, tanto no âmbito da discussão do Estatuto do Idoso, quanto na discussão do Estatuto da Juventude.

O ministro Juca Ferreira afirmou que o Brasil pratica um dos ingressos mais caros do mundo e pediu que se busque uma saída para esse que é um problema antigo no País.

Essa audiência foi produtiva pois levou a sociedade muitos esclarecimentos, e obviamente, opiniões favoráveis e contrárias.

A partir daí então convocamos nova reunião no meu gabinete com o objetivo de construirmos um consenso em torno da concessão de meia-entrada para idosos.

Em todas as conversações o Fórum Nacional da Pessoa Idosa e a Caravana da Pessoa Idosa de Pernambuco (entidade vinculada ao Ministério público) foram enfáticos que o Estatuto do Idoso garante a meia entrada, inclusive apresentando e levando ao conhecimento do Ministério da Cultura e dos representantes dos produtores artísticos várias notas técnicas sobre o assunto.

Por fim, chegamos ao entendimento, e hoje, o benefício da meia-entrada para o idoso brasileiro continua garantido.

Ressalto a importância do Ministro Juca Ferreira nesse debate, participando das conversas com as entidades, em especial da audiência pública promovida pela CDH.

Garantir os 50% de desconto em cinemas, teatros, concertos, jogos, museus e parques aos idosos foi uma vitória do Estatuto do Idoso e da sociedade.

Uma luta de todos nós, do bom combate, de muito diálogo e argumentação.

Uma conquista da cidadania, de um direito social previsto na Carta da República!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste Registro quero tratar do PLS 555/2015: Estatuto Jurídico das Estatais.

Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988 foram definidos os limites de exploração de atividades econômicas pelo Estado.

Apenas por lei específica pode ser constituída uma empresa pública ou sociedade de economia mista, ou ainda autorizada a criação de subsidiárias.

Uma emenda constitucional passou a exigir que seja estabelecido, por lei, um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços.

Mas essa lei até hoje não foi editada, o que abre espaço para que, de forma antidemocrática, regras equivocadas e que prejudicam o patrimônio dos brasileiros sejam aprovadas.

Nessa discussão o PLS 555/2015 prevê:

"Art. 5º A empresa pública e a sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto nesta Lei, ficarão sujeitas ao regime previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. "

Esse dispositivo coloca em risco mais uma vez a Caixa Econômica Federal (CEF), 100% pública e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo em vista que em suas normas gerais possui a determinação de que ´empresa pública e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima´.

Para evitar esse risco, sugere-se excluir da referida regra a possibilidade de abertura automática do capital da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que, ao mesmo tempo que têm uma grande função social, conseguem ser lucrativos.

Ora, das grandes empresas estatais brasileiras, a Caixa está entre as poucas que não têm seu capital aberto nem figuram como de economia mista, logo, preservar essa conquista do povo brasileiro, é fundamental, inclusive para que continue cumprindo sua função social e dando suporte aos programas sociais do País.

Problemas no PLS 555/2015:

• Vício de iniciativa – matéria que trata de assunto relativo à organização do Poder Executivo

• Abrangência e excesso de detalhamento...

• Invasão das prerrogativas do Chefe do Executivo

• Função social: definições superficiais

• Limitações excessivas quanto aos tipos societários

• Limitações na composição dos órgãos societários (eg. presença em conselhos de Ministros e titulares de cargos de direção e assessoramento do Executivo)

• Obrigatoriedade de SA com ações ordinárias apenas. Possibilidade de abertura de capital facilitada. Impactos – privatização

• Aplicação compulsória

• Transição: onerosa. Recompra de ações preferenciais x conversão em ações ordinárias

Ao todo foram apresentadas 89 emendas ao PLS 555/2015.

O intuito da FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal -, é evitar que o Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015, que trata do Estatuto das Estatais, seja votado sem debate com os trabalhadores das empresas públicas e outros segmentos da sociedade.

O projeto ia ser votado em regime de urgência no dia 22 de setembro, mas devido à pressão dos trabalhadores a votação foi suspensa.

Para o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, a proposta pavimenta o caminho para a abertura de capital da Caixa.

"Se o banco deixar de ser 100% público e se transformar em sociedade anônima, haverá, entre outros danos, o engessamento da atuação na execução de políticas públicas. O mercado está preocupado em garantir os recursos dos seus investidores. Não está preocupado com o cidadão. O país melhorou muito nos últimos anos, e a Caixa foi protagonista. Não podemos retroceder".

Sr. Presidente, em Ofício que recebemos da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), eles salientam que:

A FENAE

"(...) foi fundada em 29 de maio de 1971, durante o 6º Congresso Nacional das Associações de Pessoal, em Curitiba (PR), para dar maior integração e unidade ao movimento associativo dos empregados do banco.

A Fenae congrega 27 Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs). Atualmente, o número de associados, ativos e aposentados, é de mais de 50 mil.

Nossa missão é promover o bem-estar do pessoal da Caixa, atuando coletivamente na defesa dos direitos e incentivando práticas sociais, esportivas e culturais.

Juntamo-nos às muitas vozes frontalmente contrárias à aprovação de urgência ao PLS 555/2015, que cria a Lei Geral das Estatais.

Nós, que sempre estivemos na luta em defesa da Caixa 100% pública, alertamos para a temeridade que representa a tramitação de tal matéria sem a ampla participação dos trabalhadores nas instituições abrangidas pelo projeto, assim como da sociedade brasileira.

A proposta de enquadrar as empresas públicas na legislação destinada a empresas privadas sem o devido debate com a sociedade é fato inadmissível em um sistema democrático.

Sob o argumento correto da necessidade de dotar de maior transparência as gestões das estatais, o PLS 555/2015 urde a tentativa de retomar o capítulo infeliz da nossa história, o período das privatizações, eivadas de corrupção.

As mudanças propostas de forma oportunista e autoritária no referido PLS causariam prejuízos incalculáveis à classe trabalhadora, e gastos astronômicos ao Governo Federal, justo em um momento de restrição. Uma verdadeira "pauta-bomba", com o objetivo de retirar direitos dos trabalhadores e explodir o gasto público.

Portanto, solicitamos a Vossa Excelência o posicionamento contrário à urgência ao PLS 555/2015 e ao PLS 167/2015. Caso tais matérias venham a ser votadas pelo Senado Federal, requeremos que sejam modificadas a fim de que não seja cometido um gravíssimo ataque ao patrimônio dos trabalhadores e do povo brasileiro que são as empresas públicas existentes em todo território nacional".

Eu quero reafirmar aqui, meu apoio à demanda feita pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Paulo Paim, eu cumprimento V. Exª. Eu estava aqui nas tratativas da sua audiência no Acre. O Governador vai estar viajando, mas o Secretário dos Direitos Humanos, Nilson Mourão, ficou muito feliz...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meu colega no Parlamento, foi Deputado Federal junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ele ficou muito feliz em poder ajudar a organizar a sua agenda lá. A audiência pública será à tarde. De manhã, no café da manhã, teremos um encontro com os movimentos sociais e uma visita ao Governador em exercício. Acho que dá para fazer uma boa agenda. Estou aqui assessorando V. Exª, como um auxiliar do seu gabinete.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. V. Exª é um *gentleman,* um diplomata.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu convido para fazer uso da tribuna, para uma comunicação inadiável, a nossa colega Senadora de Roraima, companheira, querida amiga Ângela Portela. Com a palavra V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana, nosso Presidente.

Hoje, trago um assunto que é um pouco constrangedor, mas não podemos deixar de enfrentar os problemas, temos de enfrentá-los, buscando solução. O meu Estado de Roraima, Sr. Presidente, aparece, pela segunda vez consecutiva, em primeiro lugar no *ranking* de casos de estupro em nosso País, em 2014. É o segundo ano que ele tem essa estatística.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Já, já vou falar dos números da violência, que são terríveis!

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – É verdade.

Dados do 9º Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados recentemente, revelam que, no ano passado, foram registrados, em Roraima, 276 casos de estupro, o que daria em média 55,5 casos a cada 100 mil habitantes. É um número muito preocupante! Foi o segundo ano seguido em que Roraima ocupou essa posição. Em 2013, apareceu no 8º Fórum Brasileiro de Segurança Pública com 302 ocorrências. Comparados os dados computados, a redução foi de 29 casos, de um ano para o outro, mas, mesmo assim, continuamos liderando esse *ranking* vergonhoso do crime de estupro em nosso País.

Ainda conforme os dados do 9º Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, foram registrados 47.646 casos de estupro em nosso País. Esse número, embora seja 7% menor do que o total de casos em 2013, é muito alto, é revoltante e é preocupante!

Nós não podemos fechar os olhos para esse cenário de horror, desenhado a partir da coleta de informações feita junto às secretarias estaduais da segurança pública, com base na Lei de Acesso à Informação e por meio do cruzamento de dados, que são disponibilizados pelos órgãos via internet.

O Fórum também levanta dados referentes às tentativas de estupros no País em 2014, e, de igual modo, o cenário se revelou preocupante, com o registro de 5.042 casos. Em Roraima, foram levantados 52 casos de tentativas de estupro no ano passado, número equivalente a uma taxa de 10,5 casos a cada 100 mil habitantes, que supera o total registrado em 2013, quando 46 tentativas foram contabilizadas em boletins de ocorrência.

Os dados sobre estupros ocorridos no Brasil, bem como os de tentativas desse crime, nos levam a uma conclusão: ainda temos muito a investir muito em políticas públicas e nos equipamentos sociais de amparo e proteção às mulheres, aos idosos, às nossas crianças, aos nossos adolescentes em condição de vulnerabilidade social, econômica, física e emocional, que são vitimadas a cada dia em nosso País.

A nossa responsabilidade é redobrada, quando sabemos que os números aqui citados podem ser ainda muito mais altos do que os apontados pelo Fórum. Segundo estima o Fórum Brasileiro de Segurança Pública,

podem ter ocorridos, somente no ano passado, entre 136 mil e 476 mil casos de estupro no Brasil. É um número alarmante e muito preocupante. Os pesquisadores admitem que os dados reunidos podem estar subnotificados, seja em função da vergonha sofrida pela vítima, seja por medo das ameaças dos agressores. São dois fatores que contribuem para a subnotificação: a vergonha e o medo das ameaças dos agressores.

Dados do estudo "Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde", elaborado pelo Ipea, mostram que apenas 10% dos casos chegam conhecimento da polícia – apenas 10%.

Precisamos, Sr. Presidentes, juntos, Parlamentares, gestores públicos, educadores, especialistas na área, buscar solução para este problema social, cultural a de ordem pública. A responsabilidade de erradicar este crime que destrói a vida das vítimas é de todos nós.

Em Roraima, a Governadora, Suely Campos, vem se empenhando no enfrentamento à violência, especialmente aquela que é praticada contra as mulheres e as pessoas em condições de vulnerabilidade.

Há a Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), mas, infelizmente, dos quinze Municípios de Roraima, somente a nossa capital tem uma delegacia especializada no atendimento à mulher. Há apenas uma. Há apenas uma Casa Abrigo de Maria, que visa proteger as mulheres dos agressores. E há também a Coordenação Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, que está implementando o Programa Mulher, Viver sem Violência, do Governo Federal, que visa assegurar e garantir atendimento às mulheres em situação de violência. E quero registrar aqui que, quanto à Casa da Mulher Brasileira, o Governo já está trabalhando, conduzindo o processo de licitação, para a construção dessa casa de atendimento à mulher. Na nossa capital, ela vai ser próximo da antiga Casa do Vovô, um local estratégico, um local considerado muito apropriado para esse tipo de atendimento pelos especialistas.

São ações desse tipo, Sr. Presidente, que nos animam a seguir em frente na luta contra todas as formas de violência: violência contra as mulheres, contra os nossos idosos, contra as nossas crianças, contra os nossos adolescentes, contra as famílias vulnerabilizadas pela pobreza e pela exclusão social.

Eu não poderia deixar de registrar esses dados, esses indicadores tristes que, infelizmente, afetam o nosso País e afetam também o meu querido Estado de Roraima.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senadora. Eu vou falar daqui a pouco sobre esse mapa da violência, algo que afronta a dignidade humana. V. Exª tem toda a razão quando não aceita o posto de se ter no Estado de Roraima uma referência do estupro. E V. Exª, como mulher, como Senadora, está coberta de razão em fazer esse alerta e cobrar uma posição das autoridades.

Eu passo a palavra para o Senador Lasier, que permutou com a Senadora Ângela, e, em seguida, para o Senador Humberto Costa, que vai falar como Líder do PT na Casa.

Com a palavra V. Exª, Senador Lasier, não sem antes dizer que estamos de novo aqui solidários com o povo do Rio Grande. Ontem, eu falei isso com o Senador Paim e hoje ainda. Tomara que o sofrimento não se amplie lá, apesar das informações de que as chuvas seguem fortes no Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É incrível, Presidente Jorge Viana, o que vem acontecendo. Depois de 15 dias de chuvas intensas, houve um rápido intervalo de dois dias, e recomeçaram as chuvas no dia de hoje.

Sr. Presidente Jorge Viana, Srªs Senadoras, Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu quero fazer duas rápidas considerações.

Uma primeira é de cumprimentos, de parabéns pelos 70 anos de uma entidade que me diz respeito, por ter sido dirigente dela durante alguns anos, já distantes, que é a Associação dos Cronistas Esportivos Gaúchos, muito atuante no meu Estado. A celebração dos 70 anos ocorreu na última sexta-feira, dia 16 de outubro. E pudemos celebrar com grandes amigos a passagem de mais esse aniversário de uma associação representativa muito forte do jornalismo esportivo do Rio Grande do Sul.

Uma segunda consideração é sobre um tema bem mais candente. Eu quero parabenizar o Senador Cristovam Buarque, do meu Partido, pelo artigo "Impeachmistas e anti-impeachmistas", publicado na edição de hoje do *Correio Braziliense*, um artigo que recomendo para leitura e reflexões, por refletir uma realidade atual. O Senador Cristovam, com admirável inspiração, faz um importante retrato do que está acontecendo hoje no Brasil. O Senador muito bem observa e escreve que, enquanto se discute o *impeachment*, o Brasil desce a ladeira no terreno da economia, do desenvolvimento e do combate a desigualdades. Ele ressalta que o País se encontra dividido em dois campos antagônicos: O primeiro defende o *impeachment* da Presidente da República. O segundo defende severamente a permanência da Presidente. O Senador Cristovam, nesse seu artigo severo, lúcido e certeiro, é muito crítico em relação a ambas as posições.

Em relação aos que defendem o *impeachment*, alerta que o grupo não diz o que acontecerá se Dilma for substituída por Temer e que também não levam em conta o custo político de quebrar a normalidade pela interrupção do mandato presidencial, mesmo que dentro das regras previstas pela Constituição. No entanto, alerta o Senador Cristovam que o grupo tem razão quando afirma que será muito difícil ao País se recuperar sob o Governo Dilma e dos partidos cúmplices de seus erros.

Em relação aos defensores de Dilma, o Senador Cristovam, do PDT, observa que o grupo não diz o que acontecerá, se Dilma continuar mais três anos sem credibilidade nem competência técnica e política para liderar o País. Os anti-impeachmistas também adotaram o seguinte discurso:

> [...] acham que tudo vai bem no País, que, nunca antes na história deste País, se conseguiu fazer tanto pelos pobres e isso justifica tudo: a corrupção da Petrobras e as pedaladas, os erros na condução da política econômica, as manipulações para vencer as eleições, os descumprimentos de promessa de campanha [etc.]

No seu oportuno e bem colocado artigo de hoje no *Correio Braziliense*, o Senador Cristovam assinala o seguinte: "Presos ao debate que escolheram, não percebem que nem *impeachment* nem anti-impeachment serão suficientes para enfrentar a crise em que estamos e a decadência que iniciamos".

E essa é uma grande verdade, que faço questão de repetir. Escreve muito bem o Senador Cristovam: "... nem *impeachment* nem anti-impeachment serão suficientes para enfrentar a crise em que estamos e a decadência que iniciamos".

Quanto ao resultado, alerta o Senador Cristovam:

> Os indicadores da crise são assustadores: recessão, inflação, desemprego, queda de arrecadação, déficits fiscais, desvalorização do real, endividamento, e o mais grave é que a Presidente Dilma e as equipes econômica e política não demonstram competência técnica, nem credibilidade para reverter esse [doloroso] quadro.

Enfim, o Senador do nosso PDT conclui com mais uma advertência: "Há ao redor, crise, e, adiante, decadência, a concentração obsessiva do debate entre *impeachment* e anti-impeachment sectariamente excluindo os que tentam pensar, acusados de vendidos ou golpistas".

E, com a experiência de grande Parlamentar que é, de ex-Governador do Distrito Federal, de professor emérito e de ex-Reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque nos adverte para um grande risco já quase iminente, quando diz: "O Brasil está prestes a entrar em algo ainda mais grave, a decadência social e econômica".

Enfim, Sr. Presidente, o País atravessa uma situação crítica, mas o debate está travado, e as grandes questões nacionais se encontram deixadas de lado. O País está afundando na paralisia simplesmente e apenas no debate político.

Parabéns, então, ao Senador Cristovam, pela lucidez do artigo de hoje no *Correio Braziliense* e pela disposição de colocar o debate político em um nível elevado e mais produtivo nestes dias de tantas incertezas no País!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Lasier.

Inscrevo aqui a Senadora Ana Amélia para uma comunicação inadiável, que é a última, já que a Senadora Gleisi está na frente de V. Exª.

Convido o Senador Humberto Costa, Líder da nossa Bancada, para fazer uso da tribuna.

Em seguida, sou eu o inscrito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, hoje é um dia muito especial para todos nós brasileiros e, muito particularmente, para todos nós que sempre lutamos para que o Brasil fosse um País socialmente mais justo, com igualdade de oportunidades para todos.

Neste dia 20 de outubro, estamos comemorando os 12 anos de criação do Programa Bolsa Família, um programa de envergadura mundial, responsável por retirar mais de 36 milhões de brasileiras e brasileiros da extrema pobreza, o que o transforma no maior instrumento de inclusão social da história do Brasil e num dos maiores indutores de transferência de renda do Planeta.

O Bolsa Família, criado no governo do Presidente Lula e largamente ampliado pelas ações do Governo da Presidenta Dilma, ofereceu às cidadãs e aos cidadãos brasileiros as condições e as oportunidades para que mudassem o próprio quadro de pobreza em que viviam.

Complementou a renda daqueles que estavam abaixo da linha da dignidade humana, para que pudessem, eles mesmos, operar mudanças nas próprias vidas, ao passo em que exigiu compromisso dos beneficiários com as parcelas mais frágeis dessas populações, especialmente crianças e jovens.

As condicionalidades de saúde e de educação criadas como requisitos para os beneficiários provocaram uma verdadeira revolução nessas áreas. A comida passou a chegar com regularidade às mesas dos mais pobres, e, pela primeira vez em cinco séculos, o Brasil viu nascer uma geração de filhos seus absolutamente sem fome, saudáveis e na escola.

O Bolsa Família veio alimentar, mas veio também reduzir a mortalidade e o trabalho infantis, veio colocar milhões de crianças na escola, veio cuidar das grávidas e de seus bebês, veio dar poder às mulheres na condução das famílias, veio reduzir a desigualdade social de maneira inédita, veio aumentar o mercado de consumo e aquecer o comércio, veio gerar emprego e fortalecer o crescimento, gerando o maior ciclo de desenvolvimento jamais conhecido por nós.

No começo, muitos chamavam o Bolsa Família de Bolsa Esmola e Bolsa Miséria, fazendo pouco caso da situação de penúria em que milhões de brasileiras e brasileiros se encontravam. Até hoje, ainda há uma meia dúzia de bem-nascidos que diz por aí que o Bolsa Família estimula a vagabundagem. Pois saibam que, desses que muitas vezes são chamados de vagabundos, mais da metade é de crianças e jovens, aos quais estava reservado um futuro de fome e de trabalho subumano, que esse programa acabou. Saibam que sete em cada dez beneficiários adultos do programa estão no mercado de trabalho, seja procurando emprego, seja exercendo atividades precárias, com rendimentos insuficientes para manter suas famílias.

Na área da saúde, especificamente, é imprescindível registrar que as condicionalidades adotadas pelos nossos governos garantem o acompanhamento de mais de nove milhões de famílias nas unidades de saúde de todo o País.

Nessas famílias, 5,5 milhões de crianças são permanentemente avaliadas, em razão de que mais de 99% estão com a vacinação em dia e de que 84,7% têm avaliação nutricional realizada. No caso das gestantes, 99% têm o pré-natal rigorosamente sob controle. Lá em Pernambuco, meu Estado, por exemplo, onde mais de 1,1 milhão de famílias são beneficiadas, reproduzimos a média nacional com mais de 99% de gestantes e crianças com o pré-natal e a vacinação em dia, respectivamente.

Na prática, isso quer dizer que a mãe come melhor, faz o pré-natal regularmente e tem acompanhamento nas unidades de saúde, que a criança nasce com o peso adequado, mais forte, toma as vacinas, alimenta-se bem e cresce dentro dos padrões, ultrapassando, com segurança, uma barreira que as gerações dos seus pais e dos seus avós não tinham a mesma facilidade para ultrapassar.

Será um brasileirinho que atingirá a idade escolar em plenas condições de aprender e de ingressar numa escola, longe do fantasma da mortalidade infantil e da desnutrição, que ceifava suas vidas ou devastava as suas capacidades cognitivas.

E, logo aí, aos seis anos de idade, entram em campo as condicionalidades de educação do Bolsa Família. Para fazer jus ao benefício, as famílias também têm de garantir às crianças e aos adolescentes inscritos todo o amparo para que frequentem a escola regularmente.

Atualmente, 17 milhões de crianças e jovens que recebem a complementação de renda – número equivalente à população do Chile – são regularmente acompanhados, e os resultados se mostram espetaculares: eles têm 95,7% de presença em sala de aula. É um número 30 pontos percentuais superior à média dos que não são beneficiários do programa.

Ou seja, o Bolsa Família deixa a criança e o jovem prontos para a escola, assegura-lhes o ingresso na instituição de ensino, merenda de qualidade, meio de transporte, quando é o caso, e os mantém estudando regularmente.

Com isso, a infância e a juventude ficam mais expostas ao ambiente escolar, a frequência às aulas aumenta, e o abandono cai, melhorando as taxas de aprovação e reduzindo as desigualdades nas trajetórias escolares.

Graças à verdadeira revolução provocada pelo Bolsa Família, o Brasil foi um dos países que mais contribuiu para que o mundo alcançasse o 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que visava à redução da pobreza extrema, até este ano, à metade do nível de 1990.

Em 2003, quando o Presidente Lula assumiu a Presidência, 14% da nossa população viviam na extrema pobreza. Nós derrubamos esse trágico número para menos de 5%. Em suma, a pobreza extrema no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ...em pouco mais de uma década dos governos do PT, foi reduzida em quase 65%.

Posso ouvir, Sr. Presidente, a Senadora Gleisi Hoffmann?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Pois não, Senadora.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Apenas, Senador Humberto, eu queria me somar a V. Exª neste pronunciamento e parabenizá-lo por esse resgate que faz do Bolsa Família e do aniversário que o programa faz hoje. Quero dizer a V. Exª que, na semana passada, também falei um pouquinho sobre o Programa Bolsa Família e sobre o atendimento da Meta do Milênio de redução da fome e da miséria. Mas eu queria lembrar também a V. Exª que, pela primeira vez no Brasil, em razão do Bolsa Família, em razão do Brasil Carinhoso, da extensão desses programas de renda, estamos formando a primeira geração sem fome. Acho que isto vale os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma: vamos formar a primeira geração sem fome deste País! Esse foi um desafio da sociedade brasileira, um desafio para esses governos. Repito: isso vale os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Então, quero parabenizar V. Exª e me somar ao pronunciamento que V. Exª faz, parabenizando o Bolsa Família.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo integralmente ao meu pronunciamento. Digo, inclusive, que, no ano passado, tivemos a alegria de sermos retirados do Mapa da Fome da ONU depois da constatação de que houve uma redução de 82% no número de pessoas subalimentadas no Brasil entre 2002 e 2013.

Esse programa levou a uma drástica queda da mortalidade infantil, colocando o Brasil acima da média global, segundo o Unicef e a OMS, pois, enquanto o mundo derrubou a mortalidade em 53% em relação aos dados de 1990, a nossa redução foi de 73%.

Em 2013, o Bolsa Família ganhou o que corresponde ao Prêmio Nobel da Seguridade Social. De 2011 a 2014, 345 missões de 92 países vieram aqui para conhecer o Bolsa Família, e para diversas dessas nações exportamos nossa tecnologia.

Dessa forma, temos muitos motivos para nos orgulharmos desse programa revolucionário. Não é esse programa um ajuntamento de penduricalhos dispersos, que atendia a pouquíssima gente, como tínhamos antes dos governos do PT. É uma política de Estado, com eixo estratégico definido, que dá origem a políticas públicas de verdade, com resultados reais como os que estamos observando. É um programa que saltou dos R$500 milhões iniciais para investimentos da ordem de R$25 bilhões, que é o que temos hoje, o que, de fato, foi responsável pela redenção de mais de 36 milhões de brasileiras e brasileiros que estavam em situação de pobreza extrema.

Quero aqui, para concluir, deixar meus parabéns ao Presidente Lula pela criação desse programa, à Presidenta Dilma por aprofundá-lo de maneira sem paralelos e, especialmente, ao povo brasileiro, que fez dessa janela de oportunidades uma porta de saída da pobreza e de entrada em novo e promissor caminho.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª.

Peço para que um colega possa presidir a sessão. Não sei se pode ser a Senadora Ana Amélia. Após a minha fala, será a vez da Senadora Gleisi.

V. Exª pode presidir a sessão, para que eu use da tribuna? (*Pausa.*)

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu queria me somar às palavras do Líder Humberto Costa e fazer o registro do alcance que o Programa Bolsa Família teve no nosso País. Eu acredito que essa é uma questão central. Não dá para discutir crise política, econômica e outras tantas crises sem levar em conta que temos milhões de pessoas no mundo, no caso do tema de que estou falando, bilhões de pessoas que não têm segurança alimentar, que não têm condição de fazer três refeições por dia. Esse era o estado do Brasil, quando o Presidente Lula chegou à Presidência da República. Ele fez as caravanas, que começaram no início dos anos 90 – foram mais de 70 –, conversando, visitando, vendo a realidade. Ele fez muitas caravanas e fez mais de 70 conferências, no seu governo, para ouvir a sociedade.

Dois pontos fundamentais foram o Fome Zero – na época coordenado pelo Sr. José Graziano, que hoje dirige a FAO, tendo sido reeleito – e a criação do Bolsa Família. Com o Bolsa Família, que é o programa Brasil Sem Miséria, criado na gestão da Presidenta Dilma e do Presidente Lula, foram alcançadas 14 milhões de famílias. Estou me referindo a 55 milhões de pessoas! Os investimentos – a gente fala de centenas de bilhões pagos com taxas de juros – foram de R$28 bilhões, quase US$10 bilhões, ou 0,5% do PIB brasileiro.

Aqui da tribuna, na hora em que faço o registro desses 12 anos do Bolsa Família, eu fico pensando como pode haver gente que tem coragem de, inclusive, filosofar em cima da desgraça dos outros, do sofrimento dos

outros. Pessoas que têm preconceito, um dos maiores obstáculos enfrentados para implantação de um programa de segurança alimentar, que procura dar condição para que uma mãe amanheça o dia e não pense "meu Deus, amanheceu e não tenho como oferecer um café da manhã para os meus filhos", preocupada, porque está chegando a hora do almoço e não tem o que oferecer, o mesmo ocorrendo no jantar. A mãe, a boa mãe, numa casa, é a última que dorme e a primeira que acorda. São elas, sem dúvida, a expressão da família que ganhou o benefício da segurança alimentar.

O Brasil, no ano passado, saiu do mapa da fome. O Planeta, as lideranças mundiais apresentaram metas para livrar o mundo dessa chaga que é a fome. Existe algo pior? Mas, aqui, no Brasil, lamentavelmente, esse programa foi criticado. Houve tentativa de sabotagem, e muitos dizem, alguns até de boa-fé, que se deveria entregar apenas alimento às famílias. Dinheiro, não. Disseram que o Bolsa Família estimulava a preguiça, que não passava de esmola, ou pior, de compra de votos. Gente, podem acusar de qualquer coisa, mas, se não fosse esse programa – estou falando de dezenas de milhões de pessoas que passavam fome neste País –, o Brasil ainda estaria no mapa da fome. Se o nosso Governo tivesse feito só isso, Senadora Gleisi, eu já estaria orgulhoso, porque quantos governos vieram antes do nosso? Quantos governaram este País e priorizaram aqueles que já tinham, aqueles que já sabiam, aqueles que já podiam? Agora, tivemos um Governo que, se tivesse feito só isso – o Presidente Lula, nos dois mandatos, e a Presidente Dilma, no seu primeiro mandato –, já teria valido a pena ter sido Governo.

É óbvio que isso não justifica eventuais erros, problemas que temos que vencer, dificuldades que estamos passando agora, mas isso tem que estar escrito na história como uma conquista da sociedade brasileira.

Não tenho dúvida: o tempo e a prática demonstraram que essas críticas eram totalmente infundadas, mas se repetem de tempos em tempos.

Por isso, eu queria destacar algumas lições que aprendemos com o Bolsa Família. Com dinheiro na mão, a família pode comprar não só seus alimentos, mas utensílios para prepará-los, pode vestir e calçar as crianças, resolver outras necessidades, até da escola. O Bolsa Família não gerou acomodação, como alguns tentam dizer. Ao contrário, estimulou as pessoas a romper o clássico ciclo da pobreza. Mais de 70% dos responsáveis pelas famílias têm trabalho fixo.

Eu queria concluir essa fala com isso. Eu queria dizer que o desafio do mundo hoje, da FAO, das nações é fazer com que o mundo se livre dessa chaga, que é a chaga da fome. Entre os 127 países em desenvolvimento, nada menos que 72 alcançaram a meta de reduzir a fome pela metade. Vejam, e nada menos que 29 países cumpriram a meta das Nações Unidas, da FAO, da cúpula mundial da alimentação; conseguiram reduzir a miséria, a pobreza e saíram do mapa da fome. Nosso País conseguiu, a África do Sul conseguiu.

Neste momento de crise, de decepção, de tristeza em que vivemos, até de perda de esperança, temos que retomar a fé, a confiança e a esperança. Quando faço este registro, eu me reanimo, quando vejo que a política, quando prioriza aqueles que mais precisam, pode fazer muito pelas pessoas.

Eu aprendi com os mestres da gestão, que me dão aula, Oscar Motomura e tantos outros, que, se livrarmos a humanidade, o ser humano, dessa exclusão, que impede o acesso à comida, à água, um mundo novo vai surgir. As pessoas não são preguiçosas, mas como fará a mãe, que não tem nenhuma segurança para alimentar seus filhos, a não ser se preocupar com a comida? Em muitos casos, humilhando-se, pedindo. Quantas pessoas amanheciam neste País implorando, com a mão estendida, por um pão, por leite?

Podem falar, podem agredir, podem xingar, não tem problema. Repito: às vezes, é melhor sofrer uma injustiça do que praticar uma. Às vezes, não. É sempre assim.

Podem falar o que quiserem do Presidente Lula, até da Presidenta Dilma.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Podem identificar muitos erros, mas querer diminuir esse programa, o seu alcance, é cometer uma grande injustiça.

Ouço o aparte da Senadora Gleisi e volto, rapidamente, Srª Presidente, para concluir o meu pronunciamento, agradecendo a V. Exª, que me ajuda na condução dos trabalhos da Presidência.

Ouço S. Exª

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge Viana. Na realidade, eu queria, como fez o Senador Humberto Costa, também parabenizá-lo. O seu discurso foi muito emotivo e resgatou o compromisso que o Governo do Presidente Lula, da Presidenta Dilma tem com aquilo que para nós é mais sagrado: o enfrentamento à fome e à miséria. Não existe desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, país rico, país desenvolvido se uma parte expressiva da população não tem direito nem sequer de fazer três refeições por dia. Eu me lembro como se fosse hoje, quando o Presidente Lula assumiu o governo e disse: "Nós vamos proporcionar ao povo brasileiro pelo menos três refeições por dia. Se eu não fizer outra coisa, fa-

zendo isso, eu já fico muito satisfeito de ter sido Presidente do Brasil." E ele, com certeza, pode se orgulhar do legado que deixou, tanto ele quanto a Presidenta Dilma, por ter aprofundado esse legado. Além de acabar com a fome e com a miséria – como eu disse, nós estamos formando a primeira geração sem fome do País –, nós podemos dizer que temos outros efeitos, os efeitos colaterais de programas como esse, como é o caso da redução da mortalidade infantil, que já chega a 73%. O Brasil também conseguiu atingir a Meta do Milênio em relação...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O trabalho infantil, a sua redução.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O trabalho infantil, mas conseguimos atingir a Meta do Milênio em relação à redução da mortalidade infantil. Foi o País que mais teve sucesso também nessa meta. E isso tem tudo a ver com nutrição, com acesso à alimentação, com dignidade. Então, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E com o Bolsa Família.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com o Bolsa Família, que ajuda tudo isso, com certeza. Parabéns pelo seu pronunciamento, parabéns ao Presidente Lula, à Presidenta Dilma. Parabéns ao Bolsa Família pelos 12 anos de existência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento a Ministra Tereza Campello, que ajuda desde sempre esse programa, e também outros tantos que ajudaram, o Ministro Patrus.

Devo dizer que, nessa quadra de crise, Senadora Ana Amélia, que preside a sessão, nossa querida colega do Rio Grande do Sul – a senhora tem também muita sensibilidade em relação a esses temas –, temos que nos pegar a alguns exemplos que o Brasil já venceu, para termos fé de que vamos vencer também as dificuldades de hoje.

Ontem eu falava da tribuna que boa parte dos problemas econômicos que os agricultores estão vivendo, que o assalariado está vivendo, que a indústria está vivendo, que o agronegócio está vivendo, que o pequeno comerciante está vivendo é em decorrência da crise política. Se nós tivermos uma pacificação desse ambiente político, virarmos a página da eleição, procurarmos nos sentar uns com os outros, conversando, o PSDB, todos os Partidos – PMDB, PT, PP –, os Líderes, pondo o interesse do País, do cidadão brasileiro em primeiro plano, nós, certamente, vamos resolver boa parte do problema da crise econômica, que é a desconfiança. Que empresário vai fazer investimento num ambiente político como esse, de enfrentamento? Que investidor vai apostar no Brasil, se o Brasil não der segurança e ficar nessa lenga-lenga de *impeachment*, de querer eleição fora de época? O Supremo já tomou uma decisão.

Então, concluo, dizendo: confiando, Srª Presidenta Ana Amélia, colegas que estão aqui, todos que me ouvem pela Rádio e pela TV Senado; confiando que o Brasil já venceu grandes desafios, eu quero terminar minha fala dizendo que tenho um desafio, Senadora Ana Amélia, que é tão importante quanto esse de alimentar, de vencer e de não fazer mais parte do mapa da fome, que é a violência.

Saiu o Mapa da Violência na semana que passou. Houve 58 mil mortes violentas no nosso País. Foram 58 mil mortes e R$70 bilhões de investimento, num único ano, para a segurança! Isso mata mais que qualquer guerra, isso afronta. Setenta por cento dessas mortes, Senadora Ana Amélia, foram com arma de fogo. No meu Estado, lamentavelmente, a arma branca é usada quase na mesma proporção que a arma de fogo.

O Brasil tem 28 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas. Quando vamos à Argentina, ao Chile, ao Uruguai, à Bolívia, ao Peru, para falar dos vizinhos, observamos que o índice é inferior a uma dezena. É um terço! Por que nosso País é tão violento? Por que se mata tanto? Por que se morre tanto?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A vida aqui parece que não tem valor. Aqui, parece que se deixa no segundo plano esse tema, e eu o trago para o primeiro.

Tenho feito muitos discursos nesse sentido, porque eu trabalhei na Comissão de revisão do novo Código Penal, que é da década de 40, e ele está dormindo na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Sem uma lei atual, mais objetiva, que seja aplicável pelo Judiciário, nós vamos viver o drama que vivemos hoje: policiais militares nas ruas tentando enfrentar o crime, a bandidagem; prendem criminosos, entregam para a Polícia Civil, abre-se inquérito, entrega-se para a Justiça, a Justiça condena em pouco tempo, num trato absolutamente inadequado e desigual. Quer dizer, trata-se de crimes leves ou problemas leves...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... com a Justiça da mesma maneira com que se trata crimes contra a vida. Eu acho que a vida no País não tem valor. A lei brasileira não dá valor à vida. Nós temos que vencer essa situação. É óbvio que não é só uma lei que vai enfrentar esse tema. Há que haver um

compromisso da sociedade, de toda a sociedade. Não é uma questão de governo; é do Estado brasileiro, da sociedade brasileira.

Nesse sentido, celebrando aqui os 12 anos do Bolsa Família, eu lembro um outro desafio que nos envergonha, como nos envergonhava a fome que campeava neste País, que é o brutal assassinato, as mortes violentas neste País, que envergonham e colocam o Brasil como a décima nação mais violenta do mundo. São números como esses que têm que estar colocados aqui na tribuna, no nosso dia a dia, para que a gente se some ao esforço de muitos brasileiros para tirar também do mapa da violência o povo brasileiro e este nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Jorge Viana.

Eu queria, em nome da Mesa do Senado, do Senador Jorge Viana, de todos os Senadores aqui presentes, saudar os nossos visitantes que integram o Centro Cultural Missionário, visitantes que pertencem a vários países.

Sejam muito bem-vindos a Esta Casa, a Casa do Parlamento. O Senado Federal, pela Constituição brasileira, é a representação da defesa dos interesses do Estados. Por isso, cada Estado, não importa o tamanho, tem três Senadores. A Câmara tem uma representação proporcional à população de cada um dos Estados. Então, sintam-se bem-vindos, sintam-se em casa no Senado Federal, que é também a Casa da República.

Eu convido para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, a Senadora Gleisi Hoffmann, que é do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, os que nos visitam hoje aqui no Senado da República, aqueles que nos ouvem pelo Rádio Senado ou nos assistem pela TV Senado, o que me traz a esta tribuna no dia de hoje é um fato triste. Eu não gostaria de ocupar a tribuna para falar sobre isso, mas me sinto na obrigação de fazê-lo, porque, quando nós conhecemos os fatos, quando alertamos sobre eles, quando damos publicidade a eles, nós temos condições de evitar que fatos como esses se repitam.

Refiro-me a uma ação do Governo do Estado do Paraná, do Governador Beto Richa, do PSDB, realizada pela polícia, de fazer uma vistoria no ônibus dos jovens que participavam da Conferência Estadual de Juventude. A gente pensa que não é possível, mas o Governador do Paraná consegue se superar quando o tema é repressão e autoritarismo. Já vimos a história dele aqui em relação aos professores e professoras, quando os nossos mestres, educadores e educadoras lutavam pelos seus direitos, aliás, pelas conquistas que já tinham obtido, e foram fortemente reprimidos pela política. E agora acontece com os jovens.

Os jovens que foram à Conferência Estadual de Juventude do Paraná sofreram...

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Os jovens que foram participar da Conferência Estadual de Juventude do Paraná foram vistoriados, sem nenhum motivo – nós não sabemos por qual motivo –, antes de chegarem à conferência, com policiais fortemente armados e com cães, com cachorros. Foram obrigados a sair dos ônibus para passarem por essa vistoria, por essa revista. Seus dirigentes ficaram numa situação – seus dirigentes e os jovens que participavam – de vulnerabilidade.

Qual o motivo? Por que fazer isso?

Eu participei de movimento estudantil, fui em congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, da União Paranaense de Estudantes, e apenas no governo do Presidente Figueiredo, o último governo do regime militar, nós sofremos vistoria. Nos outros eventos, em nenhum deles nós fomos vistoriados ou obrigados a descer de ônibus, antes de entrar num encontro de estudantes, para fazer uma revista. Nunca aconteceu isso.

Pergunto: por que o Estado do Paraná faz isso? Qual é o motivo?

A Secretaria de Segurança soltou uma nota dizendo que foi uma operação padrão para todos os estudantes, para que não houvesse violência na conferência. Por que os jovens iam praticar violência numa Conferência Estadual de Juventude? Quantas nós já fizemos no Estado do Paraná e no Brasil? Por que isso foi acontecer? Ainda que fosse para evitar violência, seria um absurdo. Mas tanto não era, e tanto foi desmentido, que a única delegação que foi vistoriada, Srª Presidenta, foi a delegação de Curitiba. Foi obrigada a descer dos ônibus, os cachorros farejaram os ônibus, foram obrigados a tirar todas as malas, a receber vistoria dos policiais antes de entrar na Conferência Estadual da Juventude.

Vejam como o Governo do Estado do Paraná trata os seus jovens! Aliás, já tinha tratado seus professores dessa maneira.

Então, eu subo a esta tribuna com muita indignação, Srª Presidenta, porque nós estamos num País que conquistou a duras penas a democracia, num País que lutou muito para ter liberdade de expressão, para fazer encontros e para fazer as conferências. Eu quero aqui, portanto, me solidarizar aos jovens, particularmente à caravana da juventude de Curitiba, que sofreu esse tipo de violência.

E queria deixar registrada aqui a nota, quero ler para deixar registrada a nota de repúdio que foi feita pela juventude do Paraná à ação policial e ao Governo do Estado, que recepcionou a delegação de Curitiba na 3ª Conferência Estadual:

> Nós, representantes do Conselho Municipal de Juventude de Curitiba, presentes na 3ª Conferência Estadual de Juventude, realizada entre os dias 17 e 18 de outubro de 2015, em Faxinal do Céu, Paraná, repudiamos a ação policial, que recepcionou exclusivamente a delegação de Curitiba em sua chegada à referida conferência.
> Na madrugada do dia 17 de outubro de 2015, na entrada do local onde seria realizada a 3ª Conferência Estadual de Juventude, policiais fortemente armados e se utilizando de cães obrigaram os gestores públicos, representantes da sociedade civil e jovens que compunham a delegação de Curitiba a desembarcarem do ônibus onde estavam e se submeterem a revista policial.
> Somente a representação curitibana foi submetida a essa situação, o que põe em descrédito a alegação dos representantes do Governo do Estado de que aquela seria uma "operação padrão" para a própria segurança dos participantes.
> Repudiamos essa ação por entender que ela criminaliza a juventude e se mostra incoerente com o caráter do evento.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) –

> É inadmissível que um espaço de construção de políticas públicas de juventude adote ações que perpetuam o paradigma da juventude-problema.

Quero aqui me somar a essas palavras, Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, e lembrar as palavras do Senador Jorge Viana de que, durante os governos do presidente Lula e da Presidenta Dilma, fizemos mais de 70 conferências, e em nenhuma conferência, com ampla, grande participação popular, foi necessária a intervenção policial ou a revista.

Deixo aqui meu protesto ao Governo do Estado do Paraná, porque infelizmente está levando a imagem do nosso Estado para o Brasil e para o mundo como um Estado arrogante e antidemocrático.

Muito obrigada, Srª Presidenta.

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotion.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senadora Gleisi.

Não sei se foi uma mera coincidência, Senadora, mas recebi nesse final de semana um vídeo gravado por alguns estudantes, parte deles filiada à União da Juventude Socialista (UJS), que se dirigiam às ruas de São Paulo para uma manifestação quando foram abordados pela polícia, que, inclusive, os agrediu e, do nada, jogou gás lacrimogênio contra a meninada, que não tinha absolutamente nada a não ser instrumentos musicais nas mãos. Então, lamento que, assim como agiu de forma truculenta o Governo do Paraná, também tenha acontecido, pelo que percebi, no Estado de São Paulo. Os governos são irmãos, não é verdade? Lamento muito também.

Fica aqui a minha solidariedade à juventude do a Paraná e à UJS do Estado de São Paulo, que foi bárbara e violentamente agredida.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, fala como orador inscrito – e já se encontra na tribuna com um penteado totalmente novo, inovador – o Senador Blairo Maggi.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Vanessa, que preside a sessão do Senado neste momento.

Srª Presidente, venho à tribuna na tarde de hoje para mais uma vez falar um pouco sobre economia, falar um pouco sobre o que vem acontecendo no nosso País e sobre a preocupação que tenho com o que poderá acontecer daqui para frente.

Eu estou muito preocupado com os milhares ou, poderia já dizer, com os milhões de empregos que estão sendo fechados, estão sendo eliminados neste momento no Brasil em função da grave crise econômica que vivemos, da crise política e da crise moral, as quais, somadas, podem virar uma crise social muito grande no nosso País. Os empregos estão sendo perdidos, fechados, nas empresas, nas fábricas, justamente pela economia ou pela política econômica que o Governo adota neste momento.

São políticas bem diferentes de um ano para o outro: no ano de 2014, uma expansão incrível do crédito – crédito sem muita análise, sem muito critério –, programas sociais sem grandes consequências para a população, a não ser o endividamento; e, no ano seguinte, em 2015, uma falta de crédito absoluta e total, em que as empresas não têm condições, não conseguem mais se financiar no mercado. Elas não conseguem ter recursos para fazer o giro dos seus negócios.

Diferentemente, Senadora Ana Amélia, do que muitos pensam no Brasil – que os empresários são ricos, que os empresários têm dinheiro –, os empresários têm capital. Aqueles que são donos de empresa, aqueles que têm seus negócios, em micro, pequenas, médias e grandes companhias, todos eles dependem basicamente de uma coisa: dependem de crédito. Sem crédito, não existe economia. Sem crédito, não existe economia pulsante; não existe consumo e não existe fabricação.

Se estamos neste momento dessa forma, nós estamos na paradeira. Nós estamos parados na economia. Aí, milhares e milhões de empregos estão sendo perdidos em decorrência disso. Então, se o Governo não mudar a sua postura, não criar algo diferente, é óbvio que 2016 será pior do que 2015. A arrecadação de 2016 já é muito menor do que foi a de 2014. E li hoje na imprensa que o Governo prepara um anúncio de R$50 bilhões de déficit no nosso Orçamento de 2015. Em 2016 não será diferente.

Então, o Governo precisa mexer nas suas estruturas. Não adianta o Governo vir aqui no Senado Federal ou no Congresso Nacional, na Câmara, melhor dizendo, e propor mais aumento de imposto, porque, se dermos um imposto que o Governo quer hoje ou ou aumento do imposto que ele quer hoje, isso não resolverá o problema de 2015 e nem de 2016. O problema do Brasil só será resolvido com uma profunda reforma administrativa, uma profunda mudança na forma de fazer política e de gerir as coisas públicas no Brasil; de eliminar aquilo que não é necessário, eliminar aquilo que não traz nenhum centavo de ganho para a Nação e que, pelo contrário, só traz despesas, burocracia e problemas para a economia de uma maneira geral.

Senadora Ana Amélia, eu já ouço V. Exª com o maior prazer.

Em todas essas mudanças que devem ser feitas, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e seus órgãos auxiliares precisam também olhar para dentro das suas instituições e verificar se aquilo tudo que estamos gastando, se aquilo tudo que nós hoje recebemos do Governo ou do Tesouro Nacional é necessário para tocar o Senado Federal, a Câmara e os demais Poderes.

Se não for e pudermos cortar, devemos cortar. Devemos eliminar nossos gastos para sobrar mais recursos para a saúde, para a educação e para a segurança pública, que tanto demandam recursos e que não têm hoje esses recursos disponíveis.

E aí eu olho as notícias dos jornais de ontem e vejo, por exemplo, onde se diz que, lá na Presidência da República, há 18 mil cargos comissionados. O Governo – eu pedi para levantar ontem – tem mais de 100 mil, o Governo como um todo, mais de 100 mil cargos comissionados na Nação. São bilhões de reais que vão além dos salários desses funcionários, desses servidores, que são os cargos comissionados a que eles têm direito. Então, nós precisamos olhar isso também.

Um grande jornal trazia ontem também, o jornal *O Globo*, um exemplo de uma empresa, a Eletronorte, que é deficitária, não tem caixa e dividiu lucros com seus funcionários, com seus servidores. E alguns comissionados de lá receberam R$150 mil, R$140 mil de bonificação.

Ora, eu nunca vi, Senadora Ana Amélia e meus caros colegas, empresa quebrada, sem caixa, dividir lucro. Só pode ser coisa sem dono porque eu não vejo ninguém, em bom senso, fazer uma coisa dessas.

Eu ouço a Senadora Ana Amélia, com o maior prazer.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi, é recorrente e é bom que abordemos sempre esse lado da questão porque todo mundo está se perguntando: quando isso vai acabar? Para onde estamos indo? E, lamentavelmente, ninguém sabe responder, mesmo uma pessoa experiente como V. Exª. Agora, veja que contradição: quando nós tínhamos, digamos, o pleno emprego, o assalariado com poder aquisitivo assegurado para comprar, trocar de geladeira, trocar de fogão, trocar de carro, a facilidade do crédito era assegurada sem critério, como disse V. Exª. Então, crédito abundante quando o senhor tinha dinheiro no bolso. O trabalhador está trabalhando, a empresa está produzindo, está andando a economia. Quando nós estamos em um processo recessivo, o juro vai lá em cima, a puxada de freio fica mais violenta, vem o desemprego, aí não tem o dinheiro no bolso para fazer a compra e, mais, esse juro alto, altíssimo, acaba impactando naquilo em que se quer fazer ajuste fiscal. O ajuste fiscal eficiente será esse que V. Exª está

pregando, Senador Blairo Maggi. É arrumar esta casa que está em uma verdadeira desordem, a casa chamada Estado. Não é o problema de discutir se o Estado é menor ou maior, é grande ou gigante, é Estado mínimo. Não é isso. É um Estado eficiente, que funcione, que não demore três meses, quatro meses, para dar uma licença para abrir uma empresa ou fechar uma empresa. Esse é o Estado que o Brasil precisa ter. Então, concordo com V. Exª. Não é aumentando imposto que nós vamos resolver o problema, porque é como se fosse um funil: aumenta o imposto, vai para o funil e não há consequências. O ajuste fiscal verdadeiro se fará com uma profunda reforma administrativa, para ter o Estado mais eficiente. Juro alto parece ser um remédio amargo demais, que pode matar o doente ao invés de curá-lo, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. É bem nisso, na linha em que V. Exª fez o aparte, que nós devemos trabalhar. Se hoje nós, Senadores...

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos imaginar que tivesse passado pela Câmara já a CPMF e que nós tivéssemos que decidir aqui, só nós. Se nós déssemos isso ao Governo hoje, não resolveria, porque no ano que vem teria de vir outro negócio, teria de vir buscar outro imposto, porque as contas não fecham da mesma maneira.

O que eu quero aqui me referir é que, da minha parte – digo aqui por mim –, poderei, até, no futuro, apoiar alguma medida nesse sentido, mas primeiro, tem de vir a lição de casa. Não podemos mais pedir sacrifícios à população brasileira enquanto nós não fizermos a nossa parte aqui no Senado, ali no Judiciário e aqui no Executivo. Isso é claro. É óbvio que a população brasileira não aceitará nenhum tipo de sacrifício maior sem que nós – vamos nos incluir, todos juntos – o façamos, para depois poder pedir algo mais...

(Interrupção do som.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... para a população brasileira. (*Fora do microfone.*)

Obrigado, Presidente.

Para finalizar, quero dizer que, na minha avaliação, a política do Banco Central está completamente equivocada neste momento – juros altos com economia em recessão, inflação por serviços controlados, energia, petróleo. É muito diferente de querer controlar uma inflação quando de demanda. Ora, nossa galeria está cheia. Qualquer um de nós – os senhores que estão aqui e àqueles que me assistem em casa – pode sair e comprar alguma coisa no mercado, desde um caminhão a um automóvel, roupa, comida, o que quiser. Nós vamos achar isso nos supermercados. Nós vamos achar isso no mercado brasileiro. Nós não temos falta de mercadoria, a nossa inflação não é uma inflação por falta de mercadoria.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O preço majorado não é pela falta; o preço majorado é pelos serviços controlados pelo Governo, pelos preços controlados. Mais uma vez: telefonia, energia, combustível e assim por diante. E como é que nós todos vamos pagar essa conta, se o erro, o problema, está dentro do Governo?

Então, Banco Central, desculpe-me, mas vocês e quem controla o setor econômico do Brasil estão nos levando para um problema de insolvência econômica do País. A indústria da recuperação judicial já está aí; quem precisa está pedindo e quem não precisa está se organizando para pedir recuperação judicial.

Isso vai fazer com que haja um *clinch*, uma parada na economia brasileira.

Eu voltarei a esta tribuna para falar um pouco mais sobre esse assunto um outro dia, Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador.

A Mesa e eu, em especial, temos sido testemunhas de como V. Exª tem procurado ajudar, ocupando não só a tribuna, mas todas as comissões, fazendo suas observações, mas, o que é mais importante, apontando caminhos, Senador. Então, V. Exª tem dado uma grande contribuição a este País, sem dúvida nenhuma.

Dando continuidade, convido o Senador Eduardo Amorim, que fala pela Liderança do PSL, desculpe-me, do PSC. Se fosse eu, Senador, que tivesse escrito... E eu fiz uma leitura muito automática, mecânica, porque sei exatamente que o Partido de V. Exª é o PSC.

Mas, enfim, com a palavra, V. Exª, que fala pelo tempo de liderança.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, colegas Senadores, ouvintes da Rádio Senado, expectadores da TV Senado, a todos que nos assistem, a todos que nos acompanham da galeria, a todos que nos acompanham também pelas redes sociais, em meio a tantas crises, como a econômica, a fiscal, a ética, a moral, sobretudo no trato, no respeito com a coisa pública, como bem disse o Senador Blairo Maggi, aqui, há poucos instantes, como se dono não tivesse a coisa pública – e enganam-se essas pessoas, porque a coisa pública, ao contrário, é coisa sagrada, é coisa de muitos donos, sobretudo neste País no qual quem mais paga imposto é o que menos ganha –, o que me traz à tribuna nesta tarde não é falar dessas crises, mas falar de um bom exemplo, de um exemplo que pode ser copiado em todos os cantos deste País, sobretudo no momento em que a gente vive. Estamos procurando bons exemplos.

Pois bem, Srª Presidente. A cidade em que nasci, em Itabaiana, no Estado de Sergipe, conhecida legalmente como capital nacional do caminhão, na semana passada, entre os dias 14 e 17, tornou-se, também, permitam-me a licença poética, capital nacional da literatura, ao sediar sua III Bienal do Livro.

A Bienal de Itabaiana nasceu do sonho de alguns empresários e intelectuais que, percebendo a falta de movimentos rumo à cultura, sobretudo à cultura literária, realizaram no dia 16 de outubro de 2009 um primeiro encontro literário na cidade. E aqui, gostaria de homenagear os idealistas que deram vida a este evento: o empresário Honorino Júnior, da Perfil, Jamysson, da ITnet, Carlos Eloy, da FM Itabaiana, além de intelectuais como Luiz Antônio Barreto (*in memoriam*), Jorge Carvalho (Professor da Universidade Federal de Sergipe e atual Secretário), Domingos Pascoal de Melo (membro da Academia Sergipana de Letras), Antônio Saracura (escritor nascido nos povoados de Itabaiana e da Academia Itabaianense de Letras).

Deste encontro, Srª Presidente, nasceu a Bienal do Livro de Itabaiana, este ano, na sua terceira edição. A primeira, aconteceu em outubro de 2011, durante um único dia, na Associação Atlética de Itabaiana, e foi um sucesso.

Na ocasião, o portal de notícias Infonet noticiou – abro aspas: "A cidade de Itabaiana, distante 57km da capital, Aracaju, respirou a sergipanidade no último fim de semana" – fecho aspas. E continuou – abro aspas: "Foram lançadas 33 obras de autores sergipanos, abrindo perspectiva de difusão do trabalho literário a partir da comercialização de cerca de 500 títulos" – fecho aspas. Já o saudoso historiador e jornalista Luís Antônio Barreto escreveu em seu blogue – abro aspas: "Trata-se de um evento que reputo muito importante pelo espírito de se fazer cultura e pela capacidade de se realizar um evento deste porte, que ainda nem aconteceu em Aracaju".

Em 2013, com os mesmos organizadores e colaboradores, agora mais fortalecidos diante do sucesso da primeira bienal e contando com o empenho e a colaboração das Academias Municipais de Nossa Senhora da Glória, Tobias Barreto, Lagarto e Itabaiana, já em franco funcionamento, o diálogo com as escolas, com os intelectuais e artistas de cada cidade...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... tornou-se mais fácil.

Diante dessa perspectiva, o sonho, Srª Presidente, aconteceu a II Bienal do Livro de Itabaiana, nos dias 17,18 e 19 de outubro de 2013. Durante os três dias do evento, 88 escritores lançaram cerca de 113 títulos e mais de 1,5 mil livros foram comercializados apenas neste segmento.

O escritor Jorge Pi, um dos autores presentes à época, testemunhou – abro aspas: "Se não fosse este evento, minhas obras continuariam guardadas na gaveta sem incentivo e sem a busca pela publicação. A Bienal é fundamental para a cultura sergipana" – fecho aspas.

Isso, sem contar que mais de 5 mil alunos também passaram pela feira – o que foi surpreendente –, vindos de mais de 60 diferentes escolas, através de uma parceria entre a organização do evento e as escolas do Município de Itabaiana e de cidades vizinhas. Além dos alunos trazidos pelas escolas...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Além dos alunos trazidos pelas escolas, centenas de jovens e adultos também fizeram questão de comparecer à feira, interessados em conhecer mais sobre a cultura local e aproveitando as várias atividades da Bienal.

Este ano, na terceira edição da Bienal do Livro de Itabaiana, foi estimado um público de 40 mil pessoas, Srª Presidente, visitando os estandes. Estive lá, presenciei, vi – e fiquei impressionado – as praças da cidade, as salas das universidades e os auditórios durante os três dias do evento. Foram mais de 300 escritores e 500 professores, 25 cidades enviaram alunos e professores. Tudo isso sem falar nos mais de 2 mil livros que foram comercializados pessoalmente pelos escritores presentes.

Quando você entrava na bienal, chegava um ou outro escritor pedindo para você comprar o seu livro – e aqui trago alguns exemplares para mostrar.

Srª Presidente, diante da proporção que atingiu, a Bienal do Livro de Itabaiana, este ano, aconteceu em cinco locais distintos. Não tínhamos um prédio gigante para acomodar a todos. Por isso, foram cinco locais.

A sede da Academia Sergipana de Letras acolheu umas das mais importantes atividades: o debate sobre a "Literatura entre Irmãos", com ilustres convidados internacionais. Entre elas, a escritora Vera Duarte, Presidente da Academia de Letras de Cabo Verde e o escritor cabo-verdiano David Almada – um homem de muitas credenciais, que, além de escritor, é político e advogado, tendo assumido, em 1975, aos 30 anos, o Ministério da Justiça de Cabo Verde, no primeiro ano de independência do país – e os nossos imortais sergipanos.

Outro local foi a praça conhecida daquela cidade, Chiara Lubich, que é um consagrado ponto de encontro da sociedade Itabaianense...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... onde todos os meses, no dia 14, acontecem saraus culturais imperdíveis –, foi realizada a festa de abertura, na noite do dia 14 de outubro, com a inauguração da escultura em homenagem ao Sr. José da Biné, o chefe da internacional Chegança Santa, e de uma peça de teatro apresentada pela companhia Sarandi, do Paraná.

Nos *campi* da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Tiradentes, outros locais de realização do encontro, em Itabaiana, foram projetados documentários e filmes produzidos em Sergipe. Lá, também, foram recebidas as primeiras escolas visitantes.

Por fim, Sr. Presidente, nos dias 16 e 17, agora no salão de convenções do Clube de Diretores Lojistas e na Câmara Municipal de Itabaiana, aconteceram todos os demais eventos da programação: oficinas de arte, apresentações artísticas, violeiros, repentistas, muitos livros, autores conversando com seu público, exibições de...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Só mais alguns instantes, Srª Presidente.

Aconteceram eventos como exibições de filarmônicas, declamações, contações de histórias, peças teatrais, livraria móvel, loja de livros da Bienal, editoras, pinturas, caricaturistas em ação, debates, palestras, conferências. Enfim, houve uma enormidade de artistas e escritores.

Sr. Presidente, merece um registro especial o IV Encontro Sergipano de Escritores e Leitores que aconteceu no dia 17, na Câmara Municipal de Itabaiana. Durante esse evento, houve uma mesa de debates formada por jovens estudantes, a maioria de escolas públicas, vencedores dos I e II Concursos Literário da Loja Maçônica Cotinguiba, que representou um momento de muita emoção e a constatação de quão valiosa é a nossa juventude. Realmente, um momento ímpar.

Srª Presidente, colegas Senadores, muito mais teria a falar sobre a III Bienal do Livro de Itabaiana...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... que é um evento grandioso e que agregou à sua extensa e múltipla programação outro evento de grande importância, qual foi a sessão solene da Academia Itabaianense de Letras que recepcionou mais um imortal: o poeta, historiador e professor Anderson da Silva Almeida, a quem gostaria de parabenizar.

Por fim, antes de encerrar, eu gostaria de cumprimentar todos os organizadores e dizer da minha admiração e gratidão ao ver em minha cidade "ferver" um verdadeiro "caldeirão cultural", onde não apenas o povo itabaianense, mas o de todo o Estado – como disse, diante de tantas crises – puderam beber direto da fonte da literatura dos escritores cabo-verdianos Vera Duarte e David Almada, de poetas, de romancistas, de contistas, de historiadores e de repentistas.

Para finalizar, eu gostaria de citar a fala de um dos organizadores...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... da III Bienal do Livro de Itabaiana, o amigo Jamysson Machado, da Itnet – abre aspas: "É através da cultura – e uma bienal de livros como esta desempenha com eficiência esse papel – que um povo será grande... A cultura é um dos caminhos que direcionam nossa juventude ao caminho certo, é quem pode conduzir à indispensável autoestima de nossa gente." Fecha aspas.

Srª Presidente, parabéns a todos que organizaram, a todos que lutaram para que a III Bienal fosse uma realidade. Sempre acreditei no sucesso da Bienal de Itabaiana.

Mostro aqui alguns exemplares de alguns livros que ganhei e com que fui recepcionado, como aquele organizado pela Profª Inês Rezende. Este livro foi confeccionado por estudantes de escolas públicas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Este livro foi confeccionado por estudantes de escolas públicas da nossa cidade, dos bairros mais distantes, onde alguns desses alunos, infelizmente, perderam suas famílias, vítimas, muitas vezes, da violência. Eles não deixaram de escrever, de ser poetas, de ser escritores e de nos dar grandes presentes. Cito aqui o escritor José Otávio dos Santos Gomes, que recitou a sua poesia "Saudades de minha mãe":

Mãe, o céu te chamou
E, como pássaro que abandona o seu ninho,
Você se foi de mansinho
Deixando-me chorando pelos cantos...
Sozinho...
Que faço agora sem o seu carinho?
Mãe,
Minha negra, doce e linda mãe,
Como sua falta faz doer meu coração!

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) –

Eu ainda sou tão pequenininho,
Precisando tanto do seu carinho
E do seu sorriso branco e bonachão,
Que, agora, só existe na memória,
Como as suas histórias,
Contadas com emoção.
Ah, mãe,
Seria tão bom se a senhora estivesse aqui [...]

São momentos como esse que mostram que este País tem jeito, e o caminho é uma educação de qualidade. Sonho com isso, desejo isso e procuro desenvolver, aqui, no Senado Federal, uma missão. Isso aqui não tem de ser profissão para ninguém – tem de ser missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra, agora, à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, do Amazonas. V. Exª tem dez minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, quero cumprimentar todos os missionários que acompanham a sessão, neste momento, e dizer que é uma alegria muito grande receber todos.

Sr. Presidente, na última sexta-feira, o meu Partido, o PCdoB, realizou a sua reunião da comissão política com o objetivo de analisar o quadro político e, muito mais do que analisar o quadro político, procurar fazer um exercício que contribua na busca de soluções para que se findem a crise política e a crise econômica que nós vivemos. Sr. Presidente, foi uma reunião marcada por um debate intenso e muito vivo, com análises muito próximas umas das outras, uma análise política profunda. Eu gostaria de dizer que, ao final da nossa reunião, Sr. Presidente, nós aprovamos – como sempre o fazemos, em momentos delicados e em momentos em que se exige uma tomada de posição mais clara e objetiva por parte de nosso Partido – uma nota. Faço questão de encaminhar à Mesa, para que seja incluída nos *Anais* desta Casa, a nota aprovada pelo nosso Partido, o PCdoB.

Na nota, que eu não vou ler toda aqui, Sr. Presidente, nós analisamos a situação e levantamos o aspecto de que ainda vivemos um momento muito delicado, sobretudo no que diz respeito à política, à condução política do nosso País. E lá dizemos também que, pelo nono mês seguido, o País é duramente castigado por uma crise política que lhe dificulta superar um danoso período de recessão. Embora um elenco amplo de forças

políticas, sociais e econômicas já tenha proclamado a necessidade da imediata volta da normalidade política para que o País, gradativamente, retome a expansão da sua economia, o setor mais atrasado de nossa sociedade – os setores oposicionistas, sobretudo –, ao menor sinal de apaziguamento, novamente, joga gasolina no fogo, na tentativa de acelerar uma marcha a que não podemos dar outra denominação que não de uma marcha conspirativa contra a nossa própria democracia, Sr. Presidente. Nós analisamos muito a situação política e entendemos que ela permanece, como já disse, grave e complexa, mas que precisamos buscar o caminho, o caminho de superar essa crise como um todo.

Nós do Partido Comunista do Brasil entendemos que é preciso que se apoiem efetivamente as medidas que vêm sendo anunciadas. E, no nosso caso, no PCdoB, nós não apenas anunciamos o nosso apoio às medidas anunciadas pelo Governo, mas o nosso apoio sempre no sentido de buscar aperfeiçoar todas elas, levando em conta algumas diretrizes. Sr. Presidente, entendemos que o Governo tem que ter bem claro o seu foco, o seu objetivo, e qualquer uma das medidas anunciadas, sobretudo as medidas fiscais adotadas, deve ter como foco final a busca de elementos que consideramos fundamentais, como a preservação dos investimentos sociais, a política de reajuste do salário mínimo e a manutenção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Entendemos também que, como medida fiscal, ainda falta um projeto de lei que taxe as grandes fortunas. Aliás, eu não diria que falta, porque projeto de lei há muitos, inclusive da Deputada Jandira Feghali, a nossa Líder da Bancada na Câmara dos Deputados, cujo projeto tramita há muito tempo. Seria importante a aprovação desse projeto neste momento. Sabemos que os recursos que dele advirão para a arrecadação do Estado não serão suficiente para resolver todos os problemas, mas, sem dúvida nenhuma, eles serão somados a outro conjunto de medidas que já vêm sendo adotadas.

Defendemos também a necessidade da redução das taxas de juros no nosso País, cujo patamar de hoje é um dos principais responsáveis pelo rombo fiscal e entrave do crescimento econômico.

Sr. Presidente, é necessário que, gradativamente, o Governo, ao estabelecer as medidas de ajuste fiscal, compreenda que tem que fazer isso sempre mirando a necessidade da manutenção da aplicação e dos investimentos não só na infraestrutura do País, mas também nos programas sociais.

Estamos no mês de outubro, Sr. Presidente, mês em que se comemora os 12 anos do Programa Bolsa Família. Muitos que me antecederam já ocuparam a tribuna para falar desse programa extremamente importante, um programa que foi capaz, nesses 12 anos, de tirar mais de 35 milhões de brasileiros e brasileiras do estado de mais extrema pobreza.

Recentemente, o Portal 247 publicou, Sr. Presidente, uma matéria com um prêmio Nobel, um grande sociólogo polonês chamado Zygmunt Bauman, que esteve no Brasil, ao lado de representantes de 66 governos de países do mundo, que estiveram no Rio de Janeiro. Ele disse que, na avaliação dele, só o Brasil tirou 22 milhões da pobreza, mais ninguém. São palavras do polonês Zygmunt Bauman, uma autoridade intelectual, um sociólogo dos mais respeitados do mundo. E ele disse que muitas outras nações têm a aprender com o Brasil, no sentido de também desenvolverem programas que busquem a retirada de milhares e milhares de pessoas da pobreza e busquem uma situação de maior igualdade, Sr. Presidente.

Eu quero aqui fazer esse destaque, porque é um programa muito importante. Agora, quando nós estamos analisando o Orçamento para o ano de 2016, cresce a pressão no sentido de que esse programa sofra cortes. Eu entendo, Sr. Presidente, assim como muitos, que nós não devemos mexer nesse programa. E há alguns outros programas do projeto de lei encaminhado pelo Executivo para esta Casa em que temos que fazer um grande esforço, juntamente com o Poder Executivo, para recompô-los. Eu aqui me refiro, inclusive, ao Programa Farmácia Popular: Aqui tem Farmácia Popular. Não se trata daquele gratuito, porque o programa do medicamento gratuito da Farmácia Popular foi mantido na sua integralidade. Entretanto, o outro programa, que é, da mesma forma, muito importante, que é de coparticipação entre o usuário do sistema público de saúde e o Governo brasileiro, que é um programa em que o Governo subsidia o valor do medicamento, sofreu um corte profundo. Temos a opinião de que ele deva ser restabelecido, assim como o Programa Bolsa Família deve ser mantido na sua integralidade. A própria Ministra Tereza Campello tem dado inúmeras entrevistas, mostrando que não haverá corte e não haverá diminuição no Programa Bolsa Família, Sr. Presidente, de jeito nenhum.

Então, para que ele seja mantido no momento em que cai a arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios, é preciso encontrar formas...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ..., e nós aqui apresentamos alguns caminhos, como vários outros Senadores têm feito, como vários partidos têm feito. E um deles vem no sentido da necessidade de se baixar o valor das taxas de juros.

No primeiro mandato da Presidenta Dilma, o País se igualou a todas as outras nações do mundo, estabelecendo uma média parecida com a de outros países. Agora, com essas subidas seguidas pelo Banco Central e pelo Copom das taxas oficiais de juros, voltamos a ocupar a principal posição no *ranking* dos países que mais cobram juros. Ou seja, somos o País onde os juros oficiais praticados são os mais elevados, Sr. Presidente.

Então, está na hora também de haver uma grande concertação entre todos os atores no sentido de que possamos...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...diminuir as taxas de juros, Sr. Presidente.

Enfim, o que entendemos – isto é aquilo de que necessitamos; esta é a compressão do meu Partido – é que há uma necessidade efetiva de se virar a página. O povo brasileiro não pode continuar sofrendo ou tendo essa perspectiva por conta de uma crise política. É uma crise – e as últimas revelações apresentam provas e denúncias consistentes contra o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha – que tem de ser trabalhada, mas não permitindo que nosso País pare. Na realidade, o que está prevalecendo, nestes dez primeiros meses do ano de 2015, um ano que já está quase se encerrando, é que não conseguimos dar os passos que deveriam ser dados.

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu solicitaria que, se possível, V. Exª me concedesse mais dois ou três minutos.

Infelizmente, Sr. Presidente, vem prevalecendo a política do "quanto pior, melhor".

Também definimos, Sr. Presidente, a necessidade de fortalecer os movimentos sociais, os movimentos populares, para que os próprios movimentos sociais e os movimentos populares deem uma contribuição significativa, para que o Brasil enfrente da melhor forma a crise, sobretudo a crise econômica.

Nesse sentido, fortalecemos a agenda da Frente Brasil Popular e também a agenda da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, entre outras tantas articulações.

A Frente Brasil Popular é uma frente que congrega inúmeras entidades, Sr. Presidente. Foi lançada recentemente em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Essas entidades têm como objetivo discutir o Brasil de que precisamos, o Brasil que queremos. Da mesma forma, a Coalizão pela Reforma Política Democrática também é uma ampla frente, uma frente que é coordenada e dirigida pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e pela Ordem dos Advogados do Brasil e que apresentou ao Congresso Nacional uma importante proposta de reforma política. Nem toda ela foi contemplada; aliás, grande parte dela não foi contemplada. Mas penso que, graças à atuação dessa Coalizão pela Reforma Política Democrática, Sr. Presidente, Senador Reguffe, conseguimos viabilizar a proibição do financiamento empresarial de campanha.

Sem dúvida, esse foi um dos fatos mais importantes ocorridos nesses últimos tempos. Teremos, proximamente, no ano que vem, as eleições municipais, que deverão ser eleições bem diferentes daquelas que tivemos até agora, porque não serão mais eleições milionárias, que dependerão de recursos milionários ou bilionários de empresas – depois, percebe-se que quase todas elas estão envolvidas em escândalos de corrupção, de pagamento de propina e tudo mais.

Então, entendemos, nós do PCdoB, que é muito importante fortalecer esses movimentos populares no sentido de contribuir com o País, de contribuir para que possamos rapidamente sair dessa crise econômica, que, repito, não é uma crise que tenha sido construída dentro das fronteiras do nosso País. Pelo contrário, o mundo inteiro, Sr. Presidente, passa por uma crise grave.

Foi publicado o crescimento do PIB chinês, por exemplo, há poucos dias: o crescimento caiu para 6,9%. Pode parecer até que eles crescem e que essa queda, comparada com a do Brasil – que deve ter um desempenho negativo neste ano e, como tudo indica, no próximo ano também –, pode ser considerada positiva, e, no fundo, não o é, Sr. Presidente. Não o é, porque, se levarmos em consideração que a China é o país mais populoso do mundo, com 1,3 trilhão de pessoas, uma das maiores economias, que vinha crescendo a uma média de 13% ou 14% ao mês, a queda de pouco mais de 6% é uma queda significativa e tão impactante quanto a nossa também. Essa queda, obviamente, influencia a nossa economia.

Entretanto, o Brasil está longe de ser aquele País falido, como muitos tentam vender.

Infelizmente, grande parte da imprensa do nosso País, de forma alarmista, procura divulgar ou passar a impressão à população brasileira de que o Brasil não tem jeito, de que o Brasil já decretou falência. Ora, como é que o País, que tem a sexta maior reserva internacional do Planeta, pode ser considerado um País que não tem jeito ou um País falido?

Veja, Sr. Presidente, que nossas reservas ultrapassam a casa dos US$376 bilhões. Somos o sexto país nesse quesito. Nós só temos uma reserva menor do que Taiwan, que é parte da República Popular da China; Suíça; Arábia; Japão e República Popular da China. Depois desses países, somos o País que tem a maior reserva internacional do Planeta, a sexta maior. Esse é um dado importante. Não é algo que veio de três ou quatro décadas, não! Quando o Presidente Lula assumiu o poder, nossas reservas não passavam dos R$30 bilhões e, hoje, chegam a mais de US$370 bilhões. Isso foi muito importante e tem sido agora um fator de equilíbrio para a nossa economia.

Quero encerrar, saudando a nossa Presidente Luciana Santos, que foi eleita este ano para presidir os rumos nacionais do meu Partido, o PCdoB, e que tem tido a capacidade de manter não só o Partido unido, mas, sobretudo, as nossas Bancadas, a Bancada de Deputados Federais e a do Senado, em que represento o Partido, que tem procurado dar grande contribuição neste momento de grandes dificuldades.

Muito obrigada, Senador Reguffe, pela oportunidade.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– "PCdoB defende mobilização crescente contra o golpe", da Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Resolução: PCdoB defende mobilização crescente contra o golpe

Após reunião realizada nesta sexta-feira (16), a Comissão Política Nacional do PCdoB divulgou resolução política, na qual avalia que, apesar de recentes vitórias na batalha contra o golpe, a crise política do país continua grave e as ameaças à democracia prosseguem. O partido convoca as forças democráticas e progressistas, os movimentos sociais e as centrais sindicais a seguirem mobilizados contra as investidas antidemocráticas.

No documento, o partido defende que a presidenta Dilma Roussef intensifique uma agenda pelo país que dê visibilidade às realizações de seu governo e promova um amplo diálogo com sua base social e política, com trabalhadores e empresários.

O PCdoB também cobra do governo uma pauta centrada na retomada do crescimento, que promova redução da taxa de juros e assegure a preservação das conquistas e dos direitos sociais e trabalhistas.

Confira a íntegra da nota:

Sigamos em mobilização crescente contra o golpe

A luta contra o golpe, em defesa da democracia e do legítimo mandato da presidenta Dilma Rousseff obteve, no último dia 14 de outubro, uma importante vitória: o Supremo Tribunal Federal (STF) – através de liminares do ministro Teori Zavascki e da ministra Rosa Weber – suspendeu – até a decisão do STF em seu Pleno – o rito processual do impeachment que havia sido grosseiramente arranjado para favorecer, em afronta à Constituição, o estratagema dos golpistas.

As liminares do STF atenderam a pedidos de parlamentares, dentre os quais, um mandado de segurança de autoria do deputado Rubens Junior, do PCdoB do Maranhão. Foi uma iniciativa exitosa que partiu de uma decisão dos líderes da base aliada do governo.

Duas outras decisões do STF se realçam na defesa da democracia e do resguardo do Estado Democrático de Direito – a proibição do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, raiz de grande parte dos escândalos de corrupção; e o desmembramento de inquéritos da Operação Lava Jato –, dando início à correção da anomalia de um juiz regional concentrar todas as investigações como se fora o único existente no país. A decisão de considerar inconstitucional o financiamento empresarial de campanha decorreu de uma ação direta de inconstitucionalidade interposta pela OAB-Federal com o apoio da CNBB.

A presidenta Dilma Rousseff adotou duas decisões que podem criar melhores condições para que se assegure a estabilidade institucional e se retorne à normalidade política. Decisões que foram ao encontro de indicações do PCdoB e de outros partidos da base do governo.

Primeiro. A presidenta fez uma reforma ministerial na correta direção de construir uma nova maioria nas duas Casas do Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados. Essa reforma, todavia, precisa ser ampliada para que o governo obtenha mais força política e parlamentar. Segundo. No âmbito dessa reforma, houve o necessário aperfeiçoamento do núcleo de articulação política.

Além disso, a presidenta, crescentemente, reforça o indispensável papel de liderança, de regente da operação política. Já começou e precisa intensificar uma agenda pelo país que dê visibilidade às realizações de seu governo e de um amplo diálogo com sua base social e política, com os trabalhadores e os empresários.

Neste sentido, há que se destacar recente pronunciamento da presidenta Dilma no qual fez contundente denúncia do golpismo "escancarado" daqueles que conspiram contra a soberania do voto popular. A presidenta alertou que o golpe tramado pela oposição neoliberal não é apenas contra ela, mas contra o povo, contra um projeto de desenvolvimento voltado para os trabalhadores, sobretudo para os mais pobres.

Na reforma, o ministro Aldo Rebelo, do PCdoB, que realizava um enaltecido trabalho à frente do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, passou a exercer, por um convite apresentado pela presidenta Dilma ao PCdoB, a titularidade do Ministério da Defesa, pasta que encerra uma tarefa – por excelência, de Estado – estratégica ao fortalecimento da soberania nacional.

Todavia, apesar das vitórias parciais assinaladas, o PCdoB alerta para que ninguém se deixe enganar por miragens. A crise política permanece muito grave. As ameaças contra a democracia prosseguem. O golpismo, a esta altura, se movimenta de modo frenético num contexto em que o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha é alvo de pesadas acusações da Procuradoria Geral da República (PGR) que o desqualificam, dia a dia, para continuar à frente da Presidência da Casa – fato que gera forte incerteza quanto aos próximos lances da investida reacionária.

Desse modo, o PCdoB conclama às forças democráticas e progressistas, aos movimentos sociais, às centrais sindicais dos trabalhadores para que sigam em mobilização crescente e permanente contra o golpe. Neste sentido, o Partido deve fortalecer, a um só tempo, a agenda da Frente Brasil Popular, da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas e outras articulações.

No caso da Coalizão ela lançou, recentemente, um chamamento pela realização de um debate nacional focado num projeto alternativo de sistema político. O Partido reafirma, também, que é imperativo o governo apresentar uma pauta centrada na retomada do crescimento, com a necessária redução da taxa de juros, e que assegure a preservação das conquistas e dos direitos sociais e trabalhistas.

São Paulo, 16 de outubro de 2015

A Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Eu pediria a V. Exª que assumisse a Presidência, para que eu pudesse fazer uso da palavra, já que não há mais ninguém no plenário neste momento.

O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Passo a palavra agora ao Senador Reguffe.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna na tarde de hoje é a importante decisão que a Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional tomou no dia de ontem.

Uma das funções mais importantes, hoje, de um mandato parlamentar, com a aprovação do caráter impositivo das emendas parlamentares ao Orçamento, são justamente as emendas ao Orçamento feitas pelos Parlamentares. Todas as bancadas estaduais e a Bancada do Distrito Federal passam a ter direito a uma emenda que terá caráter impositivo; portanto, o Governo Federal será obrigado a executá-la.

Ontem, a Bancada do Distrito Federal, composta pelos oito Deputados Federais e pelos três Senadores, decidiu que a emenda que será colocada no Orçamento será a construção do Hospital do Câncer do Distrito Federal. Orgulho-me muito dessa decisão, pois travo essa luta desde que era Deputado Federal. Apresentei, no primeiro semestre deste ano, uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que constasse a construção do Hospital do Câncer, e fico feliz com essa decisão, ontem, da Bancada do Distrito Federal. É uma emenda de R$122 milhões para a construção do Hospital do Câncer.

O câncer é uma doença, Srª Presidente, que faz com que não apenas o paciente sofra; toda a família do paciente sofre junto. Perdi meu pai com câncer e sei o que é essa dor e o quanto ela dilacera as famílias por um bom tempo.

Então, orgulho-me de, hoje, como Parlamentar, ter dado essa contribuição, ter votado favoravelmente, ter sido autor dessa emenda e ter conseguido que a emenda da Bancada do Distrito Federal, neste ano, fosse destinada à construção do Hospital do Câncer. É claro que é importante, depois, obter recursos também para manter o hospital, mas só o fato de termos conseguido alocar recursos para a construção do hospital já é uma vitória muito importante para a população do Distrito Federal. Serão R$122 milhões destinados para a construção do hospital.

Penso que é uma vitória de toda a Bancada. Quero parabenizar aqui cada um dos Deputados Federais e os outros dois Senadores. Penso que é uma vitória da Bancada, mas, principalmente, da população do Distrito Federal, que contará, agora, com a construção do hospital.

Eu queria aproveitar o assunto em torno do câncer, Srª Presidente, para tocar também aqui em dois temas muito importantes.

O primeiro é relativo à discussão que envolve a substância fosfoetanolamina sintética. Está havendo uma grande discussão. Várias pessoas estão dizendo que essa substância atua de forma determinante no tratamento oncológico, no tratamento de câncer. Por outro lado, a Anvisa proíbe a distribuição desse medicamento, dessa substância.

Quero dizer que, primeiro, a Anvisa tem de fazer um estudo rápido com relação a isso, porque, nesse caso, a demora de resultados vai prejudicar várias vidas de pessoas neste País. Segundo, na minha concepção, cabe à Anvisa orientar, mostrar o seu laudo. Se, mesmo assim, algumas famílias quiserem usar a substância, mesmo sem a Anvisa ter dado seu aval, essas famílias devem ter o direito de fazê-lo. Principalmente os doentes em estado terminal devem ter o direito de tentar usar essa substância. Não cabe à Anvisa ou ao Tribunal de Justiça de São Paulo simplesmente proibir que as famílias possam ter acesso a essa substância. Acho que o correto seria a agência reguladora orientar, mas não proibir, de forma alguma, que as famílias possam ter acesso a essa substância.

Por último, outro assunto eu queria abordar aqui. Fui relator, na Câmara dos Deputados, como Deputado Federal – aprovei meu parecer –, de um projeto da Senadora Ana Amélia que obriga os planos de saúde a arcarem com tratamento de quimioterapia oral. A ANS, que já atuou regulamentando isso, não deveria voltar atrás nessa medida. Vai ser muito triste se a ANS, mais uma vez, agir atendendo interesses comerciais, em vez de defender os cidadãos deste País.

O tratamento de quimioterapia oral facilita a vida do paciente, evita internação e é muito mais cômodo. Em alguns casos, como, por exemplo, no de câncer renal, só existe quimioterapia oral. Não existe outro tipo de quimio.

Portanto, os planos de saúde não podem simplesmente fechar os olhos para isso. Agora, cabe a quem fazer a regulamentação? À ANS, porque, se depender dos planos, eles nunca vão conceder o tratamento de quimio oral, sendo pago por eles.

Então, espero que a ANS não volte atrás e faça com que os planos paguem o tratamento de quimio oral. Isso é algo muito importante, é algo que beneficiou milhares de famílias neste País.

Aqui, parabenizo também a Senadora Ana Amélia, que foi a autora da proposição. Acho que isso muda a vida das pessoas.

Não pode agora simplesmente a agência reguladora, numa canetada, voltar tudo atrás, atendendo a interesses comerciais. A quem atende essa decisão? Apenas aos planos de saúde. Então, não pode a ANS, simplesmente numa canetada, prejudicar a vida de milhares de famílias que vão ter que passar a arcar com o tratamento de quimioterapia oral. A quimioterapia oral não pode ser tratada como remédio. Esse é um tratamento sério. Portanto, os planos de saúde não podem dar o mesmo tratamento que dão a um medicamento qualquer.

São essas as três colocações que eu queria fazer aqui, Srª Presidente.

Mais uma vez, parabenizo a Bancada do Distrito Federal pela decisão de contemplar a construção do Hospital do Câncer como sua emenda prioritária, para ter caráter impositivo, portanto, para que o Governo seja obrigado a executar. Penso que a Bancada, com isso, está cumprindo seu dever, sua obrigação e está dando uma grande contribuição para toda a população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Reguffe, pelo pronunciamento e pelo cuidado com que, no desempenho do seu mandato, trata o Distrito Federal e toda sua gente.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Parabéns, Senador Reguffe.

Quero comunicar a presença de servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal, que também estão acompanhando a nossa sessão.

Neste momento, não havendo oradores em plenário e, em virtude de uma reunião de Líderes que acontece neste momento na sala da Presidência, do Presidente Renan Calheiros, nós anunciamos a suspensão da nossa sessão para posterior reabertura.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 3 minutos, e reaberta às 16 horas e 35 minutos sob a Presidência do Sr. Senador Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro reaberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Senador Ataídes Oliveira, como orador inscrito, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Ataídes, antes de V. Exª usar a tribuna, permita que eu aproveite o momento para ler o seguinte requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nas sessões anteriores, foram lidos os **Requerimentos de nº 688 e 1.180, de 2015**, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e a entrega da Comenda Abdias Nascimento, a realizar-se no dia 26 de novembro.

Em votação os requerimentos.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – **Requerimento nº 1.186, de 2015**, do Senador Humberto Costa, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 24 a 26 de outubro do corrente ano, para participar como observador das eleições da República Argentina; e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 23 a 27 de outubro do corrente ano.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra o nobre Senador Ataídes de Oliveira pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidente Dilma, em 2014, disse que faria o diabo para ganhar as eleições. E ela fez realmente o diabo. Eu acredito até que tenha se encontrado com ele. Encontrou-se inclusive com o ex-Presidente Lula.

Nesses seus compromissos, ela disse que jamais iria tirar direitos dos trabalhadores, jamais iria fazer cortes nos programas sociais.

Usou inclusive o Pronatec, o Fies, o seguro-desemprego e o seguro-defeso como a sua bandeira maior para enganar o povo brasileiro e assim obter o resultado positivo da sua eleição de 2014.

Sr. Presidente, as mentiras e as promessas vazias deste Governo já não surpreendem mais ninguém nessa altura do campeonato. Mesmo assim, é impressionante a notícia do tamanho dos cortes em programas sociais considerados vitrines da era PT. Vale registrar, Sr. Presidente, alguns programas.

O Programa Farmácia Popular vai receber, no ano que vem, R$578 milhões a menos para subsidiar remédios gratuitos, ou mais baratos, para a população. O Programa Farmácia Popular vai ter uma redução de R$578 milhões para o ano seguinte.

O Água para Todos, criado para garantir água nas regiões mais carentes, perdeu R$550 milhões entre este ano e o ano passado.

Minha Casa Melhor - "Então vamos dar um cartãozinho para que todos vocês possam fazer a sua compra de refrigeradores e de outros utensílios domésticos" – foi mais um programa eleitoreiro. As compras de móveis e eletrodomésticos pelo Minha Casa Melhor estão com as contratações suspensas desde fevereiro. "Ganhamos as eleições. Suspenda esse programa".

O Programa de Aquisição de Alimentos caiu de um bilhão, em 2014, para R$647 milhões este ano. E para o ano de 2016, R$560 milhões. Foi um golpe duro para os agricultores familiares, Senadora Ana Amélia, esse Programa de Aquisição de Alimentos, que caiu de um bilhão, em 2014, para R$647 milhões este ano. E, para 2016, R$560 milhões.

Um golpe duro, repito, para os agricultores familiares, segmento fundamental no nosso agronegócio.

No Pronatec a tesourada foi ainda mais feia. Os R$4 bilhões do orçamento de 2015 viraram simplesmente R$1,6 bilhão em 2016. O número de vagas caiu para um milhão, um terço do que era oferecido em 2014. E esse Pronatec, programa do qual eu falei tanto, tão extraordinário para o povo brasileiro, a educação profissional, a qualificação profissional... Hoje nós temos algo em torno de 30 milhões de brasileiros desempregados no nosso País, e não 8.600, como está falando o Governo. Por isso, amanhã nós vamos realizar uma audiência, às 9 horas, com a participação do IBGE e do Ministério do Trabalho, para discutir essa metodologia de emprego no País, que é errática. E eu tenho dito isso.

Então, esse programa Pronatec é de fundamental importância, como os outros programas, mas foi administrado com irresponsabilidade e incompetência. E o resultado está aqui. Foram gastos R$15,4 bilhões com o Pronatec, fez-se uma propaganda extraordinária de 8 milhões de matrículas. Só que, desses 8 milhões de matrículas, 60% simplesmente fizeram as matrículas, mas esses jovens nem iniciaram o curso, segundo a Controladoria-Geral da União. O Pronatec causou um prejuízo para o povo brasileiro de algo em torno de R$8 bilhões. E agora o recurso de 4 bilhões do orçamento de 2015 caiu para R$1,06 bilhão.

O Fies foi outra bandeira extraordinária, como eu tenho dito. Em 2013 foram gastos R$7 bilhões e pouco; em 2014, R$13,7 bilhões, ou seja, vamos colocar todos os que querem na universidade. Contra isso, nós queremos o voto. Foi também um programa eleitoreiro, lamentavelmente. O Fies hoje, tão mal administrado, com essa irresponsabilidade que é peculiar a este Governo, se for se verificar o prejuízo à nação brasileira é de algo em torno de R$57 bilhões.

E, mais, aqui brincou-se com o sentimento das pessoas, daquele jovem, daquela jovem que sonhava em fazer um curso, em ter um curso superior. Hoje eles estão fora da universidade por vários motivos, entre eles, a taxa de juro que era de 3,4% pulou para 6,5% ao ano. Ele não vai dar conta de pagar esse curso.

Portanto, o Fies, por sua vez, ficou insustentável depois da farra eleitoral do ano passado, quando os gastos, que eram de R$880 milhões, em 2010, pularam para quase R$14 bilhões, como eu disse, ou seja, R$13,7 bilhões. Resultado: a oferta de vagas do primeiro para o segundo semestre caiu 75%.

O Ciência sem Fronteiras também não foi poupado. A previsão inicial, de 101 mil bolsas distribuídas até o final deste ano, foi para o espaço. Não vão ser mais de 87 mil até o primeiro trimestre de 2016.

Em relação ao seguro-desemprego, seguro-defeso, Minha Casa, Minha Vida, os cortes foram catastróficos, mas não foram poucas as vezes em que alertei, desta tribuna, para o cenário sombrio desses programas.

O sonho da casa própria, por exemplo, ficou mais distante depois que o Minha Casa, Minha Vida perdeu um terço do orçamento de R$15 bilhões inicialmente para 2016.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de me ater, em particular, sobre o engodo – que também já denunciei, desta tribuna –, envolvendo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, volto novamente ao Pronatec.

Festejado como uma das maiores conquistas deste Governo, o Pronatec alimentou a esperança de milhares e milhares de trabalhadores, ansiosos por uma oportunidade de inclusão ou de crescimento no mercado de trabalho.

Foi mais uma promessa falida do PT. A ideia era boa, sem sombra de dúvida. Faltou pesquisa de mercado.

A evasão escolar chegou a 60% – estou ratificando o que eu disse. Os gastos estouraram, acarretando um prejuízo de algo em torno de R$8 bilhões a R$9 bilhões. O orçamento despencou para menos da metade e o número de vagas caiu de três milhões para um milhão, no último ano. isso é lamentável. Esse programa não poderia ter sido usado tão somente como bandeira eleitoreira. Não podia!

Nosso País precisa crescer. Nós precisamos produzir. Nós precisamos botar mercadorias, produtos nas prateleiras. Nós precisamos botar produtos na prateleira porque, só assim, nós podemos gerar renda e emprego e tirar o nosso País deste caos em que se encontra.

Um dinheiro que foi, portanto, pelo ralo do Pronatec, como tantos e tantos outros bilhões queimados pela corrupção e pela irresponsabilidade que vêm reinando no Brasil.

Essa é, em suma, a Pátria Educadora, o País sem Miséria, o Tudo pelo Social, que o PT prometeu a todos nós, brasileiros.

Que credibilidade restou ao Governo Dilma e também ao ex-Presidente Lula para pedir apoio, diálogo e ainda mais sacrifícios ao povo brasileiro? Que credibilidade este Governo tem para chegar aqui com esses pacotes de maldade, de aumento de impostos? Essa CPMF não pode nem chegar a esta Casa, porque o povo não vai aceitar isso, e este Congresso também espero eu que não venha a aceitar.

Interessante, Sr. Presidente, essa tão retratação da nova classe média de que o Governo falou. O Governo disse que tirou milhões de brasileiros das classes D, E e F e os trouxe para a classe C no Brasil. O Governo disse isso com muita satisfação ao longo dos anos do governo Lula e da Presidente Dilma: "Tiramos da classe E e trouxemos para a classe C". Olha que coisa linda! Inclusive, o Presidente Lula chegou a ser chamado pelo Presidente Obama de "o cara".

E era mesmo "o cara", porque ele chegou e encontrou R$3 trilhões nos caixas para gastar – e ele os gastou. Então é o cara mesmo.

Se me entregarem uma empresa para administrar, chegando lá, houver R$1 trilhão e disserem: "Faz a farra", eu vou ser o cara. Só que não contaram para o ex-Presidente Lula e para a Presidente Dilma que esse dinheiro um dia iria acabar. E que a farra e a festa iriam acabar.

Aqui, hoje, eu quero dizer uma coisa que eu nunca disse: maldita hora em que Hugo Chávez encostou no Presidente Lula! Maldita hora! Porque isso tudo que o ex-Presidente Lula implantou no País foi seguindo as orientações do seu mentor intelectual, Hugo Chávez.

Hoje nós sabemos como está a Venezuela e aquele povo: em uma miséria total, sob pressão, sob taca. E era exatamente o que Lula queria fazer aqui no Brasil: manter-se no poder, às custas do dinheiro do povo. Só que o dinheiro acabou, agora acabou a festa. E agora o povo brasileiro e o País se encontram nessa situação.

Eu sou empresário. Nós não temos outra alternativa, senão demitir, demitir e demitir. Isso é muito ruim para o País. Porque, se não demitir, nós vamos quebrar. Porque não há como produzir, o Governo não deixa produzir com uma taxa de juros de 14,25%. Isso é uma barbaridade!

Tem que baixar essa praga dessa taxa de juros, tem que equilibrar as contas. Eu tenho dito há longa data: não dá para ter 24 mil cargos comissionados e esses 31 Ministérios. Não dá.

Volto, então: esses brasileiros que saíram das classes D, E, e F e vieram para a classe C agora estão retornando para as classes D, E, F, G, lamentavelmente.

É uma frustração total, Senador Collor, quando você tem e você deixa de ter. Você poder dar uma escola melhor para o seu filho e, depois, ter de tirá-lo da escola. Você ter a sua geladeira, o seu eletrodoméstico e, de repente, você ter de desligar ou até mesmo vender o seu eletrodoméstico.

Com essa crise, ainda mais com as políticas severas de ajuste fiscal, esse processo de ascensão social tende a ser abortado da pior forma possível, estagnando um movimento de inclusão ainda prematuro, avalia aqui Vivian Garrido, especialista da USP em distribuição de renda e crescimento econômico.

Temos um termômetro para medir a velocidade com que a incompetência e a irresponsabilidade do Governo empurraram as pessoas de volta para a pobreza. O número de segurados por planos de saúde privados é uma baliza. Um dos maiores sonhos do povo brasileiro, de qualquer família, é ter um plano de saúde. E eles passaram a ter um plano de saúde, só que agora eles estão perdendo o seu plano de saúde; agora, eles estão

cancelando os seus planos de saúde. Depois da casa própria, depois de uma educação de qualidade, o sonho do brasileiro é ter um plano de saúde. Nós sabemos disso.

Um dos sinais de que o padrão de vida do brasileiro melhorou nos últimos anos pode ser observado nos planos de saúde. Uma a cada quatro pessoas no País conseguiu realizar o sonho de ter um convênio médico. Mas não dá mais para comemorar. Alguns milhões de brasileiros terminarão 2015 sem seus planos de saúde privados.

A maioria dos planos de saúde nacionais são planos empresariais, normalmente dados pelas empresas para seus funcionários. Com a crise, as empresas estão demitindo, ou seja, os ex-funcionários estão perdendo seus planos.

De fato, a relação entre o caos econômico desenhado pelo Governo e o desamparo da saúde da nova classe média é óbvio.

Mesmo fazendo todo o esforço para manter o plano do seguro-saúde, os quase meio milhão de desempregados que surgiram entre janeiro e junho deste ano se converteram em 190 mil tão somente.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

No ensino privado, o mesmo fenômeno se verifica.

Ontem, soubemos que as escolas particulares do País registraram um número 10% menor nas matrículas e pré-matrículas para 2016.

Enfim, o nosso País está em maus lençóis.

A nossa dívida pública, hoje, interna e externa, não incluindo as estatais, mas incluindo tão somente a Petrobras, que está em R$510 bilhões, já ultrapassou os R$4 trilhões. Neste ano, nós já pagamos R$338 bilhões de juros. Devemos chegar ao final do ano com um pagamento de juros superior a meio trilhão de reais.

Só de *swap* cambial – e eu venho sempre chamando a atenção para a intervenção do Banco Central no dólar –, nós já perdemos, neste ano, US$112 bilhões. O Banco Central tem que largar esse dólar. Não dá para ficar intervindo no dólar. Nós já perdemos US$112 bilhões. Desse jeito, nós vamos perder as nossas reservas. O prejuízo que vai compor os juros é de US$112 bilhões.

Nós temos US$370,5 bilhões de reserva cambial. O Governo tem que botar logo a mão nessa reserva cambial, pelo menos em 50% dessa reserva cambial, e trazer para o País...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... a fim de acudir a economia. A princípio eu era contra isso, mas não dá para continuar com esse *swap* cambial.

No Banco Central, há uma incompetência que lhe é peculiar – eu já disse isso ao Presidente do banco numa reunião. Essa equipe econômica que o Brasil teve ao longo do tempo – Mantega, Tombini e Nelson – é brincadeira. O que se salva neste Governo é Joaquim Levy, que está sendo frito pelo PT, o que eu lamento muito – lamento como cidadão brasileiro. Está sendo frito pelo PT, por uma ala do PT.

Então, os números da nossa economia são caóticos. Eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida. Estão anunciados.

A Moody's ou a Fitch – eu acredito que a agência Moody's

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... deve rebaixar a nota do Brasil – deve, lamentavelmente. E, se rebaixar a nota do Brasil para grau especulativo, nós vamos ter uma evasão de capital enorme.

E, então, depois, para ressuscitar a economia deste País, vai demandar mais de uma década, Sr. Presidente.

Enfim, eu nunca vi, em toda a minha história de vida como empresário, um governo tão incompetente, tão irresponsável como o governo Lula e o Governo Dilma. Nunca vi!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Senador Ataídes, que falou como orador inscrito.

Agora, fala como comunicação inadiável, a Senadora Ana Amélia.

Em seguida, Senador Lindbergh Farias, que havia permutado com o Senador Ataídes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão. Caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, são assustadores os dados

sobre o avanço do desemprego no País. Não é preciso entrar em detalhes, basta dizer que, de janeiro a agosto, o País perdeu 572 mil vagas de trabalho. Quem escreveu isso foi Benjamin Steinbruch, Presidente da CSN, num artigo publicado na *Folha de S. Paulo* de hoje.

E eu abro com essa frase desse artigo, para dizer, Senador Paulo Paim, V. Exª que nasceu numa das cidades mais importantes do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, eu estive lá ontem, para falar com os micro e pequenos empresários, médios empresários, para tratar do PLC 125, que trata do Simples Nacional, uma matéria da maior relevância. Todos os Senadores aqui conhecem a matéria. Aqui o Senador José Pimentel tem batalhado muito pela aprovação, o Ministro Afif Domingos.

E, naquela cidade, Caxias do Sul, uma espécie de São Paulo gaúcha, pela expressão econômica que tem, um polo metal-mecânico, que é um dos mais importantes do País, ali, 200 operários estão na fila, por dia, pedindo seguro-desemprego. As grandes empresas – Marcopolo, Random, outras empresas da região – estão trabalhando dois, três dias, com intervalos, por conta da retração e da redução violenta das vendas. E o Prefeito Alceu Barbosa Velho, com quem estive, deu-me dados também preocupantes.

Caxias do Sul tem 440 mil habitantes. E o Município de Caxias do Sul, que tem um dos melhores atendimentos de saúde, SUS, tem, para uma população de 440 mil, mais de 600 mil cartões SUS, dos quais, 5 mil, Senador Paim, cartões entregues a haitianos, senegaleses e outros imigrantes de países africanos. Então, o senhor veja que é um processo que, para as finanças municipais, impacta extremamente, significativamente, nas finanças municipais, porque os Municípios que são obrigados a aplicar 15% da sua receita líquida em saúde, por conta de o Estado não estar fazendo a sua parte e a União também claudicante nesse aspecto, são obrigados a aplicar, 25%, 30% até da sua receita corrente líquida em saúde.

Quanto à demanda também, o parente sabe que lá o atendimento é razoável, é bom, e vai. Assim, aumenta a demanda no Município. E essa situação do desemprego, da paralisação econômica é a situação mais dramática deste momento que estamos vivendo, Senador Paim.

Eu tenho repetido aqui que o Brasil, o Rio Grande do Sul, que também vive, especialmente o nosso Estado, uma dupla crise, uma crise financeira do Estado e uma crise da economia na área da agricultura, na área de todos os setores, agora agravada por uma enchente, a maior dos últimos 70 anos, com vendavais, com granizo, que provocou destruição. Perdemos a safra de trigo, perdemos produção de uva, perdemos fruticultura, por conta de uma geada de granizo em um acidente climático que arrasou a economia do nosso Estado. Milhares e milhares de pessoas desabrigadas, milhares de pessoas desalojadas.

Saímos, agora, do Ministério da Integração, que está dando todo o apoio, através do Ministro e também do Gal. Adriano Pereira Júnior.

Concedo um aparte ao Senador Ataídes Oliveira.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora Ana Amélia, essa história do desemprego no País é gravíssima. O Governo ainda não abriu os olhos para a realidade do desemprego no Brasil. Está aí com números a enganar a todos. Sobre a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que calculava o emprego em seis regiões metropolitanas, disse várias vezes que era uma metodologia errática. E, agora, a PME foi tirada de circulação. E, quanto a essa história de o Governo do PT falar de pleno emprego, mas nunca houve pleno emprego neste País! Senadora Ana Amélia, nós vamos discutir isso, amanhã, com um representante do IBGE, numa audiência a partir das 9h, e do Ministério do Trabalho. Gostaria, inclusive, de convidar V. Exª. Hoje, acredito que o Brasil tenha, no mínimo, 30 milhões de brasileiros, de pessoas economicamente ativas, fora do mercado de trabalho. Depois desse desemprego, Senadora Ana Amélia, vem a criminalidade. Lá no meu querido Estado do Tocantins, tivemos um aumento na criminalidade, do ano passado para este ano, de 156%. Então, esse desemprego no País vai acabar de derrubar este Governo que já está no solo. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Parabéns pelo discurso!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito a sua manifestação, Senador Ataídes Oliveira.

De fato, os dados mais recentes, em todo o Rio Grande do Sul, por exemplo – e estou falando de Caxias pelo peso que tem no setor industrial e econômico do Estado –, indicam que a taxa de desemprego, na média, subiu para quase 6% no segundo trimestre de 2015. Esse desempenho seguiu a tendência nacional e alcançou o pior resultado desde 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aquilo que V. Exª falou também vou abordar: o efeito dessa desaceleração econômica é mais crise social, é um aumento da crise social. No caso de Caxias, essa situação recessiva e de miséria se expande cada vez mais sobre marquises, terrenos baldios e casas abandonadas. E o avanço da indigência não é estimulado só pelo *crack* ou pelo álcool, mas também exatamente pelo desemprego, que é a pior consequência social da crise econômica, no meu entendimento.

De janeiro até agosto, o País perdeu 572 mil vagas de trabalho. Nesse ritmo de indefinições e de crise política intensa, temos de trabalhar para tentar uma solução, pois não podemos permitir que os brasileiros continuem sofrendo. Os especialistas estimam que, em dois anos, 2 milhões de pessoas, no mínimo, perderão seus empregos. E é preciso considerar que o cenário internacional que se avizinha no momento não é dos melhores também: a China cresce em menor ritmo desde 2009, e os preços das principais matérias-primas vendidas no mundo estão caindo, que é a deflação, ao contrário do que ocorre aqui no Brasil com essa inflação aumentando.

Mas eu queria também lembrar, Srªs e Srs. Senadores, que a grande solicitação feita pelos micro, pequenos e médios empresários de Caxias do Sul, em uma reunião coordenada pelo Vereador Guila Sebben, lá na Câmara de Vereadores, foi discutir o PLC nº 125, que trata do Simples Nacional. É uma matéria da maior relevância, porque, inclusive, aumenta o teto de faturamento das empresas, para estarem incluídas, de R$3,6 milhões para R$14,4 milhões. Essa é uma demanda muito antiga das médias empresas brasileiras.

Mas o que elas estão ponderando? Primeiro, que o Sebrae deveria estar atuando muito mais fortemente na concessão de empréstimos, para ajudar essas micro, pequenas e médias empresas a fazerem aquilo que o próprio Sebrae recomenda se fazer para melhorar o seu desempenho: ter uma vitrine mais bonita, atrair mais o cliente. Contudo, o Sebrae não oferece uma linha de crédito ou uma linha de apoio técnico e financeiro, para que ela desenvolva aquilo e haja uma condição favorável – este é o primeiro ponto e, talvez, um dos pontos mais importantes.

Além disso, há um conflito entre a legislação municipal, estadual e federal. Então, para abrir uma empresa, o tempo que demora: a lei municipal define uma chamada Lei Kiss, assim denominada, que é um novo regramento para edificações, para abertura de empresas em função da gravíssima tragédia que houve em Santa Maria há dois anos. E, por conta disso, tornou-se uma lei muito rigorosa, independentemente do tamanho da edificação, independentemente se ela recebe ali, abriga, cinco pessoas, dez pessoas ou mil pessoas. Então, a lei generalizou o rigor, e isso tem sido, também, uma situação complicada para as empresas pequenas, especialmente, que não conseguem se enquadrar naquele rigor que a lei está exigindo.

Precisamos de cautela, de precaução? É claro que precisamos. Agora, é preciso também haver as condições de tratar situações iguais com situações iguais, e não situações iguais com situações diferentes dessas. Então, iguais com iguais, não diferentes com iguais.

Então, essa situação está levando uma preocupação adicional aos micro e pequenos empresários. E, para os governos, a situação dos Municípios e dos Estados se difere. Como o Governo vai fazer a arrecadação? O dinheiro, parece, virá todo para a União, ficando os Estados e Municípios sem ver a cor desse dinheiro que será arrecadado pelo Simples Nacional – é outro tema que nós, no Pacto Federativo, teremos que examinar.

E eu me valho de novo do texto do Benjamin Steinbruch. Lá no final, ele diz o seguinte e questiona desta forma:

> Por que elevar seguidamente os juros e mantê-los em um nível escandaloso se a demanda está fraquíssima e a economia em recessão? Por que manter juros abusivos se isso custa centenas de bilhões de reais a mais por ano aos cofres públicos? Por que aumentar impostos se é sabido que os ajustes fiscais que dão certo são os que cortam despesas correntes?

E para concluir:

> De nada adiantam ajustes que elevam a carga de impostos porque eles aprofundam a recessão e contribuem para que os brasileiros continuem sob tensão, sem perspectivas de melhoria na oferta de emprego e nas condições gerais de vida. Política nenhuma sobrevive a uma economia agonizante, com desemprego elevado, desmotivação, falta de credibilidade e nenhum comprometimento.

Eu queria, Senador Paulo Paim, que esse artigo do Sr. Benjamin Steinbruch, publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, "Falsa ilusão", seja publicado nos *Anais do Senado Federal*.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dessa forma, eu digo, Senador Paulo Paim, agradecendo ao Ministério da Integração, que agora vamos pedir ao Estado do Rio Grande do Sul que agilize os processos de encaminhar o custo, porque, na RS-115, que dá acesso a Gramado, a Canela e à Serra Gaúcha, está interditado o trecho. E isso vai representar, se não for consertado em tempo, um prejuízo enorme para uma região que recebe, por ano e agora no Natal Luz, um milhão de turistas vindos de todas as partes do País.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, o Ministério está...
Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Lasier Martins.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Exatamente eu queria fazer uma rápida referência a essas suas últimas palavras, em meio a esse seu belo discurso, porque soube que, no início do seu pronunciamento,...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... a senhora fez uma referência a nossa visita ao Ministério da Integração, onde estivemos, até há pouco, com a Senadora Ana Amélia, eu estive junto, mais oito Deputados Federais e o Sr. Otaviano, representante do Governo do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Paim mandou uma assessora especial para acompanhar a reunião.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Em função deste momento verdadeiramente caótico por que passa o Rio Grande do Sul, deixando à margem a crise econômico-financeira, mas o problema climático, o prolongamento das chuvas, o granizo e a destruição da RS-115, que é a rodovia que leva à cidade mais turística do Rio Grande do Sul, praticamente às vésperas do evento mais atraente do Rio Grande do Sul, que é o Natal Luz, houve o afundamento dessa rodovia, que ficou interditada.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, houve a promessa do Secretário-Geral Carlos Vieira e do General Adriano Pereira, do Ministério da Integração, que nos recepcionaram e disseram que se for apresentado um plano em 72 horas, o Governo Federal colaborará. Como a Senadora disse, a partir dos primeiros dias de novembro até a primeira semana de janeiro, um milhão de turistas sobem a serra para visitar o Natal Luz, como muito bem sabe o nosso estimado conterrâneo, o Senador Paulo Paim. O resultado dessa reunião eu faço questão de registrar aqui em adendo ao que já disse a Senadora Ana Amélia, porque a TV Senado é muito assistida no Rio Grande do Sul. Cada vez que vou ao Rio Grande do Sul fico impressionado com a audiência que tem a TV Senado. Eles estão nos vendo agora.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, houve essas informações, tais como a que o Ministério da Integração mandou, ontem, para o Rio Grande do Sul, que está com 106 Municípios atingidos pelas águas e pelo granizo, 16 mil *kits* contendo colchões, cobertores, roupas de cama, etc, e hoje mandou mais 8 mil colchões. Também mandaram, ontem, 432 mil telhas para a região de Rio Pardo, que foi extremamente danificada pelo granizo. Nós queremos fazer esse registro para dizer que o Sr. Carlos Vieira, que é o Ministro interino, afirmou que se governo gaúcho mandar um plano de trabalho em 72 horas, o Ministério tomará providências e prestará socorro em relação à catástrofe que o Rio Grande do Sul está sofrendo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Catástrofe semelhante só ocorreu em 1941, quando praticamente todos que estão aqui ainda nem eram nascidos. Houve a maior enchente. Senador Aloysio, eu sei que V. Exª também era jovem ou nem era nascido naquela época.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Aloysio gostou.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em 1941, houve a maior enchente da história do Rio Grande do Sul. Pois esta de agora sobrepujou aquela, bateu recorde. Então, saibam os nossos colegas Parlamentares, os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado as agruras por que está passando o Rio Grande do Sul em razão dessa continuidade de chuvas, que já vão para mais de duas semanas. Era esse o registro. Agradeço a sua paciência e disponibilidade, Senadora Ana Amélia, para que compartilhássemos. Essa notícia é desagradável, mas com a ajuda prometida... Na próxima terça-feira, iremos todos de volta ao Ministério da Integração para saber que providências serão tomadas de hoje até lá. Muito obrigado.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a solidariedade e a compreensão dos Srs. Senadores. Estou terminando.

Quero apenas dizer, Senador Paulo Paim, que essa estrada, a RS-115, passa por Três Coroas e também Igrejinha. São cidades muito afetadas porque, economicamente, fazem parte de um polo de calçados importan-

te. Três Coroas é calçadista e promove esportes aquáticos. E, evidentemente, Gramado, Canela e mesmo Nova Petrópolis. Hoje, a saída de Gramado é por Nova Petrópolis, numa estrada estreita, bastante sinuosa, apesar de bonita, com caminhões, com ônibus, com todo tipo de mobilidade. O fluxo está enorme. A demora no acesso às vezes até desestimula a viagem.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse trecho que foi danificado pelas chuvas poderá ser brevemente recuperado, desde que possa o Estado do Rio Grande do Sul rapidamente fazer uma contratação, via RDC, o que facilitará o início das obras.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
– Falsa Ilusão, por Benjamin Steinbruch.

1

Falsa ilusão

*Folha de S.Paulo - 20/10/2015 – Artigo de Benjamin Steinbruch**

São assustadores os dados sobre o avanço do desemprego no país. Não é preciso entrar em detalhes. Basta dizer que de janeiro a agosto o país perdeu 572 mil vagas de trabalho.

Vale lembrar quão devastador é o desemprego para um chefe de família. No ritmo atual, teremos uma perda de pelo menos 2 milhões de vagas em dois anos.

É óbvio que essa tendência precisa ser interrompida com urgência, mas quase nada se faz para mudá-la. Tudo se passa como se um incêndio avançasse num grande edifício sem que ninguém tivesse a iniciativa de chamar os bombeiros. Mais do que isso: alguns continuam acendendo fósforos, acreditando que o fogo possa talvez purificar o ambiente.

A despeito de conflitos políticos, combates à corrupção e outros desdobramentos do triste cenário atual brasileiro, todos os homens de bem deste país deveriam dar prioridade ao combate à recessão e ao estímulo à criação de empregos.

A retomada do crescimento constitui, de longe, a principal providência a ser tomada e a condição básica para buscar o bem-estar e a convivência pacífica entre as pessoas.

Por que não começar a apagar o incêndio? Com o persistente desaquecimento da China, a estagnação da Europa e a incerta continuidade da retomada americana, parece óbvio que o Brasil precisa apostar em seu enorme mercado interno. E isso se faz cuidando da oferta de crédito, baixando taxas de juros e estimulando investimentos.

Por que elevar seguidamente os juros e mantê-los em um nível escandaloso se a demanda está fraquíssima e a economia em recessão? Por que manter juros abusivos se isso custa centenas de bilhões de reais a mais por ano aos cofres públicos? Por que aumentar impostos se é sabido que os ajustes fiscais que dão certo são os que cortam despesas correntes?

De nada adiantam ajustes que elevam a carga de impostos porque eles aprofundam a recessão e contribuem para que os brasileiros continuem sob tensão, sem perspectivas de melhoria na oferta de emprego e nas condições gerais de vida. Política nenhuma sobrevive a uma economia agonizante, com desemprego elevado, desmotivação, falta de credibilidade e nenhum comprometimento.

Para que servem os sacrifícios impostos pelos ajustes? Em geral, eles são sugeridos por tecnocratas descompromissados que não sabem nada a respeito do dia a dia das pessoas normais ou pouco se importam com isso.

Na semana passada, o economista britânico da Universidade de Princeton Angus Deaton ganhou o prêmio Nobel de Economia por seu trabalho sobre a origem da pobreza e sobre como o povo toma decisões de consumo.

Uma das lições de Deaton é que as populações pobres "precisam que os governos os guiem para uma vida melhor".

Tirar os governos da jogada, segundo o economista, pode melhorar as coisas no curto prazo, mas deixa sem solução os problemas estruturais.

Nossos governantes precisam olhar para as reais necessidades da população e deixar de contrariar a lei da gravidade. Chega de juros anormais, chega de falta de crédito, chega de dinheiro público mal gasto, chega de barbeiragens.

Vamos pensar no país como uma extensão de nossas casas. Se não tem, não gaste. Se não sabe, não faça. E se não acredita, não venda falsa ilusão.

**É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp. Escreve às terças, a cada duas semanas.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª falou no Pequeno Expediente, mas o Plenário e nós fomos tolerante, porque o assunto, de fato, é relevante e urgente. Não podia nem haver aparte. O Senador Lasier fez o aparte e a Presidência concordou, assim como o Plenário, porque, de fato, a situação é muito grave. Mas que bom que todas as informações que chegaram a nós, Senadora Ana Amélia, são de que a União está ajudando e muito os interesses do nosso querido povo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela ordem, porque já havia pedido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois não, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu peço a palavra, pela ordem, para requerer a V. Exª a inscrição nos Anais da nossa Casa de uma nota à imprensa que foi distribuída hoje pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Dias Toffoli, a respeito do cancelamento de uma missão que o Tribunal enviaria à Venezuela, para assessorar a Unasul no acompanhamento das eleições daquele País, marcada para o dia 6 de dezembro.

Se V. Exª me permitir, eu quero lembrar à Casa que, desde o mês de maio, esteve na Comissão de Relações Exteriores o Ministro Mauro Vieira, e foi manifestada a ele a nossa preocupação com a lisura do pleito, que àquela data ainda não havia sido marcado.

Havia um consenso, e há um consenso, entre todos nós, de que a chave para uma saída pacífica, tranquila, para a crise política que vive a Venezuela hoje é a realização de eleições limpas, democráticas, com garantias para que todos possam participar em igualdade de condições, fazer o seu proselitismo e concorrer, para que o voto popular resolvesse as disputas e estabelecesse um marco de convivência entre as forças políticas que ali se opõem.

O Senado votou uma moção, de autoria do Senador Romero Jucá, de protesto e de repúdio contra a escalada do autoritarismo pelo regime Maduro. Duas comissões de Senadores foram enviadas à Venezuela, comissões oficiais do Senado, que, com perspectivas diferentes, se preocupavam, e trouxeram de volta de suas viagens – uma bem-sucedida e a outra nem tanto, do ponto de vista de termos alcançado o objetivo – o ponto de vista de que a lisura nas eleições era a chave da pacificação naquele país, pacificação na qual o Brasil tem o maior dos interesses. Basta dizer apenas que temos, na nossa Constituição, o princípio do respeito aos direitos humanos, da democracia. Mas pelo fato também de ser um país vizinho, um país importante, um país com o qual nós temos uma fronteira problemática. Daí ser do nosso interesse que a crise política se resolva, que aquele foco de tensão se dissipe.

Pois bem, houve vários apelos da oposição venezuelana para que houvesse missões de observação das eleições isentas, externas. Falou-se na OEA, falou-se na União Europeia, ambas as sugestões rechaçadas pelo governo venezuelano, que finalmente aceitou que a Unasul fosse a entidade patrocinadora desta missão – Unasul que o Brasil integra.

Formou-se um grupo de países – Brasil, Chile e Colômbia – com a finalidade de preparar o terreno para essa missão.

O Tribunal Superior Eleitoral preparou-se para dar suporte técnico à missão. E o Presidente Toffoli, via Ministro das Relações Exteriores, sugeriu à Presidente Dilma, que de pronto aceitou, um nome de inegável prestígio no Brasil e no exterior. Um homem de um currículo extraordinariamente rico em matéria política e em matéria jurídica, que é o ex-Ministro Nelson Jobim, que daria peso, estatura, para essa missão de observação.

Pois bem, houve tratativas longas, por um período de tempo, para que se estabelecesse as condições adequadas para o desempenho dessa missão à qual o Ministro Jobim estava plenamente disposto. No entanto, Sr. Presidente, enquanto se faziam essas consultas e enquanto o Tribunal Superior Eleitoral se entendia com a comissão eleitoral venezuelana, para verificar exatamente os parâmetros que deveriam ser observados pela missão Jobim, o que aconteceu? Há um *bypass*, há uma tramoia, há um desvio sub-reptício que levou ao alijamento e à recusa pela Venezuela do nome do Ministro Jobim, e a sugestão de um ex-Ministro das Relações Exteriores da Argentina do Governo Kirchner.

Quer dizer, temos entre nós a seguinte situação: o Congresso Nacional, o Senado da República já se manifestou com relação à delicadeza da situação da Venezuela e da importância de eleições livres para a solução da crise política. A mesma posição foi expressa militantemente pelo Poder Judiciário, pelo Tribunal Superior Eleitoral. E o Poder Executivo o que fará? Será que, mais uma vez, o Governo brasileiro vai silenciar diante dessa afronta, diante dessa injúria que foi cometida contra uma instituição respeitável, uma instituição que é encarregada de zelar pelas eleições do Brasil, pela sua lisura e pela sua correção? Vai permitir que o nome da expressão de Nelson Jobim seja cristianizado por uma manobra que seguramente não passou pelo Ministério das Relações Exteriores, mas correu pela democracia, pela diplomacia paralela, que vigora no Brasil já há muito tempo?

Aguardo, Sr. Presidente, o pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores e, sobretudo, o pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff, que aceitou, segundo depoimento do Ministro Mauro Vieira, com entusiasmo a indicação do Ministro Jobim para chefiar essa missão.

Passo, então, às mãos de V. Exª, essa nota à imprensa para que seja inserida nos Anais da Casa.

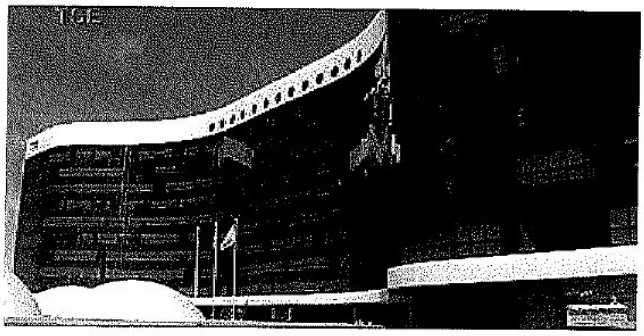
Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.*)

Matéria referida:

– Nota à imprensa enviada pelo Ministro Dias Toffoli



Nota à Imprensa: eleições venezuelanas

O Tribunal Superior Eleitoral buscou ao longo dos últimos meses contribuir para que a missão da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) às eleições parlamentares venezuelanas em dezembro próximo pudesse exercer um trabalho de observação objetivo, imparcial e abrangente.

O TSE empenhou-se, em particular, em assegurar que a missão da UNASUL estivesse sob o comando de uma personalidade pública com amplo conhecimento da lide eleitoral e de reconhecida isenção. Propôs ao Poder Executivo o nome do ex-Presidente do TSE Nelson Jobim. A sugestão foi aprovada pela Presidência da República e submetida pelo Itamaraty à presidência pro tempore da UNASUL.

Embora o candidato brasileiro tenha angariado amplo apoio entre os Estados-Membros, foi preterido na escolha final para a chefia da missão por suposto veto das autoridades venezuelanas. O TSE também procurou contribuir para que a missão fosse regida por acordo (entre a UNASUL e o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela) que a permitisse observar as diferentes fases do processo eleitoral e verificar se as condições institucionais vigentes no país asseguram equidade na disputa eleitoral.

A demora do órgão eleitoral venezuelano em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo fez com que a missão não pudesse acompanhar a auditoria do sistema eletrônico de votação e tampouco iniciar a avaliação da observância da equidade na contenda eleitoral, o que, a menos de dois meses das eleições, inviabiliza uma observação adequada.

Em razão dos fatores acima referidos, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que não participará da missão da UNASUL às eleições parlamentares venezuelanas.

enezuela veta Nelson Jobim como observador eleitoral

:acas sugere Celso Amorim e ex-chanceler argentino, vistos como mais alinhados ao chavismo; recusa a Jobim irrita Itamaraty

'IS ROSSI
NISTA DA FOLHA

Venezuela impôs um ve-anco ao nome de Nelson m, indicado pelo Brasil a chefiar a missão de ob-adores da Unasul (União Nações Sul-Americanas) leito parlamentar de de-bro na Venezuela.

óbvio que seria impra-el cometer a indelicadeza etar diretamente o nome ex-ministro da Justiça. Por , o que fez Ernesto Sam-, secretário-geral da Una-, foi propor primeiro o no-de Celso Amorim, chan-er durante todo o período a, o de mais aproximação Brasil com o chavismo.

Brasília não aceitou, não qualquer restrição a Amo-, que, afinal, foi ministro nbém com Dilma Rousseff, s porque já havia indica-Jobim e não via razões pa-retirar a indicação em fa-r de outro brasileiro.

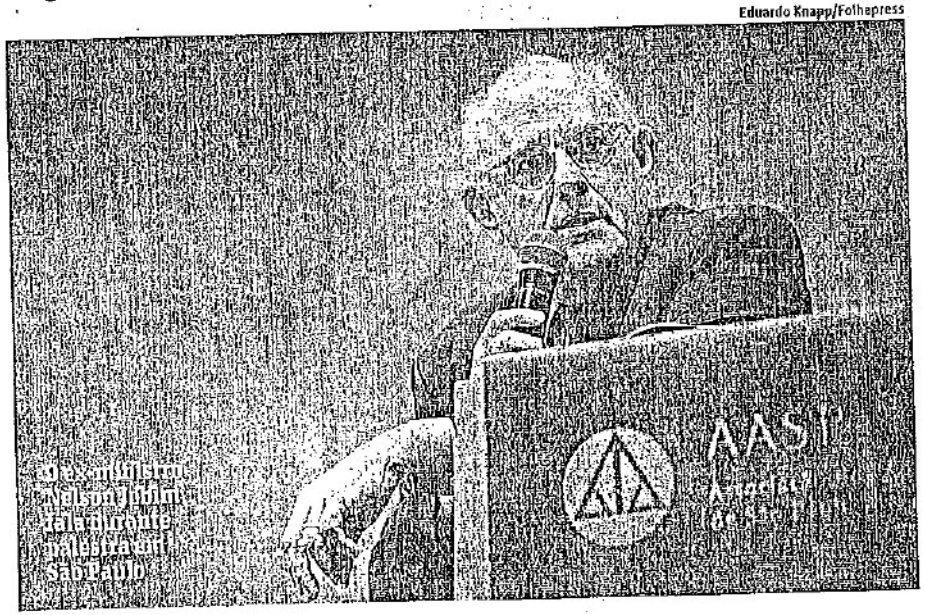
Foi aí que Samper lançou Jorge Taiana, ex-chanceler da Argentina, país que, no reinado dos Kirchner, manteve relação tão próxima com Caracas como a de Lula e Chávez.

O nome de Taiana ainda não foi aprovado pelo governo brasileiro, mas provocou profunda irritação no Itamaraty, que vinha trabalhando cuidadosamente para que a missão observadora da Unasul pudesse ser bem sucedida em um momento crucial para eventual encaminhamento da crise na Venezuela.

O Itamaraty trabalha em íntimo contato com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), cujo presidente, Dias Toffoli, também ficou incomodado.

A troca de nome prejudica duplamente a missão da Unasul. Primeiro, porque atrasa o envio da delegação. Jobim se comprometera com interlocutores a viajar bem antes do pleito porque sabe que qualquer monitoramento tem que ser feito com a devida antecedência, não apenas no dia ou na semana da votação.

Eduardo Knapp/Folhapress



Só assim, é possível coletar os dados para carimbar como livre e justa uma eleição, de acordo com os padrões internacionais. Como falta só um mês e meio para o voto (em 6 de dezembro), a qualidade da missão já está, a princípio, comprometida.

O segundo problema é que um observador tido como próximo do bolivarianismo, caso de Taiana, dificilmente será aceito pela oposição como isento o suficiente para avaliar o pleito.

Para Dilma, comprometer a missão é contrariar o que ela própria assinou, com Barack Obama, durante sua badalada visita a Washington.

"Os presidentes" --diz o comunicado final— "reconheceram esforços do Brasil e da Unasul para promoção do diálogo político na Venezuela e para realização de eleições legislativas com credibilidade, transparência e monitoramento internacional."

Como disse à **Folha** José Miguel Vivanco, diretor-executivo da Human Rights Watch, "uma missão de observação eleitoral é crítica para a credibilidade do processo eleitoral na Venezuela".

Por isso mesmo, Vivanco pede que o Brasil "insista com força na candidatura de Nelson Jobim, um jurista de sólido prestígio e comprovada independência".

NA INTERNET
Maduro recusa pedido de comissão para visitar pa
folha.com/no1695

Folha de S.Paulo
20/10/2015

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim será feito, Senador Aloysio Nunes, com certeza.

Senador Lindbergh Farias, com a palavra, como orador inscrito.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Lindbergh se posiciona, apenas para pedir minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está assegurado, Senador Cássio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Os mapuches são um povo indígena do centro-sul do Chile. Desde a colonização, lutaram muito para tentar manter suas terras. Penaram bastante e em vão. Hoje, a maioria dos mapuches vive marginalizada nas cidades. Trata-se de uma longa história de muitos capítulos escritos com horror e sangue.

Mas o último capítulo dessa saga trágica foi escrito com a tinta obscura das leis antiterroristas. Já em plena democracia, o governo de Ricardo Lagos, com o intuito de acabar com a rebelião mapuche, que usava o incêndio dos equipamentos das grandes madeireiras como método de sua luta desesperada para recuperar terras, o Chile modificou e usou a lei antiterrorista de Pinochet para enquadrar os rebeldes mapuches. Assim, líderes e ativistas mapuches foram presos e julgados em tribunais militares. Alguns ficaram em prisão preventiva por quase um ano, para depois serem liberados sem julgamento.

A rebelião acabou em 2002, mas os mapuches ficaram com o estigma de terroristas e a democracia chilena ficou com marca da intolerância herdada de Pinochet.

Os membros da Câmara dos Lordes do Reino Unido são bem diferentes dos mapuches. Nunca perderam suas terras e estão muito longe de serem marginalizados. Embora tenham perdido muito prestígio e poder, os lordes tinham, até 2005, a prerrogativa de revisar judicialmente leis já promulgadas.

Pois bem, foi o que se atreveram a fazer com a Lei de Segurança e Antiterrorismo, que havia sido promulgada, no Reino Unido, logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York. Tal lei permitia, em sua Seção 23, a detenção, por tempo indeterminado, sem processo legal, de suspeitos estrangeiros de terrorismo.

Dito e feito. Começaram a se acumular em prisões britânicas, principalmente na de Belmarsh, detentos sem processo legal e sem julgamento.

Os lordes não gostaram. No julgamento que foi considerado o mais importante dos últimos 50 anos na Grã-Bretanha, os lordes decidiram, em 2004, que a Seção 23 da lei em questão violava a Convenção Europeia de Direitos Humanos, assinada pelo Reino Unido.

Lorde Hoffman disse em seu voto: "A verdadeira ameaça à vida da Nação, no sentido de o povo poder viver de acordo com suas leis tradicionais e seus valores políticos, não vem do terrorismo, mas de leis como essa."

Contudo, o resultado do julgamento não foi suficiente para debelar na totalidade essa ameaça. Hoje, os detidos podem ainda ficar incomunicáveis e sem o devido processo legal por 28 dias e as autoridades ainda têm grande poder discricionário de atuação.

Guantánamo, por sua vez, é bem diferente da Câmara dos Lordes. As pessoas que por lá passam e ficam não têm nenhum prestígio, riquezas ou poder. Não têm sequer o direito de serem submetidas a julgamento. São habitantes permanentes de um campo de concentração localizado num conveniente limbo jurídico, numa conveniente base militar. Lá, como havia na britânica Belmarsh, não há seres humanos, há suspeitos de terrorismo.

Como Belmarsh, Guantánamo é um produto direto das leis antiterroristas promulgadas após o 11 de setembro. Não que os crimes daqueles atentados não pudessem ser devidamente enquadrados em leis anteriores. Sequestro de aviões, assassinatos, destruição do patrimônio, etc., tudo isso já estava previsto como crime, com penas muito severas, nas leis internas dos EUA e mesmo em convenções específicas da ONU. Não! As leis antiterroristas norte-americanas não foram concebidas para tipificar crimes não previstos, sequer foram concebidas para enrijecer penas. Elas foram concebidas, isto sim, para dar ao Estado poderes discricionários que ele não tinha, sob a desculpa de poder enfrentar a "guerra contra o terrorismo".

Concedo um aparte ao Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Lindbergh, eu sempre tenho muitas dúvidas em qual momento que o Estado deve legislar para regular a convivência da sociedade. É uma dúvida que me assalta com muita permanência. Mas, nesse caso, eu não tenho a menor dúvida. Não há por que, neste momento, o Estado legislar sobre algo que não existe na sociedade. Não há! Nós não temos notícias de práticas terroristas na sociedade brasileira. O que nós temos é uma violência urbana desenfreada, assustadora. Aí, sim, cabe o Estado entrar, para tentar... E V. Exª tem uma proposta em relação a isso, e que avança pouco, de uma mudança importante no aparelho de segurança pública. As nossas Polícias Militares veem o cidadão como um inimigo. Se prevalecer aqui na Casa, no Senado – porque já foi votada na Câmara –, essa lei vai servir como munição nessa guerra contra os pobres. São os pobres que vão ser mais uma vez sacrificados por uma legislação pela qual nós vamos ser responsabilizados. E eu não quero sujar minhas mãos no sangue da pobreza

brasileira mais. Portanto, eu acho que V. Exª tem razão. Esse é um projeto delicadíssimo, que está tramitando aqui na Casa, e a gente não pode cometer um equívoco como esse. Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu é que agradeço seu aparte, Senador Capiberibe. Nós, na verdade, vamos votar esse projeto, pelo que eu sei, no dia de amanhã. Já está aqui o Senador Aloysio, que é o Relator. Ele está disponibilizando o seu parecer. E eu já conversava com S. Exª, aqui, que nós vamos estudar o seu relatório, para tentar abrir um processo de negociação antes, para que possamos votar esse projeto no dia de amanhã. Eu vou dar continuidade e vou falar de outras preocupações, Senador Capiberibe.

Eu encerro essa primeira parte, dizendo que a voga internacional das leis antiterroristas nasceu dessa "necessidade". Da "necessidade" do Estado norte-americano e de outros Estados aliados de poderem atuar de forma livre, sem respeitar os tradicionais limites impostos pela democracia no combate a tudo que for considerado ameaça. Assim, as leis antiterroristas nasceram de uma "necessidade" política, não de uma real necessidade jurídica. Além dessa atuação estatal – assim, digamos – desinibida, tais leis também permitem, em geral, algo muito importante: a estigmatização de qualquer grupo ou movimento social...

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – V. Exª me concede um aparte, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... considerado ameaçador ou mesmo inconveniente.

Concedo um aparte ao Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Lindbergh, eu não tenho a permissão do Senador Aloysio Nunes, mas o que mais me tranquiliza neste momento é saber que o Relator desse projeto é um homem com a estatura...

(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... e com o passado de Aloysio Nunes, passado demonstrado nas lutas mais difíceis nos anos de chumbo, e um homem que sempre se manteve ao lado da defesa exatamente das minorias e da democracia. Então, a segurança que eu tenho de votar um projeto relatado por um Senador da estatura do Senador Aloysio é que me tranquiliza. Certamente que haverá negociações, porque esta Casa é uma casa de negociações, mas me tranquiliza muito saber que o Relator dessa matéria é o eminente Senador Aloysio Nunes de Oliveira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para concluir, Sr. Presidente, eu agradeço o aparte do Senador Moka.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite-me Senador, só um apartezinho.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Permito, concedo um aparte ao Senador José Serra.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Endosso literalmente as palavras do Senador Moka, acrescentando então que nós temos dois seres, como ele qualifica aqui, de preparo excepcional: o Aloysio Nunes de Oliveira e o Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador José Serra.

E eu queria só dizer o seguinte: a pressão que existia aqui para o Parlamento votar é porque diziam que havia uma recomendação do GAFI. E o que é o GAFI? É um grupo que reúne 36 países e que discute lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo. Primeiro vale dizer que, dos 36 países que fazem parte do GAFI, só cinco têm leis antiterroristas: Estados Unidos, por questões óbvias; Israel, por questões óbvias; Reino Unido; Espanha e Colômbia. Só cinco.

Outra coisa: não é verdade que o GAFI pedia a tipificação do terrorismo. O que eles pediam era a discussão sobre financiamento ao terrorismo. Mas fizeram um terrorismo aqui dizendo o seguinte: se o Brasil não fizesse logo essa tipificação penal, o GAFI ia recomendar às agências de classificação de risco o rebaixamento da nota do Brasil. O GAFI nunca fez isso, Sr. Presidente, e nem se propõe a fazer isso. Então, há um exagero nesse debate todo.

Eu falei há pouco com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu não conheço o relatório que nós vamos votar amanhã, vou ter acesso agora, ele já mandou publicar, quero estudar com minha equipe, quero procurá-lo para buscar o entendimento.

O fato é que o projeto, do jeito que vinha da Câmara dos Deputados, criava uma zona cinzenta, pela qual você abria caminho, sim, para criminalizar ações de movimentos sociais, e essa era a nossa grande preocupação.

Então, espero, Senador Aloysio, agora, a partir da publicação do seu texto, que a gente tenha tempo até amanhã para tentar costurar negociações, para que a gente tenha a possibilidade de avançar, mas preservando os direitos individuais, as liberdades individuais e preservando o direito das pessoas se manifestarem de forma livre em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Aloysio.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Antes de começarmos a Ordem do Dia, eu vou conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira pela ordem, depois nós retomaremos a Ordem do Dia.

Quero comunicar à Casa que não houve acordo para nós desobstruirmos a pauta. A pauta, como todos sabem, está trancada por medida provisória, que será apreciada apenas amanhã, e nós vamos dar curso, apreciar algumas matérias que não dependem obviamente do trancamento da pauta.

Tão logo nós tenhamos a intervenção do Senador Aloysio Nunes Ferreira vamos começar a Ordem do Dia.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu venho à tribuna com a permissão de V. Exª para comunicar à Casa que concluí, nesta tarde, o meu relatório sobre o projeto de lei de autoria do Poder Executivo, da Presidente Dilma Rousseff, que foi enviado ao Congresso com urgência constitucional com o objetivo de tipificar o crime de terrorismo e de organização criminosa.

Fui designado para essa relatoria pelo Sr. Presidente Renan Calheiros com apoio e endosso do nobre Líder do Governo, o Senador Delcídio do Amaral. É uma tarefa delicadíssima, uma tarefa melindrosa porque a tipificação desse crime, esse crime abominável, Senador Capiberibe – é um crime abominável, tão abominável quanto a tortura, e é por isso que a Constituição brasileira diz que ambos, tortura e terrorismo, são crimes hediondos –, a tipificação desse crime é uma tarefa muito difícil, que envolve uma apreciação jurídica, mas também leva em conta as circunstâncias que vive cada país que se dispõe a legislar sobre essa modalidade de crime, muitas vezes transnacional.

Tomemos, por exemplo, a França, que é a pátria dos direitos humanos. A França é hoje alvo de ações terroristas. Várias ações terroristas foram cometidas naquele país, inclusive a que chamou a atenção do mundo inteiro, que foi o assassinato de componentes da redação da revista satírica *Charlie Hebdo*. Pois a França, sob o impacto dos movimentos terroristas infiltrados naquele país, onde há terroristas franceses, foi aos poucos tornando a legislação mais severa, a legislação que evoluiu sob o influxo da evolução das coisas, dos fatos.

Tem razão o Senador Capiberibe, quando diz que nós não temos ação terrorista no Brasil. Felizmente, Senador Capiberibe. Felizmente. Mas nós temos, sim, órgãos de segurança no Brasil que trabalham para prevenir ações terroristas. Vejam V. Exªs a incongruência: nós não temos uma definição de terrorismo, mas há órgãos de segurança pública envolvidos na prevenção ao terrorismo, no monitoramento de pessoas suspeitas de pertencer a organizações terroristas internacionais. Existe na Polícia Federal um setor, uma divisão, um departamento de combate ao terrorismo. A Abin também se preocupa com isso. As Forças Armadas se preocupam com isso.

Portanto, Sr. Presidente, é urgente, sim, por razões jurídicas relevantes, definirmos parâmetros para a atuação desses órgãos, até mesmo no interesse de preservação dos direitos individuais contra arbitrariedades. Contesto V. Exª, Sr. Senador Capiberibe, quando diz que não razão jurídica relevante. Há sim. Há órgão de segurança trabalhando nessa matéria sem nenhum balizamento legal ou com balizamento legal precário, porque existe aqui ou ali na legislação brasileira referência a ações terroristas, por exemplo, a lei de lavagem de dinheiro, que se refere à organização terrorista sem que se possa dizer o que seja organização terrorista ou o que seja ato terrorista.

Eu não me preocupo, Senador Lindbergh, com a reunião do GAFI. V. Exª tem insistido muito nessa tese de que é uma reunião de financistas preocupados com o crime de financiamento do terrorismo.

Eu confesso a V. Exªs que, até anteontem, eu não sabia sequer o que quer dizer GAFI. Eu sei, sim, o que quer dizer Constituição Federal, Constituição da República Federativa do Brasil. Isso eu sei.

E, nessa Constituição, está dito, em duas passagens, o quanto a ordem jurídica brasileira repugna a ideia e o crime do terrorismo. Diz a Constituição que um dos princípios que o Brasil deve observar, nas suas relações internacionais, é o repúdio ao terrorismo. Diz também a Constituição que o terrorismo é um crime hediondo, insuscetível de graça, de anistia, que deve ser tratado com a maior severidade.

Pois bem, é em atenção à Constituição brasileira – razão jurídica mais relevante não existe – que eu, logo que cheguei ao Senado, apresentei um projeto de lei visando a tipificar o terrorismo.

Nós não podemos estar em mora com a Constituição brasileira, e não apenas por uma razão jurídica. É que, vira e mexe, quando o Brasil se prepara para um evento internacional, como, por exemplo, foi a Copa do Mundo, a Jornada da Juventude, temos agora as Paralimpíadas e as Olimpíadas, imediatamente se preocupa com a possibilidade de haver um ato terrorista durante esses eventos – como houve, por exemplo, em Boston.

Vira e mexe, surge essa preocupação. Ainda nesta semana, tivemos uma reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência dedicada a esse tema, e nós não sabemos o que é terrorismo, não sabemos do ponto de vista jurídico.

Será que o Brasil está inteiramente imune a essa corrente, essa forma de criminalidade transnacional, que não é produto dos norte-americanos, obsessão norte-americana, como disse aqui o Senador Lindbergh Farias? É um fato, um fato do mundo, especialmente do mundo pós-guerra fria. "O diabo está solto no meio da rua", na expressão de Guimarães Rosa.

Grupos terroristas desatados, alguns sujeitos têm um mínimo de coordenação internacional, outros, não. Lobos solitários, rondando por aí, procurando a ocasião de atacar. Será que o Brasil estará para sempre imune a isso? Tomara que sim. Mas nós precisamos estar vigilantes e prevenidos. Para prevenir, é preciso lei. Lei que balize a ação dos órgãos de segurança, sob pena de os órgãos de segurança, a pretexto de combaterem o terrorismo, passarem a bisbilhotar a vida dos cidadãos de bem.

Dizem também que todos os atos que são tipificados como terrorismo já são tipificados no Código Penal. É verdade, quase todos eles. No entanto, o terrorismo é um crime mais grave, porque o seu objeto, a sua vítima não é apenas a vítima daquele ato concreto: é a paz pública, é a tranquilidade pública, é a segurança do Estado, das bases constitucionais do Estado de direito.

Tomo um exemplo, que felizmente não ocorreu no Brasil: o daquele comando de uma organização palestina que invadiu o alojamento dos atletas israelenses na Olimpíada de Munique. Do ponto de vista do Código Penal, o crime era cárcere privado; mas era apenas cárcere privado ou era terrorismo? Salta aos olhos de todos nós!

Vejam: aqueles terroristas das Brigadas Vermelhas que sequestraram e assassinaram Aldo Moro são apenas homicidas? Não! São terroristas, porque visavam abalar os fundamentos democráticos da República italiana e, como terroristas, devem ser punidos!

Aqueles militantes do chamado Estado Islâmico, que têm por vezo degolar jornalistas perante as câmeras de televisão, são homicidas? É claro que são! Mas são terroristas, porque eles querem, com essa ação abominável, dizer o seguinte: "Nós somos poderosos. Não se metam conosco. Nós não temos limite". Isso tem como objetivo amedrontar a comunidade internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não são meros homicidas, se é que se possa aplicar esse adjetivo "mero" a um homicida.

Mais ainda, Sr. Presidente: o Brasil tem compromissos internacionais. Nós temos acordos internacionais, mediante os quais nós nos comprometemos a combater o terrorismo. Nós não podemos extraditar um terrorista que se homizie no Brasil, que venha a buscar refúgio no Brasil, porque é preciso, para que seja viável a extradição, que haja a chamada dupla tipicidade: que aquela pessoa tenha sido condenada, no exterior, por um crime tipificado na legislação brasileira. Então, se nós não tipificarmos o terrorismo, o Brasil poderá se tornar um refúgio de terroristas internacionais. É isso que os senhores querem? Claro que não!

Agora, eu tive o cuidado extremo, ao receber esta relatoria, Sr. Presidente, de fazer um exercício que é difícil – e é por isso que eu quero a colaboração dos meus colegas Senadores: compatibilizar a necessidade de reprimir esse crime e a necessidade de preservação dos espaços de atuação democrática dos cidadãos, de manifestações pacíficas ou mesmo de manifestações que venham a descambar para a violência, mas que não são promovidas com o objetivo de destruir o Estado de direito. É com essa preocupação que proponho uma mudança muito profunda, tanto no projeto original, quanto no projeto que veio da Câmara.

Concordo com o Senador Lindbergh Farias: havia uma abertura do tipo penal terrorismo, que podia dar margem a abusos. Por exemplo, havia referência à motivação ideológica.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ora, todos nós somos movidos, de alguma forma, por ideologia – o que pode dar margem ao abuso. Por isso, na tipificação de terrorismo, eu procurei reduzir, estreitar, ao máximo, essa motivação política para efeito de caracterização desse crime: não apenas motivo ideológico, muito menos extremismo político, mas também atentado contra os fundamentos do Estado democrático de direito, tal como os definidos no Título I da Constituição brasileira.

Vai se dizer que o jovem, a quem o Lindbergh Farias se referiu hoje numa reportagem no *Estadão*, aquele que ocupa uma reitoria está praticando terrorismo? É claro que não, é claro que não. Aquele jovem, muito provavelmente, é um radical que pensa que a universidade é um lugar apenas para cultivar os seus devaneios de uma revolução que ele não fará nunca. Mas é claro que aquilo é crime de dano.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fala-se: "Ah, o Aloysio propõe terrorismo contra coisa." E uma bomba na barragem de Itaipu não tem uma consequência devastadora? É claro que é preciso tipificar terrorismo contra coisa.

E contra meios de transporte? Não é o jovem do Movimento Passe Livre que joga pedra no ônibus. Não! Esse jovem saiu numa manifestação para reduzir o preço da passagem de ônibus e para protestar contra uma série de coisas, mas não é alguém que está movido por ódio racial, que é xenófobo, que tem intolerância religiosa, e muito menos quer ele abalar os fundamentos da República brasileira. Então, não é terrorista. Mas é preciso, sim, tipificar atos terroristas contra meios de transporte. Lembrem-se os senhores das bombas no metrô de Londres ainda recentemente.

Então, Sr. Presidente, eu tive extrema cautela para fazer com que essa tipificação pudesse ser estreita, rigorosa, de modo a não permitir abusos. E peço a colaboração dos meus colegas para aperfeiçoar esse texto.

Agradeço imensamente a disposição do Presidente Renan Calheiros e do Líder do Governo, Delcídio do Amaral, que ignoraram as pressões do calendário do Gafi – nem sei como se chama esse organismo, que é citado frequentemente pelo Senador Lindbergh, como se fosse um organismo que nos tutelasse; mas os Senadores ignoraram o calendário exatamente pela razão – e eu concordo – de que existem outras leis, como Lei de Lavagem de Dinheiro, Lei da Organização Criminosa, que já atendem aos objetivos do Gafi.

Mas terrorismo é preciso tipificar. Sabe por quê? Entre outras razões, porque a Constituição brasileira assim o determina.

Sr. Presidente...

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Aloysio, permite-me um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... apenas para concluir, houve um enorme debate sobre as exceções: "Vamos tipificar, mas abrir exceções para o movimento social, para isso e para aquilo".

Meus caros colegas, vamos nos preocupar com a regra, porque, se a regra for bem definida, como eu procurei fazer – imperfeitamente, com as minhas limitações –, não é necessário enumerar exceções. Uma regra bem definida é uma regra que dá segurança jurídica, que dá instrumentos ao Estado para a defesa da ordem democrática e da paz pública, ao mesmo tempo em que assegura a liberdade dos cidadãos.

Ouço o aparte do Senador Anastasia, se V. Exª me permitir, Senador.

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Aloysio. Eu queria, de maneira muito rápida, tão somente cumprimentá-lo pelo relatório, tendo em vista que o tema é um tema fundamental. Muitas vezes, as pessoas não percebem o que significa o regulamento do terrorismo, sob o ponto de vista normativo, numa sociedade democrática, e colocam alguns temores. E esses temores não podem prevalecer.

(Soa a campainha.)

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª tem absoluta razão no momento em que identifica, de modo claro, a determinação constitucional. Mas, mais do que isso, na gênese do crime de terrorismo, nós temos, de maneira muito clara, que o crime de terrorismo não se exaure no ato físico em si: ele se desdobra numa consequência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que é o pânico generalizado.

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Em um crime comum, mesmo o homicídio, que é o pior de todos, um latrocínio, um sequestro, o crime se consuma naquele momento. No terrorismo, não. O objetivo principal extrapola aquela ação e vai atacar a sociedade, levando insegurança, quebra de princípios e de valores republicanos. Por isso, de todos, evidentemente, o terrorismo é uma ação que tem que ser condenada, e o é internacionalmente. Já vai de muito tempo a necessidade de termos no Brasil, como determina a nossa Constituição, uma lei, e tenho certeza de que vamos debater o tema e aprovar essa lei, sob a orientação de nosso Relator, Senador Aloysio, para o Brasil apresentar uma boa proposta no concerto internacional do...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Senador Aloysio. Permite-me um comentário?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço imensamente a contribuição desse grande constitucionalista que é o Senador Anastasia.

Eu queria apenas – se me permite V. Exª, Senador – abordar um ponto que também deu margem à polêmica.

Diziam: "Olhe, o juiz vai ter uma margem ampla de decisão pessoal". Eu procurei exatamente, no texto, reduzir essa margem. Mas não nos iludamos. Existe sempre o ato humano de julgar. Não existe uma máquina

de julgamento, e quem julga é o juiz; não é o porteiro dos auditórios do fórum; é o juiz. O juiz julga com base na jurisprudência, na lei e na sua percepção dos fatos.

Vejam V. Exªs: quando nós temos dois crimes que, aparentemente, são muito semelhantes – crime de homicídio doloso, com intenção de produzir a morte, e o homicídio culposo –, existe uma zona de sombra quando se trata do homicídio em que o autor assume o risco de matar. É doloso? É, mas pode ser culposo. Quem decide? O juiz.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Qual é a diferença entre o homicídio e uma lesão corporal seguida de morte? O juiz quem decide. Mesmo na fronteira entre o crime e a licitude, na legítima defesa, vejam os elementos dos quais o juiz vai ter que se convencer para separar aquilo que é crime daquilo que não é crime, pela legítima defesa: reação imediata, meios moderados, agressão injusta. Tudo isso tem que entrar em linha de conta. E é por isso que temos um sistema jurisdicional que comporta ampla defesa, muito diferente, Senador Lindbergh, dos juízos sumários a que V. Exª se referiu. No Brasil, felizmente, nós temos duplo grau de jurisdição, nós temos *habeas corpus*, nós temos o princípio da ampla defesa, nós temos a oportunidade de recurso, até excessiva, no meu entender, para mais duas instâncias, o STJ e o STF.

De modo que nós temos os corretivos necessários para que essa subjetividade do juiz não extrapole para a injustiça. Mas, evidentemente, há uma margem de subjetividade que é própria do ato de julgar. Cabe a nós, legisladores, balizar esse julgamento para que ele não se transforme no seu contrário, que é a iniquidade.

Ouço o aparte do Senador José Serra.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Meu caro Senador Aloysio, eu queria me congratular com o Presidente Renan Calheiros e com o Líder Delcídio pelo convite que fizeram a V. Exª. Como disse o Senador Moka, ninguém mais preparado para apresentar um substitutivo equilibrado e que corresponda também àquilo que o País necessita. O fato é que a internacionalização das economias e dos países, a mundialização do Planeta, que é um fenômeno que se desdobra nas últimas décadas cada vez mais aceleradamente, tem tido, como sua contrapartida mais infeliz, o movimento terrorista em escala internacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Brasil está no limite de sofrer punição porque não tem uma lei que trate do terrorismo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como nós nos comprometemos a ter em várias instâncias internacionais.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A oportunidade não é apenas do ponto de vista da governabilidade do País, do enfrentamento do mal nas fronteiras nacionais, mas também como uma questão de relações do Brasil com o resto do mundo. Nós vamos sofrer punição, de diferentes maneiras, pelo fato de não termos uma lei que é necessária, para que haja uma integração maior do Brasil na batalha antiterrorista internacional. Nesse sentido, além de reforçar as palavras de V. Exª, quero reforçar a ideia da urgência de votarmos o projeto. Senador Aloysio, a propósito das suas palavras em relação à missão que compareceria à Venezuela para estar presente durante as eleições e cumprir o papel, digamos assim, de fiscalizar, o que não é nenhuma figura nova nas relações internacionais, quero dizer que as endosso. Na semana passada, Presidente Renan, fui, inclusive, indagado pelo Secretário-Geral da Unasul, Ernesto Samper, a respeito da indicação de Nelson Jobim. Isso estava sendo cogitado. Ele me deu como praticamente decidido. Ora, vem o governo venezuelano e veta. É um veto que fere todos nós. O Ministro Jobim foi um grande Parlamentar, foi um grande Ministro, foi um grande integrante do Supremo Tribunal Federal. Senador Aloysio e Presidente Renan, queria dizer que vamos encaminhar uma moção, para que o Senado se manifeste junto ao Governo Federal em torno de uma proposta. A proposta é a de que o Brasil, o Governo brasileiro, manifeste seu desacordo com o veto ao Ministro Jobim e que se considere não representado por essa missão na Venezuela. Isso é o mínimo que podemos fazer. Enquanto contemplamos a lamentável situação da Venezuela, contemplamos indignados, por certo, a perseguição que se faz, violenta. Há uma repressão violenta à oposição naquele País, que segue qualquer regra, menos a da democracia, na repressão a esses integrantes da luta política que de forma legítima fazem oposição – eu diria que legitima e oportunamente - ao governo e ao próprio regime venezuelano.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Serra, pelo duplo aparte em um só, muito obrigado.

O Senador Agripino pede a palavra. Presidente, eu não quero enveredar pela a Ordem do Dia...

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, rapidamente. Eu não poderia deixar de fazer a manifestação, até pela qualidade do trabalho que eu tenho certeza de que vai ser apresentado. Veja V. Exª, terrorismo no Brasil ainda nós não temos – ainda não – e espero que não venhamos a ter. Agora, as ocor-

rências mundiais, a começar pelo atentado de 11 de setembro, modificaram o mundo inteiro. Para quem viaja, para quem se movimenta, o mundo mudou; os raios X, as vigilâncias, as restrições, os dispositivos de segurança, tudo isso em função do maior ato de terrorismo já praticado pela humanidade, explícito. Graças a Deus, não temos no Brasil atos explícitos de terrorismo, nós temos as precauções...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Precauções.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... porque aquilo que existe no mundo existe aqui por uma legislação que é internacional, como se referiram o Senador Serra e o Senador Anastasia. Nós temos que nos adaptar. O Brasil faz parte de uma constelação, o mundo. Existem divergências com relação ao que é ato terrorista, quais são as consequências. O debate vai existir, mas ninguém melhor – até pelo passado de V. Exª – do que V. Exª para preparar um relatório equilibrado que traduza a nossa obrigação no plano internacional e que possa adequar o Brasil às exigências internacionais no combate ao terrorismo que, repito, não existe ainda, mas nós não estamos livres de ter que conviver com o terrorismo no futuro. De resto uma palavra só, de cumprimento ao Ministro Toffoli. Ele já tomou atitude com relação ao veto do Ministro Jobim, manifestando-se claramente pela desautorização...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Já encerro, Sr. Presidente. Manifestou-se claramente pela desautorização para o Brasil participar de uma comissão mal presidida, mal conduzida, uma comissão internacional de observação das eleições venezuelanas. Quem vai presidir esta comissão é uma pessoa que – desculpem-me a ausência – não merece fé. O Ministro Jobim seria subordinado a ele, foi vetado. Melhor que o Brasil não participe, e em boa hora o Ministro Toffoli manifestou-se dando o aval do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Agripino. Agradeço o aparte de V. Exª.

Presidente, encerro este pronunciamento pedindo aos meus colegas que observem, sem nenhuma indulgência, e façam as sugestões para que nós possamos produzir aqui uma boa lei.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Se me permite apenas um segundo, se o Presidente permitir. São 30 segundos apenas, Senador Aloysio. Nós, nos últimos meses, temos vivido intensamente as preocupações em relação ao que acontece não apenas na Venezuela, mas na região, e obviamente, pela gravidade da situação especial na Venezuela. Essa questão, como aqui disse adequadamente o Senador José Agripino, de observadores internacionais foi sempre colocada, inclusive quando nós lá estivemos, como talvez a virada de página. Seria a concessão, o gesto que o governo Maduro faria no sentido de legitimar quaisquer que fossem os resultados das próximas eleições marcadas agora para o início de dezembro. Essa reação, patrocinada pela Unasul, na verdade, vai ao encontro na direção das nossas mais profundas e graves preocupações. E o que é mais grave ainda é que nós temos assistido a manifestações, Senador Renan, inclusive com o apoio de V. Exª, marcantes do Parlamento brasileiro em relação a essa questão...

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... da supressão dos direitos e das liberdades democráticas na Venezuela. Assistimos agora ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) se manifestar, de forma veemente e positiva, em relação também a não aceitação da indicação do ex-Ministro Nelson Jobim como Presidente desta comissão. E nada oficial do Governo Federal. Mais uma vez, o Governo caudatário. Mais uma vez, o Poder Executivo olhando para frente como se nada enxergasse, como se não fosse ele, de alguma forma, também responsável pela aliança que com o governo venezuelano firmou. E, na verdade, na incapacidade de cobrar avanços e maior transparência nas várias ações naquele país, em especial em relação aos ainda presos políticos, ao que nós assistimos é o Governo do Brasil abdicando da sua liderança natural, regional, que a natureza...

(Interrupção do som.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... e o trabalho de séculos de brasileiros nos possibilitou ter. Na verdade, se aqui internamente, Senador Aloysio, as coisas vão, da forma que sabemos, muito mal na economia, no ambiente social, muito mal na questão moral, agora também nós assistimos à responsabilidade do Governo Federal também pela falta de transparência que me parece orientará ou conduzirá essas eleições venezuelanas. Fica aqui o apoio do PSDB a essa moção aqui apresentada pelo Senador José Serra, mas, em especial, os cumprimentos a V. Exª pelo papel que tem desempenhado à frente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, sempre equilibrado, como é da natureza de V. Exª, mas sempre firme, para dizer aquilo

que repetimos tantas vezes: quando se fala de liberdade e de democracia não há que se respeitar fronteiras. Infelizmente, a submissão...

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ...do Governo brasileiro causa gravíssimos prejuízos à liberdade e à democracia neste país-irmão que é Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado Senador Aécio. Agradeço muito o aparte. Agradeço também a V. Exª a oportunidade de falar para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós é que agradecemos ao Senador Aloysio, que foi designado para emitir parecer sobre essa importantíssima matéria para o Brasil.

Quero registrar, com muita satisfação, a presença honrosa dos alunos de Ensino Fundamental do Colégio Renascença, de São Paulo.

Sejam bem-vindos ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Começamos a:

ORDEM DO DIA

Peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Vamos começar a Ordem do Dia.

A nossa pauta está trancada por medida provisória. Não houve acordo para apreciação da medida provisória hoje. Pretendemos apreciá-la amanhã.

Vamos, portanto, avançar na apreciação de alguns itens da pauta que não dependem de seu consequente trancamento.

Item extrapauta:

Mensagem nº 51, de 2015

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 51, de 2015 (nº 277 de 2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES,* Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, *para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia.* (**Parecer nº 911, de 2015-CRE**)

Peço, mais uma vez, aos Senadores que venham ao plenário.

Saúdo, com muita satisfação, a volta ao Senado Federal do Senador Garibaldi Alves Filho.

Prazer grande, Garibaldi, tê-lo de volta à Casa. (*Palmas.*)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, V. Exª me concede?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro, com a palavra, V. Exª, enquanto aguardamos a presença dos Senadores na apreciação da indicação da Srª Ana Maria Sampaio Fernandes para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero tocar na questão que sempre tenho falado aqui, principalmente, meu caro Moka, no que diz respeito à economia dos nossos Estados, economia em nossos Estados e economia dos Municípios.

Na semana passada, eu não pude acompanhar o nosso Governador do Estado, Rui Costa, em uma agenda importantíssima, uma agenda de que eu iria participar, principalmente, no circuito da Alemanha. Ali foi tratado o tema de energia solar, em um grande encontro com diversos empresários alemães, com o Instituto Fraunhofer, um dos mais brilhantes institutos de pesquisa aplicada da Europa e do mundo, o maior instituto da Europa e um dos maiores do mundo, que tem sede na Bahia. Mas o objetivo dessa, eu diria, maratona empreendida pelo Governador Rui Costa... Eu vou ter oportunidade, meu caro Ferraço - inclusive eu o convidei para essa caminhada na semana que vem -, já que não pude participar na semana em que nós tínhamos a previsão de convocação do Congresso Nacional, para que não nos acusassem de sair sem permitir o quórum nem tampouco de nos posicionar nas matérias polêmicas. E me refiro aos vetos que têm a ver com o reajuste dos servidores do Judiciário, a questão do salário mínimo e uma bandeira que tanto temos trabalhado, que é a questão dos terrenos de marinha, vamos chamar assim.

Essa caminhada feita pelo Governador Rui Costa é muito importante para este momento de necessidade de atração de investimento para o Brasil, num momento de oportunidade e, ao mesmo tempo, num momento de implantação de fontes alternativas. Este é o principal momento para atrair investidores que venham para cá com dois objetivos. É óbvio que para expandir a nossa capacidade de oferta de energia nessas matrizes importantíssimas, eólica, solar, biomassa, mas, ao mesmo tempo, com essa atração, plantarmos aqui e de uma vez por todas consolidarmos a política de desenvolvimento científico e tecnológico, meu caro Delcídio.

Não basta ficarmos a vida inteira importando material para abastecer essa indústria solar ou para expandir a energia solar no Brasil. É possível, por exemplo, meu caro Delcídio, aproveitarmos os potenciais, os nossos mananciais de sílica, para produzir o vidro, para chegar, talvez quem sabe, a um semicondutor. É possível avançar no desenvolvimento de *software* para o processo de monitoração, para o processo de gerenciamento e, principalmente, para a operação.

Isso tem incidência direta na nossa matriz econômica. Isso tem incidência direta na nossa matriz energética. A nós, no Nordeste, que estamos enfrentando, talvez, uma das piores crises hidrológicas, ela tem nos afetado de dupla maneira: a escassez da água para a produção, para o consumo humano, para o consumo animal e para a geração de energia, e, por outro lado, o alto custo que isso impõe.

O chamado risco hidrológico, meu caro Delcídio, gera, por parte da necessidade de obtenção de energia, um passivo extremamente perigoso para esse quadrante da nossa economia. Falar, por exemplo, em R$20 bilhões, o que seria um resultado da chamada geração por crise hidrológica, no momento em que se tem orçamento deficitário, no momento de queda da receita significa também impor a Estados e Municípios um prejuízo enorme. É do ICMS, inclusive dessa energia que diversas das nossas cidades e Estados alimentam as suas contas, alimentam, ou melhor, abastecem o Tesouro.

Então, além de impactar na produção, impacta na arrecadação, o que, consequentemente, se estabelece na economia. É por isso, meu caro Delcídio, que nós temos perseguido permanentemente esse debate sobre a questão do ICMS, a alternativa.

V. Exª marcou para hoje à noite uma reunião com o Ministro da Fazenda para dar sequência a essa lógica de debate e para saber quais os instrumentos. Temos conversado muito com diversos parceiros aqui e há quase que uma unanimidade de que não é possível traçar esse caminho, minha cara Senadora Simone Tebet, via medida provisória.

Esse caminho, meu Governador Anastasia, não nos dá a segurança da continuidade. Pode até atender momentaneamente, o que eu acho difícil, porque construir um arcabouço legislativo que se transformará até em arcabouço jurídico para esse processo, mas que não terá a consubstância, não terá o conteúdo ou, numa palavra bem direta, meu caro Ricardo Ferraço, nós não teremos os recursos para bancar, essa iniciativa é um risco muito grande.

Portanto, trabalhamos, inclusive em conjunto, Senador Ricardo Ferraço, na Resolução nº 1. Foi possível caminhar para um texto cheio de amarras, mas só isso não é suficiente. O Congresso perdeu com um atraso razoável em relação ao projeto que foi produzido a partir da CPI no Senado Federal. A matéria que trata de repatriar recursos se encontra parada na Câmara dos Deputados. Ela poderia ser um indicador para começarmos a conversar com o Governo.

Entre a necessidade de fazer e a cautela de como fazer, isso chama a atenção para que a gente não dê passos açodados. Eles não vão conseguir de forma nenhuma nos tirar da situação, e podem levar, esses açodados passos, para um buraco muito maior.

Portanto, agora é a hora da prudência, ainda que coincidência, ainda que com a necessidade de busca de soluções e não de arranjos pontuais ou de acréscimos ou de majoração de alíquotas aqui, ali e acolá.

Na crise, a criatividade chama para que se tenha mais atenção. Na crise, é importante inclusive que a gente vislumbre as soluções como algo capaz de durar e de recuperar, e não apenas de, aparentemente, tapar uma lacuna ou preencher um buraco. Portanto é preciso ter cuidado.

É esse passo, Senadora Simone, que a gente buscou fazer na Bahia, com essas investidas, com mudanças inclusive na legislação estadual, com busca de investimento, na alterativa de repaginar a estrutura do Estado, pensar na logística, pensar nas condições, mas esse debate tem que ser feito nacionalmente. O Governo não pode parar, assistir à crise e ficar na letargia. É necessário ir para a ação.

Vou dar um aparte à Senadora Simone e vou encerrar, já que o quórum está chegando ali, meu caro Senador Renan,

O Sr. Hélio José (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nobre Senador, também queria um aparte, por gentileza.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Serei breve, Senador Walter. Primeiro, para parabenizar V. Exª, que é Presidente da Comissão Especial do Pacto Federativo e sempre que ocupa essa tribuna vem em defesa das

Unidades da Federação brasileira. Eu queria apenas enfatizar o que tenho falado constantemente. A meu ver, votar esse projeto nesse momento é intempestivo. Eu estive reunida com governadores do Brasil central. São seis governadores representando o Centro-Oeste, mais Tocantins e Rondônia. Os seis, por unanimidade, disseram que esse projeto só pode ser aprovado se for estabelecido um fundo constitucional de compensação para os Estados que vão perder com a unificação interestadual das alíquotas de ICMS. Recebi hoje, por coincidência, um ofício do Codesul, que é o Conselho que reúne os Estados do sul do País mais Mato Grosso do Sul, também unânimes nesse sentido...

(Interrupção do som.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ... preocupados com essa questão. V. Exª está de parabéns. Sei que essa questão está em boas mãos. Conte conosco. Quero aproveitar para fazer um convite aos Senadores e às Senadoras: amanhã, na Comissão de Desenvolvimento Regional, nós teremos o segundo ciclo de debate para tratar, em audiência pública, justamente sobre o Projeto de Resolução nº 1, que visa à unificação das alíquotas de ICMS. Muito obrigada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado, Senadora Simone.

Mas é isso...

O Sr. Hélio José (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Walter, por favor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu darei um aparte a V. Exª.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador. Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Na realidade, eu acho que é importante... Vou dar, Senador Moka. Só para ilustrar isso aí, porque eu acho que é importante. V. Exª, que é um batalhador contumaz dessa questão...

É o que a gente tem dito, Senador Moka: o Ministro Levy tem que ter um instrumento que não só nos dê a tranquilidade, mas que também perpasse este Senado, perpasse os governantes de agora e seja um instrumento perene, um instrumento capaz de resolver o problema momentâneo.

O fundo, Senador Delcídio, pode compensar as perdas, mas nós precisamos ter a perenidade de um fundo que nos permita continuar fazendo investimento e voltar a crescer localmente neste País.

Senador Moka e Senador Hélio.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Eu só queria parabenizar o Senador Walter Pinheiro pelo importante pronunciamento, sobretudo em defesa da economia dos nossos Estados. Para ser objetivo, a única forma mesmo é criar um fundo permanente, não uma coisa que possa trazer intranquilidade, uma insegurança, até porque nós já temos a Lei Kandir e cachorro mordido por cobra tem medo de linguiça, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Valeu, Senador Moka.

Senador Hélio, depois o Senador Pimentel. Aí eu encerro, Senador Renan.

O Sr. Hélio José (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Walter, eu só faço esta fala em homenagem a V. Exª, pela importância do pronunciamento. Quero deixar claro que, neste momento de crise, é necessário criatividade, é necessário que o Governo não invente o mesmo do mesmo. Tem que realmente ter criatividade, ter coragem de pôr a mão na massa, mexer a massa e não mostrar alternativa. V. Exª lembra a importância, por exemplo, das energias alternativas. O nosso Governo precisa realmente ter condições de investir e propiciar o desenvolvimento dessa área. Além disso, há a questão tributária. Muito se discutiu, tempos atrás, uma reforma tributária que nunca saiu do papel. Nós precisamos rediscutir um valor, um imposto único de valor agregado, que reúna...

(Interrupção do som.)

O Sr. Hélio José (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – ...um valor único de imposto que agregue a todos e tenha condição de ser cobrado por instituições financeiras, através de movimentações financeiras. Esse imposto, na verdade, é o mais democrático, porque todos pagam, inclusive os sonegadores. Por isso eu defendo criatividade, e não só ficar lançando imposto. E quero me solidarizar a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Pimentel. E V. Exª pode encerrar aí.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Walter Pinheiro, quero parabenizar V. Exª pelo trabalho que o seu mandato tem feito para diminuir as desigualdades regionais, entre essas a questão do ICMS. A sua tese de resolver isso através de uma proposta de emenda à Constituição tem acordo no Senado Federal. Nossos pares têm discutido nesse sentido. Na Câmara não é diferente. Por isso as duas medidas provisórias em que democraticamente nós nomeamos V. Exª, nosso companheiro, para ser o relator, a MP nº 599 e agora a MP nº 683. Entendemos que aquelas duas medidas provisórias não resolvem a questão do pacto federativo, por isso vamos também deixá-las ser prejudicadas. Em consequência, queremos acelerar a vota-

ção da proposta de emenda à Constituição, juntamente com o projeto de repatriação que está na Câmara dos Deputados, que fez aquela exigência de que o projeto se iniciasse por lá, pois votaria no sistema de urgência. Chegaremos a 45 dias no próximo dia 26 de outubro e espero que, a partir dali, do dia 27, terça-feira, possamos ter essa matéria votada na Câmara,...

(Soa a campainha.)

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...vindo para cá e, junto com isso, antes do recesso, votar também a PEC que é fundamental para o Brasil. Por isso, parabéns pelo trabalho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bem, Senador Renan, foi V. Exª que não só apoiou a medida como tomou as iniciativas para que a gente pudesse andar nessa direção. Agora é fundamental que cobremos do Governo um posicionamento acerca desses recursos, os recursos que serão repatriados.

De nossa parte, eu diria, pilotado pelo Líder do Governo Delcídio, que, no diálogo com o Governo, podemos construir o texto da emenda à Constituição e trabalhar essa matéria. Essa é a questão importante, mas trabalhar com disposição para que esses dois fundos possam ser criados por emenda à Constituição, para que nós tenhamos a perenidade do tratamento dessa questão, principalmente no que se refere à unificação das alíquotas, mas com capacidade de aumento dos investimentos, principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do nosso Brasil.

Era isso, Senador Renan. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Exª.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 51, de 2015 (Ana Maria Sampaio Fernandes - Bulgária)

Indicação da senhora Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra de 2ª Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nas Repúblicas da Bulgária e da Macedônia.

Matéria **MSF 51/2015** Início Votação **20/10/2015 18:11:25** Término Votação **20/10/2015 18:30:12**

Sessão **186º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/10/2015 14:01:19**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SECRETO

Emissão 20/10/2015 18:30:15

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 51, de 2015 (Ana Maria Sampaio Fernandes - Bulgária)

Indicação da senhora Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra de 2ª Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nas Repúblicas da Bulgária e da Macedônia.

Matéria **MSF 51/2015** Início Votação **20/10/2015 18:11:25** Término Votação **20/10/2015 18:30:12**

Sessão **186º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/10/2015 14:01:19**

PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:65 **NÃO:**2 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**68

Primeiro-Secretario

Emissão 20/10/2015 18:30:16

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – SIM, 65; NÃO, 2.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome da Srª Ana Maria Sampaio Fernandes para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e cumulativamente na Macedônia.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – **Item extrapauta:**

Mensagem nº 54, de 2015

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 54, de 2015 (nº 280 de 2015, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.* (**Parecer nº 912, de 2015-CRE**)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Renan, quero...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero chamar a atenção da Mesa sobre o PDS nº 43, que o Senador Cássio Cunha Lima apresentou há uns 40 dias e do qual fizemos um acordo. O Senador Cássio fez um acordo com o Senador Paim para que, em 30 dias, pudesse haver uma solução para esse problema. Mas já se passaram mais de 30 dias, e nós não temos ainda nenhuma solução sobre o assunto.

Então, eu gostaria de saber do Senador Paim em que pé anda esse acordo que foi feito, porque nós queremos trazer novamente esse PDS, o 43, para ser votado aqui no Senado Federal e, posteriormente, encaminhá-lo para a Câmara.

Ele trata sobre normas trabalhistas que têm impedido, que têm dificultado...

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... que têm criado grandes problemas às empresas brasileiras, às indústrias com equipamentos importados ou comprados aqui no Brasil. O Ministério Público do Trabalho não aceita as normas que estão lá colocadas e sempre traz mais perfumaria, mais controle. Isso tem criado, então, grandes problemas para as empresas, não só nas multas que eles têm recebido, mas no impedimento de que alguns equipamentos possam funcionar adequadamente.

Na minha avaliação, é um exagero o que está sendo pedido, e nós queremos sustar isso ou discutir de forma diferente.

Então eu gostaria de pedir ao Presidente que, no máximo na semana que vem, nós possamos trazer novamente ao plenário e votar, então, o PDS nº 43, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Paim.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, o Senador Blairo Maggi, de forma muito elegante, fez uma pergunta dirigida a mim sobre a NR-12.

Nós chegamos ao entendimento com o Senador Cássio Cunha Lima de realizarmos, além das reuniões no Ministério, uma chamada comissão geral aqui no plenário do Senado, ouvindo empresários e trabalhadores, com o objetivo de ajustar a redação.

Ninguém mais, no meu entendimento, é contra a NR-12. Ela tem que ser melhorada. Sua redação tem que ser mudada. Por isso, devemos ajustar a data adequada desse encontro aqui no plenário, e, em seguida, eu entendo que seja possível votarmos a matéria, buscando esse grande entendimento.

O.k.!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª, em seguida, ao Senador Caiado e ao Senador Ricardo Ferraço.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Eu queria solicitar a V. Exª que – como está pronto para deliberação do Plenário – disponibilizasse, se possível hoje, a deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2014.

A matéria institui o dia nove de fevereiro como o Dia Nacional do Cerco da Lapa. É um projeto simples. Se fosse possível, Sr. Presidente, votarmos essa matéria hoje, eu lhe agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos priorizar o projeto a que V. Exª se refere, Senadora Gleisi, mas estamos com a pauta trancada por medida provisória, que não foi possível destrancar hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Podemos colocá-la logo em seguida então?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Logo em seguida. Logo em seguida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Gostaria de usar a tribuna para fazer referência a dois assuntos extremamente importantes.

Primeiro, como médico que sou, no exercício da Medicina há 40 anos, ressalto que nós comemoramos no domingo, dia 18 de outubro, o Dia do Médico. Infelizmente o Governo da Presidente Dilma e o governo do PT têm um preconceito muito forte com o médico e tentam a todo momento desacreditar essa profissão de pessoas que exercem uma função nobre de salvar vidas, de atender as pessoas mais carentes e humildes, nas condições mais difíceis que lhes são impostas.

É uma homenagem que faço aos meus colegas, mais de 300 mil médicos trabalhando nas regiões mais distantes deste País.

Ao mesmo tempo, convido os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para uma Comissão Geral, no plenário da Câmara dos Deputados, amanhã, a partir das 11h da manhã. Lá discutiremos também uma emenda constitucional de minha autoria, para criar a carreira de Estado para que os médicos possam, sim, principalmente os especialistas, migrar para o interior.

Mas quero também, nesta oportunidade, Sr. Presidente, pedir a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras que voltem os olhos um pouco aqui para o plenário, para as galerias do Senado Federal. Homens e mulheres que aqui estão são pessoas que vêm do interior do meu Estado de Goiás, de seis Municípios daquele Estado.

São pessoas que a vida toda tiveram capacidade de produzir, que sempre foram produtores de feijão, de milho, em propriedades que não variam mais do que 25 ou 30 hectares cada. Mas eles foram, Senador Lasier, àquela época, anestesiados por aquele programa Proálcool, para que essas pequenas propriedades se fundissem e criassem uma cooperativa.

Eles, desinformados, naquela crença de que produzir álcool, com as garantias do governo, seria mais rentável do que produzir o feijão e o milho, abraçaram essa causa.

Naquele momento, acreditando, já que era um projeto do governo, com tamanhas garantias, envolveram-se diretamente nesse projeto. Isso durou pouco mais de sete anos, e, a partir daí, eles sofrem hoje há mais de 20 anos um processo que, sem dúvida alguma, é um verdadeiro calvário.

Vários já faleceram.

São hoje trezentas famílias, no interior do Estado de Goiás, que dependem de uma decisão desta Casa, porque a Câmara dos Deputados já resolveu, acrescendo à Medida Provisória nº 687 a renegociação dessas dívidas.

E aí, Sr. Presidente, a pergunta que faço ao Plenário, diante de uma situação em que todas essas famílias não têm direito à conta bancária, não têm direito a ter hoje nenhum empréstimo para poderem fazer o custeio ou o investimento agrícola. São famílias que não têm outra atividade; são várias as propriedades que já foram também subdivididas. Aqueles pais faleceram, e aí as propriedades ficaram nas mãos de mais cinco ou seis produtores rurais.

É com isso que eu peço a sensibilidade dos nobres Pares para que possamos construir um acordo na votação da Medida Provisória nº 687, que está trancando a pauta desde o dia de hoje, para que aí, sim, ao votarmos a RDC das penitenciárias, possamos acolher essa emenda que foi incluída ao texto do projeto de conversão para dar a essas famílias a perspectiva de voltarem a ser agricultoras e a exercerem a cidadania.

Qual é o crime que eles hoje praticaram? Foi exatamente acreditar no Governo, acreditar na garantia do preço mínimo do álcool quando, em um certo momento, a gasolina e a importação de petróleo ficaram mais

baratas, e o Governo voltou as costas para essas pessoas e passou a importar petróleo. E aqueles que eram produtores de álcool ficaram com esse álcool estocado e sem a garantia do pagamento da produção.

Então, é este pedido que faço a cada um dos Senadores e Senadoras: que não deem oportunidade apenas a essas trezentas famílias de Goiás, mas às várias cooperativas do interior do Brasil que também foram seduzidas por esse conto do vigário que foi aplicado em cada uma dessas famílias.

Não há ali nenhum, como sempre tentam difamar, usineiro. Olhem o perfil das pessoas que ali estão: são homens de mãos calejadas, mulheres sofridas, pessoas que vieram hoje como sendo talvez a última esperança, já que o Banco do Brasil já publicou a hasta para poder leiloar as suas propriedades.

Conseguiram, junto ao Poder Judiciário, que as propriedades não fossem a leilão, no aguardo da aprovação dessa medida provisória, com essa emenda da renegociação das suas dívidas.

É isso que nós estamos pedindo, e não vejo motivo de este Plenário negar a esses produtores rurais. Ali não há nenhum especulador, não há nenhuma pessoa abonada, mas, sim, pessoas que sempre produziram no País, mas que foram seduzidas, sim, a entrar em um programa e que não tiveram, por parte do Banco do Brasil, a assistência necessária, e, depois, as suas dívidas foram reajustadas em valores estratosféricos.

Só para os nobres colegas saberem, a dívida dessa cooperativa, hoje, chega ao valor, Senador Acir, de R$70 milhões. São produtores que têm 20ha de terra. A estrutura da usina foi toda espoliada, vendida, a preço subavaliado para poder pagar dívidas trabalhistas. E os cooperados ficaram exatamente com a dívida do Banco do Brasil, que se aproxima de R$70 milhões. Essa é a realidade dessas famílias.

Esse é o pedido que faço a cada um dos colegas. Sei que existe uma tentativa de deixar que essa medida provisória caduque. Sei que existe uma tese que diz que esse tema é um corpo estranho à medida provisória originária, mas tenho que reconhecer que nós, no Senado Federal, já vimos a aprovação aqui de várias medidas provisórias com dezenas de matérias estranhas ao texto e não seria justo, agora, querermos buscar esse momento de inflexão para penalizar todas elas.

Concedo um aparte ao Senador Omar.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Com a permissão do Presidente Renan Calheiros, até porque a matéria que o Senador Caiado traz é de suma importância para todos os Senadores e para as Senadoras. Existe um grupo de pessoas que está trabalhando ali, há mais de 30 anos, e todo mundo sabe a dificuldade de quem trabalha no campo. Pode-se fazer um planejamento, mas não há como saber se vai dar tudo certo no dia seguinte. São pessoas que estão pedindo uma oportunidade a mais a este Senado, ao se aprovar essa emenda que foi feita pelo Senador Caiado. Essas pessoas não estão pedindo para receber, final do mês, um dinheirinho. Não. Eles estão pedindo para trabalhar. E o Senado não pode ficar omisso em relação a essa questão, independentemente, Senador Caiado, se é relativo à matéria ou não, mas é de extrema urgência para quem está há 30 anos e não vê boa vontade para se renegociar. Sabemos muito bem que muitas vezes os governos que passaram foram muito benevolentes. O Senado e a Câmara aprovaram projetos e leis para beneficiar grandes empresários, que tiveram direito a pegar dinheiro subsidiado, e hoje a situação do Brasil se deve muito a esse dinheiro subsidiado. Por isso, Senador Caiado, eu não sou de discutir o mérito se deve ou não estar nessa matéria. Eu estou aqui defendendo brasileiros, trabalhadores, não invasores, não pessoas que querem sugar o Governo, e, sim, pessoas que querem uma oportunidade para trabalhar. Por isso que eu apoio e voto a favor deste projeto, com a emenda que V. Exª faz. Não é para usineiro, eu não chamaria essas pessoas de usineiros, não são, é muito menos que isso, são pequenos agricultores que trabalham no campo. E quem trabalha no campo sabe o que é a dificuldade de ver, com suas mãos calejadas, esvair-se, depois de 30 anos de trabalho, seu sacrifício todo, o seu trabalho todo, porque não tem a compreensão do Governo em querer sentar à mesa e negociar com essas pessoas. Era isso que eu queria colocar, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço a fala do Senador Omar e a incluo. Mas quero aqui fazer justiça também ao Deputado Jovair Arantes, que, como Relator da medida provisória, foi de sua autoria a inclusão dessa emenda, de uma matéria que trabalhamos juntos, pois isso é um tema que nos sensibiliza profundamente.

Conforme colocado pelo Senador Omar, nós aprovamos aqui várias medidas provisórias para dar dinheiro subsidiado aos chamados campeões, que tiveram aí bilhões e bilhões de reais repassados. Estamos clamando, neste momento, é por uma renegociação de uma dívida para atender 300 famílias, para que suas propriedades não sejam leiloadas. O valor dessa dívida é de R$60 milhões, R$60 milhões é a totalidade da dívida, para que se pede um parcelamento, Senador Moka.

E eu passo a V. Exª a palavra.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador Ronaldo Caiado, V. Exª conhece a minha postura e meu posicionamento. Sempre foi um crítico de matérias estranhas à medida provisória, mas V. Exª tem razão. Aqui, sempre teve, coloca-se no final a medida provisória para você ter que votar. Mas, neste momento, e nesta me-

dida provisória, conhecendo V. Exª, conhecendo o homem que é, a seriedade, e atendendo a um pedido de uma amiga muito pessoal que havia me pedido, porque se trata de uma cooperativa de pequenos agricultores, eu quero dizer a V. Exª que apoio a emenda de V. Exª e peço aos nossos Senadores que também a apoiem, fazendo justiça, como disse V. Exª, a homens e mulheres de mãos calejadas que precisam, neste momento, do nosso apoio. Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu que agradeço, Senador Moka, e acredito que... Encerro, Sr. Presidente. Agradeço o tempo...

O Sr. Wilder Morais (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não, Senador Wilder.

O Sr. Wilder Morais (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Senador, eu também venho a reforçar o apoio da emenda. Há várias cidades do nosso Estado de Goiás aqui presentes hoje. Pessoas que a gente conhece e que já se perderam na vida, morreram, e não conseguiram sair desse grande sufoco. Então, com certeza, colegas Senadores, não é só o nosso Estado. São 17 Estados no Brasil que têm, com certeza, passado essa agonia há mais de 30 anos. Venho aqui reforçar e dizer do nosso apoio à emenda de V. Exª.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Caiado.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço, Presidente.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não, Senador Aécio Neves.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Caiado, V. Exª sabe o cuidado que tenho tido e V. Exª, também, na discussão das medidas provisórias nesta Casa. E sempre com cuidado para que temas estranho àquele ou àqueles que a originaram, de alguma forma, não aproveitem da sua tramitação para aqui serem votados em uma discussão mais profunda. V. Exª se lembrará de que nós aprovamos, há quatro anos, Senador Jorge Viana, uma proposta que modifica o rito de tramitação das medidas provisórias, que valoriza o Poder Legislativo. A proposta é de autoria do ex-Presidente José Sarney, que tive a honra de relatar, foi aprovada por unanimidade nesta Casa. Esta proposta se encontra, infelizmente, até hoje, em uma das gavetas da Câmara dos Deputados. De lá para cá, foram sucessivos os jabutis que aqui tivemos que engolir sem saber exatamente de onde vinham e a quem serviam. Não houve sequer uma sessão em que não me manifestei contrariamente a essas inclusões. Tive notícias hoje, até do Deputado coestaduano de V. Exª Jovair Arantes, de que essa matéria, que regula, que, na verdade, racionaliza a tramitação das medidas provisórias, entre outras coisas, impedindo a inclusão de temas que não tenham correlação com o tema originário, está sendo preparada para ser votada nessas próximas semanas. Com essa expectativa de que isso possa acontecer, quero aqui abrir uma exceção às minhas convicções, até pela relevância do tema que V. Exª traz. Vejo aqui produtores do Estado de Goiás, mas, não apenas a eles se refere esse item da medida provisória. São inúmeros, pequenos produtores que foram, de alguma forma, iludidos por um governo que não teve capacidade de manter quaisquer dos compromissos assumidos, principalmente com o Brasil que trabalha e com o Brasil que produz. Dessa forma, estarei conversando com a bancada do PSDB, para que possamos abrir uma excepcionalidade e ato contínuo, reiterando o apelo para que a Câmara dos Deputados possa rapidamente votar aquela proposta aqui aprovada.

(Soa a campainha.)

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Goiás merece, como os produtores brasileiros merecem, que esse drama possa ser minimamente superado, Senador Caiado, e obviamente também faço isso em homenagem a V. Exª, um dos mais bravos e combativos líderes da oposição nessa Casa.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço ao Senador Aécio Neves e gostaria de dizer que também ao seu lado tenho marchado nessa tese de não incluirmos matérias estranhas. Mas se trata de uma condição tão especial, em que nós também saberemos respeitar aquilo que será votado na Câmara, como também no momento em que a matéria do Supremo Tribunal também for publicada. O acórdão foi publicado, daí adiante saberemos preservar nossas medidas provisórias como tema principal.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Caiado, quero hipotecar meu apoio a sua solicitação, para que possamos, ainda nessa medida provisória, aprovar essa matéria, que é de interesse de vários Estados da Federação brasileira, mas especialmente do seu Estado de Goiás, da cidade de Jesúpolis, Jaraguá e São Francisco. Há milhares de pequenos produtores envolvidos nessa questão, aqui na nossa galeria há mais de 60 produtores, e são pequenos produtores, não é nenhum Blairo Maggi, não é nenhum Ronaldo Caiado, não é ninguém. São pequeníssimos produtores de 10 alqueires, 15 alqueires cada um, que precisam do apoio

aqui do Senado Federal, do Congresso Nacional, para resolver um problema que, segundo o Jovair me falou aqui, é ainda do tempo que "Plante que o João garante!", é uma coisa muito antiga. Nós não podemos deixar de dar assistência e de atender o seu pedido. Então, quero cumprimentá-lo e já declarar o meu voto favorável para que a gente passe dessa etapa...

(Soa a campainha.)

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR - MT) – ... e que a Presidenta, também, possa sancionar essa emenda que V. Exª colocou nesse projeto. Parabéns! Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço a fala do Senador Blairo Maggi.

Quero dizer que temos, aqui, representantes do Município de São Francisco, de Jaraguá, de Petrolina, de Jesúpolis, de Pirenópolis, de Corumbá de Goiás. Estão aqui aflitos e ansiosos. Muitos, infelizmente, já faleceram; outros, de cabeça branca, estão sem saber como arcar com os seus compromissos no dia-a-dia.

É um constrangimento ter o dinheiro, levá-lo ao banco, e não poder ter acesso a cheques. Ter de chegar lá e tirar o dinheiro, para poder fazer um pagamento; estar na lista negra, e não poder fazer um crédito, um custeio. São essas as pessoas que estão aí.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Olhem a face de cada um, as mãos de cada um desses trabalhadores. É por eles que peço. Iguais a eles temos mais nos 17 demais Estados da Federação, lideranças tão importantes como essas, que são produtores e trabalhadores que sempre ergueram e levantaram este País. Minha homenagem a cada um de vocês.

Tenho a certeza de que nós sensibilizaremos nossos Senadores e nossas Senadoras para que essa medida provisória seja aprovada e, se Deus quiser, sancionada. Que vocês possam voltar para a casa e levar mais tranquilidade aos filhos e a todas as pessoas que vêm sofrendo durante todos esses anos. Se Deus quiser!

Um abraço para todos vocês. Se Deus quiser! Meu abraço e meu agradecimento a todos os pares pelo apoio que nós recebemos neste momento.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

Estou aguardando um pouco. Quero informar aos colegas Senadores e às colegas Senadoras que temos mais dois projetos de resolução. Estão inscritos o Senador Ricardo Ferraço e a Senadora Lúcia Vânia. Após a fala deles, vou abrir o painel e colocar em apreciação os dois projetos de resolução e encerrar a Ordem do Dia.

Com a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

De maneira preliminar, quero manifestar minha absoluta solidariedade à manifestação do Senador Ronaldo Caiado aos nossos pequenos proprietários, aos proprietários de base familiar do Estado de Goiás e de outros Estados. Eu também, Senador Caiado, venho de um Estado que é liderado pela agricultura de base familiar, por gente de boa-fé, que faz do trabalho a sua devoção de vida. Portanto, a manifestação de V. Exª vai também receber, de forma entusiasmada, o meu apoio e o meu voto, para que nós possamos fazer justiça a esses homens, bravos brasileiros, que compraram gato por lebre e, por isso mesmo, estão passando por circunstâncias de extraordinária dificuldade, e nós vamos, assim como disse aqui, de forma entusiasmada, acompanhar a liderança de V. Exª por fazer justiça a tantos e bravos pequenos produtores, parte deles nos visitando aqui hoje no Senado.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos aqui deliberando sobre a indicação de um embaixador. Portanto, nós estamos tratando de política externa, algo importante para qualquer Estado, para qualquer país, sobretudo em uma quadra em que a globalização, em que a integração das nações apresenta-se como fato e como valor. Valores, como liberdade de imprensa, como democracia, como eleições livres, limpas e diretas, são valores que não têm fronteiras.

E nós debatemos isso, na semana passada, na Comissão de Relações Exteriores, quando recebemos, na Comissão de Relações Exteriores, o ex-Ministro e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal o Ministro Nelson Jobim, que também foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que também foi Ministro da Defesa, aliás, um extraordinário Ministro que marcou o tempo e deixou um legado extraordinário. Lembra-me, aqui, o Senador

Jorge Viana, de que também foi Ministro da Justiça, Constituinte, uma pessoa de largo conhecimento, que honrou todos os mandatos e delegações que recebeu. E soa mal e é de forma absolutamente diferente que nós estamos recebendo, Sr. Presidente, essa manifestação da Venezuela, quando todos nós imaginávamos que a indicação do Ministro Nelson Jobim, que foi uma indicação acima das disputas políticas e disputas partidárias...

O Ministro Nelson Jobim foi indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral, recebeu apoio do Chanceler Mauro Vieira, recebeu apoio institucional da Presidência da República. Portanto, foi um nome que reuniu todos nós. Não há, no Senado, quem não possa trazer o balizamento da boa referência e da boa indicação que fez o Estado brasileiro, para que o Ministro Nelson Jobim pudesse chefiar essa missão de acompanhamento das eleições na Venezuela.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós queremos fazer repercutir aqui, Sr. Presidente, a íntegra da nota do Tribunal Superior Eleitoral:

O Tribunal Superior Eleitoral buscou ao longo dos últimos meses contribuir para que a missão da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) às eleições parlamentares venezuelanas em dezembro próximo pudesse exercer um trabalho de observação objetivo, imparcial e abrangente.

O TSE empenhou-se, em particular, em assegurar que a missão da UNASUL estivesse sob o comando de uma personalidade pública com amplo conhecimento da lide eleitoral e de reconhecida isenção. Propôs [o Tribunal Superior Eleitoral] ao Poder Executivo o nome do ex-Presidente do TSE [Ministro] Nelson Jobim. A sugestão foi aprovada pela Presidência da República e submetida pelo Itamaraty à presidência pro tempore da UNASUL.

Embora o candidato brasileiro tenha angariado amplo apoio entre os Estados-Membros, foi preterido na escolha final para a chefia da missão por suposto veto das autoridades venezuelanas. O TSE também procurou contribuir para que a missão fosse regida por acordo (entre a UNASUL e o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela) que a permitisse observar as diferentes fases do processo eleitoral e verificar se as condições institucionais vigentes no país asseguram equidade na disputa eleitoral.

A demora do órgão eleitoral venezuelano em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo fez com que a missão não pudesse acompanhar a auditoria do sistema eletrônico de votação e tampouco iniciar a avaliação da observância da equidade na contenda eleitoral, o que, a menos de dois meses das eleições, inviabiliza uma observação adequada.

Em razão dos fatores acima referidos, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que não participará da missão da UNASUL às eleições parlamentares venezuelanas.

Óbvio está, Sr. Presidente, que o Senado da República deve se manifestar, aprovando uma moção de repúdio contra esta que é uma decisão absurda de quem, evidentemente, não deseja e não tem o direito de se intrometer em questões internas – esse não é o caso.

Daí por que a instituição Tribunal Superior Eleitoral fez a recomendação de alguém qualificado, de alguém isento, de alguém que, em nome da República brasileira e em nome desses valores e princípios, poderia coordenar e poderia avalizar, naturalmente, que o pleito na Venezuela, Senador Petecão, pudesse ser um pleito limpo, democrático e que pudesse manifestar, ao fim, a decisão soberana da sociedade venezuelana.

De modo que foi com estranheza que nós lamentamos mais essa manifestação do governo da Venezuela, impedindo que alguém da qualidade, da honra e da dignidade do Ministro Nelson Jobim pudesse coordenar os trabalhos da Unasul.

Isso, desde já, obriga uma manifestação também do Governo brasileiro, porque foi a própria Presidente da República quem avalizou a indicação do Ministro Nelson Jobim. Portanto, isso não faz sentido, pois abre, de novo, um precedente e cria um ambiente de dúvida, Senador Garibaldi, e de incerteza de que as eleições na Venezuela se darão dentro de um ambiente democrático e limpo.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até porque, Sr. Presidente, os precedentes até aqui são também absolutamente duvidosos, na medida em que lideranças políticas que fazem oposição ao governo da Venezuela não poderão disputar as eleições. É o caso do ex-Prefeito da região metropolitana de Caracas, Sr. Antonio Ledezma, e é o caso também de Leopoldo López e da ex-Deputada Corina Machado.

Portanto, aquilo que ao longo desses meses todos se manifestou como incerteza, neste momento sinaliza com absoluta dúvida, com absoluta estranheza, em razão desse veto a uma pessoa que foi indicada pelo Estado brasileiro para coordenar...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Ouço o Senador Sérgio Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Senador Ferraço, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exª por trazer, mais uma vez, este assunto à tribuna do Senado. Eu tive o prazer de acompanhá-lo naquela comissão até à Venezuela, e pudemos ver de perto a situação desse país, que já viveu seus momentos de glória. Sinceramente, ouvindo atentamente o seu pronunciamento e conhecendo um pouquinho o Ministro Jobim, para mim era uma das poucas esperanças que poderíamos ter de transparência nas eleições que acontecerão na Venezuela. Eu fiz parte daquela comitiva, junto com V. Exª e outros colegas Senadores, e fiquei muito preocupado com o que ouvi e com o que vi. Agora, essa manifestação do governo venezuelano vai ao encontro daquilo que mais temíamos. Então, penso que nós, que fazemos parte da Comissão de Relações Exteriores, não podemos aceitar calados esse episódio. Devemos tomar providências a fim de dar o mínimo de segurança para o povo venezuelano tenha uma eleição dentro de um sistema que todos sonhamos, que é o sistema democrático. Aquele povo não pode continuar pagando o preço daquele governo ditador que ali se instalou. Eu queria só lhe parabenizar mais uma vez pela sua coragem de trazer este tema ao debate aqui na nossa Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É bem pior que uma manifestação. É um veto.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Um veto a alguém que reúne toda uma trajetória absolutamente digna, isenta, de pleno conhecimento e que poderia atestar aquilo que todos nós esperamos: que pudesse ser um pleito carregado desses princípios e desses valores.

Eu ouço, com prazer, o Senador Ronaldo Caiado.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nobre Senador Ferraço, V. Exª traz aqui um tema que nós temos discutido nos últimos meses, mas que agora chegou à fase terminativa. Ou seja, exatamente a dois meses do processo eleitoral, nós estamos vendo o Tribunal Superior Eleitoral dizer que não avaliza e que nós não teremos mais um representante para poder conferir de que maneira vai se dar a eleição na Venezuela; de que maneira nós teremos a transparência e a legalidade desse processo eleitoral...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não só o que estamos assistindo, mas o mais grave é o Governo brasileiro não se pronunciar neste momento. O silêncio do Governo brasileiro é comprometedor. Quer dizer, um ditador, com a prepotência e a arrogância que exerce a função. Esta semana, mesmo, ao fazer um grampo na ligação telefônica de um empresário venezuelano com outro venezuelano economista, nos Estados Unidos, ele mandou que a Justiça processasse o empresário por estar discutindo como seria a renegociação do governo venezuelano com o FMI após o período Maduro. Veja bem a que ponto nós chegamos. E o Governo brasileiro, Senador Ferraço, não reage a isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Uma prática totalitária, até porque ele é signatário do Mercosul. As regras democráticas estão sendo descumpridas. E eu quero finalizar cumprimentando V. Exª, que é um profundo conhecedor da matéria, que vem, durante esses anos todos, na Comissão de Relações Exteriores, mostrando o perigo que é esse caminho para o bolivarianismo, com conteúdo, com inteligência, com preparo, com argumentos, debatendo esse tema. Meus cumprimentos. Eu espero que V. Exª consiga sensibilizar o Governo, para que não possamos assistir aqui simplesmente a uma truculência ser praticada no dia da eleição, na Venezuela, e não uma eleição democrática e transparente. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a contribuição e a manifestação de V. Exª, assim como manifesto a minha expectativa de que o Governo brasileiro possa se manifestar com relação a esse fato...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... considerando que o resultado das eleições na Venezuela é de fundamental importância para que nós possamos estabilizar e ter a consciência de que esse pleito será carregado e eivado de princípios e valores que são os que devem se estabelecer como premissas para os países, para os Estados-membros que compõem a nossa união aduaneira, o nosso Mercosul.

Muito obrigado a S. Exª. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço.

Vou convidar a Senadora Lúcia Vânia.

Eu só queria abrir o painel, já chamando a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E vou ouvir, pela ordem...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só quero concluir, proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 54, de 2015 (José Estanislau do Amaral Souza Neto - Tunísia)

Indicação do senhor José Estanislau do Amaral Souza Neto, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Matéria **MSF 54/2015** Início Votação **20/10/2015 18:31:00** Término Votação **20/10/2015 19:12:28**

Sessão **186º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/10/2015 14:01:19**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO

Emissão 20/10/2015 19:12:39

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 54, de 2015 (José Estanislau do Amaral Souza Neto - Tunísia)

Indicação do senhor José Estanislau do Amaral Souza Neto, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Matéria **MSF 54/2015** Início Votação **20/10/2015 18:31:00** Término Votação **20/10/2015 19:12:28**

Sessão **186º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/10/2015 14:01:19**

PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:64 **NÃO:**3 **ABST.:** 2 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**69

Primeiro-Secretário

Emissão 20/10/2015 19:12:40

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Fica, então, aprovado, com: 64 votos SIM, 3 NÃO; e 2 abstenções.

O nome do Sr. José Estanislau do Amaral Souza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou convidar a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Temos ainda duas resoluções para serem aprovadas. Antes, eu queria dar, pela ordem, a palavra ao Senador Donizeti.

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só queria que a Mesa registrasse a votação anterior, não essa, a anterior, a primeira. Eu tinha uma audiência fora e queria que registrasse que o meu voto também era favorável à primeira votação para embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Mesa registrará.

Inclusive, eu também estava numa audiência e peço que fique registrada em Ata a minha presença e a do Senador Ivo Cassol.

Senador Donizeti, rapidamente, pela ordem, porque a Senadora Lúcia Vânia está na tribuna.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é só para pedir que seja colocado em votação o Requerimento nº 1.179, de 2015, que requer a realização de uma sessão especial, no dia 18 de dezembro, destinada a comemorar os sessenta anos da alimentação escolar do Brasil.

Nesta data, estará sendo concluída uma homenagem que o FNDE, o Ministério da Educação está fazendo às merendeiras brasileiras, em que será escolhida uma receita por cada região, e terá uma final. Nesta data, então, na sessão solene, eu gostaria de homenagear essas senhoras, mães de todos os nossos filhos nas escolas, que produzem com carinho a alimentação de cada um a cada dia.

Então, eu queria pedir que fosse colocado em votação esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O requerimento tem que ser votado após a Ordem do Dia.

Eu vou fazer uma consulta, apesar de V. Exª estar na tribuna. Eu tenho duas mensagens de resolução, que são simbólicas, a senhora falaria logo após a Ordem do Dia, por 20 minutos, dos temas, porque é melhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, com a palavra, V. Exª. Não quero ser deselegante.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Sem revisão da oradora.) – A minha vinda à tribuna, Sr. Presidente, é para deixar tranquilos os nossos produtores porque eu quero aqui que V. Exª possa responder aos produtores que aqui estão se será votada a Medida Provisória nº 678 hoje. E quero aqui relatar o que houve na reunião de Líderes para os nossos produtores, que são pessoas trabalhadoras, pessoas humildes, pessoas que se deslocaram dos Municípios de Goiás e aqui estão na esperança de ver votada uma medida provisória que é de extrema importância para o futuro dessas famílias.

Portanto, não é justo que essas pessoas estejam aqui na tribuna, nós tenhamos já um tempo longo falando de diversos assuntos, e o assunto que nos interessa nesse momento, que é a votação da medida provisória, está sendo relegado a segundo plano.

Aproveito essa oportunidade para cumprimentar os 66 agricultores do Estado de Goiás aqui presentes, dos Municípios de São Francisco de Goiás, Jaraguá, Jesúpolis, Petrolina de Goiás, Santa Rosa, Pirenópolis; quero cumprimentar de forma muito especial o Prefeito de São Francisco, Luiz Antônio, que também se deslocou, aqui, liderando os produtores, abrindo a possibilidade de discutir o projeto; quero aqui também cumprimentar o Deputado Jovair Arantes, que teve a sensibilidade de incluir nessa medida provisória a emenda de interesse desses produtores.

Portanto, Sr. Presidente, para não deixar essas pessoas em dúvida, eu quero aqui relatar o que houve na reunião de Líderes. Na verdade, a medida provisória vence amanhã. Se ela for votada amanhã, perde a validade. Então, é preciso que os produtores saibam que, aqui, não votando hoje a medida provisória, nós não teremos aprovada a emenda do interesse deles.

Portanto, eu gostaria de que V. Exª pudesse nesse momento dizer a todas essas pessoas qual é a decisão que se tomou na reunião de Líderes; e, portanto, eles precisam ter conhecimento.

Estavam presentes os Líderes de todos os partidos, eu estive presente na reunião para defender o projeto de interesse dos produtores e tive a infelicidade de ver que a maioria dos Líderes ali presentes não concordavam com a votação da medida provisória, uma vez que ela tem emendas que não são só essas que interessam aos produtores, ela tem emendas que tratam de cartório, tem emendas que tratam de regime diferenciado de contratação, tem emendas que tratam de diversas atividades. E foi levantado que essa medida provisória não poderia ser aprovada, porque existe uma decisão no Supremo que não permite que o Senado faça emendas em medida provisória.

Portanto, ficou definido que grande parte dos Líderes ali presentes... E eu gostaria que V. Exª pudesse relatar, Senador Jorge Viana, como Presidente em exercício desta sessão, com franqueza, para os senhores produtores, o que aconteceu naquela reunião e como será votada amanhã essa medida provisória. E eu gostaria que V. Exª também dissesse...

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... se amanhã, votando essa medida provisória, ela teria validade.

Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu respeito a todos os produtores que aqui vieram. Quero dizer aos senhores que batalhamos ali. Temos uma leve esperança de que poderemos votar essa medida provisória do jeito que ela veio, com apenas um destaque. Pelo que eu pude ver aqui hoje, grande parte dos Parlamentares, depois de conversarmos, aquiesceram que a demanda dos senhores é uma demanda justa. Não é um valor exorbitante e pode ser perfeitamente negociado. O que V. Sªs desejam é que sejam reduzidos os juros e que seja feito um parcelamento, para que os senhores possam pagar e ter tranquilidade junto às suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero que V. Exª possa, neste momento, dar a resposta que todos nós queremos ouvir de sua pessoa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu esclareço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, e a todos que estão aqui: nós estamos vivendo uma situação em que a medida provisória está passando por modificações, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

O que ocorria? O Governo editava uma medida provisória e, na Câmara dos Deputados ou aqui, no Senado, eram feitas alterações com matérias estranhas ao objeto da medida provisória. O Supremo deliberou agora que pode continuar a haver emenda na medida provisória, mas nenhuma emenda estranha ao objeto da medida provisória. Só que a decisão do Supremo, ou melhor, o acórdão e a publicação que selam a decisão judicial não ocorreram ainda. Então, na reunião de Líderes de hoje não houve acordo, Senadora Lúcia Vânia, exatamente porque não houve publicação do acórdão.

Só quero esclarecer aos senhores que estão nas galerias e à senhora que não há prejuízo, ela não será votada hoje, mas, sendo votada amanhã, ela não perde a sua eficácia, não há nenhum problema. Se ela for alterada, ela voltaria para a Câmara. Se ela for votada da maneira como chegou, ela vai para sanção, então, não haveria nenhum problema.

Portanto, não há aquele problema, que era a sua dúvida, sobre a data. A data é 21 de outubro, então ela tem validade até amanhã e podemos votar até amanhã. Não houve acordo de Líderes hoje. Se não houver publicação dos acórdãos amanhã, certamente o Presidente Renan e nós pretendemos colocar em debate, em discussão e votação essa medida provisória. O resultado eu não posso prever. Se o resultado for de aprovação, ela vai para sanção e já está atendido plenamente. Se houver modificação, é que retorna para a Câmara. Esse é o esclarecimento.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, o Líder do Governo opinou que a medida provisória seria alterada, voltaria para a Câmara. Voltando para a Câmara, ela estará definitivamente encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu não posso fazer um debate sobre a medida provisória hoje. Eu estou só informando do encaminhamento, atendendo à solicitação de V. Exª. Então, hoje não houve acordo para votar, amanhã nós vamos colocar em apreciação a medida provisória e, obviamente, o debate dos Líderes e a posição do Plenário é que vai estabelecer o que ocorrerá com essa medida provisória.

E, óbvio, temos aí também uma situação. Não sei se até amanhã teremos a publicação do acórdão. Se não houver, vamos, certamente, fazer a apreciação da medida provisória.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que deixemos bem claro, ninguém mais do que eu e vários Senadores aqui da oposição sempre lutamos contra a inclusão de textos estranhos às medidas provisórias.

Esta questão de ordem...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... já foi apresentada por nós. (*Fora do microfone.*)

Existe uma resolução da Casa exatamente impedindo que essas matérias pudessem ser acrescidas. V. Exª, que é um grande Líder na Casa, sabe que medidas provisórias este ano já foram aprovadas aqui com mais de 26 itens diferentes do texto original.

Ora, Sr. Presidente, o que não é aceitável é que uma decisão que ainda não foi publicada possa querer prevalecer sobre aquilo que tem sido uma prática na Casa no momento em que nós trazemos uma emenda que tem o objetivo única e exclusivamente de renegociar uma dívida mínima de mais de 300 famílias de agricultores. Se não tiverem essa oportunidade nessa medida provisória, veremos esses Municípios todos terem grande parte da sua área sendo leiloada pelo Banco do Brasil.

Acabava de me dizer ali, agora, o Prefeito da cidade de Jesúpolis que 60% da área do seu pequeno Município será leiloada e centenas de pessoas terão que deixar suas pequenas propriedades rurais.

Então, eu acho que, nesse aspecto da rigidez da decisão em não haver uma matéria estranha, queria dizer a V. Exª que eu sempre combati, mas nunca vi essa matéria ser assim respeitada aqui pelo Plenário e muito menos pela maioria.

Acho que, neste momento agora, não é justo que possamos fazer um corte temporal na data de hoje, sendo que não tem nenhum porquê para que essa matéria não possa ser acrescida. Uma decisão do Supremo, não sendo publicada, não existe como tal. Essa é a pergunta que faço a V. Exª. Não tem por que nós criamos esse clima todo, sendo que amanhã ainda é dado, no último minuto, aos 45 minutos do segundo tempo, a chance de aprovarmos essa medida provisória.

Eu peço a compreensão de V. Exª, como Líder que é da Base do Governo, como um Senador importante do Governo, que já ocupou vários cargos e que é um representante do Estado Acre e que muitas vezes sabe das necessidades dos produtores do seu Estado e que sempre teve a sua coragem, a sua competência para representá-los aqui no Senado Federal.

Neste momento, V. Exª também tem que entender a responsabilidade da Bancada de Goiás aqui em fazer justiça não só a esses 300 produtores rurais, mas em 17 Estados do Brasil vários pequenos agricultores e cooperativas foram também iludidas a esse processo do Proálcool e, hoje, estão pagando com o seu crédito, com a sua propriedade, com o seu suor e com toda a sua história de vida e deixando um patrimônio para seus filhos de dívidas que provavelmente nem seus bisnetos conseguirão pagar.

Essa é a ponderação que faço a V. Exª, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, eu...

Estou atendendo o esclarecimento da Senadora Lúcia Vânia, que mostrou uma preocupação, e o Senador Caiado trouxe outro argumento.

Com a palavra V. Exª, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero agradecer a V. Exª a resposta que V. Exª pôde dar, explicando que só haveria dificuldade se houvesse a publicação do acordão. Acho que V. Exª foi prudente e quero agradecer a V. Exª a sensibilidade que sempre teve nesta Casa com as questões principalmente daqueles que mais precisam.

Quero dizer a V. Exª que poderia, então, dispensar os nossos convidados que estão aqui, hoje. Se eles puderem vir amanhã, tudo bem. Mas hoje não haverá mais votação. Portanto, os senhores podem se deslocar, porque deverá ser encerrada a sessão em pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu eu só esclareço ao Senador Caiado e à Senadora Lúcia Vânia e a todos que dificilmente será publicado amanhã. Normalmente, o Supremo leva de dez a quinze dias para publicar um acórdão. Mas certamente nós vamos apreciar esta medida provisória amanhã ainda.

A intenção do Presidente Renan, já que foi tornando público, já que é uma sessão transmitida ao vivo e é uma posição, como disse o Senador Caiado e todos, esperada por nós, que moraliza esse processo legislativo de apreciação da medida provisória... Porque é um absurdo. O Senador Jader, que está ali, quantos discursos que abalaram, inclusive, suas coronárias várias vezes contra os tais jabutis!

É óbvio que a gente entende que algumas emendas trazem matérias que são importantes para a sociedade brasileira, nem todas, mas algumas sim. Mas o prudente mesmo é termos medidas provisórias com seus objetos bem estabelecidos e que recebam emendas no sentido de aperfeiçoar esses objetos. Mas acho que essas serão talvez as últimas medidas provisórias. Amanhã vamos apreciar. Acredito que vamos ter aqui a sensibilidade da Casa para esta medida provisória.

Agradeço a presença dos senhores e passo à apreciação dos dois itens, agradecendo as palavras gentis dos colegas que se dirigiram à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2015, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Georgia*.

Pareceres sob nºs:

- 887, de 2015, da CRE, Relator *ad hoc*: Senador Raimundo Lira, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, de redação, que apresenta; e

- 888, de 2015, da Comissão Diretora, Relator: Senador Jorge Viana, favorável ao Projeto e à Emenda 1-CRE.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Discussão do projeto. (Pausa.)

Encerrada a discussão. Não há oradores inscritos.

Votação do projeto sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da emenda da CRE, de redação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 913, DE 2015

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2015, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Georgia*, consolidando a Emenda nº 1 – CRE, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 20 de outubro de 2015.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

ROMERO JUCÁ, RELATOR

DOUGLAS CINTRA

SÉRGIO PETECÃO

ANEXO AO PARECER Nº 913, DE 2015.

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação parlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – incentivo ao aprofundamento das relações comerciais entre os dois países;

VI – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados serão comunicadas de todas as reuniões, atas e atividades do Grupo Parlamentar.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o último projeto de resolução.

Eu queria, antes, dar um abraço no Senador Garibaldi, dizendo que ele nos fez falta. Está restabelecido. Ficamos aqui todos preocupados. Não o perturbávamos com ligação, mas todos aqui trocávamos informação sobre seu restabelecimento do ponto de vista da saúde.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estou feliz em revê-lo. V. Exª traz o bom humor, traz os bons temas. A Casa fica com uma parte importante faltando quando o senhor não está por aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E a Comissão de Infraestrutura também.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente Jorge Viana.

Apenas para fazer um registro aqui: estou tendo o prazer de receber, aqui no Plenário do Senado, o nosso amigo Márcio Bittar, Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu me somo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Ele foi secretário também da Câmara dos Deputados e nos representou muito bem lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E faz política no nosso Estado, é um Parlamentar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Grande Líder da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Líder importante da oposição no Acre.

Aproveito também para fazer minhas as palavras do Senador Petecão .

Ontem eu tive oportunidade de conversar com o Deputado Márcio Bittar. É um prazer tê-lo aqui no Plenário. V. Exª é parte da vida pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 20, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos.*

Pareceres nºs:

- 889, de 2015-CRE, Relator Senador Cristovam Buarque, pela aprovação;
- 890, de 2015-CDIR, Relator Senador Jorge Viana, pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1-CDIR, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto e da emenda em turno único. (*Pausa.*)

Não há oradores de inscritos. Encerrada a discussão.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Votação da Emenda nº 1, da Comissão Diretora.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 914, DE 2015

Redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 2015, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos*, consolidando a Emenda nº 1 – CDIR, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 20 de outubro de 2015.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

ROMERO JUCÁ, RELATOR

DOUGLAS CINTRA

SÉRGIO PETECÃO

ANEXO AO PARECER Nº 914, DE 2015.

Redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, por decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.

§ 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.

§ 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.

§ 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.

§ 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.

§ 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

§ 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput,* mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

§ 7º A Secretaria-Geral da Mesa editará, por ato próprio, normas procedimentais e complementares referentes aos grupos e às frentes parlamentares internacionais de que trata este artigo.

Art. 7º Revoga-se a Resolução do Senado Federal nº 59, de 2002.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, temos dois requerimentos.

Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu passo à apreciação, rapidamente, de dois requerimentos, para depois dar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 1.179, de 2015**, do Senador Donizeti Nogueira e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 18 dezembro, destinada a comemorar os 60 anos de alimentação escolar no Brasil.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Anteriormente foi lido o **Requerimento nº 1.196, de 2015**, em aditamento ao **Requerimento nº 878, de 2015**, do Senador Hélio José e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar os 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, que será realizada no dia 12 de novembro, quinta-feira.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues está com a palavra; em seguida, a Senadora Fátima Bezerra.

Senador Randolfe, V. Exª tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, se V. Exª me permite, eu queria apresentar à Mesa, para ser apreciado posteriormente, no momento mais conveniente, Senadora Fátima, antes de a senhora subir à tribuna, uma moção para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que se reunirá na próxima segunda-feira, sobre o bloqueio econômico a Cuba.

Sr. Presidente, Senadores e Senadoras aqui presentes, no último dia 17 de dezembro de 2014, nós todos sabemos que foi um dia histórico. Foi o dia em que os Presidentes Barack Obama e Raúl Castro anunciaram, em conjunto, a intenção mútua de Cuba e dos Estados Unidos em restabelecer as relações diplomáticas entre esses dois países. Daquela data histórica até hoje, alguns avanços são significativos: os Estados Unidos retiraram Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo; foram suspensas algumas restrições de viagens de cidadãos americanos a Cuba; as respectivas embaixadas de Washington e Havana foram reabertas em julho passado; recentemente, o Papa Francisco realizou visita aos dois países, e essa visita foi cheia de significados – maiores, inclusive, do que os avanços obtidos até aqui.

Consideramos, Sr. Presidente, que, para normalizar as relações entre Estados Unidos e Cuba, é fundamental a superação do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo Governo norte-americano àquele país há mais de meio século, o mais longo bloqueio de uma nação sobre outra da história do Planeta.

Segundo estudos recentes, Sr. Presidente, considerada a depreciação do dólar em relação ao ouro, o bloqueio econômico causou, nesses 53 anos de embargo, um prejuízo de US$800 bilhões a Cuba, uma quantia hoje que é equivalente a 13 PIBs anuais daquela ilha. É uma fortuna que representa quase duas vezes o PIB da Argentina, dez vezes o PIB do Equador, segundo dados do Fundo Monetário Internacional. Essa astronômica quantia, esse astronômico impacto econômico é contra um arquipélago de 1,5 mil ilhas e 110 mil quilômetros quadrados, menor do que o meu Estado do Amapá, só para se ter uma ideia.

Para se ter uma ideia da brutalidade desse bloqueio, Sr. Presidente, veja o que representa.

A quase totalidade dos equipamentos que geram imagens para uso na Medicina é operada com base no sistema operacional Windows da Microsoft, cuja ativação e licenciamento é ilegal em Cuba devido ao bloqueio econômico.

O oxido nítrico, gás medicinal fundamental para salvar vidas no tratamento cardíaco e pulmonar, é produzido em oligopólio por empresas norte-americanas, o que gera extrema dificuldade na sua aquisição por centros médicos cubanos.

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só para concluir, Sr. Presidente (*Fora do microfone.*)

Os pacientes soropositivos cubanos estão impossibilitados de adquirir, de receber os coquetéis antivirais que incluam um conjunto de medicamentos que são produzidos por empresas farmacêuticas norte-americanas. Veja, Sr. Presidente, a crueldade que é esse bloqueio não contra o Estado cubano, mas contra a vida dos cidadãos daquele país.

Um bloqueio dessa natureza só seria possível – em alguns extremos casos – em relação a países beligerantes, o que não é o caso. A alegação de que Cuba não vive numa democracia não se justifica, tampouco é plausível, visto que outros países governados por ditaduras escrachadas não são vítimas de bloqueio produzido pelo governo norte-americano.

Assim, Cuba é vítima solitária de uma guerra econômica cujo único objetivo é o de sabotar e inviabilizar um modelo alternativo que é divergente do modelo norte-americano. Não se trata aqui de uma questão ideológica. Trata-se, principalmente, de uma questão humanitária. Em países que não são beligerantes, países em que não há nenhuma justificativa e razoabilidade para a manutenção desse bloqueio, não se justifica a sua manutenção.

Só lembrando, Sr. Presidente: no ano passado, foi aprovada uma moção da Assembleia Geral das Nações Unidas, com 188 votos favoráveis, 3 abstenções e somente o voto contrário dos Estados Unidos e de Israel, pelo fim do bloqueio. Portanto, nós esperamos que agora, com a aproximação das relações entre o governo norte-americano e Cuba, essa moção seja aprovada por unanimidade.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho esta moção à Mesa do Senado, para que seja apreciada na sessão de amanhã, aqui no plenário, e para que a Mesa encaminhe à Assembleia Geral da ONU por esta decisão humanitária, que é o fim do bloqueio econômico imposto pelo governo norte-americano a Cuba.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mesmo estando aqui na Presidência, quero cumprimentar V. Exª pela intervenção.

O mundo presenciou, com a mediação do Papa Francisco, uma aproximação formal entre o Estado cubano e o Estado norte-americano – Presidente Raúl Castro e Presidente Obama –, algo mais precisa ser feito, e V. Exª, em boa hora, apresenta.

Será atendido, na forma do Regimento, e acho que é uma luta que pacifica o nosso continente. É importante. Somos todos americanos, como disse o Presidente Barack Obama, com as nossas diferenças, mas não seremos todos americanos se tivermos ainda esse bloqueio que, de alguma maneira, mancha a relação entre os povos aqui no nosso continente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª e manifesto que, como só será protocolizada amanhã, e amanhã estará sobre a mesa antes de ser apreciada, a moção estará aberta para ser subscrita por outros colegas Senadores.

Já acato o apoio de V. Exª e também o apoio da Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou passar a palavra para a Senadora...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu só queria justificar a minha ausência nas duas votações anteriores e dizer que votei com o Partido, em função de que estava numa audiência fora, tratando de interesses do meu Estado. Gostaria que V. Exª autorizasse a minha justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Será registrada em ata a manifestação de V. Exª.

Eu passo para o Senador Dário Berger a Presidência e, a palavra, para a Senadora Fátima Bezerra; em seguida, pela Liderança, o Senador Wellington Fagundes.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu quero fazer um registro acerca do aniversário daquele que nós julgamos um dos programas sociais mais ousados, do ponto de vista do seu alcance social, programa esse que contribuiu decisivamente para tirar o Brasil do mapa da fome. Refiro-me ao Bolsa Família.

O Bolsa Família, Senador Dário, está completando 12 anos de efetividade, 12 anos de existência. Estamos falando, portanto, de um programa que retirou, desde 2003, 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema.

Houve uma redução inédita da desigualdade de renda no Brasil nos últimos 10 anos, período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Governo, e o Bolsa Família foi responsável por 13% dessa redução.

Mais do que mera transferência de renda, o Bolsa Família representa uma política pública voltada ao atendimento integral aos mais pobres, de maneira articulada com governos estaduais e prefeituras, algo inédito neste País até 2003. O Presidente Lula teve a coragem de tirar os olhos do Palácio e voltá-los às ruas do nosso País. O Presidente Lula teve a sabedoria de ver que não deveríamos beneficiar apenas um ou outro indivíduo do núcleo familiar, mas desenvolver a unidade familiar, para que todos os seus membros crescessem juntos.

Hoje, o programa atende a mais de 14 milhões de famílias no País, garantindo a elas uma renda superior a R$77,00 por pessoa, que é o valor que a Organização das Nações Unidas estipula para definir que as pessoas não estão mais abaixo da linha da miséria. Ao todo, são 48 milhões de pessoas beneficiadas – repito, ao todo, são 48 milhões de pessoas beneficiadas –, 17 milhões de crianças e adolescentes, o equivalente à população do Chile.

Sair da extrema pobreza, senhoras e senhores, é um grande benefício do Bolsa Família, e o mais imediato; mas não é o único, já que o programa representa a porta de acesso para outros serviços essenciais, como a saúde, a alimentação, a moradia e a educação. Como nem todos sabem, a julgar pelas críticas absurdas que, aqui e acolá, costumamos ouvir sobre o programa, a assiduidade das crianças e dos adolescentes à escola e o comparecimento aos postos de saúde, com vacinas em dia, são condições essenciais para receber o benefício. Portanto, o programa garante que esses 17 milhões de crianças e adolescentes tenham acesso à escola.

Aliás, no que diz respeito à escola, esta é uma boa hora para jogarmos por terra alguns mitos. O primeiro deles é o de que o Governo não tem controle sobre quem vai ou não à escola. Isso não é verdade. O Bolsa Família monitora as crianças e os adolescentes que recebem o benefício e, ao fazer isso, constatamos que a taxa de abandono é bem menor do que a de outros estudantes na mesma faixa etária. Além disso, tivemos uma grata surpresa ao constatar que os meninos e as meninas do programa têm apresentado melhores indicadores de aprendizado do que o de outras pessoas em situação econômica semelhante, mas não beneficiárias do programa.

Um levantamento dos meses de junho e julho passados demonstrou, Sr. Presidente, que, dos estudantes beneficiários do programa Bolsa Família, 95,7% alcançaram o mínimo de presença exigida em sala de aula, 85% dos alunos de 6 aos 15 anos e 75% dos adolescentes com idades entre 16 e 17 anos.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontam que o tempo de permanência na escola, entre os mais pobres, com até 21 anos, aumentou em 36% entre 2003 e 2013. Volto a repetir, dados da Pnad e do IBGE apontam que o tempo de permanência na escola, entre os mais pobres, em decorrência da força, da importância do Programa Bolsa Família, aumentou em 36% entre 2003 e 2013. Também cresceu o número de alunos com 15 anos de idade estudando na rede pública na série adequada. A quantidade dos alunos mais pobres no nível escolar correto subiu de 24,4% para 63%, entre 2001 e 2011. Vou repetir. A quantidade dos alunos mais pobres no nível escolar correto saltou de 24,4% para 63%, entre 2001 e 2011. Eu vou repetir: a quantidade dos alunos mais pobres no nível escolar correto saltou de 24,4% para 63%, entre 2001 e 2011.

Sr. Presidente, eu quero dizer que aqui reside, seguramente, a maior riqueza do Bolsa Família. É claro que o Bolsa Família é uma ação afirmativa, é um programa que tem, sim, o seu caráter assistencial. E tem que ter.

É claro que para as famílias de baixa renda, para as famílias que vivem de biscate, faz muita diferença a mãe de família, todo mês, religiosamente, tirar o dinheirinho dela lá no banco, sem dever favor, porque o Bolsa Família é uma conquista da cidadania.

Foi assim que os governos Lula e Dilma trabalharam. Foi exatamente assim que foi concebido o Bolsa Família: para ser uma conquista do cidadão e não um favor desse ou daquele gestor. Portanto, é muito importante para a família de baixa renda, para a família que não tem a carteira assinada, para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social terem assegurado, todo mês, aquele dinheirinho lá do Bolsa Família. Mas o mais importante, Senador Dário, é o fato desse programa exigir que as famílias, que as mães, para continuar recebendo esse benefício, têm que garantir que as crianças estejam na escola, bem como também os cuidados com a saúde e com a questão da vacina. Essa condicionalidade, exigir que as crianças estejam na escola, é o que renova cada vez mais a nossa fé, a nossa crença, a nossa esperança em realmente avançar, construindo uma sociedade de homens e mulheres emancipadas.

Hoje, vemos que o Bolsa Família está cumprindo esse papel e botando por terra alguns que, por má-fé, outros, na verdade, por má intenção mesmo, por preconceito, ficam dizendo que o Bolsa Família é para tornar as pessoas preguiçosas, que o Brasil não é para estar dando migalhas, não é para estar dando esmola. Como se o Bolsa Família fosse esmola. O Bolsa Família não é esmola coisíssima nenhuma! O Bolsa Família, repito, é um ato de cidadania, o Bolsa Família é uma conquista da cidadania. Há ainda aqueles que ficam criticando o Bolsa Família, dizendo que não há um controle, que não há acompanhamento de que essas crianças realmente estão frequentando a escola. Mas tudo isso as pesquisas estão mostrando, repito, que não é verdade. Esses

preconceitos, esses mitos caíram por terra quando aqui estão as pesquisas simplesmente dizendo que o tempo de permanência entre os mais pobres com até 21 anos aumentou em 36%, no espaço de dez anos, e o número de alunos com 15 anos de idade estudando na rede pública também aumentou, cresceu. Extraordinário também é este outro dado: a quantidade dos alunos mais pobres, no nível escolar, saltou de 24,4% para 63%, entre 2001 e 2011.

Sr. Presidente, sabe quanto é que custa tudo isso? Sabe quanto é que se gasta para atingir tais índices? Sabe quanto é que custa esse programa, repito, de caráter humanitário, como é o Bolsa Família? Sabe quanto é que custa tudo isso? Apenas 0,5% do PIB.

E isso não é tudo. Acrescento que a pesquisa do Ipea constatou que cada real gasto com o Bolsa Família gera um aumento de 1,78% no PIB, ou seja, os investimentos no programa dão um giro muito maior na economia do que com qualquer outro programa.

Então, eu quero dizer, Sr. Presidente, que esse programa merece o respeito e o aplauso da sociedade, porque ele se constitui, repito, num ato de cidadania. Esse programa, pela seriedade com que ele é desenvolvido, é hoje referência em matéria de política de transferência de renda para o mundo inteiro.

Por isso, eu quero aqui me associar aos que renderam homenagem ao Presidente Lula, esse Presidente visionário, que, na verdade, ao ousar criar o Bolsa Família, sabia que esse programa contribuiria decisivamente...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... para reduzir a desigualdade social como nunca e mostraria ao País que o melhor caminho para crescer não é abandonar a pobreza à sua própria sorte, mas, sim, inserir essas pessoas no modelo de desenvolvimento do País, como fizemos e continuamos a fazer. E a forma mais eficaz, mais imprescindível de inserir essas pessoas no modelo de desenvolvimento do País é dar a elas exatamente o direito à educação.

É essa a grande riqueza do Bolsa Família, porque a família, ao receber o benefício, tem o compromisso de garantir que essas crianças tenham acesso à escola.

Por fim, Sr. Presidente, já que nós estamos falando de criança, já que nós estamos falando de Bolsa Família, quero rapidamente dizer a V. Exª que, hoje, aqui no nosso no auditório Petrônio Portela, realizou-se a VIII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que teve como tema a epigenética e o desenvolvimento infantil.

Quero aqui parabenizar todas as entidades, a começar pela Comissão em Prol da Valorização da Primeira Infância, aqui no Senado; parabenizar a Rede Nacional Primeira Infância, a Omep, a Unicef, enfim, várias entidades, pelo empenho na realização de mais esse seminário, que trata de um tema fundamental, que é o tema da infância, que é o tema da creche, da pré-escola, que formam a chamada educação infantil.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu tive a honra de ter sido convidada para participar desse seminário, juntamente com outros Parlamentares também. Demos a nossa contribuição falando da importância da política de financiamento para a educação infantil, para a creche, para a pré-escola, fazendo uma retrospectiva desde o Fundeb, que inseriu o acesso à creche, à educação infantil, até os tempos de hoje, do novo PNE, que estabelece metas para que possamos avançar no que diz respeito à colocação das nossas crianças de 0 a 3 anos na creche, bem como universalizar o acesso da educação infantil até o ensino médio.

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Peço a compreensão de V. Exª, para encerrar, porque quero dar conhecimento de que hoje nós participamos de mais uma reunião da Bancada Federal do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, ou seja, de Deputados e Senadores. Foi um momento importante de definição das nossas propostas de emenda ao Orçamento Geral da União.

Assim como estabelece o OGU, nós temos direito a 18 emendas: 15 emendas de apropriação e 3 emendas de remanejamento.

Senador Dário, estivemos lá reunidos no gabinete do Deputado Felipe Maia, coordenador da Bancada. Foi, mais uma vez, uma reunião muito produtiva, até porque o que pautou o debate foram os interesses do povo do Rio Grande do Norte. As emendas que nós definimos, que a Bancada Federal do Rio Grande do Norte está apresentando ao Orçamento Geral da União, são emendas que dizem respeito à promoção e desenvolvimento do nosso Estado.

Mais uma vez, nós demos prioridade à questão da educação. Quero dizer à Profª Ângela, da nossa gloriosa UFRN, que mais uma vez a Bancada destinou emenda para a UFRN. Quero dizer ao Prof. Arimatea, Reitor da Ufersa, que também destinamos uma emenda para a Universidade Federal Rural do Semi-árido; ao Prof. Pedro Fernandes, que também foi destinada uma emenda para a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; ao Prof. Belchior, nosso Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que também destinamos uma emenda de Bancada para o IFRN.

Essas emendas, voltadas para a educação, refletem exatamente a compreensão que temos do quanto é importante promovermos a expansão e o fortalecimento da educação no Rio Grande do Norte, democratizando o acesso à educação profissional, democratizando o acesso ao ensino superior.

Nós também, Sr. Presidente, destinamos emendas à área de infraestrutura hídrica. Com a seca que assola o Nordeste – e o nosso Estado tem sido duramente castigado –, nós, a Bancada, destinamos emenda para a infraestrutura hídrica. O Deputado Walter apresentou emenda para o sistema adutor de Currais Novos e Acari. O Senador Garibaldi apresentou emenda para o Perímetro Irrigado de Apodi. Foi também destinada emenda para a Barragem de Oiticica. Enfim, também foram apresentadas emendas para o DNOCS, para a perfuração de postos, aquisição de equipamentos. O Deputado Rafael, o Deputado Ântonio Jácome, o Deputado Beto Rosado, que também apresentou emenda na área da educação. A minha foi para a questão do IFRN.

Eu quero ainda informar que nós acolhemos várias sugestões que o Governo do Rio Grande do Norte nos apresentou. Acolhemos sugestões que o Governador nos apresentou para a área de infraestrutura rodoviária, importantíssima para promover o desenvolvimento do nosso Estado. Portanto, nós colocamos emendas lá para o DNIT...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... que tratam desde a retomada da Reta Tabajara ao Viaduto Maria Lacerda. Essa é uma obra sonhada por Natal, por Parnamirim, pela grande Natal, pelo povo do Rio Grande do Norte. Eu me refiro aos viadutos, às intervenções urbanas que precisam ser feitas na BR-101, no cruzamento com Maria Lacerda, para finalmente nós superarmos aquele gargalo que é o congestionamento do trânsito naquela área, que é a entrada e a saída de Natal. A emenda ao PPA, à época, inclusive foi de nossa autoria.

Também fizemos, Sr. Presidente, emendas para a área da saúde. A Deputada Zenaide apresentou uma emenda para a Maternidade Januário Cicco. Enfim, prevaleceu, mais uma vez, o consenso, o entendimento.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Foi um debate muito propositivo. As propostas que estamos apresentando ao Orçamento Geral da União passaram pelo crivo daquilo que é o melhor para o Rio Grande do Norte.

Agora, Sr. Presidente, resta esperar que a situação da economia melhore e que essas emendas tão importantes para promover o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado no ano que vem possam ser empenhadas e liberadas. Esperar que efetivamente isso aconteça. E mais do que esperar, nós vamos trabalhar para que essas emendas, repito, não sejam contingenciadas como vêm sendo ultimamente. Para que no ano que vem, repito, elas não sejam contingenciadas e possam ser empenhadas e liberadas, para ajudar no desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª. Fátima Bezerra, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Meus cumprimentos e meus parabéns ao pronunciamento de V. Exª, mais uma vez, Senadora Fátima Bezerra, que tão bem representa o Rio Grande do Norte.

Realmente as emendas ao Orçamento são uma expectativa que se renova a cada ano. Quem não tem esperança não tem futuro. Nós precisamos manter acesa essa nossa esperança, para que o Governo possa deslanchar e nós possamos atender aos nossos Estados que representamos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O próximo orador inscrito, pela Liderança, é o Senador Wellington Fagundes, do PR do Mato Grosso.

Enquanto ele se dirige à tribuna... Já está na tribuna? Então, só um minutinho, Senador Wellington, porque existe sobre a mesa expediente. Eu passo a fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Esta Presidência comunica que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, nos termos previstos no inciso I, art. 71, da Constituição Federal, os **Avisos nºs 748 e 750, de 2015**, encaminhando Acórdão, Parecer Prévio, Relatório e Voto do Ministro Augusto Nardes sobre as contas do Governo da República referente ao exercício de 2014.

São os seguintes os Avisos e o Acordão:

Aviso nº 748-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 7 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, documentos ílsicos, com o Relatório, sua síntese e Voto elaborados pelo Senhor Ministro Augusto Nardes sobre as Contas da Presidenta da República referentes ao exercício de 2014, acompanhado do Parecer Prévio conclusivo aprovado pelo Plenário deste Tribunal na Sessão Extraordinária Pública realizada nesta data.

Respeitosamente,
AROLDO CEDRAZ
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacionai
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF

Aviso n° 750-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 8 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacionai,

Em cumprimento à competência fixada no art. 71, inc. I da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência, por meio de mídia eletrônica, o Parecer Prévio aprovado por este Tribunal de Contas da União, acompanhado do respectivo Relatório, Voto e Acórdão, relativo às contas do exercício de 2014 prestadas pela Presidenta da República, relatadas pelo Ministro Augusto Nardes na Sessão Extraordinária do Plenário realizada em 7 do corrente mês.

Respeitosamente,
AROLDO CEDRAZ
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacionai
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TC 005.335/2015-9

ACÓRDÃO Nº 2461/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 005.335/2015-9 [Apensos: TC 003.867/2015-3, TC 033.152/2014-4, TC 003.187/2015-2, TC 003.102/2015-7, TC 004.140/2015-0, TC 003.334/2015-5, TC 005.177/2015-4, TC 003.752/2015-1, TC 007.422/2015-6, TC 004.126/2015-7, TC 002.854/2015-5, TC 004.329/2015- 5, TC 008.659/2015-0, TC 007.721/2015-3, TC 003.414/2015-9].

2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Contas da Presidente da República.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Presidência da República (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).
8. Representação legal: Advogado-Geral da União Luís Inácio Lucena Adams.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos à apreciação conclusiva sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2014, sob a responsabilidade da Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Vana Rousseff,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso III, e 36 da Lei nº 8.443/1992, nos arts. 1º, inciso VI, 221, 223 e 224 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução-TCU nº 246, de 30/11/2011, em aprovar o Parecer Prévio sobre as contas prestadas pela Presidente da República, na forma do documento anexo.

10. Ata n° 40/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 7/10/2015 – Contas do Governo.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2461-40/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1 Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2 Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente
(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO NARDES
Relator
Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Os documentos foram juntados em mídia eletrônica à **Mensagem do Congresso Nacional nº 4, de 2015**, que encaminhou as contas da Presidência da República, e serão publicados em avulso e em suplemento ao Diário do Senado Federal **(Vide item 4.1 do Sumário).**

A Mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, nos termos do despacho do Presidente do Congresso Nacional.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Trata-se dos Avisos nº 748 e 750, ambos de 2015, relativos a parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas prestadas pela Presidente da República relativas ao exercício de 2014, em cumprimento ao art. 71, inciso I, da Constituição Federal.

Constata-se que o disposto nos arts. 115 e 116 da Resolução nº 1, de 2006, que regulamenta a tramitação desta matéria, não contempla a abertura de prazo para o estabelecimento do contraditório.

Ressalto, no entanto, que o Supremo Tribunal Federal tem entendimento consolidado acerca da necessidade de a Casa Legislativa realizar o prévio contraditório com o Chefe do Poder Executivo para apreciação das suas contas, quando se cogita de sua rejeição, conforme decisão assim ementada:

> EMENTA: PREFEITO MUNICIPAL. CONTAS REJEITADAS PELA CÂMARA DE VEREADORES. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DO DIREITO DE DEFESA (INC. LV DO ART. 5º DA CF). Sendo o julgamento das contas do recorrente, como ex-Chefe do Executivo Municipal, realizado pela Câmara de Vereadores mediante parecer prévio do Tribunal de Contas, que poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa (arts. 31, § 1º, e 71 c/c o 75 da CF), é fora de dúvida que, no presente caso, em que o parecer foi pela refeição das contas, não poderia ele, em face da norma constitucional sob referência, ter sido aprovado, sem que houvesse propiciado ao interessado a oportunidade de opor-se ao referido pronunciamento técnico, de maneira ampla, perante o órgão legislativo, com vista a sua almejada reversão. Recurso conhecido e provido. (STF, RE 261885, Primeira Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, julgado em 5.12.2000)

No mesmo sentido, o Acórdão na Medida Cautelar da Ação Cautelar nº 2.085, de 2008, e, mais recentemente, o Acórdão no AgRE nº 414.908, de 2011.

Embora tenha sido estabelecido o contraditório no âmbito do Tribunal de Contas da União, naquela ocasião se tratava de um julgamento técnico, enquanto agora, perante o Congresso Nacional, far-se-á outro tipo de exame, de natureza política, no qual o entendimento do TCU será elemento de formação da convicção dos senhores parlamentares.

Sendo assim, a fim de garantir o devido processo legal e o direito ao exercício do contraditório (Constituição Federal, art. 5°, incisos LIV e LV), bem como para evitar eventuais alegações futuras de nulidade, entendo devido conceder à parte interessada, nos mesmos moldes que se fez no âmbito do Tribunal de Contas da União por ocasião do exame técnico da prestação de contas (Acórdão 464/2015-Plen e decisão de 12 de agosto de 2015 nos autos do TC-005.335/2015-9) , o prazo de trinta dias, prorrogável, se for o caso, por mais quinze dias, para que, se o desejar, possa exercitar o contraditório nos presentes autos.

Determino a juntada dos Avisos n° 748 e 750, de 2015, ao processado da Mensagem do Congresso Nacional n° 4, de 2015 e, que tão logo seja recebida manifestação da parte, seja juntada aos mesmos autos, que deverão seguir, ato contínuo, para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, nos termos regimentais.

Brasília, em 20 de outubro de 2015.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agora, sim, com a palavra V. Exª, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a esta Casa um fato muito preocupante no meu Estado, o Estado do Mato Grosso.

Trata-se de um garimpo descoberto há poucos dias na cidade de Pontes e Lacerda. Com isso, um fluxo muito grande de pessoas está indo para esse garimpo. E, hoje, nós tivemos aqui a presença do Prefeito Donizete Barbosa, que veio nos trazer essa preocupação, aliás, com audiência já marcada, juntamente com Valtenir Pereira, Deputado Federal do meu Estado, e Wagner Ramos, que é o Deputado Estadual do nosso partido que nos ligava, em nome de toda a Assembleia Legislativa do Mato Grosso, transmitindo essa preocupação.

Queremos dizer que, nessa audiência em que estivemos, pudemos mostrar isso principalmente ao representante do Ministério das Minas e Energia, Dr. Carlos Nogueira, Secretário de Geologia e Mineração do Ministério das Minas e Energia, e também ao Dr. Celso Luiz, Diretor-Geral do DNPM.

Segundo o Prefeito Donizete, a apreensão nesse garimpo aumentou muito, principalmente a partir dessa semana, quando foi registrado o desmoronamento de um barranco e cinco pessoas ficaram feridas.

Dentre os problemas criados no Município está a falta de água e de comida. As pessoas estão indo, com um fluxo muito grande de todo o Estado, da Região Centro-Oeste e também do Brasil, porque começou a se dizer que ali é fácil de se buscar ouro. Com a crise e o desemprego aumentando, as pessoas estão buscando a facilidade de ganhar o seu dinheiro.

Dentre os problemas criados no Município está, como eu disse, a questão da saúde, porque, de repente, mais de três mil pessoas foram para o garimpo. De uma hora para outra, a Prefeitura não tem as condições mínimas necessárias para dar atendimento àquela população. E segundo o Prefeito, a tendência é de que a situação fique incontrolável. Caso a retirada dos garimpeiros ocorra de forma arbitrária, a preocupação será muito maior.

Segundo ele, há uma preocupação muito grande. Inclusive, como foi anunciado, o Ministério Público já pediu a intervenção. Espera-se que isso não seja feito de uma forma organizada. Pode virar um caos total, inclusive com a matança, que é muito comum nessas questões garimpeiras.

Como disse o Prefeito, infelizmente essa é uma tragédia anunciada. Na ânsia de encontrar o ouro, os garimpeiros estão escavando o local sem se preocupar com nenhuma medida de segurança. O acidente que aconteceu ontem não vitimou fatalmente ninguém, mas providências devem ser adotadas para evitar algo pior.

Nossa preocupação é com as pessoas, com a segurança delas. A situação dos moradores da cidade está cada dia mais caótica. E segundo o Prefeito Donizete, o que ele quer, o objetivo é legalizar o trabalho da mineração. Por isso ele veio propor que tanto o Ministério das Minas e Energia como o DNPM estudem a forma de se legalizar a exploração do garimpo, que se chama Serra do Caldeirão ou Garimpo da Serra de Pontes e Lacerda ou Serra Lacerda, por meio de uma cooperativa que já existe, a fim de que essa escavações sejam feitas de forma ordenada, dentro das medidas legais e preservando o meio ambiente, já que a jazida se encontra dentro de uma Área de Preservação Permanente, ou seja, uma APP. Ainda é muito mais preocupante, porque, se é uma APP, tem que haver toda a vigilância dos órgãos de preservação ambiental.

Segundo o Prefeito, até o momento, foram mais de cinco mil garimpeiros, profissionais e amadores, que se formaram nessa vila improvisada, na encosta da Serra.

Na última sexta-feira, a Justiça Federal interditou o garimpo, já que não há licença do DNPM para a exploração da área. Nesta manhã estivemos no Ministério de Minas e Energia, como eu já disse, com o Dr. Carlos Nogueira, exatamente para expor essa situação. À tarde estivemos lá no DNPM, acompanhados do Prefeito e do Deputado Valtenir. O que nós pedimos? Exatamente um planejamento, que se enviem fiscais para analisar de perto essa situação.

Segundo o Dr. Celso, o DNPM já observa os aspectos legais para diminuir a tensão no campo e resolver a questão da quantidade imensa de pessoas que se dirigiram para o local do garimpo em busca de novas oportunidades. Todavia, isso passa por procedimentos jurídicos baseados em nosso Código de Mineração. Quando os processos chegam lá, eles são encaminhados dentro de toda uma programação. Com isso o prazo pode ser muito longo e, daqui a pouco, haver um caos.

Amanhã vou fazer um requerimento para criar uma comissão externa para verificar *in loco* – os nossos companheiros aqui –, em nome do Senado da República e também, com certeza, em nome da Câmara dos Deputados, pois o Deputado Valtenir igualmente irá propor, para averiguarmos essa situação, convocando de forma mais rápida o Ministério de Minas e Energia, através de um representante, e o DNPM. Aquele lugar está se transformando numa segunda Serra Pelada, e todos sabem o que foi o caos de Serra Pelada, não só as mortes... Claro, o ouro... E lá havia ouro. Com certeza, em Pontes e Lacerda...

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, uma pessoa, em apenas um dia garimpando – segundo as notícias –, tirou dois quilos de ouro. Então, isso está virando uma loucura, uma corrida total. E a notícia hoje é pela internet, é pelas mídias sociais. As pessoas começam a postar as fotografias. Então, estão chegando os caminhões, ônibus fretados, as pessoas estão indo para lá. Inclusive, segundo o Prefeito, alguns até abandonaram os empregos, porque pensam: "Vou tirar dois quilos de ouro. Vou tirar, num mês, 20 quilos de ouro. Então é a hora de ficar rico". E isso pode virar um caos total.

Por isso eu quero aqui registrar a preocupação do Prefeito Donizete, bem como dos Parlamentares da Assembleia Legislativa. Quero fazer isso em conjunto com a Assembleia Legislativa, para que a gente possa ter, então, um diagnóstico real e aquilo que se pode fazer.

Claro que já existem disputas, Sr. Presidente. Há empresas mineradoras que requereram o direito de lavras, ou seja, os estudos junto ao DNPM. Daqui a pouco vai haver briga entre mineradores, garimpeiros e pessoas que estão lá apenas buscando uma oportunidade de ficar ricas de uma hora para outra.

Eu tenho aqui outro pronunciamento, Sr. Presidente, e gostaria de fazer a leitura. Espero que eu não exceda tanto o tempo, mas é um pronunciamento que já estava programado e que eu quero aqui colocar.

Seguramente, não ignoro as dificuldades conjunturais por que passa atualmente a Administração Pública Federal e a necessidade decorrente dessas dificuldades de que o Governo gaste grande parte de sua energia e de sua atenção no enfrentamento dos problemas macroeconômicos e orçamentários do País. Suplantar esses dois momentos críticos que enfrentamos, a crise política e também esse conturbado momento econômico, tenho como certo que nos levará imediatamente à retomada no nosso caminho, qual seja, rumo ao desenvolvimento econômico e social.

Apesar desse momento de travessia, mesmo com todas as energias voltadas à busca das soluções adequadas, não deixa de existir uma miríade de problemas pontuais específicos de gestão que permanecem amarrados e restam sem equacionamento em razão da incapacidade do Governo em dar-lhes resposta minimamente adequada.

Alguns desses problemas menores, no sentido de serem específicos e bem delimitados, mas de grande alcance social e econômico, teriam solução mais fácil, soluções mais simples do que parece à primeira vista.

Gostaria de realçar, para a consideração de V. Exªs, os problemas relacionados à titulação de glebas que foram destinadas à reforma agrária, bem como à renegociação e à anistia de dívidas contraídas pelos assentados. São problemas pontuais e específicos, cuja solução não seria complicada e teria resultados altamente expressivos.

As questões de titulação de terras destinadas à reforma agrária, em particular, são causa de aflição e de descontentamento há muitos anos em meu Estado, o Estado de Mato Grosso. Creio que isso não seja diferente nos quatro cantos deste nosso imenso País, não só nos assentamentos do Incra como também dos quilombolas.

Por várias vezes, mostrei na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a situação em que vivem os assentados em Mato Grosso. Em diversas audiências públicas, inclusive com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, relatei e até colocamos pessoas de comunidades rurais para contar a situação em que estavam vivendo por conta dos entraves da incrível burocracia dessa teia que é a reforma agrária no Brasil há muitos anos.

Infelizmente, as respostas são mínimas, e, frente a essa máquina governamental, diria que são lentas diante da angústia das pessoas. Quero crer que sejam problemas que envolvem a burocracia estatal para não pensar em outras possibilidades.

O campo, colegas Senadoras e Senadores, é um problema que precisa de solução, e trago aqui uma dessas situações pontuais que, se houvesse verdadeira agilidade, reduziria em muito a aflição dessa importante camada econômica do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui colocar que, só no meu Estado, o Estado de Mato Grosso, são mais de 300 mil famílias envolvidas nessa questão. Por isso é que nós estamos aqui a cobrar do Incra, que, lá no Estado do Mato Grosso, chamamos de "incravado" porque é muita demora para se tomarem as decisões. As famílias estão lá esperando a decisão, e essas decisões não são tomadas.

Só para se ter uma dimensão do nosso caso, a cidade de Colniza tem o maior assentamento do mundo, são milhares de pessoas que lá estão, que foram entregues à terra, mas sem as estradas, sem a assistência médica, sem as condições para que as pessoas possam produzir.

E o que queremos?

Nós estamos aqui a cobrar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, que titulem as pessoas, que querem, inclusive, pagar. E as pessoas sabem que quem é um assentado do Incra não foi ali para ter a terra de graça; ele vai ter que, ao longo de 20 anos, pagar a sua terra. Todos estão dispostos, inclusive, a pagar para que, com isso, eles tendo a titularidade, possam ter acesso à documentação, acesso às condições de poder

produzir e alavancar não só o desenvolvimento do Brasil como também das suas famílias que, neste momento de desemprego muito grande, claro, têm uma preocupação muito grande.

Então, quero dar aqui como lido este pronunciamento, Sr. Presidente, na sua íntegra, e pedir também a sua publicação em todos os canais e meios de comunicação desta Casa. Esperamos que o Incra, pelo menos, faça uma experiência em um dos assentamentos – pelo menos em um – para que possamos dizer que, no Mato Grosso, nós já temos um assentamento titulado e que as pessoas estão em condições de poder dizer: "Sou dono do meu pedaço de terra. Tenho documento. Tenho, inclusive, segurança para isso."

Outro aspecto que nós também queremos discutir, na Comissão de Agricultura, é exatamente a regulamentação do que são hoje os assentamentos do Incra. É claro que mudou completamente a clientela. A legislação que temos hoje é de 40 a 50 anos atrás.

Antigamente, para ser assentado do Incra, tinha que ser o famoso Jeca Tatu, ou seja, pessoas que tinham que ter habilidade apenas com a enxada e com o enxadão. Hoje não é mais assim. A maior honra do cidadão de antigamente era dizer que o documento era a sua mão: "Meu documento é a mão calejada!". Hoje não é mais isso. Hoje há tecnologia suficiente, os tratoristas já têm tratores com computador a bordo, com todas as condições para poder produzir com tecnologia. Por que isso tem que ser coisa só dos grandes? Não, temos que levar a tecnologia, a ciência, a pesquisa para que os pequenos também possam produzir.

E, aí, Sr. Presidente, V. Exª, que é de um Estado do Sul, sabe do que vou dizer. O Mato Grosso tem 900 mil km^2. Eu sempre tenho dito e repetido aqui. Só a região do Araguaia, que é a nova fronteira agrícola, tem capacidade de produzir tudo o que produz o Mato Grosso hoje. E o Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo o que o Brasil produz. Agora, para isso, nós precisamos dar condições principalmente ao pequeno produtor, porque o grande, não: ele tem a tecnologia suficiente; ele tem a capacidade econômica suficiente. Mas o pequeno tem que ser apoiado.

Infelizmente eu tenho que dizer que o meu Estado, embora seja o maior exportador das *commodities a*grícolas, ainda importa hortifrutigranjeiros, porque o pequeno não tem o apoio necessário para abastecer principalmente a cesta básica, ou seja, frutas, verduras, feijão, pois já aconteceu de o Estado de Mato Grosso importar.

Por isso é que eu quero, em nome de toda a população mato-grossense e principalmente em nome desses trezentos mil assentados, que o Incra dê uma resposta rápida, assim como em relação a essa questão do garimpo, quanto ao que está acontecendo em Pontes e Lacerda. Não dá para esperar um mês, dois meses, três meses, não. Tem que ser de imediato. Temos que tomar uma posição rápida não só pela questão ambiental, mas também pela vida das pessoas.

Por isso é que faço aqui um apelo: espero amanhã poder ter o apoio desta Casa para que formemos uma comissão para ir lá, *in loco*, averiguar essa questão de Pontes e Lacerda, que, para nós, é extremamente preocupante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Wellington, eu quero prestar a minha solidariedade a V. Exª.

Eu acho que é aquela tese de que um grande problema é a somatória de vários problemas. Parece-me que o senhor levantou dois problemas sérios, difíceis de serem enfrentados, que estão relacionados ao assentamento recentemente instalado, vamos dizer assim.

Acompanhei pela mídia e fiquei extremamente surpreso e também apreensivo com o número de pessoas que estão deixando tudo nas suas próprias vidas para tentar a sorte, sem nenhuma estrutura, sem nenhum apoio. Aquilo, se nós não cuidarmos – V. Exª demonstra essa preocupação –, pode virar uma praça de guerra daqui a pouco, com consequências imprevisíveis.

Então, acho que V. Exª levanta uma questão importante, à qual eu quero prestar minha solidariedade. Sei que a minha voz não é uma voz muito forte e emergente, mas, se V. Exª precisar também da minha voz, estarei junto com V. Exª, fazendo coro, para que nós possamos buscar as alternativas necessárias para levar-se a paz, tanto para o garimpo quanto para as questões dos assentamentos, que também eu imagino que devam ser problemas difíceis de serem enfrentados no dia a dia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Emergencialmente, Sr. Presidente, é, com certeza. Porque agora vão começar as chuvas no Mato Grosso. Então, é uma região em que podem acontecer catástrofes realmente.

Por isso, trazemos aqui essa preocupação. E essa é uma preocupação que passa a ser não só do Mato Grosso, porque para lá estão indo pessoas do Brasil inteiro.

Por isso, eu quero agradecer aqui a sua disposição e contar não só com apoio daqueles que vivem no Mato Grosso, mas também de todos os companheiros Senadores, já que isso passa a ser uma preocupação nacional.

Serra Pelada foi um problema nacional, que virou até filme, livros, enfim, foram muitos problemas sérios que houve lá e que não queremos que aconteçam no Mato Grosso.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, seguramente não ignoro as dificuldades conjunturais por que passa, atualmente, a Administração Pública Federal, e a necessidade, decorrente dessas dificuldades, de que o Governo gaste grande parte da sua energia e da sua atenção no enfrentamento dos problemas macroeconômicos e orçamentários do País.

Suplantar esses dois momentos críticos que enfrentamos – a crise política e também esse conturbado momento econômico -, Sr. Presidente, tenho como certo, nos levará imediatamente a retomada do nosso caminho, qual seja, rumo ao desenvolvimento econômico e social.

Apesar desse momento de travessia, mesmo com todas as energias voltadas a busca das soluções adequadas, não deixa de existir uma miríade de problemas pontuais, específicos, de gestão, que permanecem amarrados e que restam sem equacionamento, em razão da incapacidade do Governo em dar-lhes resposta minimamente adequada.

Alguns desses problemas menores, – menores no sentido de serem específicos e bem delimitados, mas de grande alcance social e econômico, – teriam solução mais fácil, solução mais simples do que parece à primeira vista.

Gostaria de realçar, para consideração de Vossas Excelências, os problemas relacionados à titulação de glebas que foram destinadas à reforma agrária, bem como à renegociação e à anistia de dívidas contraídas pelos assentados. São problemas pontuais e específicos, cuja solução não seria complicada e teria resultados altamente expressivos.

As questões de titulação de terras destinadas a reforma agrária, em particular, são causa de aflição e descontentamento, já há muitos anos, em meu estado de Mato Grosso. Creio que isso não seja diferente nos quatro cantos deste nosso imenso País.

Por várias vezes mostrei na Comissão Agricultura e Reforma Agrária a situação em que vivem os assentados em Mato Grosso. Em diversas audiências públicas, inclusive, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, relatei e até colocamos pessoas de comunidades rurais para contar a situação em que estavam vivendo por conta dos entraves, da burocracia, dessa teia que é a reforma agrária no Brasil há muitos anos.

Infelizmente, as respostas são mínimas e, diante dessa máquina governamental, diria que são lentas diante da angustia das pessoas. Quero quer que sejam problemas que envolvem a burocracia estatal para não pensar

O campo, colegas senadoras e senadores, é um problema que precisa de solução. E trago aqui uma dessas situações pontuais que, se houvesse derradeira agilidade, reduziria em muito a aflição dessa importante camada econômica do Brasil.

Senão vejamos:

Os títulos de propriedade definitiva a que fariam jus os pequenos agricultores e pecuaristas assentados não são emitidos; e o INCRA, ainda por cima, que deveria ser o de facilitar a continuidade e a consolidação dos projetos de reforma agrária, diante de suas dificuldades, falta de estrutura e em certos casos até de desatenção e falta de compromisso mais efetivo com sua clientela, tem falhado na solução que é buscada por alguns assentados e cooperativas.

Cansados de esperar pelo trabalho de georreferenciamento que seria executado a mando do INCRA, essa clientela acaba por despender os seus próprios recursos para contratar empresas privadas que oferecem esse mesmo serviço. Olha que ponto chegamos!

E para piorar, o INCRA, inexplicavelmente, recusa-se a reconhecer o trabalho contratado privadamente para o mesmo fim.

Isso é algo que me foge à compreensão! E creio que de todos vocês, também.

Por isso, Srªs e Srs., público que nos acompanha pela Rádio, TV e Agência Senado e ainda pelas redes sociais: Quero registrar meu protesto contra essa situação que se perpetua no campo em vários assentamentos de Mato Grosso porque prejudica milhares de assentados da reforma agrária. E creio que essa também seja a situação que se reproduza de forma mais ampla, em todo o setor rural brasileiro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: a situação é fácil de compreender. E nos dá a exata dimensão do entendimento dos motivos que a nossa reforma agrária seja tão incipiente do ponto de vista dos resultados.

Temos milhares de assentados, em todo o Brasil. E muitos dos assentados pela reforma agrária em Mato Grosso tiveram as terras homologadas há 15, há 20 anos, mas ainda não possuem a escritura de suas terras, mantendo-se posseiros, portanto, a título precário.

A este problema de morosidade da regularização fundiária gostaria, porém, de acrescentar outro; outro problema que preocupa e tira o sono da vida dos assentados, de pais de família que estão no campo. Refiro-me à renegociação das suas dívidas, contraídas em função da produção agrícola que realizam.

O incrível, Sr. presidente - e gostaria de ter a atenção de todos que nos acompanham neste momento — é que as soluções de caráter jurídico para esses dois problemas, tanto o da regularização fundiária quanto o das dívidas, já foram amplamente discutidas e aprovadas, em forma de lei. Isso mesmo: é lei já promulgada e em vigência, pelo Congresso Nacional.

Lei nº 13.001, de 2014, que trata dessas duas matérias.

Ora, a Lei 13.001 dispõe sobre liquidação de créditos por parte dos assentados da reforma agrária, especifica casos de remissão de dívida e, no que se refere a problemas de titulação, modifica artigos da Lei Agrária, que é a Lei nº 8.629, de 1993.

A lei a que me refiro - a 13.001 -, foi resultado da conversão de medida provisória que tramitou no Congresso Nacional desde o finalzinho de 2013 até agosto de 2014.

A medida provisória, Srªs e Srs. Senadores, foi exaustivamente apreciada e debatida por nossos Deputados e Senadores. Sancionada a lei de conversão de medida provisória pela Presidente da República e depois promulgada, este diploma legal deveria estar cumprindo, plenamente, todos os efeitos jurídicos para os quais foi concebido. Mas não está. Falta-lhe a regulamentação de alguns cios seus dispositivos. E, mais uma vez, portanto, o Poder Executivo, por uma razão sabe lá Deus o que sejas falta regulamentara lei.

O disciplinamento de modalidades de crédito concedidos pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural, por exemplo, não tem obtido os efeitos desejados. E, parece-me3 por falta de regulamentação.

Há um dispositivo da lei que reza: "o regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo".

Por isso, gostaria de terminar este discurso fazendo um apelo ao Poder Executivo e5 em especial, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: que regulamentem os dispositivos da Lei 13.001 que ainda se encontram pendentes de regulamentação, para que produzam os efeitos jurídicos esperados e tão ansiosamente aguardados; que, enfim, ajudem os beneficiários da reforma agrária a superar a incerteza e a insatisfação que os acomete.

Sr. Presidente, todo um esforço administrativo e financeiro imenso, como é o caso do programa de Reforma Agrária, por vezes, fica emperrado por causa da desatenção a detalhes ínfimos. As pequenas ações administrativas, com organização e com boa vontade, urgentes e necessárias, podem ser facilmente levadas adiante, e representar ganho substancial para o bem-estar do nosso povo.

Peço, para encerrar este discurso, a atenção e a compreensão do INCRA para o pleito que acabo de externar, – e do ministério a que essa autarquia é subordinada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Meus cumprimentos a V. Exª.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, encontra-se inscrita a Senadora Lídice da Mata, que é do PSB da Bahia, a quem, com muito prazer, concedo a palavra, no tempo regimental.

V. Exª está com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, e todos aqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado, escrito e televisivo, pela Rádio e internet, quero dizer que passei a semana passada fora do Brasil. Fui, a convite da Embaixada do Reino Unido, visitar Londres, onde tive a oportunidade de ir a duas instituições de ensino de nível superior, a duas universidades, com visita ao Parlamento e uma série de atividades relacionadas a essa busca de entrosamento entre o Brasil e o Reino Unido.

Posteriormente, terei oportunidade de relatar um pouco mais sobre essa importante experiência que pude viver na semana passada.

Como não estive aqui, naquele período, fiquei devendo ao povo da Bahia o registro – e a homenagem – que tenho buscado fazer da nossa história, dos homens e mulheres que contribuíram para a vida do povo baiano.

E não pude participar de homenagens importantíssimas que ocorreram a duas grandes figuras, a dois homens públicos que, apesar de pensamentos político-ideológicos opostos, tiveram o mesmo compromisso de cuidado com os recursos públicos, com a coisa pública, e o mesmo compromisso com a honestidade e a dignidade à frente das atividades públicas do Brasil e, no caso particular de um deles, da Bahia e do seu Município.

Refiro-me, portanto, a dois homens cujos centenários foram comemorados agora em outubro, na Bahia.

O primeiro deles, o ex-Deputado Federal e Constituinte Fernando Sant'Anna, uma legenda da política baiana, que nos deixou, em março de 2012, aos 97 anos, depois de quase um século, portanto, dedicado às causas do povo brasileiro.

Ele teve seu nome lembrado, na semana passada, em sessão solene na Câmara dos Deputados e em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

E o segundo é o Dr. Salvador da Mata, médico, educador, político, um dos mais importantes homens públicos da história do pequeno Município baiano de Ipiaú, ao sul do nosso Estado, que também recebeu as devidas e merecidas homenagens do povo de sua cidade, através da Câmara de Vereadores e da prefeitura municipal, que se manifestaram com uma bela sessão solene.

No fim de semana, no sábado passado, tive a oportunidade de participar, com sua família e também com representantes do Município de Ipiaú, de uma das homenagens, uma missa na capela do Colégio Salesiano, onde estudou.

Para relembrar Fernando Sant'Anna, tomo emprestado sua biografia, escrita por Antonio Risério, esse grande intelectual e escritor baiano. *Adorável Comunista* é o nome do livro de Risério sobre Fernando, um comunista convicto, que atravessou o século XX e chegou ao século XXI, sem jamais afastar-se de suas convicções, mas com a leveza evidenciada na alegria e no amor pela vida, testemunhada por seus muitos amigos e registrada em vários depoimentos dos quais extraí subsídios para esta homenagem, depoimentos que foram feitos por amigos e lembranças que vivi com Fernando Sant'Anna.

Nascido em Irará, região de Feira de Santana, na Bahia, Fernando, embora de família rica, negou essa determinação de classe e se tornou comunista. Em Irará, cursou o primário e lá permaneceu, trabalhando com seu pai. Em 1932, a exemplo de outros jovens da época que residiam no interior, foi para Salvador estudar. Em 1933, ingressou no ginásio da Bahia, Colégio Central, um dos grandes colégios públicos do nosso Estado em que tive a honra de também estudar.

Foi nesse espaço – outro Fernando, o Fernando Bezerra entra no plenário neste momento – de efervescência política que se tornou militante do PCB, indignado com as desigualdades sociais e com a miséria, desencantado com a Revolução de 1930 e sempre pregando uma educação voltada à fraternidade e à igualdade recebida em sua formação, de seus pais Pompílio e Genésia. Fernando destacou-se de forma intensa no movimento estudantil e, ao ingressar na Escola Politécnica, em 1940, tornou-se uma liderança. Foi presidente da Associação dos Universitários da Bahia, em 1941, e figura predominante na organização da UNE, sendo, inclusive, o relator dos estatutos da UNE no Congresso de 1942.

Em 1944, formou-se engenheiro. Atuou como engenheiro chefe na Bahia e Sergipe. E, depois, foi chamado a trabalhar como assessor direto do educador Anísio Teixeira, no governo de Octávio Mangabeira, encarregado da planificação e construção de escolas públicas.

Na campanha "O petróleo é nosso", desencadeada a partir de 1948, Fernando, na condição de presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, foi referência na articulação, formulação, aproximação com diversos setores nacionais e mobilização da sociedade, em um momento de debates intensos de teses sobre a importância estratégica do petróleo para o desenvolvimento nacional. Com o PCB na ilegalidade, filiou-se ao PTB e foi eleito Deputado em 1958, porém deixando clara a sua militância comunista. Integrou-se à esquerda do PTB no chamado Grupo Compacto; destacou-se na organização da Frente Parlamentar Nacionalista; e, ao mesmo tempo, defendeu a viabilização da mudança da Capital para Brasília.

Reeleito Deputado Federal em 1962, desta vez pelo PSD, já que na Bahia o PTB apoiava a candidatura de Lomanto Júnior ao governo, e seu Partido, na ilegalidade, o PCB, estava com Waldir Pires. Teve seu mandato cassado com o golpe militar de 1964, com o Ato Institucional n° 1. E, na hora da cassação, dirigindo-se aos colegas no Parlamento, disse:

> Fiquem tranquilos, porque de minha parte não dirigirei a nenhum um pedido sequer, mesmo na defesa dos mandatos ameaçados. Se isto acontecer, cada um dos senhores que decida de acordo com a sua consciência! Vote ou não pela cassação, mas, particularmente, como um dos incluídos na relação dos condenados, posso garantir a todos os meus amigos, porque nunca tive, nesta Casa, inimigos, a não ser aqueles que se constituíram livremente, meus inimigos, posso deixar tranquilos a todos não irei solicitar a ninguém o beneplácito ou a misericórdia desse mandato.

Com o mandato cassado, Fernando se abriga na casa de amigos e posteriormente tem que se asilar na Embaixada da Iugoslávia, para, depois, se exilar naquele país. Ao retornar ao Brasil, em 1965, foi preso e ficou incomunicável durante meses. Após recuperar direitos políticos, voltou ao Congresso Nacional elegendo-se Deputado em 1982, pelo PMDB, que era o grande guarda-chuva dos partidos de esquerda.

Mais uma vez no centro das decisões políticas, contribuiu na luta pelas Diretas e foi um dos construtores do processo da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Com o PCB legalizado em 1985, da tribuna manifesta sua condição de comunista e de militante do Partidão. Em 1986, reelege-se Deputado, desta feita Constituinte, e integra uma minúscula bancada de três Deputados eleitos pelo PCB.

Tive o privilégio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de atuar e conviver com Fernando Sant'Anna na Constituinte e presenciar sua ampla contribuição na discussão dos principais temas nacionais, notadamente os que se referiam à reforma agrária, ao desenvolvimento nacional, aos interesses do povo brasileiro, nas discussões sobre o conceito de empresa nacional e o debate de fortalecimento da Petrobras, a importância e a amplitude necessária da Assembleia Nacional Constituinte e das liberdades políticas em nosso País.

Dos seus muitos amigos, não posso deixar de citar Luiz Contreiras, engenheiro e comunista como ele. Conheceram-se no Ginásio da Bahia. Companheiro de muitas lutas, recorda Fernando Sant'Anna como uma pessoa atenciosa e verdadeira, um estudioso extremamente preparado: "Apesar de comunista, era bem aceito na aristocracia baiana e se relacionava bem com todos, inclusive com os governadores, mas nunca deixava de falar o que pensava."

Quem, como eu, conviveu com Fernando Sant'Anna sabe de sua intensa militância política em defesa dos interesses da Nação. Tive a oportunidade de conviver com Fernando Sant'Anna como amigo de meu pai. Mais e muito mais do que nessa condição, recebi Fernando durante mais de um mês, período em que meu pai passou comigo aqui em Brasília, durante a Constituinte, e, todas as noites, recebia a visita de Fernando Sant'Anna, que só saia da minha casa na madrugada, trocando ideias políticas, na inquietação de um homem já maduro, mas que nunca renunciou aos seus posicionamentos ideológicos.

Fernando Sant'Anna era um homem, por outro lado, extremamente amplo em suas relações políticas, conhecido até por sua vestimenta. Sempre de terno de linho branco, sempre falando muito alto, sempre dizendo o que pensava. Nossas homenagens a ele, portanto, já que não pude participar das homenagens da semana passada.

Quero deixar o meu abraço aos seus filhos, aos seus netos, a toda a sua família, a sua esposa. Quero deixar meu reconhecimento a essa adorável figura política que marcou a vida da política baiana na oposição, na conquista do Governo de Waldir. Foi um adorável comunista que deixou grande contribuição política e tão belo exemplo de vida.

Nesse mesmo caminho, Sr. Presidente, faço homenagens, como disse antes, a alguém que, embora contemporâneo de Fernando, pensava ideologicamente o seu oposto, mas não tenho como não homenageá-lo nesse centenário. Trata-se do Dr. Salvador da Matta, como era conhecido na cidade de Ipiaú e em todo o sul do Estado da Bahia. Foi Vereador, duas vezes Prefeito de Ipiaú, apresentando projetos importantes em benefício daquele Município, onde também exerceu a Medicina, além de se dedicar, como grande educador, deixando, talvez, a sua maior marca naquele Município.

Nascido em 1915, na cidade de Catu, o mais velho de uma família de seis irmãos, aos 11 anos mudou-se de Salvador, ficando aos cuidados de parentes, de uma prima. Morou seis anos com o seu irmão, Gilberto da Matta, na casa desta prima. E, de 1927 a 1931, estudou em Salvador como aluno interno do Colégio Antônio Vieira.

Em 1931, aos 16 anos, prestou vestibular para o curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, graduando-se em 1937, aos 22 anos de idade. Ao longo de sua vida, atendeu em consultório na sua própria casa, como era da cultura daquele período, trabalhando como clínico, obstetra, sempre em partos normais, e na Fundação Hospitalar de Ipiaú, onde foi diretor algumas vezes. Clinicou no Sindicato Rural de Ipiaú e também exerceu a função de médico legista. Em 1948, aos 28 anos, após morar seis anos em Ipiaú, foi nomeado intendente para um mandato complementar de dez meses.

No ano seguinte, ajudou a elaborar o Memorial do Povo de Ipiaú, dirigido ao Presidente Getúlio Vargas, fazendo uma histórica viagem de perua até Montes Claros e de trem até o Rio de Janeiro, para onde levou o memorial e ficou três meses tentando falar com o Presidente só para destacar a importância daquele Município, daquela região do Estado da Bahia. O memorial solicitava que o Presidente interviesse e não permitisse que o Termo de Ipiaú passasse da Comarca de Jequié para a Comarca de Ubaitaba, que estava sendo criada em 1944, cidade muito mais longe de Ipiaú do que Jequié, o que traria grandes dificuldades para o povo daquele Município.

Em 1947, aos 32 anos de idade, casou-se com Zélia Maria Martins da Matta, com quem teve sete filhos que lhe deram onze netos. E, em 1949, liderou um grupo de abnegados iniciando reuniões com a comunidade

e, na condição de Vereador, apresentou projeto de lei criando a Sociedade de Educação e Cultura de Rio Novo, entidade mantenedora do futuro ginásio de Rio Novo, culminando com a realização da sessão de fundação do ginásio no Auditório Voz de Rio Novo. O ginásio do Rio Novo foi, durante muitos anos, a única instituição de ensino médio daquele Município, por onde passaram, portanto, todos aqueles que naquela geração não tinham outro local para estudar.

Sem dúvida nenhuma, a passagem de Salvador da Matta por aquela escola, por aquele colégio de Rio Novo, com toda a contribuição que deu a todos os alunos que passaram por ali... E eu pude ouvir o depoimento de uma das suas alunas, recentemente, no dia 17, na missa em sua homenagem, daquele que foi professor de latim, de francês, de biologia, de ciências naturais, de, como ela dizia, higiene e professor de vida para todos aqueles jovens que passaram naquela geração pelo colégio de Rio Novo, entre eles o Senador Waldeck Ornelas, que presente estava na missa em homenagem ao seu centenário.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E quero, em nome da família, agradecer sua presença naquele momento.

Portanto, Sr. Presidente, eu cumpri aqui com a minha obrigação, como Senadora da Bahia, no registro do centenário dessas duas grandes figuras da política baiana, um deles, que tenho a honra dizer, meu tio, irmão mais velho de minha mãe. Justamente por ser sua sobrinha, certamente fui merecedora, pelo trabalho que ele desenvolveu naquele Município e naquela região, dos votos do povo de Ipiaú. Fui a Senadora mais votada para o Senado naquele Município...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... não pelos meus méritos próprios, Senador Fernando Bezerra, mas porque, quando chegava a Ipiaú, todos diziam pelo nome Lídice da Mata, embora eu seja sobrinha: "Ah, é a filha!" Outros que sabiam: "É a sobrinha de Salvador da Matta!" E eu creio que a minha votação, ter sido a mais votada daquele Município se deveu justamente a uma homenagem, a um reconhecimento do Município ao trabalho dedicado, como médico, como prefeito, como vereador e como educador, de Salvador da Matta.

Por isso, viva aos centenários de Fernando Sant'Anna e Salvador da Matta, que, mesmo com pensamentos, como disse, ambos nacionalistas, um de esquerda e comunista, o outro que chegou, na sua juventude,...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... a ser simpatizante do integralismo, mas ambos, estes dois homens, honraram o voto, com dignidade, do povo da Bahia!

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Pois não. Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria apenas solicitar a V. Exª que fizesse constar em Ata os meus votos favoráveis, "sim", às duas autoridades diplomáticas votadas na sessão de hoje, na parte da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – A Presidência vai tomar as providências necessárias e registrar a solicitação de V. Exª.

O próximo orador inscrito...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Pois não, pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no mesmo caminho do Senador Jucá, também gostaria que V. Exª fizesse constar em Ata que se eu aqui estivesse teria votado favorável às duas autoridades, considerando que estive fora do plenário, em audiência fora da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – A Presidência fará o registro, conforme solicitado por V. Exª.

Com a palavra agora, o Senador Fernando Bezerra.

V. Exª está com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, venho aqui para falar sobre um fato ocorrido já há algumas semanas e que nos encheu de orgulho, ao mesmo tempo em que trouxe um grande alerta para a importância de voltarmos nossas atenções à qualificação profissional no Brasil. Estudantes brasileiros oriundos do Pronatec conquistaram o primeiro lugar geral no *ranking* de medalhas na 43ª edição da World Skills, que corresponde ao campeonato mundial de escolas técnicas.

Ganhamos ao todo 27 medalhas na competição que reúne algumas das mentes mais promissoras do Planeta, sendo 11 de ouro, 10 de prata e 6 de bronze. Dos 31 medalhistas do País, 25 eram do Pronatec. Ficamos à frente de países que investem maciçamente nesse tipo de ensino, como a Coreia do Sul e Taiwan, respectivamente segundo e terceiro colocados. Sem dúvida, um feito histórico e que deve ser muito comemorado por todos nós.

Se os resultados obtidos por esses jovens brasileiros foram excelentes, há um sinal claro de que devemos nos preocupar e muito com o ensino profissional no País quando avaliamos os indicadores. Hoje temos pouco mais de 1,7 milhão estudantes matriculados em escolas técnicas profissionais, segundo dados do Ministério da Educação. A meta para 2024, ou seja, daqui a 9 anos, é ultrapassar a casa dos 5 milhões.

O Pronatec, que promove cursos de duração mais rápida, capacitou cerca de 10 milhões de pessoas desde 2011, quando foi criado e que, recentemente, teve cortes em sua estrutura anunciados pelo contingenciamento dos recursos federais.

Se fizermos um razoável esforço matemático e somarmos os dois modelos, chegaremos a algo em torno de 11 milhões de pessoas. Resultados ainda muito tímidos quando comparamos o Brasil com outras nações mais industrializadas. Na Coreia do Sul, por exemplo, só em 2012 foram qualificados mais de 18 milhões de habitantes, em distintas faixas etárias. Nos Estados Unidos, que têm uma população superior a 320 milhões, 30% dos norte-americanos passaram por cursos dessa natureza. Na Alemanha, o motor da Europa, quase metade dos habitantes conta com formação técnica.

Outro dado compilado pela Fundação Getúlio Vargas nos mostra que apenas 22% dos egressos de cursos profissionalizantes estão trabalhando nas funções para as quais se prepararam. Ou seja, são pessoas que não têm qualquer familiaridade com o mercado de trabalho.

Sr. Presidente, fui Secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco durante quatro anos e convivi de perto com as dificuldades encontradas pelas empresas para contratar gente treinada. Por diversas vezes, negociamos com as empresas que chegavam ao Estado a montagem de galpões-escola nos próprios canteiros de obra, para que homens e mulheres pudessem receber o mínimo de treinamento antes de iniciar as atividades. Essa foi a alternativa encontrada para que os empregos gerados com o crescimento alcançado a partir de 2007 fossem ocupados pelos habitantes da região.

A baixa qualificação da mão de obra é um fator que inibe o crescimento do País, especialmente nas regiões mais carentes, em que os indicadores gerais de escolaridade são ruins. Essa é uma exigência de mercado que aumenta junto com o nível de complexidade dos negócios.

Os resultados positivos da competição não podem ser a exceção à regra. Eles devem ser uma rotina. É fundamental para o nosso crescimento que possamos formar técnicos com capacidade de atuar nas indústrias e também no campo, operando equipamentos que melhoram a produtividade agropecuária. É verdade que o País fez grandes investimentos nos últimos anos para a qualificação profissional, inclusive levando o conhecimento às cidades do interior.

Esse é um esforço que deve ser contínuo e com a participação decisiva do setor empresarial, que precisa estar sensível a essa mobilização. Esse, aliás, é outro exemplo que devemos tomar com os países mais desenvolvidos, em que esferas públicas e privadas trabalham juntas, na mesma direção, para formar mão de obra. Cito, mais uma vez, o exitoso exemplo alemão, para ilustrar uma parceria virtuosa entre governo e capital privado.

O segmento industrial alemão financia atualmente 90% dos cursos de capacitação, que duram em média três anos. O sistema dual, como eles chamam, permite que os alunos passem parte do tempo letivo nas salas de aula e outra no chão de fábrica, conhecendo as rotinas das linhas de montagem. O resultado desta estratégia é que 65% dos aprendizes decidem continuar nas empresas que oportunizaram o treinamento.

Se tivermos esse modelo funcionando no Brasil, com os dois vetores em sintonia, os custos serão mais compartilhados e as grades curriculares, por sua vez, preparadas de acordo com a demanda e o perfil dos negócios locais. Isso é caminhar com inteligência, respeitando as lógicas e diferenças de mercado.

Acredito que aqui, nesta Casa, podemos dar a nossa parcela de contribuição, trazendo o tema da educação profissionalizante no Brasil para o debate na Comissão de Educação. Sou absolutamente contra o contingenciamento de recursos previsto pelo Governo Federal para o Sistema S, que durante décadas vem contribuindo decisivamente para a formação de novos profissionais. Trata-se de uma ferramenta que não pode ser

ameaçada sob hipótese alguma, em nome dos milhares de jovens que encontram em suas salas de aula uma alternativa para conquistar uma profissão e disputar empregos num já retraído mercado de trabalho.

Queremos propor um diálogo amplo, ouvindo quais são as demandas da indústria, dos serviços de transporte, do campo e do comércio, mas também conhecendo o planejamento governamental para o segmento. Toda essa articulação deve gerar um documento, que será entregue aos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, como contribuição para o processo de aperfeiçoamento da qualificação profissional no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Esse foi o Senador Fernando Bezerra, nosso ex-Ministro, que nos honra com o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu quero parabenizá-lo e dizer da admiração que tenho por V. Exª desde a época em que eu era prefeito e V. Exª era ministro.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, quero passar a palavra ao Senador Ivo Cassol, já relatando aos demais Senadores que se encontra inscrito, em seguida, o Senador Donizete Nogueira. E encerra a lista de oradores inscritos o Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra, V. Exª, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu quero aqui, com imensa alegria e satisfação, deixar o meu abraço a cada um dos amigos, a cada uma das amigas desse grande Estado nosso de Rondônia, que sempre me recebeu de braços abertos, e, em nome de todos os meus amigos e minhas amigas de Rondônia, quero aqui deixar meu abraço e minha gratidão a todos os novos amigos e amigas que estou conquistando, a cada dia que passa, nos quatro rincões deste País.

Ao mesmo tempo, também quero agradecer a todos os irmãos e irmãs que vão à igreja, ou mesmo em casa, e sempre, em suas orações, têm orado pelas autoridades.

Mas, Sr. Presidente, Dário Berger, é com imensa satisfação e alegria que mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa, primeiro, para comunicar um ofício circular que recebi da Associação Comercial e Industrial da cidade de Jaru, em que registra as constantes quedas de energia elétrica em nosso Estado. As quedas ocorrem um dia sim e outro também, uma semana sim e a outra também.

Infelizmente, vejo isso com tristeza, porque temos lá duas grandes usinas, várias PCHs e uma usina média, e deveria haver energia sobrando em nosso Estado, mas, infelizmente, falta energia. A linha de transmissão passa por cima de nossas cabeças e, infelizmente, acaba restando uma banana para o povo do nosso Estado, pois até o ICMS vai para outros Estados.

Hoje, infelizmente, está ocorrendo um problema social, com muitos desempregados, pois as obras estão no fim. E não é justo que o Sistema Eletrobras trate o nosso Estado dessa maneira.

Não sei se V. Exª sabe, Sr. Presidente, mas a Eletrobras, em Rondônia, é administrada por um grupo de diretores que vivem no Rio de Janeiro, de frente para Copacabana. Esse grupo administra seis Estados da Federação: Piauí, Alagoas, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima.

Não há diretor que dê conta disso, e, infelizmente, os apagões continuam, por falta de investimento e por falta de gestão. E o Governo Federal continua na mesma.

A cada dia que passa a crise se aprofunda mais, porque o que existe é falta de comando. Está na hora de a Presidente Dilma arrumar uma bota de bico fino e começar a colocar o pessoal para andar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Lá em Santa Catarina, Senador Ivo Cassol, nós chamamos isso de "dar bicanca".

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, tem que dar muita bicanca.

Ao mesmo tempo, quero aproveitar a oportunidade para, com tristeza, registrar um fato. Por que com tristeza, Sr. Presidente Dário Berger? Porque, no último final de semana, eu assisti, na Rede Globo, no Fantástico, a uma matéria sobre a fosfoetanolamina, em que um grande profissional da área da saúde, o Dr. Drauzio Varella, veio a público, usou sua imagem, usou seu nome e colocou em xeque esse novo comprimido, esse novo composto. Pessoas que estão carimbadas, que estão com câncer, já perderam as esperanças. Ele colocou em xeque.

Eu quero dar os pêsames ao Dr. Drauzio Varella porque ele prestou um desserviço à humanidade, ele prestou um desserviço às pessoas ao divulgar isso na Rede Globo. E ao mesmo tempo que dou os pêsames à Rede Globo, quero dar os parabéns à TV Record porque também fez uma matéria a esse respeito. Falou sobre a pesquisa desse novo medicamento, desse composto, e deu a oportunidade aos dois lados, entrevistou e ouviu tanto pesquisadores como pacientes com câncer.

Eu estou aqui como cidadão, como Senador eleito pelo povo de Rondônia, representando o povo brasileiro, não para fazer política. Eu estou aqui por uma questão humana. Não dá para ver tantos amigos, tantos irmãos e parentes morrendo de câncer, quando percebemos que essa doença é, na verdade, um comércio, que o tratamento não é nada mais nada menos paliativo e ao mesmo tempo, infelizmente, feroz.

E quero aqui dizer, de público, fiz isso hoje na CCT e quero fazer aqui agora, que eu gostaria que o Dr. Drauzio Varella dissesse para a sociedade, na televisão, o que mais prejudica um ser humano, uma pessoa, uma vida: se é a quimioterapia, que acaba com a pessoa, faz com que perca o cabelo, a unha e até a roupa, porque quem pesa 80, 90 quilos passa a pesar 30, 40 quilos, ou se é, na verdade, a fosfoetanolamina, que, como ele disse, nem para animal pode ser utilizada.

O Dr. Drauzio Varella, infelizmente, como profissional, tinha pelo menos que conhecer as pesquisas já realizadas. Foram realizadas pesquisas em ratos, no Instituto Butantan, em São Paulo, pelo Dr. Durvanei, que possui todos os relatórios, já divulgados em revista internacional de saúde. Por que só aqui no Brasil não querem aceitar esse novo medicamento, que é uma oportunidade de dar esperança para quem está com câncer? Por quê? Por causa do dinheiro, Senadores? Por causa do interesse financeiro?

Eu não estou aqui à disposição de grupo empresarial, de laboratório nenhum não. Mas, infelizmente, a matéria que foi ao ar domingo à noite foi tendenciosa. Tanto é verdade que toda a sociedade, está todo mundo mandando, nos meios de comunicação eletrônica que existem hoje – temos o WhatsApp, temos o *e-mail*, temos tudo –, e o pessoal está percebendo o erro que cometeu.

Por que é que nesse mesmo programa do Fantástico não foram entrevistar as pessoas que conseguiram e tiveram o direito na Justiça – ou mesmo antes –, para saber se elas ao menos se recuperaram?

Eu tenho aqui cada depoimento, Senador Donizeti e demais Senadores, de pessoas que mandaram vídeos... E estão mandando. Eu quero pedir ao povo brasileiro, a quem está me assistindo, em Santa Catarina, no seu Estado, Dário, lá em Pomerode. Lá existe um catarinense, um gaudério corajoso, determinado. Ele não era um químico. Ele era simplesmente um vendedor. Sua mãe estava com câncer. Ele veio, buscou medicamento, deu para sua mãe. Com uma semana ela já estava andando; com uma semana estava tomando sopa; com 18 dias, ela já estava no quintal e já estava com uma enxada na mão. Estava carpindo.

E ele se sensibilizou. Veio a São Carlos. Aprendeu a manipular o medicamento, voltou a Santa Catarina e começou a produzir e a distribuir de graça. De graça. Para mais de 800 pessoas. Carlos Kennedy, de Pomerode, acabou sendo preso. Denunciaram-no, por ele estar fabricando e distribuindo remédio sem controle. Ninguém parou para analisar direitinho o que é que estava acontecendo. Para quem assistiu ao programa da televisão, até pareceu que estavam distribuindo essas cápsulas como se fossem droga, com a qual se ganham milhões e milhões de reais. Pelo contrário. Sabe quanto custa uma cápsula dessas, gente? Dez centavos. Dez centavos.

Quanto custa uma quimioterapia, gente? Eu pensava, até a semana passada, retrasada, que custava R$5 mil, R$10 mil. Gente, há quimioterapia que custa até R$90 mil! Vocês, que estão com câncer – quem tem familiares com câncer, quem tem amigos com câncer –, vocês acham que esses hospitais, que esses laboratórios que têm um esquema internacional de seguir a meta deles, como disse um desses proprietários, que ele tem que seguir a medicina internacional... É São Judas Tadeu para criança, MD Anderson para adulto... É como se fosse uma franquia do McDonald's.

É assim que nós, seres humanos, somos tratados por alguns profissionais que tinham que estar respeitando a vida, e não estão respeitando a vida. Quando estão dizendo – como o Dr. Drauzio Varella falou no domingo à noite – que essa droga não pode ser aplicada nem em animais. Usou até o irmão dele, que estava com câncer e morreu. Eu tenho certeza, Dr. Drauzio Varella, que, se o senhor tivesse utilizado esse medicamento, esse composto, lá atrás, se pedisse para o seu irmão, no dia em que ele estava com câncer e com vida, que ele pelo menos aceitasse tomar esse medicamento, ele tomaria.

E eu pergunto para quem está com câncer... O senhor, Drauzio Varella, espalhou o pânico, o senhor, que é um profissional, um apresentador, um homem que tem utilizado os meios de comunicação, infelizmente fez um desserviço para a sociedade, fez um desserviço para a humanidade. Fez, na verdade, e trouxe um pesadelo para o nosso povo. O senhor não teve coragem de pegar um depoimento de um desses pacientes para trazer aqui e colocar nessa entrevista sua.

Eu estou indignado! Eu não sou médico não, mas também não sou nem um leigo e nem um burro. Eu, antes de comprar essa briga, Presidente Dário, fui me inteirar, fui conhecer, eu fui saber exatamente o que aconteceu. Eu recebi ligação de pessoas importantes em nível de Brasil, de dono de clínica que eu não posso citar o nome porque senão é descredenciado, e que me falou: "Cassol, vá em frente, eu sei que eles vão tentar te destroçar, mas não desista; não desista, porque esse medicamento está dando certo, a fosfoetanolamina está dando certo. Eu tenho vários amigos que curaram." E quantas pessoas conseguiram na justiça.

Está aqui outro exemplo. Na semana passada eu falei com o Otaviano, de Uberaba, Minas Gerais, que foi também um dos professores que começou junto com o Dr. Gilberto e com todo mundo. A Uniube, de Uberaba, trabalhou até 2012 com esse medicamento em várias pessoas. Depois, foram ameaçados e tiveram que parar. Ele falou comigo e eu falei com ele. Falei aqui com o Dr. Ribeiro, se eu não estou enganado, aqui de Brasília, que foi Diretor do Hospital de Base, é médico oncologista, foi membro, ou vice-presidente, ou fez parte do Conselho Nacional de Medicina, que me ligou na semana passada e me falou: "Pode usar o meu nome; pode usar o meu nome." Esse doutor aqui de Brasília me falou, Dário: "Eu tenho amigos que usaram essa cápsula e eles estão curados; eu tenho amigos que usaram e tiveram uma sobrevida."

E aí vem o Dr. Drauzio Varella, como se ele fosse... O senhor, Drauzio, desculpe-me, o senhor não é Deus não! O que o senhor fez sábado à noite não faz parte dele, talvez seja porque o senhor não creia nele e o senhor não tenha fé nele, porque se o senhor tivesse, com certeza o senhor não faria parte desse jogo sujo, que é o das indústrias farmacêuticas em nível nacional.

Tanto é verdade que eu quero aqui, Sr. Presidente, agradecer à Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita, São Paulo. Ofício nº 393, encaminharam uma cópia de moção de apoio, de autoria do Vereador Edson Souza de Jesus em que me parabenizam pelo trabalho à frente desse trabalho para liberação do medicamento da fosfoetanolamina sintética.

Obrigado aos vereadores de Barra Bonita, São Paulo.

Também quero aqui aproveitar este momento e agradecer ao Sr. Lourival Pisetta, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Joinville, do seu Estado e região também aqui parabenizando, homenageando as pessoas.

Eu tenho aqui outro *e-mail,* de Mauricio Scerni, fotógrafo e documentarista. Ele diz aqui e dá uma ideia: "Temos vários laboratórios do Exército e da Marinha. Parece que o último está melhor aparelhado. Essas duas instituições prestigiosas são formadas, em grande parte, por militares nacionalistas."

Eu acredito. Está aí, as nossas Forças Armadas vão aproveitar esses laboratórios porque esse remédio pode ser manipulado em qualquer laboratório, é só ter condições.

Quero aqui dar outro testemunho, ao mesmo tempo, da Márcia:

> Exmo Sr. Senador Ivo Cassol, parabenizo-o pelo pronunciamento em respeito à luta assumida pelo senhor no sentido de valorização dos pesquisadores que realizaram a descoberta do medicamento do tratamento do câncer e de comprometimento para o avanço no sentido de tornar esse medicamento acessível e uma realidade para uma quantidade expressiva de pessoas que estão padecendo dessa doença implacável, causadora de óbitos e de sofrimentos para pacientes e familiares.

Olhem o que ela diz: "A indústria farmacêutica não está interessada na descoberta da cura do câncer."

Por que não está interessada? Porque para montar toda a estrutura para quimioterapia, radioterapia, montar essa estrutura, gasta mais de R$10 milhões, R$20 milhões. E o que é que dá dinheiro? São esses tratamentos prolongados, Sr. Presidente, sem fim, que muitas vezes, em vez de ajudar na cura do câncer, acabam criando outro problema, outro câncer, como conheço pessoas, conheço uma senhora, conheço várias senhoras que tinham câncer de mama, e a quimioterapia, infelizmente, trouxe um câncer de leucemia e tem que fazer transplante para a leucemia.

Por isso que eu falo: o câncer com quimioterapia não pode parar, não precisa parar. Da maneira com que falaram, nada disso, como dizem os outros. Mas graças a Deus a nossa Justiça está aí! Parabéns aos juízes de São Carlos, aos juízes do Brasil que estão dando as liminares, parabéns ao Presidente do Tribunal de Justiça que refez a decisão e voltou atrás, liberou!

A USP está reclamando que não consegue produzir sozinha? Vamos repassar a outros laboratórios.

Parabéns ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministro Edson Fachin, que concedeu a liminar! A USP já está aqui tentando derrubar. Por que não o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Ciência e Tecnologia aproveitarem os laboratórios – há 16 laboratórios nos Estados da Federação – para produzir esse medicamento, para distribuí-lo a essas pessoas, dar-lhe alento, oportunidade.

Eu tenho certeza de que, a Justiça autorizando em respeito à vida, as pessoas vão continuar tendo acesso a esse medicamento, a esse tratamento, que simplesmente vem em benefício.

Por mais que se diga que esse medicamento tem efeitos colaterais, vocês querem efeitos piores do que os da quimioterapia?! Pior do que da quimioterapia não existe. Mesmo que cause algum efeito, eu – desculpe-me dizer isso para quem está me assistindo –, se estivesse com câncer e alguém me dissesse: "Cassol, eu estou aqui com ácido sulfúrico. Se você tomar gotinhas, você ficará curado." Eu tomaria. Pergunto a você que me está assistindo, não faria o mesmo? Lógico que faria. Essa questão é humanitária. Isso não é questão de dinheiro não, gente. Desculpe-me! Essa questão de dinheiro, chega o que o petrolão está fazendo! O petrolão é fichinha perto

do esquema dos remédios, do tratamento de saúde, porque o petrolão só está levando dinheiro do povo brasileiro, mas os laboratórios, além de comerem o dinheiro, estão comendo a nossa vida. Pouco estão se lixando!

Há poucos dias, o Senado e a Câmera apuravam denúncias sobre as próteses que estão pondo nas pessoas, cirurgias sem necessidade, esquemas dentro do sistema de saúde. Isso é inaceitável, gente!

Fui governador, fui prefeito. Não há nenhum processo contra mim por desvio de dinheiro. Alguém diz: "Mas você tem uma condenação." Eu tenho, dela recorri, mas não é por desvio de dinheiro, não é por roubo não, gente! Eu estou sendo condenado por fragmentação de licitação. O que é isso? É você pegar R$1 milhão e fazer dez licitações. Mas eu não fiz isso! Para cada emenda de Deputado, de Senador, eu fiz um projeto, abri uma conta bancária e executei a obra. Mas houve esse entendimento no Supremo. Eu respeito o entendimento do Supremo, mas também cabe a minha defesa como cidadão, como prefeito.

Eu não tenho do que me envergonhar para a minha família. Eu não roubei, não desviei, não superfaturei. Se há algum erro, é erro técnico da administração. E qual administração não tem erro técnico? Mas não há participação minha de irregularidade. Por isso que eu tenho condições de vir aqui enfrentar essa situação, como tenho enfrentado, como enfrentei no meu Estado, quando fui o primeiro político de Rondônia, do Brasil, que gravou os Deputados e denunciou a máfia da corrupção que havia dentro da Assembleia Legislativa. Botei em cheque a minha família. O que sobrou para mim? Sobrou um monte de processo, ter que andar com carro blindado e com segurança 24 horas por dia. Esse é o preço que eu pago.

Mas valeu a pena? Valeu a pena sim, porque o povo do meu Estado tem orgulho do Ivo Cassol. Se a eleição fosse hoje, eu ganharia por 80% dos votos. Mas eu não estou atrás disso. O povo do Brasil está me conhecendo e me conheceu na época do Fantástico, das denúncias que eu fiz.

Mas eu fiz, porque eu sou uma pessoa responsável.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu fiz, porque eu tenho compromisso com o povo e com a sociedade. Eu fiz, porque tinha que resgatar a credibilidade do povo do meu Município de Rolim e do Estado de Rondônia.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu não posso admitir situações atuais, do jeito que estão acontecendo até hoje. Vou ler aqui outro depoimento. Vou precisar de mais quatro ou cinco minutos para terminar.

Olha o que manda a Edi Soares Freire, por *e-mail*:

> Tenho 70 anos, estou com uma suspeita de câncer no intestino, mas não tive condições de fazer os exames exigidos pelo médico do SUS. Estou na graça de Deus. Só Ele que irá me dar a cura ou o sofrimento do tratamento. Eu ficaria muito feliz em poder tomar esse medicamento. Já entrei em contato com a USP de São Carlos, e me responderam que não manipulam esse remédio. [Até nisso os caras mentem.] É uma vergonha a máfia dos laboratórios, [olha o que essa cidadã diz:] dos responsáveis pela saúde. Se descobrirem a cura do câncer, com certeza muita gente vai perder a galinha dos ovos de ouro.

Olhem o que essa senhora diz, vou repetir:

> É uma vergonha a máfia dos laboratórios, dos responsáveis pela saúde. Se descobrirem a cura do câncer, com certeza muita gente vai perder a galinha dos ovos de ouro. Nem que seja às custas de vidas. Mas Deus vai cobrar caro dessas pessoas por não amarem seus irmãos.
> Eu estou do seu lado e oro a Deus que lhe dê força e vença essa luta. Edi Soares Freire.

Quer dizer, são depoimentos...

Aqui é um depoimento da Telma Chaves, de Santa Catarina: "Quero deixar aqui meu depoimento. Estava com quimioterapia marcada devido a um tumor de medula óssea quando soube, por uma amiga, da existência da fosfoetanolamina. Pesquisei na net..."

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – "... e decidi procurar um homem em Pomerode, Santa Catarina. Ele fornecia esse remédio gratuitamente."

O Carlos Kennedy, que foi preso, perdeu a sua esposa porque deu um derrame no dia em que foi preso. E, quando ele saiu da cadeia, 17 dias depois, foi para enterrar a sua esposa. Eu o chamei para a responsabilidade. Falei com ele hoje para me ajudar no restante da nossa conquista: distribuir esse remédio gratuitamente.

> Por decisão minha, contra a vontade médica [olhem o que essa senhora, a Telma Chaves, disse], fiz o tratamento por oito meses e, nos primeiros quatro meses, meus exames já estavam bem melhores. O meu médico queria pedir novos exames, nova biópsia, achando que os primeiros exames estavam errados.
> Hoje me sinto ótima. O tumor de medula óssea não existe mais. Meus exames estão normais e sem nenhum efeito colateral.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) –

> A fosfoetanolamina é muito fácil de tomar. Não deixa de comer nem de beber nada. Gostaria de deixar bem claro que o remédio é fornecido GRATUITAMENTE. Mas infelizmente o Sr. Carlos, de Santa Catarina, foi preso, e o seu laboratório, confiscado.
> Que o Dr. Gilberto, da USP, possa continuar ajudando tantas pessoas e que esse remédio seja reconhecido pela Anvisa [...].

E aqui quero falar da Anvisa. Que papelão o Presidente da Anvisa fez domingo à noite, no Fantástico! Meu Presidente, o senhor assumiu há 60 dias e já vai entrar no esquema desses laboratórios? Eu estive lá com o senhor, presidente da Anvisa. O que os senhores registraram até hoje? Olhem o tempo que a Anvisa está aí e mandem ela trazer ao Senado o que de patente foi registrado até hoje e que é reconhecido pela Anvisa. Nada! É um cabide de emprego. E esse presidente novo que assumiu falou para mim... Eu disse: "Não faça só como presidente, faça como ser humano, faça como pai, faça como avô, como eu faço.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ele disse que ia fazer, e deu uma entrevista dizendo que não podia fazer, que não era isso, que não era aquilo. Não! Dá a fórmula. Por que não disse que ia atrás para dar a oportunidade? O que é preciso, na verdade, para poder liberar? Ou, então, vão liberar esse medicamento?

Está aqui:

> A Anvisa aprovou, no mês de março, o peso do Yervoy, considerado um avanço no tratamento para melanoma por aumentar significativamente a sobrevida dos doentes. O tratamento custa, no Brasil, R$240 mil.

Quer dizer que isso aqui vale? Isso aqui a Anvisa aprova? Está aqui! Está aqui! Isso aqui a Anvisa aprova?

Dário, Presidente, meu Senador, isso é inaceitável! Isso revolta qualquer cidadão! Isto aqui, com certeza, o Dr. Drauzio Varella está podendo receitar para os pacientes dele. Mas eu vou continuar defendendo o povo.

Mas quero deixar bem claro uma coisa:

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O câncer não dá só em pessoas que têm o Bolsa Família; o câncer não dá só em pessoas de classe média; o câncer dá em todas as pessoas, não importa a questão financeira, não importa a raça, nem a cor, nem a religião. Hoje, gente, as vítimas são vocês que estão me assistindo e que estão com câncer. E quem nos garante, Senadores, que amanhã não seremos nós? Quantos dias de vida nós teremos?

Então, essa oportunidade não pode passar em branco. Nós temos que ir até o fim.

O que precisa ser feito, de verdade, para que possamos colocar em prática?

Estive com o Secretário Nacional do Ministério da Saúde, Dr. Adriano – se não me engano –, e com sua equipe. Já fiz um ofício para que ele possa, no dia 29, estar aqui conosco. O que precisa ser feito? Aqui há uma recomendação de advogados, dizendo que o que precisa ser feito é baixar um decreto regularizando o uso experimental, o acompanhamento...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... de todos os pacientes, com um termo de anuência assinado, em que declaram submeter-se ao uso experimental por conta e risco, e as condições para produção em massa. Então, é disso que se precisa. Estou aqui só complementando. É isso que é importante. Então, há meio, há caminho.

Eu peço à Presidente Dilma que abrace essa bandeira. A Presidente Dilma, há pouco tempo, estava com câncer. Hoje, graças a Deus, está curada. E se amanhã voltar o câncer?

Então, Presidente Dilma, por favor, a senhora tem condições de abraçar essa causa. Da mesma maneira que a senhora pode abraçar essa causa hoje...

Eu quero voltar ao passado, Srs. Senadores. Mais dois minutinhos, mais um minutinho. Vou voltar à época em que o Senador Serra era Ministro da Saúde. Você se recorda, Dário? Acho que você era prefeito na época – ou não era. Vocês se recordam, Senadores? Os laboratórios aceitavam o medicamento genérico? Ninguém aceitava.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Foi uma guerra, foi uma luta, mas conseguimos aprovar o genérico no Brasil. Por que hoje não podemos ter essa mesma conquista? Vamos deixar nas mãos da nossa Presidente do Brasil, do novo Ministro da Saúde, ou vamos deixar que os laboratórios, que o sistema internacional de saúde mande nas pessoas e diga quem vai morrer hoje e quem vai morrer amanhã?

Portanto, eu quero aqui agradecer esse carinho especial. Há muitos depoimentos aqui, mas vou deixar em aberto.

Ao mesmo tempo, quero dizer que, no dia 29, vão estar aqui todos os pesquisadores, numa audiência pública que vai ser transmitida ao vivo. Eu peço à Mesa do Senado, eu peço ao Presidente do Senado que abra o canal ao vivo para que a sociedade possa participar. Vão estar os pesquisadores, o presidente da Anvisa, o secretário-adjunto, o coordenador da Ciência e Tecnologia. Também vai estar aqui presente o Secretário Nacional de Saúde, Dr. Adriano, se não estou enganado.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vão estar aqui pessoas que também foram convidadas, a exemplo do Dr. Ribeiro, de Brasília.

Também fiz um ofício hoje, a pedido do nosso Presidente da CCT, incluindo o nome do Drauzio Varella para também vir aqui debater. Por que não? Venha aqui. Mesmo sendo presidente de um laboratório, não há problema nenhum. Venha aqui! Venha debater com a gente!

E, com tudo isso, quero pedir para todo mundo que está me assistindo: quem tem os jornais, pegue os depoimentos dessas pessoas que tiveram acesso à fosfoetanolamina, que tomaram esse medicamento e que deu resultado, mande no meu *e-mail*, faça uma gravação no telefone, mande para nós, e, quando mandar, bote seu nome, bote a cidade, coloque as causas da doença, o dia do tratamento e como é que você está hoje, porque isso vai servir de prova para nós fundamentarmos que esse medicamento...

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... é a esperança de todos, e não uma droga, como disseram, que nem em animais podia ter sido usada.

Agradeço o carinho especial de cada colega aqui, mas especialmente agradeço a quem está em casa, que sempre vai à igreja ou que, mesmo em casa, faz suas orações, que tem sempre pedido por mim, por minha família. Eu vou pedir aqui também para as demais autoridades, para os demais Senadores, para essas autoridades que têm a caneta na mão, que podem ajudar a liberar essa experiência nova, como estão colocando, mas experiência nova que já está dando certo.

Se eu estou aqui usando a tribuna é porque eu tenho convicção, porque eu falei com pessoas que usaram esse medicamento, e hoje elas estão curadas. É por isso que eu preciso estar junto com vocês, para que façamos força. Juntos, vamos reforçar cada vez mais, para que todo mundo tenha acesso ao remédio, independentemente de ser rico ou pobre, mas que tenha acesso a esse medicamento a 10 centavos cada um. Mesmo que essas empresas ou laboratórios grandes quebrem, não me interessa; o que eu quero é meus amigos, meus irmãos, meus familiares, meus semelhantes com saúde e paz. O resto nós corremos atrás.

Um abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol pela causa que defende.

Nada nos toca mais do que a violência praticada contra o ser humano, e eu acho que essa questão é uma questão que merece realmente uma reflexão muito grande, porque os depoimentos estão aí.

A realidade da saúde hoje, infelizmente, é uma tragédia nos hospitais. Os corredores dos hospitais estão superlotados de pessoas à espera de um atendimento, e nós não podemos poupar recursos, Senador Paulo

Rocha, nem esforço para que nós possamos construir, neste País, uma logística tal que o cidadão brasileiro possa ser atendido em tempo real. Eu acho que esse é o sonho de todos nós, e para isso é que nós representamos os nossos Estados

V. Exª, Senador Ivo Cassol, levanta uma questão extremamente importante e relevante. Vou estar com o senhor na audiência pública, porque é um assunto que inclusive envolve o meu Estado, o Estado de Santa Catarina. Parabenizo V. Exª pela sua determinação, pela sua coragem e pelo gesto humanitário que V. Exª tem de defender, sobretudo, as pessoas que mais precisam e que têm nesse medicamento a esperança da cura de um mal que é protagonista de milhares e milhares de mortes, todos os dias, neste nosso País. Parabéns a V. Exª.

Agora, o próximo, último e derradeiro Senador inscrito, Senador Donizeti Nogueira, a quem eu concedo a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Com certeza.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. Sem revisão do orador.) – Eu queria saudar a intervenção do Senador Ivo Cassol, mas peço a V. Exª que registre o meu voto na última votação, uma vez que, após a primeira votação, eu tive que cumprir uma agenda fora, no Ministério. Eu queria que registrasse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Paulo Rocha, a Mesa vai atender à solicitação de V. Exª, registrando o voto, conforme V. Exª solicitou.

Dando continuação aos nossos trabalhos, com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, vou falar sobre o Bolsa Família, um instrumento para uma revolução mansa e pacífica, promotora de uma profunda ruptura da pobreza e da dependência histórica de mais de um quarto da população brasileira, promotora também do empoderamento das mulheres das camadas populares brasileiras.

Hoje é dia de celebrar, Presidente, 12 anos do Bolsa Família; celebrar uma visão que mudou a cara do nosso País e que nos tirou do mapa mundial da fome pela primeira vez em nossa história; celebrar a coragem de um torneiro mecânico que contrariou a lógica vigente e retirou da pobreza extrema 22 milhões de brasileiros e brasileiras. Repito, hoje o Bolsa Família completa 12 anos. Após pouco mais de uma década, o programa tem números impressionantes. O Bolsa Família está presente em todos os Municípios brasileiros e beneficia diretamente um quarto da nossa população.

Neste mês de outubro, quase 14 milhões de famílias serão atendidas pelo programa, que é muito mais do que uma política de assistencialismo, como alguns teimam em dizer. O programa é a porta de acesso a direitos fundamentais a que nossos irmãos e irmãs não tiveram oportunidade.

Graças à visão de futuro do nosso Presidente Lula, todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família devem manter as crianças na escola e a vacinação em dia. Mais do que comida na mesa, os mais pobres devem ter acesso à saúde e à educação.

Hoje, um entre cada três estudantes do ensino básico do Brasil, seja público, seja privado, recebe o Bolsa Família. Metade dos alunos de escolas públicas entre 16 e 17 anos são do Bolsa Família. Quarenta por cento de todos os alunos do ensino público brasileiro pertencem ao programa ou são beneficiados pelo programa, melhor dizendo.

Isso quer dizer, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, que, antes, quase a metade dos alunos de escolas públicas não tinham o que comer em casa e acabavam abandonando os estudos para ajudar o pai na lida com a lavoura, na carpintaria, na construção civil, sem ter direito à escolha de seu futuro, sem poder sonhar com o que queriam ser quando crescidos.

Com o subsídio do Bolsa Família, o quadro muda completamente. Anualmente, cerca de 17 milhões de crianças e adolescentes têm matrícula e frequência escolar acompanhadas. Desses, 96% têm frequência superior à exigida pelo programa. Dezessete milhões de pessoas, Srs. Senhores, Srªs Senadoras, correspondem à população do Chile.

Mais do que renda, Srs. Senadores, o Bolsa Família devolveu os sonhos aos nossos meninos. Ao completar o ensino médio, nossas crianças podem sonhar com a faculdade, através do Prouni e do Fies, podem sonhar com um intercâmbio no exterior, através do Ciência Sem Fronteiras. O filho do pedreiro agora pode escolher se será engenheiro civil ou se será jornalista, médico. O filho do trabalhador rural poderá escolher se quer ser engenheiro agrônomo, zootecnista ou advogado.

Isso não muda só o presente, muda o futuro do Brasil.

Estamos vendo uma revolução acontecer baseada na educação, na saúde, na redução das desigualdades sociais através de oportunidades. Além de manter as crianças na escola, os beneficiados pelo Bolsa Família

devem ter acompanhamento médico, as crianças devem ter carteira de vacinação em dia, as gestantes devem fazer o pré-natal. Nove milhões de famílias são acompanhados nas unidades de saúde, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, 5,5 milhões de crianças são acompanhadas, das quais 99,2% têm vacinação em dia, quase 100%, Srs. Senadores e Srªs Senadoras. É possível imaginar esse quadro antes do programa Bolsa Família? Não.

Além disso, quero dizer, 99% das gestantes atendidas pelo programa realizam pré-natal. Como elas também comem melhor, o índice de crianças prematuras diminuiu 14%, 84,7% das crianças têm uma avaliação nutricional ótima, a redução da mortalidade infantil foi de 19% nos Municípios com a mais alta cobertura do Bolsa Família, sendo que a redução foi de 58% da mortalidade por desnutrição e de 46% da mortalidade por diarreia.

O Bolsa Família não só deu o direito às mães de terem acompanhamento médico na sua gestação, garantindo a sua saúde e a do bebê, como impediu que essa criança morresse por desnutrição ou diarreia, mais do que isso, garante que essa criança tenha saúde suficiente para ir à escola e sonhar com um futuro melhor. Com o acompanhamento médico, as mulheres têm acesso aos métodos contraceptivos e podem planejar a sua família, ao contrário do que se acredita ou do que propalaram aos quatro ventos que, entre os beneficiários do programa, a taxa de natalidade ia crescer por causa do benefício. Ao contrário, reduziu e muito.

Entre 2003 e 2013, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o número de filhos, até 14 anos, caiu 10,7% no Brasil, mas entre as famílias mais pobres do País, faixa da população que coincide com o público beneficiário do Bolsa Família, a queda foi maior, de 15,7%. Para as mães das famílias mais pobres do Nordeste, a queda foi ainda muito maior, chegando a 26,4%.

Como o Bolsa Família é pago majoritariamente às mulheres, elas conquistaram autonomia, tomando decisões sobre onde o dinheiro será investido. Em muitos casos, o Bolsa Família permite que mulheres se libertem dos relacionamentos abusivos, graças à possibilidade de sustentar os seus filhos.

Os resultados positivos se multiplicam em todos os Estados. No meu Tocantins, 133.420 famílias recebem o Bolsa Família e 181.282 crianças de 6 a 17 anos beneficiadas pelo programa estão na escola. Destas 99,2% estão com vacinação em dia, e 99,11% das gestantes têm acompanhamento pré-natal.

Há quem fale que o Bolsa Família é coisa de preguiçoso, de acomodado, de vagabundo. Um absurdo completo. Senador Dário Berger, 75% dos beneficiários do programa estão no mercado de trabalho, percentual idêntico ao da população economicamente ativa.

No Brasil, existem cerca de 5 milhões de microempreendedores individuais. Desses, 525 mil são beneficiados pelo Bolsa Família. Dos atendidos pelo programa, 1,7 milhão se matricularam no Pronatec e 57% dos que concluíram o curso conseguiram um emprego com carteira assinada.

Veja a grandiosidade desse programa para as camadas populares, para os mais pobres, prezado Senador Dário Berger. Mas os mesmos que alimentam o mito de que é coisa de vagabundo requerem a paternidade do Bolsa Família, nós queremos esclarecer.

Mas os mesmos que alimentam o mito de "coisa de vagabundos", requerem a paternidade do Bolsa Família. Fiz questão de repetir.

Como diz o ditado, "de filho bonito, todo mundo quer ser pai". Vou repetir: "de filho bonito, todo mundo quer ser pai".

Com incontida inveja, a oposição argumenta que o ex-Presidente Lula encontrou programas sociais em andamento ao tomar posse e que o único mérito de seu governo foi reunir todos sob um mesmo guarda-chuva.

É verdade: o ex-Presidente Lula herdou uma estrutura de amparo social e uma política social em andamento. Lástima que fosse tão capenga, carente de recursos e pessimamente organizada.

Para que se tenha ideia, basta dizer que os benefícios eram distribuídos por meio de dois cadastros únicos. Isso mesmo, dois cadastros dito únicos, como se isso fosse possível. Ou é único ou não é único, mas eram dois cadastros únicos.

Os cadastramentos únicos do governo anterior apresentavam falhas grosseiras, porque foram criados de afogadilho, durante o ano de 2001, para atender a interesses eleitorais de dois de seus principais ministros – o falecido ex-Ministro Paulo Renato e o atual ex-Ministro e Senador José Serra.

Por causa de limites impostos pela legislação eleitoral, que limita a criação de programas de governo em ano de eleição, os dois cadastros únicos foram criados em 2001, apenas para os efeitos especiais da campanha eleitoral de 2002, pois o Orçamento daquele ano não previu um centavo sequer. Criaram os programas como fantasia.

O primeiro foi criado pelo Decreto 3.877, de maio de 2001, com o nome de Bolsa Escola. O preenchimento dos dados dos beneficiários não admitia, por exemplo, que se incluísse todas as crianças da família – pasmem –, mesmo aquelas que estavam em idade escolar

Mais ainda: não permitia a inclusão do nome do pai da família, mas apenas o da mãe. Por causa disso, em muitos casos, não se sabia se a criança tinha pai conhecido ou se morava com algum outro adulto do sexo masculino, um padrasto, por exemplo.

Três meses depois da criação do Bolsa Escola, no dia 6 de setembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº 2.206-1, que criava o Bolsa Alimentação, com administração do Ministério da Saúde, comandado pelo hoje Senador José Serra.

Mas, como seu congênere do Ministério da Educação, o Bolsa Alimentação também era para inglês ver.

Na criação, meses antes, do Bolsa Escola, um dos artigos da lei determinava a feitura do cadastro único. A medida provisória do Bolsa Alimentação atropelou a lei já existente e também começou a fazer o seu cadastro único, a partir do cadastro dos usuários do SUS.

Mas a intenção de utilizar programas sociais de fachada para a campanha eleitoral de 2002 não parou aí. No dia 28 de dezembro de 2001, uma sexta-feira, último dia útil do ano, na véspera do início das imposições determinadas pela legislação eleitoral, o governo Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória nº 18, criando outro benefício e outro cadastro para orientar a distribuição do Auxílio-Gás.

Como podemos ver, todas essas medidas, desorganizadas, sem recursos e com várias brechas para fraudes, não emancipavam a população.

Quando assumiu o governo, o ex-Presidente Lula decidiu repensar as políticas sociais de modo a livrar os cidadãos das amarras do coronelismo, dando-lhes autonomia para decidir onde gastar o seu dinheiro, esse benefício tão importante hoje para a vida de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Lula também criou o CadÚnico, agora sim, um cadastro único, revisado a cada dois anos, o que permite a orientação de mais de uma centena de programas do Governo Federal em 23 Ministérios.

Ao longo desses 12 anos, todos os mitos relacionados ao Programa Bolsa Família foram desfeitos, e o programa recebeu reconhecimento internacional. Em 2013, o Bolsa Família recebeu a maior premiação da Associação Internacional de Seguridade Social, considerado o Nobel da área social.

Segundo o presidente Errol Frank Stoové, o Bolsa Família é uma inspiração para gestores e administradores da seguridade social em todo o mundo, "por sua visão de aliviar a pobreza e melhorar a qualidade de vida, pelo empoderamento das pessoas, pelo compromisso político, pela administração eficaz e eficiente, bem como por seus resultados impressionantes" – disse aquele presidente.

Em 2014, a ONU reconheceu o papel fundamental do Bolsa Família para que o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome, com a redução de 82% no número de pessoas subalimentadas, entre 2002 e 2013.

Ao visitar o Brasil este ano, a chefe do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, elogiou o Bolsa Família por custar apenas 0,5% do PIB e beneficiar 50 milhões de pessoas. E não beneficia apenas aqueles que recebem o subsídio. Um estudo do IPEA, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, aponta que o Programa Bolsa Família dinamiza a economia local, já que cada R$1,00 investido se transforma em R$1,78 no PIB.

Além do reconhecimento, o Brasil se tornou um exemplo. Entre 2011 e 2014, o Brasil recebeu 345 missões de 92 países para conhecer o Programa Bolsa Família e sua estratégia de redução da pobreza. Em alguns casos, como El Salvador, Honduras, Gana, Peru e outros, foram firmados projetos formais de cooperação.

Por isso, como eu sempre digo nesta tribuna, o Brasil é um país que deu certo!

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós temos a capacidade e a garra, a ousadia e a coragem para superar dificuldades, para transformar realidades.

Este grande País, neste dia, precisa celebrar, comemorar, com todas as forças, esta revolução da primeira década do Bolsa Família e sonhar com um futuro melhor e mais justo para todos os brasileiros.

O Bolsa Família não é só um programa de assistencialismo. O Bolsa Família é um programa de fomento, de indução do desenvolvimento econômico do nosso País.

Se não existisse o Bolsa Família, a maioria dos pequenos Municípios, Senador Dário Berger, não teria oportunidade de estar gerando emprego e movimentando a economia.

O Bolsa Família, então, é um programa que qualifica a vida, que prepara as pessoas e está construindo uma nova geração de brasileiros e brasileiras para os próximos períodos do desenvolvimento e da vida no nosso País.

Por isso, Presidente Lula, nesse dia, eu quero parabenizá-lo pela coragem e iniciativa e parabenizar a Presidenta Dilma por continuar mantendo o Programa Bolsa Família. E nós haveremos de convencer o Relator do Orçamento neste ano, que quer cortar R$10 bilhões do Programa Bolsa Família. Isso significa que nós vamos retirar o benefício de cerca de 3,5 milhões de famílias, Senador Dário Berger. Veja que impacto isso vai ter na vida dos pequenos Municípios.

Então, nós vamos convencê-lo e nós, no Congresso Nacional, haveremos de manter e, se possível, implementar ainda mais o Programa Bolsa Família para o bem do Brasil, para o bem da humanidade.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, nesta noite.

Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Donizeti, quero cumprimentar V. Exª por mais esse pronunciamento, dentre tantos que V. Exª tem feito aqui, no Senado Federal. Realmente, quero expressar também o meu reconhecimento a um programa social que tem uma abrangência impressionante. Também me associo à preocupação com relação ao corte orçamentário, porque, quando você concede um benefício a alguém, é difícil retirar.

Agora, é importante também reavaliar esses programas sociais, de tal forma que é isso não seja um programa assistencialista permanente, porque o verdadeiro valor de um programa social está naquelas pessoas que saem do programa e não naquelas pessoas que entram no programa.

Todos nós precisamos de uma oportunidade. Muitas vezes, o que precisamos é da oportunidade, e o importante é estar preparado quando a oportunidade surgir. Eu não posso deixar de reconhecer os méritos programa, mas, sobretudo, o seu pronunciamento, porque eu acho que ele é oportuno e V. Exª se destaca na tribuna, nessa sagrada tribuna do Senado Federal, expressando com um sentimento inclusive humanitário as questões relacionadas a milhões e milhões de brasileiros que, se não tivessem o Bolsa Família, com certeza passariam muitas necessidades.

O programa evoluiu e eu, como Prefeito, pude presenciar isso. O maior avanço - dentre tantos avanços eu quero destacar este - é que a titularidade do Bolsa Família passou para a mãe. Com isso ele teve um *upgrade* substancial e se consolidou com um programa social de combate à fome extremamente importante no Brasil e reconhecido no mundo inteiro.

Então parabéns a V. Exª.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu agradeço a sua contribuição, Senador Dário Berger, e acolho-a no meu pronunciamento.

Para registrar, o cadastro é revisado a cada dois anos, o que permite duas coisas: afastar eventualmente algumas famílias que desaparecem e outras que ascendem economicamente e que não mais podem ser beneficiárias. E o programa tem tido um mérito extraordinário ao qualificar mais as famílias.

Hoje nós temos filhos do Bolsa Família que estão como médicos, nós temos filhos do Bolsa Família que já são engenheiros e tantos outros cursos. Então isso empodera e faz com que as famílias ascendam economicamente.

Esse processo de revisão do cadastro está a cargo das prefeituras, que têm sido sérias nesse processo...

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... com pequenas distorções.

Eu acho que é o que o senhor disse: isso qualifica o programa e atualiza-o permanentemente.

Mais uma vez, obrigado aos telespectadores da TV Senado, obrigado aos radio-ouvintes da Rádio Senado e ao Senador Dário Berger por estar presidindo esta importante sessão do Senado Federal.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço mais uma vez, cumprimentando e parabenizando V. Exª como último orador inscrito.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. DONIZETI NOGUIEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria de Eduardo Guimarães, intitulado: "A mais nova prova histórica das armações da imprensa contra Lula", publicado em seu sítio na internet, em 18 de outubro de 2015.

Em seu artigo, Eduardo Guimarães pergunta: "Qual é a diferença de importância entre Lula e Aécio? Neste momento, nenhuma. Um é o maior líder político dos governistas e o outro é o maior líder político dos oposicionistas. Fazer "bombar" a acusação contra um e minimizar a acusação contra o outro, pois, é partidarismo descarado".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR DONIZETI NOGUEIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:– A mais nova prova histórica das armações da imprensa contra Lula.



Portal Movimento dos Sem-Mídia | Cadastre-se | Sua opinião | Sala de reuniões | Mensagens

A mais nova prova histórica das armações da imprensa contra Lula

Posted by **eduguim** on 18/10/15 • Categorized as **Reportagem**,**Sem categoria**

Tweet 1,040


FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2015

Delator diz ter repassado R$ 2 mi para nora de Lula

Segundo Fernando Baiano, pagamento foi feito a pedido do empresário José Carlos Bumlai, que nega

Presidente da Câmara usou esquema de alvo da Lava Jato

guia

31 RAZÕES PARA A MOSTRA

Fitch deixa Brasil a um passo do grau especulativo



A grandiloquência da manchete principal de primeira página da edição da Folha de São Paulo de 16 de outubro de 2015 sugeriu ao leitor uma grande revelação sobre o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, a matéria era mentirosa. A manchete, falsa. Uma "bala de festim". E não, não é um "petralha" quem diz isso.

A ombudsman da Folha de São Paulo, Vera Guimarães Martins, criticou, na última edição dominical desse veículo, matéria que noticiou menção de delator da Lava Jato ao ex-presidente.

Vera criticou o destaque dado a uma declaração do tal "Fernando Baiano". A ombudsman disse, simplesmente, que o jornal distorceu a declaração do delator. Mas o que a fez condenar a Folha ainda mais foi ter elevado uma declaração inconclusiva ao patamar de notícia bombástica.

Para entender por que, há que fazer uma comparação. Não há diferença alguma entre a declaração desse delator sobre Lula e outra dada pelo doleiro Alberto Youssef sobre Aécio Neves.

O delator "Fernando Baiano" diz ter repassado dinheiro ilegal ao empresário José Carlos Bumlai, que teria pedido a quantia em nome de uma das noras de Lula. O doleiro Alberto Youssef **afirmou** que o ex-deputado José Janene e o presidente da empresa Bauruense, Airton Daré, acusaram Aécio Neves e a irmã dele de usarem a empresa Furnas para arrecadar propinas.

Qual é a diferença entre as duas acusações? Zero.

Qual a diferença entre o destaque dado pela imprensa à acusação de "Fernando Baiano" e o que foi dado à acusação contra Youssef? Enorme.

A acusação contra Lula ganhou manchetes principais de primeira página. Mas e contra Aécio, houve celeuma igual? Claro que não. Todos sabem que não.

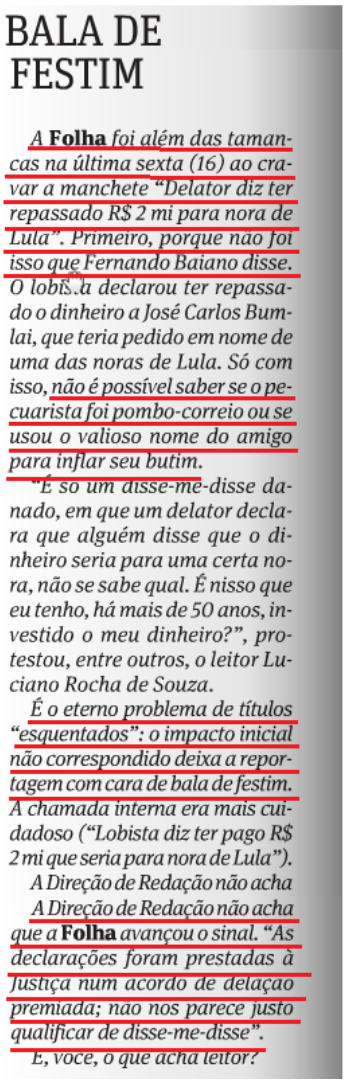
Qual é a diferença de importância entre Lula e Aécio? Neste momento, nenhuma. Um é o maior líder político dos governistas e o outro é o maior líder político dos oposicionistas. Fazer bombar a acusação contra um e minimizar a acusação contra o outro, pois, é partidarismo descarado.

Não existe um único jornalista responsável que seja capaz de negar esse fato.

Aliás, por que a acusação contra Lula está sendo investigada e a acusação contra Aécio, não? Além da imprensa, Ministério Público, Polícia Federal e Justiça tampouco conseguirão explicar uma diferença tão grande de tratamento a casos praticamente iguais.

Apesar do texto curto, as palavras da ombudsman da Folha são demolidoras para o jornal. Ela simplesmente o acusa de ter mentido sobre o que disse o delator "Fernando Baiano" sobre Lula e sua família.

Vejamos.



BALA DE FESTIM

A **Folha** *foi além das tamancas na última sexta (16) ao cravar a manchete "Delator diz ter repassado R$ 2 mi para nora de Lula". Primeiro, porque não foi isso que Fernando Baiano disse. O lobista declarou ter repassado o dinheiro a José Carlos Bumlai, que teria pedido em nome de uma das noras de Lula. Só com isso, não é possível saber se o pecuarista foi pombo-correio ou se usou o valioso nome do amigo para inflar seu butim.*

"É só um disse-me-disse danado, em que um delator declara que alguém disse que o dinheiro seria para uma certa nora, não se sabe qual. É nisso que eu tenho, há mais de 50 anos, investido o meu dinheiro?", protestou, entre outros, o leitor Luciano Rocha de Souza.

É o eterno problema de títulos "esquentados": o impacto inicial não correspondido deixa a reportagem com cara de bala de festim. A chamada interna era mais cuidadoso ("Lobista diz ter pago R$ 2 mi que seria para nora de Lula").

A Direção de Redação não acha

A Direção de Redação não acha que a **Folha** *avançou o sinal. "As declarações foram prestadas à Justiça num acordo de delaçao premiada; não nos parece justo qualificar de disse-me-disse".*

E, você, o que acha leitor?

Duas outras ponderações da ombudsman valem a pena ser comentadas.

Primeiro, quando ela acusa a Folha de transformar "títulos esquentados" em manchete principal de primeira página. Sabe o que é um "título esquentado"? É uma manchete sensacionalista e que, segundo diz a ombudsman, não condiz com a reportagem a que essa manchete remete.

Trocando em miúdos: a ombudsman acusou a Folha de fazer seu leitor de palhaço. Simples assim.

A segunda ponderação da ombudsman que deve ser destacada de seu texto curtíssimo sobre o caso é a explicação da Folha para ter feito o que fez. Segundo a Redação do jornal, "As declarações [de "Fernando Baiano"] foram prestadas à Justiça em um acordo de delação premiada". O jornal diz que não acha "justo", portanto, dizer que a matéria é "disse-me-disse".

Vamos falar do que é justo, então. A matéria (linkada acima) sobre acusação quase idêntica contra Aécio quando era governador de Minas Gerais – acusação que veio à tona recentemente – foi feita, também, em um acordo de delação premiada entre o delator Alberto Yousseff e a Justiça. Por que a Folha tratou aquele caso de forma diferente?

Eis que o Blog resolveu verificar de que forma a Folha tratou a acusação de Yousseff contra Aécio. Abaixo, resultado da busca feita no site do jornal.

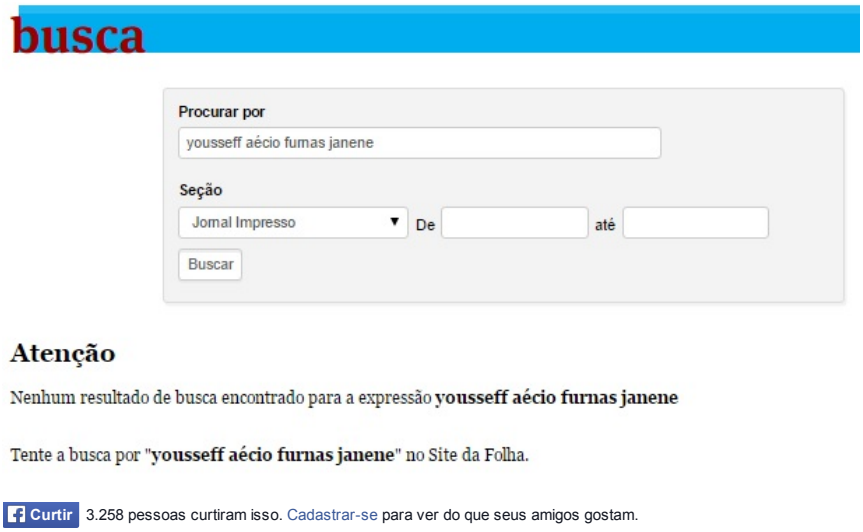
Ou seja: acusação contra Lula ganha a manchete mais destacada possível e a acusação contra Aécio não ganha manchete nenhuma. Nem com pouco destaque.

Como a "Redação" explica isso? Não explica. Nunca explicou. E, se for instada a explicar, não o fará.

Por que? Porque ninguém vai dar (voluntariamente) uma explicação que o comprometa. E a explicação para esse comportamento do jornal é a de que ele atua com viés político-partidário, o que não poderia comprometer mais um veículo que tenta passar ao público a imagem de "isento".

Apesar de ser triste comprovar, mais uma vez, o nível transbordante de má fé que permeia o jornalismo corporativo no Brasil, a coluna da ombudsman acima reproduzida servirá como registro histórico de grande eloquência.

No futuro, os historiadores concluirão que, além de os grandes meios de imprensa brasileiros desta época serem partidarizados,


busca

Procurar por

yousseff aécio furnas janene

Seção

Jornal Impresso De até

Buscar

Atenção

Nenhum resultado de busca encontrado para a expressão **yousseff aécio furnas janene**

Tente a busca por "**yousseff aécio furnas janene**" no Site da Folha.

Curtir 3.258 pessoas curtiram isso. Cadastrar-se para ver do que seus amigos gostam.

atuavam com dose cavalar de cinismo, de desfaçatez, de verdadeiro deboche, pois chegavam a reconhecer que seu jornalismo era antiético, mas, apesar disso, não mudavam de comportamento.

Tags: aécio, **fernando baiano**, **folha de são paulo**, **furnas**, **janene**, **lava jato**, **lula**, **ombudsman**, **pp**, **vera guimarães martins**, **yousseff**

86 Comentário

1. ***Marcos Inácio Fernandes***
18/10/2015 • 14:10

E pensar que já fui assinante da Folha.

Responder

- *Jimmy Cricket™*
19/10/2015 • 00:13

♫ Quero confessar! Eu fui leitor! Mea culpa, mea culpa, me a maxima culpa…

Responder

- *Luís CPPrudente*
19/10/2015 • 23:45

Confesso que já assinei esse lixo da famiglia Frias no início dos anos 2000, mas não durou muito a minha relação com esse lixo de jornalismo. Em 2003 pedi que cancelasse a assinatura desse lixo, foi uma batalha intensa, pois eles não queriam o cancelamento e eu queria o cancelamento a todo custo. Nessa época eu já percebia que a famiglia Frias não tinha o rabo preso com o leitor e sim com o PSDB e outros privateiros.

Responder

2. *Sebastião N. L. Rodrigues*
18/10/2015 • 14:37

A Folha simplesmente não presta Eduardo!

Responder

3. *Renata*
18/10/2015 • 14:57

Edu, colocando os mesmos termos no google – 'youssef aecio furnas janene' – há artigos sobre o fato em O Globo, Valor, Exame, Estadão, Revista Forum, Correio do Povo, Correio do Brasil, Reuters, Gazeta do Povo, além dos blogs progressistas e o 247.

Nem na pág. 4 da busca aparece a Folha de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Não havendo mais matérias a tratar nem oradores inscritos, agradeço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, encerrando a presente sessão solene.

Uma boa noite a todos e muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 50 minutos.)

4/2015 - CEDP
00100110043/2015

Senado Federal/CEDP/SGM
PROC. Nº 006087/2014 Fls. 10

Publique-se

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DESPACHO

Foi oferecida neste Conselho de Etica e Decoro Parlamentar denúncia em desfavor do Senador Delcídio do Amaral, subscrita pelo Sr. José Luiz Garcia de Oliveira.

As informações contidas na denúncia são atribuídas a notícias publicadas no Jornal Correio do Estado, afirmando que "... o referido Senador, conjuntamente com outras pessoas, foram acusados e apontados como mentores e executores de possíveis fraudes contra a empresa da Petrobras, manipulando contratos e colocando cláusulas altamente prejudiciais ao bom desenvolvimento da referida empresa".

Quando se fala na descrição dos fatos, na fundação fática do pedido, é imprescindível que esse se baseie, minimamente, em documentos ou indícios que possam ser apurados.

Note-se que a denúncia se baseia tão somente em matéria jornalística e se dá em termos por demais genéricos, não identificando o que teria feito o Senador, limitando-se em dizer, por exemplo, que ele e outros eram "mentores e executores de possíveis fraudes contra a empresa da Petrobras, manipulando contratos e colocando cláusulas altamente prejudiciais ao bom desenvolvimento da referida empresa", não apontando nenhuma fraude em concreto.

A denúncia também não diz as datas nas quais teriam se dado as fraudes, não permitindo saber se em período anterior ou não ao mandato.

Registre-se que o denunciado ocupou cargo na Petrobras entre 2000 e 2001, em período anterior a seu mandato como Senador, que teve início em 2003.

A acusação não pode ser uma coletânea de recortes ou citações de jornais, sobretudo se estes se apoiam em mera suposição. Sobre tema similar, já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental na Petição nº 2.805, cujo relator foi o Ministro Nelson Jobim, julgado em 13 de novembro de 2002, *in verbis*:

> "Declaração constante de matéria jornalística não pode ser acolhida como fundamento para a instauração de um procedimento criminal."

No indeferimento da Petição nº 2.805, o ilustre Ministro-Relator da matéria já havia se manifestado no seguinte sentido:

> "A notícia-crime não apresenta indícios consistentes que possam levar ao indiciamento dos acusados.
>
> Haveria necessidade de que esses indícios fossem, de tal forma veementes, que pudessem ensejar o convencimento da culpabilidade dos acusados."
>
> .....
>
> "Requisitos que não se encontram nesta Petição.
>
> São ilações que se fundamentam em fragmentárias notícias de jornal."
>
> .....
>
> "É preciso um mínimo de consistência nas imputações. Faz-se necessário que haja razoabilidade no pedido. No caso, a questão reduz-se à matéria jornalística."
>
> .....
>
> "Notícias de jornal – desacompanhadas de outros elementos que a corroborem – não autorizam procedimento criminal."

Ao se manifestar sobre o Agravo Regimental, Sua Excelência conclui o seu voto da seguinte forma:

> "... a apresentação da [petição] ... neste Tribunal foi apenas para criar um factoide com repercussão na campanha eleitoral.

> Aliás, em alguns setores, está se tornando habitual 'plantar' notícias em jornais para após, com base nelas, tentar promover demandas penais.
>
> Isso é inadimissível."
>
> .....
>
> "Toda a prova são folhas de jornais. É uma técnica conhecida. Planta-se a matéria para depois submetê-la ao Supremo."

Assim como o Supremo Tribunal Federal, os Conselhos de Ética e Decoro Parlamentar das Casas Legislativas não podem ser utilizados como instrumento para aparelhar denúncias baseadas apenas em recortes de jornal.

Dessa forma, considerando que a denúncia formulada pelo cidadão José Luiz Garcia de Oliveira não preenche os requisitos necessários para ser admitida, determino o seu arquivamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 17, da Resolução nº 20, de 1993.

Sala das Sessões, em 18/08/2015.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DESPACHO

O senhor AFONSO ISMAEL ALVES BENTES DE SÁ, bacharel em Direito, CPF 513.774.622-34, residente e domiciliado na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, por seu advogado, decidiu REPRESENTAR contra o Senhor Senador RANDOLFE RODRIGUES e dois assessores parlamentares lotados no gabinete de Sua Excelência, por suposta quebra de decoro parlamentar, pelos fatos que apresenta.

Ocorre que, efetivamente, falece legitimidade ao signatário para o exercício do direito de representação contra parlamentar por ato atentatório ao decoro, consoante estabelece o *caput* do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, *verbis*:

> **Art. 14**. A representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, na qual, se for o caso, sob pena de preclusão, deverá constar o rol de testemunhas, em número máximo de 5 (cinco), os documentos que a instruem e a especificação das demais provas que se pretende produzir, será oferecida diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela Mesa ou por partido político com representação no Congresso Nacional.
>
> .....

Ou seja, verifica-se que, de acordo com o Código de Ética e Decoro Parlamentar, somente são legitimados para apresentar representação contra Senador por atentado ao decoro parlamentar a Mesa do Senado Federal ou partido político com representação no Congresso Nacional. Trata-se, na verdade,

de norma que é mera reprodução do que prevê o art. 55 da Carta Magna que, nas partes que interessam ao tema sob análise, determina:

> **Art. 55**. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:
>
> .....
>
> II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
>
> .....
>
> § 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
>
> .....

Assim, o pedido não pode ser recebido como representação, na forma do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, por faltar legitimidade ao proponente.

Do exposto, considerando que o documento de lavra do cidadão Afonso Ismael Alves Bentes de Sá não preenche os requisitos necessários para ser admitido, determino o seu arquivamento, nos termos do inciso I do § 1º do art. 14 da Resolução nº 20, de 1993.

Sala das Sessões, 18/08/2015

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19
PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Ricardo Ferraço. . . . . ES
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Sandra Braga. . . . . AM
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15
PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10
PP-6 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Hélio José. . . . . PSD / DF
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sandra Braga* (PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10
Líder **Humberto Costa - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (22,25) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (10,36) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (14) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)	**Líder** **Lídice da Mata - PSB** (12,27) Vice-Líderes José Medeiros (13,16,28) Vanessa Grazziotin (21,24) ..... **Líder do PSB - 7** **João Capiberibe** (1,17) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (13,16,28) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,24) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (26,29)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10 ..... **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (11,15,44,53) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (18) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9** **Líder** **Fernando Collor - PTB** (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (7,8) **Líder do PR - 4** **Blairo Maggi** (6) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (5) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,4)	**PMDB - 18**
Governo **Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48) Vice-Líderes Hélio José (51) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (50) Telmário Mota (9,34,41,52)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

2) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) (2)	4. Senador Gladson Cameli (PP) (2)
Senador Paulo Rocha (PT) (5)	5. Senadora Angela Portela (PT) (5)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) (7)
Senador Otto Alencar (PSD) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Morais (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) (9)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Walter Pinheiro (PT) (10)

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

******. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).

5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015
Instalação: 27/05/2015
Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senadora Marta Suplicy (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Roberto Rocha (PSB)
Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.
****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Ricardo Vital de Almeida
Leandro Paulsen
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.
1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015
Instalação: 19/05/2015
Prazo final: 16/09/2015
Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).
**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).
***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)
****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)
*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).
******. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.
1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).
2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)
3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)
4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6)	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
******. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).
6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033511/10
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).

10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PPS-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6)

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) (5)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Wilder Morais (PP) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB) (11)
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Davi Alcolumbre (DEM) (17)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. VAGO (2,18)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) (4)

Notas:
*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) (11)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB) (12)
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (PP)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) (9)	2. Senador Romário (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
Fax: 3303 3652
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Jorge Viana (PT) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) (9)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Vicentinho Alves (PR) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Wilder Morais (PP) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (7)
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (4)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) (14)	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB) (9)
Senador Omar Aziz (PSD) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (12)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) (2)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM) (17)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) (18)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (4)	5. Senador Hélio José (PSD) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (PP)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) (7)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2.
Senador Paulo Paim (PT)	3.
Senador Telmário Mota (PDT)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Marta Suplicy (PMDB)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB)	1. Senador Wellington Fagundes (PR)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30min -
Telefone(s): 61 33032024
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/10/2015

Notas:
*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.
1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
Walter Ihoshi	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)

Bloco / Partido	Membros
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Airton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	VAGO
II. Saúde	VAGO
III. Educação e Cultura	VAGO
IV. Integração Nacional	VAGO
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	VAGO
VI. Desenvolvimento Urbano	VAGO
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	VAGO
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	VAGO
XII. Fazenda e Planejamento	VAGO
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	VAGO
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	VAGO
XV. Defesa e Justiça	VAGO

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/MA
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO (2)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



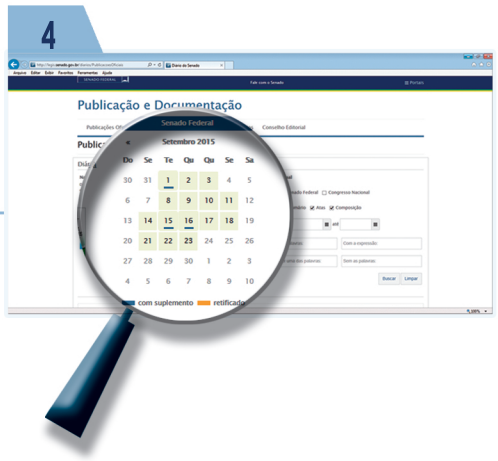
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211